

Edição nº 15 | Jul. 2023

intelligere

Revista de História Intelectual

ISSN:2447-9020

Série Estudos Avançados 1
Nelson Gonçalves Gomes:
80 anos

CHC

Centro Interunidade
História da Ciência
Universidade de São Paulo



Aula do Prof. Nelson G. Gomes, em Rachol (Goa, Índia), no ano de 2012

Intelligere

Revista de história intelectual

nº 15 – jul. 2023 - ISSN: 2447-9020

Intelligere, Revista de História Intelectual é um periódico científico semestral, Qualis A4, eletrônico, trilingue (português, espanhol e inglês) dedicado aos estudos de História Intelectual e História das Ideias.

Intelligere publica artigos originais, entrevistas, resenhas de livros, notícias de pesquisa em andamento, traduções e fontes documentais relevantes para a história intelectual.

Revista de acesso livre, *Intelligere*, com o apoio da Universidade de São Paulo, assume todos os custos pelo processamento e publicação dos artigos, sem qualquer custo para autores e leitores.

Administração / Correspondência

Office / Contact

Revista Intelligere

Universidade de São Paulo

CHC - Centro de Interunidades de História da Ciência

e-mail: intelligere.revista@gmail.com

SUMÁRIO

Editorial

~ v ~

Filosofia, certeza, ética
Estevão de Rezende Martins

Introito sob o signo da amizade

~ 1 ~

Os três mosqueteiros daqui
Amado Luiz Cervo

Desafios filosóficos

~ 8 ~

Some reflections on the methodology of philosophy
C. Ulises Moulines

~ 14 ~

Putting Science to Work
David Miller

~ 45 ~

O que é uma sentença teórica?
Estrutura e implicações sistemáticas de uma constante
filosófica elementar nunca adequadamente tematizada
Lorenz B. Puntel

~ 75 ~

A resiliência da Filosofia
Joaquim Cerqueira Gonçalves

~ 94 ~

Metafísica e Crítica da Metafísica
Wolfgang Röd

Conhecimento e incerteza

~ 112 ~

Historism – Partisanship – Racism
On the Erosion of the Epistemic Foundations of Knowledge
Karl Acham

~ 140 ~

Ceticismo e Filosofia Analítica
Danilo Marcondes

~ 152 ~

UnB, uma universidade inovadora:
Relações Internacionais como campo de
estudo no Brasil
Eiiti Sato

~ 175 ~

Fora da história não há salvação?
Filosofia da história no início do século 21
Estevão C. de Rezende Martins

~ 208 ~

Berkeley e o relógio vazio.
Um exercício em filosofia da ciência
Silvio Seno Chibeni

~ 241 ~

Conceito e lógica em Frege
António Zilhão

Ética e sociedade

~ 271 ~

Eventos naturais e responsabilidade moral
Maria Clara Dias

~ 284 ~

**Moral and political dilemmas
at the time of the coronavirus pandemic:
the role of philosophical thinking**
Stelios Virvidakis

~ 304 ~

On the Credibility of Religion
Paul Weingartner

~ 334 ~

**Nova ordem mundial:
oportunidades e desafios para a Lusofonia**
Aurobindo Xavier

~ 375 ~

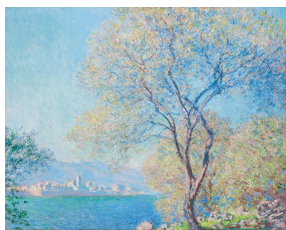
**Propuesta para una dimensión social
de la Globalización en tiempos de pandemia:
¿Podemos contribuir a un desarrollo del proceso de Globalización
que sea más ético y socialmente sostenible?**
Nicanor Ursua

~ 405 ~

**Singularity and Coordination Problems:
Pandemic Lessons from 2020**
Nythamar de Oliveira e Nicholas Kluge Corrêa

~ 432 ~

Utilitarismo e teoria da justiça
Luis Alberto Peluso



Série Estudos Avançados – 1
Nelson Gonçalves Gomes: 80 anos
APRESENTAÇÃO DO EDITOR

Filosofia, certeza, ética

‘It is well to be a gentleman, it is well to have a cultivated intellect, a delicate taste, a candid, equitable, dispassionate mind, a noble and courteous bearing in the conduct of life;
– these are the connatural qualities of a large knowledge. ‘

S. John Henry Newman (1801-1890)¹

O ano de 2023 nos enseja celebrar o octogésimo aniversário de Nelson Gonçalves Gomes, filósofo brasileiro especialista em lógica e filosofia da ciência, colega e amigo de inúmeros pesquisadores e professores no Brasil e pelo mundo afora: Portugal, Grã-Bretanha, Alemanha, Áustria, Israel são alguns dos países em cujas comunidades filosóficas Nelson é conhecido e respeitado.

Menos de um ano após a defesa de seu doutoramento na Universidade Ludwig-Maximilian de Munique, na Alemanha, em 1975, com tese sobre Moritz Schlick, preparada sob a orientação de um dos maiores historiadores da filosofia no século 20, Wolfgang Röd, Nelson G. Gomes foi admitido à Universidade de Brasília, em abril de 1976. Trabalhou intensa e proficuamente na UnB até o ano de 2013, quando se retirou por força da exigência legal da idade limite no serviço público ativo.

Desenvolve-se a partir da UnB seu itinerário pessoal, profissional e filosófico ímpar, que marcou uma renovação notável na pesquisa e no ensino

¹ John Henry Newman, *The Idea of a University* (1852/1858/1878. Newman Reader, revisão em 2001), Discurso 5, seção 9, <https://www.newmanreader.org/works/idea/discourse5.html>.

de Filosofia na Universidade de Brasília, no país e em sua inserção internacional.

Tão logo veio a familiarizar-se com o funcionamento da UnB nesses tempos ainda duros e difíceis, Nelson Gomes projetou uma estratégia de recuperação da reflexão filosófica na universidade, da qual fora gradual mas inexoravelmente alijada anos antes.

Sua perspectiva esteava-se na concepção estruturante da filosofia para o sentido e o funcionamento de uma verdadeira *universitas* - como tão bem defendia o Cardeal John Henry Newman no século 19. A espinha dorsal filosófica contribuiu, segundo Nelson Gomes, para organizar o pensamento, para fundamentar a crítica, para formar a inteligência e para forjar caracteres. Uma universidade sem filosofia é, a seu ver, uma nau sem bússola. O rigor da lógica e a interlocução da filosofia analítica com os diversos campos da pesquisa e do ensino científicos na universidade pavimentaram o caminho do renascimento da filosofia na UnB a partir dos esforços, por ele inspirados e coordenados, ainda nos penosos idos de 1977, para transformar uma disciplina de ensino do ciclo básico da UnB (Iniciação à Metodologia Científica) em foro de formação lógico-filosófica a serviço da autonomia crítica dos estudantes.

Dentre esses esforços merecem também destaque a organização e a coordenação das “Semanas de Filosofia” da UnB, que se tornaram um marco notável na universidade, com mais de 50 edições. Recorde-se ainda a institucionalização, por seu empenho, dos SiP-FIL, seminários internos permanentes de Filosofia, que propiciaram encontros semanais regulares entre os interessados de toda a UnB.

Aprovado o planejamento institucional de iniciação à metodologia científica para o ciclo básico de Humanidades da UnB, Nelson Gomes obteve da administração que novos professores fossem admitidos ao então Departamento de Geografia e História (GEH), para formar um incipiente ‘núcleo de filosofia’, antecessor do atual departamento de Filosofia afinal criado e instalado em 1986.

Esse núcleo agregou a sua atividade outros professores da universidade, interessados por filosofia e por sua reinstauração na UnB. Liderados por Nelson Gomes, colegas atuantes na Matemática, na Biblioteconomia, na Psicologia, junto com os novos docentes do GEH, vieram a dar à disciplina

IMC (e, mais adiante, à Introdução à Filosofia) contornos e eficácia que ficaram marcados na história das humanidades da universidade.

Além de sua incontestável competência filosófica, o descortino político de Nelson Gomes fez dele também um entusiástico combatente do restabelecimento das práticas democráticas na cidade e no país no final da década de 1970 e nos anos subsequentes. Suas ideias políticas são refratárias a qualquer culto a personalidades e defendem com veemência o fortalecimento das instituições democráticas, num tipo de política pouco emocionante e sem propostas de salvação redentora, mas sim voltada para a solução paulatina de problemas comuns, dentro do estado de direito, do respeito à pluralidade de opiniões, da justiça e da democracia. Não foi por outra razão que, num outro ato de coragem política e defesa da liberdade, Nelson Gomes ajudou a fundar, em pleno governo Geisel, em 1978, a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília – ADUnB, de que foi o primeiro secretário, enfrentando destemidamente, pela presença e pela palavra, em espaços públicos da UnB, os direitos de todos os integrantes da comunidade imediata da UnB e dos cidadãos brasileiros.

Ao lado do trabalho para constituir um núcleo de estudos de alto nível acadêmico e profissional em Filosofia na UnB Nelson Gomes trabalhou incansavelmente na recriação do curso de Filosofia, que se deu enfim em 1984, doze anos após sua extinção em 1972. Incansável também foi seu trabalho pela criação da pós-graduação em Filosofia, algo que só veio a acontecer bem mais tarde, em 2000. No âmbito de uma profícua interlocução no plano nacional, Nelson Gomes atuou igualmente para fomentar o retorno do ensino de filosofia no sistema escolar médio.

Nelson dedicou sua vida ao estudo e ensino da Lógica. É uma matéria difícil, que muitos estudantes de Filosofia precisam de mais de um semestre para aprender com sucesso, para o que seu empenho foi constante: ele não se furtava a dar aulas extras, aos sábados de manhã até, e a corrigir pessoalmente inúmeras listas de exercícios. Suas aulas eram cativantes, extremamente claras e bem organizadas. Nelson é um excelente professor, como poucos, pouquíssimos que já se conheceu. Por ocasião de uma das visitas de seu orientador ao Brasil, o professor Wolfgang Röd assistiu a uma longa aula de

Lógica ministrada pelo Nelson. Ao término, testemunhou: o Nelson é um professor nato!

Além da Lógica, Nelson se dedicou também a estudar a Filosofia Analítica, particularmente o neopositivismo do Círculo de Viena, tendo se tornado um dos principais, senão o principal, especialista em língua portuguesa nessa escola de pensamento. Foi sobre esse tema que escreveu sua tese de doutorado, intitulada “Sobre a Teoria do Conhecimento e a Ética de Moritz Schlick – Uma Investigação Histórico-Filosófica do seu Desenvolvimento”. Uma das questões fundamentais por ele tratada em seu trabalho e que tem até hoje enorme relevância para a teoria do conhecimento é a da relação entre os dados da consciência e os conceitos científicos. Em outras palavras, Nelson encontrava em Schlick uma resposta ao problema filosófico fundamental da relação entre sujeito e objeto do conhecimento.

Nessa mesma linha de investigação epistemológica, Nelson se dedicou por longo tempo à Filosofia da Psicologia, pesquisando os fundamentos do conhecimento nessa área e o sentido de sua cientificidade. Sua pesquisa se voltou principalmente para a psicologia comportamental, particularmente a proposta de Skinner, numa perspectiva crítica, em colaboração com colegas na UnB como os professores Jorge Castro e João Cláudio Todorov – primeiro presidente da ADUnB, que veio a ser posteriormente reitor da UnB.

Um quarto tema de pesquisa que nosso homenageado tem desenvolvido em sua carreira é a metaética, particularmente as relações entre lógica e discurso moral. Desde sua tese de doutorado, na qual tratou das ideias morais de Schlick, Nelson se interessa pelos princípios racionais que se devem supor nas proposições éticas. Dito de outro modo, ele defende que as relações humanas podem ser objeto de análises racionais, argumentativas e, portanto, criticáveis em termos lógicos. Mesmo que as decisões e escolhas individuais num dado momento singular não tenham como ser regidas por um receituário pré-fabricado – tal receituário não existe, segundo Nelson – muito pode ser feito em termos de avaliação crítica, por meio da lógica deôntica, da coerência das ideias morais pressupostas na ação ou explicitamente formuladas por alguém. Como parte de sua concepção geral acerca da Filosofia, para Nelson, está é certamente limitada em seu alcance, mas não deixa de ter seu papel e relevância na tarefa de pensar e agir melhor.

Professor titular na UnB desde 1993, Nelson é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq há décadas. Seu pioneirismo em áreas que simplesmente não eram pesquisadas em nosso país, a sofisticação e a profundidade dos assuntos que estuda bem assim dos resultados que obtém, justificam plenamente essa posição. Dedicou-se há anos, com a vigilante acurácia que tanto o caracteriza, à teoria de conjuntos para filósofos, uma investigação de lógica tradicional, trazendo uma versão atualizada e sistemática das principais contribuições anteriores a Frege para a história da lógica, além de um projeto de lógica matemática para estudantes de Filosofia. Nelson Gomes sempre entendeu ser crítico o risco de proliferação da irrelevância acadêmica entre as publicações que circulam na comunidade filosófica brasileira. *Pauca sed bona*: suas publicações primam pela excelência filosófica e por excelsa qualidade linguística.

Pesquisador apreciado, Nelson Gomes manteve intensa colaboração científica e constante intercâmbio acadêmico no Brasil e no exterior. Consultor da CAPES, do CNPq, do INEP, da FAPESP, da FAP-DF e de outras agências públicas de fomento, participou incontáveis vezes da atividade de consolidar e expandir o campo do pensamento filosófico no país. Prestigiosas universidades brasileiras, como a USP, a UNICAMP, a PUC-Rio, dentre muitas outras, o receberam como professor, conferencista, orientador, examinador.

Fellow do Magdalene College, em Cambridge, Nelson Gomes teve e tem presença marcante em universidades internacionais como a de Jerusalém, de Lisboa, de Munique, de Salzburgo, de Oxford.

Aposentado desde 2013, ano em que completou a idade jubilar no serviço público, Nelson continua a atuar, voluntariamente, junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia e a participar, com a pertinência e a pertinácia que o caracterizam, de eventos importantes no campo da filosofia, Brasil afora. É a ele que o atual Departamento de Filosofia da UnB deve muito da sua existência e ao qual a Universidade de Brasília e a comunidade filosófica brasileira, por toda sua dedicação, sacrifício e coragem, cabem dizer um justo muito obrigado.

No ano de 2023 Nelson Gonçalves Gomes completa oitenta anos de vida. Seus muitos méritos, pessoais e profissionais, aqui rapidamente lembrados, levaram um grupo de amigos e colegas a reunir estudos em sua

homenagem, na presente publicação, que abordam temas relevantes na discussão filosófica internacional contemporânea.

O volume é aberto por Amado Luiz Cervo, um grande amigo pessoal de Nelson Gomes (e meu), uma das maiores autoridades brasileiras em História das Relações Internacionais, com um breve texto que canta o louvor de uma amizade de várias décadas, firmada e consolidada no espaço profissional da Universidade de Brasília, apelidada de “os três mosqueteiros daqui”. O toque alegre da dimensão romanesca aponta para uma característica que nos reúne: homens de boa razão.

Três partes agrupam os 19 capítulos em eixos temáticos caros e amiúde visitados por Nelson: desafios filosóficos, conhecimento e incerteza, ética e sociedade.

Com efeito, a filosofia a cada tempo e em todos os tempos se depara com mundos mutantes e com desafios constantes, tanto para estruturar-se reflexivamente como para haver-se em cada mundo. Ulises Moulines (Munique), David Miller (Warwick), Lorenz B. Puntel (Munique), Joaquim Cerqueira (Lisboa) e Wolfgang Röd (Innsbruck) tocam alguns temas do amplo leque temático filosoficamente relevante para o mundo contemporâneo.

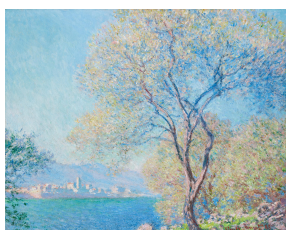
Gerar ‘segurança gnosiológica’ sempre foi um ponto da agenda filosófica ao longo dos séculos. As soluções apresentadas se espraiam das certezas afirmadas aos mais diversos ceticismos. A questão da incerteza segue viva e intrigante, se não mais aguda, em tempos de fake news, ‘pós-verdades’ e outras estratégias de desvalorização da crítica do pensamento. Abordam alguns tópicos dessa problemática Karl Acham (Graz), Danilo Marcondes de Souza Filho (Rio de Janeiro), Eiiti Sato (Brasília), Estevão de Rezende Martins (Brasília), Silvio Chibeni (Campinas) e António Zilhão (Lisboa).

Como a filosofia é pensada e vivida na realidade social concreta do dia a dia, a higidez ética na sociedade, em particular confrontada com a inusual experiência da radical vulnerabilidade existencial, acarretada pela pandemia da Covid-19 desde 2020, suscita reflexões acerca da esperança e da solidariedade. Diversas encruzilhadas do pensamento são assim tratadas por Maria Clara Dias (Rio de Janeiro), Stelios Virvidakis (Atenas), Paul Weingartner (Salzburgo), Aurobindo Xavier (Lisboa/Goa), Nicanor Ursua (San Sebastián/Bilbao), Nythamar de Oliveira (Porto Alegre) e Luís Alberto Peluso (São Paulo).

A revista *Intelligere*, da Universidade de São Paulo, bem aceitou incluir, entre suas prestigiosas publicações, o presente volume, o primeiro de sua série especial. Que a reflexão dessas contribuições possa inspirar os leitores a mirar-se no exemplo pessoal e profissional de Nelson Gonçalves Gomes para prosseguir no esforço de levar mais luz às sociedades e às consciências.

Brasília, abril-maio de 2023

Estevão de Rezende Martins



ARTIGOS – ARTICLES

Os três mosqueteiros daqui

Amado Luiz Cervo¹
Universidade de Brasília
amado.l.cervo@gmail.com

Como citar este artigo: CERVO, A. L. “Os Três Mosqueteiros daqui”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, n°15, pp. 1-7. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Introdução

Pedimos permissão a Alexandre Dumas. Com efeito, seu famoso romance histórico, publicado em 1844, serve-nos de inspiração. Colado à história da França, *Os Três Mosqueteiros*, Athos, Porthos e Aramis, usam sua espada, implacáveis, a serviço do rei. A eles associou-se, mais tarde, D’Artagnan, um pobre chegado a Paris. O mais importante, contudo, é a lição que se pode apreender com os três: o lema de vida. Lealdade, coragem, amizade, solidariedade. “Um por todos! Todos por um”! diziam.

Nelson Gonçalves Gomes, Estevão Chaves de Rezende Martins e Amado Luiz Cervo, em 1977, foram apelidados “os três mosqueteiros” pelo colega, Alisson Mascarenhas Vaz, do antigo Departamento de Filosofia, Geografia e História da Universidade de Brasília, onde os quatro lecionavam. O apelido colou. Estendeu-se a familiares e amigos. Com efeito, as famílias dos três assumiram o dito, amigos também, desde 1977. Os três são amigos até o presente, depois de mais de quarenta anos. Ainda se encontram em restaurantes, nas respectivas residências, até em viagens internacionais para participar de congressos acadêmicos. Como os três mosqueteiros de Dumas, uma amizade e uma lealdade duradouras, com a diferença de não se usar mais espada a serviço do rei.

¹ Amado L. Cervo é professor Emérito, aposentado, da Universidade de Brasília.

Esse texto focaliza Nelson Gonçalves Gomes. Sua vida, seu pensamento, sua obra. Julgamos conveniente, para entender o texto, alongar-se um pouco mais sobre a vida dos três mosqueteiros daqui. Nelson e Estevão concluíram, ambos, seu doutorado, na Universidade de Munique, com o mesmo orientador, Wolfgang Röd; Nelson em 1975, Estevão em 1976. Amado concluiu o seu do outro lado do rio Reno, na Universidade de Estrasburgo, a linda cidade alsaciana, em 1970. Em 1976 ou 1977, os três foram admitidos como professores na Universidade de Brasília. O Reitor da época tomou a decisão de contratar apenas doutores, na medida do possível, com a finalidade de fazer de sua Universidade uma instituição de ponta no país. Assim, encontraram-se os três. Eles sempre confessaram que ensinavam com dedicação e alegria. Eram felizes, trabalhando. De acordo com um lema de vida seguido pelos três: trabalhar muito, viajar muito, divertir-se muito. Ao consultar seus Currícula junto ao CNPq, ficaremos convencidos de que o lema é comum.

A inclinação comum dos três pela História, cada um em sua área de ensino e pesquisa, foi precoce. Estevão voltou-se para Teoria da História e metodologia científica; Nelson, para Introdução à Filosofia e Lógica, Amado, para História das Relações Internacionais. Os três eram dinâmicos: promoviam seminários, convidavam professores brasileiros e estrangeiros como conferencistas, viajavam para participar de congressos, seminários e conferências, com o fim de observar os temas sobre os quais colegas do mundo trabalham, como também o modo como desenvolviam suas pesquisas e ensinavam. E o modo como se relacionam com os alunos. Com a ideia de que deles também o mestre aprende. Tudo isso contribuiu para fazer da vida profissional uma atividade agradável, produtiva, exitosa, em suma, fazer da vida uma vida feliz.

Nelson Gonçalves Gomes, professor

Nelson concentrou sua vida acadêmica no ensino. Uma boa escolha, por certo, para quem a dedicaria ao ensino da filosofia e da lógica. Seu perfil acadêmico sempre foi o perfil do professor, opção e espelho de sua atividade

na Universidade. Como vimos, também soube sair da sala de aula para voltar-se a outras atividades. Mas essas outras atividades serviam a seu propósito condutor: ser bom professor.

Confessou-me Nelson numa entrevista por escrito sua mais nobre opção profissional: “A minha vida profissional alcançou realização máxima na sala de aula. Sem falsa modéstia, posso dizer que a atividade docente sempre foi o que de melhor eu soube fazer. Os meus cursos foram minuciosamente projetados. Tudo o que os alunos me entregavam, foi lido com atenção. Cada aula foi preparada profissionalmente e dada com habilidade histriônica. O epicentro de minha vida como professor foi o ensino”.

O depoimento de ex-alunos reforça o sentido de vida que elegeu o professor. Não apenas ensinava. Ensinava a pensar, raciocinar, assimilar valores e incorporá-los à vida. Mestre no pleno sentido: penetrar a alma dos alunos e depositar nela lições de vida. Por exemplo, a dúvida. Pensar para que? Perguntava-se Nelson. E respondia: para controlar o sentimento derivado do instinto, por exemplo. Trazia o pensamento de grandes filósofos, como Sócrates, Platão, Kant, não apenas para ensinar, mas para algo mais: filosofia é parte da vida, eis o legado do professor. E entusiasmava seus alunos com esse traço profissional. Alguns iam procurar outras disciplinas filosóficas para enriquecer sua formação.

Exponho o depoimento de uma ex-aluna, transmitido por meio de entrevista que gentilmente me concedeu, por escrito, muitos anos depois de concluir o curso de formação na Universidade. Refiro-me ao depoimento de Olinta Dopcke. Assim expressou-se ela: “Anos mais tarde, fui fazer uma limpeza nos meus cadernos e anotações. Vi que as páginas dos cadernos de Filosofia, dos cursos dele (Nelson), estavam cheias dos seus ensinamentos. Ainda os tenho, não podia simplesmente jogá-los no lixo. São para a vida toda. E não apenas para o que consegui anotar. Um privilégio ter sido sua aluna”. Por esse depoimento da aluna, observamos que o pensamento do professor era abstrato, porém colado à existência humana, à vida. Diríamos: como o Condor dos Andes, andava pelas alturas do céu, porém com os olhos focando o chão.

O perfil do pensador Nelson

O pensamento de Nelson Gonçalves Gomes tomou forma com base em notável experiência de ensino em várias Universidades, tanto brasileiras quanto de outros países. As leituras de outros pensadores contribuíram, de modo positivo, para a florescência e o amadurecimento do pensamento pessoal. Homem viajado! Com efeito, Nelson lia textos escritos, por muitos outros pensadores, em vários idiomas, como alemão, grego, inglês, espanhol, francês, italiano e latim. Essas fontes de inspiração e instrução de seu pensamento foram múltiplas e selecionadas como convém a quem pretende dominar o conhecimento em sua área de atuação no ensino. Ou seja, o bom professor está sempre aprendendo. Desse modo, seu evoluiu seu pensamento e acabou se expressando, enfim, em suas publicações.

As publicações evidenciam a complexidade de aspectos do pensamento filosófico com os quais lidou, ao buscar fontes de instrução. Compreendem, em primeiro lugar, quinze artigos em periódicos acadêmicos. Todos referentes a sua área de atuação como professor de filosofia da Universidade de Brasília. O autor, portanto, amadureceu o conteúdo do ensino, observando como os outros profissionais da área exercem a atividade e como pensam. Lendo seus textos e dialogando com eles.

Três livros publicados, escritos ou organizados por Nelson, referem-se à linguagem, ou à filosofia de Hegel e de Moritz Schlick. Ademais, a experiência de pesquisador do pensamento filosófico resultou em outros dezoito capítulos de livros publicados. Neles desvela um horizonte extenso de análise, que percorreu em seu exercício profissional. Sempre com o foco no conteúdo do ensino que ministrava, mas com mente aberta ao que outros colegas de profissão pensam, ao escreverem e lecionarem em suas respectivas universidades.

As facetas do rico pensamento filosófico de Nelson revelam a abrangência e o domínio de seu pensamento sobre aspectos essenciais da existência humana. Até parece que nada lhe deve escapar!

Ao mesmo tempo em que visita o mundo do saber, Nelson escreve e ensina sobre o que reflete acerca da vida humana, da existência humana. Desse modo, visita a História do homem através de séculos e milênios. Não deixa de

lado a preocupação metodológica de como aprender, como pensar, como ensinar e como escrever. Felizes seus alunos! Eles ouvem a crítica da própria lógica. Nada existe de estanque, parado; tudo evolui: nasce, cresce, se transforma, amadurece. O saber também. Isso observou Nelson ao escrever sobre outros pensadores. Os do Círculo de Viena, por exemplo. Como conversavam, dialogavam, corrigiam e robusteciam pela reflexão e pela observação o próprio pensar?

Nelson voa pelo mundo do pensamento. Mas não fica nas alturas. Desce até os humanos e perscruta seus sentimentos e ideias. Penetra o âmago, a alma do homem, em todas as suas variadas manifestações atuais. Isso aprendemos, se não pelas aulas como seus alunos, pelas leituras de suas publicações. Por exemplo: que relação existe entre o sentimento e a razão; a melancolia e a razão? Que relação existe entre a lógica e a ética? É bom imaginar uma humanidade com essa filosofia de vida – pensar no que faz, se tem razão - antes de deixar-se comandar pelo simples sentimento. Nelson ensina a pensar em uma humanidade humanizada por inteiro. Lição do mestre.

O que encontramos de mais notável, portanto, no pensamento de nosso filósofo, é, por certo, a capacidade de pensar abstratamente e aplicar a lição aos humanos e a seu comportamento. Quem foi capaz disso, com tamanha desenvoltura?

Conhecido por sua capacidade profissional, Nelson foi convidado por muitas instituições para integrar comitês assessores na área de filosofia. Foi honrado pelo CNPq e pela Capes, integrando seus comitês. Diversas universidades, a começar pela própria Universidade de Brasília, também o convidaram para membro de comitês de filosofia. Também no exterior, como em Lisboa e no Porto, universidades o tiveram como assessor. Organizações científicas ou associações acadêmicas não descuraram a contribuição do professor Nelson em sua direção. Tudo, em resumo, contribui para enaltecer o mérito de seu pensamento e de sua atividade profissional.

Divulgação global do pensamento

Ao participar de congressos científicos, promovidos, sobretudo, por organizações acadêmicas nacionais e internacionais, Nelson semeava seu

pensamento. Participou como ouvinte desse tipo de seminários, porém sempre costumava proferir sua própria conferência. Ademais, organizou seminários na Universidade de Brasília, para o qual convidou até seu velho orientador de Munique.

Nessas Conferências das quais participava, a palavra de Nelson alcançava colegas e professores de muitas partes do globo, que ouviam com atenção o filósofo da UnB. Assim divulgava ele, por outro meio, seu seguro e forte pensamento.

Discorreu sobre a relação entre normas e valores, sobre natureza, cultura e felicidade, sobre o que é moral e o que é obrigação moral; sobre o que existe além da ética, a relação entre moral e argumentação, que significa o terrorismo, o utilitarismo. Esses temas dão uma ideia da abrangência do pensamento de Nelson e de sua proximidade com a existência e o comportamento humanos. Mas seu pensamento também andava pela filosofia pura e aplicada. Que significa metafísica analítica, filosofia acadêmica, qual a responsabilidade de um diálogo, em que consiste a lógica da racionalidade, que é natureza humana? Quem não apreciaria pensar nesses temas, ou mesmo ouvir um entendido discorrer sobre eles?

Uma relação especial intrigava nosso pensador: a relação entre direito e vida humana. Por isso, escrevia e falava, perguntando-se pelo que é um código, pela relação entre direito e instituições, entre direito e ética; perguntava-se até mesmo sobre a relação entre ética e responsabilidade no trabalho, enfim, entre a ética e ciência, entre a filosofia e o pensamento político. Como se percebe, o pensamento de Nelson subia às alturas, mas estava sempre com os pés no chão. Parece que só ele mesmo sabe como isso é possível. Pelos menos, uma lição fácil se aprende: pensar para viver e agir.

Além de estabelecer tais relações entre o pensar e o viver concretamente, apreciava Nelson subir novamente ao abstrato da sua mente. E se perguntava, então, pelo significado da racionalidade particularista, pela lógica do diálogo moral, pelos problemas éticos que ocupam as mentes.

Por vezes ensaia Nelson a futurologia; ao pensar e discorrer sobre mundos possíveis onde se viver, sobre os problemas éticos da atualidade, a filosofia da atualidade, em particular a filosofia alemã – a grandiosa filosofia alemã – e a evolução do modo de pensar em nossos dias.

O retrato do pensamento de Nelson é complexo, somos chamados a reconhecer. Mas é a filosofia que espalhou sobre a humanidade e que nos deixou como legado intelectual. No âmago do abstrato, no íntimo da existência humana. Admirável mundo do pensamento!

Conclusão

Voltamos aos três mosqueteiros daqui. Acerca deles, escreveu Nelson, em entrevista que nos concedeu por escrito, no início de 2022, recordando quarenta anos de convivência: “Brasília era novidade para os três, o que nos levou a explorá-la. Com frequência, nos fins de semana, íamos juntos aos lugares de diversão da cidade. Frequentávamos cinemas, teatros, restaurantes e festas. Conhecemos pessoas do mundo social e político. Esse convívio descontraído e amigável entre Amado, Estevão e mim, felizmente, existe até hoje. Ainda na década de 1970, de modo natural, ele estendeu-se às nossas famílias e a vários de nossos amigos, o que nos deu e dá oportunidade para encontros regulares da melhor qualidade”.

Esse foi o lema dos três daqui: trabalhar muito, viajar muito, divertir-se muito. Diferente do lema dos três mosqueteiros de Dumas, embora comum, sob determinado aspecto. Trabalhávamos muito para garantir nossa responsabilidade e nosso sucesso profissional; viajávamos muito para conhecer o trabalho de outros colegas profissionais e para levar-lhes o nosso; também para comer, beber e passear na rua, como diz a canção portuguesa. Divertimo-nos muito: misturando churrasco aqui, feijoada ali, chucrute acolá, com risadas, cerveja, caipirinha, vinho. Misturando com filosofia, amizade, História e teoria.

Nada temos a lamentar de nossas vidas. Somos felizes com as opções existenciais que fizemos. Faríamos por certo tudo da mesma forma, se nos fosse dado começar de novo.



ARTIGOS – ARTICLES

Some reflections on the methodology of philosophy

C. Ulises Moulines¹

Munich Center for Mathematical Philosophy
Bavarian Academy of Science
moulines@lrz.uni-muenchen.de

Como citar este artigo: MOULINES, C. U. “Some reflections on the methodology of philosophy”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 8-13. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa

Abstract: The metaphilosophical thesis is put forth that the three main areas of any serious philosophical reflection are: ontology, epistemology, and (philosophical) semantics. To some extent, they can be dealt with independently from each other, but on a certain level of sophistication in the analysis, their mutual relationships have to be taken into account.

Keywords: Metaphilosophy. Ontology. Epistemology. Semantics.

Reflexiones sobre la metodología de la filosofía

Resumen: Se defiende la tesis metafilosófica de que las tres principales áreas de cualquier reflexión filosófica son: la ontología, la epistemología y la semántica (filosófica). Hasta cierto punto, ellas pueden ser tratadas independientemente las unas de las otras, pero a partir de cierto nivel de complejidad en el análisis, hay que tomar en cuenta sus relaciones mutuas.

Palabras clave: Metafilosofía. Ontología. epistemología.

¹ Professor emeritus of the University of Munich; member of the Institute for Mathematical Philosophy, Munich, and of the Bavarian Academy of Science; 17 books and more than 200 articles published in several languages mostly on philosophy of science, general epistemology, history of science, and political philosophy; Doctor honoris causa by the “Universidad Autónoma Metropolitana”, Mexico, and by the University of Santiago de Compostela, Spain.

Catedrático emérito de la Universidad de Múnich; miembro del “Institute for Mathematical Philosophy”, Múnich, y de la Academia de las Ciencias de Baviera; 17 libros y más de 200 artículos publicados en diversas lenguas, la mayoría sobre filosofía de la ciencia, epistemología general, historia de la ciencia y filosofía política; Doctor honoris causa por la Universidad Autónoma Metropolitana de México y por la Universidad de Santiago de Compostela.

I feel particularly honored by the fact that the editors of this *Festschrift* dedicated to Nelson Gomes on the occasion of his 80th anniversary have asked me to contribute to this volume. For many decades, since our times as Doctoral students at the University of Munich, Nelson and I have maintained a firm friendship, which has endured despite living on different continents; and although there has not been an opportunity to see each other again for a long time, we have remained in epistolary contact regularly, sharing our hopes and concerns, not only with respect to philosophy, but on other subjects as well. I hope that these methodological reflections that I dedicate to Nelson, although perhaps not fully shared by him, will be of interest to him as well as to the other contributors to this well-deserved tribute, and in general to readers interested in matters philosophical.

I think that, from a methodological point of view, the three fundamental pillars of any systematic philosophical endeavor may be subsumed under the usual labels of “ontology”, “epistemology”, and “(philosophical) semantics”². These three areas are indeed essential to a full understanding of the genuine nature of any systematic philosophical enterprise, and I myself have dedicated my efforts for decades to contribute to a greater or lesser degree to these three pillars of philosophical work. I have done this in particular in my book *Pluralidad y Recursión*³. The pages that follow represent, in a sense, a continuation of the analyses I undertook in that work.

Now, these three pillars of any genuine philosophical endeavor are not independent of each other, but they are rather mutually intertwined. That is, dedicating oneself to ontology (if we want to do it fruitfully and in a well-founded way) implies at the same time dedicating oneself to epistemology, and this in turn has to do with (philosophical) semantics. Let's look at these interconnections by considering a particularly notorious example from the history of philosophical ideas.

The question "Does God exist?" is a typically ontological question (although, of course, it is not posed only by and for philosophers). Now, this

² The latter area could also be labelled, following the Aristotelian tradition, “hermeneutics”; however, since in time this term has become rather the name for a particular philosophical school, and not for a research area, in the following I'll use exclusively the denomination “semantics” for what I have in mind.

³ See C. Ulises Moulines, *Pluralidad y recursión – Estudios epistemológicos*, Madrid: Alianza Universidad, 1991.

question is obviously correlated with the epistemological question "How can we know whether God does indeed exist or not?", which in turn presupposes that we have answered the semantic question: "What exactly do we mean by the term 'God'?"

It is true that, throughout the history of philosophy, the ontological questioning has sometimes predominated, as in the Aristotelian tradition; at other times this was the case for the epistemological approaches, as in the case of British empiricism and the Kantian tradition; and in others finally the semantic inquiry dominated the philosophical discussions, as in the analytical tradition in philosophy from Frege and Wittgenstein up to present times. These different emphases are historically and psychologically understandable, and we cannot reproach an author for having concentrated on one branch of philosophy more than another, as long as that author is aware that, strictly speaking, the main branches of philosophy cannot be sharply separated. We could speak here of a "division of labour", but not of true conceptual independence.

At this point someone might think that my substantial characterization of genuine philosophy as a whole in which ontology, epistemology, and semantics participate in an interrelated manner is still too abstract and general, and that it would be convenient to specify what the objects of study of philosophers are, or should be. That is, the objection may be raised that there is an additional question that should be answered with respect to philosophy, namely the question of the nature of the objects under philosophical study. Our critic could argue: "Okay, as philosophers we can make an ontological, and/or an epistemological, and/or a semantic analysis of a certain object of study. But what is the nature of those objects of study that concern a typically philosophical investigation?" At first glance, this seems to be a justified question that a non-philosopher can pose to a philosopher. Indeed, the non-philosopher may raise the following challenge to the philosopher: "I have some idea of what the objects of study of mathematicians are, namely numbers, geometric figures, and similar abstract entities; I also know that physicists study material particles and the structure of space and time; and that biologists study the phenomena of life. But what are the specific objects of study of philosophers?". I repeat that, at first glance, this seems like a justified question.

But if we dwell a little on the historical course of philosophical thought, we will soon see that it is not so. Indeed, the objects of study of philosophers have been, and continue to be, all kinds of entities. By way of examples, here is a short list of things that philosophers have been dealing with for more than 2,500 years: Apart from the aforementioned idea of God, we can mention man, being, time, life, knowledge, numbers, work, death, Newtonian mechanics, the *summum bonum*, art, law, mind, language, the meaning of history, different political systems, truth, induction, nausea, ... and, of course, philosophy itself. In short: an incredible hodgepodge.

Now, the non-philosopher may further ask us: If it is not the type of objects of study that characterizes the work of the philosopher, what is it that characterizes philosophy? The answer is that it is not that which is studied by philosophy that characterizes it, but the *way* it does it – at least when it comes to a philosophical enterprise that we can take seriously. This mode was described by Wittgenstein in an insurmountable way, as succinct as it was accurate, by the phrase of the *Tractatus logico-philosophicus*: "*Alles was sich sagen läßt, läßt sich auch klar sagen*". ("Everything that can be said, can be said clearly.") Wittgenstein himself did not always abide by this principle, but this is another matter. In any case, this principle contains the supreme methodological norm of good philosophizing, namely: "Say at the outset of a discussion whatever you want to say, but say it clearly. For only in this way can you and your interlocutors control the content of what you express. Any other attitude amounts to an idle joke."

Now, at this point the question arises: Of what kind is that clarity that we suppose characteristic of good philosophizing? It is quite simple to find out if the water contained in a bottle, or the air around us, are clear or not. But what is the criterion of clarity in the case of philosophy?

For some time, some philosophers, from Leibniz to Carnap through Frege, held the idea or, rather, the hope that the definitive criterion for philosophical clarity would be found in the application of logic (in a broad sense of the term "logic", which would include mathematical logic *sensu stricto*, as well as set theory, and the so-called "philosophical logics"). The idea was that any postulated philosophical thesis should be as clear and as precise as a mathematical theorem. Philosophical discussions would therefore not take

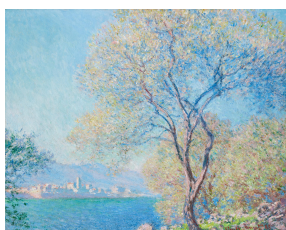
the form "*Disputemus*", but "*Calculemus*". And this would be facilitated by the instruments of logic in the broad sense indicated. Now, we know that today there is no longer anyone who maintains that hope. In the meantime we have come to know the limits of logic very well. This does not mean, of course, that logic is useless to philosophy. On the contrary, logic in the broad sense indicated, which includes philosophical logics and set theory, is the most valuable instrument available to philosophers in those cases where it can be applied, and therefore the different branches of logic must constitute a central part of any philosophy teaching program. But we must be aware that it is an instrument that has its limits and that cannot always be applied to philosophical studies.

So, if logic alone will not always provide us with the desired philosophical clarity, what other instrument could help us in that undertaking? The answer is that there is no univocal answer to that question. The extra-logical conditions of clarity will be different depending on the case – depending on the topic dealt with, or on the thesis defended, or on the approach developed. We may say that these conditions are "intuitive". Any of us (at least as a philosopher) has a certain intuition about the conditions that a proposed philosophical approach has to fulfil in order to be clear and well-founded. But precisely because it is an intuition, it will not always take the same form for all people. There is no universally and uniformly applicable criterion of "intuitiveness". Therefore, philosophical discussions, leaving aside cases in which logic can strictly be applied, take the form of a *never-ending process*. This does not mean that every philosophical discussion always moves in a circle, and that there is no progress in philosophy. There is certainly a certain form of progress in philosophy, but it is not a linear progress, rather it is, so to speak, a "spiral" motion. It is a progress that, throughout history, has proved to have two essential features: First, it leads to increasingly complex, and ever more nuanced approaches; secondly, it is a progress that proceeds to some extent in a *destructive* way. Indeed, casting an honest look at the history of philosophy, we see that there are a number of philosophical theses from past eras that no one accepts anymore today. For example, no one believes at present that the motion of physical bodies is an illusion, i.e. that motion is unreal; nobody believes now that the human soul was once in a *topos uranos*,

or that the existence of God can be proved by simple reflection, or finally that physical bodies are nothing but agglomerates of sensations. In short, philosophical progress is determined by two general factors: firstly, by an increase in complexity and control in the discussion, and secondly by the overcoming of errors or absurdities.

Here, then, to end this brief exposition, are the four general conditions of good philosophizing: clarity, intersubjectively controlled argumentation, increase in the complexity of thought, and the overcoming of errors.

Auxerre, France, September 2021



ARTIGOS – ARTICLES

Putting Science to Work¹

David Miller²

Department of Philosophy
University of Warwick
COVENTRY CV4 7AL UK
dwmiller57@yahoo.com

Como citar este artigo: MILLER, D. "Putting Science to Work", *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 14-44. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Abstract: Although it is incontrovertible that there is an intimate relation between theoretical science and technological progress, the relation is persistently misrepresented. What is especially poorly understood is how indirect is the application in technology and engineering of scientific laws. This is not to diminish the importance of the service performed by theoretical science for technology, but to locate it correctly. It allows us also to identify the sense in which technology is an application of science, and to explain how it partakes fully in its rationality.

Keywords: Theoretical Science. Technological progress. Applied Science.

Resumo: Embora seja incontestável que existe uma relação íntima entre a ciência teórica e o progresso tecnológico, a relação é persistentemente deturpada. O que é especialmente mal compreendido é quanto indireta é a aplicação em tecnologia e engenharia de leis científicas. Isso não é diminuir a importância da ciência básica, mas situá-la corretamente. Permite-nos também identificar o sentido em que a tecnologia é uma aplicação da ciência, e explicar como ela participa plenamente de sua racionalidade.

Palavras-chave: Ciência teórica. Progresso tecnológico. Ciência aplicada.

¹ This paper began as the inaugural lecture, given in Spanish under the title 'Haciendo trabajar a la ciencia', of a weekly seminar organized by Professor Alexander Gómez Mejía in the Faculty of Engineering of the Universidad Nacional de Colombia (Bogotá) in the second semester of 2006. The lecture has been repeated, enlarged, and varied, on many subsequent occasions, usually in English, and for fifteen years it has been my party piece. It has never been published before. This final version contains many substantial variations and additions.

²Department of Philosophy. University of Warwick. Coventry CV4 7AL UK. dwmiller57@yahoo.com. © D.W. Miller 2006, 2023.

0 Introduction

The question of how theoretical science, and similar disinterested activities, have an influence on technology, and similar practical and directed activities, continues to be a topical one. Governments, in particular, confronted by the soaring cost of scientific research, insist more and more that, in order to receive financial support, a scientific project (and in the United Kingdom, even a project in the humanities) must outline in advance how the anticipated results of the research will contribute to the economic reinvigoration of the nation; the application for funding must promise an *impact*, or what the British Academy chastely calls a *public value* (Roberts 2010, p.2). Most thoughtful scientists think, correctly, that this is a risible policy, since no one can foresee the outcome of any piece of research that is worth undertaking. I believe, however, that the impossibility of enunciating today what we shall not know until tomorrow is not the only obstacle to seeing how future scientific discoveries may be applied in practice. In this paper I wish to explain those simple logical considerations that show that, contrary to popular opinion, there is no routine procedure or set of procedures by which scientific laws, however well articulated and understood, can be applied directly to the solution of outstanding technological problems. In other words, even if we could predict accurately what we are going to discover, we should still not be able to predict whether it will be of practical utility. Political orthodoxy on the prospects of research is at least two steps away from the truth.

1 Basic Sciences and Applied Sciences

Everyone can, I hope, provisionally agree at the outset with the following simple characterizations of the difference between the basic sciences and technology and engineering:

In science we investigate ... reality; in technology we create a reality according to our design which has been proposed by the philosopher Henryk Skolimowski (1966, p.374), and Technology, unlike science, is not concerned with things as they are but with things as they might be which has been proposed by the Canadian political scientist Jack Grove (1989, p.46). In

dwelling on this difference, I do not deny that science and technology also have a good deal in common. Like most other human activities, such as politics, marriage, football, and so on, science and technology are devoted to the solution of problems; and the similar manner in which they go about solving problems, sometimes loosely called *the scientific method*, is doubtless what led C.P. Snow to describe as 'untenable the distinction ... between pure science and technology. If you actually see someone design an aircraft,' he wrote (1964, §3) 'you find him going through the same experience — aesthetic, intellectual, moral as though he were setting up an experiment in particle physics.' I concede that the attitudes of an engineer and of a scientist, especially an experimentalist, may be similar, but their aims differ, as the quoted passages from Skolimowski and Grove indicate: a scientist, especially a theoretician, endeavours for the most part to answer the question *why?*, while a technologist or engineer endeavours to answer the question *how?* In §4.0 below I shall point out an aspect of technology that experimental science does not share.

Nor do I deny that science and technology continuously interact. Every time a technological project is successful, more reality is created for science to investigate; or in Grove's words, *things as they might be* turn into *things as they are*. On this point see §5.2 below. In the other direction, every promising scientific theory calls for experimental or observational tests, which in the modern era often require a wealth of specially designed and constructed equipment. Some fields of contemporary science would indeed hardly exist as empirical disciplines without enormously costly and enormously sophisticated technical apparatus. It is enough to think of astronomical observatories and particle accelerators; of the search outside the solar system for signs of life, and of the search at CERN for the Higgs boson. But what is of concern here is not this rather mundane sense in which science leads to technological advance, since almost all human activities are at times customers seeking technological assistance. No doubt bibliophily and golf contribute to technology by supplying it with problems. What is much more in need of discussion is the question of whether science, especially theoretical science, ever supplies technology with solutions.

My thesis is that it does not do this and that it cannot be expected to do this. Science and technology pose problems for each other, as just noted,

but otherwise each of them promotes the advance of the other only indirectly. Technology facilitates those experimental tests that lead to the elimination of false theories, and in this way it does science, which is more than anything else a search for the truth about the empirical world, a mighty favour. What I shall suggest is that science does technology a similarly mighty favour, which is similarly indirect, by eliminating from serious consideration many proposals that would otherwise have to be tested laboriously in practice. But it does not do more than this, even in the modern world in which the involvement of theoretical science in technology is ubiquitous and incontestable (see the closing remarks in §2.4 below).

Despite my sense that the influence of the basic sciences on technology is almost universally misunderstood, to the detriment of technology, I have no wish to depreciate the practical value of the basic sciences. I hope that what follows will cast a more flattering (and more truthful) light both on the basic sciences and on their application in practice.

I ought to say that I eye the expression 'basic sciences', and especially the expression 'applied sciences', with much disquiet. They suggest something that I deny, that science precedes technology logically and temporally, and that the applied scientist, engineer, or technologist applies science in the way that we all apply the products of technology; for example, the way in which we apply a corkscrew to open a bottle of wine, or an implementation of a word-processing program to format the text that has been entered at the keyboard. If only it were so straightforward! Even I could be an engineer in such a world. I hope to show that the situation is markedly different. I shall accordingly prefer the expressions 'theoretical sciences' and 'explanatory sciences', or, when there is no danger of confusion, simply 'science', and I shall henceforth avoid the expression 'applied sciences' altogether. An effective distinction between 'engineering' and 'technology' will be introduced in §5.1 below. For the time being the two words should be understood to be completely interchangeable.

2 Science and Technology Disconnected

In this section I shall present three considerations that call into question the logical and temporal precedence of theoretical science over

technology. One is simple-minded and zoological, the second is informal and commonplace, and the third draws on the history of science. In the next section I shall present a fourth consideration, the most eloquent of them all, which consists of a simple but telling inspection of the logical form of scientific theories. The first two considerations (§2.0, §2.1) indicate that scientific knowledge is not necessary for technology; the third and fourth (§2.2f., §3) indicate that it is often not sufficient.

2.0 Animal Technology

Birds build nests for their eggs and their chicks. Beavers build dams in order to control and redirect streams. Moles, voles, and other animals dig intricate systems of underground tunnels. New Caledonian crows and primates of several species use tools such as sticks and stones in order to reach otherwise inaccessible scraps of food. More recent examples include veined octopuses, who have been observed collecting coconut shells discarded by humans and assembling them into shelters (Finn, Tregenza, & Norman 2009), and grass-cutting ants, who are able to employ a variety of materials to construct the porous turrets that ventilate their underground cities (Cosarinsky & Roces 2012). All these creatures work hard to adjust the world to their needs. They are engineers, but they are not scientists.

It seems to be generally agreed that 'there are no fire-using animals nor are there animals that routinely fashion new tools, improve upon old tool designs, use tools to make other tools, or pass on accumulated technical knowledge to offspring' (Basalla 1988, p.13). The conclusion (stated but not explicitly endorsed by Basalla *loc.cit.*) that 'no technology whatsoever is required to meet animal needs' is, however, palpably incorrect.

2.1 Everyday Technology

A branch of technology that is familiar to us all is cookery, which is surely an activity that is not essentially different from other human interventions in the environment. In Grove's words, cookery 'is not concerned with things as they are but with things as they might be', though, sadly, it often

fails to reach Skolimowski's aspiration of creating 'a reality according to our design'. Cookery can of course be described as applied chemistry, but this description manifests exactly the sense of the verb 'apply' that I have objected to. Few successful cooks know the the elements of chemistry (or of the physics of materials, or of anatomy). The same is true for farming, bee-keeping, animal husbandry, metal-working, and other branches of technology that emerged long before the dawn of theoretical science.

Another example is music. Music is perhaps better described as a technique rather than a technology, but it exhibits a similar contrast between theory and practice. The science that is relevant to music is in part a mathematical theory (known to the ancient Greeks), in part a collection of physical theories (of waves, of elasticity, of sound, of acoustics). What is true in this case is that some knowledge of musical theory is usually an advantage to a musician, whether performer or composer. Folk music shows that such knowledge is not at all essential. We should not forget that, a few months before his untimely death at the age of 31, Schubert enrolled in a course in counterpoint (Gombrich 1982/1996, p.563).

What these everyday examples make evident is that we cannot characterize familiar cases of technology as applications of scientific knowledge. Animals possess no scientific knowledge, but we may suppose that they possess unconscious skills that have developed in the course of evolution. Even if there exists theoretical knowledge that impinges on his practical tasks, it is unlikely that a cook is aware of it either implicitly or explicitly, and it is certain that he does not apply such knowledge directly and automatically. In the case of a cook, in contrast to that of a musician, it is not obvious that it is worth his while to obtain the scientific knowledge that explains his achievements, for example, successful baking. A former colleague, an engineer who is now a Fellow of the Royal Society, told me that in his youth he was assigned to teach a course entitled *Chemistry for Hairdressers*. I sometimes wonder if the course made his students into better hairdressers, even if they understood better the effects of the dyes and peroxides used in the salon. Although diligent students were surely enabled to apply chemical substances with some scientific understanding, it does not follow that in doing so they were applying any chemical theory.

According to Hatfield (1948, p.59): 'There is no more instructive case in the history of technology than the development of engineless flying. It is very doubtful whether Lilienthal ... ever dreamed of the possibility of flying without engines for hours on end. This development was in no way the result of the application of scientific principles' He mentions on the same page also the steam engine, and Viking ships, whose 'lines ... can hardly be improved upon today'. The production of silver in ancient Athens is another striking example of elaborate and far-reaching technology unilluminated by theoretical knowledge (Rihll & Tucker 2002, especially §§5f.). In all these cases, the paucity of relevant scientific theories anyway obliged the inventors to proceed without theoretical help, but there are more forceful examples of independence from science. Writing in 1948, Hatfield cited 'the enormous developments in the use of catalysts which have taken place in recent years. Tomes of theory exist, but has anyone ever found the right catalyst by means of it?' (*op.cit.*, p.146). Meyers (2007) documents a huge number of advances in modern medicine that did not emerge directly out of science. The early telescope was not a byproduct of geometrical optics, whose study advanced rapidly in the 17th century, but the outcome of experimentation with spectacle lenses by opticians (such as Lipperhey) who were not theoreticians (van Helden & al 2010). Most of the improvements in the design of the telescope were the result of work by lens grinders and instrument makers, rather than of theoretical considerations. Indeed, some of the innovations that were nurtured by scientific work, such as Newton's reflecting telescope, were rather unsuccessful. In short (Basalla, *op.cit.*, pp.91f.): 'Proponents of scientific research have exaggerated the importance of science by claiming it to be the root of virtually all technological changes.'

2.2 Atomic Energy

There are several examples in the history of science of distinguished scientists who had thoroughly mistaken ideas concerning the practical potentialities of the physical phenomena brought to light by the theories that they had created. Lord Kelvin [William Thomson] and Lord Rayleigh, who independently made significant contributions to the science of fluid mechanics,

did not believe in the possibility of flying machines heavier than air; that is, in the feasibility of aeroplanes (Meurig Thomas 2001, p.105). In 1902, together with his colleague Frederick Soddy, Lord Rutherford used the theory of the spontaneous disintegration of atoms to explain the mysterious phenomenon of radioactivity, and a decade later he proposed the nuclear theory of the atom. He was undoubtedly aware of the immense amount of energy that may be stored in atomic nuclei. In 1933, nonetheless, he stated publicly on several occasions that '[a]ny one who expects a source of power from the transformation of these atoms is talking moonshine'. This opinion has been reported by several authors, including Jungk (1958, p.49), DeGroot (2004, p.11), Zahar (2007, p.20) and Pasternak (2012, p.92). Jenkin (2011) has raised some doubts about the extent of Rutherford's scepticism. Calling it 'the only major bloomer in scientific judgement Rutherford ever made', Snow (1969, p.33) added that '[i]t is interesting that it should be at the point where pure science turned into applied'. Snow's remark may be contrasted with his repudiation some four years later (quoted and contested in §1 above) of any solid distinction between scientific practice and technological practice. It is perhaps equally interesting that Rutherford did not have a special reputation for abstract thought, divorced from material reality. On the contrary, he was a profoundly practical man, of whom Bohr once said 'Rutherford is not a clever man; he is a great man' (Crowther & Whiddington 1947, p.122). Yet this great man, notwithstanding his intuitive understanding of how the world works, could not imagine a way of setting free the energy stored within the atom.

Rutherford was not isolated in his scepticism. Although Soddy had intimated as early as 1904 that a man who found a technique for liberating and controlling the energy in the atom 'would possess a weapon by which he could destroy the earth if he chose', he did not believe that any such technique would be found (Rhodes 1995, p.44). According to the Nobel laureate Igor Tamm, '[a]t the beginning of the 1930s everyone considered nuclear physics to be a subject having absolutely no relation to practice or technology' (Holloway 1994, p.36). Einstein's doubts about the military exploitation of his famous equation $E=mc^2$ varied from incuriosity and detachment in 1905 (Calaprice 2011, p.281) to dismissiveness in 1919 (Frank 1948, pp.211f.) to amusement (Rhodes *op.cit.*, p.172). In a letter written not long before his death in 1955 he

stated bluntly that '[t]here was never even the slightest indication of any potential technological application [of $E=mc^2$]' (Calaprice *op.cit.*, p.284). At the end of World War II he admitted that although he had recognized its theoretical possibility, he had not expected any controlled release of atomic energy to come about during his lifetime (*op.cit.*, p.273) ... 'a chain reaction ... was not something I could have predicted' (*loc.cit.*).

In the year in which he shared the Nobel Prize for Physics with Clinton Davisson, George Thomson wrote (1937, p.144):

One may sum up the chances of atomic energy as a practical proposition as follows. It is practically certain such energy exists; it is very likely that it is being released on an enormous scale in the stars. It is somewhat doubtful whether suitable material exists in the earth. If it does, it is perhaps not unduly optimistic to suppose that man will some day be able to imitate this most violent of natural processes, and as late as 1940 a group that he chaired advised the British Government that '... it is much better that they [the Americans] should be pressing on with this than that our people should be wasting their time on what is ... probably a wild goose chase' (DeGroot *op.cit.*, p.25).

2.3 The Steam Engine, Fuel Cells, Vaccines

The individual contributions, at the turn of the eighteenth century, of the British engineer Thomas Newcomen and the French scientist Denis Papin to the invention and development of the steam engine reinforce the view promoted here that the details of technological innovations are to a great extent independent of contemporary scientific knowledge, even when knowledge that looks pertinent is available. According to Basalla (*op.cit.*, pp.95f.):

Newcomen had neither the education nor inclination to pursue the disinterested study of the vacuum, and Papin had neither the interest nor the technical knowledge and imagination to transform his small-scale laboratory demonstration into a practical engine. ... It would be a mistake to conclude that Papin, in discovering the principle of the atmospheric engine, showed greater originality and genius than did Newcomen Nor is it correct to

assume that Newcomen merely put theory into practice, that he did what was obvious in following the lead of Papin's work.

There are plenty of more recent examples of science's inability to deliver technological goods. According to the engineer Henry Petroski, '[t]he basic science of fuel cells ... has been known for over a century, but that has not been at all sufficient to lead the way to mass-producing an efficiently functioning cell' (2010, p.122). Although '[t]he gene that gives rise to cystic fibrosis was discovered several decades ago', no attempt 'to cure sufferers by administering the correct version through relatively straightforward procedures ... has so far been successful' (Pasternak 2012, p.34). Viruses (*op.cit.*, pp.52f.) are similarly equivocal. A few years after its identification in the 1980s as an RNA retrovirus, the entire genome of HIV was sequenced ...; the function of every protein produced by the virus was elucidated. A scientific tour de force? Analysis proved easier than synthesis. A quarter of a century after the isolation and characterisation of HIV, we still do not have an effective vaccine against it. This illustrates the unpredictability of producing vaccines against infectious microbes. A vaccine against smallpox virus (it happens to be a DNA one) was produced without knowing any of the details of its component DNA or proteins. By 1976 smallpox was virtually eradicated throughout the world. Today 40 million people are infected with HIV

2.4 Discussion

It is generally supposed that the scientific revolution of the 17th century was a necessary preliminary to the industrial revolution of the 18th century; and that the theories of radioactivity and relativity were no less necessary preliminaries to the building of the atomic bomb. These are just two examples that are often cited to illustrate the doctrine that it is scientific discovery (rather than necessity) that is the mother of invention. Bacon's message that *knowledge is power* has attracted many supporters, and even Popper, who offered the more humane alternative that 'knowledge is something far better than power' (1979, §VI) regarded it as 'undeniable that science has become the basis of technology' (1969, §III). Bacon's rallying cry has recently been repeated by Deutsch (2011, pp.55f.):

Since the Enlightenment, technological progress has depended specifically on the creation of explanatory knowledge. People had dreamed for millennia of flying to the moon, but it was only with the advent of Newton's theories about the behaviour of invisible entities such as forces and momentum that they began to understand what was needed [presumably Deutsch here means 'sufficient' rather than 'necessary'] in order to go there. ... The ability to create and use explanatory knowledge gives *people* a power to transform nature which is ultimately not limited by parochial factors, as all other adaptations are, but only by universal laws.

The introductory textbook in the philosophy of science by Ladyman makes much the same claim (2001, p.1): 'It is possible to develop ploughs, wheels, bandages and knives without much in the way of theory, but without the scientific theories and methods developed mainly in the last few hundred years there would be no electronic devices, spacecraft, microsurgery or weapons of mass destruction.' According to the book's back board (for which the author may not be directly responsible), '[f]ew can imagine a world without telephones or televisions; many depend on computers and the Internet as part of daily life. Without scientific theory, these developments would not have been possible.' Unfortunately neither Deutsch nor Ladyman explains what the difference is between contraptions that allegedly could not have emerged in the absence of theory and those that did. Given the remarkable innovations made by Nature in what can be called reproductive technologies (and in all other areas of biology) without the assistance of scientific theory, something more ought to be said. David Dahmen has pointed out to me that the invention of the vacuum tube, which is not a primitive item of equipment, was free of theoretical considerations. Theory is of course required to explain how the vacuum tube works, but initially it was a mystery how it works. That scientific theories are inextricably involved in explaining the workings of our inventions does not imply that were either necessary or sufficient for the invention of those inventions. I do not see why the various sophisticated appliances cited by Ladyman could not have been developed, though much more slowly, by relentless trial and error, in the same way in which bicycles and beer were developed. Basalla (*op.cit.*, p.49) and Michl (2002) have demonstrated the extent to which every new invention is a modification of an earlier one.

The historical thesis that is contested, to various degrees, by many writers apart from myself, for example Hatfield *op.cit.*, Basalla *op.cit.*, Vincenti (1990), and Petroski *op.cit.*, is the thesis that in modern times 'technological progress has depended specifically on the creation of explanatory knowledge' (to use Deutsch's words). The main purpose of the present paper is to do something that, as far as I know, the other writers have not done, which is to give a simple logical explanation of why this historical thesis is false, that is, to explain why scientific knowledge could not have played, and cannot play, the germinal role that is customarily attributed to it. But since it is blindingly obvious that theoretical science is used all the time in contemporary technology, especially in nuclear engineering, in the development of new materials, and in biotechnology, there is an additional obligation to explain, and to evaluate, the role that theoretical science does play. In order to provide these explanations, we must first revisit some elementary logic.

3 The Laws and Theories of Science

Since the time of Aristotle it has been realized that our scientific knowledge consists not only of a multitude of singular facts but also of empirical generalizations and universal laws. These generalizations or laws are universal because they assert something about all the elements of a class. A simple example is the putative law *All asses are curmudgeonly*. For the purposes of the present discussion, it does not matter if we choose examples that are not genuine laws; if there exist magnanimous asses, then we have only to find another example. To be sure, even Newton's law of gravitation is not universally true, but it is convenient to consider it as a law. What is important for us is that science aspires to formulate universal laws; initially empirical laws (such as *All asses are curmudgeonly*) that deal with everyday things, and eventually theoretical laws (such as the law of gravitation, or quantum mechanics) that deal with things that are remote from our ordinary experience. A typical law of modern physics asserts a functional relationship between numerical quantities. It should be noted that in many fields of physics, and of biology (for example, genetics), the stated aim seems to be over-ambitious and inaccessible; in these fields we are satisfied if we can formulate statistical laws

that stand up to tests. This point too is not of importance. The misunderstanding concerning the role of scientific laws and theories in technology does not dissolve if the laws are all statistical statements.

3.0 A Taste of Formal Logic

In order to write a universal sentence in formal logic we make use of various familiar mathematical characters together with two special technical symbols: a symbol \rightarrow (a westerly arrow) that stands for the *conditional* expression 'if ... then —', and a symbol \forall (an upside-down capital A) that stands for the *universal quantifier* 'all'. By means of these symbols we can write the law *All asses are curmudgeonly* as $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$, where the letter 'y' is called a *variable* that ranges over a domain of values (here not explicitly fixed). Any letter can serve this function, just as we may replace 'y' in the expression $\sum_{j=0}^{100} y_j$ and 'y' in the expression $\int_0^{\infty} f(y) dy$ by other letters. Notice that the sentence *All asses are curmudgeonly*, which in natural language asserts something categorical or unconditional about all asses (to wit, that each and every one is curmudgeonly), is represented in the formalism by a sentence that asserts something conditional about all the elements of the domain (to wit, that they are curmudgeonly if they are asses). In a similar way, we may read the sentence *Some asses are magnanimous* as a statement that asserts something about some unspecified element of the domain, that is, that it is both an ass and magnanimous (not curmudgeonly), and write it as $\exists y(Ay \& \neg Cy)$. The symbol \exists (an upside-down E) is called the *existential quantifier*, and the hook \neg , with which we may represent the opposite not-*C* of an expression *C*, is called the *negation sign*. It is worth observing that other natural language quantifiers, for example 'most' and '50% of', are not so painlessly accommodated in the formalism. *Most asses are curmudgeonly* is not easily understood to be a statement about most elements of the domain of interpretation.

Scientific theories may be formulated as *universal conditionals*, even though the majority of them are conditionals of a more complex form. Newton's law of gravitation, for instance, may be written: if *x* and *z* are any

two distinct bodies, then the force f between x and z is equal to the product of the constant G and the measures m_x and m_z of the masses of x and z , divided by the square of the distance d_{xz} between x and z ; compactly, $\forall x \forall z [(B(x) \& B(z) \& x \neq z) \rightarrow f_{xz} = Gm_x m_z / d_{xz}^2]$. A more strictly correct formulation of this law takes the form of a mixed quantification: 'if x and z are any two distinct bodies, then there is a force f between x and z whose value is ...'; in symbols, $\forall x \forall z [(B(x) \& B(z) \& x \neq z) \rightarrow \exists f [F(f) \& f_{xz} = Gm_x m_z / d_{xz}^2]]$. Other formulations, both more explicit and more exact, are possible for the law of gravitation, as well as for other laws. The simplified version given here is quite exact enough for present purposes.

In the conditional $A \rightarrow C$ the formula A is called the *antecedent*, and the formula C is called the *consequent*. In a slight abuse of language, we shall extend this terminology to universal conditionals, calling Ay an antecedent of $\forall y (Ay \rightarrow Cy)$, and Cy the corresponding consequent. Logicians say that, in the presence of a (universal) conditional, the antecedent is a *sufficient condition* for the consequent, and the consequent is a *necessary condition* for the antecedent. Note that the logical force (or meaning) of the conditional $A \rightarrow C$ is different from the logical force of its *converse* $C \rightarrow A$, but is identical with the logical force of its *contrapositive* $\neg C \rightarrow \neg A$. Three rules of logical inference need to be noted. The rule of *modus (ponendo) ponens* permits us to infer C from $A \rightarrow C$ and A . The rule of *modus (tollendo) tollens* permits us to infer $\neg A$ from $A \rightarrow C$ and $\neg C$. The rule of *universal instantiation* permits us to infer Ay from $\forall y Ay$, whatever A is, and therefore to infer the conditional $Ay \rightarrow Cy$ from the universal conditional $\forall y (Ay \rightarrow Cy)$. Given a law

$\forall y (Ay \rightarrow Cy)$ and an antecedent Ay , we may use this rule, and then *modus ponens*, to infer the corresponding consequent Cy .

3.1 Cause and Effect

What is crucially important for an accurate appreciation of the role played in technology by scientific laws is that, in the great majority of laws of nature that we are familiar with, the logical antecedent A is also a temporal antecedent of the consequent C , or, more generally, the antecedent A provides

a method by which we may in principle realize the consequent C . It is commonly said that the antecedent A of a law of nature describes a *cause* of the *effect* described by C . The temporal order is of course not reversible: if A precedes C , or is a cause of C , then C does not precede A and it is not a cause of A . We do well to assume also that in most cases the instrumental order is not reversible either.

A merely illustrative example, without pretension to technological significance, is the law *Whenever an automobile A spins out of control in a busy street, there is soon a collision C* . Releasing the brake of a driverless car is sufficient to produce a collision shortly afterwards. A is sufficient for C , and C can be brought about by bringing A about. An example of a law $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$ whose antecedent A and consequent C are simultaneous is the psychozoological law formulated above: *All asses are curmudgeonly*. It is perhaps stretching usage a little to say that being an ass is a cause of being curmudgeonly, but if the law is a true one, it provides a method, which is effective if not efficient, for procuring a curmudgeonly animal: it is sufficient to procure an ass. In contrast nothing in the law suggests a method for procuring an ass. It is hardly sufficient to procure something that is curmudgeonly; there are other curmudgeonly creatures, for example all mules and some of my acquaintances. As I said a moment ago, the instrumental order is usually irreversible.

4 Why Science Does Not Tell Us What to Do

A law or a scientific theory tells us what effect follows (logically and chronologically) from what cause. Stated more explicitly, from the law $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$ and a statement of the cause Ay , we may infer the effect Cy . In practice, however, in a typical situation, what we know, perhaps only roughly, is the effect that we wish to produce, but we know of no cause of that effect. If we are unusually lucky, we may know a law $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$ that imputes the desired effect C to an earlier cause A that we are able to implement. In that fortunate situation, the technological problem of producing C is already solved, at least in principle. What is more common is that we know of no suitable law. Or it may be that we know only a law whose antecedent we do not know how to

implement; in short, we know a cause of the desired effect, but we do not know how to bring that cause about.

4.0 The Logical Problem of Technology

Given an effect C , how are we to discover a cause A that will bring it about? It is here, popular legend suggests, that science can help us, by guiding us to a law $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$ whose consequent is C and whose antecedent A is something that we are can implement.

My central thesis is that scientific knowledge cannot help the engineer or the technologist in this way. The position of the engineer is indeed an acute form of the predicament faced by someone who wishes to identify a painting or a poem or a tune. If the name of the work is known, a catalogue or encyclopedia (which constitutes the available organized knowledge) can provide information about what the painting looks like or what the tune or the poem sounds like. But the catalogue is of only limited use if what is known is what the painting looks like, or how the tune or the poem goes, and what is sought is its name.

It should now be plain why scientific knowledge is almost always technologically sterile.

Whereas the laws and theories of science give us a licence to infer effects from causes, what we need is a licence to infer causes from effects. Let T represent our theoretical scientific knowledge, and let C be the desired outcome. Finding a practicable state of affairs A such that T implies $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$ is not a task within the province of deductive logic. There seem to be only two possible ways forward: one is to enumerate the logical consequences of T until there appears an appropriate law of the form $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$, and the other is to make a guess at an antecedent A and then to use logical (and mathematical) analysis to find out what T says about the effects of A . For well known reasons the first possibility, although mechanizable, does not constitute a sensible task. It would produce a suffocating quantity of conditionals of no conceivable interest; for example, the theory T implies the conditional $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$ whenever T says that nothing at all possesses the property A . Having a guess, that is, having a bright idea, is the only realistic possibility.

I do not say that in a typical instance our theoretical knowledge T does not imply a suitable empirical generalization $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$. On the contrary, a successful invention would not be scientifically explicable — although, as noted in §5.2 below, the workings of many inventions are not explicable — if there were no such true (or approximately true) scientific theories in our possession. What I do say is that it is only in unusual circumstances that science helps us to find an exploitable generalization. I concede also that science (like nature, literature, myth, and even dreams) can provide suggestions for practice. But they are only hints, not blueprints. Atomic theory suggested the presence of a vast store of trapped energy within the atom, but it did not tell us how to administer its release in a disciplined manner. That problem has been solved, but for the same problem regarding the safe use of seismic energy no solution is yet in sight.

We have reached a conclusion that all engineers know full well. *A scientific theory can be applied only when there is something specific to apply it to*, and that specific something A comes from imagination and insight rather than from scientific knowledge. Petroski (*op.cit.*, p.47) sums the matter up perfectly: 'The design of engineering structures is a creative process in the same way that paintings and novels are the products of creative minds. Just as there can be no critical analysis of a work of art until it is at least sketched out, so there can be no scientific discussion of a bridge until there is a specific concept of a bridge laid down.' Similar statements are to be found on p.175 of the same book: 'Until the outlines of a design are set down, however tentatively, there can be no appeal to science Imagine wanting to build a bridge across a river. Clearly, Galileo's "two new sciences" are supremely relevant. ... But knowing this does not produce a bridge. No matter how complete our knowledge of mechanics, without a geometric arrangement of the parts of the structure we have nothing to which to apply scientific knowledge!'

In the Kyoto University Museum there is a superb collection of metal mechanical models imported from Germany at the end of the 19th century. One of them illustrates *quick return motion* using a constant (rotational) input to move an object along a fixed horizontal path, and at the end of the journey to return rapidly to its starting point. It is *a purely mechanical device*, using no chemical, elastic, electromagnetic, gravitational, or emotional energy, and a

description of how the machine works is therefore derivable, using classical mechanics alone, from a description of how the machine is constructed. How does it work? I have asked several engineers how they would design such a quick return machine — there may be more than one solution to the problem —, and only one of them has been able to give an adequate answer, despite their being well acquainted with classical mechanics. *Knowledge of scientific principles is not enough for their successful application to specific tasks.* The original German model, and a modern animation, can be scrutinized on line at <<https://www.museum.kyoto-u.ac.jp/english/materials/quickReturnEng.html>> and at <<https://www.museum.kyoto-u.ac.jp/english/materials/mech102.gif>>.

4.1 The Pendulum

A word needs to be said about those laws of physics that state for an effect C a condition A that is both necessary and sufficient. We may represent these laws with the help of a double arrow: $A \leftrightarrow C$ is defined as the conjunction $(A \rightarrow C) \& (C \rightarrow A)$, which is called a *biconditional*. It can be read as 'if and only if', and abbreviated by 'iff'. Laws that state a functional relation between numerical quantities can be put in the form of a biconditional. Familiar examples are the law of the pendulum $t = 2\pi \sqrt{l/g}$, which connects the period t of a simple pendulum with its length l ; the gas law $pV = RT$, which connects the temperature T of a gas with its pressure p and its volume V ; and Ohm's law $V = IR$, which connects the potential difference V across a circuit, the current I in the circuit, and the resistance R . The law of pendulum may be written as the biconditional 'Every simple pendulum has the length l if & only if it has the period $t = 2\pi \sqrt{l/g}$ ', and similar biconditionals express the other two laws. These laws typically do not have a temporal direction, and are not properly causal. The question arises of whether this allows them to be put to technological use.

It has to be conceded that the law of the pendulum (which is at most an approximation to the truth, as Wilson 1993, note 7, observes) may be applied rather straightforwardly to obtain a pendulum with the period t , since each period t is associated with a unique length $l = t^2 g / 4\pi^2$. That this is an unusual case is made evident by the fact that there is no obvious way to use the

law to obtain a pendulum of a desired length. It is doubtless more natural to say that the length l of the pendulum is a 'cause' of the period t than vice versa, because the length is so much more easily taken care of than is the period, but it would nonetheless be an interesting exercise in mechanical design to arrange for the period of a pendulum to determine its length (Wilson *op.cit.*, pp.58f.).

I should mention that there is a trivial way in which we may turn any conditional sentence into a biconditional: $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$ is equivalent to $\forall y(Ay \leftrightarrow (Ay \& Cy))$. In other words, all asses are curmudgeonly if & only if the set of asses and the set of curmudgeonly asses coincide. I trust that it is obvious that such a reformulation serves no technological purpose.

4.2 Life

In conclusion it must be acknowledged that there are some causal laws $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$, in biology, cosmology, and other historical sciences, in which what takes place at a certain time is necessary, but insufficient, for something that takes place at a later time; that is to say, the consequent C , which is a necessary condition for the outcome A , is temporally antecedent to A . Until the invention of artificial insemination, sexual intercourse was necessary for conception. Couples who wished to have children knew well enough what they had to do. The usual problem was not ignorance of the *modus operandi*, but its fallibility. In the same way, if you wish to enjoy a noble oak tree in your garden, it is necessary, but not sufficient, to plant an acorn many years beforehand. If we are careful to avoid any suggestion that nature acts intentionally, we may say that she has already solved, by an extraordinary variety of different methods, the technological problem of the production of new organisms. All that we have to do is to push a button.

These examples do not disturb my thesis one bit. In any case, they do not shed much light on the role of science in technology. I maintain only that such cases are untypical, and that in the majority of the cases of technological interest we are compelled to enlarge our knowledge in order to realize our practical objectives. That is, we have to think of something that we have not thought of before.

Let me repeat something that I said above, that the natural world, like theoretical science, can provide much inspiration for practice. It is the task of the engineer to invent ways of transforming these wild dreams into practical propositions. More than a knowledge of electromagnetic theory is needed for the sending of messages by radio. Since Daedalus men have wanted to fly like birds, but aviation is a decidedly different business from the flapping of feathered wings. To say that birds and 747s obey the same principles of aeronautics tells us nothing, since stones obey them too.

5 How Science is Used in Technology and Engineering

I have pointed out that the possession of a theory T , and of a description C of a future state of the world, gives us no clue to any initial condition A such that the law $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$ is amongst the consequences of T . Yet if the theory T implies $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$, then T , together with the negation $\neg C$ of C , does imply the negation $\neg A$ of the antecedent A . The rule of inference here used, which permits the conclusion $\neg A$ of the antecedent A from the premises $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$ and $\neg C$, is *modus tollendo tollens*. Its significance for our problem is tremendous.

If we know that our objective C was not achieved on an occasion when we made the intervention A , then we may conclude from $\neg C$, without further ado, that A , as a means of achieving C , is a failure. We may not conclude that a way to achieve C is to do $\neg A$ (or to omit doing A).

In circumstances where we are in possession of a theory T that implies the conditional $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$, we need not implement A in order to find out whether or not C occurs when A occurs. And more generally, in order to determine whether A is a useful step, it suffices to consider its consequences in the presence of T . If any of these consequences are unacceptable, then again we may discard the intervention A . In other words, the laws and theories of science do not tell us what we should do, but what we should abstain from doing. Science does not prescribe, but it proscribes.

The plain truth is that the engineer or the technologist uses scientific knowledge in order to diagnose, to control, and to eliminate errors in his

initiatives, not to generate these initiatives. Science has a critical function, not a constructive one.

Zahar (*op.cit.*, p.18) has observed that for every scientific law $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$ with a known consequent and an unknown antecedent there is an equivalent law, its contrapositive $\forall y(\neg Cy \rightarrow \neg Ay)$, in which matters are reversed: $\neg C$ is known, and $\neg A$ is unknown. But this does not imply that this law $\forall y(\neg Cy \rightarrow \neg Ay)$ can be found any technological employment. Even if our goal were to bring about the unknown outcome $\neg Ay$, implementing $\neg Cy$ would not be a way forward. For one thing, the temporal and instrumental order is wrong: it is not in general true that if A can be used to bring about C then $\neg C$ can be used to bring about $\neg A$. To apply our scientific knowledge to the task of landing a man on Mars, for example, little is gained by assuming that the task has not been achieved and using this information to identify deductively some initiative that, our theories say, has not yet been implemented.

5.0 Scientific Analysis of Technological Problems

The above job-description of theoretical science in technology as critical and interdictive is accurate even in those cases where a scientific analysis is able throw light on a practical problem before any solution is in sight. A microbiological investigation of the common cold, for example, shows that the affliction is viral rather than bacterial, which suggests (though it may not imply) that the administration of antibiotics is not a potential cure. A substantial class of possible solutions can accordingly be excluded simultaneously. Similar considerations hold for many other examples in medicine. An analysis of the hidden causes of the gross symptoms of a disease does not itself reveal a possible cure (unless the cure is already known in another context) but it may indicate that many lines of attack are not worth pursuing.

5.1 Technology Contrasted with Engineering

At the beginning of this paper I suggested a distinction between engineering, whose job is to resolve a problem that is more or less unique or *sui generis*, and technology, whose job is to resolve, in a uniform manner, a multitude of similar problems. In this terminology, which is adopted solely for convenience, the engineer designs and constructs suspension bridges and linear accelerators, and the technologist designs and manufactures medicines, computers, pistols, and liquidizers. The technologist has to design and construct a device that tackles the practical problem adequately, test the device, and prepare a guide or manual (which should consist of instructions that can in principle be followed automatically) for its use. In sum, the technologist produces a new kind of physical object, and formulates in universal terms an empirical law (a technological generalization) outlining the details of its operation. The only universal aspect of an engineering project may, in contrast, be a quasi-temporal universality. Once a functioning artefact has been developed, however, we can try to formulate appropriate empirical laws, and one day even to give a scientific explanation of how it functions.

In these terms, pharmacology is a branch of theoretical science, pharmacy is a branch of technology, but medicine, surgery especially, is a branch of engineering.

5.2 Scientific Explanation of Technological Success

The task of integrating into theoretical science an empirical law that describes the operation of an invention is seldom urgent, and it may not be fully accomplished for many years. An amusing illustration is provided by the marvellous article 'A Stress Analysis of a Strapless Evening Gown' (Siem 1956), which was published many years after the design and successful production of the first gown in this style. Another pretty example of 'a technological solution that defies current scientific understanding ...' (Basalla *op.cit.*, p.28; see also Boon 2006, §3.1) was volunteered by Sir Alexander Fleming in 1954 in reply to a request for an effective cure for the common cold: 'A good gulp of hot whisky at bedtime it's not very scientific, but it helps.' There is an abundance of

more important examples, for instance the mechanism by which aluminium hydroxide, when used as a pharmaceutical coadjuvant in certain vaccines, contributes to the production of a large quantity of antibodies (Bhattacharya 2008).

6 Why Is This Not Well Known?

In 1935 Karl Popper remarked that 'the more a statement forbids, the more it says about the world of experience' (1959, §35). That is, the restrictive power of a law or theory is a measure of its content (and interest). In (1944), §20, he wrote that every natural law can be expressed by asserting that *such and such a thing cannot happen*; that is to say, by a sentence in the form of the proverb: 'You can't carry water in a sieve.' For example, the law of conservation of energy can be expressed by: 'You cannot build a perpetual motion machine'; and that of entropy by: 'You cannot build a machine which is a hundred per cent efficient.' This way of formulating natural laws is one which makes their technological significance obvious and it may therefore be called the '*technological form*' of a natural law.

The doctrine that scientific laws have an exclusively negative force is therefore hardly a new one. Nobody, however, seems to appreciate how far-reaching this doctrine is. Popper himself went into reverse when, immediately before the passage quoted above with approval, he said that 'it is one of the most characteristic tasks of any technology to *point out what cannot be achieved*' (*loc.cit.*). And in his later years, when he discussed the so-called 'pragmatic problem of induction', he spoke time and again (as do almost all other philosophers) of scientific theories as a 'basis for action' (1972, Chapter 1, §9). It is science whose characteristic task is to point out what cannot be achieved. The characteristic task of technology is to point out (by example) what can be achieved.

It seems to me that we can find four explanations of this general incomprehension; one is historical, one is psychological, one is sociological, and one is philosophical.

6.0 The History of Technology

The explanation that I call historical derives from the logical fact that in the most familiar cases the use of scientific laws and theories to exclude a technological proposal is never essential. In its place it is always possible to test the proposal empirically, in the way that a tailor works on a suit. If you believe that a sieve can be used to carry water, try to do it. There is no need for any prohibitive law to tell you to throw the idea out. In the past century, however, theoretical methods of criticism have become advisable, and in many cases unavoidable, because of the growing cost and the growing risk of direct tests. Years ago matters were different. A study of the history of the interaction of science and technology, emphasizing its critical dimension, would be most valuable. Like other writers, Basalla has noticed that '[b]efore the Renaissance, and for several centuries thereafter, technological advances were achieved without the help of scientific knowledge' (*op.cit.*, p.102). Like those others, he omits to offer the simple explanation that, in earlier times, the task of elimination was more straightforwardly carried out by means of an empirical test than by means of a theoretical analysis.

I suggest that, for the great part of its history, technology learnt little from science, and that the traffic was mostly in the opposite direction; for example, in the design of laboratory equipment. Basalla is keen to investigate 'the nature of the interaction of science and technology' (*op.cit.*, p.92), but at no point does he give his readers the details of any scientific action. Concerning the work of Newcomen, who was mentioned above, he writes: 'There is very little in Papin's apparatus that could have served as a guide to the English inventor as he contemplated the making of an atmospheric steam engine' (*op.cit.*, p.95). The statement that 'science dictates the limits of physical possibility of an artifact, but it does not prescribe the final form of the artifact' (*op.cit.*, p.92) pleases me, but I do not know whether what is referred to is a physical proscription or a theoretical one. No doubt 'Ohm's law did not dictate the shape and details of Edison's lighting system' (*loc.cit.*), yet it is not to be doubted either that the world that is described by this law did dictate 'limits of physical possibility'. It is another question to what extent Edison's imaginative

lucubrations were revised or refined by intellectual contemplation of Ohm's law.

In this way the critical potential of science, like the critical potential of mathematics, has been rendered almost invisible. The myth that science is more basic than technology has been insidiously strengthened, with the inevitable outcome that science receives all the credit for the instrumental successes of technology (and is held responsible for its failures and its horrors).

6.1 Repression

Another explanation of the anonymity of the negative influence of science is based on our propensity to consider the perpetration of errors not as an essential component of learning, but as something to be ashamed of. In consequence, when we have at last achieved an intellectual or practical goal, we are eager to forget how many mistakes we made on the way. 'It is so obvious', we tell ourselves, and we do not remember the difficulties that we experienced previously. It may be that we can explain scientifically or theoretically the content of our success, and we think wrongly that we can therefore explain its discovery in the same way. This aversion to errors is itself a grave error, even if it is a natural one.

6.2 The Scientist Today

A third explanation of the misunderstanding of the way in which science is applied is that nowadays the majority of those who are called scientists, even in universities, are disguised technologists or engineers. They take part in an activity that Thomas Kuhn called *normal science* (1962, Chapter 3); not in the development of new theories, but in the resolution of puzzles, and in the extension of the explanatory empire of the theories that are current. When we read in a newspaper that scientists have made an advance, for example in the treatment of cancer, we may be sure that the discovery is in reality a technological invention. The same confusion is evident in the phrase 'science fiction'. There can be no doubt that this literary genre ought to be called technology fiction or engineering fiction.

Here is an example that is more comical than profound. 'Scientists make an egg that tells you it's ready' screamed a headline on page 3 of the July 31, 2006, edition of the daily paper *Metro*, which is distributed free of charge in public transport throughout Great Britain. According to the journalist John Higginson, the trick is to use a dye that is sensitive in an appropriate way to the temperature, and changes when the egg is cooked. There is a similar report on page 3 of the Chilean edition of *Popular Mechanics en Español* for November 2006.

To be fair, and to show that the distinction between science and engineering is not totally smudged, I should mention some other relevant news in the same edition of *Metro*.

(a) An item (p.9) in a section entitled *Today's Science and Discovery in Brief* reports, apropos of the eternally fascinating Harry Potter, that '[e]ngineers are working on a shield that makes things invisible by bending light'. It adds reassuringly that '[a]n object would still exist but it would be hidden from view ...'.

(b) Another column, called *Mythtakes* (p.19) rebuts 'the myth' that a coin left overnight in Coca-Cola[®] 'will melt'. 'And the way to dispel it? Simply try it. Nope, doesn't work, does it? For those of a scientific disposition, Coke does contain both citric and phosphoric acids, but the acid content is nowhere near strong enough to dissolve a coin overnight.' It is disappointing that *Metro* makes no connexion between this revelation and the background information provided in the story about eggs that 'if a raw egg is submerged in vinegar for three days the shell will dissolve'.

This popular usage of the term 'scientist' may well be an effect as much as a cause of the misunderstanding of the relation between explanatory science and technology. Bad habits often flourish in pairs.

6.3 Justificationism

In conclusion, let me turn for a moment to the philosophical doctrine that is at the bottom of all these mistaken ideas, the ancient doctrine that knowledge requires *justification*.

I have explained above that what sustains the idea that theoretical science has a positive influence on technology is the misapprehension that it is possible to infer causes from effects. I emphasized that, if we possess a theory T and a potential effect C , then the identification of a useful sentence A such that T implies $\forall y(Ay \rightarrow Cy)$ is a task that is beyond the scope of deductive logic. Does this dead end not provide a motive for strengthening our arsenal of logical rules?

This is the fairy land of inductive logic, as it is called. Aristotle was the first to invoke a process that explains how we can justify universal scientific laws by means of our fragmentary experiences. Neither Aristotle, however, nor any of his successors, has yet been able to formulate a single general rule that does not assume as given what is not given, but is brazenly conjectural.

The dream of rules for inferring universal laws from brute facts, and rules for inferring causes from effects, is realized in statistics in the theory of *inverse inference*, as it is known; that is, a technique for inferring the composition of a population from the composition of a sample drawn from it. But unfortunately for their patrons, all these inference procedures seem to amount to little more than conjectures or guesses about the unknown state of the world. That is indeed to describe the matter precisely: they are nothing more than conjectures or guesses about the unknown state of the world.

Good. We owe to Karl Popper (1959, 1963) the liberating vision of science as an enterprise of acute conjectures and blunt refutations. For sixty years Popper stressed that what endows our investigations with rationality is not the justifiability, or the security, of their results, which is patently a treacherous security, but the accessibility of these results to criticism. Engineers know well, better than do others, that nothing is secure, although many things are safe, and that we cannot do more than persevere in the detailed scrutiny of our productions and our interventions.

Inductivism maintains that science emerges out of experience, and is justified — shown to be reliable — by experience. This doctrine is, for logical reasons, mistaken. As Popper affirmed with great vigour: the principal function of experience in science is to eliminate mistakes. Our hypotheses are required to face the tribunal of experience, and those that are in conflict with experience are abandoned. Inductivism maintains also that technology emerges out of

science, and is justified — shown to be reliable — by science. This doctrine too is mistaken (if only because science is not reliable). The principal function of science in technology is again to eliminate mistakes. Neither experience in science, nor science in technology, can determine that a problem has been solved in an ideal way. The best that they can tell us is that we could have done worse.

These two doctrines of inductivism are expressions of superficial and dangerously misleading prejudices. I suggest that we abandon them.

References

Basalla, G. (1988). **The Evolution of Technology**. Cambridge, New York, & Melbourne: Cambridge University Press.

Bhattacharya, A. (2008). 'Doubts raised over vaccine boost theory'. **Chemistry World**. <<https://www.chemistryworld.com/news/doubts-raised-over-vaccine-boost-theory/3001326.article>>

Boon, M. (2006). 'How Science Is Applied in Technology'. **International Studies in the Philosophy of Science** 20, 1, pp.27–47.

Calaprice, A., editor (2011). **The Ultimate Quotable Einstein**. Princeton NJ: Princeton University Press.

Cosarinsky, M.I. & Roces, F. (2012). 'The Construction of Turrets for Nest Ventilation in the Grass-Cutting Ant *Atta vollenweideri*: Import and Assembly of Building Materials'. **Journal of Insect Behavior** 25, 3, pp.222–241.

Crowther, J.G. & Whiddington, R. (1947). **Science at War**. London: His Majesty's Stationery Office.

DeGroot, G. (2004). **The Bomb. A Life**. London: Jonathan Cape.

Deutsch, D.E. (2011). **The Beginning of Infinity. Explanations that Transform the World**. London: Allen Lane.

Finn, J.K., Tregenza, T., & Norman, M.D. (2009). 'Defensive tool use in a coconut-carrying octopus'. **Current Biology** 19, 23, 15.xii.2009, R1069–R1070.

Frank, P. (1948). **Einstein. His Life and Times**. London: Jonathan Cape.

Gombrich, E.H.J. (1982). 'Franz Schubert and the Vienna of His Time'. *The Yale Literary Magazine*, 149, February 1982, pp.15–36. Page references are to R.Woodfield, editor (1996), pp.547–564. **The Essential Gombrich**. London: Phaidon Press.

Grove, J.W. (1989). **In Defence of Science. Science, Technology, and Politics in Modern Society**. Toronto: University of Toronto Press.

Hatfield, H.S. (1948). **The Inventor and His World**. 2nd edition. West Drayton & New York: Pelican Books. 1st edition 1933.

Helden, A. van, Dupré, S., Gent, R. van, & Zuidervaart, H. (2010). **The Origins of the Telescope**. Amsterdam: Amsterdam University Press.

Holloway, D. (1994). **Stalin and the Bomb. The Soviet Union and Atomic Energy 1939–1956**. New Haven: Yale University Press.

Jenkin, J.G. (2011). 'Atomic Energy is "Moonshine": What Did Rutherford Really Mean?'. *Physics in Perspective* 13, pp.128–145.

Jungk, R. (1958). **Brighter than a Thousand Suns**. New York: Harcourt Brace.

Kuhn, T.S. (1962). **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press. 2nd edition 1970.

Ladyman, J. (2002). **Understanding Philosophy of Science**. London & New York: Routledge.

Meyers, M.A. (2007). **Happy Accidents. Serendipity in Modern Medical Breakthroughs**. New York: Arcade Publishing.

Michl, J. (2002). 'On Seeing Design as Redesign: An Exploration of a Neglected Problem in Design Education'. *Scandinavian Journal of Design History* 12, pp.7–23.

Miller, D.W. (1994). **Critical Rationalism. A Restatement and Defence**. Chicago & La Salle IL: Open Court Publishing Company.

————— (1998). 'Is Scientific Knowledge an Inexhaustible Economic Resource?'. **The Critical Rationalist** 3, 1, 17.iv.1998. <<http://www.tkpw.net/tcr/volume-03/number-01/v03n01.pdf>>

————— (2006). **Out of Error. Further Essays on Critical Rationalism**. Aldershot & Burlington VT: Ashgate.

Pasternak, C.A. (2012). **Blinkers: Scientific Ignorance and Evasion. The Case for Science**. Huntingdon: Smith-Gordon.

Petroski, H. (2010). **The Essential Engineer. Why Science Alone Will Not Solve Our Global Problems**. New York: Alfred A. Knopf.

- Popper, K.R. (1935). **Logik der Forschung**. Vienna: Julius Springer Verlag.
- (1944). 'The Poverty of Historicism II'. *Economica* NS **XI**, 43, pp.119–137. Reprinted as Part III of K.R.Popper (1957). **The Poverty of Historicism**. London: Routledge & Kegan Paul.
- (1959). **The Logic of Scientific Discovery**. London: Hutchinson & Co. Enlarged English translation of Popper (1935).
- (1963). **Conjectures and Refutations. The Growth of Scientific Knowledge**. London: Routledge & Kegan Paul. 5th edition 1989.
- (1969). 'A Pluralist Approach to the Philosophy of History'. In E. Streissler, G. Haberler, F.A. Lutz, & F. Machlup, editors (1969), pp.181–200. **Roads of Freedom; Essays in Honour of Friedrich A. von Hayek**. London: Routledge & Kegan Paul. Revised version: Chapter 7 of Popper (1994).
- (1972). **Objective Knowledge. An Evolutionary Approach**. Oxford: Clarendon Press. 2nd edition 1979.
- (1979). 'Epistemology and Industrialization. Remarks on the Influence of Philosophical Ideas on the History of Europe'. In *Ordo* **30**, pp.3–20. **Zur Verfassung der Freiheit. Festgabe für Friedrich A. von Hayek zur Vollendung seines achtzigsten Lebensjahres**. Stuttgart & New York: Gustav Fischer Verlag. Revised version of a lecture first delivered in 1959. Reprinted as Chapter 9 of Popper (1994).
- (1994). **The Myth of the Framework. In Defence of Science and Rationality**}. London & New York: Routledge.
- Rihll, T.E. & Tucker, J.V. (2002). 'Practice Makes Perfect: Knowledge of Materials in Classical Athens'. In C.J. Tuplin & T.E. Rihll, editors (2002). **Science and Mathematics in Ancient Greek Culture**, pp.274–305. Oxford: Oxford University Press.
- Roberts, A. (2010). 'Introduction'. In *Past Present and Future. The Public Value of the Humanities and Social Sciences*, pp.2–6. London: British Academy.
- Siem, C.E. (1956). 'A Stress Analysis of a Strapless Evening Gown'. *The Indicator*, November 1956. Reprinted in R.A.Baker, editor (1963). **A Stress Analysis of a Strapless Evening Gown and other essays for a scientific age**, pp.119–124. Englewood Cliffs NJ: Prentice-Hall.
- Skolimowski, H. (1966). 'The Structure of Thinking in Technology'. **Technology and Culture** **7**, pp.371–383. Reprinted in F.Rapp, editor (1974). **Contributions to a Philosophy of Technology**, pp.72–85. Dordrecht: D.Reidel.

Snow, C.P. (1969). **The Two Cultures and the Scientific Revolution. The Rede Lecture 1959.** Cambridge: Cambridge University Press. Reprinted in Snow (1964b), pp.1–51.

————— (1964a). 'The Two Cultures: A Second Look'. In **Snow** (1964b), pp.53–100.

————— (1964b). ***The Two Cultures.*** Cambridge: Cambridge University Press.

Thomas, J. Meurig (2001). 'Predictions'. **Notes and Records of the Royal Society of London** 55, 1, pp.105–117.

Thomson, G.P. (1937). **The Atom.** Oxford & elsewhere: Oxford University Press. 2nd edition. 1st edition 1930.

Vincenti, W.G. (1990). **What Engineers Know and How They Know It.** Baltimore MD & London: The Johns Hopkins University Press.

Wilson, M. (1993). 'Honorable Intentions'. In S.J.Wagner & R.Warner, editors (1993), pp.53–94. **Naturalism: A Critical Appraisal.** Notre Dame IN: University of Notre Dame Press.

Zahar, E.G. (2007). **Why Science Needs Metaphysics. A Plea for Structural Realism.** Chicago & La Salle IL: Open Court Publishing Company.



ARTIGOS – ARTICLES

O que é uma sentença teórica?
Estrutura e implicações sistemáticas de uma constante
filosófica elementar nunca adequadamente tematizada¹

Lorenz B. Puntel²
Universidade de Munique
puntel@rz.uni-muenchen.de

Como citar este artigo: PUNTEL, L. B. “O que é uma sentença teórica? Estrutura e implicações sistemáticas de uma constante filosófica elementar nunca adequadamente tematizada”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 45-74. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa

Resumo: Neste ensaio é tratado um tema aparentemente marginal e completamente desleixado por filósofos de todas as correntes, a saber: a estrutura e a relevância sistemática das sentenças teóricas. O conceito central explicativo é o conceito de operador teórico aplicado a sentenças.

Palavras-chave: Sentença. Sentença teórica. Operador teórico universal. Dimensão última do pensar. Ser primordial.

What is a theoretical sentence?

*Structure and systematic implications of an elementary never adequately
thematised*

Abstract: This essay deals with a topic that is apparently marginal and completely neglected by philosophers of all stripes, namely the structure and systematic relevance of theoretical sentences. The central explanatory concept is the concept of theoretical operator applied to sentences.

Keywords: Sentence. Theoretical Sentence. Universal theoretical operator. Ultimate dimension of thinking. Primordial Being.

¹Este artigo é dedicado ao professor Nelson Gonçalves Gomes por ocasião do seu 80º aniversário, como expressão da bela amizade e frutuosa colaboração filosóficas cultivadas desde os longínquos tempos da juventude na Universidade de Munique até o dia de hoje.

² Professor catedrático emérito de Filosofia na Universidade Ludwig-Maximilian de Munique (Alemanha).

Nota prévia ao leitor

À primeira vista, a questão: “O que é uma sentença teórica?” parece ser uma questão muito simples e mesmo quase banal. A mais simples resposta que se dá ou daria (ou que se pressupõe ou pressuporia) é esta: uma sentença teórica é um componente essencial de uma teoria. Contudo, logo surge a questão: e como definir “teoria”? Ao tratar esta questão, fica rapidamente claro que o conceito de teoria não é o conceito fundamental, mas derivado: uma teoria é um conjunto de sentenças teóricas dotado de certas propriedades lógicas. Para resolver este emaranhado e para evitar uma circularidade aconselha-se introduzir o conceito de dimensão da *teoricidade* como uma das dimensões essenciais da linguagem. (As outras duas dimensões centrais são a *praticidade* e a *esteticidade*.) Dir-se-á então que esta dimensão é constituída por componentes que são sentenças de uma determinada categoria, precisamente, sentenças teóricas. Uma teoria deve então ser entendida como uma entidade que representa uma determinada forma concreta de tais sentenças, rigorosamente: um conjunto de sentenças, uma classe de sentenças dedutivamente fechadas ou finalizada por meio de consequência lógica.

Isso não parece ser problemático. Mas isso não explica o que é uma sentença teórica. Uma resposta mais direcionada ao questionamento filosófico reza mais ou menos assim: recorre-se imediatamente à estrutura sintática de sentenças para afirmar que uma sentença teórica consiste numa sentença declarativa. Para explicar esta afirmação citam-se exemplos de sentenças declarativas e/ou contrapõe-se o que é tomado como sentença teórica-declarativa às sentenças não-declarativas/não-teóricas, sobretudo, às sentenças práticas, especialmente às sentenças imperativas: “Faze isso ou aquilo”; “é proibido fumar” etc. Exemplos famosos de sentenças práticas/imperativas são o decálogo, o imperativo categórico de (em) Kant e semelhantes. Muitas vezes avança-se um passo e introduz-se também um critério semântico: uma sentença teórica exprime uma proposição, que pode ser qualificada como verdadeira ou falsa.

Abstraindo deste último passo em direção a considerações semânticas, a explicação comum brevemente descrita não parece ser controversa, muito menos poder ser considerada como tal. Numa perspectiva filosófica ela é,

porém, nada mais que uma primeira, muito simples caracterização geral; considerada filosoficamente, ela é completamente insuficiente, sobretudo sob dois ângulos: primeiro, quanto à estrutura como tal da sentença teórica; segundo, quanto ao papel ou ao alcance que a ela compete em toda a dimensão filosófica. Pode-se também dizer que se trata das implicações das sentenças teóricas para todas as questões filosóficas.

O presente ensaio será dividido em três partes. Na primeira parte será esclarecida a estrutura como tal da(s) sentença(s) teórica(s); na segunda parte serão demonstradas as implicações sistemática(s) da(s) sentença teórica(s) para todas as questões filosóficas; na terceira parte serão tratadas duas questões finais. Numa *Nota Conclusiva ao Leitor* serão dadas algumas indicações bibliográficas sobre livros do autor que poderão ser consultados para um aprofundamento da posição apresentada no ensaio.³

1. A estrutura da sentença teórica: o papel decisivo do operador teórico

O que é uma sentença declarativa, uma sentença que tem um *expressum*, um algo (uma proposição) que pode ser verdadeiro/a ou falso/a? A estrutura sintático-gramatical da sentença é um critério, sem dúvida. Mas como entender, como explicar *filosoficamente* (e não só sintática e gramaticalmente) este critério, esta estrutura? Em outras palavras: de onde provém o caráter declarativo de tais sentenças? Costuma-se dizer – e com razão –: tais sentenças expressam algo que é ou como é, não algo que – por exemplo – deveria ser etc. Exatamente este é o ponto para uma explicação filosófica. O caráter declarativo de tais sentenças provém da perspectiva de dizer ou articular *que é o caso* que...ou *o que é o caso*. Uma sentença teórica dizque *é o caso que assim e assim...*

Com isso, atinge-se o ponto nevrálgico da questão: a sentença “a terra gira ao redor do sol” é uma sentença teórica se, e somente se, for entendida da seguinte forma: “É o caso que a terra gira ao redor do sol”. Tem-se aqui a estrutura fundamental da sentença teórica: esta categoria de sentenças é caracterizada pela composição de uma frase e de um determinado operador, que se pode chamar de operador teórico. Este é o operador “(...) é o caso

³ Algumas passagens no presente ensaio são assumidas, em geral de modo parcial, do terceiro volume da Trilogia do Ser especificada na *Nota Conclusiva ao Leitor* no fim do artigo.

que...”, um operador que especifica sentenças inteiras (não sentenças nominalizadas) como argumentos. Os três pontos entre colchetes são uma indicação da ausência na língua portuguesa de uma pequena partícula, que em línguas modernas como o alemão (“es”), o francês (“il”) e o inglês (“it”) desempenham um papel gramatical de um “quase-subjeito” (sem ser efetivamente um sujeito da frase em sentido estrito). Neste sentido, o espanhol e o italiano são línguas semelhantes ao português. Como será mostrado mais abaixo, este ponto é de grande importância para a temática das sentenças teóricas.

Desde há alguns anos o autor deste artigo usa o símbolo “ \textcircled{T} ” para representar o operador teórico e emprega letras minúsculas gregas para indicar frases/sentenças declarativas gramaticalmente corretas. Assim, usando a letra ‘ $\varphi = \text{Phi}$ ’, para designar uma sentença declarativa qualquer, pode-se formalizar a sentença teórica: “É o caso que a terra gira ao redor do sol” assim: “ $\textcircled{T}\varphi$ ”. Note-se que não é suficiente apenas usar a letra φ e esclarecer que se trata de uma sentença teórica para obter total clareza sobre o *status* da sentença. Deve-se aclarar que a esta letra é prefixado explicitamente o operador teórico \textcircled{T} ou pressupor-se implicitamente que a esta letra esteja prefixado este operador.

Assim, pode-se (e deve-se) introduzir operadores para a classificação e a indicação do *status* exato de outras categorias de sentenças. Em questão entram sobretudo as sentenças práticas e as sentenças estéticas. Para o operador prático pode-se usar o símbolo \textcircled{P} , que pode ser parafraseado assim (em sua forma estritamente deôntica): “Deve-se agir assim que ...” ou: “Deves agir ou age de tal modo que ...” O imperativo categórico de Kant tem então a seguinte formalização: $\textcircled{P}\psi$. Em uma de suas formulações famosas este imperativo reza: “Procede de maneira que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de todos os outros, sempre ao mesmo tempo como fim, e nunca como puro meio.”⁴ A frase ψ deveria então ser formulada sintaticamente no modo declarativo, a saber: “Tratas a humanidade (a totalidade dos homens), tanto em tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre como um fim ao mesmo tempo e nunca apenas como um

⁴ I. Kant, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Companhia Editora Nacional. Texto alemão: “Handle so, dass du die Menschheit sowohl in deiner Person, als in der Person eines jeden anderen jederzeit zugleich als Zweck, niemals bloß als Mittel brauchst.“ (I. Kant, *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*. Akademie-Ausgabe, Kant Werke IV, p. 429, 10-12.)

meio”. Todo o fator prático está contido no operador prático que, assim, determina o valor prático de toda a sentença.

Exemplo de uma sentença estética é a seguinte: “Que belo é o Corcovado”. Sentenças deste tipo são regidas pelo operador estético \textcircled{E} , que pode ser parafraseado assim: “Que belo é que...”. Formalizando a sentença-argumento ξ “...é o Corcovado” e introduzindo o operador estético \textcircled{E} obtém-se a sentença estética: $\textcircled{E}\xi$: “Que belo é o Corcovado”.

A inspiração para caracterizar a estrutura da sentença teórica por meio da introdução do operador teórico provém de uma passagem famosa do *Tractatus* de L. Wittgenstein. Trata-se da seguinte passagem:

“Comprova-se que há uma forma geral da sentença pelo fato de não poder haver nenhuma sentença cuja forma não se pudesse prever (ou seja, construir). A forma geral da sentença é: *é o caso que assim e assim.*”⁵

A tradução da expressão alemã ‘*es verhält sich ...*’ por ‘é o caso que ...’ é problemática. A tradução mais literal seria: ‘... comporta-se de tal modo que...’ Mas isso constitui um problema que não é específico para a tradução ao português, senão que se põe para todas as línguas ocidentais, o inglês e todas as línguas latinas. [Aliás, a língua que quanto a isso menos problemas teria é o latim, e não só nem principalmente o latim filosófico [da Idade Média], mas especialmente o latim clássico, o latim ciceroniano. Com efeito, Cícero usa muitas vezes a formulação: ‘*Sic se res habet: ...*’⁶. E Tomás de Aquino usa continuamente esta formulação ou uma formulação semelhante].

No entanto, há uma notável diferença que divide o grupo das grandes línguas ocidentais (português, alemão, inglês, francês, espanhol, italiano) exatamente em dois grupos: três línguas (alemão, inglês, francês) usam uma formulação na qual aparece um “quase-sujeito (da frase)”, sobre o qual os respectivos gramáticos dizem que ele nada representa: “Es” em alemão (“*Es verhält sich so dass...*”), “It” em inglês (“*It is the case that...*”), “Il (ce)” em

⁵ L. Wittgenstein, *Tractatus logico-philosophicus*. Tradução de J. A. Gianotti. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, secção 4.5; ênfase não consta no original. Texto original alemão: “Dass es eine allgemeine Satzform gibt, wird dadurch bewiesen, daß es keinen Satz geben darf, dessen Form man nicht hätte voraussehen (d. h. konstruieren) können. *Die allgemeine Form des Satzes ist: Es verhält sich so und so.*” (L. Wittgenstein, *Tractatus* 4.5. *Schriften 1*: Frankfurt a. M.: Surkamp, 1969.)

⁶ Cf. por exemplo: “*Sic se res habet: te tua, me delectant mea.*” (Cícero, *Tusculanae Disputationes* 5.63) “É assim que acontece: a ti agrada o teu, a mim, o meu...”

francês (“Il est le cas ou c’est le case que...”) (O pronome “ce” na forma “c’est” em construções impessoais frequentemente é usado em vez de “il est”).

Mas em português, espanhol e italiano este “quase-sujeito” não aparece. Para suprir esta falta, no presente ensaio, introduz-se o signo gráfico “(...)”. Obtém-se, assim, formulações como: “(...) é o caso que...”; “(...) es el caso que...”, “(...) è il caso che...”. Trata-se de um fenômeno altamente significativo, como será mostrado na segunda parte.

2. A relevância filosófica da sentença teórica

Nesta segunda parte serão expostos dois aspectos importantes (melhor dito: os dois mais importantes aspectos) da relevância filosófica da sentença teórica, entendida como foi mostrado na primeira parte. São dois aspectos diferentes, mas com proximidade significativa: o primeiro é de natureza metodológica, mais exatamente: diz respeito ao status propriamente filosófico-científico da sentença; o segundo se refere à dimensão ontológica/einailógica que a sentença teórica implica.⁷

2.1 O aspecto estrutural-metodológico

Este aspecto inclui várias questões e formas de grande importância. As mais importantes serão tratadas e esclarecidas neste ensaio.

2.1.1 A distinção essencial entre o operador teórico absolutamente universal e operadores teóricos restritos ou particulares

Para compreender e aclarar a situação da filosofia na atualidade e sob o pano de fundo de sua história, sobretudo na Idade Moderna, é imprescindível fazer e levar em conta a distinção mencionada no título desta subsecção. Ela é apta para esclarecer as mais importantes questões com respeito à filosofia.

⁷ O neologismo “einailogia, einailógico/a” é formado das palavras gregas ‘einai–εἶναι’ e ‘λόγος–logos’, analogamente à formação da muito conhecida e usada palavra ‘onto-logia’ (de ‘ὄν/ὄντος’ e ‘λόγος–logos’). Einailogia significa “teoria do Ser” (“Ser” com “S” maiúscula) em distinção fundamental de ontologia com o significado de “teoria do(s) ente(s)/ser(es)” (com “s” minúsculo).

O conceito de operador teórico absolutamente universal deve ser entendido como o conceito do operador teórico não restringido por quaisquer fatores não pertinentes à dimensão teórica em sentido estrito. Quais são estes fatores, será mostrado no que segue. A forma simples e completamente adequada para formular o operador teórico *como tal* (i. é: não restrito) é a forma já indicada: “(...) é o caso que ... assim e assim”, sendo que “... assim e assim...” indica uma sentença em formato sintático declarativo: $\textcircled{T}\varphi$. Como entender *positivamente* este caráter absolutamente universal ou irrestrito, será mostrado na seguinte secção.

Muitos são os fatores restritivos do operador teórico: podem ser fatores sociais, históricos, epistemológicos, psicológicos etc. Importante para a temática estritamente filosófica da sentença teórica são os fatores pressupostos tanto pelas grandes como também pelas pequenas correntes filosóficas. Cada uma delas é caracterizada por um operador teórico restrito, que articula a definição, ou melhor, o quadro referencial teórico pressuposto e usado pela respectiva corrente filosófica. Há, assim, um operador analítico, existencialista, dialético, fenomenológico, empiricista, naturalista etc. O mais conhecido e mais importante para a temática do presente ensaio é o operador transcendental introduzido e usado por Kant; trata-se do operador que estrutura as sentenças teóricas filosóficas a partir da perspectiva do “eu”. Kant mesmo caracterizou este operador transcendental a seu modo e em sua terminologia numa sentença famosa, que está no centro metodológico da sua maior obra, a *Crítica da Razão Pura*:

O *eu penso* deve *poder* acompanhar todas as minhas representações; [se assim não fosse, algo seria [ou: estaria] representado em mim, que não poderia, de modo algum, ser pensado; o que equivale a dizer que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim].⁸

Esta citação é algo assim como a formulação do *status* e do programa de toda a filosofia da Idade Moderna, que Heidegger acertadamente cunhou de

⁸ I. Kant, *Crítica da Razão Pura*. Tradução de M. P. Dos Santos e A. F. Morujão. 5ª edição. § 16, B 131. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkaim, 2001, Texto alemão: “*Das: Ich denke, muss alle meine Vorstellungen begleiten können, [denn sonst würde etwas in mir vorgestellt werden, was gar nicht gedacht werden könnte, welches so viel heißt als: die Vorstellung würde entweder unmöglich, oder wenigstens für mich nichts sein.]*” (Akademie-Ausgabe, Kant Werke III, B 130, p. 108)

filosofia da subjetividade (*Subjektivitätsphilosophie*). O “eu” como sujeito é concebido de modo particular, como distinto das “coisas do mundo”. É neste sentido que a subjetividade é entendida por Kant ao introduzir o famoso termo “filosofia transcendental”. É a filosofia cujas sentenças têm o operador teórico transcendental anteposto. Fomalizando esta tese obtém-se a fórmula: $\textcircled{T}_{\text{TR}}\varphi$, sendo “ TR ” a ser entendido como “transcendental”. A fórmula deve ser lida e interpretada assim: “A partir da (perspectiva da) subjetividade TRanscendental é o caso que φ ”. Note-se já aqui que a subjetividade transcendental é subjetividade *particular*, não subjetividade *universal*. A distinção pode ser explicada em toda brevidade da seguinte forma: Subjetividade particular é subjetividade que se distingue da dimensão do que ela não é, da objetividade, e que, porém, se relaciona a ela. Subjetividade universal é a subjetividade que *abarca* (*abrange*) tanto a subjetividade particular como a objetividade. A subjetividade particular é um *relatum* da ou na famosa relação *sujeito–objeto*, a relação que caracteriza toda a filosofia da época moderna e também da atualidade.⁹ Ao conceito de subjetividade universal ou irrestrita será dedicado toda a seguinte secção.

Uma sentença declarativa é uma sentença teórica exatamente quando da aplicação do operador “é o caso que” resulta uma sentença sintaticamente correta. Essa formulação se mostra adequada ao intento de articular um critério linguístico de teoricidade no plano sintático por pelo menos três razões: primeiro, ela é inequivocamente teórico-indicativa numa perspectiva sintático-linguística, e isto especialmente pelo fato de excluir a possibilidade de ser mal-entendida como uma formulação mascarada para uma sentença com intenção não indicativa/não teórica. Segundo, ela articula exatamente o ponto decisivo na determinação do discurso teórico, a saber, a circunstância de que esse discurso, em distinção a todas as demais formas de discurso, expressa literalmente que (ou como) “o caso é” – e não, talvez, que ou como ele deveria ser. Terceiro, esse critério não implica nenhuma restrição para a forma sintática específica das sentenças, às quais o operador é aplicado. Pode tratar-se de sentenças atômicas (fundamentais) ou de sentenças complexas, que expressam estados de coisas atômicos ou complexos. Em especial, o critério de modo

⁹ Esta grande tese foi exposta e detalhadamente fundamentada no extenso livro do autor: *Ser e Nada. O Tema Primordial da Filosofia*. Cf. *Nota Conclusiva ao Leitor* no fim deste ensaio.

algun está vinculado à forma de sujeito-predicado das sentenças; antes, ele é válido da mesma forma ou até muito mais para sentenças que não apresentam a forma sujeito-predicado, como “chove”, “amanhece” etc., ou seja, para sentenças que apresentam a forma das que, na filosofia estrutural-sistemática, são chamadas *sentenças primas*, as quais expressam *proposições primas*.

Todavia, um possível mal-entendido deve ser eliminado de antemão. A forma sentencial “é o caso que (p. ex. φ)” poderia induzir a entender instanciações dessa forma sentencial como sentenças puramente empíricas: “é o caso (no sentido de ‘factual’ ou mesmo ‘empírico’) que φ ”. Se este fosse o caso, não se poderia entender, por exemplo, sentenças necessárias, apriorísticas e outras sentenças teóricas comparáveis como sentenças que apresentam a forma “(...) é o caso que φ ”. No entanto, essa leitura não é forçosa nem intencionada aqui. “Empírico”, “apriorístico/aposteriorístico”, “necessário” etc. justamente são qualificações de uma sentença. O fato de sentenças que apresentam a forma “(...) é o caso que φ ”, empregadas sem uma qualificação mais precisa, frequentemente serem entendidas como sentenças empíricas, é resultado de um hábito irrefletido. Nesse ato, a qualificação “empírico” é implicitamente adicionada pela mente. Porém, isso se deve a um determinado hábito linguístico, não constituindo um fator inerente à referida forma sentencial mesma.

É interessante constatar e mostrar que levar a sério, i. é tematizar, a estrutura da sentença teórica possui um enorme potencial crítico com respeito a todas as tendências ou correntes filosóficas que ou se apoiam decididamente no sujeito (filosofia da subjetividade) ou não atendem à estrutura da linguagem que usam ao expor suas “idéias (teses)” pretendidamente filosóficas. É altamente surpreendente que até agora não se atendeu a este ponto central, a saber, que toda e qualquer afirmação/asserção/tese com pretensão filosófica se expressa e deve expressar-se através do proferimento de sentenças teóricas, uma vez que isso constitui um elemento essencial de qualquer linguagem que pretenda ser filosófica ou que for usada em filosofia. Por mais variados que sejam os conteúdos expressados por uma sentença filosófica e por mais diversas que sejam as formas de expressão das sentenças usadas, todas estas sentenças têm o operador teórico prefixado de modo explícito ou, com frequência muito maior, de modo implícito. Isso tem como consequência que

um conteúdo ou uma forma linguística de uma sentença teórica que pretenda ser filosófica não pode ser tal que surja uma incoerência entre o operador teórico e o conteúdo, respectivamente, a forma da sentença que constitui o argumento do operador. De fato, eis o que, em filosofia desde os seus primórdios, caracteriza muitas e muitas afirmações e correntes filosóficas: uma contradição exercida ou performativa entre o operador teórico e o conteúdo e/ou a forma da sentença-argumento. O que isso significa, ficará claro por duas ilustrações.

Um primeiro exemplo é o caso de um filósofo cético. Para simplificar, considerar-se-á somente o filósofo cético no sentido mais radical que se conhece, segundo o qual o ceticismo é uma corrente de pensamento filosófico que defende a ideia de que jamais podemos ter certeza que atingimos o conhecimento de qualquer verdade. Ora esta sentença mesma: “Jamais podemos ter certeza que atingimos o conhecimento de qualquer verdade”, enquanto pretende ser uma sentença filosófica, tem o operador teórico “É o caso que ...” prefixado. Daí se segue que todo o “ceticismo” deste filósofo está incluído no escopo do operador teórico, com a consequência que este filósofo cético sempre já aceitou, por assim dizer, como “pano de fundo” o que este operador implica. E aqui se mostra que entre a sentença explícita do cético e o operador teórico com suas implicações torna-se manifesta uma profunda contradição, ou seja, uma contradição exercida ou performativa.

Um segundo exemplo constitui a filosofia transcendental de Kant. A quase-totalidade das sentenças que ocorrem na obra principal de Kant *Crítica da Razão Pura* devem ser entendidas como *sentenças transcendentais* dotadas do *status* transcendental, o que é devido ao operador $\textcircled{T}_{\text{TR}\varphi}$, como foi mostrado acima. Este operador é particular/restrito. Ora, é altamente curioso que, a conhecimento do autor, nenhum intérprete ou crítico de Kant nos mais de 200 anos depois da publicação da sua obra e das discussões a propósito dela, até agora, parece ter visto a enorme ambiguidade e mesmo autocontradição na obra e na filosofia de Kant. Esta autocontradição reside no fato que na *Crítica da Razão Pura* há *duas* categorias de sentenças teóricas: as sentenças com o operador transcendental anteposto, que são as sentenças transcendentais em sentido estrito $\textcircled{T}_{\text{TR}\varphi}$, e as sentenças *meta-transcendentais* com operador teórico não restrito ou particular, mas irrestrito e universal, portanto com a

estrutura $\mathbb{T}\varphi$. Trata-se das muitas sentenças contidas especialmente nas partes introdutivas ou autoexplicativas da obra *Crítica da Razão Pura*. Estas sentenças não são determinadas pelo operador teórico transcendental (por sua vez determinado pelo “eu” da subjetividade particular); são determinadas por um operador teórico ilimitado/universal que “situa” ou “explica” o status das sentenças estritamente transcendentais.

Como comprovação se poderia citar toda a primeira página do § 1 da “Doutrina transcendental dos elementos”.¹⁰ Nessa parte, não são formuladas simplesmente assunções fundamentais da filosofia transcendental da perspectiva da subjetividade transcendental em sentenças com operador teórico transcendental anteposto; o que se articula ali são de fato assunções da filosofia transcendental, mas de uma perspectiva que não é transcendental, e em sentenças determinadas por um operador teórico absolutamente ilimitado. A estrutura dessas sentenças apresenta, em consequência, o seguinte formato: $\mathbb{T}(\mathbb{T}_{TR}(\varphi))$. Esta fórmula deve ser lida e entendida assim: “É o caso (universal/ilimitado) que (= \mathbb{T}) da perspectiva transcendental é o caso que (\mathbb{T}_{TR})... φ ”.

De modo geral se pode dizer o seguinte: quando uma filosofia caracteriza a si mesma como sendo uma disciplina filosófica autêntica e quando isso acontece de modo adequado, essa filosofia formula sentenças que são absolutamente ilimitadas. Porém, quando ela enuncia sentenças próprias que são estruturadas, não por meio de um operador teórico ilimitado, mas da perspectiva limitada de um filósofo que se comporta como um sujeito particular, surge esta *contradição*: pressupõe-se (na maioria das vezes sem consciência disso) que, para valerem como sentenças filosóficas autênticas, essas sentenças reivindicam com razão a validade ilimitada; através de sua forma, porém, que é determinada por um sujeito particular e, desse modo, por um operador de sentenças limitado, é reivindicada na realidade apenas uma validade limitada. Esse é um fenômeno que diz respeito a quase todas as correntes filosóficas da filosofia atual. É surpreendente (ou nem tanto) que esse fenômeno não seja visto nem tratado. Dificilmente se poderá superestimar o alcance desse fenômeno.

¹⁰ *Crítica da Razão Pura*, §1, B 33.

A estrutura anteriormente elaborada $\mathbb{T}(\mathbb{T}_{TR}(\varphi))$ pode ser generalizada em base de uma correção fundamental da seguinte maneira: ao operador principal \mathbb{T} é apensado o índice ‘u’ (de universal ou ilimitado) e o operador subordinado \mathbb{T}_{TR} é corrigido pelo operador \mathbb{T}_P , sendo que o índice ‘p’ significa: particular/particularista. Resultado é a fórmula $\mathbb{T}_U(\mathbb{T}_P(\varphi))$. O operador transcendental \mathbb{T}_{TR} há pouco aclarado é apenas um entre muitos casos de operador teórico particular. Como será mostrado mais adiante, o operador teórico universal/ilimitado pode ser indicado simplesmente por ‘ \mathbb{T} ’.

2.1.2 O operador teórico universal ou absolutamente ilimitado como articulação da dimensão absolutamente última do pensar teórico sistemático

Neste ponto surge a pergunta: como deve ser concebida mais precisamente a “universalidade” do operador ou então da perspectiva e, portanto, não só em termos negativos, como apenas mostrado, mas sobretudo em termos positivos? Para responder a essa pergunta, é preciso observar que a caracterização do operador teórico como “perspectiva universal” representa apenas *um lado* do operador; há ainda um outro lado que é tão essencial quanto o primeiro para a adequada determinação do operador. Esse lado é o caráter ilimitado do *universo ilimitado* do discurso filosófico.

Para lançar luz sobre essa noção é proveitoso apontar para outro conceito que desempenha um importante papel na filosofia analítica da atualidade. Ele se originou de Wittgenstein, que escreveu em seu *Tractatus*: “Os fatos no espaço lógico são o mundo”.¹¹ Em virtude de certa orientação bem complexa e jamais bem aclarada nessa sentença do *Tractatus*, usa-se hoje com bastante frequência a expressão ‘espaço lógico – *logical space*’, sem que fique claro como se deve entender mais exatamente essa expressão.¹² Como não se pretende fazer aqui nenhuma interpretação da sentença de Wittgenstein, muito menos uma crítica do uso analítico dessa expressão, é suficiente dizer que a expressão ‘espaço lógico – *logical space*’, embora indique uma intuição

¹¹ “Die Tatsachen im logischen Raum sind die Welt”: *Tractatus* 1.13. Em relação a isso, Wittgenstein parece ter se inspirado na termodinâmica geral do físico L. Boltzmann. Cf. sobre isso H.-J. Glock, *Wittgenstein Lexikon*, 2000, verbete “Logischer Raum [Espaço lógico]”, p. 227.

¹² Cf., por exemplo, I. Aranyosi, *God, Mind, and Logical Space. A Revisionary Approach to Divinity*, 2013; cf. cap. 2: What Is Logical Space? [O que é espaço lógico?].

interessante, ainda é muito limitada, já que fala só de “espaço *lógico*”.¹³ Para uma filosofia sistemática autêntica, a outra expressão ‘*universe of discourse* [universo do discurso]’, que aparece na quase-definição da filosofia estrutural-sistemática,¹⁴ é incomparavelmente mais adequada, especialmente quando se apensa a ela a qualificação “ilimitado/a”. Por conseguinte, a formulação conforme a esta filosofia não é “espaço lógico”, mas “espaço ou universo discursivo global ilimitado”. Isso quer dizer, portanto: com o operador teórico \mathbb{T}_U (‘U’ = universal) anteposto a uma sentença está dada uma perspectiva à qual se abre o universo ilimitado do discurso, o espaço discursivo global ilimitado, ou abreviando: o espaço discursivo global. Desse modo se alcança o que, na filosofia estrutural-sistemática, é denominado a dimensão absolutamente última que inclui todas as demais dimensões.

Também se pode chegar a esse resultado com base em outra série de ponderações. O operador articulado por Wittgenstein “*es verhält sich so dass...* [(...) é o caso tal que...]” é o operador teórico universal que não está sujeito a nenhum tipo de limitação. O significado do operador teórico para a filosofia não se limita a formar e aclarar o *status* próprio de uma sentença teórica; todo o alcance do *status* teórico de sentenças é abrangente em vista de uma aclaração das questões absolutamente últimas da filosofia sistemática. Para demonstrar esse alcance, também se pode partir simplesmente da análise da formulação do operador teórico: “*es verhält sich so dass...* [(...) é o caso tal que...]”. Num primeiro momento, deve-se atentar para os aspectos gramaticais da exposição, mas em seguida é preciso ir além deles.

Numa análise superficial, na formulação original alemã ‘*es verhält sich so dass...*’, o ‘*es*’ é um pronome, de modo que deve ser concebido como um expletivo. Trata-se, porém, de um pronome com um papel semântico obscuro ou nada claro. A gramática alemã Duden relaciona o ‘*es*’ com os *impersonalia*,

¹³ De qualquer modo, é interessante notar que Wittgenstein caracteriza o “espaço lógico” como “infinito”: “As condições de verdade determinam o espaço de manobra que a sentença deixa aos fatos. [...] A tautologia deixa à realidade *todo o – infinito – espaço lógico*; a contradição preenche todo o espaço lógico e não deixa nenhum ponto à realidade. Por isso, nenhuma delas pode, de maneira alguma, determinar a realidade” (*Tractatus* 4.463 [ed. bras. p. 199, trad. modif.]; o itálico não consta no original). A indicação para a “infinitude” do espaço lógico se assemelha de modo notável à tese do caráter ilimitado ou da universalidade absoluta do operador teórico autêntico.

¹⁴ Cf. O livro do autor: *Estrutura e Ser. Um quadro teórico para uma filosofia sistemática*. Tradução do original alemão. S. Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.

os verbos “impessoais”, e infere o seguinte: “Dado que o pronome ‘es’, enquanto sujeito de um verbo impessoal, não possui nenhuma função indicativa, ele é chamado de pseudoagente (um sujeito formal)”.¹⁵ Segundo Duden, entre os verbos impessoais com o pseudoagente ‘es’ figuram, “no nominativo, também alguns verbos abstratos, que ocorrem com frequência e que requerem, pelo menos, mais um complemento”.¹⁶ Entre outros exemplos, Duden menciona este: “Aqui *es*/(...) *se trata* [de um assassino em série]”. Porém, não há como obter o tipo específico da formulação do operador teórico com o auxílio de tais exemplos. Uma análise filosófica poderá mostrar que se trata de um caso absolutamente singular, que, no quadro de análises puramente gramaticais, pode ser “explicado” de uma ou de outra maneira, mas cujo significado ou alcance filosófico só poderá ser elaborado com base em uma análise que vai além da gramática, sendo, portanto, uma análise filosófica. Uma tentativa nessa direção será feita no que segue.

Para abordar corretamente toda a problemática das formulações atinentes ao operador teórico, é preciso observar que a reprodução linguística *completa* desse operador contém, na linguagem normal, um *duplo* ‘es’, mais precisamente, tanto na formulação da sentença que serve de argumento quanto na formulação do operador como tal. Isso pode ser claramente ilustrado com o exemplo da sentença prima ‘*es regnet* [chove]’: ‘*Es verhält sich so dass ES regnet* [(...) é o caso que (...) chove]’. Em nenhuma das duas ocorrências, ‘es’ (= ‘(...)’) pode ser concebido como sujeito em sentido próprio. Entre as duas ocorrências há, por um lado, tanto um ponto comum quanto uma diferença, o que facilmente se pode mostrar remetendo à exposição formalizada. O ponto comum é, sob um ponto de vista, puramente negativo e, sob outro ponto de vista, positivo. O ponto comum *negativo* consiste em que nenhum dos dois pontos ‘es’ = ‘(...)’ pode ser formalizado nos termos da lógica predicativa de primeira ordem. A sentença ‘*es regnet* [(...) chove]’ não pode, por exemplo, ser articulada como exemplificação da fórmula lógico-predicativa elementar ‘*Fx*’; pelo contrário, *como sentença prima*, ela pode ser formalizada simplesmente só com uma variável ou então constante sentencial: como, por exemplo, $\textcircled{T}\varphi$. O ponto comum positivo é a circunstância de que sentença e operador só

¹⁵Duden, *Die Grammatik*, 7. ed., 2005, n° 560, p. 412.

¹⁶Id., n. 562, p. 413.

podem ser expostos, em cada caso, como algo “simples”, no sentido de algo que não pode mais ser decomposto, ora como ‘ φ ’, ora como ‘ $\textcircled{1}$ ’. Do ponto de vista gramatical, as duas sentenças são sentenças parciais, sendo que, na terminologia tradicional, $\textcircled{1}$ é designado como sentença principal e φ como sentença subordinada. Porém, essa análise gramatical não é adequada, o que se pode mostrar em um ponto bem determinado.

Divergindo das determinações da gramática alemã, em formulações como, por exemplo, ‘*es verhält sich so dass...*’ [‘(...) é o caso tal que...’] ou: ‘*es ist wahr dass...*’ [‘(...) é verdade(iro) que...’] [por exemplo: φ] etc., não se põe vírgula antes da partícula ‘*dass*’ [‘que’]. A razão disso reside em que essas formulações devem ser concebidas como uma unidade, assim que, de modo pedante, se poderia escrevê-las da seguinte maneira: ‘*es-verhält-sich-so-dass...*’ [‘(...)–é-o-caso-tal-que...’] ou: ‘*es-ist-wahr-dass...*’ [‘(...)–é-verdade(iro)-que...’] etc. Em conformidade com a semântica sustentada pela filosofia estrutural-sistemática, tais formulações são *operadores* que têm como argumento *sentenças inteiras* (e sentenças não normalizadas com a forma: ‘Que hoje chove... [por exemplo: é verdade(iro) ou: é fato]’). O fato de a gramática alemã exigir uma vírgula antes de ‘*dass*’ nas referidas formulações corresponde a uma regra solidamente estabelecida, mas, apesar disso, difícil de entender e de justificar. A gramática denomina tais sentenças iniciadas com ‘*dass*’ de “sentenças conteudais”.¹⁷

Sobre essa base aclarada até esse ponto em termos linguístico-gramaticais, é possível empreender agora uma interpretação rigorosamente filosófica da partícula ‘*es*’ e respectivamente dos signos gráficos ‘(...)’. Embora ‘*es = (...)*’ não seja “sujeito” segundo o critério da estrutura de sujeito e predicado de sentenças da linguagem “normal”, ‘*es = (...)*’ tem uma função eminentemente importante na linguagem filosófica transparente, que não reconhece sentenças com a estrutura de sujeito e predicado. Essa função consiste em que ‘*es = (...)*’ serve como “indicativo” de uma “dimensão” que é pressuposta em todas as sentenças teóricas autênticas e, desse modo, é diretamente explicitável.

A análise de um exemplo simples pode esclarecer o sentido exato dessa tese. A sentença prima bem simples “*es grünt [(...) reverdece]*” é uma sentença

¹⁷Cf. *ibid.*, n. 1679 e ss.

teórica quando *lhe* é anteposto (implícita ou explicitamente) o operador teórico, ou seja, quando ela tem a forma: “*es verhält sich so dass es grünt* [(...) é o caso que (...) reverdece]”: $\textcircled{1}\varphi$. Está claro que, nesse sentença, ‘*es = (...)*’ não “denota” nem um objeto determinado nem um acontecimento determinado ou algo semelhante. Porém, do ponto de vista filosófico, é totalmente insuficiente interpretar essa/e “partícula/símbolo” somente ou principalmente como expressão linguística cômoda. Aqui o ‘*es = (...)*’ será entendido, antes, como um indicativo de algo determinado apenas em termos gerais, mas que pode ser explicitado sem problemas, como, por exemplo, um ponto espaçotemporal. Nesse caso, a sentença “*es verhält sich so dass es grünt* [(...) é o caso que (...) reverdece]” teria o sentido: “*Verde* acontece aqui e agora”. Desse modo, o “*es = (...)*” é indicativo de uma dimensão espaçotemporal determinada. Porém, na medida em que esse indicativo tem lugar, já está dada a referência a outros e, em princípio, a todos os pontos espaçotemporais (reais ou possíveis), “nos quais” reverdece. Desse modo, porém, já está dado um pressuposto generalizador, na medida em que (*indiretamente*) se faz referência a toda a “dimensão do *verde*”.

Neste ponto, evidencia-se como possível e inevitável dar um passo adiante; pois mediante o enunciado “*es grünt* [(...) reverdece]” se faz referência, em princípio, a toda outra “dimensão” do assim chamado mundo e da assim chamada realidade, mais exatamente, não só àquilo com que há uma relação explícita, mas também a tudo que não é verde. Dessa maneira, com base em uma análise da sentença prima simples “*es grünt* [(...) reverdece]” se chega, em princípio, a uma dimensão absolutamente universal.

No contexto atual, pode-se *prosseguir* na análise da sentença prima simples “*es grünt* [(...) reverdece]” de maneira bem diferente. Quando a sentença prima em questão “*es grünt* [(...) reverdece]” é analisada e completamente explicitada como uma sentença *teórica*, ela tem o seguinte formato: “*es₁-verhält-sich-so-dass es₂ grünt* [(...)₁ é-o-caso-tal-que (...)₂ reverdece]”. Observe-se que as duas ocorrências de ‘*es*’ estão indexadas. É bem claro que “*es₂ = (...)₂*” deve ser interpretado no sentido de um indicativo de um ponto espaçotemporal específico, mais precisamente, no qual reverdece neste justo momento. Porém, algo totalmente diferente ocorre com “*es₁ = (...)₁*”; aqui se articula um indicativo de um tipo bem diferente, isto é, o

indicativo de uma dimensão a ser concebida de outro modo, a saber, daquela dimensão franqueada pelo *universo ilimitado do discurso*. Em contraposição a “ $es_2 = (...)_2$ ”, que é o indicativo imediato de um ponto espaçotemporal determinado, “ $es_I = (...)_1$ ” possui um caráter “meta”, significando que, como meta-“ $es_I = (...)_1$ ”, não se refere a nada determinado, particular, limitado; pelo contrário, ele está aberto a absolutamente tudo, para todos os casos do operador teórico. Em suma: “ $es_I = (...)_1$ ” é o indicativo do espaço ilimitado franqueado pelo operador teórico rigorosamente concebido, o espaço que é articulado linguisticamente como *universo ilimitado do discurso*. Desse modo, “ $es_I = (...)_1$ ” é o indicativo da dimensão absolutamente universal.

A expressão ‘dimensão absolutamente última’ é um conceito importante, já que indica um limite intransponível. Porém, as duas expressões ‘dimensão’ e ‘limite’ são “formais” em distinção a “conteudais”. Por conseguinte, impõe-se a pergunta: de que modo a referida dimensão absolutamente última pode e deve ser concebida *em termos de conteúdo?*

2.2 As sentenças teóricas prefixadas com o operador teórico universal e a dimensão última do universo ilimitado do discurso teórico como dimensão einaiológica, isto é: como a dimensão do Ser primordial

A resposta da filosofia estrutural-sistemática à pergunta a respeito da dimensão absolutamente última na esfera teórica é esta: a dimensão absolutamente última deve ser entendida *como a dimensão do Ser primordial*. Só há um/a conceito/expressão que preenche de conteúdo o conceito da dimensão absolutamente última: é a/o expressão/conceito “Ser”. Essa tese pode ser demonstrada mediante uma análise simples da relação entre o conceito de “Ser” e de todo e qualquer outro conceito. Todo e qualquer conceito só é significativo, isto é, só pode ser pensado e aplicado de modo coerente, se satisfizer o critério mínimo, mas absoluto, de ser “*não Nada*”. Uma negação desse critério deixaria todo pensamento absolutamente sem chão, a ponto de não se poder fazer absolutamente nada com ele na esfera teórica. Ora, “*não Nada*” é apenas o lado negativo do conceito “Ser”. Esse “estado de conceito [*Begriffs-Verhalt*]”, que concomitantemente é um “estado

de coisas [*Sach-Verhalt*]”, possui um caráter absolutamente elementar. Como quer que se considere o tema, sempre subsiste o referido estado de conceito/de coisas, i. é a grande tese filosófica: “(...) é-o-caso que [es *verhält sich so dass*]” o conceito do Ser é o único conceito pressuposto por todo e qualquer outro conceito e que, por sua vez, não pressupõe nenhum outro conceito.

Por conseguinte, a dimensão que se chama e é *Ser* resulta ser a dimensão absolutamente fundamental e a mais abrangente estruturada em termos de conteúdo. Para que se obtenha clareza completa sobre essa temática, é preciso fazer menção mais uma vez e com brevidade, neste contexto, da grande diferença ontológico-einilógica, a diferença entre ente/s e Ser. O conceito “ente” também é uma dimensão última, mas apenas em um sentido relativo. Isso significa: quando se fala de uma pluralidade de “itens”, como quer que sejam ou devam ser chamados (“coisas”, “entidades”, “conceitos”, “ideias”...), deve-se admitir e tacitamente se admite (nesse nível da pluralidade) uma dimensão (relativamente) última. O conceito mais fundamental com que são designados os itens dessa pluralidade é o conceito “*não Nada relativo*”, e, portanto, “*não não ente*” *nessa dimensão*. A razão é evidente: todos os “elementos” dessa pluralidade só adquirem um sentido compreensível quando são concebidos como “*não Nada*” ou satisfazem o critério do “*não Nada*”, mais precisamente, aqui no sentido relativo, isto é, no nível da pluralidade. O conceito “ente” é o único conceito nesse nível da pluralidade que satisfaz esse critério. Todos os elementos da pluralidade, como quer que sejam designados, devem ser, em todo caso, “*não Nada (relativo)*”; isso significa, então: eles são “*não não entes*”, do que resulta: eles são *entes*. A globalidade dos entes concebidos desse modo é denominada, então, “*Entidade (não: entidade!)*”.

Mas a dimensão *absolutamente* última do discurso teórico em termos contedísticos não é a dimensão dos entes aqui chamada “Entidade” (com “E” inicial maiúscula), mas é a dimensão do Ser. Os entes podem e devem ser considerados conforme duas diferentes perspectivas: primeiro, como componentes de uma pluralidade e de uma totalidade; segundo, como modos de/do Ser. Ao contrário da Entidade, que é uma pluralidade, o Ser (com letra maiúscula) não é uma pluralidade, ele é absolutamente único; não há mais de “um Ser”. Ser componente(s) de uma pluralidade ou totalidade não é o mesmo

que ser modo-do-Ser. O Ser é a explicitação dos grandes termos “absolutamente última dimensão do espaço teórico” e “universo ilimitado do discurso”, termos que foram suficientemente explicados neste ensaio.

A dimensão do Ser é um grande, o maior tema da filosofia, o tema primordial. É o tema tratado na Teoria do Ser, que a filosofia estrutural-sistemática chama de *Einailogia*. Neste artigo não será exposta a *einailogia* em sua expansão sistemática. Para isso, o leitor poderá consultar o livro do autor *Ser e Nada* mencionado na Nota Conclusiva deste ensaio.

3. Duas questões finais

3.1 O operador teórico universal/irrestrito e a subjetividade universal

Um ponto importante, ainda a ser esclarecido mais pormenorizadamente, é a relação entre o operador teórico irrestrito e a subjetividade universal. Foi mostrado que o operador universal não é restrito por nenhum fator alheio à dimensão teórica. Trata-se de fatores que condicionam perspectivas restritas da subjetividade; pode-se dizer mais simplesmente: trata-se das formas restritas da subjetividade. Foram dados exemplos de tais fatores, especialmente o talvez mais importante exemplo na filosofia moderna: o operador teórico determinado pela subjetividade transcendental no sentido de Kant, i. é pelo “eu”, o sujeito, entendido de certo modo particular. O operador qualificado de universal exclui qualquer forma *desta* subjetividade, isto é: da subjetividade *particular* no sentido de *restrita* e *restringente*. Contudo, a subjetividade não particular não só não é excluída pelo e no operador teórico universal, senão que é essencialmente pressuposta e incluída por ele e nele. Falta ainda mostrar como esta relação inclusiva entre operador teórico universal e subjetividade universal (não restritiva e não restringente) deve ser concebida mais exatamente.

O operador teórico é o resultado de uma ação por parte de um ator, que se pode chamar de sujeito teórico, o sujeito que se comporta e age na e em vista da dimensão teórica. No entanto, a dimensão teórica é absolutamente irrestrita: nada pode escapar de ser nomeado, pensado, dito, articulado etc. em sentenças teóricas. Em outras palavras (e na terminologia usada pela filosofia

estrutural-sistemática): o universo do discurso (teórico) é absolutamente ilimitado. Ora, a instância articuladora do universo ilimitado é a subjetividade, o sujeito teorizante. Segue-se daí imediatamente que a subjetividade/o sujeito deve ser concebida/o também e principalmente como absolutamente ilimitada/o: como subjetividade/sujeito universal.

Para exprimir este estado de coisas a filosofia estrutural-sistemática estabelece a tese: *a subjetividade humana teórica é intencionalmente coextensiva com a dimensão teórica absolutamente última, i. é com o universo ilimitado do discurso teórico e, assim, finalmente, com a dimensão do Ser primordial*. Note-se que se afirma uma *coextensividade intencional*, não uma identidade e nem mesmo uma equivalência, o que implicaria um caráter *intensional* entre a subjetividade universal e a dimensão do Ser primordial. Atenda-se também para as etapas ou passos conceituais incluídas/dos nesta formulação final. Primeiro se diz: há uma coextensividade entre subjetividade universal e a dimensão teórica absolutamente última. Esta afirmação é justificada simplesmente pela constatação que a subjetividade universal tem acesso a absolutamente tudo o que se pode pensar, dizer, afirmar, tematizar. Este “tudo” é resumido na expressão: dimensão absolutamente última. A seguir, esta dimensão absolutamente última é explicitada como o irrestrito universo do discurso, o que é fundamentado na circunstância que a subjetividade tem a possibilidade de desenvolver um “discurso” sobre absolutamente tudo, como já foi mostrado. Este tudo, i. é. o universo ilimitado, por sua vez, é entendido e articulado como a dimensão primordial do Ser.

Este último passo conceitual pode ser facilmente exposto e fundamentado. Que se possa e deva justificadamente admitir uma ou a dimensão absolutamente última e, assim, um ou o irrestrito universo do discurso, e conceber este como a dimensão do Ser primordial, tem sua fundamentação no seguinte argumento (já exposto, em princípio, em outra passagem do presente artigo): o conceito de Ser é o conceito mais fundamental entre todos os conceitos no sentido mais radical que se possa imaginar, ou seja, ele não pressupõe nenhum outro conceito e todos os outros conceitos o pressupõem. Efetivamente, para que um conceito possa justificadamente ser aceito como dotado de sentido, deve fundamentalmente e sem nenhuma exceção preencher pelo menos o seguinte critério: deve expressar o caráter de

ser *não nada*, do contrário seria algo absolutamente vazio, nada significando. Ora *não nada* é simplesmente *Ser*. Esta argumentação é de uma simplicidade, elementaridade e fundamentalidade tal que o fato de nunca ter sido formulada causa grande surpresa.

Conclui-se, portanto, que tanto na perspectiva argumentativa como na perspectiva analítico-conteudista deve-se admitir a tese formulada acima: *a subjetividade humana teórica é intencionalmente coextensiva com a dimensão teórica absolutamente última, i. é com o universo ilimitado do discurso teórico e, assim, finalmente com a dimensão do Ser primordial.*

Na formulação de sentenças teóricas prefixadas com operador teórico universal a dimensão da subjetividade, em geral, não é explicitamente nomeada. Mas isso não é necessário, pois que o que é necessário é unicamente a explicitação da dimensão última implicada: a dimensão do Ser primordial. Pode-se dizer que a função da subjetividade absolutamente universal, como foi explicada, torna sua nomeação explícita redundante. A subjetividade universal é simplesmente pressuposta e é, assim, como tal, presente.

Das considerações feitas é fácil tirar, entre outras, uma extremamente importante consequência para a avaliação não só de todas e quaisquer correntes e posições filosóficas, mas também de todo e qualquer enunciado que tenha a pretensão de ser considerado como dotado de caráter filosófico. Pode-se dizer que toda/o e qualquer corrente/posição ou enunciado filosófico só pode ser considerado sério e digno de investigação se estiver capacitado a justificar ou pelo menos a aclarar o *status* filosófico de sua/s afirmação/ções. O filósofo, cuja filosofia consta de sentenças teóricas *particulares*, portanto sendo implícita ou explicitamente prefixadas com um operador teórico restrito, estará confrontado com um sério problema, sobre o qual ele em geral não se dá conta, mas que, por isso, não é não existente, muito ao contrário. Para “identificar” sua filosofia, ele deve formular uma sentença prefixada com um operador teórico *irrestrito*, portanto, universal. O enunciado sobre *seu status* filosófico não é mais prefixado por *seu* operador teórico “normal”, i. é o operador que estrutura as sentenças teóricas formuladas no quadro teórico de sua filosofia. O operador teórico prefixado à sentença, pela qual ele articula o status teórico de sua filosofia, é o operador *universal*.

Isso mostra a imprescindibilidade do operador teórico irrestrito/universal na área da filosofia. Acima foram dados dois exemplos que ilustram este estado de coisas: o caso de um cético radical e o caso da filosofia transcendental de Kant.

Se nenhuma filosofia, que aclara seu *status* filosófico, pode prescindir do uso de sentenças teóricas com prefixo irrestrito/universal, então nenhuma filosofia pode ser dispensada da *tematização* do irrestrito universo do discurso que é implicado pelo operador teórico irrestrito/universal. A tematização do irrestrito universo do discurso leva diretamente à tematização da dimensão do Ser primordial, como foi mostrado.

3.2 As sentenças teóricas e a despotencialização da dimensão epistêmica

Resta ainda esclarecer um último e importante aspecto da temática das sentenças teóricas. Trata-se da relação entre elas e a dimensão do *conhecimento/saber*¹⁸. Aqui será formulada e defendida a tese que levar em conta efetivamente as sentenças teóricas na filosofia tem entre outras uma consequência radical com respeito à toda a dimensão epistêmica: o uso explícito e adequado das sentenças teóricas traz como consequência uma despotencialização de toda a dimensão epistêmica. Isso equivale a revolucionar as bases de todo o pensamento moderno, que de muitas formas sempre fez da dimensão epistêmica o ponto central de onde se formaram as coordenadas fundamentais deste pensamento. “Despotencialização” não significa destruição, aniquilamento, senão marginalização, perda da posição central e focal na dimensão teórica.

Para explicar e fundamentar esta tese, é preciso primeiramente esclarecer o conceito de conhecimento/saber. A compreensão de conhecimento/saber dada na história da filosofia geralmente de modo apenas intuitivo foi definida com rigor por Edmund Gettier. Essa definição foi muito discutida, também pelo próprio Gettier. Ela tem o seguinte teor:

- (G_E) S knows that *p* if and only if
(i) *p* is true

¹⁸A diferença entre conhecimento e saber é, sem dúvida, importante e deve ser levada em conta. Mas para a temática tratada neste ensaio não é necessário tratá-la explicitamente.

- (ii) S believes that p , and
 - (iii) S is justified in believing that p .
- [(G_p) S conhece/sabe que p se e somente se
- (i) p é verdadeiro
 - (ii) S crê que p , e
 - (iii) S justificadamente crê que p .]¹⁹

Gettier mostrou que essa concepção é defectiva, já que as condições por ela formuladas não são suficientes. Ele demonstrou isso pela menção de contraexemplos que se referem, de modo especial, à condição (iii). Trata-se de exemplos que satisfazem as três condições mencionadas na definição e, ainda assim, não são exemplos de conhecimento/saber, na medida em que pelo menos não correspondem à compreensão intuitiva de conhecimento/saber que a definição procura abarcar. Entrementes a quantidade de contraexemplos aumentou consideravelmente. Muitos autores tentaram formular a condição (iii) de outra maneira, o que, no entanto, não levou a nenhuma concepção universalmente reconhecida.

Nos últimos decênios, a discussão tomou um novo rumo. Antes, porém, é preciso fazer uma *observação* que lança luz sobre uma circunstância surpreendente, tendo como pano de fundo toda essa discussão. Gettier e outros filósofos parecem sustentar a opinião de que a satisfação da condição (i) não apresenta nenhum problema. Essa condição diz que p deve ser verdadeiro para que haja conhecimento. Ora; pode-se demonstrar, em primeiro lugar, que essa assunção de modo nenhum é óbvia.

Como se trata de uma definição de *conhecimento/saber*, devem ser considerados minuciosamente todos os fatores que perfazem a sua definição. A definição de Gettier comporta três desses fatores, três condições que devem ser satisfeitas simultaneamente para que haja uma definição de conhecimento/saber. Em vista disso, como se comporta a condição (i)? A condição de que p é verdadeiro deve ter sido satisfeita para que a definição faça algum sentido. Como pode ser isso? Ou em termos ainda mais radicais: como se pode ou deve entender isso? Só se pode falar da satisfação da condição de que p é verdadeiro quando a verdade de p pode ser *pressuposta como dada* ou

¹⁹E. Gettier, "Is Justified True Belief Knowledge?", *Analysis*, v. 23, 1963, p. 121.

então quando ela de fato é pressuposta. Mas o que significa isso e qual a implicação disso?

Por mais popular e difundida que seja tal explicação da satisfação da condição (i) na definição de Gettier, ela erra completamente o ponto decisivo do problema que aqui vem à tona. Esse ponto é o seguinte: de modo algum é suficiente supor ou pressupor ou tomar como ponto de partida que p é verdadeiro, por exemplo, no sentido de que p realmente articula um fato dado ou uma condição (no) do mundo. Isso seria uma assunção ou pressuposição arbitrária e vazia. A definição exige, antes, que a condição (i) de que p é verdadeiro, tenha sido *satisfeita*. A satisfação implica que a verdade de p seja *expressa ou articulada* ou *possa ser expressa ou articulada*, e isto de modo totalmente independente de que as condições (ii) e (iii) sejam (ou possam ser) satisfeitas. Sendo assim, fica claro que a verdade de p deve ser pressuposta como já *apreendida*, para que se possa de algum modo falar da satisfação da condição (i). Mas o que significa essa apreensão da verdade de p senão que a verdade de p deve ser pressuposta como já *conhecida*, para que a condição (i) possa ser considerada satisfeita? Portanto, a argumentação se move em círculo: ela pressupõe o que deveria ser provado.

Essa crítica deve ser complementada com outro ponto. Mesmo que se conseguisse explicar a apreensão da verdade de p , não como conhecimento, mas de alguma outra maneira, surgiria um problema adicional e igualmente grave: se já estamos “de posse” da verdade de p (como quer que se entenda ou designe essa “posse”), o que seria o “conhecimento” para além disso ou o que ele ainda poderia realizar ou significar? Caso se dissesse que o “conhecimento” acrescenta o ponto de vista da crença (ou convicção) justificada, isso seria redundante, pois, se a verdade de p é considerada como já apreendida, é irrelevante falar ou não de uma “convicção justificada”. A “coisa” que importa única e exclusivamente já teria sido alcançada.

A definição diferente de conhecimento/saber a ser apresentada a seguir se baseia na noção de que conhecimento/saber é *efetuação* de teoricidade por parte de um sujeito: é uma atitude intencional ou um estado mental proposicional, que está direcionada/o essencialmente para algo objetivamente existente, ou seja, para algo verdadeiro. Não se pode “descontar” da direcionalidade própria dessa efetuação de teoricidade justamente aquilo que

pertence essencialmente ao sujeito, a saber, aquilo que caracteriza a atitude intencional como atitude: a crença (ou convicção) etc. Disso resulta uma noção fundamental, a saber, tudo o que pode ser entendido como componente da direcionalidade proposicional do sujeito para o objetivamente existente na qualidade de verdadeiro (*incluindo* o próprio objetivamente existente como o verdadeiro enquanto tal) *deve ser situado no escopo da crença (da convicção) do sujeito*. O conhecimento é uma relação, dado que caracteriza a direcionalidade descrita. Por conseguinte, é totalmente coerente dizer que também o “*relatum* objetivo” da relação faz parte do “campo” da relação; inversamente, seria incoerente retirar do escopo da relação um componente do conhecimento *qua* relação, a saber, o objetivamente existente ou o verdadeiro.

(C/S) S sabe/(re)conhece que *p* exatamente quando

(a) S crê [está convicto] que *p* é verdadeiro

(b) S crê [está convicto] que sua crença (convicção) de que *p* é verdadeiro é justificada.

Deve-se atentar para o *status* exato das duas condições (a) e (b). Em contraposição à definição de Gettier e a todas as definições analíticas, na condição (a), a “verdade” não aparece como “fator autônomo”, por assim dizer, como “verdade *de re*”, mas como argumento do operador “S crê que” e, portanto, no escopo desse operador e, conseqüentemente, na dependência dele, em suma: como “verdade *de dicto*”. Da mesma importância se reveste a diferença entre a condição (b) e definições do tipo das de Gettier: o “estar-justificado” da convicção do sujeito S, de que *p* é verdadeiro, não constitui um fator que existe independentemente do sujeito S, ou seja, não é um “fator *de re*”; antes, a própria convicção/crença de S, de que *p* é verdadeiro, é “objeto” de uma convicção mais ampla (mais elevada) de S, na medida em que ela se situa no escopo dessa convicção mais elevada.

Em vista à temática do presente ensaio, o que o esclarecimento da definição de saber/conhecimento mostra, é o caráter extremamente reduzido, mesmo marginal e secundário desta dimensão. Levando em conta o fato que a dimensão epistêmica foi (e ainda é) dominante na Idade Moderna, constituindo o centro focal de todos os grandes e pequenos enunciados filosóficos, é

justificado e coerente dizer que o *status* geralmente atribuído às sentenças teóricas epistêmicas na filosofia deve ser submetido a uma despotencialização radical. Isto será explicado na parte final deste ensaio.

O operador epistêmico restrito é expressado em formulações como: “eu creio (ou suponho ou afirmo ou conjecturo...) que...”. Em vez de “eu” usam-se também a primeira pessoa plural bem como a 2ª e a 3ª pessoas tanto singular como plural). É interessante notar que tal “subjatividade” da linguagem filosófica é especialmente espalhada na literatura filosófica de língua inglesa, especialmente nos escritos de filósofos analíticos. Em muitos deles aparece a expressão “I believe...” (ou semelhantes) várias vezes na mesma página. O autor do presente ensaio considera isso um verdadeiro declínio do rigor filosófico. Contudo, tais filósofos não parecem dar-se conta do que perfazem e pressupõem, o que é tanto mais surpreendente, porque eles costumam acentuar a necessidade de praticar um alto nível de rigor de pensamento e exposição. Nos escritos do presente autor nunca ocorre a palavra “eu” (a não ser, naturalmente, em textos como o prefácio de um livro e semelhantes).

Sentenças teóricas epistêmicas são, em via de regra, sentenças dotadas de um operador epistêmico restrito. Trata-se sempre de uma subjetividade restrita. Usando tal operador a subjetividade limita o campo do discurso filosófico aos parâmetros da subjetividade particular. Assim, o campo do discurso filosófico é drasticamente limitado, o que significa que uma ou melhor: a imensa dimensão do universo ilimitado do discurso não é captada e muito menos tematizada.

O operador teórico epistêmico, como é aqui entendido com base na definição do conceito de conhecimento/saber (C/S), não é o operador teórico que corresponde à subjetividade universal. Como foi mostrado sobejamente neste ensaio, o recurso à subjetividade universal é absolutamente imprescindível para a filosofia que tem e cria clareza sobre seu próprio *status*. Com efeito, a filosofia, assim entendida, não pode rejeitar sentenças teóricas dotadas do operador teórico irrestrito, pois ao tentar articular seu *status* filosófico usa necessariamente uma sentença teórica prefixada com o operador teórico absolutamente universal.

O que aqui acontece pode ser explicado claramente por meio da formalização da(s) sentença(s) usada(s). Empregando os índices ‘ \mathbb{U} = Universal’ e ‘ $\mathbb{P-E}$ = Particular-epistêmico’, tem-se o seguinte cenário: Sentenças teóricas de uma filosofia determinadas pela subjetividade particular restrita possuem a estrutura $\mathbb{T}_{\mathbb{P-E}}\chi$: “a partir de uma perspectiva particular é o caso que χ ”, sendo χ uma sentença declarativa. Tal sentença, quando interpretada em si mesma, isoladamente, não é incoerente ou contraditória. Uma incoerência ou contradição também não acontece quando tal sentença é prefixada com o operador teórico universal e, assim, irrestrito:

$\mathbb{T}_{\mathbb{U}}(\mathbb{T}_{\mathbb{P-E}}\chi)$: “a partir da perspectiva universal é o caso que a partir da perspectiva particular-epistêmica é o caso que χ ”. Aqui não ocorre incoerência ou (auto)contradição no caso que tal sentença teórica seja usada por um filósofo não para expressar uma tese própria, mas para caracterizar o *status* teórico de uma filosofia que ele não aceita e sobre a qual ele escreve um artigo ou livro. Também não há incoerência ou (auto)contradição quando um filósofo estabelece sentenças exclusivamente no quadro da filosofia por ele exposta e defendida, mas as usa para expor, em teoria, o *status* teórico de um pensante com uma visão ou perspectiva restrita.

Uma abrangente incoerência ou contradição surgiria no caso que um filósofo assumisse para sua filosofia somente sentenças com a estrutura $\mathbb{T}_{\mathbb{P-E}}\chi$. Neste caso dever-se-ia distinguir duas formas de incoerência ou contradição: uma implícita e a outra explícita. A forma implícita é dada quando um autor não se manifesta de nenhum modo sobre o seu *status* teórico; isso, porém, não significa que ele não tenha um *status* teórico. A forma *explícita* acontece quando o autor filosófico de uma ou outra forma tenta expor e fundamentar seu *status* teórico. Esta forma é a mais comum para toda a Idade Moderna da filosofia, como foi mostrado pelo exemplo da filosofia de Kant. Neste caso fica evidente a incoerência ou a (auto)contradição: por meio de uma sentença dotada de um operador teórico *universal* tenta-se demonstrar o bem fundado da própria posição que contém somente sentenças prefixadas com um operador teórico particular. Fica então claro que o espaço teórico *ilimitado* aberto pelo operador teórico universal não é levado em conta pelo uso do operador teórico particular. Há um contraste evidente entre os dois tipos de sentenças teóricas.

Neste ponto poderia surgir uma pergunta que poderia ser entendida como sendo uma objeção ao que foi exposto. Como foi explicado, as palavras/os conceitos caracteristicamente usadas/dos para articular o operador teórico epistêmico limitado são: “conhecer/saber – crer – supor – ” e semelhantes. Daí a questão: não se pode ou mesmo deve usar tais palavras/conceitos também no caso da subjetividade universal? Isto é: não se pode ou mesmo deve dizer: o sujeito humano tem o conhecimento ou saber e, assim, a crença de que há o ou um universo ilimitado do discurso e, assim, uma dimensão absolutamente ilimitada? Neste caso, os fatores “conhecimento/saber, crença e semelhantes” seriam empregados também para caracterizar a subjetividade que aqui se chama subjetividade universal. A consequência seria esta: não faz sentido e não há necessidade de admitir ou exigir uma despotencialização da dimensão epistêmica.

A subjetividade comporta as duas grandes formas do operador teórico: a particular/restrita e a universal/irrestrita. Trata-se de uma importante questão. O(s) termo(s) epistêmico(s) “conhecer/saber” pode(m) ser usados em muitos sentidos. Na filosofia, porém, há uma definição do(s) termo(s), definição que, como foi explicitada por E. Gettier, não é universalmente aceita, mas cuja ideia central é clara e universalmente admitida ou pressuposta, ou seja: O “conhecer/saber” tem uma relação essencial com “crer (*to believe*)”. Isso basta para estabelecer a tese que a “relação” entre a subjetividade universal e o universo irrestrito do discurso não pode ser caracterizada com este conceito de “crer (*to believe*)”.

Na filosofia analítica usa-se o (muito inadequado e confuso) termo/conceito “atitude proposicional”. A atitude de *crer* pressupõe uma separação entre o sujeito e a “coisa (*Sache*)”, com a qual o sujeito tem uma relação altamente problemática, por envolver aspectos positivos e negativos. Pode-se descrever isso de muitas maneiras, mas o essencial para a temática deste ensaio é uma consequência que se deve tirar desta relação. Uma tal relação, a crença, não pode ser a espécie de relação que caracteriza o que acontece entre a subjetividade e a *dimensão última*, entendendo-a primeiramente como o universo irrestrito do discurso. Esta relação não é caracterizada por uma separação a ser mediada por fatores epistêmicos aparentemente apropriados. Trata-se, antes, de uma relação absolutamente

especial e única, absolutamente basal num sentido de imediatidade total. A “relação” entre a subjetividade universal e a dimensão última concebida como o universo irrestrito do discurso e, mais explicitamente, como a dimensão do Ser primordial, não é deduzida, não é provada em base de quaisquer premissas; ao contrário, ela é simplesmente *dada* no sentido mais imediato que pode ser pensado. Neste sentido, ela simplesmente expressa o que é e o que efetua a subjetividade universal. Não há como pô-la em questão, como duvidar dela, como considerá-la como um objeto ou coisa semelhante. Ela é a imediatidade da subjetividade. Subjetividade universal simplesmente é esta abertura total à dimensão absolutamente última. Como tal, ela constitui o ponto focal último a partir do qual tudo o que acontece e pode acontecer na esfera teórica é situado. É precisamente isso o que acontece quando uma sentença teórica prefixada com o operador teórico universal/irrestrito é proferida. Ela abre o espaço teórico ilimitado, no qual todas as articulações teóricas têm seu lugar adequado.

Reconhecer este caráter absolutamente último da subjetividade universal tem como consequência que a subjetividade particular, como se mostra no fenômeno do conhecimento/saber, não pode ocupar o centro focal da filosofia. Contrariando toda a tradição moderna da filosofia, isto significa que a filosofia deve submeter a subjetividade particular a uma despotencialização radical.

NOTA CONCLUSIVA AO LEITOR

Neste ensaio foi tratado um tema aparentemente marginal e completamente desleixado por filósofos de todas as correntes, a saber: a estrutura e a relevância sistemática das sentenças teóricas. O resultado certamente aparecerá como grande surpresa para a maioria dos membros da comunidade filosófica. As teses apresentadas não podem pretender ter sido suficientemente esclarecidas e fundamentadas nos quadros deste pequeno ensaio. Ao leitor seja dito que o autor publicou uma *trilogia do Ser*. São três extensos volumes publicados originalmente em alemão e traduzidos em português. Nestes volumes, especialmente no terceiro (publicado em tradução portuguesa em 2022), o leitor encontrará uma muito extensa exposição, um

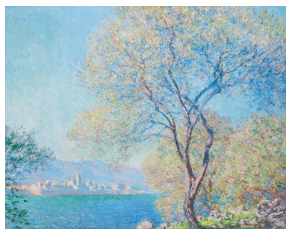
detalhado esclarecimento e uma rigorosa fundamentação das teses que neste ensaio só puderam ser minimamente apresentadas e demonstradas.

São aqui dadas ou (parcialmente) repetidas as indicações bibliográficas dos três volumes:

Estrutura e Ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática. S. Leopoldo: Editora Unisinos, 2008 (original alemão: 2006).

Ser e Deus. Um enfoque sistemático em confronto com M. Heidegger, É. Lévinas e J.-L. Marion. S. Leopoldo: Editora Unisinos, 2011 (original alemão: 2010).

Ser e Nada. O tema primordial da filosofia. S. Leopoldo: Editora Unisinos, 2022 (original alemão: 2022).



ARTIGOS – ARTICLES

A resiliência da Filosofia

Joaquim Cerqueira Gonçalves¹
Universidade de Lisboa
joaquimofm@gmail.com

Como citar este artigo: GONÇALVES, J. C. “A resiliência da Filosofia”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 75-93. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Um docente (aposentado) de filosofia, homenageando um colega, também aposentado, reflete sobre a articulação filosofia-escola, a partir da análise do ensino de filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, designadamente entre 1957-2000. Em termos de conclusão, aponta para a permanência do legado da filosofia grega na arquitectura disciplinar da escola ocidental, em desafio ciência/filosofia, devendo-se à resiliência desta a dinamização/superação da cultura que tem dominado a escola ocidental - laboratório de redutora racionalidade científica e técnica.

Palavras-chave: Cultura. Disciplinas. Escola. Linguagem. Lisboa.

Abstract: A (retired) philosophy lecturer, honouring a colleague, also retired, reflects on the philosophy-school articulation, based on an analysis of the teaching of philosophy at the Faculty of Letters of Lisbon, namely between 1957-2000. In conclusion, he points to the permanence of the legacy of Greek philosophy in the disciplinary architecture of the Western school, in the science/philosophy challenge, the resilience of which is responsible for energising/overcoming the culture that has dominated the Western school - a laboratory of reductive scientific and technical rationality.

Keywords: Culture. Disciplines. School. Language. Lisbon.

¹ Joaquim Cerqueira Gonçalves é Membro da Ordem Franciscana (OFM), doutor em Filosofia pela Universidade de Lisboa e professor (aposentado) de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa.

Introdução

Em texto publicado em 1989, *Escola em Debate – educar ou profissionalizar?*, questionava-me sobre os desígnios fundamentais da instituição escolar, circunscrevendo-a já, nesse subtítulo, a uma dupla função essencial, em que, todavia, a profissionalização levaria vantagem². Essa equação é geralmente tematizada pelas ciências da educação e em áreas afins destas, mas, no caso concreto da reflexão, agora perspetivada, o ângulo de abordagem é de cariz filosófico, a que as aludidas ciências pouco recorrem, indiciando tal depreciação um outro horizonte de racionalidade, o de índole científica.

De facto, três dezenas de anos volvidas, após a publicação de *Escola em Debate – educar/profissionalizar?*, há o ensejo, propulsado por algum coeficiente de pessoal obsessão, de retomar a questão, mas em singular contexto, que não anula a convicção e a argumentação iniciais, ao reconhecer a tendência profissionalizante da escola, pelo menos a que tem obedecido ao modelo arquitetónico da episteme ocidental. Essa persistente interpretação pessoal³, abrangendo período tão dilatado, continua, mas agora em regime de aposentadoria social do autor, esta anexada à profissão docente, um benefício de cariz sindicalista que pouco representa de estrutural compromisso com o saber lecionado na escola. Por não me sentir aposentado da atividade filosófica, é que dela não me dissocio, frequentemente interpelado pela articulação entre filosofia e escola, melhor dizendo, pela complexa questão da presença da filosofia na instituição escolar. Há, porém, uma especial motivação para a escolha do conteúdo a explicar: a feliz e justa iniciativa de homenagem a outro docente de filosofia, NELSON GONÇALVES GOMES. A aproximação, que se consolidou em gratificante amizade, destes dois docentes de filosofia foi propiciada pela colaboração profissional do professor da Universidade de Brasília com a Universidade de Lisboa, concretamente com a Faculdade de Letras. Muitas das publicações do Prof. Nelson Gomes e não menos as conversas havidas, entre os dois, em língua portuguesa, durante muitos anos – é momento propício para as agradecer –, ajudam a refletir sobre o conteúdo

² *A Escola em Debate – Educar ou profissionalizar?*, Ed. Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Braga, 1989.

³ “A atual escola-profissionalização concorre aceleradamente para essa atmosfera de saturação que já nem sequer o entusiasmo e a eficiência da especialização conseguem iludir.” (*ibidem*, p. 47).

selecionado para a presente exposição. Ao olhar retrospectivo, que esta, em larga proporção do seu perímetro, deseja ser, não é indiferente o longo exercício do compromisso académico, no qual interferem datas e idades, mas não são elas que determinam o exercício da efetividade filosófica que a existência humana é. O encontro entre escola e filosofia – a Faculdade de Letras de Lisboa, no período subsequente a 1957 – é o palco deste texto que, por sua vez, tentará desenhá-lo, com algumas derivas adjacentes, indicando, a título simplesmente exemplificativo, alternativas à ênfase das linhas de interpretação, aí, gizadas. Ao abordar, em tarefa de lecionação, questões sobre hermenêutica de textos, tive sempre a preocupação de advertir que os títulos e subtítulos não fazem necessariamente parte da sua dinâmica interna, quer antecipem e orientem o seu desenvolvimento, quer representem uma afortunada síntese interpretativa da composição produzida. Faria aqui análoga exortação, com peculiar sublinhado no termo *resiliência*, que não conhece lugar cativo no histórico do vocabulário filosófico. É para aqui transposto, a partir de uma recente iniciativa política da União Europeia (*Plano de Recuperação e Resiliência* – PRR), pretendendo-se insinuar, mediante este estratagema semântico e retórico, em ambiente cultural dos nossos dias, a constitutiva e irreprimível marca filosófica da racionalidade, que tantos consideram ilusão, outros aventura e risco⁴.

1. Filosofar – agir resiliente

A história do saber não favorece, na caracterização das virtualidades da filosofia, essa nota de resiliência, a partir do exercício da linguagem, de modo a legitimar a asserção, segundo a qual a intencionalidade racional atribuída à existência humana traduz já uma orientação para nível de superior exigência, o de radicalidade filosófica. É, todavia, com o exercício da linguagem que se inicia o pensar e o saber, inclusive, nesse caso, o de marca filosófica, que os

⁴ “O maior perigo da Europa é o cansaço”, há que suscitar o “heroísmo da razão” (Edmund Husserl. *Die Krisis des europäischen Menschentums und die Philosophie*, trad. Pedro M. S. Alves, *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*, in “A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental. Uma Introdução à Filosofia Fenomenológica”, trad. Diogo Falcão Ferrer, Ed. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008, p. 349, Husserliana VI, pp. 347s.).

epistemólogos sentem relutância em sancioná-la, não passando, todavia, despercebida a atentos e perspicazes psicólogos.

Estes contrastados perfis e fases resultam da variedade de modos de entender o pensar, o saber e o conhecer, de cujas múltiplas interpretações uma dupla vai permear esta reflexão: por um lado, a composição/assimilação de um produto acabado e, por outro, a humana atividade de manifestação, nunca fechada, de sentido. Ao processo de constituição da primeira, ao suspender ou mesmo interromper a dinâmica intencional dessa atividade, está subjacente a segunda, da qual, todavia, procura desprender-se. É o paradigmático esforço de autonomização da ciência, relativamente à filosofia.

O saber filosófico, parecendo o mais difícil de ser atingido, não deixa de ser o mais natural de todo esse exercício, desde logo protagonizado pelos infindos e intrigantes *porquês?*, ao não dar por definitivo o sentido e a intencionalidade da narrativa.

Falar e pensar entrelaçam-se. Já o sabíamos, porque, em fase escolar de aprendizagem da filosofia, direta e indiretamente, fomos lendo as grandes referências da tradição filosófica, explicitamente Platão e Aristóteles, que analisam essa irrecusável e, a alguns títulos, problemática aproximação. No entanto, ao definir a filosofia, passamos pela linguagem e vice-versa, em formulações análogas, muitas vezes interpretadas negativamente, por parecerem inúteis: a filosofia que se alimenta da pesquisa da sua definição, a linguagem, por sua vez, que, para se compreender, tem de partir do seu próprio exercício, sem, todavia, nele poder deter-se, a indicar que não é nem fonte nem termo de si mesmo. Por outro lado, o saber – científico –, para se impor, tem de organizar a sua própria linguagem – científica –, afastando-se, assumidamente, da linguagem natural, não obstante ser esta, no seu inesgotável horizonte de sentido, que solicita os saberes (científicos).

Será o estímulo destas questões e perplexidades que vai alimentar, seguidamente, o discurso, menos para as aprofundar, mais para as considerar razões das vicissitudes de uma vivenciada situação concreta, o Curso de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a partir de 1957, uma escola de *Humanidades*, espaço natural de estudo da linguagem, na sua irrecusabilidade, nos seus enigmas, nas suas diversidades, nas tensões dos

saberes que dela se ocupam, designadamente o da confrontação entre ciência e filosofia, onde se manifestam as vitórias e as derrotas da resiliência filosófica.

A compreensão de uma situação universitária por quem a viveu de perto, nela participando, pode não representar a garantia mais segura da pertinência dos elementos e dos argumentos evocados para a explicar. É que não se trata da descrição de um problema bem ou mal concluído, do qual sobra apenas a narrativa, mas, sim, de uma questão que, por o ser, fica aberta a novas possibilidades. Além disso, a complexidade do concreto vivenciado traz a vantagem de fazer emergir quer elementos porventura adormecidos, quer articulações destes nunca lembradas, certamente resistentes chãos que todos ainda hoje vamos pisando. Os círculos hermenêuticos envolvem-nos constantemente.

O arraigado hábito de estudar filosofia, através de compêndios de história da filosofia, compele a registar datas e regiões paradigmáticas. Edmundo Husserl (1859-1938), que rejeita essa contingente via de aprendizagem⁵, situa, porém, o nascimento da filosofia nos séculos VII-VI, na Grécia⁶, polos geográficos e temporais que germinaram universalidades, assim abrindo à humanidade tarefas infinitas. É por isso que esse nosso contemporâneo assumidamente se abstém de analisar outras proveniências, designadamente a da China e a da Índia⁷. Como o que esse filósofo pretende descortinar é a *Filosofia como Ciência de Rigor* (*Philosophie als strenge Wissenschaft*), tal rigor deve ter fundamento absoluto⁸. E. Husserl é justamente incluído no percurso da *filosofia do cogito*, filosofema que o antecedeu vários

⁵ “Mas não é com as Filosofias que chegamos a ser filósofos. Não passar da história, preocupar-se com ela numa atividade histórico-crítica, e pretender chegar à Ciência filosófica, em elaborações ecléticas ou renascenças anacrônicas, não são mais do que tentativas desesperadas. (*A Filosofia como Ciência de Rigor*, trad. Albin Beau, Ed. Atlântida, Coimbra, 1965, p. 72).

⁶ “Como consequência, verifica-se a irrupção de um tipo de formações espirituais completamente novas, crescendo rapidamente para uma forma cultural sistematicamente fechada sobre si; os gregos denominaram-na *Filosofia* (*A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*, p. 324, Husserliana VI, p. 321).

⁷ *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*, pp. 324, 333, Husserliana VI, pp. 324, 331.

⁸ “Ela quer ser verdade incondicionada. Reside aí uma infinitude que dá, a cada verdade e comprovação fácticas, o carácter de ser apenas relativa. Correlativamente, esta infinitude reside também, no “ser efetivo” em sentido científico, assim como, de novo, na validade “universal” para “qualquer um”, entendido este “qualquer um” enquanto sujeito de todas as fundamentações a realizar; não mais se trata, pois, de falar de “qualquer um” no sentido finito da vida pré-científica.” (*A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*, pp. 326s, Husserliana VI, p. 324).

séculos, mas que ele profundamente enriqueceu, parentesco, aliás, que tanto o pode afastar do berço grego, como deste se aproximar⁹.

É, pois, no horizonte da filosofia *cogito*¹⁰, cujo raizame é o dualismo natureza/espírito (mente), que E. Husserl vai lançar o mais pensado alarme da crise das ciências e da humanidade europeia, continuando a ter sentido, ainda hoje, embora pouco escutado, dentro das escolas, com prejuízo para o conteúdo e a organização do saber destas, inclusivamente no que respeita à articulação entre ciência e filosofia, um desafio para a resiliência da segunda.

Em direção diferente, até mesmo contrastante, menciona-se Matthew Lipman (1923-2010), o ícone da “Filosofia para crianças” (*Philosophy for Children*). Se pode haver aí uma instrumentalização da linguagem¹¹, a qual o filosofar não consente, como aqui se vai acentuando, é, todavia, injusto ficar indiferente à sensibilidade desse pensador americano à intrínseca articulação entre linguagem e filosofia, vindo esta vivificar, na escola, as outras áreas do saber. É sumamente ilustrativo o texto em que o filósofo americano apresenta a sua inédita proposta. Sente-se, por isso, obrigado a desdobrar o enredo que a provocou, antecipando, quase em termos casuísticos, a complexa situação das escolas americanas, desde o desinteresse dos alunos, à importância da linguagem e, nesta, ao valor da coerência do discurso, valorizando uma lógica que não se reduz à do formalismo da ciência. Além de reclamar o contributo da filosofia no processo de toda a aprendizagem, M. Lipman olha para a linguagem mais como um fundamental experiência humana, individual e social, do que como uma correta integração do pensar em um sistema lógico e linguístico, embora o ponto de partida seja a leitura de um texto já construído, mas que supõe sempre um contexto, em cuja integração se opera essa experiência de leitura, que equivale a um verdadeiro processo de investigação, exigido pela própria dinâmica do texto dado, que desse modo entra na

⁹ Ainda nesta filiação, considerada cartesiana por antonomásia, mas também, muitas vezes, porta de entrada na filosofia moderna, a filosofia grega se faz sentir. J. M. A. A. Azpiazu, *La Certeza del Yo Dubitante en la Filosofía Prekantiana*, Ed. Fundación Juan Marc, Madrid, 1971, remete para essa presença do *cogito* na filosofia grega.

¹⁰ *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental. Uma Introdução à Filosofia Fenomenológica*, &16.

¹¹ *Philosophy for Children*: “No doubt each work of literature has a “logic” of its own. But it is not (thank heavens!) the deductive logic of formal thought. And what is true of literature is true to a lesser degree of all expository writing. Verbal meanings depend upon connotation and suggestion, upon all sorts of nuances other than what can logically be deduced from a given set of statements in a given context.” (*Metaphilosophy*, Vol.7, n 1, January, 1976, p. 20).

experiência linguística, que é insubstituível. Se a iniciativa de M. Lipman foi desencadeada pela escola e à escola se dirige, é essa experiência linguística que derruba as paredes da instituição¹². Sendo a filosofia convocada para intensificar a vida da linguagem e, nesta, a vida humana, nas suas mais variadas manifestações, a intencionalidade filosófica encontra, nesse mesmo processo, o seu genuíno modo de existir.

Continuando o propósito de selecionar diferenciados contextos significativos, para a exposição em curso, chega o momento de referenciar um pensador, para o qual a linguagem é elemento do agir filosófico: Martin Heidegger (1889-1976). *Ser/pensar/linguagem*: desta estrutural aproximação – esta é recorrentemente acentuada pelo filósofo – se alimenta a filosofia, não certamente através da filosofia da linguagem, porque, aí, esta não atinge o seu verdadeiro nível. Estamos em tempo em que importa menos filosofia e mais a atenção ao pensamento¹³. Daí, a intensidade da ressonância de locuções como *linguagem é a casa do ser* (*Die Sprach ist das Haus des Seins*), o homem é o pastor do ser (*Der Mensch ist der Hirt des Seins*), fazer aceder à linguagem (*zur bringen Sprache*), as quais tipificam de tal forma a especulação desse pensador que excluem, logo que pronunciadas, a possibilidade de terem outra proveniência¹⁴.

2. A filosofia e a cultura

O estudo das áreas do saber, no decurso da história deste, focaliza-se, hoje, em emblemático número de suportes terminológicos, sobre os quais se foram acumulando ambiguidades, ao abrigar, nesses formais recintos, múltiplos

¹² *Philosophy goes to School*, Ed. Temple University Press, Philadelphia, 1988; *Philosophy in the Classroom*, Ed. Temple University Press, Philadelphia, 2010.

¹³ Martin Heidegger, *Lettre sur L'Humanisme*, trad. francesa do e com texto alemão, por Roger Munier, Ed. Aubier, Paris, 1957, pp. 37, 38, 164. Privilegiamos, aqui, este texto, *Carta sobre o Humanismo*, porque, nele, o próprio autor orienta para as suas obras anteriores, fazendo uma espécie de balanço sobre o seu percurso, inclusive sobre o momento em que a questão da linguagem aí brotou, dando especial importância a alguns parágrafos de *Sein und Zeit*. Considera que no parágrafo 34 desse texto existe uma indicação sobre a dimensão essencial da linguagem: em que modo de Ser a linguagem existe realmente como linguagem.

¹⁴ Todavia, não pode ser esquecido um texto de Guilherme de Humboldt, com o qual François Fédiér termina a tradução francesa do texto de Martin Heidegger *Unterwegs zur Sprache* (*Acheminent vers la parole*). Para lembrar a importância do tempo sobre a palavra, escreve G. Humboldt: “Voilà qui est le fruit constant de la littérature d'un peuple, mais en cette dernière par excellence de la poésie et de la philosophie.” (*Acheminent vers la parole, traduit e L'Allemand par Jean Beaufret, Wolfgang Brokmeier e François Fédiér*, Ed. Gallimard, Paris 1976, p. 257).

significados: saber, ciência, cultura, filosofia, sabedoria. A palavra cultura é talvez a mais saturada, donde decorrem não só múltiplos equívocos, como também resistentes tensões, nas quais se vai apurando, aliás, a história da noção de racionalidade. Observe-se, desde já, que a perseverança dessas terminologias se deve, em larga escala, às instituições que as acolhem, designadamente às escolas que, como se irá mostrando, são afetadas pela propensão a transmitir.

De qualquer modo, a elasticidade do termo cultura merece especial atenção. Todavia, mais do que situá-lo no seu raizame etimológico que, espontaneamente, remeteria para a tarefa da agricultura, logra vantagem resgatar, para a organização dos propósitos deste texto, o significado da cultura, articulando-a com a história do saber.

Somente se pode falar de cultura quando há presença e intervenção humanas, fenómeno com longo historial, contagiando de tal modo a categoria de natureza que passa a substituí-la. Não obstante a realidade humana, ao menos parte dela, ser incluída, geralmente, no âmbito da natureza, esta foi-se metamorfoseando, concomitantemente, em objeto do conhecimento humano, mas também em suporte seguro de todo o conhecimento, a que Aristóteles conferira estatuto, no texto da *Física*, que a cultura medieval ocidental acolheu com entusiasmo, embora com alguns ajustamentos, até ao momento em que a cultura moderna acabou por esquivar a natureza, à medida que se foi impondo o modelo cientificista à racionalidade da cultura¹⁵.

Nesta rápida síntese, fica incluída uma boa parte do questionamento da racionalidade ocidental. De facto, no movimento de articulação entre natureza e cultura, estavam já desenhados os traços, também os de carácter epistemológico, que transformariam a cultura em polo de fundamentação, substituindo, nesse papel, a natureza. Se o significado de natureza tendia – como ainda hoje tende, na leitura do que se pode designar de epistemologia da quotidianidade cultural – a preservar a ideia de um alicerce sólido e autónomo, tal sucedia porque não havia consciência de que a natureza, de que se falava, estava já humanizada, justificando que seja considerada o *livro da natureza*, como sobretudo a Idade Média vai gostar de repetir, embora, neste caso, com a

¹⁵ Esta questão já se encontra esboçada na *Física* de Aristóteles, onde a *natureza* (192b-193a), que não carece de fundamentação, garante a *lógica verdadeira* (*Segundos Analíticos* 71a20).

intenção de valorizar a natureza, bem como a linguagem desse livro¹⁶. Observe-se, contudo, que marca sobremaneira esta questão a proeminência do fator humano, não tanto na globalidade deste – corpo/alma –, mas no entendimento do que se considera perfeição dele, o espírito, mais ainda e sobretudo, o vértice da mente – o mentalismo –, uma tendência da racionalidade ocidental, que acompanha, na sua formulação, desde os gregos, todo o processo do saber, que não vai ser, por isso, indiferente à interpretação da atividade linguística, designadamente ao ideal de uma linguagem universal, de teor científico, sem a qual uma ciência, tomada em sentido estrito, não poderia funcionar, nem alastrar-se a toda a humanidade, de que o alto grau de globalização da vida da sociedade atual é uma sintomática consequência. De facto, a essa construção mental corresponde o edifício da produção técnica, distanciando, assim e cada vez mais, o modo de entender a realidade, relativamente àquele que se inspirava na atividade da natureza. No entanto, se a cultura substituiu a natureza, arvorando-se em suporte de fundamentação, a gigantesca produção técnica, que daí decorre, vai substituindo, por sua vez, a própria fundamentação ancorada na cultura, graças ao acervo de dúvidas suscitadas pelas diferentes análises do mundo mental, as quais se digladiam entre si, ao denunciar insuficientes consistências da mente, defendidas pelos opositores, para exercer a função de primacial fundamentação.

Embora esteja, aqui, em apreciação somente o desígnio papel fundamentador da cultura, convém advertir que a contribuição da especulação filosófica ocidental é também, de per si, deveras sintomática, na obcecada preocupação com os fundamentos, não favorecendo, com idêntico grau de empenho, a atividade de desenvolvimento, como se o receasse ou como se, no polo de suporte, estivessem já necessariamente caucionadas todas as possíveis manifestações. A angustiante inquietação com o fundamento explica também a prevalente tendência dessa mesma filosofia na insensibilidade à temporalidade e à contingência¹⁷.

¹⁶ A especulação atual, sobre temas ecológicos, vai retomando estes modelos. Toma-se, aqui, a liberdade de remeter, a esse respeito, para uma observação nossa: "Para traduzir a relação ser humano/cosmo, nessa complexa constituição do mundo, a cultura ocidental privilegiou dois modelos, o dos *espelhos* e o do *livro* [...] que indicia, além de outras características, uma produção inteligível, uma unidade racionalmente diferenciada, tal como a de um texto. (*Linguagem e Ecologia*, em "Itinerâncias de Escrita, Vol. III – Escola/Ecologia", Ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1914, p. 409).

Não obstante a enorme amplitude de significados e de aplicações que veio a fruir a palavra cultura, sobretudo na época moderna, a presente exposição privilegia a sua articulação com a ciência e a filosofia, sendo, aliás, em território destas, que se vem assinalando a superioridade da cultura sobre a natureza. Certamente, a dimensão da racionalidade cultural não se reduz à racionalidade filosófica, podendo até afirmar-se que, enquanto a racionalidade da cultura tende a alastrar horizontalmente, a atividade filosófica cultiva uma vertical exigência diferenciadora de o maior sentido. O recurso a um caminho de explicação, partindo da filosofia grega, pode traduzir desde logo a superioridade da cultura que lhe estava subjacente, ao ser etiquetada de filosófica. Contudo, neste momento e aqui, pretende-se apenas declarar que o questionamento emerge, em termos de facto, de raízes gregas, haja ou não outras possibilidades, as quais, até ao momento, ainda não atenuaram aquelas.

É, porém, esta cultura, de estirpe grega, que está em *crise*, com diagnóstico feito¹⁷. Todavia, as *crises*, tais como as *situações-limite*, são propícias à descoberta de novos rumos. Também aqui, tal como se tem vindo a fazer no decurso deste texto, seja registado, uma vez mais em jeito de exemplo, o testemunho de dois pensadores que situam a questão na necessidade de a filosofia interpelar a cultura, retirando a esta ambições de fundamentação. Trata-se ainda de acompanhar a linguagem e a razão na procura da fonte da sua própria atividade.

De entre os pensadores da nossa época que chamaram a atenção para a insuficiência da cultura para exercer papel de radical fundamentação, salientam-se, aqui, dois: Martin Heidegger e Manuel Antunes (1918-1985).

¹⁷ A filosofia grega tendia a interpretar a racionalidade - *logos* - em termos de necessitarismo, tudo devendo ser previsto. Em sentido oposto, regista-se a especulação medieval de João Duns Escoto, que confere um sentido positivo à contingência: «(...) dico quod contingentia non est tantum privatio vel defectus entitatis (sicut est deformitas in actu illo qui est peccatum), immo contingentia est modus positivus entis (sicut necessitas est alius modus), et esse positivum – quod est in effectu – principalius est a causa priore; et ideo non sequitur sicut deformitas est ipsius actus a causa secunda, non a causa prima, ita et contingentia; immo contingentia per prius est a causa prima quam secunda, – propter quod nullum causatum esset formaliter contingens nisi a causa prima contingenter causaretur, sicut ostensum est prius.» (*Ordinatio I*, d. 38 e d. 39, q. 1-5).

¹⁸ “Também estou certo de que a crise europeia radica num racionalismo extraviado. Mas não se pode tomar isto como se a racionalidade enquanto tal fosse o mal, ou tivesse um significado subordinado no todo da existência humana: naquele sentido elevado e autêntico, de que exclusivamente falamos como sentido prístino grego, que se tornou um ideal no período clássico da Filosofia Grega, ela carece, decerto, de muitas clarificações na auto-reflexão, mas é chamada, na sua forma amadurecida, a conduzir o nosso desenvolvimento.” (E. Husserl, *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*, p. 339, Husserliana VI, p. 337).

O filósofo alemão não se contenta com o suporte da racionalidade científica, por ser uma componente da cultura (*Bildung*), que traduz mais uma resposta do que uma pergunta, sendo, ao contrário, esta a que a meditação (*Besinnung*) desperta, reconhecendo, por isso, Martin Heidegger que a idade da cultura chegou ao fim, dando, porém, sinais – acrescentar-se-ia otimistas – de uma idade de questionamento que conduz ao que é essencial¹⁹.

Manuel Antunes atribui à filosofia as tarefas de desmitificação, de refontalização e de confrontação, bem como de fundamentação, mostrando-se assertivo ao articular cultura e filosofia: ”A filosofia da cultura põe-se, pelo menos virtualmente, desde que existe o seu objeto: a cultura”²⁰.

3. A filosofia e a escola

O relevo de que a escola viria a desfrutar, nesta exposição, ficou patente nas primeiras linhas desta, sendo também aí preanunciada a tendência a reconhecer os desígnios – profissionalizantes – da instituição escolar. Se a I Parte diligenciou fornecer referenciais teórico-históricos de contextualização do apoio a essa interpretação, esta II Parte irá mostrar, de modo bem concreto, como a escola – mediante vivida incidência sobre uma delas – da nossa época continua a situar-se, mantendo esse rumo, nas coordenadas da cultura ocidental.

¹⁹ “Das Zeitalter der Bildung geht zu Ende, nicht weil die Ungebildeten an die Herrschaft gelangen, sondern weil Zeichen eines Weltalters sichtbar werden, in dem erst das Fragwürdige wieder die Tore zum Wesen haften aller Dinge und Geschehnisse öffnet.” (*Wissenschaft und Besinnung*, in “Gesamtausgabe”, Vol. 7, Frankfurt, Ed. Friedrich-Wilhelm von Herrmann, p. 64). Discute qual será o vocábulo mais adequado para captar o melhor sentido de *Besinnung*, que contrasta com ciência. O próprio autor antevê essa dificuldade, lembrando inclusive o termo *reflexão*, se este não se limitar ao habitual significado de tomar consciência de algo. É por isso que a palavra *reflexão*, tendo em conta essa ressalva, é acolhida em textos de língua francesa e inglesa. São, entretanto, sugeridas outras palavras, como *meditação* e *contemplação*, as quais direcionam para uma atividade que não objetiva, acentuando, desse modo, o contraste com a ciência.

²⁰ “Filosofia da Cultura: sua necessidade”, in *Obra Completa, Tomo I: Teoria: Cultura e Civilização, Volume III, Filosofia da Cultura*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2005, p. 13. Mas a articulação filosofia-cultura enfrenta, na nossa época, o complexo filha/mãe, o qual na ciência não o pode apreender: “É daqui [ciência], sobretudo, que se origina a crise atual, externa, da filosofia. Derivando dela a sua raiz genealógica, a ciência olha hoje para a filosofia como filha, rápida e fabulosamente enriquecida, para mãe pobre. Como filha que, tendo sofrido durante demasiado tempo a tutela de minorene na casa materna, uma vez emancipada, se revolta, com fervor e energia desusados, contra a anterior situação de dependência”. (*ibidem*, p. 25).

A escola é, indiscutivelmente, uma referência maior da cultura, por ela transitando algumas das componentes culturais determinantes. Mas quando, há pouco, se justificava a necessidade de uma interpelação à cultura, levando à discussão o monopólio de funções fundamentadoras que ela assumiu, ou que lhe foram atribuídas, outorgava-se à filosofia, embora também esta expressão cultural, esse repto, presumindo até que este tenha adequada e insubstituível aplicação, tanto na forma como nos conteúdos escolares²¹. No entanto, quer a história da instituição escolar, quer o histórico da própria intervenção filosófica, nela, denunciam múltiplas conexões nada tranquilas, entre filosofia e escola, corporizando mesmo configurações de recíproca exclusão: a indisponibilidade da escola, para aceitar a filosofia, e a dificuldade desta para aí se amoldar e desenvolver. Contudo, persistindo-se no horizonte da cultura grega, como aqui vai sucedendo, a atenção logo aponta para a filosofia, contrariando, neste caso, a aludida necessidade de uma filosofia da cultura, uma vez que, pelo menos na Grécia, a cultura teria sido expressão da filosofia. Porém, se, atendendo à influência da filosofia, na cultura ocidental futura, é indiscutível o valor da especulação filosófica da cultura grega, são também nesta indisfarçáveis os fatores que contribuirão para os constrangimentos entre filosofia e escola²²: repita-se, a racionalidade desta perdeu a intencionalidade das radicais exigências da filosofia, que se retalhou em saberes disciplinares, para adestrar atividades práticas na cidade, profissionalizando-as. É por isso que a crise para a qual E. Husserl alerta, fundamentalmente crise da razão, não pode disfarçar o seu parentesco com própria racionalidade grega, na tensão entre ciência e filosofia.

Seria de esperar que o espaço escolar fosse privilegiado para gerar, acolher e debater crises da razão. No entanto, a arquitetura interior da instituição escolar tende a resguardar-se de abalos protagonizantes, preferindo o esmero em processos de fiel transmissora de resultados produzidos no exterior dela. É que, sendo embora uma insubstituível expressão de cultura, a

²¹ Esclareça-se que não se analisa, aqui e neste momento, a questão do sentido e legitimidade de *escolas de filosofia*, mas a da *filosofia na instituição escolar*.

²² Martin Heidegger analisa tais constrangimentos como consequência de a filosofia, na escola de Platão, se haver multiplicado em disciplinas, dando assim azo à ciência, que é tarefa da escola e do exercício escolar (*Lettre sur L'Humanisme*, p. 138). A filosofia fica na necessidade constante de justificar a sua existência diante das «ciências», elevando-se ao nível destas, abandonando a essência do pensamento (*ibidem*, p. 28).

escola, porém, viverá a cultura mais como fator horizontal de difusão e coesão do que como exigência racional vertical de transformação.

Ao ser declarado, na Introdução, o propósito de olhar em retrospectiva uma situação escolar muito concreta – a presença do Curso de Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, em alguns decénios, após o ano de 1957, momento de uma importante reforma –, essa análise desejava ser ainda, independentemente da capacidade e dos méritos do seu autor, uma atitude de resiliência filosófica, dissociada, porém, de inerentes compromissos profissionais de docência. Parcialmente, a incidência reflexiva teórica precedeu, no texto até ao momento explanado, a descrição factual que se vai pormenorizar, advertindo-se, no entanto, que mais do que inverter, se possível, em alguns aspetos, uma situação discutível ou mesmo incorreta, deseja-se participar na manifestação da vida da própria racionalidade filosófica e escolar, evitando que se continue a fechar em uma das suas possibilidades, no caso o modelo preponderante da cultura ocidental.

Observou-se já que a relação entre filosofia e escola não tem sido serena, indiciando, por um lado, instabilidade – também algum dinamismo –, no entendimento do saber filosófico, mas, por outro, no contexto em que nos fomos situando, a reduzida importância que se lhe tem reconhecido, na interação de um Curso de Filosofia com outros Cursos de diversas áreas científicas. Tomando como ponto de observação a grelha científica da Faculdade de Letras de Lisboa, a partir de 1957, que prolongou, formalmente, quer o Curso Superior de Letras, quer as Faculdades de Letras, que o herdaram, logo após a alteração política do País, com a instauração da República, em 1910, é nessa configuração que se insere a Filosofia, com a respetiva autonomia de título, a qual, no entanto, foi perdida em 1926, pela associação à História, como fica bem ilustrado na designação de Ciências Históricas e Filosóficas, com claro domínio da História sobre a Filosofia. Não foram propriamente as condicionantes políticas – instauração da República – que determinaram os saberes, foi, sim, a noção de cultura, marcada, na situação vertente, pela orientação iluminista e positivista²³, que via

²³ Os reflexos desta tendência teriam sido mitigados na Faculdade de Letras de Lisboa: “Mas foi a orientação filosófica vigente na Faculdade de Letras, no período que decorreu de 1911 a 1957, dominada pelo Positivismo? Questão que muitas vezes se levanta, mas que carece de boa formulação. Por quanto nos foi dado conhecer, jamais se praticou o monolitismo na orientação do ensino que fosse definida superiormente. Nunca deixou

na racionalidade científica a expressão mais perfeita da cultura, um ideal que a filosofia, se não o assumisse, por não satisfazer as exigências racionais dele, teria, ao menos, de o vigiar e defender, aliás tarefa modesta com a qual ciência poderia, eventualmente, condescender.

Ora, é essa noção cientificista de cultura que a reforma, havida em 1957, das Faculdades de Letras, se propunha contrariar, sempre, obviamente, em âmbito de cultura, mas com uma diferente interpretação desta. O contraste, entre as duas noções, pode traduzir-se simbolicamente pela transparente luminosidade da primeira, a de índole positivista, e a espessura, designadamente linguística e temporal, da segunda.

Todavia, não menos importante do que a natureza do saber, embora também consequência dela, era a sua organização no interior da escola, em um desenho geométrico disciplinar, em que só aparentemente havia comunicação entre as quadrículas de *grupos*, *secções* e *cadeiras*, uma vez que, na verdade, essas articulações eram puramente exteriores, aproximadas por critérios de contiguidade, salvaguardando, acima de tudo, as suas supostas autonomias. A filosofia, no seu trajeto histórico escolar, mencionadamente na origem da universidade, na Idade Média, já havia sentido essa luta pela autonomia, disputada, nessa época medieval, com a teologia. Agora, porém, embora a questão tivesse, à distância, a mesmas raízes, a competição era de soberania a manter *inter pares*, na luta pela primazia na cadeia epistemológica.

Mesmo que, na área de *Humanidades*, sobretudo nas escolas de *Letras*, haja entranhado parentesco entre os diversos saberes, porque o húmus de todos eles, aí cultivados, é a linguagem, o de filosofia ia sentindo dificuldade em se adaptar ao mosaico geral disciplinar da escola. Por alguma razão, se foi conservando, em muitos países, o rótulo de *Faculdade de Filosofia e Letras*, uma formulação propícia a manter ainda o domínio da filosofia²⁴, a qual, na

de existir, na Faculdade de Letras de Lisboa, desde a fundação até ao momento presente, um agente dinamizador de toda a atividade intelectual, da maior fecundidade no âmbito da Filosofia, que foi a Liberdade – e a sua consequência principal traduziu-se no pluralismo de correntes de ideias, na diversidade de abordagem e de metodologias na prática filosófica.” (F. da Gama Caeiro, «Da Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa», *Revista da Faculdade de Letras*, Número especial, 1983, p. 21).

²⁴ Merece ser referido o Curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia de Braga, iniciado em 1947, que, após a fundação da Universidade Católica Portuguesa, com sede em Lisboa, passou a ser integrado nesta, continuando, porém, em Braga. No entanto, anos depois, foi criada, em Lisboa, a Faculdade de Ciências Humanas, na mesma Universidade, em Lisboa, da qual faz parte o Curso de Filosofia, independente do Curso de Filosofia de Braga.

história dessa contenda, foi, por vezes relegada para a função de serva – *ancilla* – da teologia.

Sem se enredar em questões teóricas sobre a legitimidade de um espaço que lhe havia sido franqueado, nessa reforma, o Curso de Filosofia ia-se adaptando, à semelhança dos outros Cursos, aos quesitos da Faculdade de Letras. Fora e dentro desta, até a radicalizada questão sobre a existência de uma “Filosofia Portuguesa”²⁵ se foi esbatendo, não obstante, ainda pouco tempo antes, constituísse, em livros e em assembleias, ímpar refrega, militantemente conduzida pelo “Grupo da Filosofia Portuguesa”, que não aceitava o apagado papel da filosofia na universidade, situação que, para alguns, levada ao extremo, equivaleria ao lastimável reconhecimento da incapacidade da cultura e da língua portuguesas para a filosofia, como se nem todas as línguas fossem talhadas para a dimensão de tal racionalidade²⁶. Em paridade com outros saberes, a filosofia havia conquistado, finalmente, estatuto de cidadania, bem como autonomia do seu saber, uma prerrogativa que, bem ou mal interpretada, como se verá adiante, constituía timbre de toda a ciência, o qual, porém, não reveste idêntico significado em filosofia e em ciência.

De facto, o Curso de Filosofia, na configuração da reforma de 1957, iniciou-se normalmente, ao lado de todos os outros, com acrescido júbilo, por parte dos candidatos a ele, dada a natural aposta, pelo menos inconsciente, na novidade.

Ao ler-se o preâmbulo do Decreto nº 41 341 (1957), logo se nota uma intenção assumida subjacente a todos os articulados disciplinares: “visão cultural ampla e integradora”, possibilitada pelo “produto formal e sintético a que se chama cultura”. Para esse efeito, são introduzidas disciplinas de história de cultura – *História da Cultura Clássica*, *História da Cultura Medieval*, *História da Cultura Moderna* e outras menos abrangentes–, “não agrupadas”, obrigatórias e transversais a quase todos os Cursos da Faculdade, estimulando a sensibilidade à distensão temporal. Se todo o saber é expressão de cultura, o entendimento da que inspira a reforma de 1957 traduz um esforço de distanciação do positivismo. Por isso, subjacente à transparente e uniforme

²⁵ Álvaro Ribeiro, *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Ed. Inquérito, 1941.

²⁶ A edição da *História do Pensamento Filosófico Português*, em 5 volumes e 7 tomos, Edição Caminho 1999-2004, é já resultado do apaziguamento, em redor da questão «existência da filosofia portuguesa».

luminosidade científica, considerada superior expressão cultural, distende-se a espessura temporal, qualitativamente diferenciada, insusceptível de poder ser reduzida a um produto objetivo da mente humana. O encontro com essas culturas – é de acentuar a pluralidade delas –, passava pela convivência possível com as respetivas línguas, algumas delas indevidamente rotuladas de “mortas” apenas porque eram ignoradas, muito embora o contacto com essas culturas/línguas trouxesse, quase sempre, surpreendente descoberta da presença delas, em variadas formas, na cultura/língua de quem as ia absorvendo.

Paralelamente, a obrigatória redação de dissertações finais, para obter os diversos graus académicos – Licenciatura, desaparecida em 1974, Mestrado, introduzido mais tarde, e Doutoramento – constituiu um mui eficaz estímulo dessa experiência cultural/linguística, que se prolongou também em redobrada atividade de traduções, dirigidas a diversificados leitores, de dentro e de fora da escola.

Perante os benefícios elencados, relativos à presença do Curso de Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, a partir da atividade de alguns decénios, poder-se-á concluir dessa experiência que se processou uma alteração significativa, aliás desejada, ao menos pressentida, na intencionalidade da dita reforma, de 1957, quer nos traços da cultura ocidental, quer na arquitetura cultural e científica da escola?

Um dos constrangimentos que tem obstaculizado a entrada da filosofia na escola é, como já se repetiu, o desenho disciplinar do saber que, não obstante o encontro de contiguidade das linhas das quadrículas, não garante, nem promove uma estrutural permeabilidade entre elas, indicando, antes, defesas da autonomia de cada território científico, embora razões exteriores de ordem teórica e prática suscitem a competição entre elas, de modo a conseguir, por reconhecimento mais ou menos aleatório, alguma unidade epistemológica, a qual, em passado mais ou menos distante, suscitava o indispensável e hierarquizado filosofema da *classificação das ciências*. No jogo de vizinhanças disciplinares, a filosofia não pode ser parceira, uma vez que a sua racionalidade não se ajusta, por se tratar de atividade una, mas diferenciadora, sempre em aberto. Neste contexto, é legítimo falar, sem desesperos de matiz ideológico, de autonomia filosófica, na medida em que, ao contrário da racionalidade

cientificista, não pode ser detida por nenhuma determinação parcial que a enclausure.

A manutenção, em 1957, dessa composição disciplinar, que acolheu a filosofia e tanto prometia gratificá-la escolarmente, já, nesse entretanto, deveria surpreender, porque, desde há muito, se sentia a necessidade da interdisciplinaridade – que vai passar por diversos rótulos de formulações, desde a multidisciplinaridade à transdisciplinaridade –, ao menos como forma de aproximar, por colaboração, os diversos saberes, na vida prática, onde cada vez mais se verificava, não apenas a insuficiência de cada um, mas também o desequilíbrio, repercutido no quotidiano, decorrente do excesso desenvolvimento de alguns sobre os outros. Teórica e praticamente, ia-se aproximando de uma *situação-limite*, que a interdisciplinaridade procurava resolver, embora, na verdade, apenas a iludisse, porque essa solução não vinha na lógica da natureza da *crise*, a das ciências, como acima fora advertido, ao dar-se acolhimento ao alerta de grandes pensadores.

Em poucos anos de exercício da reforma de 1957, resfriados os entusiasmos da novidade, a filosofia, que se lamentava, por ser insuficientemente considerada nas estruturas escolares anteriores, começou a sentir que, afinal, ainda não tinha chegado a hora do reconhecimento da natureza da sua racionalidade. Se bem que essa reforma apresentasse sinais de um novo entendimento da noção de cultura, essa alteração, não obstante alguns positivos resultados, há pouco referidos, não atingira o cerne da herança da cultura ocidental, supostamente enraizada na filosofia, mas, na verdade, logo atraída pela racionalidade científica.

Relevam-se duas sintomáticas situações da vida da Faculdade de Letras de Lisboa, para confirmar a interpretação agora descrita. O contraste geralmente admitido entre escolas de *Humanidades* e escolas de *Técnicas* parece não ser suficiente para legitimar que se está a generalizar heranças da cultura ocidental. Porém, se a abrangência das *Humanidades*, sendo altamente benéfica em termos culturais – a história da literatura a culmina –, nem por isso tem alterado os rumos e o predomínio das *Técnicas*, estas, pelo contrário, vão sendo encaradas como o ideal das escolas superiores, inclusive na proposta da formalização científicista da linguagem, o que, a suceder, retiraria a vantagem que a reforma de 1957 julgava trazer às Faculdades de Letras.

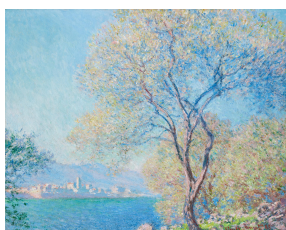
De facto, o empório das *Técnicas* foi progressivamente condicionando as escolas de *Humanidades*, mostrando inclusivamente as fragilidades da organização das ciências aí consignadas, que o entusiasmo com o novo quadro, iniciado em 1957, havia escamoteado. A filosofia foi uma das vítimas mais atingidas, a mostrar, uma vez mais, a inconformidade da sua racionalidade com o figurino disciplinar da escola. Dada a articulação do ensino superior com o ensino secundário, a disciplina de Filosofia figurava nas escolas portuguesas do ensino secundário – o que não sucedia em muitos países –, em regime de obrigatoriedade, para abrir acesso à universidade, ao menos para inscrição no Curso de Filosofia, além de poder ser também disciplina de opção, quer para a frequência de outros cursos superiores, quer apenas para concluir o ensino secundário. Dado o avassalador peso das *Técnicas*, com imediatos reflexos nas *Humanidades*, o regime de obrigatoriedade da disciplina de Filosofia, no ensino secundário, passou a ser optativo. O viés da tendência profissionalizante do saber da escola ocidental alterou de imediato, para menos, o número de alunos e de docentes, nos dois níveis de ensino. Em defesa das garantias e vantagens da sua profissão, bem como as dos seus alunos, os docentes de Filosofia aditaram ao trabalho da docência a diligência na atração de alunos, recorrendo à possível fonte mais próxima, alunos de outros Cursos da mesma Faculdade, que poderiam inscrever-se em disciplinas de Filosofia, em regime de opção, ou oferecendo a outros Cursos disciplinas de opção lecionadas por docentes de Filosofia, acomodando, se necessário, o próprio rótulo de tais disciplinas, ora adaptando-as à índole científica dos Cursos destinatários, ora dando às disciplinas de Filosofia uma propensão de ordem prática, tendo em consideração as preferências dos alunos a que iam ser dirigidas. Este complexo contexto foi-se agravando, porque, dum modo geral, todos os Cursos de *Humanidades* foram vítimas da mesma situação, de que resultou uma espécie de competição, entre eles, na mesma Faculdade, acrescentando à preocupação da autonomia científica da respetiva área o zelo pela defesa de alunos nela inscritos.

Se esta descrição não tem o valor de pura contingência factual, sendo integrada no quadro sintomático da cultura ocidental, a narrativa, todavia agudiza-se se se acrescentar a alusão a uma outra consequência, bem mais significativa para a articulação entre a racionalidade científica e a filosófica,

designadamente na atividade linguística. Se na causa da minguagem de alunos de filosofia, é legítimo evocar, em termos gerais, a gigantesca abrangência da área das escolas *Técnicas*, não deve ser, porém, esquecida, na história da resiliência/malogro da filosofia, quer a responsabilidade desta, dentro da Faculdade de Letras de Lisboa, ao não conseguir fazer chegar às outras disciplinas o alcance do exercício da sua atividade, quer também a responsabilidade dessas outras disciplinas, quando não sentiram o apelo e a necessidade da racionalidade filosófica, para desenvolver e compreender a atividade linguística.

Esta libertação do Ser da Palavra pelo e no encontro entre o Mesmo e o Outro inscreve-se enquanto questionamento infinito, antes de a liberdade se fixar – somente, repare-se, ulteriormente – no encadeamento das causas e dos efeitos e no seu domínio fortemente científico²⁷.

²⁷ Julia Kristeva, *Existe uma cultura europeia*, trad. Rita Bueno Maia, Ed. Universidade Católica Editora, Lisboa, 2020, p. 20.



ARTIGOS – ARTICLES

Metafísica e Crítica da Metafísica

Wolfgang Röd¹

Universidade de Innsbruck

Como citar este artigo: RÖD, W. “Metafísica e Crítica da Metafísica”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 94-111. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

I. Introdução

Diz-se que aqueles que são falsamente dados por mortos afinal vivem mais. Isso também poderia se aplicar à metafísica, cujo fim é proclamado em vários quadrantes. Estamos realmente vivendo em uma era pós-metafísica? Essa questão inevitavelmente dá origem a uma contraquestão: que tipo de metafísica se entende quando se diz que o pensamento metafísico pertence ao passado?

Se a metafísica for entendida como ontoteologia, isto é, como uma doutrina dos seres em geral e dos seres supremos (Deus, o Absoluto, etc.), então a resposta será afirmativa: sim, estamos em uma era pós-metafísica, pois a crença de que a ontologia e a metafísica especial podem ser baseadas em princípios sem alternativa desapareceu. O mesmo destino teve a psicologia racional e a cosmologia racional, que também foram contadas como metafísica especial.

No entanto, o conceito de metafísica é mais amplo. Há modos de pensar metafísicos que não são nem ontologia no sentido tradicional nem metafísica especial como o ensinamento de Deus, da alma e do universo dos

¹ Wolfgang Röd (1926-2014), Professor catedrático de História da Filosofia e Filosofia Sistemática na Universidade de Innsbruck (1977-1996). Quando professor na Universidade de Munique (1970-1976), orientou o doutoramento de Nelson Gonçalves Gomes (defendido em 1975). Esteve diversas vezes no Brasil. A Editora da Universidade de Brasília publicou em português duas de suas obras: *Filosofia Dialética Moderna* (1984) e *O caminho da Filosofia* (2004).

seres. Assim Kant, que refutou a metafísica tradicional, falou de uma metafísica que poderá surgir como uma ciência e abriu o caminho para ela nos "Prolegômenos".

A tensão entre a metafísica tradicional e a crítica a ela, que apareceu ora como tentativa de reforma, ora como tentativa de destruí-la, moldou a filosofia por muito tempo e também desempenha um papel no pensamento filosófico recente. As explicações a seguir, que obviamente não podem esgotar o tema, são um esboço do confronto com questões que devem ser entendidas como metafísicas em um sentido ou outro.

II. Correntes da crítica da metafísica

1. Crítica positivista da metafísica

O positivismo, que se baseava em visões antimetafísicas já presentes antes de o termo "positivismo" ser cunhado, foi crítico da metafísica desde seus primórdios. Os empiristas radicais argumentaram contra a metafísica que seus conceitos centrais, como "Deus" ou "eu substancial", não tinham sentido. Essa crítica pressupõe que as expressões só fazem sentido se puderem ser rastreadas até dados simples (impressões). Por exemplo, uma vez que "Deus" é uma expressão formada independentemente da experiência, não tem significado nesta visão. Um representante dessa posição reducionista foi David Hume, cujo empirismo radical pode ser descrito como positivismo *ante litteram*. Isso é claramente expresso no final da "Investigação Sobre o Entendimento Humano": "Se pegarmos qualquer volume, por exemplo, de teologia ou metafísica escolar, devemos perguntar: ele contém alguma conclusão abstrata sobre tamanho e número? ... Ele contém alguma conclusão experimental sobre fato e existência?" Se a resposta for "não" em ambos os casos, então uma conclusão radical deve ser tirada: "Para o fogo com isso; pois não pode conter nada além de sofismas e enganosa!"

Uma visão semelhante foi adotada por Ernst Mach na virada dos séculos XIX e XX, o mais importante expoente do positivismo médio, que difere do positivismo inicial de A. Comte e J. St. Mill, bem como do neopositivismo. O fato de se preocupar com a crítica da metafísica já fica

evidente pelo fato de ter aberto sua obra "Análise das Sensações" com "preliminares antimetafísicas". Em sua opinião, expressões como "coisa substancial" ou "coisa em si" não têm sentido porque não podem ser rastreadas a elementos simples da experiência (sensações). O que chamamos de "coisa" é um feixe de sensações, portanto, nada existe independentemente das percepções. A fortiori, "coisa em si" não tem sentido. Da mesma forma, rejeita-se a noção de um eu substancial; também "eu" não significa nada existente em si mesmo, mas um complexo de sensações relativamente persistentes.

Mach não queria ser chamado de filósofo. Os membros da associação Ernst Mach, conhecida como "Círculo de Viena", concluíram que a filosofia consistentemente empirista era uma tarefa ainda a ser cumprida. Eles assumiram a questão do significado levantada pelos positivistas anteriores, mas a relacionaram principalmente a proposições e não a conceitos. As proposições foram inicialmente consideradas significativas pelos representantes do neopositivismo se, em princípio, puderem ser verificadas. No caso de proposições metafísicas, a verificação está fundamentalmente fora de questão; eles devem, portanto, ser excluídos da filosofia científica como sem sentido. Eles expressam uma atitude em relação à vida e se relacionam com atitudes práticas, mas não possuem significado cognitivo.

Essa não foi a última palavra na questão do significado. O critério de verificabilidade acabou sendo muito restrito. Isso o força a considerar declarações analíticas que não são verificáveis como sem sentido. Se as proposições da matemática, como pensavam os críticos, são proposições analiticamente verdadeiras, então a matemática como um todo teria que ser considerada sem sentido. Além disso, as leis naturais também são afetadas na medida em que contêm enunciados gerais cuja verificação é impossível. Em seu esforço para destruir a metafísica, os positivistas, como afirmou Popper, também destruíram a ciência natural.²

A tentativa de usar a falseabilidade ao invés da verificabilidade como base para o significado dos enunciados também não foi convincente, pois nas ciências naturais existem proposições que não podem ser falseadas e ainda assim são consideradas significativas. Popper, portanto, foi feliz em a

² K. R. Popper: Logik der Forschung, cap. 4.

considerar a falseabilidade não como um critério de significado, mas como um critério de demarcação. Serve para distinguir sentenças científicas de não-científicas. Pode-se distinguir a metafísica da ciência empírica sem ter que considerá-la sem sentido.

A ontologia também sobreviveu à crítica, que veio não só do lado empirista, mas também do lado crítico. Assim, segundo Kant, deve-se renunciar ao orgulhoso nome "ontologia" em favor de "analítica do entendimento".³ Sob o impacto da crítica, a ontologia tradicional, que parte de princípios supostamente evidentes e deles deriva teoremas, rapidamente perdeu terreno. A ontologia foi revivida de uma fonte inesperada, ainda que de uma nova forma, a saber, como uma ontologia analítica que não pretende ser capaz de descrever estruturas que são em si mesmas. No lugar da pergunta: 'O que é o ser como tal se mostra?' surge a pergunta: 'O que está se entende como sendo?'

Willard Van Orman Quine, depois de Wittgenstein, provavelmente o representante mais importante da filosofia analítica no século 20, entendia a ontologia nesse sentido. Ele deu um novo significado à questão do ser: "Ser é ser o valor de uma variável ligada". De acordo com isso, quando as variáveis de uma fórmula aberta são ligadas por um quantificador, é tomada uma decisão sobre o domínio de valores (compromisso ontológico). Conforme decidamos quantificar apenas sobre entidades concretas ou também sobre universais (como conjuntos), adotamos um ponto de vista nominalista ou platônico.

A princípio, provavelmente a maioria, se não todos, dos representantes da filosofia analítica estava do lado do nominalismo. No entanto, quando se tornou evidente que era extremamente difícil - talvez até impossível - conceituar a linguagem da matemática de forma consistentemente nominalista, a suposição de universais foi considerada - não "justiça" ou "beleza" como em Platão, mas certamente como classe e predicados relacionais. (Em vista dessa situação, Wolfgang Stegmüller optou pela variante conceitual do realismo universal.)

Vale ressaltar que um debate inicialmente dirigido contra a metafísica levou a visões que deixam espaço para afirmações metafísicas. Em todo caso,

³ Kant: *Crítica da Razão Pura*, B 303. *Gesammelte Schriften*, edit. Academia Prussiana das Ciências, Vol. III, p. 207.

era preciso admitir que não se podia livrar-se da metafísica da maneira que os positivistas pretendiam. Mas a crítica não deixou a metafísica intocada, como será indicado a seguir.

2. Crítica crítico-racionalista

Popper, que descreveu sua posição filosófica como racionalismo crítico, não apenas defendeu a metafísica contra a suspeita positivista de falta de sentido, mas também se via como um metafísico, e algumas de suas visões são de fato metafísicas. Assim, a escolha entre realismo e idealismo epistemológico, que são posições metafísicas, é em si uma opção metafísica. Popper professava o realismo, mas estava claro para ele que a evidência empírica por si só nunca poderia provar que havia uma realidade independente do pensamento. É certo que se pode argumentar a favor da visão realista de que a posição oposta, o solipsismo, é tudo menos plausível; mas não é possível refutá-los e assim estabelecer o realismo definitivamente.

A teoria de Popper do mundo 3 também é metafísica. A divisão da realidade em um mundo físico e um mundo psicológico — mundo 1 e mundo 2 — é incompleta na visão de Popper; deve-se reconhecer um mundo 3, a saber, “o mundo das teorias em si e suas relações lógicas; o mundo dos próprios argumentos; o próprio mundo das situações-problema”.⁴ Assim como a interação é possível entre o mundo 1 e o mundo 2, também é possível entre o mundo 3 e o mundo 2. “Mundo 3” é a designação neutra do Terceiro Reich, de que Frege havia falado e que Popper compreensivelmente não queria chamar assim. Já Gottlob Frege e Bernard Bolzano, em quem Popper corretamente viu precursores, referiam-se a um reino de proposições em si e de verdades em si. Ao fazê-lo, eles se ligaram à “terra das realidades possíveis”⁵ de Leibniz como uma “região de verdades eternas”.⁶ Se Popper se insere nessa tradição, está professando uma visão eminentemente metafísica.

Embora Popper se visse como kantiano e metafísico, ele tentou explicar naturalisticamente um problema metafísico central – a saber, o

⁴ K. R. Popper: *Objektive Erkenntnis*. Hamburgo 1973, p. 174.

⁵ G. W. Leibniz: *Philosophische Schriften*, ed. Gerhardt, vol. II, p. 55.

⁶ G. W. Leibniz: *Philosophische Schriften*, ed. Gerhardt, vol. V, p. 429.

problema da validade objetiva dos princípios epistemológico-metafísicos –, o que equivale a uma posição antikantiana e antimetafísica. Ao fazê-lo, ele assumiu a distinção de Kant de várias maneiras de responder à questão de como pode ser entendido que conceitos e proposições podem ser relacionados a priori com a realidade da aparência. Kant parte de uma alternativa: ou a experiência torna os princípios a priori possíveis, ou os princípios tornam a experiência possível. Ele também fala de um meio-termo, no qual a correspondência entre princípios e objetos deve se tornar compreensível assumindo que Deus alinhou estruturas de pensamento e ser desde o início.

O primeiro desses caminhos leva à assunção de uma espécie de geração epistemológica inaugural (partenogênese), na medida em que, segundo essa visão, os conceitos e princípios do entendimento puro devem surgir exclusivamente de dados observacionais, o que é incompreensível. Kant comparou a segunda via à teoria biológica da epigênese, ou seja, a suposição de que óvulos e espermatozoides juntos tornam a reprodução possível, assim como a experiência envolve matéria (as sensações) e forma (espaço, tempo e categorias). Kant considerou este o único caminho a percorrer. No meio ele viu um análogo do sistema de pré-formação biológica: assim como alguns biólogos da época acreditavam que a forma do ser vivo estava no germe, a cognição no espírito é pré-formada independentemente de toda experiência.⁷

Kant rejeitou tanto a primeira via quanto a via do meio. Ele contradiz o reducionismo empirista, mas também evita suposições sobre conexões transcendentais, como fazem os representantes do sistema de pré-formação. Popper julgou o sistema de pré-formação de forma diferente de Kant: ele adotou uma visão naturalista da pré-formação e tentou explicá-la cientificamente, nomeadamente dentro da estrutura da teoria da evolução, rastreando-a até a adaptação no curso do desenvolvimento da espécie. Compreendeu, assim, a questão das condições de possibilidade da cognição do objeto como um problema genético-biológico. Porque, em sua opinião, as funções cognitivas se adaptaram à realidade no curso da evolução, elas correspondem à realidade. As formas de pensamento que não correspondiam às formas da realidade foram eliminadas porque eram inúteis.⁸ Formas de

⁷ Kant: *Crítica da Razão Pura*, B 166 ss. In: *Gesammelte Schriften*, Vol. III, p. 128 s.

⁸ K. R. Popper: *Die beiden Grundprobleme der Erkenntnistheorie*. Tübingen 1979, p. 88.

pensamento que perduram podem, portanto, ser consideradas objetivamente válidas. O sistema de pré-formação naturalisticamente modificado de Popper, em última análise, pertence ao primeiro dos caminhos distinguidos por Kant. Popper sempre se apegou ao projeto de uma “epistemologia evolutiva”⁹ e procurou apresentar a ideia básica do idealismo crítico como uma “hipótese biológica bem fundamentada”.¹⁰ Sua concepção não é, portanto, nem metafísica nem kantiana.

A reinterpretação evolucionista não é apenas uma falsificação da posição kantiana, mas também é questionável por razões sistemáticas. Quanto à primeira, é óbvio que se trata de explicar o conhecimento no âmbito de uma única ciência, a biologia, mais precisamente a teoria da evolução, e isso é incompatível com a posição de Kant.¹¹ Kant recusou-se a conceber a constituição do objeto fenomenal como um processo empírico (mental ou fisiológico); não se deve, como enfatiza Kant, imaginá-los como “fábricas”.¹²

A epistemologia evolutiva é questionável porque pressupõe o que deve ser mostrado. Uma vez que a tentativa de resolver o problema do conhecimento dentro da estrutura da teoria evolucionista pressupõe que as proposições sobre o desenvolvimento dos organismos, sobre as mutações aleatórias e sobre a seleção são objetivamente válidas, a questão da razão da validade objetiva dos julgamentos é considerada respondida, sem qualquer justificação. Uma teoria baseada em tal *hysteron proteron* é inaceitável. No entanto, a epistemologia evolucionista não foi apenas defendida por Popper, mas mais recentemente tem sido vista pelos adeptos do darwinismo como uma alternativa atraente à teoria transcendental da experiência.

⁹ Siehe Popper: Objektive Erkenntnis, 81 ss. („Skizze einer evolutionären Erkenntnistheorie“).

¹⁰ Popper: Grundprobleme, p. 90. Vgl. *ibid.*: „Die Lehre des transzendentalen Idealismus und der Begriff des Dings an sich bedeutet — in eine mehr biologische Ausdrucksweise übersetzt —, daß wir über die subjektiv gefärbte, von uns geprägte ‚Umwelt‘ nicht hinauskönnen, daß es uns unmöglich ist, unsere anthropomorphen Grenzen zu überschreiten.“

¹¹ Em Alois Riehl, a quem Popper deve algumas inspirações, temos uma crítica acerada do sistema evolucionista da preformação. Ver Riehl: *Der philosophische Kritizismus. Geschichte und System, II. Vol.: Die sinnlichen und logischen Grundlagen der Erkenntnis. Leipzig 1925, 2a. ed., p. 11 s.*

¹² Kant: *Von einem neuerdings erhobenen vornehmen Ton in der Philosophie. Gesammelte Schriften, vol. VIII, p. 404.*

3. Metafísica Descritiva

Ao contrário do positivismo, a filosofia analítica não banuiu os problemas metafísicos da filosofia desde o início. Assim, P. F. Strawson considerava as concepções metafísicas fundamentalmente possíveis, mas apenas dentro da estrutura de um certo tipo de metafísica. O pensamento metafísico é defensável quando é puramente descritivo e se limita a descrever a estrutura conceitual da experiência dos objetos. Por outro lado, rejeita-se uma metafísica revisionista que queira mudar as formas de pensar.

No entanto, ele não compreende as estruturas linguísticas e intelectuais, à descrição das quais a metafísica de Strawson deve se limitar, como estruturas de superfície, mas como categorias fundamentais. Ele pergunta sobre as condições em que é possível identificar objetos e enfatiza o caráter ontológico da resposta a essa pergunta.¹³

Fundamental para a metafísica descritiva pela qual Strawson opta são as categorias “coisa individual (espaço-temporal)” e “pessoa (física)”. Sem o reconhecimento das coisas materiais individuais que são independentes de nossas percepções, não seríamos capazes de nos orientar na realidade e nos comunicar com os outros sobre os objetos. Também indispensável é o conceito de pessoa, que toma o lugar do conceito de ego consciente. Strawson não parte de estados de consciência, mas do comportamento observável da pessoa como um ser identificável - e isso significa: físico. Com essa visão, ele seguiu a direção behaviorista apontada por Ryle, seu antecessor na cátedra de Oxford. Como Ryle, ele via a filosofia da consciência como obsoleta, como evidenciado por sua crítica ao dualismo psicofísico.

Pode-se argumentar contra Strawson que a alternativa da metafísica descritiva e revisionista não é completa. A metafísica concebida por Kant, que poderá aparecer como uma ciência, não é revisionista nem se enquadra na descrição do sistema de categorias; busca justificar a pretensão de validade objetiva associada a categorias e princípios categóricos. Trata-se, portanto, de uma metafísica independente, diferente das mencionadas, a saber, a metafísica

¹³ P. F. Strawson: *Individuals*. London 1959 (Einzelding und logisches Subjekt. Stuttgart 1972).

da experiência. Este é também o título de um livro bem conhecido sobre a filosofia de Kant.¹⁴

Strawson rejeitou a teoria da experiência, que está além dos limites da metafísica descritiva. Não desempenha nenhum papel para ele mesmo depois que se voltou para a filosofia kantiana, que se reflete no livro "Os limites do sentido". Ele via a análise categórica de Kant positivamente, mas rejeitou o idealismo transcendental essencial à metafísica da experiência de Kant.¹⁵ Com Kant, ele enfatizou que a experiência requer a conceituação de dados, que os conceitos têm significado objetivo apenas quando as condições de sua aplicação são dadas, que existem conceitos formais (os conceitos a priori de Kant) cuja aplicação está sujeita a condições que vão além da lógica, e que não há limites à experiência que não coincidam com os limites da realidade. De acordo com Strawson, no entanto, essas visões são independentes do idealismo transcendental. Portanto, pode-se defendê-los sem aceitar a metafísica da experiência de Kant. Em uma palavra, ele rejeita a ideia central da filosofia teórica de Kant, a saber, a suposição de que as proposições independentes da experiência se aplicam a toda experiência possível se elas forem uma condição da possibilidade de experiência. A reconstrução da crítica à filosofia equivale à renúncia ao transcendentalismo. Portanto, poderia ser considerada como uma crítica camuflada da metafísica.¹⁶

4. Filosofia existencial e metafísica

A metafísica tem sido criticada não apenas pelos empiristas, mas também por outras posições filosóficas. Assim, Heidegger acusou a metafísica, que ele entendia como ontoteologia, de ter ocultado uma compreensão original do ser e de ter desencadeado um desenvolvimento que ele apresentou como uma "história do ocultamento". Como resultado da concentração no ente como tal, que começou com Aristóteles e teve forte influência no pensamento moderno, o ser foi esquecido. Ele queria voltar a uma concepção mais original, que ele achava que poderia encontrar entre os primeiros pensadores gregos.

¹⁴ Herbert J. Paton: Kant's Metaphysics of Experience. London 1936.

¹⁵ P. F. Strawson: The Bounds of Sense. London 1966 (Die Grenzen des Sinns. Königstein 1981), Parte IV: Die Metaphysik des transzendentalen Idealismus.

¹⁶ H. D. Lewis: „Mind and Body“. In id. (ed.): Clarity is not Enough, p. 394, caracteriza a posição de Strawson como „the old anti-metaphysical philosophy in disguise“.

Como resultado da concepção de Heidegger, a metafísica é historicamente relativizada. Isso é claramente mostrado no esboço do desenvolvimento da metafísica no tratado *Die Zeit des Weltbilds* (1938). Heidegger assumiu que a questão do que é o ser foi respondida de forma diferente na Antiguidade, na Idade Média e nos tempos modernos.¹⁷

Heidegger distinguia três concepções básicas do ente enquanto tal: na Antiguidade, a seu ver, o ente era entendido como algo presente, na Idade Média como algo criado, e nos tempos modernos (especialmente desde Descartes) como algo imaginado e representado na consciência.¹⁸ Não só os modos de pensar metafísicos que são decisivos para as várias épocas de desenvolvimento dependem desses esboços metafísicos, mas também os prerequisites básicos das teorias da filosofia natural e as científicas. Indiretamente, os princípios da ciência natural também foram sugados pela relativização.

O eu representante também é interpretado como algo representado e, portanto, concebido à maneira de um ser no mundo (como uma coisa pensante). O ser apresentado torna-se uma imagem calculável; torna-se tecnicamente utilizável e praticamente - sobretudo tecnicamente - disponível. A tecnologia moderna é condicionada pela metafísica subjacente, que é responsabilizada pelos aspectos negativos da mecanização. Sob essas condições, ideias metafísicas que são válidas além do tempo não podem existir. "Verdadeiro" é sempre "verdadeiro em um determinado momento". Segundo Heidegger, mesmo os conceitos físicos dependem da situação histórica.

O relativismo de Heidegger resulta não apenas na rejeição da metafísica, mas também na desvalorização geral do pensamento argumentativo que busca razões. O pensamento racional está subordinado ao pensamento pré-lógico, que Heidegger considerava original e que contrastava com o juízo predicativo.¹⁹ Ele a separa nitidamente do pensamento orientado pela lógica e clama pela "liberação da gramática da lógica"²⁰, que deve possibilitar uma compreensão pré-lógica e uma percepção que não seja mais julgadora.²¹

¹⁷ M. Heidegger: *Ontologie. Gesamtausgabe*, vol. 63, p. 76.

¹⁸ Heidegger: *Sein und Zeit*. Tübingen 1953, 7a. ed., p. 84 s.

¹⁹ *Ibid.*, p. 359.

²⁰ *Ibid.*, p. 165.

²¹ Essa tendência prevalece também na discussão de Descartes por Heidegger, que culmina na objeção a haver concebido o ser – o inclusive o ser da existência humana – como evidente. (ver por exemplo, *Sein und Zeit*, p. 98).

Heidegger se afasta de uma tradição metafísica que vai de Platão e Aristóteles ao racionalismo moderno e empirismo até o criticismo de proveniência kantiana. Enquanto, de acordo com a doutrina platônica, nada pode ser conhecido independentemente das ideias, e segundo a visão kantiana, a experiência do objeto não é possível sem conceitos gerais sob os quais o dado é subsumido e, portanto, mesmo a mais simples percepção contém sempre um juízo (pelo menos implícito), para Heidegger a revelação (*apophansís*) do que se mostra, vem antes da predicação. A simples apreensão ou percepção, que se supõe “compreender e interpretar em si mesma”²², não tem caráter teórico, mas se concretiza no comportamento cuidadoso e zeloso da existência no mundo. De acordo com Heidegger, algo pode, portanto, ser experimentado enquanto algo independentemente do entendimento subsuntivo: “A simples visão das coisas imediatas no trato com elas ... contém em si ... originariamente ... a estrutura interpretativa”²³, como afirma .

Heidegger pensou que já podia ver sinais do fim iminente do pensamento metafísico.²⁴ Em seus últimos anos - ou seja, nos anos após o "giro" – deixou de ver a história do pensamento metafísico como um acontecimento causado por pessoas; essa história é, como passou a supor, um processo objetivo. Assim, o homem não esqueceu o ser, mas o ser escapa ao homem. Heidegger interpreta a história da metafísica como o encobrimento do ser como seu, na verdade como a história de um desastre: ao longo do tempo, a metafísica lançou sombras cada vez mais escuras sobre o pensamento; a noite do ser é a desventura do Ocidente.²⁵ Ela se expressa como a desdeificação do mundo, como niilismo e como o domínio cada vez mais poderoso da tecnologia.

Heidegger esperava uma nova forma de pensar, mas não caracterizou seu conteúdo. No entanto, antes que "o ser possa acontecer em sua verdade originária"²⁶, o mundo deve primeiro desmoronar. O homem não pode salvar a si mesmo, pois assim como a metafísica é uma consequência da ocultação do ser, sua superação só pode ser esperada do próprio ser. É nesse sentido que se

²² Heidegger: *Sein und Zeit*, p. 149.

²³ *Ibid.*, p. 149.

²⁴ Heidegger: „Überwindung der Metaphysik“. In: *Vorträge und Aufsätze*. Pfullingen 1967, 3a. ed., p. 63. Heidegger fala de „encerramento“ („Ver-endung“).

²⁵ Heidegger, *ibid.*, p. 69.

²⁶ Heidegger, *ibid.*, p. 65.

deve entender a tão citada afirmação de Heidegger em entrevista ao [semanário] *Der Spiegel*, que só foi publicada após sua morte: Só um deus ainda pode nos salvar.

Heidegger parte de uma certa noção de metafísica, mas em um sentido mais amplo seu modo de pensar também é metafísico, para não dizer místico. A rejeição da metafísica não decorre necessariamente da abordagem existencialista, pois Karl Jaspers, que defendia uma forma diferente de existencialismo, via a metafísica como parte integrante de sua filosofia, baseada na crença filosófica na possibilidade de transcendência.²⁷

5. Desconstrução da metafísica

A metafísica tradicional e o modo de pensamento subjacente a ela foram atacados conjuntamente sob a influência da crítica de Jacques Derrida a Heidegger. Ele pensou que ainda poderia encontrar vestígios de metafísica em Heidegger e tornou sua a tarefa de eliminar esses resíduos. Ao contrário de Heidegger, ele partiu de considerações da filosofia da linguagem. Ele criticou a teoria platônica do significado, segundo a qual as expressões têm significado graças à sua relação com entidades abstratas imediatamente apreensíveis. Essa visão foi repetidamente defendida, mesmo no século 20, por exemplo, por Edmund Husserl, cuja visão Derrida combateu. A assunção de significados objetivos pertence à filosofia do Logos – entendido como discurso e como razão. Derrida procurou destruí-los. Em sua opinião, o logocentrismo característico de grande parte do desenvolvimento da metafísica está relacionado à suposição metafísica de que os significados podem ser naturalmente ligados às palavras. Em contraste, Derrida, como Ferdinand de Saussure antes dele, enfatiza o caráter puramente convencional da conexão entre palavra e significado. Ele nega que o logos seja a base do uso do signo e preencha a lacuna entre signo e objeto. Em sua opinião, não há uma ordem objetiva conectando estruturas de pensamento e ser.

O afastamento da metafísica leva ao "despedaçamento de uma ontologia, que em seu curso mais íntimo determinou o sentido do ser como presença e o sentido da linguagem como continuidade consumada da palavra

²⁷ K. Jaspers: Philosophie. Berlin 1932. Parte III: „Metaphysik“.

falada".²⁸ Com Heidegger²⁹, Derrida critica uma filosofia que pensa o fundamento dos entes (o ser) como seres que podem ser representados no pensamento. No entanto, se entendemos a diferença entre ente e ser como relação no sentido usual da palavra, como Heidegger alegadamente ainda faz, então inevitavelmente pensamos o ser como ser, porque os polos de uma relação devem ser do mesmo tipo. Para evitar essa consequência, Derrida substitui a diferença (*différence*) entre ente e ser por uma relação de um tipo especial, que ele chama de "diferença" (*différance*). Do ponto de vista da *différance*, o ser não é nada presente, nada objetivo, nada essencial e, portanto, certamente nada substancial. No entanto, Derrida não nos diz exatamente o que se entende por "diferença". A única coisa que fica clara é que, como Heidegger, ele busca voltar a um modo de pensar que não tem mais o caráter judicativo; na verdade, ele tem em mente um modo de pensar que não pode mais ser articulado na linguagem. Mesmo que ainda assim fale dele, ele o faz com a condição de que seja provisório; os termos que usa devem ser eliminados. No entanto, o que é completamente novo, destinado a substituir a filosofia tradicional desconstruída, permanece indefinido. Apenas o objetivo é claro: a destruição de uma metafísica baseada em construções, em suma: sua desconstrução, e Derrida compartilha esse objetivo com Heidegger.³⁰

Derrida não quer apenas superar a metafísica como ontoteologia, mas voltar a um pensamento prerracional que anteceda a diferenciação entre razão e loucura. Se Derrida estivesse certo, teria chegado ao fim não apenas a metafísica, que tem 2.500 anos, mas toda filosofia como um pensamento racional que busca justificativas em geral.

III. Metafísica crítica

1. Abordagens modernas para uma metafísica crítica

As direções da crítica metafísica mencionadas até agora são dirigidas contra a metafísica como ontoteologia (como Kant já a chamava). Mas há um sentido

²⁸ J. Derrida: *Grammatologie*. Frankfurt a.M. 1983 (stw 417), p. 123.

²⁹ Vgl. Heidegger: *Identität und Differenz*. Pfullingen 1957. Que inclui a conferência „Der Satz der Identität“ e o texto „Die onto-theo-logische Verfassung der Metaphysik“.

³⁰ Sobre o tema da desconstrução ver John D. Caputo: *Deconstruction in a Nutshell. A Conversation with Jacques Derrida*. New York 1997.

de metafísica que não é afetado pelas objeções críticas mencionadas, a saber, sua concepção como metafísica do conhecimento. Nos tempos modernos, você já pode encontrar alguns deles em Descartes.

Na metafísica cartesiana (ou *Philosophia Prima*) não são primeiramente os princípios do ser que se formulam, mas os princípios do conhecimento, como se sublinha duas vezes no prefácio que precede a edição francesa dos "Princípios de Filosofia".³¹ Embora a metafísica cartesiana inclua proposições sobre o ego pensante e Deus, que são temas da metafísica especial, Descartes não está mais preocupado em conhecer o ego e Deus por si mesmos. Vê-se isso claramente na ideia de Deus. Descartes não quer reconhecer Deus para justificar a crença em Deus, mas precisa de Deus como garantidor da validade objetiva dos juízos evidentes. A garantia divina é indispensável porque a evidência é uma experiência subjetiva e, portanto, pode-se duvidar que os juízos evidentes correspondam às estruturas do ser. Somente quando a evidência é entendida como um critério de validade objetiva, a verdade dos julgamentos probatórios pode não apenas ser afirmada, mas provada. Segundo Descartes, isso é possível porque a razão e a natureza humanas foram criadas por um Deus verdadeiro e suas estruturas, portanto, correspondem. Deus não pode nos ter criado para errar, sem a possibilidade de corrigir nosso erro. Pode-se provar, como Descartes estava convencido, que Deus como ser absolutamente perfeito também é verdadeiro.

A filosofia crítica de Kant segue a tendência de Descartes de se afastar da metafísica como ontoteologia através da metafísica do conhecimento. No entanto, Kant não apela mais para um garantidor divino da verdade. Ele não precisa mais porque pensou que poderia garantir a validade objetiva de princípios como o princípio da conservação da massa e da força, o princípio da causalidade ou o princípio da interação, dentro da estrutura da filosofia transcendental. Em vez de recorrer a um fundamento absoluto de isomorfismo das estruturas do pensamento e do ser, ele assumiu que os objetos da experiência são constituídos no quadro das categorias e dos princípios por elas formulados e, portanto, esses princípios para a realidade constituída - o mundo dos fenômenos - são válidas.

³¹ R. Descartes: *Principes de la philosophie*, Lettre-Préface. Œuvres, edd. Adam et Tannery, vol. IX/2, p. 14: „la métaphysique, qui contient les principes de la connaissance“. Ver expressão equivalente na p. 16.

As abordagens de Descartes e Kant podem ser entendidas como etapas de um desenvolvimento na história da metafísica, que foram posteriormente seguidas por outras etapas na mesma direção. O ponto de virada no pensamento metafísico, que Descartes realizou apenas provisoriamente e que Kant foi o primeiro a realizar consistentemente, baseia-se, em última análise, na percepção de que as dúvidas sobre a validade objetiva de uma teoria não podem ser superadas com os meios dessa teoria; Isso só é possível se você for para um nível teórico mais alto, e no caso das ciências naturais esse é o nível da metafísica como teoria do conhecimento (científico).

2. Relativizando formas metafísicas de pensar

Não apenas Descartes, mas também Kant, além das considerações indicadas, representavam visões que pertencem à metafísica tradicional. Elas são difíceis de manter no presente. É por isso que o apelo de Otto Liebmann para voltar a Kant após o colapso do idealismo especulativo é unilateral e precisa ser complementado. É preciso também exigir ir além de Kant. Isso pode acontecer de várias maneiras: relativizando reivindicações de verdade, expandindo a estrutura dentro da qual a realidade é vivenciada e reinterpretando a doutrina kantiana da constituição do objeto.

A suposição de Kant de que não há alternativa à geometria euclidiana, a concepção de tempo na física clássica e os princípios categóricos (por exemplo, o princípio da determinação causal contínua de todos os processos) foi abalada pelos desenvolvimentos na matemática e nas ciências naturais. Para ele, o espaço era o espaço euclidiano, ao qual, a seu ver, não há alternativa. Quando geometrias não-euclidianas foram desenvolvidas, essa visão se mostrou insustentável. O mesmo se aplica à visão do tempo. A concepção de tempo em que Kant se baseia é a da física clássica. Dentro de seu quadro, pode-se afirmar a simultaneidade dos processos, independentemente do estado de movimento dos corpos. Que Kant professa essa visão é mostrado em sua prova do princípio da interação. Claro, ele não podia prever que a suposição de simultaneidade absoluta característica da física clássica seria derrubada pela teoria da relatividade. Da mesma forma, a teoria quântica forçou o abandono da crença na validade incondicional do princípio clássico da causalidade. A

relativização das premissas associadas a esses insights geralmente levou ao abalo da crença em fundamentos de conhecimento definitivamente estabelecido.

A relativização não se limitou aos conceitos de espaço, tempo e sistema de categorias, mas teve consequências para o quadro conceitual dentro do qual se dá a orientação na realidade. Era preciso reconhecer não apenas que a tabela de categorias não é esculpida em pedra, mas que existem molduras interpretativas que competem com a moldura categórica. A filosofia das formas simbólicas de Ernst Cassirer foi inovadora nesse sentido. Para ele, além das categorias que têm um papel na formulação das condições de possibilidade do conhecimento cotidiano, mas também do conhecimento científico, existem outros quadros de interpretação; ele os chamou de formas simbólicas. A linguagem, o mito, a moral, a lei etc. são tais formas simbólicas.³² A direção tomada por Cassirer, que se baseia na generalização do pensamento filosófico-transcendental relativizado, é seguida também por Nelson Goodman, que distinguiu diferentes formas de produzir o mundo (*ways of worldmaking*).³³ Não estamos falando aqui de "geração" no sentido psicológico; o que se quer dizer são esboços de estruturas conceituais dentro das quais nos entendemos e nos orientamos no mundo.

Para além de Kant também se tende a um certo relativismo, na medida em que a maneira de constituir a realidade experiencial é descrita mais claramente e explicada de forma mais adequada. Sobre a solução de Kant para o problema da validade objetiva paira a suspeita de explicar psicologicamente a constituição dos fenômenos. De fato, ele fala de faculdades envolvidas na formação do material senciante e apresenta a constituição do objeto como produção. No entanto, há uma alternativa à visão psicológica, a saber, a suposição de que a constituição do objeto deve ser entendida como interpretação. Elementos dessa visão já podem ser encontrados em Kant, que afirmou, por exemplo, sobre os princípios do entendimento puro: "Eles servem apenas para soletrar os fenômenos para poder lê-los como experiência".³⁴

³² E. Cassirer: *Philosophie der symbolischen Formen*, I-III. Berlin 1923 ss.

³³ Nelson Goodman: *Weisen der Welterzeugung*. Frankfurt a.M. 1990.

³⁴ I. Kant: *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik*, § 30. Kant: *Gesammelte Schriften*, Vol. IV, p. 312.

Nesse contexto, interpretar significa subsumir enunciados factuais sob proposições gerais, em última análise, sob princípios a priori. Não se trata do processo psicológico de subsunção, mas da relação entre *interpretandum* e *interpretans*, ou seja, uma relação transcendental-lógica. Essa concepção da constituição do objeto da experiência – o fenômeno – acomoda a relativização sem a qual uma teoria atualizada da experiência não pode mais ser defendida.

3. Limites da relativização

A forma interpretacionista da metafísica crítica não apenas oferece uma alternativa à sua visão psicologizante, mas sugere uma limitação do relativismo associado à metafísica crítica, ao apontar na direção do realismo epistemológico mínimo. Não abole a tendência à relativização, mas fala contra o relativismo irrestrito. Isso resulta da abordagem interpretacionista, sem ter que recorrer ao conhecimento científico individual. No presente contexto, só se pode indicar brevemente em que medida se pode falar de uma limitação do relativismo da metafísica crítica. O ponto de partida aqui é o conceito de constituição como interpretação.

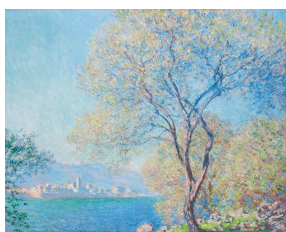
Como Kant já indicou, interpretar significa subsumir o que é dado sob conceitos gerais. Mas o que é dado como dado também pode ser interpretado, embora em um nível inferior. Ao iterar nessa consideração, aproxima-se da ideia de um dado não interpretado, que, no entanto, não é apreendido em uma espécie de intuição imediata, mas pensado como um conceito limitante. Por exemplo, o espaço euclidiano pode ser entendido como o resultado de uma interpretação do conceito usual de espaço. No entanto, essa ideia não é independente de todas as interpretações, de modo que é preciso perguntar que tipo de justaposição está subjacente às interpretações. Nenhuma interpretação pode ser considerada a última, mas a sequência de interpretações acaba por apontar para a ideia de uma justaposição primitiva que já não depende de interpretações. Ela não pode mais ser dada, mas é pensada como um conceito limitante. Um argumento análogo pode ser usado em relação ao tempo. O conceito de substância também é baseado em interpretações, na medida em que é entendido, por exemplo, como a conservação de massa, quantidade de movimento, energia etc. O recuo a qualquer grandeza leva ao conceito limite

de algo que é constante nos processos naturais. Essa constante mesma não é mais dada, mas pensada em abstrato; a concretização é uma questão para as ciências, não mais para a filosofia. O mesmo se aplica ao conceito de causalidade. Desconsideradas as interpretações mais concretas, retém-se o conceito de uma ordem de eventos naturais que não é dada, mas só pode ser pensada como um limite.

As considerações sugeridas não têm caráter de evidência, mas sugerem uma certa opção metafísica. A visão de que a realidade tem alguma justaposição e sucessão, independente de nossas interpretações, que não é totalmente caótica e não totalmente aleatória, pode parecer tênue. Mas não é trivial, pois aponta na direção de uma epistemologia realista, ainda que no sentido de realismo mínimo.

Subjacente à metafísica crítica está um interesse puramente teórico: um interesse em esclarecer as premissas sobre as quais se baseia a busca do conhecimento. Na maioria das vezes, esses pré-requisitos não são refletidos, porque na vida cotidiana como nas ciências individuais, interesses mais especiais estão em primeiro plano. No entanto, não se deve negligenciar completamente a questão dos fundamentos mais gerais do conhecimento. O fato de ser tarefa da metafísica crítica dar uma resposta que não esteja na forma de verdades eternas não depõe contra ela, pois é justamente o que torna possível a discussão crítica

A posição delineada também tem um aspecto prático, embora os interesses práticos não sejam essenciais para ela. Estimula a busca de alternativas e, assim, amplia o horizonte do conhecimento. A sensação de poder escolher entre suposições tem o efeito de se tornar imune à tentação do dogmatismo e adotar uma atitude tolerante, e não apenas na filosofia. Qualquer um que relacione o falibilismo a princípios metafísicos da maneira indicada mostrará disposição para se envolver em conversas, discussões e controvérsias, e estará aberto a diferentes pontos de vista. Isso também é importante para um clima filosófico positivo e, além disso, para o clima cultural em geral.



ARTIGOS – ARTICLES

Historism – Partisanship – Racism
On the Erosion of the Epistemic Foundations of Knowledge

Karl Acham¹

Graz

karl.acham@uni-graz.at

Como citar este artigo: ACHAM, K. “Historism – Partisanship – Racism. On the Erosion of the Epistemic Foundations of Knowledge”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 112-139. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa

Abstract: Often referred to as “historism”, historical-cultural relativism in its variant dating back to the 19th century has often been interpreted as an expression of a weak and insecure attitude, and has been opposed above all by the two great totalitarian movements of the 20th century. Against the more recent historism, postmodernism and its demands for tolerance, which are supposedly only of use to the ruling class, its opponents proclaim values, moral norms and cognitive criteria that are closely linked to the ethnicity and race of these critics. Even cognitive universality is mere ideology for them.

Keywords: Historism. Postmodernism. Value arbitrariness. Moral and epistemic partisanship. New Racism.

Resumo: Muitas vezes chamado de “historismo”, o relativismo histórico-cultural em sua variante que remonta ao século XIX século XIX, tem sido frequentemente interpretado como a expressão de uma atitude fraca e insegura, e tem sido e foi combatido principalmente pelos dois grandes movimentos totalitários do século XX. Contra o historismo mais contra o historismo mais recente, o pós-modernismo e suas exigências de tolerância, que supostamente são úteis apenas para a classe dominante, seus oponentes proclamam classe dominante, seus oponentes proclamam valores, normas morais e critérios

¹ Karl Acham, nascido em 1939 em Leoben (Áustria), Ph.D., Dr. h.c. (Doutor em Letras) da Universidade de Waterloo (Canadá); filósofo, historiador da ciência, sociólogo. Doutorado e habilitação em filosofia; de 1974 a 2008, professor titular de sociologia em Graz. Duas chamadas para universidades estrangeiras (Berna e Bochum, não aceitas); professor visitante no Brasil, Canadá, China, Alemanha, Índia, Japão e Suíça. Membro da Academia Austríaca de Ciências, recebeu a Cruz de Honra Austríaca para Ciência e Arte. Principais interesses de pesquisa: história e teoria das ciências humanas e sociais, filosofia da história, filosofia social, sociologia da cultura, análise de visões de mundo.

cognitivos que estão intimamente ligados à etnia e à raça desses críticos. Até mesmo a universalidade cognitiva é mera ideologia para eles.

Palavras-chave: Historismo. Pós-modernismo. Arbitrariedade de valores. Partidarismo moral e epistêmico. Novo racismo.

Introduction

That the increase and change of the content of our knowledge influences our lives is as certain as the fact that the change of our living conditions influences the acquisition of our knowledge and its utilization. But it is not only the change in the scope and quality of our knowledge that confronts us with the problem of the validity of norms and values in science, morality, and art; it is also and above all the change in our ways of thinking that determine what we consider to be real, true, and valid. The extent to which holding for-true was accompanied by arbitrariness in thought and action, for which theories of evidence and a pseudo-argumentative decisionism were supposed to provide an ideological justification, will be shown in the following; reference will be made both to certain forms of sociologism, political partisanship, ethnicism, and a racism linked to certain variants of recent identity politics.

I. On the Genesis and on Some Consequences of Historic Thought

Like the change of theory in the field of theoretical knowledge, the change of values in the fields of ethics and aesthetics is closely connected with the idea of progress in modern times. Whereas Aristotle had characterized science as a theoretical contemplation committed to pure knowledge, for Francis Bacon it was no longer a disinterested contemplation of what existed, but rather it was put into service as an activity useful to the human race: science was conceived as an enterprise that, by means of the discoveries and inventions it makes, promotes the welfare of mankind. As a consequence, a progressive thinking developed that represented a foundation of science in the principles of pure "vérités de raison" (truths of reason) on the one hand, and

"vérités de fait" (truths of fact) on the other. In these spheres, distinguished in this way by Leibniz, different truth claims applied. Nevertheless, progress took place as an interaction between rationalism and empiricism that determined philosophy and the sciences since the 17th century. In connection with the Socratic idea that correct knowledge also leads to correct action, the opinion was still prevalent in the 18th and early 19th century that a parallel development between moral and scientific progress could be demonstrated; this conviction is exemplarily expressed in Nicolas de Condorcet's *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain* (1795).

(1.) The emergence of what is meant by historicism has to do, first of all, as already mentioned, with the radical change of the contents of experience. Since the end of the 17th century, in the radical phase of European colonialism and in the course of scientific progress, one comes to some new realizations: one is confronted with the diversity of customs and legal forms among different nations and peoples (Montesquieu); paleontology fundamentally revises the ideas of the age of the earth and thus also the conviction of the correctness of the biblical cosmology in the book of *Genesis* (Charles Lyell); finally, one even gets acquainted with the idea of the change of human nature (Rousseau). Human history in general shows itself to be a highly divergent event, and the theoretical management of this divergence is undertaken by the new discipline of the philosophy of history, to which Voltaire gave this name. In this field, it was primarily Hegel who strove to discover a law, or at least a principle, of historical development, and thus the order in its change. And in Hegel's philosophy, truth and history now not only enter into a new relationship to each other, but also truth comes to light in a new meaning.

Even in Johann Martin Chladenius' *Allgemeine Geschichtswissenschaft* of 1752, the aim was to increase the attainability of certainty in the course of the analysis of historical facts by explicitly involving the "*Sehepunkt*" (point of view) of the historical observer in this analysis. Certainly, the reference to being bound to the place and circumstances of historical observation implied that what is considered "true" can only be asserted relative to the point of view. At the same time, however, this implies that the more one presents and analyzes the historical object under consideration from different perspectives, the closer one comes to the "truth".

For example, statements about a mountain become all the more "truth-like" the more closely the mountain is viewed from different perspectives. In the further course and under the influence of Kant's idea of a "thing in itself", "truth" is not only understood in the sense of the correspondence between a statement and the object, which appears to us in a certain particular view, as this is characteristic for the semantic concept of truth, but above all as ontological truth. This is understood as truth of the "thing itself", which thing appears to us, however, only in particular views. Not infrequently, therefore, a distinction was subsequently made between "correctness" and "truth" in the sense that the former is a property of statements, but the latter refers to the "total" of properties of the object present behind all its perspective views. This "total", so one thought, was only accessible to an evidential experience, which preceded every perspective (partial) cognition of the object.

(2.) In Hegel, starting from these basic assumptions of a specific theory of truth, there is a decisive extension of it. If for Chladenius "truth" (actually "the true") consisted in what becomes visible from a multiplicity of perspectival views obtained from different "points of view", Hegel dynamized this historical object together with the observer: he was concerned with historical processes, and his perspectivism was not only one oriented to geometry and thus to spatiality, but also one of temporality. The observer, it can be said, changes, and thus his (personal) "point of view" also changes; but what is considered by the changing observer also changes. To make the object of a historical observation visible only in a certain phase, but to consider this picture already for the whole of this object would mean not to do justice to it because of reification. Thus Hegel's word from the preface to the *Phenomenology of Spirit* is to be understood: "The true is the whole". The ontologically true of human history, however, is, according to him, freedom, which - similar to the sequence of bud, blossom and fruit mentioned by him - unfolds only in the whole of human history. Thus then, as is well known, for Hegel "world history [...] is progress in the consciousness of freedom", as he says in the introduction to his *Lectures on the Philosophy of World History*.

This metaphysics of history is replaced in the historical thinking of Germany in the 19th century: To know about the telos of history increasingly appeared as a presumption. The goal of historical analysis was now no longer

the discovery of the ontologically true as a characteristic encompassing all of history, but rather the depiction of certain guiding "ideas" and determining "forces" within historical development. In this sense, for example, Johann Gustav Droysen, in a theory of morality, seeks the moral ideas and forces, and history is conceived as the evolution of the intrinsically diverse "moral world." This is for him the historically true, from which he distinguishes the historically correct, the truth of historiography. This variant of historicism also contains those two concepts of truth already mentioned: the ontological truth, now as the culture perfecting itself in human history, and the semantic truth of historiography, committed to the theory of correspondence, which cannot do without methodically validated statements of fact. This second variant, distinct from Hegel's metaphysics of history, is by no means unmetaphysical; it is convinced in a culturally optimistic way of the development of the ideas and forces of the true, the good, and the beautiful in history. However, it replaces the universal-historical telos by partial teleologies - but in the end these always appear as ways of higher development.

(3.) With the third phase of historicist thought, its second idealist variant had already lost its persuasive power at the end of the 19th century. The great skeptics of history of the rank of Jacob Burckhardt - although themselves convinced of aesthetic and moral ideals - doubted the belief in the higher development of those ideas and forces mentioned above, especially those of the good and the beautiful, as well as their power of enforcement. The concept of truth was deontologized, and one concentrated in the humanities more and more only on what was historically correct (Ernst Bernheim). With the restriction of historical research to the collecting and securing of historical data, one gets, however, as Gunter Scholtz has shown,² to the conviction of the historically demonstrable heterogeneity of values as well as of the unjustifiability in principle of ultimate values in the spheres of morality and art. Any insight into the relativity of valuations, depending on the aspects of cultural significance, had to give way to a relativism of arbitrariness, since questions of evaluative priority and subordination of those ultimate values and the norms corresponding to them could no longer be meaningfully posed

² Gunter Scholtz: *Zwischen Wissenschaftsanspruch und Orientierungsbedürfnis. Zu Grundlage und Wandel der Geisteswissenschaften*, Frankfurt/M.: Suhrkamp 1991, pp. 130-157.

either within or between cultures. The representatives of this world view mostly saw themselves as truly tolerant.

II. Reactions to Relativistic Historism I: Evidence Assertion and Tradition Boundedness

A revitalization of the philosophy of history in Hegel's sense was what Benedetto Croce's "*storicismo*" sought to accomplish, how he developed it in his book *La storia come pensiero e come azione*.³ Every "true" story, Croce finds, links thoughts and percepts, philosophy and philology, and they illuminate the present. Stories are considered true insofar as they evidently shed light on contemporary life in a way that can serve the practice of today. As the present changes, so does the view of the past, because with the change in the meaning of the history that is happening, new aspects of the past history are discovered and rewritten. In this way also changes, which in an evidential way illuminates the present. With the unity of thoughts and percepts proclaimed by Croce, the correspondence theory in the sense of the semantic concept of truth recedes into the background, and the ontological conception of truth, updated in the succession of Hegel, is suddenly transformed into a theory of evidence.

Similar tendencies can be traced in other philosophers of the 20th century, some of them even before Croce. These can be found in particular among representatives of phenomenological thought. In Martin Heidegger and Hans-Georg Gadamer, this way of thinking was associated with a dynamized form of ontological truth that would allow one to speak of the "historicity of truth". This concept of truth is fundamentally different from that of Franz Brentano and Edmund Husserl, the founders of modern phenomenology. But it also differs from that of Hegel, since "truth" no longer unfolds in a growing way as it does with the latter, but rather contingently arises and also disappears again. The claim to the verifiability of statements, as it is connected with the correspondence theory of truth, is thus given up - attunement, looking, listening to the "calling of Being" (Heidegger) take its place. The question about the criteria of correct "listening" as well as about the correctness of what

³ Benedetto Croce: *La storia come pensiero e come azione*, Bari: Laterza 1938. [English transl.: *History as the Story of Liberty*, London: G. Allen and Unwin 1941.]

is heard in listening is considered inappropriate. That this thinking owes itself to a proximity to art is obvious, especially since the methodically practiced intersubjective examination is mostly replaced by what is intuitively grasped in subjective "looking" and "listening". Heidegger's and Gadamer's extensive references to visual art, music, and poetry speak for themselves.

In his investigation of the experience of art, which seemed to him to be relevant for hermeneutic thinking in the disciplines of the humanities, Gadamer was concerned to show that an autonomous experience of truth is possible for art. It is not exhausted in its designation function, i.e. in a relation of statement and meant facts in the sense of the semantic concept of truth. The "truth" of the work of art cannot be grasped by unambiguous statements and judgments, since the aspectual character of particular statements about the attributes and functions of the work of art always refers to that ultimately inexhaustible ontological substrate which can never be fully grasped by the partial views that those statements and judgments express. Moreover, Gadamer attributes to art the property of being an "instance of sovereignty over history".⁴ Art reaches across times and peoples, as well as across individual artists and their personal biographies. Works of fine arts, music and poetry are surrounded by an enigmatic presence that is like an incontrovertible testimony. In his analysis of the interplay between the experience of art and the experience of truth, he assumes that works of art have inherent "simultaneity and temporal superiority," so that across "times and spaces, the visual and poetic work" can claim to be "present and truth". And therefore it seems to Gadamer that man cannot do without "seeing in art a standard of truth."⁵

When Gadamer expressed this view, postmodernism was *en vogue*. Practically all hierarchies of values in the field of art had fallen for it; even the age of the avant-gardes seemed to have passed irrevocably in the meantime. Thus, an unrestricted pluralism prevailed - and in some cases still prevails - that allows everyone to judge art entirely according to his or her preferences. The value of the work of art is left to the discretion of the consumer, but is thus determined by the whims of the market. Even at the time of the founding of large art history museums in Europe, especially since the early 19th century,

⁴ Hans-Georg Gadamer: Bildkunst und Wortkunst. In: Gottfried Boehm (ed.), Was ist ein Bild?, Munich: Wilhelm Fink 1994. pp. 90-104, p. 91.

⁵ Ibid., pp. 91 f.

when art was increasingly controlled by supply and demand, it seemed necessary to counter the forces of the market with a regulative and to acquire, preserve, and make accessible to the general public important works that were not exactly in the trend of commercializing art.

For Gadamer, certainly not everything that appeared under this name was already art - his thoroughly normative understanding of art, which was connected with his (ontological) conception of truth, did not permit this. The norms and values that in his view offered support did not exist for art outside of history. And yet, the distinction of a certain tradition seemed possible to him, namely that of which he believed that something like truth in perception and at the same time an illumination of one's own present is established in it across times and spaces. Against all pluralism and relativism, Gadamer showed himself already in his main work *Truth and Method* (1960) determined to hold on to the aesthetic traditions of antiquity with his theory of the classical as that which is binding in history.⁶ Critics criticized early on that Gadamer's distinction of a particular tradition, following Wolfgang Iser, necessarily denied full recognition to other traditions. For even if their discussion is not neglected, their evaluation is nevertheless carried out in relation to a reference that is distinguished in advance by a normative commitment, i.e. a value decision. This is the starting point for Gadamer's aesthetic criteriology.

In the following, it will be shown that the willingness to fight pluralism with normative decisions and thus to gain a foothold in a world that has become confusing and increasingly surrendered to subjective arbitrariness has by no means remained limited to the realm of aesthetics and the philosophy and humanities influenced by it.

III. Reactions to Relativistic Historism II: Sociological Relationism, Partisanship

1. Sociological relationism. Directly linked to relativistic historism is the emergence of the sociology of knowledge. Karl Mannheim is considered one

⁶ Cf. Hans-Georg Gadamer: *Wahrheit und Methode*, 2nd edn., Tübingen: J. C. B. Mohr 1965, pp. 269 ff.

of its most authoritative representatives. "Historism," Karl Mannheim declared in 1924, "is [...] not a sudden idea, it is not a fashion,, it is not even an intellectual movement, it is the foundation from which we view social-cultural reality. It is not sophisticated, it is not a program, it is the ground that has become organic, the worldview itself, which emerged after the religiously bound worldview of the Middle Ages had disintegrated and after the worldview of the Enlightenment, secularized from it, had annulled itself with the basic idea of a supra-temporal reason."⁷ This statement represents an initial finding, by no means something Mannheim simply wanted to resign himself to. His sociology of knowledge, which he developed primarily in his major work *Ideology and Utopia* (1929), represents as a "systematization of doubt" an answer to the question of the effects of the untenability of absolute truth claims. Often, his analyses of "*Seinsverbundenheit*" (being-connectedness) - the connection with all components of "being": mental, social, political, economic, and cultural circumstances - or of the boundedness of knowledge to the socially situated point of view of the observer, are accused of having contributed to the acceptance of a criterionless relativism. But Mannheim was not concerned with a justification of the arbitrary; rather, in his analyses of styles of thought and modes of interpretation, he sought the historical and positional conditions of models of thought and worldviews through explicating the boundedness of knowledge to the point of view of agents and observers, who are socially situated in a particular manner. He was concerned with relational considerations, not with an exercise in relativism.

The sociology of knowledge was associated, in Mannheim's case, with the hope of bringing regularity into the anarchy of values by correlating the variety of different artistic, ethical, and political-ideological orientations with the social situation and the social interests of the people who hold these views. However, the seductiveness in the writing of some sociologists of knowledge cannot be overlooked. It tempts us to think, for example, that we can infer a scientist's work unambiguously from that person's social position and related interests, which he or she shares with others belonging to his or her stratum. Yet scientists in the same discipline may be in the same social position and

⁷ Karl Mannheim: Historismus. In: K. M., Wissenssoziologie. Auswahl aus dem Werk, eingel. u. hrsg. von Kurt H. Wolff, Berlin/Neuwied: Hermann Luchterhand 1964, pp. 246-307, p. 246 f. [First published in *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* 52 (1924), p. 1-60.]

under the same influence of a particular set of colleagues and a particular scientific tradition without their work taking the same shape. Analogous experiences are conveyed by research on voting behavior in socially homogeneous milieus.

According to experience, people change with the circumstances that act upon them - however, one time in this way, the other time differently. In this sense, Ernst Robert Curtius, for example, objected to representatives of a deterministic sociology of knowledge that the extent to which a person is determined by the conditions to which he is exposed depends on his physical and mental constitution as well as on the habitualities which have developed in interaction with the environment: "The fact of socialization, for example, will determine the individual to a very different degree according to the constitutional type to which he belongs. Those who, because of constitutional predisposition, are little susceptible to influence, or who tend to shut themselves off from their fellow world, will be less dependent on social factors than other people [...]. As Fichte already said: 'What kind of philosophy one has depends on what kind of person one is' -- the corresponding is also true for sociology."⁸

Sociologists certainly succeed in proving that the environment can change people and that they are likely to think, feel, and act in such and such a way under such and such circumstances. Circumstances make people inclined to react in a certain way, but they do not force them in the sense of strict determinism. With respect to social circumstances, the same is true as for the thinkers of Christian and Jewish faith who countered astral fatalism with the sentence: "Astra inclinant, non necessitant" - The stars make us inclined (to do something), but they do not force us (to do it). A sharp causalism also sometimes blinds sociologists to the ubiquity of "mere" probabilities, and thus to an adequate grasp of the indeterminacies and ambiguities in interpersonal relations. For some, even the fuzzy but cautious talk of "imprinting" and "shaping" tempts them to make rigid assumptions; at any rate, it offers them opportunities for such. But here the question arises: How continuous is this imprinting, and how deep is it?

⁸ Ernst Robert Curtius: *Deutscher Geist in Gefahr*, Stuttgart/Berlin: Deutsche Verlags-Anstalt 1932, p. 97.

Karl Mannheim had nothing in mind with rigidities of the kind mentioned, but he was convinced that members of privileged classes generally think differently than members of lower classes. Thus, according to Mannheim, in attitude analysis one is confronted with different value preferences, the genesis of which depends on social situation, social position, educational influences and generation-specific experiences. In view of this, i.e. against the background of different kinds of imprints and of inclinations caused by them in modern societies, the following question arises: Is it possible to develop a consciousness that overcomes the anarchy of worldviews, as Mannheim had in mind? Mannheim was not concerned with the production of "uniformity" in the sense of homomorphism, as certain egalitarians of his time had in mind; rather, he was more concerned with securing the uniformity of the foundations of our discursivity, which is what makes intersubjectivity possible. According to him, the efforts of worldview analysts, connected with the insight into the reciprocity of perspectives, should be directed toward developing "a formula of the convertibility and translatability of these different perspective views into one another"⁹ and thereby formulating worldview-neutral, impartial insights.

Mannheim, it seems, was primarily concerned with securing at least certain argumentative foundations in a socially fractured society in which the elementary epistemic preconditions for an inter-class discussion of their social interests were themselves regarded as ideologically preformed. This was to contribute to the coexistence of world interpretations and orders of life, the occurrence of which Max Scheler, in his lecture on man in the "World Age of Equilibrium",¹⁰ also delivered in 1929, had rashly proclaimed as a tendency of the times.

2. *Partisanship*. Another way of coping with the social fissures seemed to be the formation of a political partisanship that was both enemy-centered and future-oriented, as was characteristic of representatives of both the political Right and the political Left in the late 1920s and early 1930s. The goal

⁹ Karl Mannheim: *Ideologie und Utopie*, Frankfurt a.M.: G. Schulte-Bulmke 1969, p. 258. [The first edition was published in Bonn 1929.]

¹⁰ Max Scheler: *Der Mensch im Weltalter des Ausgleichs*. In: M. S., *Ausgleich als Aufgabe und Schicksal*, Berlin-Grunewald: Rothschild 1929, p. 31-63.

was to establish an ethnically homogeneous "*völkische*" (folkish) and a class-conscious unity respectively: on the one hand, that of the "*Volksgemeinschaft*" (folk community) and its collective "*Volksempfinden*" (folk sentiment), and, on the other, that of the "working masses" and their "class consciousness". To formulate ideologically neutral, impartial insights, as Mannheim had in mind, appeared to his ideology-critical contemporaries, who often openly professed to be intellectual partisans of those political views, only as an expression of ideological neutralism. The supposed play with intellectual reciprocities seemed especially absurd to those who regarded all intellectual events as manifestations of race or class. Connected with these declarations is the radical delegitimization not only of the ideas of the respective ideological-political opponent, but also of those who were interested in a non-partisan analysis of partisan behavior. Such an analysis stood in the way of the assertion, advocated by both Bolshevism and National Socialism, of privileged access to the only true knowledge. This was associated with the exclusion of those considered socially or racially inferior, which could be increased to the point of their physical annihilation.

What the self-righteous class struggle of Lenin's type meant is made clear by the statement of the Latvian-born head of the Cheka on the Eastern Civil War front in Russia after the October Revolution, Martin Ivanovich Latsis, which he published in the journal *Krasnyi terror* (Red Terror) in November 1918: "We are not waging war against individual persons. We are destroying the bourgeoisie as a class. During the investigation we do not look for individual proofs of guilt, whether the accused has acted in deeds or words against the Soviet power. The first questions that should be asked are: To what class does he belong? What is his class origin? [...] And it is these questions which should determine the fate of the accused. Therein lies the meaning and essence of the Red Terror."¹¹ As is well known, the same applied to the actions of the Nazi organs toward the Jews, whose achievements and moral reputation were considered irrelevant in view of the factuality of the ancestral passport.

¹¹ Quoted in Klaus-Georg Riegel: *Der Marxismus-Leninismus als „politische Religion“*. In: Gerhard Besier/Hermann Lübke (eds.), *Politische Religion und Religionspolitik. Zwischen Totalitarismus und Bürgerfreiheit*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht 2005, pp. 15–48, p. 28.

The assertion of an essential diversity in the thinking of classes and races, which was intended as a justification of those forms of class and race struggle, went far beyond the results of empirical research on sociogenesis or biogenesis of cognition; for the most part, these were completely ignored anyway. A claim to objective knowledge had to appear to Lenin and his followers as an unrealistic "objectivism", as far as it was in conflict with the desirability of politics. Quite biblically,¹² therefore the one, who in his striving for objectivity moved beyond proclaimed positions of partisanship, was found to be lukewarm, i.e. beyond warm or cold. In a similar vein, Ernst Bloch, one of the idolized mentors of the German student movement in the 1960s and after, proclaimed in an essay published in the East Berlin journal *Aufbau* in 1951 that thinking has always been and must always be partisan; it is only a matter of knowing which partisanship is the right one. From such presuppositions, he rejects the "so-called impartiality" of "objectivism".¹³ This, he notes, "is not without ideological connection with the so-called truth for its own sake, as it is strained in the West. Starting from a pseudo-objectivity that has long since become transparent as a sham, Objectivism makes itself tepid, deliberative, penetratingly neutral."¹⁴

Objective science, on the other hand, also appeared to Carl Schmitt, the head of the German legal theorists in the first half of the 1930s, as the illusory point of view located between the positions of the "*Arteigenes*" (species-own) and the "*Artfremdes*" (species-alien): "It is an epistemological truth that only the one is able to see facts correctly, to hear statements correctly, to understand words correctly, and to evaluate impressions of people correctly who participates in the law-creating community in a species-determined way and belongs to it existentially. Down to the deepest, most unconscious emotions of the mind, but also down to the

¹² Vgl. Rev. 3, 15-16: »I know your deeds, that you are neither cold nor hot. I wish you were either one or the other! So, because you are lukewarm—neither hot nor cold—I am about to spit you out of my mouth.«

¹³ Quite similarly already Vladimir Ilyich Lenin's attacks against the "'impartial' social science" and the "fabricators of impartiality," in the paper „Drei Quellen und drei Bestandteile des Marxismus. *Prosweschtschenije 3'* (March 1913). In: V.I.L., Werke, vol. 19, Berlin/GDR: Dietz 1962, pp. 3–9.

¹⁴ Ernst Bloch: Parteilichkeit in Wissenschaft und Welt. In: *Aufbau* 7 (1951), pp. 593–602, p. 597.

smallest brain fiber, man stands in the reality of this ethnic and racial affiliation. Objective is not everyone who wants to be, and who believes with a subjectively good conscience that he has exerted himself enough to be objective." And then follows - in a very similar way as one knows it from Lenin's invectives against the "shameful *party of the center*" beyond materialism and idealism¹⁵ - a denunciation of the striving for objectivity as a way of thinking that misunderstands itself: "An alien to the species may act however critically and strive however astutely, may read books and write books, he thinks and understands differently because he is *of a different kind*, and remains in the existential conditions of his own kind in every decisive train of thought. This is the objective reality of 'objectivity'."¹⁶

These differences, which are expressed in thinking, feeling and willing, are irreversible because of their fateful-biological origin. This conviction marks a significant difference even to the principle of partisanship (*partijnost*) in the Marxist-Leninist version.¹⁷ For as much as the latter stated that there was a close connection between class situation and class consciousness, it nevertheless permitted conversion from feudal or bourgeois to proletarian class consciousness under certain conditions. A biological conversion, on the other hand, was an impossibility.

IV. New Forms of Political Partisanship as a Reaction to Postmodern Arbitrariness: Ethnocentrism, Racism

The most important result of the discussions conducted by the representatives of postmodernism is probably to note the insight that the "cultural sciences" (in Max Weber's sense) of today - i.e. the humanities and the interpretive social sciences -, like the sociology of knowledge before them, cannot ignore the existential experience of historical relativity. The diversity of what is understood as "truth" in the semantic as well as in the ontological

¹⁵ See, for example, section 4 of ch. VI of V.I. Lenin: *Materialismus und Empirio-kritizismus. Kritische Bemerkungen über eine reaktionäre Philosophie*, 2nd edn. Berlin/GDR: Dietz 1952. [Russian original 1909.]

¹⁶ Carl Schmitt: *Staat, Bewegung, Volk. Die Dreigliederung der politischen Einheit*, Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt 1933, p. 45.

¹⁷ Cf. Evert van der Zweerde: *Soviet Historiography of Philosophy. Istoriko-Filosofskaja Nauka*, Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers 1997, pp. 26-41.

sense, i.e. what is accepted and approved as correct or as "true" in an evaluative sense, is to be examined with regard to its genesis in order to make explicit the construction principles of one's own speaking and narrating. It is necessary to become aware of the fact that every historical reconstruction contains a constructivist moment. This research intention, however, is not to be confused with the will to dissolve all criteria of truth or even, as has happened on various occasions - especially in the US-American reception of French postmodernism - with a *carte blanche* for voluntaristically proclaimed assertions of truth.

But this is precisely what has happened with the argumentative backing of Michel Foucault's writing. Now, once again, heterogeneous political-ideological positions stood abruptly side by side as equally possible attitudes - or rather: the assertion of their truth claims appeared to be merely a question of casual power relations. Hardly anyone would have thought just a few years ago that, as a consequence, the culturalist theory of the inevitable imprinting by the respective "*Volksgeist*" (folk spirit) would resurrect and give ethnocentrism a peculiar and deceptive gloss again; even less, however, that, via the critique of colonialism, racism would gain prestige and even be attributed a role constitutive for our cognition. History, it seems, teaches us nothing, because, as relativist historicism has pointed out, it offers examples of everything - including, it must be added, the return of what has already been recognized as erroneous or reprehensible.

Once again, what Edmund Husserl had already conjured up in his famous *Logos* essay, which developed the program of a "Philosophy as a Strict Science",¹⁸ occurs today: the return of relativistic historicism, which he called "skeptical relativism". This philosopher, condemned to silence in the "Third Reich", in his Vienna lecture of 1935 on "*Die Krisis des europäischen Menschentums und die Philosophie*" (The Crisis of European Man and Philosophy), took up again almost verbatim the theme of that essay of 1911. In the meantime, certain consequences of the vision of "skeptical relativism" had already become evident.

Husserl's *Logos* essay, as Wilhelm E. Mühlmann has pointed out, is also an ideology-critical manifesto, much like Max Weber's 1917 essay "*Der*

¹⁸ Edmund Husserl: Philosophie als strenge Wissenschaft. In: *Logos* 1 (1911), pp. 289–341.

Sinn der ‚Wertfreiheit‘ in den soziologischen und ökonomischen Wissenschaften" (The Meaning of 'Value Freedom' in the Sociological and Economic Sciences). According to Weber and Husserl, historical facts can never release valid values from themselves, because only statements of fact can ever be derived from statements of fact in empirical disciplines such as historiography, psychology, or sociology. Whoever ignores this slides into historicism (which Husserl calls "Historizismus" [historicism]), psychologism, or sociologism. Sociologism as the most popular fashion of these three for a long time is characterized by the fact that its representatives, instead of staying - in the sense of Husserl's research program - with "the things themselves", reduce the statements referring to them to the social conditions of their emergence. Husserl turned against the "scientific semi-finished product", the "undivided mixture of worldview and theoretical cognition",¹⁹ as which the products charged with moral-political evaluations turn out to be. Husserl feared, similar to Max Weber in his famous lecture "*Wissenschaft als Beruf*" (Science as a Vocation) from 1919, that the drive directed toward the political-ideological commitment would develop into the dominant one within the scientific community and could deceive even theoretical natures by its scientific form. The correctness of this hunch was already proven in the interwar period, but unfortunately also by events in the international research landscape of the recent past.

1. *Ethnocentrism*. Ethnological research set itself the goal of bringing to light the different interpretations of the self and the world by members of different ethnic groups, while at the same time making it possible for them to be mutually accurately informed about each other. The so-called decolonization discourse went beyond this. Some of its proponents regarded in particular the worldview of the colonizers as fundamentally different from the worldview of the colonized: the two were no longer to be complementary to each other in certain respects, but were regarded as incommensurable with each other.

Increasingly, in certain works of recent humanities and social science literature in the U.S., the U.K., and France, one strives to locate colonial or

¹⁹ Ibid., p. 338.

postcolonial modes of thought even where certain ethnicities and People of Color and their achievements are valued highly by people of other origins and skin color. In this context, the appropriation of non-autochthonous cultural property, for example, is currently increasingly coming under suspicion of unlawful usurpation. Thus, it is a subject of sometimes heated discussions who has the right to wear certain pieces of clothing or hairstyles that originate from a different cultural environment but are now allegedly robbed of their original context and become, as it were, a kind of late colonial looted property.

This way of looking at things, which fits organically into a whole series of postcolonial studies, goes back to Susan Scafidi's book entitled *Who owns culture?*,²⁰ published in 2005. The author discovered a blank space in property rights, the "cultural products", i.e. that group of cultural stocks which UNESCO has been designating for some years now as "intangible cultural heritage". In the case of cultural products, according to the author, the intangible good is the "*Volksgeist*" (folk spirit) - which she uses as a German loanword in the original - or the self-image of a particular ethno-cultural community. According to Scafidi, it is not the cultural good itself, but the value assigned to it by the community that is actually significant. Everything depended on this assignment of meaning and its integration into the folk spirit of the community of origin. For ultimately only the member of the community of origin should be able to grasp the "authentic" meaning of a cultural asset at all. In a highly dialectical way, the revitalization of ethnocentrism takes place here in the name of combating it

One of the consequences of this neo-Romantic folk spirit doctrine is to take any kind of costuming as an Indian as a mockery of the North American natives, and "blackfacing" as discrimination against black people. Thus, one recalls with great astonishment German Foreign Minister Baerbock's March 2021 apology for having worn an Indian costume as a little girl - and even that of an Indian chief. Much of the contemporary culture wars seem like a struggle for recognition of legitimate victim status for themselves by the descendants of victims of colonialism. Some of it can be interpreted as rhetorical self-stupefaction and verbal substitution, but some other words do take on a

²⁰ Susan Scafidi: *Who owns culture? Appropriation and Authenticity in American Law*, New Brunswick: Rutgers University Press 2005.

worrisome form. And these no longer sound merely like self-indulgent speech exercises, but rather like appeals and battle announcements.

Very clearly, for example, Rokhaya Diallo, an Afro-French journalist, author and filmmaker who has been a recurring activist for racial, gender and religious justice, has said of her current homeland: "White France no longer exists, and those who don't like the new France should leave."²¹ What is present here is neo-colonial anti-colonialism, the negative stigmatization of an entire way of life put into words. It is in this spirit that the League for Black African Defense also proclaimed in 2020, "The world has changed. The France of Chlodio, Joan of Arc, Philippe Pétain and Charles de Gaulle no longer exists! Today, France belongs to the League for Black African Defense."²² And in April 2019, Hafsa Askar, vice president of the National Union of Students UNEF Lille, the largest and oldest student union in France, was even more outspoken on the occasion of the burning of the Notre-Dame Cathedral in Paris: " I shit on your Notre Dame of Paris, because I don't care about the history of France. [...] People are crying over a few chunks of wood, wallah, you love the French identity, while we don't give a damn about it. This is the delusion of the little white people."²³ - One gets the impression that, from the point of view of certain Arabs and black Africans who have taken up residence in France, it is about time for the autochthonous French to contemplate their disappearance.

What is impressively demonstrated in the contemporary culture wars - especially in the USA, Great Britain and France - is the effectiveness of the sometimes unconscious, sometimes soberly calculated use of morality as a means of psychological warfare. This is an artifice practiced in different historical contexts, which, as Ernst Topitsch has repeatedly pointed out, consists in "suggesting to people a consciousness of guilt in order to break their self-esteem and thus make them compliant. [...] Yes, the victims of such strategies might even perceive their penitent submission as a sign of their true moral sensibility and thus as a way to a new moral self-esteem that elevates

²¹ Rokhaya Diallo: *À nous la France!*, Paris 2017, S. 30. – Quoted in Pascal Bruckner: *Ein nahezu perfekter Täter. Die Konstruktion des weißen Sündenbocks*. Translated from the French by Marc Feldon, Berlin: Edition Tiamat 2021, p. 195.

²² Quoted in Pascal Bruckner, *ibid.*, p. 213.

²³ Quoted *ibid.*, p. 248. – "Wallah" is an Arabic oath formula, often used as an interjection, meaning "by God." When fully vocalized, it reads "wa-llāhi".

them far above the 'hardened sinners'. Here, no doubt, lies also one of the roots of 'Pharisaism.'"²⁴ Undoubtedly, this is a form of the "use of 'ethics' as a means of 'being right'" already criticized by Max Weber.²⁵ At present, the struggle for maximum victim status is still underway among the various groups, each of which claims specific victim characteristics for itself. As soon as the influx of the "humiliated and insulted" from the poor quarters of the Third and Fourth Worlds to the prosperous parts of the North has reached a corresponding scale and the remaining distance between the groups fearing for their respective singularity has been overcome, it could be that they will form together into a powerful social movement.

Related to the protest, which has to do with historical justice, are also tendencies that are currently playing a role in academic realms. For example, a cultural war over teaching content and the limits of academic freedom of speech is raging at some Western universities, led in part by advocates of anti-racism and decolonization, but also by representatives of feminist and LGBTQIA-oriented groups. The United Kingdom and France are the main sites of these battles in Europe. Philip Plickert listed distinctive British events in this context in April 2021, including the following:²⁶

- In Oxford, some professors of musicology complained that their curriculum was dominated by "white music from the slaveholding era", thereby "solidifying white supremacy."
- At some universities, activists have been calling for years, such as students at London's School for Oriental and African Studies (SOAS), for lectures to discuss less white philosophers such as Plato, Descartes, and Kant; at least half the reading list would have to be African or Asian philosophers.
- The former David Hume Tower on the University of Edinburgh campus was renamed because the namesake expressed views about the natural superiority of whites in a footnote to his 1753 essay "Of National Characters."

²⁴ Ernst Topitsch: Macht und Moral. In: E.T., Studien zur Weltanschauungsanalyse, Vienna: Turia + Kant n.d. [1996], pp. 279-294, p. 290.

²⁵ Max Weber: Politik als Beruf. In: M.W., Gesammelte politische Schriften, 4th edn., Tübingen: J.C.B. Mohr 1980, p. 549.

²⁶ Philip Plickert: „Cancel Culture“ bedroht Wissenschaftsfreiheit. In: Wiener Zeitung, 15 April 2021; URL: <<https://www.wienerzeitung.at/meinung/gastkommentare/2100553-Cancel-Culture-bedroht-Wissenschaftsfreiheit.html>>.

Similar to Hume in Britain, the philosophers Kant and Hegel were met with accusations of racism in Germany. These accusations require philological scrutiny and, while in some cases they prove to be valid, in others they prove to be a dispute over words and nominal definitions, or, as in the case of certain attacks on Adam Smith, misjudgments.

Of greater significance, however, is another recent occurrence: the penetration of "Critical Race Theory" (CRT)²⁷ and certain one-sided interpretations of it, originating in the USA and drastically strengthened in its effectiveness above all by the "Black Lives Matter" movement, in almost all fields of science.

2. *Racism.* Stigmatization by so-called racial characteristics such as skin color is counteracted today by various language-norming initiatives: on the one hand, by eliminating the so-called N-words and N-word compounds - in Canada even by renaming the "blackboards" - , but on the other hand, by eliminating the word "race". As in the Anglophone and German-speaking countries, in France, too, it is said that there are no longer any races, with regard to which people have mostly been sorted according to external characteristics. In 2013, the French parliament therefore proposed to ban the word "race" from official usage,²⁸ as numerous misanthropic ideas and actions have been associated with it throughout history. Moreover, it is said, it was not race that generated racism, but racism that first generated the concept of race.

When the word "racism" emerged in the 1920s, the concept was understood in terms of favoring or disfavoring a person on the basis of race, that is, of ancestral characteristics, such as skin color, which racists believed to correspond with positive or negative intellectual and moral traits of character. A peculiarity challenging the conceptual logic is now that the concept of racism no longer has an object or scope of meaning if, in accordance with the view just mentioned, it is to hold that races do not exist, and neither does the word "race" in the future. The R-word, to which only a derived pseudo-existence is attested, is thus tabooed, while racism is rejected as a special world evil and

²⁷ The founding text of this theory is considered to be the book by Richard Delgado/Jean Stefancic: *Critical Race Theory. An Introduction*, New York/London: New York University Press 2001.

²⁸ Cf. Pascal Bruckner (fn. 20), pp. 136-144.

anti-racism is declared to be the core content of every popular pedagogy. There is, as it seems, verbal magic at work, which leads to the fact that there are racism commissioners everywhere, who are supposed to put a stop to a racism without races. Thus, once again, it is about race, but in the mode of negation and a moral prohibition combined with it.

Yet, paradoxically, certain varieties of contemporary anti-racism are not so much about eventually arriving at a non-racist state in which race, ethnicity, and skin color no longer play a role with regard to the attribution of intellectual and moral qualities; instead, it is about an anti-racism on a racist basis. And therefore the will to include the formerly excluded in the circle of a humanity understood as egalitarian meets with resistance from some of the now rather newly included. Thus, as Pascal Bruckner shows, the representatives of the Afro-collective Mwasi refuse the "inclusive feminism" practiced by representatives of "white feminism" and regard them as their "political enemy." So just being a feminist is not enough. It corresponds to this that black police officers in the USA, but also in France, are insulted by black protesters for being on the wrong side, and that they are even called "race traitors".²⁹ Just being black is not enough either.

Oddly enough, especially in certain circles of anti-racist argumentation, the use of the word "race" or at least the mention of skin color still retains its old distinctive function. It cannot be overlooked, it is said, that racism continues to be practiced. And this, naturally and almost inevitably, by whites, according to Afro-feminist activist Maboula Soumahoro. For in her view, a white man cannot embody anti-racism because "he can never be in the right with respect to a black woman or an Arab."³⁰ As Bruckner notes, "The curse of impurity, like in the good old days of colonialism: the same play is reversed and restaged with new actors."³¹

The extent to which the insistence on a black identity has become almost dogmatically entrenched among certain Afro-activists in the meantime is evidenced by the peculiar story surrounding the translation of the poem "The Hill We Climb," which 23-year-old poet Amanda Gorman recited at the inauguration of U.S. President Joe Biden in January 2021. The Dutch writer

²⁹ Cf. *ibid.*, p. 206 f.

³⁰ Quoted *ibid.*, p. 137.

³¹ *Ibid.*, p. 137 f.

Marieke Lucas Rijneveld was accused by black activist Janice Deul - as others later accused Catalan Victor Obiols - of not having the profile that was assumed for the person translating the poem, namely being young and black in a powerfully authentic way. Gorman himself, however, had originally been pleased with Rijneveld's involvement. The public controversy that followed the two publishing decisions gives the impression that the competence of translators has now become a matter of epidermis. What is peculiar is the assertion, heard again and again in such contexts, that whites ultimately cannot understand how blacks feel - tacitly assuming that the person asserting this certainly has the ability to empathize with both. Originally, this was a view held by certain ethnologists of the colonial period, who were convinced that they represented a higher level of consciousness than the colonial peoples and were therefore able to comprehend the worldview of the "primitives" very well, while the reverse was supposedly not possible.

Thus, this assertion literally takes over the central categories of racist colonialism, but with it the division of a population into cognitively, emotionally and morally differently disposed whites and blacks. Today, anyone who opposes the racist two-worlds doctrine as a white person sometimes runs the risk of being labeled a universalist who denies the distinctiveness of people of color. If, however, he still claims the existence of a difference in the sense just mentioned, as was mostly the case in former times, he is accused of being a racist. Whatever the white man does, he always puts himself in the wrong - in the eyes of radical black identity politicians, his moral and intellectual flaw ultimately lies in his very existence.

According to the old prejudice originating from Judaism, Christianity and Islam, the black skin color goes back to the Chamites - degraded to slaves by a biblical curse - who, according to the Holy Scriptures, owned Africa. Slaves, it was thought, could be identified by their "black" skin, and this was perceived as a biblically guaranteed, guilt-ridden stigma, a fact that was used for popular Christian justification of the enslavement of Africans. This prejudice has its counterpart in the glorification of *négritude*, blackness, and Afrocentrism as a way of living and thinking radically different from "whiteness". This results in nothing other than a reciprocal racism: "One associates the genetic heritage of an individual with certain moral and

intellectual qualities, distributing attributes of inferiority and superiority as in colonial times."³² One feels transported back to times when, supported by the doctrines of a supposedly scientifically underpinned racism, it seemed possible to speak of a "German" or "Aryan" and a "Jewish physics," as did, for example, the two Nobel Prize winners in physics, Philipp Lenard and Johannes Stark.

Anti-racism, which had reached a peak in the USA with the civil movement of the 1960s, has today, although in a changed form and in conjunction with postcolonial studies, fully taken hold of the universities of several Western countries. For example, an article published in 2021 in the Internet journal *Educational Philosophy and Theory* begins: "UK Higher Education is characterized by structural and institutional forms of whiteness. As scholars and activists are increasingly speaking out to testify, whiteness has wide-ranging implications that affect curricula, pedagogy, knowledge production, university policies, campus climate, and the experiences of students and faculty of color. Unsurprisingly then, calls to decolonize the university abound. In this article, we draw upon the Critical Race Theory method of counter-storytelling."³³ Such research orientations have become quite widespread, and it would not be appropriate to draw particular attention to the University of Sheffield if it did not also have, since 2021, a handbook for teachers and students of biology, the aim of which is to encourage reflection on "whiteness" by presenting eleven scientists and their views, which are described as problematic. The focus is on their sometimes only implicit view of white supremacy, which assumption was not incorrect, at least with regard to the scientific-technical achievements at their time. The list includes, among others, the following well-known names: the creator of modern botanical and zoological taxonomy Carl von Linné, the founder of evolutionary theory Charles Darwin, the mathematician Karl Pearson, the biologist Thomas Henry Huxley, the geneticist J.B.S. Haldane, and the molecular biologist James Watson, who together with Francis Crick discovered the molecular structure of DNA. Meanwhile, at the University of Sheffield's Faculty of Engineering, Isaac

³² Ibid., p. 208.

³³ Doharty, N., Madriaga, M., Joseph-Salisbury, R.: The university went to 'decolonise' and all they brought back was lousy diversity double-speak! Critical race counter-stories from faculty of colour in 'decolonial' times. In: *Educational Philosophy and Theory* 53 (2021); URL: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00131857.2020.1769601>>.

Newton is also suspected of colonialism because of "long-standing conscious or unconscious bias"; students are discouraged from calling him a "founding father" and a "genius."

In the United States, which is always a pioneer in the field of identity politics as well, attacks are increasingly directed even at the alleged racist implications of the formal sciences. It is said that the cause of the achievement gap between African American as well as Hispanic students on the one hand, and white youth on the other, is that the subject of mathematics is based on scientific values and principles that express and help secure "white supremacy" in education. Therefore, in 2020, the Oregon State Department of Education required its teachers to undergo a course in "ethnomathematics" to become aware of this fact and to promote the dismantling of racism in curricular content and teaching methods.

Certain forms of dealing with the question of race on the part of outstanding scientific publication organs after the violent death of George Floyd also fit in with this: In the editorial of the journal *Science* published on June 8, 2020, H. Holden Thorp, its main editor, writes self-critically of "white supremacy"; on May 19, 2021, the journal *Nature* publishes an unnamed editorial entitled "Tackling systemic racism requires the system of science to change"; an article by Eileen A. Yam and others in the journal *The Lancet* on April 1, 2021, turns to the "systemic racism" allegedly existing in the biosciences and demands, as it says in the title, to take Critical Race Theory seriously. It is unclear what the compatibility of this theory is with the biomedical sciences, for which *The Lancet* is arguably one of the most important journals in the world. Because according to Richard Delgado and Jean Stefancic, his wife and co-founder of Critical Race Theory, the rejection, to a certain extent, of the Enlightenment principles of egalitarianism and scientific neutrality is characteristic of this theory. For the basis of every scientific analysis should not be the principle of rationality, which is a construct developed in particular cultural contexts, but the racial background of the scientist, which shapes his or her subjective experiences, which in turn determine the selection and perspective of the object of research and the research method to be used. Ultimately, all groups, including scientists, were

subdivided in conflict situations along racial distinctions and incorporated into certain power relations.

That the political sphere has been about reciprocal racism for some time was clear early on. Not, however, that large parts of science and scientific journalism already concede race and ethnicity the status of a worldview guiding all our actions and thoughts. How different, by contrast, are some of the observations of Kwame Anthony Appiah, a professor of philosophy and law at New York University. He, a man of color, wonders: If European thinkers should not be included on reading lists simply because they are European, should non-European thinkers be included simply because they are non-European and only to increase diversity? Appiah is skeptical. He teaches global ethics, and in this course he draws on European, Chinese, Arab and Indian thinkers. The key question for Appiah, however, is not, "Is the curriculum diverse enough?" but, "Is it worth studying a particular thinker?" "Whiteness," Appiah finds, "is not a useful category when it comes to philosophy [...]. When people talk, they are talking about ideas, not identity. The truth value of what one says does not depend on one's identity. If one makes a bad argument, it is a bad argument. It's not bad because of the identity of the person making it."³⁴

Not everyone sees the situation that way. Because of security concerns, congresses and conferences are cancelled, lectures and speeches are cancelled, and books not published because of alleged ethnocentric or racist content - and this in the home of freedom of expression: the West, which sees itself as its stronghold. In France, Great Britain and Germany, for example, numerous academics have recently been prevented from speaking by so-called "activists". Their claims to truth are considered sacrosanct by these activists, and in the face of fearful university administrations, they know how to make good use of the intimidation effect - the London political scientist Eric Kaufman of Birkbeck College speaks of a "chilling effect."³⁵

³⁴ The quote from K.A. Appiah is taken from the article by Kenan Malik "Decolonizing our minds?" that appeared in *The Observer* on February 19, 2017 and is also relevant to what follows here; URL: <https://kenanmalik.com/2017/02/19/decolonizing-our-minds/>

³⁵ Eric Kaufman: The Threat to Academic Freedom: From Anecdotes to Data. In: Quillette, 12 March 2021; URL: <https://quillette.com/2021/03/12/the-threat-to-academic-freedom-from-anecdotes-to-data/>.

Concluding remarks

The scope of what can be said has narrowed drastically in some places in academia in recent years. The concomitant impoverishment of intellectual discourse in the sciences is closely related to an epistemological deficit in the deconstructionist thought that informs postcolonial and antiracist identity politics, which has its origins in French poststructuralism, the central component of postmodern philosophy. According to this school of thought, there is not one truth, but many truths that try to assert themselves in a power play. Among radical representatives of those disciplines in which decolonization and racism are addressed - similarly for a number of gender issues - universal values and methods are seen as concepts imposed by the patriarchy of the "white man". That the latter uses science in his effort to dominate seems obvious to the representative of postmodern thinking in the wake of Michel Foucault, since power relations find their manifest expression not only in the applied sciences but also in the interpretive sciences; even their methodological foundations: objectivity and intersubjectivity, are only masked forms of a subliminally acting will to power.

In his essay "Insiders and Outsiders" from 1972, but also in the book *On Social Structure and Science*, published in 1996,³⁶ Robert K. Merton demonstrated the radical relativism associated with such strategies of thought and carried it to its aporetic conclusion. Merton is concerned with presenting the implications of that mode of thinking which regards a certain kind of experience as constitutive of acts of understanding and of the knowledge which in turn relates to them. If one generalizes such a claim, then, according to Merton, it must logically hold that only black scholars can understand blacks, and only white scholars can understand whites. If from there one integrated not only races but also nations, social classes and communities of scholars into this kind of doctrine of understanding, then the members of certain nations could be understood only by their compatriots, women only by

³⁶ Robert K. Merton: *Insiders and Outsiders*. A Chapter in the *Sociology of Knowledge* [1972]. In: Werner Sollors (ed.), *Theories of Ethnicity. A Classical Reader*, New York: New York University Press 1996, pp. 325-369; *On Social Structure and Science*. Edited and with an introduction by Piotr Sztompka, Chicago/London: The University of Chicago Press 1996.

women, and men only by men, furthermore Catholics only by Catholics, and Jews only by Jews, and so also sociologists only by sociologists.³⁷ Now, as experience shows, we do not belong to only one particular social circle, but to several social circles. Individuals are thus plural subjects. This means, however, that the fiction of a community of insiders can only be maintained at the price of ignoring other characteristics of the individual belonging to the community. Thus, according to Merton, an insider paradox results. Namely, if only white scholars can understand whites, and only black scholars can understand blacks, and if further, men can be understood only by men, and women only by women, then the bizarre situation arises that both premises strictly limit each other: "for it then turns out, by implication, that some insiders are excluded from understanding other insiders with white women being condemned not to understand white men, and black men, not to understand black women, and so through the various combinations of status-subsets."³⁸

In all these applications of a hermeneutic principle of heterogeneity of in-groups and out-groups, and - more generally - of inclusion and exclusion, a kind of faith standpoint emerges. Respectability as a scientist supposedly cannot be gained - or at least not solely - through any achievements, because this ability is acquired either by birth or by belonging to a certain community. The members of these communities have an insider status in the manner of a faith community, while the outsiders are characterized by a structural inability to understand groups, classes, societies and cultures that are foreign to them. The outsiders may see some things "correctly", but they are not able to come to "true" knowledge - better: to the knowledge of the "true".

This assumption or "theory" could also well be seen as the ideological basis of tribal conflicts. For, as it is said, conflicts of knowledge between the groups that mutually regard each other as insiders and outsiders cannot be resolved by the means of reason. Today, the woke activists of radical identity politics³⁹ are confronting themselves with the outsiders who allegedly

³⁷ Cf. Robert K. Merton: On Social Structure and Science (fn. 35), pp. 245 f.

³⁸ Ibid., p. 252.

³⁹ On the origins, content, and forms of contemporary identity politics, see Helen Pluckrose/James Lindsay: *Zynische Theorien. Wie aktivistische Wissenschaft Race, Gender und Identität über alles stellt - und warum das niemandem nützt*. Translated from the English by Sabine Reinhardus and Helmut Dierlamm, Munich: C.H. Beck 2022. - Unfortunately, I only became aware of this book, which is very significant for the topic discussed here, after the manuscript was completed.

incriminate them and whom they regard as intellectually handicapped. The cognitive foundations of their own arguments, some of them believe, differ from those of the outsiders in significant respects. This calls into question the possibility of rational argumentation bridging the different group opinions, but ultimately also undermines intersubjective judgment formation. The epistemic foundations of discursivity appear only as elements of the domination knowledge of certain groups in the struggle for power and prestige.

One need not already be an enemy of the new and a reactionary in order, for obvious reasons, not to want to live in a society dominated by such ideas. For in such a society the possibility of interpersonal understanding is at stake. For the hermeneutics of this new kind is in the beginning not the word, but an act which can no longer be restrained by words and arguments and which at best only uses them to legitimize itself.



ARTIGOS – ARTICLES

Ceticismo e Filosofia Analítica

Danilo Marcondes¹
PUC-Rio/UFF
danielosouzafilho@gmail.com

Como citar este artigo: MARCONDES, D. “Ceticismo e Filosofia Analítica”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 140-151. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa

Resumo: Esse texto propõe a consideração da Filosofia Analítica como herdeira das questões céticas antigas e moderna em sua discussão sobretudo no campo da epistemologia. Seguimos então a hipótese de que no início da Modernidade a retomada do ceticismo antigo levou ao desenvolvimento do ceticismo moderno que por sua vez abriu caminho para o antidogmatismo e o pensamento crítico característicos da Filosofia Analítica contemporânea.

Palavras-chave: Filosofia Analítica. Ceticismo. Epistemologia.

Abstract: This text proposes the consideration of Analytic Philosophy as the heir of ancient and modern sceptical questions in its discussion above all in the field of epistemology. We then follow the hypothesis that at the beginning of Modernity the return to ancient scepticism led to the development of modern scepticism, which in turn paved the way for the anti-dogmatism and critical thinking characteristic of contemporary Analytic Philosophy.

Keywords: Analytic Philosophy. Scepticism. Epistemology.

¹Danilo Marcondes é doutor em Filosofia pela University of Saint Andrews (UK), professor titular aposentado da PUC-Rio e professor associado da UFF. É autor de *Iniciação à História da Filosofia*, *Armadilhas da Linguagem*, *Raízes da Dúvida* e *Skepticism and Language in Early Modern Philosophy*.

1. Introdução Histórica

Richard Popkin mostrou em sua *História do Ceticismo de Erasmo a Spinoza* (2000) que a retomada do ceticismo antigo no século XVI foi uma das forças propulsoras (essa a expressão que emprega) na formação do pensamento moderno. Segundo Popkin (*op.cit*) a modernidade é um período de crise, exemplificada por rupturas profundas com a tradição, tais como a Reforma Protestante e a Revolução Científica e podemos acrescentar também a Descoberta do Novo Mundo. Momentos de ruptura e de crise favorecem, talvez demandem mesmo uma perspectiva e uma atitude céticas.

Contudo, a discussão deste processo de ruptura com a tradição e de, neste contexto, retomada do ceticismo antigo, pressupõe algumas distinções preliminares.

Em primeiro lugar, proponho distinguirmos mais precisamente, na medida em que isso possa ser preciso, entre Ceticismo e Filosofia Cética, embora com frequência esses termos sejam usados de forma intercambiável.

Entendo por “Filosofia Cética” as correntes filosóficas que se desenvolveram na Antiguidade Grega em uma linhagem de difícil reconstrução, até porque o termo “ceticismo” não foi usado por esses filósofos para denominar sua concepção de filosofia. É razoável indicarmos como um dos iniciadores da filosofia que será chamada “cética”, Pirro de Élis (c.360-270 a.C.), seguindo-se na Academia uma fase dita “cética” entre as lideranças de Arcesilau de Pitane (315-240 a.C.) e Carnéades de Cirene.

Com o retorno a um platonismo considerado dogmático na chamada “Quarta Academia”, Enesidemo de Cnossos (séc.I d.C.) um dissidente neste período da Academia, recupera o pensamento de Pirro e formula um “ceticismo pirrônico”². Conhecemos esse pensamento através principalmente dos *Academica* de Cícero, para a filosofia cética da Academia, e das obras *Hipotiposes Pirrônicas* e *Contra os professores* de Sexto Empírico para o “ceticismo pirrônico”. A filosofia cética acadêmica foi discutida e refutada, na medida em que se refuta alguma coisa em filosofia, por Santo Agostinho em *Contra Acadêmicos* (c.398). De fato, os filósofos e teólogos, no início do Cristianismo com frequência recorreram a argumentos céticos para mostrar

² Sobre a Quarta Academia ver TARRANT, 1985.

que os filósofos gregos não se entendiam entre eles mesmos, o que revelaria que a argumentação racional é limitada e que se quisermos ter certeza e chegar a verdade isso só será possível através da fé. Este é o caso, por exemplo, da *Praeparatio Evangelica* de Eusébio de Cesaréia (260-340) que efetivamente cita os filósofos cétricos. Após a refutação por Santo Agostinho e dada a sua influência a filosofia cética praticamente desaparece na tradição filosófica ocidental. Permanece ainda uma referência importante na tradição bizantina, por exemplo, o Patriarca Fócion (século IX) se refere a ela em sua coletânea de textos filosóficos gregos (*Bibliotheca*).

Essas referências históricas servem apenas para estabelecer que a filosofia cética é uma corrente filosófica, certamente com várias ramificações, historicamente determinada e com autores e obras que constituem o que podemos chamar de “textos fundacionais”, ou seja, as obras clássicas que contêm seu pensamento originário e que influenciaram a formação da tradição.

É com isso que queremos contrastar o “Ceticismo”, entendido como uma série de questionamentos acerca da possibilidade do conhecimento, baseando-se sobretudo em concepções dos limites cognitivos da natureza humana³. Esses limites são de duas ordens, sensíveis, já que nossos sentidos têm alcance limitado. E racionais, baseados em nossa razão na tentativa de provar ou demonstrar algo de forma conclusiva, enredando-se inevitavelmente seja na circularidade (*diálelo*) ou no regresso ao infinito (*eis apeiron*). Essa discussão se encontra já nos pré-socráticos (por exemplo em Demócrito, fr.117, “nada sabemos porque a verdade está oculta nas profundezas”), nos sofistas (no caso de Protágoras), em Sócrates (com seu “Só sei que nada sei”), com Platão (notadamente o *Teeteto*) e mesmo Aristóteles (os infelizmente pouco lidos e talvez pseudo-aristotélicos, *Problemata* e as aporias no livro *B* da *Metafísica*). Isso não quer dizer que esses filósofos tenham sido nem de longe “céticos” na mesma medida e no mesmo sentido em que Pirro, Arcesilau, Carnéades, Enesidemo e Sexto Empírico o foram. Mas, sim que questões céticas do tipo que indicamos acima se encontram em seu pensamento e no de muitos outros filósofos. Significa que o que denominamos “questões céticas” talvez faça parte da filosofia e os cétricos sejam aqueles que as assumem mais

³ Platão, *Teeteto*, os principais argumentos que a tradição retoma se encontram nesse diálogo. TARRANT, 1985.

centralmente ou as tomam como ponto de partida para a elaboração de sua proposta filosófica.

Segundo a análise histórica de Popkin (*op.cit.*), o século XVI vive um momento de crise e portanto de questionamentos céticos sobre o conhecimento proveniente da tradição, que cai então por terra, e conseqüentemente sobre a própria capacidade humana de conhecer. Se os gigantes do pensamento como Platão e Aristóteles cometeram erros ao defenderem, por exemplo, o geocentrismo, que erros não podemos estar cometendo nós mesmos sem nos darmos conta deles? Esse tipo de formulação se encontra, como mostra Popkin, de forma particularmente aguda em um autor de grande influência em sua época como Michel de Montaigne, principalmente em seus *Ensaíos* (1588), autor que vive nas palavras de Popkin uma “*crise pyrrhoniense*”.

O contexto da época favorece o ceticismo e a leitura dos autores da filosofia cética antiga tornados acessíveis na retomada dos textos clássicos no Renascimento traz mais lenha para esta fogueira. As questões céticas da época em conjunção com a leitura dos textos céticos clássicos levam à formulação do ceticismo moderno.

Segundo Popkin, o ceticismo permeou de tal maneira o pensamento moderno e posteriormente o contemporâneo que é raro encontrarmos um autor que se assuma ou se autodenomine “dogmático” (embora na prática muitos o sejam, até mesmo alguns que se autodenominam céticos!)

Mas, este é o momento de introduzirmos uma nova distinção sobre o que efetivamente ocorreu nesse contexto (passagem dos séculos XVI para XVII sobretudo).

2. Algumas distinções

Proponho caracterizar a propósito do nascente ceticismo moderno e de sua relação com o antigo, a seguinte distinção:

A refutação do ceticismo: o ceticismo é considerado uma filosofia pessimista e negativa que em nada contribui para o conhecimento e que deve por estes motivos ser refutada. Talvez Descartes possa ser incluído aí, embora sua posição possa ser considerada ambígua. Alguns de seus contemporâneos

chegaram a considera-lo um cético disfarçado. Essa interpretação de Descartes chega a ser discutida por alguns de seus intérpretes analíticos como Bernard Williams (1978).

A superação do ceticismo: o ceticismo traz questões fundamentais para a discussão filosófica que não podem ser ignoradas, mas trata-se apenas de um momento inicial do pensamento, que deve ser superado através do desenvolvimento de métodos argumentativos e investigativos. Inclui-se aí toda uma tradição que vai de Locke a Kant. O ceticismo seria nesse sentido o ancestral da filosofia crítica.

A assimilação do ceticismo: o ceticismo é insuperável e irrefutável, sua posição é triunfante. Contudo raramente serão encontrados filósofos que assumam o ceticismo tão completamente, mas sim que o assumem sem tirar dele as conclusões mais radicais, como a impossibilidade do conhecimento, mas tornando-o nas palavras de Popkin, *mitigado*. O probabilismo no início da ciência moderna, por exemplo com Pierre Gassendi, pode ser citado nesse sentido. E no desenvolvimento da epistemologia moderna, probabilismo, instrumentalismo, e operacionalismo, além de falibilismo e falsificacionismo seriam de certa forma herdeiros dessa discussão.

Esse é o ponto a que pretendi chegar.

No contexto contemporâneo de estudos sobre a filosofia cética e o ceticismo encontramos duas vertentes principais. Os historiadores do ceticismo antigo e do moderno de Victor Brochard até os mais recentes como Gianni Paganini, Sylvia Giocanti, Frédéric Brahmi. São essencialmente historiadores da filosofia de grande profundidade e erudição que desenvolvem um trabalho interpretativo histórico com base na leitura e discussão dos textos dos principais representantes da tradição cética (veja-se a esse respeito Miles Burnyeat org.,1983) e contextualização seu pensamento. Grande parte desses filósofos foram formados pela tradição da história da filosofia característica da França, Itália e Alemanha. Tomam como foco portanto a *filosofia cética* através de seus principais representantes, mais do que as questões céticas tomadas isoladamente e analisam suas obras em uma perspectiva histórica.

Encontramos também filósofos de formação analítica bastante influentes na interpretação dos textos clássicos céticos antigos e modernos formados na tradição analítica de língua inglesa. É o caso de R.J.Hankinson,

Jonathan Barnes, Miles Burnyeat e Julia Annas, que se dedicam à análise e reconstrução dos conceitos e argumentos utilizados pelos céticos, buscando explicitar sua contribuição para a discussão filosófica, sem a preocupação explícita e direta, como ocorre com os historiadores, de situá-los em seus respectivos contextos históricos. Tomam como foco, portanto, a problemática cética. Mesmo quando partem de filósofos céticos e da análise de seus textos a ênfase se encontra em questões e na reconstrução de argumentos.

3. Ceticismo e Filosofia Analítica

Com base nessas considerações e distinções, a hipótese que quero desenvolver aqui consiste em manter que no contexto contemporâneo a Filosofia Analítica (em algumas, mas não todas, de suas principais vertentes, é claro) é a principal herdeira, talvez mesmo a única, do pensamento cético moderno⁴.

Nas primeiras décadas do século XX, o ceticismo não foi particularmente influente, nem sequer se encontra propriamente discutido na Fenomenologia de Husserl, na Filosofia de Heidegger, no Estruturalismo, certamente não no Marxismo, nem mesmo na Escola de Frankfurt, e talvez tenha tido uma influência muito indireta no Existencialismo.

Mas, em que sentido se encontra na Filosofia Analítica essa “herança”? Várias linhas podem ser indicadas, por exemplo o curioso e talvez inesperado interesse de filósofos e lógicos como Benson Mates pelo ceticismo antigo (chegou a traduzir as *Hipotíposes Pirrônicas* de Sexto Empírico para o inglês como *The Skeptic Way*, 1996) e pelo moderno como H.Paul Grice (que aborda o ceticismo no capítulo 8, “Common Sense and Skepticism” de seu *Studies in the Ways of Words*, 1989).

Contudo quero assinalar três filósofos que tomaram o ceticismo como referência central: Bertrand Russell em seus *Skeptical Essays* de 1928, P.F.Strawson com seu *Skepticism and Naturalism: Some Varieties* (de 1983) e Barry Stroud com seu *The Significance of Philosophical Skepticism* de 1984. Deixo de início Russell de lado já que no texto citado seu ceticismo é mais de ordem moral, não sendo este propriamente nosso foco.

⁴ Sobre as dificuldades de caracterizar a Filosofia Analítica, ver M.DUMMETT:1994.

Tendo em vista as distinções acima, cabe dizer que nenhum desses filósofos se declara cético ou assume uma improvável ou mesmo paradoxal “defesa do ceticismo”, mas todos reconhecem a importância da consideração dos problemas e argumentos formulados pelos céticos para a discussão filosófica.

Porque isso se dá na Filosofia Analítica? E que elo haveria entre os vários exemplos de interesse pelo ceticismo indicados aqui?

Talvez dois pontos principais possam ser ressaltados: De um ponto de vista histórico, possivelmente por influência de Berkeley e Hume, encontramos filósofos que discutem o ceticismo e em alguma medida o assumem, no contexto de língua inglesa. Conceitualmente, talvez porque a Filosofia Analítica tenha se caracterizado por um explícito e assumido anti-dogmatismo em sua polêmica inicial contra o idealismo predominante no contexto inglês do século XIX (ver a esse respeito Peter Hylton, *Russell, Idealism and the Emergence of Analytic Philosophy*, 1993) e também ainda porque se caracteriza pela análise crítica de conceitos e de argumentos buscando explicitar seus pressupostos e reconstruir sua estrutura em uma linha próxima à da filosofia cética. Mas é a problemática sobre a possibilidade do conhecimento e nesse sentido a possibilidade de distinguir entre crença e conhecimento e fundamentar uma concepção realista de verdade que constitui o principal elo entre esses filósofos, talvez à exceção de Russell no texto citado.

A questão pode ser formulada então como: em que medida a Filosofia Analítica teria as ferramentas necessárias para eliminar o principal fantasma da filosofia da subjetividade e da consciência na modernidade: o solipsismo?

Em seu “*Proof of an external world*” (*Proceedings of the British Academy*, 1939), G.E.Moore apresenta uma “prova” sobre a existência do mundo externo, que consiste menos em uma prova e mais em uma tentativa de refutação deste tipo de ceticismo, apelando para sua própria experiência sensível como fornecendo evidências. Como mostra Strawson a “prova” de Moore “*misses the point*” (“erra o alvo”) já que ou consiste em uma simples afirmação dogmática ou em um apelo à sua própria experiência como critério, o que longe de refutar o solipsismo, simplesmente o reitera.

Portanto, estes filósofos se enquadram naquela tendência que caracterizei acima como *superação do ceticismo*, mesmo que nesse processo de

superação acabe por haver uma assimilação, ainda que talvez involuntária, do ceticismo. No pensamento moderno, essa é uma das teses de Popkin (em cap.X “*Descartes, sceptique malgré lui*”), não é possível refutar ou superar o ceticismo sem em alguma medida incorporá-lo ou deixar-se contaminar por ele.

Vejamos, ainda que sem o devido aprofundamento, alguns detalhes desta discussão.

Talvez um dos mais característicos exemplos da herança do ceticismo moderno na Filosofia Analítica seja *Scepticism and Naturalism*, de Peter Strawson, que assim o define:

The skeptic is, strictly, not one who denies the validity of certain types of belief, but one who questions, if only initially and for methodological reasons, the adequacy of our grounds for holding them. He puts forward his doubts by way of a challenge—sometimes a challenge to himself—to show that the doubts are unjustified, that the beliefs put in question are justified. He may conclude, like Descartes, that the challenge can successfully be met; or, like Hume, that it cannot (though this view of Hume’s was importantly qualified) [p.12].

Strawson considera portanto um ceticismo de ponto de partida de grande valor epistemológico e metodológico. Seu objetivo consiste em mostrar como o ceticismo sobre a existência do mundo externo pode ser superado por alguma versão do Naturalismo, como teria acontecido, por exemplo com Hume, cujo tratamento dessa questão teria influenciado fortemente o pensamento que se sucedeu. O caso de Hume é bastante interessante porque é identificado como cético (pelo próprio Popkin em *The High Road to Pyrrhonism*), talvez o cético moderno por excelência, como um Naturalista (por Norman Kemp Smith, *The Philosophy of David Hume*) e como um cético cujo ceticismo é compatível com o naturalismo, ou seja, o naturalismo seria uma consequência “natural”, no sentido de quase que inevitável, do ceticismo.

Strawson cita Barry Stroud em sua análise da solução Naturalista para o ceticismo acerca do mundo exterior.

Stroud acknowledges the appeal of a kind of argument which he calls “transcendental.” Such arguments typically take one of two forms. A

philosopher who advances such an argument may begin with a premise which the skeptic does not challenge, viz. the occurrence of self-conscious thought and experience; and then proceed to argue that a necessary condition of the possibility of such experience is, say, knowledge of the existence of external objects or of states of mind of other beings. Or he may argue that the skeptic could not even raise his doubt unless he knew it to be unfounded; i.e. he could have no use for the concepts in terms of which he expresses his doubt unless he were able to know to be true at least some of the propositions belonging to the class all members of which fall within the scope of the skeptical doubt. Stroud remains dubious of the success of such arguments...[p.14].

Talvez a primeira premissa não seja de fato questionável e não é questionada pelo cético. O pensamento para o cético (entendendo-se aí o filósofo cético antigo) é espontâneo e não depende de uma decisão nossa de pensar, mas a passagem para a segunda premissa é realmente questionável. Mas, que o conhecimento do mundo externo seja uma condição necessária para isso é exatamente o que se encontra em questão, portanto a objeção seria meramente circular. A segunda linha de argumentação questiona se a dúvida cética pode ser inicial, um ponto de partida, como quer Descartes, ou se não tem sempre inevitavelmente pressupostos. Mas, para Descartes a dúvida não é em primeiro lugar uma experiência do pensamento a partir de um “ponto zero”, mas uma decisão metodológica, como vemos nos *Princípios da Filosofia* (1ª parte, sua obra mais influente em sua época), “*que pour examiner la vérité il est besoin, une fois en sa vie, de mettre toutes les choses en doute autant qu’il se peut*”. A dúvida é um exercício metodológico e mesmo aí talvez não possa ser total (“*autant qu’il se peut*”)⁵.

Retornemos, portanto, a Popkin e à sua interpretação de Descartes. O ceticismo acerca da existência do mundo exterior, inicialmente formulado por Descartes como parte deste exercício da dúvida com o Argumento do Cogito enquanto radicalização do ceticismo antigo, acaba por de fato produzir um ceticismo que não admite refutação, mesmo que essa não tenha sido a intenção originária de Descartes (embora isso jamais possamos saber). Em sua retomada por Berkeley e em sua discussão por Hume esse tipo de ceticismo adquire várias novas formulações. “*Brains in a vat*” (Hilary Putnam, 1981) e toda a

⁵ Remeto à interpretação de WILLIAMS, 1996.

controvérsia que produziu em torno do internalismo e do externalismo, uma das *diaphonias* mais características da filosofia contemporânea e talvez o melhor e mais recente exemplo disso, mostrando como o solipsismo pode ser reiterado em novas versões.

O ceticismo sobre o mundo externo não é encontrado na filosofia cética antiga. Em parte porque não encontramos formulada nela a dicotomia sujeito/objeto, que levaria inevitavelmente ao solipsismo, mas talvez principalmente porque a filosofia cética antiga tinha sobretudo uma finalidade prática e a solução dos impasses (as aporias) argumentativos que aponta só pode ser encontrada através de um exercício prático de uma tomada de decisão por uma razão que tendo atingido seus limites nos permite agora agir de forma equilibrada, mas sem pretensão à fundamentação de nosso modo de agir. Talvez a filosofia cética mais característica, de Sexto Empírico a Montaigne, não consista em resolver problemas que tal como formulados são insolúveis, mas em nos preparar (“*nettoyer l’ esprit*”, segundo Montaigne) para a tomada de decisão e a ação.

Talvez Hume esteja certo quando diz que o ceticismo não admite refutação, mas também não produz convicção. Não é afinal objetivo do cético produzir convicção. Popkin mostrou que a versão radical do ceticismo formulada por Descartes é irrefutável e alguns de seus contemporâneos o viram de fato como um cético. O argumento do cogito leva a um solipsismo insuperável, o recurso a Deus supõe um elemento transcendente para a defesa do realismo, o que tampouco refuta o ceticismo, mas apenas reconhece os limites da razão humana no conhecimento, precisamente o argumento cético. Triunfante, o ceticismo se dissemina, mas também se dilui. As correntes que assumiram o ceticismo moderado, por exemplo o empirismo probabilista em suas várias vertentes, aceitaram um conhecimento limitado, mas efetivo, uma ciência permanentemente em construção, que abre mão da explicação causal do real, com sua pretensão a estabelecer verdades universais e necessárias, passando então a ser um modelo explicativo cujo critério de validade é sua aplicabilidade, sendo sempre provisório e corrigível. Em consequência, temos um pluralismo de teorias sem que nenhuma refute as demais conclusivamente. Com o fim da *diaphonia*, ou conflito das teorias rivais, o ceticismo termina por

se autodissolver. O conflito só se dá na medida em que as teorias são excludentes, o que simplesmente deixa de ocorrer.

A escada pela qual subimos já pode ser jogada fora como querem Sexto Empírico (*Contra os lógicos*, 2, 480-481) e Wittgenstein (*Tractatus Logico-Philosophicus*, 6.54).

Referências Bibliográficas

BURNYEAT, Miles (org.), **The Skeptical Tradition**, Univ. of California Press, 1983.

DESCARTES, R. **Oeuvres Complètes**, Paris, Gallimard, 1953,

DUMMETT, Michael. **The origins of analytical philosophy**. Cambridge, Mass. Harvard University Press, 1994.

GRICE, Henry Paul. **Studies in the way of words**. Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1989.

HUME, David. **A Treatise on Human Nature**, Harmondsworth, Pelican Classics, 1969.

MARCONDES, Danilo. **Raízes da Dúvida**, Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

MONTAIGNE, **Essais**, Paris, Arléa, 1992.

MOORE, G.E. "Proof of an external world", **Proceedings of the British Academy**, London, 1939.

POPKIN, R.H. **The High Road to Pyrrhonism**, Indianapolis/Cambridge, Hackett, 1993.

_____. **História do Ceticismo de Erasmo a Spinoza**, Rio, Francisco Alves, 2000.

PUTNAM, Hilary. "Brains in a vat" em **Reason, truth and history**, Cambridge, Cambridge Uni.Press, 1982

SEXTO EMPÍRICO. **Against the logicians em Complete Works**, Cambridge, Mass, Harvard Univ.Press, 1976.

STRAWSON Peter F. **Scepticism and Naturalism: some varieties**, London, Routledge, 1985

STROUD. Barry. **The significance of philosophical scepticism**, Oxford, Clarendon Press, 1984.

RUSSELL, Bertrand. **Sceptical Essays**, London, Routledge, 1928.

TARRANT, Harold. **Scepticism or Platonism: the philosophy of the Fourth Academy**, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

WILLIAMS, Bernard. **Descartes: the project of pure enquiry**, Pelican, London, 1978.

WILLIAMS Michael, *Unnatural Doubts Princeton*, N.Jersey, Princeton Univ.Press, 1996.

WITTGENSTEIN. Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**, London, Routledge, 1974.



ARTIGOS – ARTICLES

UnB, uma universidade inovadora:
Relações Internacionais como campo de
estudo no Brasil¹

Eiiti Sato²

Universidade de Brasília
irel.sato@gmail.com

Como citar este artigo: SATO, E. “UnB, uma universidade inovadora: Relações Internacionais como campo de estudo no Brasil”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 152-174. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: O campo de estudos sobre Relações Internacionais foi implantado no Brasil pela Universidade de Brasília que, em 1974, estabeleceu o primeiro curso regular sobre o tema. Este ensaio faz um relato analítico dessa experiência para a UnB e para o meio intelectual e político no Brasil que, por sua vez, passava por grandes transformações econômicas, sociais e políticas.

Palavras-chave: História da Universidade no Brasil. Ciência Política. Relações Internacionais. Ciência e Ensino Universitário no Brasil.

Abstract: International Relations as a field of study was introduced to Brazilian universities by the University of Brasilia in 1974. This essay presents and analyzes of such an experience of establishing a new academic field of studies in Brazilian universities and in the intellectual environment of a country which was going through remarkable economic, political, and social changes.

Keywords: História da Universidade no Brasil. Ciência Política. Relações Internacionais. Ciência e Ensino Universitário no Brasil.

¹O tema deste ensaio me pareceu muito apropriado para a celebração dos 80 anos do Professor Nelson Gomes, que sempre foi um entusiasta conhecimento e da vida acadêmica. O ensaio narra uma trajetória que marcou a vida da Universidade de Brasília nos anos em que Nelson Gomes dedicava seus talentos com competência e entusiasmo à docência na UnB.

² Graduated in Economics (FAAP, S. Paulo); Master in International Relations (University of Cambridge, U.K.), and PhD in Sociology (USP). Professor at UnB's Institute of International Relations from 1983 to 2022, teaching and reflecting on the philosophy, theory and history of International Relations. He was Director of the Institute of International Relations at UnB (2006-2014), and was one of the founders of the Brazilian Association of International Relations (ABRI), serving as its first president (2005-2007).

O presente ensaio foi escrito sob a motivação das celebrações dos 60 anos da fundação da Universidade de Brasília e também como uma homenagem aos estudantes que cursaram Relações Internacionais na UnB, cujos sucessos nas suas carreiras têm constituído um dos testemunhos mais eloquentes do bom nome da instituição. A Universidade de Brasília foi fundada em 1962 estabelecendo, de forma pioneira, a primeira universidade brasileira criada, desde o início, como uma universidade de pesquisa. O conceito de *universidade de pesquisa* difere substancialmente da concepção tradicional de *instituição de ensino do terceiro grau*. No Brasil, a concepção de universidade de pesquisa começou a ganhar forma com a geração de professores e de lideranças educacionais que, nas três primeiras décadas do século XX, passaram a se interessar por essa concepção que associa a universidade à ciência, à reflexão e à pesquisa. Em 1916 foi criada a Sociedade Brasileira de Ciências que, em 1922, passou a ser denominada Academia Brasileira de Ciências (ABC) e, em 1924, foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE). Essas duas instituições reuniam boa parte dos professores e educadores que iriam exercer grande influência no movimento em torno da ideia de se criar universidades no Brasil onde o ensino estaria associado não apenas à transmissão de conhecimentos, mas também ao desenvolvimento da ciência, da reflexão e da pesquisa, em outras palavras, não seriam mais simples instituições de ensino do terceiro grau.

ANTECEDENTES: A UNIVERSIDADE DE PESQUISA NO BRASIL

Na década de 1920 já haviam sido criadas formalmente no Brasil duas universidades; uma no Paraná em 1912 e outra, em 1920, no Rio de Janeiro, “*mas nenhuma delas foi mais do que um aglomerado de escolas profissionais reunidas sob um frágil reitorado com poucas atribuições*”, argumenta Simon Schwartzman.³ Com efeito, na década de 1920, já existiam muitas instituições de ensino superior no Brasil não apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas também em muitos outros Estados brasileiros. A ideia de universidade de

³ S. SCHWARTZMAN, no livro *Um Espaço para a Ciência*. MCT/CNPq/CEE, Brasília, 2001 (p.147) relata que a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, reunia as Escolas de Engenharia, de Medicina e de Direito que, embora de qualidade bastante reconhecida, eram tipicamente, instituições de ensino do terceiro grau.

pesquisa era, todavia, ainda uma ideia um tanto difusa no Brasil. Quando a Universidade de São Paulo foi criada em 1934 essa ideia começou realmente a ganhar forma institucional. Criou-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP) tendo em vista o fato de que as tradicionais Faculdades sobre as quais a USP estava sendo criada eram, basicamente, instituições de ensino do terceiro grau, formando profissionais como médicos, advogados, engenheiros e agrônomos para quem a ciência, embora importante, não passava de uma referência, não era ainda uma inspiração e uma motivação para a prática corrente de seus professores e integrada à educação intelectual dos estudantes. Assim, a FFCL-USP deveria introduzir na recém-criada universidade o “espírito científico”, isto é, a preocupação sistemática com a ciência e com a reflexão como base do ensino; e isso só era possível se os professores fossem, por sua vez, praticantes ativos da atividade de pesquisa e de reflexão. Foi com esse entendimento que físicos, matemáticos, geólogos, químicos e pensadores sociais vindos da Europa e dos EUA foram integrar a primeira geração de professores e de pesquisadores da USP, acomodados, em sua grande maioria, na FFCL-USP. Entre os nomes ilustres dessa geração podem ser lembrados os de Enrico Fermi, Gleb Wataghin, Luigi Fantapié, e dos vários integrantes da Missão Francesa tais como Roger Bastide, Paul Arrousse-Bastide, Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, e Pierre Monbeig, que ganharam destaque posteriormente ou que, permanecendo no Brasil, migraram para outras faculdades ou acabaram por criar novos institutos na USP.⁴ Historiadores da USP costumam lembrar que Fernand Braudel, embora jamais tenha voltado a passar outra temporada no Brasil depois dos anos de USP, costumava repetir que *"havia se tornado inteligente no Brasil, em São Paulo mais especificamente"*.

Também como antecedente importante para a criação da Universidade de Brasília, vale lembrar o ambiente social efervescente no que se referia ao interesse pela atividade científica desde os fins do século XIX. As expedições científicas eram feitas por aventureiros ousados que, ao mesmo tempo, eram observadores argutos de um mundo que se transformava rapidamente. Havia

⁴ Conforme os historiadores da educação, a palavra *missão*, evidenciava que o Brasil era ainda visto como uma nação de padrões educacionais precários e, efetivamente, a grande maioria dos integrantes dessa *missão* francesa não passava de jovens promissores, ainda sem uma obra acadêmica e científica.

muito mais a ser descoberto do que novas terras e novos continentes que poderiam representar novas oportunidades de negócios. Em especial, o século XIX viveu a disseminação da percepção de que o mundo era bem mais vasto, complexo e diferente do que se conhecia na velha Europa, em torno do Mediterrâneo, e nos rincões conhecidos da Ásia. Havia povos, costumes, faunas e florestas exóticas, vulcões e outros fenômenos da natureza, estranhos à experiência dos estudiosos da Europa, que aguçavam tanto a ânsia por novos conhecimentos quanto a imaginação e a curiosidade de jovens e de adultos em toda parte. Essa curiosidade, associada à imaginação, se manifestava em figuras tão variadas como Napoleão Bonaparte e Lord Carnarvon, que contribuíram com seu poder político ou com sua fortuna para, virtualmente “descobrir” um Egito cheio de maravilhas e mistérios. Foi a partir da expedição de Napoleão ao Egito que se decifrou a escrita por hieróglifos por meio da pedra de roseta. Conta-se que Napoleão acompanhava com grande interesse as viagens de exploração científica pelas Américas feitas por Alexander Von Humboldt (1769-1859), a quem muitos veem grande atualidade em seu trabalho e em suas descobertas, por seu interesse pela natureza como um grande sistema complexo e verdadeiramente vivo.⁵ As viagens exploratórias de Humboldt não traziam apenas novos conhecimentos mas também – para a época talvez mais importante – enchiam a imaginação das pessoas. Cem anos depois, as expedições de Roald Amundsen para o Polo Norte e para o Polo Sul eram acompanhados com interesse e diretamente pelo rei da Noruega.

O fato é que Charles Darwin não atraía a atenção de seus contemporâneos apenas por suas teorias sobre a evolução das espécies, mas o público e os jornalistas em toda parte interessavam-se também por sua experiência em ver e observar terras em um mundo desconhecido e estranho a bordo do famoso *H.M.S. Beagle*. O Príncipe Albert – Consorte da Rainha Vitória – deu início às feiras mundiais industriais cuja primeira edição ocorreu em Londres em 1851 reunindo não apenas empreendedores industriais, mas também personalidades da ciência como o próprio Charles Darwin e do

⁵ Uma obra recente escrita por Andrea Wulf (*A Invenção da Natureza: A Vida e as Descobertas de Alexander Von Humboldt*, 2019) procura mostrar que Humboldt pode ser considerado o verdadeiro pai do ambientalismo de nossos dias. Com suas descobertas, fruto de expedições pelo mundo, escalando os vulcões, cruzando a Sibéria, e navegando pela misteriosa e ameaçadora Amazônia, teria gerado inveja em Napoleão Bonaparte, inspirado Bolívar em sua revolução e motivado Darwin a zarpar com seu navio Beagle para realizar sua memorável viagem até as Ilhas Galápagos.

mundo da cultura como Charles Dickens, Lewis Carroll, Charlotte Bronte e Alfred Tennyson. Cerca de 6 milhões de pessoas visitaram a *Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations* em 1851. Com o mesmo espírito e com as mesmas características foram realizadas outras feiras mundiais, em Paris e em outras capitais europeias e em outras cidades importantes de países como os EUA. Em larga medida, Alexander Von Humboldt foi um dos pioneiros desse crescente interesse generalizado pela ciência, que se estenderia até meados do século XX. Talvez o testemunho mais vivo desse interesse tenha sido Júlio Verne (1828-1905) cujas obras de ficção científica criaram uma nova modalidade de literatura capaz de preencher o interesse e a imaginação de milhões de pessoas em todo o mundo.

Esse movimento se estendeu até mesmo para sociedades periféricas. Em 1925, o Brasil recebeu a visita de Albert Einstein que, à época, juntamente com algumas figuras como Marie e Pierre Curie, pode-se dizer que era o próprio rosto da ciência uma vez que a Física, a partir dos fins do século XIX, passara a ocupar o centro das atenções das ciências e do público em geral, do mesmo modo que a Astronomia havia sido o centro das atenções da ciência nos séculos XVI e XVII. Os cronistas que registraram a visita de Einstein ao Brasil relatam que a palestra proferida pelo notável cientista no Clube de Engenharia sobre a teoria da relatividade, foi muito concorrida e que parte substantiva da audiência era composta por pessoas completamente alheias ao mundo da ciência.⁶ As duas guerras mundiais e o advento da era atômica também foram fatores que reforçaram sobremaneira o interesse generalizado pela Física e pela ciência de uma forma geral. A resolução de número 1 da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu em 1945 o Comitê de Energia Atômica das Nações Unidas para a qual o governo brasileiro designou Álvaro Alberto que, apesar de ser militar de carreira, a principal motivação para essa indicação foi sua trajetória como cientista, tendo sido Presidente da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira de Química. De volta ao Brasil, após a experiência das discussões no Comitê da ONU que havia tentado criar um regime internacional para a Energia Nuclear, Álvaro Alberto passou a ocupar-se da mobilização em torno da criação do

⁶ ALFREDO T. TOMALSQUIM, *Eistein no Rio de Janeiro: Impressões de Viagem. PARCERIAS ESTRATÉGICAS*, n.º. 8, Maio/2000. (313-330).

Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) que seria estabelecido em 1951, à semelhança do que havia em países como os EUA, o Reino Unido e o Canadá.

Além desses, muito outros eventos poderiam ser mencionados como antecedentes, mostrando que a preocupação com a ciência e sua importância para a prosperidade e para a segurança das nações era reconhecida em toda parte. Ainda no início da década de 1950, embora sem o glamour de Einstein, a convite do governo brasileiro, o jovem, mas já experimentado cientista, Richard P. Feynman, que havia participado do Projeto Manhattan como físico teórico, deveria ministrar uma série de palestras sobre Física Teórica no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) na Universidade do Brasil (hoje UFRJ) com o objetivo de despertar o interesse dos estudantes pela ciência e, principalmente, pela prática da ciência.⁷ Nesse sentido, a ideia de uma nova universidade, mais diretamente associada à ciência, à pesquisa e à reflexão, passava a entusiasmar o mundo da política e as sociedades de uma forma geral, em especial todos aqueles que, de algum modo, pensavam que a educação e o conhecimento científico eram elementos profundamente integrados, constituindo verdadeiros insumos estratégicos para as nações.

UNB: UMA *RESEARCH UNIVERSITY* DESDE SUA FUNDAÇÃO

Há uma lenda que diz que, inicialmente, o presidente Juscelino Kubitschek não era favorável à inclusão de uma universidade no projeto de construção da nova capital. A decisão de estabelecer uma universidade no projeto teria sido tomada pelo Presidente JK, após uma conversa com Victor Nunes Leal e Cyro dos Anjos, que chefiavam seu Gabinete Civil. A certa altura da conversa Cyro dos Anjos teria argumentado: “*Presidente, o senhor já visitou o túmulo de Thomas Jefferson? Na grande lápide vertical está escrito que, ao lado de todas as realizações como “Founding Father” da nação americana Thomas Jefferson era o fundador da Universidade da Virgínia*”. O Presidente JK, mineiramente, teria concluído: “*devemos ter sim uma*

⁷ RICHARD FEYNMAN ganhou o Prêmio Nobel de Física em 1965. Sua experiência no Brasil, especialmente no que se refere ao ensino voltado para a ciência, é narrada no livro *Deve Ser Brincadeira, Sr. Feynman*, Editora UnB, 2000.

universidade na nova capital”. Se esse diálogo ocorreu de fato não há registro, mas não resta dúvida de que é bastante verossímil.⁸

Em larga medida, a criação da Universidade de Brasília, em 1962, foi uma resultante desse ambiente francamente favorável a essa particular concepção de universidade. Institucionalmente, pode-se dizer que o delineamento do modelo de universidade foi traçado bem antes do relatório preparado pela comissão de especialistas constituída pelo Governo Goulart e presidida por Darcy Ribeiro – à época Ministro da Educação – com o propósito de avaliar e, eventualmente, elaborar uma proposta de lei com vistas à criação de uma universidade na nova Capital Federal.⁹

Como já mencionado, a ideia de uma nova universidade – uma universidade de pesquisa – vinha sendo trabalhada no Brasil há muito tempo e chegou até mesmo a ser formalmente proposta, ainda na década de 1930, na forma de criação de uma Universidade do Distrito Federal (UDF), a ser implantada no Rio de Janeiro quando a ideia de uma nova capital para o país ainda não passava de uma quimera. À época, o principal entusiasta dessa ideia era Anísio Teixeira e, para seu primeiro ano de funcionamento (1936), tal como ocorrera com a USP, foi trazido da França um grupo de professores para ministrar cursos de várias áreas integrando uma Escola de Ciências. Apesar de tudo, a iniciativa não vingou e a UDF acabou sendo incorporada à Universidade do Brasil (hoje UFRJ).

Como já mencionado, a ênfase posta na Física no presente relato decorre do fato de que, até meados do século XX – no auge do interesse pela criação de universidades no Brasil – a Física ocupava o centro das atenções das ciências. Ocorria com a Física algo semelhante ao que havia ocorrido com o estudo da Astronomia que, nos tempos de Galileu e de Isaac Newton, era praticamente sinônimo de fazer ciência. O conceito de *research university*, no entanto, incluía também outros campos das ciências e também as áreas das Humanidades e das Ciências Sociais, como ocorria em universidades como

⁸ Na grande lápide vertical do túmulo de Thomas Jefferson, em Charlottesville, na Virgínia, está escrito “*Here was buried Thomas Jefferson Author of the Declaration of American Independence, of the Statute of Virginia for Religious Freedom, and Father of the University of Virginia*”.

⁹ Em um depoimento Darcy Ribeiro reconhece a grande influência exercida sobre ele por Anísio Teixeira em relação à concepção de educação superior e identifica Carlos Lacerda e Dom Helder Câmara como os principais opositores a serem vencidos para a criação da UnB. (Darcy Ribeiro, *Confissões*. Cia. das Letras, 1997).

Princeton, Harvard, ou Oxford. É o que explica porque a fundação da USP foi acompanhada da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para a qual foram trazidas figuras como Lévi-Strauss, Roger Bastide e Fernand Braudel, não se restringindo a físicos e matemáticos como Enrico Fermi, Gleb Wataghin e Luigi Fantapié.

O sentido mais geral desse conceito de universidade pode ser ilustrado pelo relato feito por Richard Feynman de suas vindas ao Brasil, que estavam vinculadas às iniciativas de instituições recém-criadas pelo Ministério da Educação e Cultura com o propósito de formar pessoal para as universidades e incentivar a implementação do modelo *research university* no Brasil.¹⁰ Feynman relata que achava bastante curioso o fato de que os estudantes brasileiros pareciam tão inteligentes e tão dedicados quanto os seus alunos de Princeton, mas que tinham grande dificuldade de associar o que estudavam à observação da realidade. Em um curso de Física que ministrava no CBPF – relata Feynman – os estudantes revelavam-se notavelmente atentos, anotando tudo o que falava e, por vezes, até faziam perguntas para se certificarem de que haviam anotado corretamente suas palavras. Ao abordar o tema da polarização da luz – observa Feynman – perguntara o que seria o “ângulo de Brewster” e, imediatamente, vários alunos levantaram a mão e a resposta viera de forma precisa, enunciando perfeitamente o conceito em questão. No entanto, como a janela da sala oferecia uma bela visão do entardecer na Baía da Guanabara, resolveu pedir aos alunos que explicassem aquela visão das cores e matizes que aquele belo entardecer proporcionava. A resposta fora um silêncio constrangedor, revelando que a nenhum dos estudantes ocorria a ideia de que o espetáculo oferecido pela natureza era um fenômeno decorrente da polarização da luz. Feynman explica essa curiosa dissociação entre estudar e observar e compreender a realidade por meio de uma comparação. Argumenta que um exemplo hipotético dessa dificuldade observada no comportamento dos estudantes brasileiros era como um estudante da língua grega que, diante de uma banca de exame, é perguntado “*Quais as ideias de Sócrates sobre a relação entre Verdade e Beleza?*” – e o estudante não consegue responder. Então a banca refaz a questão: “*O que Sócrates disse a Platão no Terceiro*

¹⁰ Refere-se ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e à Campanha (hoje Coordenação) Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que estavam sob o comando de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

Simpósio?” O estudante fica feliz, sente-se aliviado e, sem hesitar, responde “*Sócrates disse isso, aquilo e aquilo outro...*”, reproduzindo tudo o que Sócrates havia dito no Terceiro Simpósio, palavra por palavra, explicando justamente a sua visão sobre a relação entre verdade e beleza.¹¹ Esse relato de Feynman ilustra de forma notável a diferença entre o *ensino do terceiro grau* que era praticado no Brasil – voltado para responder perguntas em provas e em concursos públicos – e o conceito de *research university* no qual o ensino é orientado para o desenvolvimento do conhecimento e da curiosidade científica, isto é, voltado para a reflexão e para a compreensão da realidade física, social, política e cultural dentro da qual a existência humana se desenvolve.

Em larga medida, a criação da Universidade de Brasília foi produto dessa concepção de universidade que servia de motivação para aquela geração nascida entre os fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX composta de pessoas como Anísio Teixeira, Amoroso Costa, Victor Nunes Leal, Darcy Ribeiro, Júlio Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Armando de Sales Oliveira, entre outros. Essas lideranças políticas e intelectuais tiveram papel destacado na criação das primeiras universidades no Brasil entre as décadas de 1930 e 1960. A particularidade da Universidade de Brasília é que, desde o início, a instituição fora concebida totalmente como *research university*, diferente da USP, por exemplo, cuja fundação se deu a partir da criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, que deveria “irrigar” o desenvolvimento do espírito científico por tradicionais instituições de *ensino do terceiro grau*, algumas que já existiam desde o século XIX. No caso da UnB, desde o início, os cursos deveriam ser estruturados em torno de campos do conhecimento. Algo semelhante iria ocorrer 4 anos mais tarde com a criação da Universidade de Campinas (UNICAMP). Assim, na UnB, essa forma de ver e de praticar o ensino assentado sobre áreas do conhecimento e sobre a observação atenta da realidade, deveria orientar até mesmo a implantação de cursos tradicionais como o Direito, a Medicina e as Engenharias. Por essa razão, sua estrutura administrativa inicial foi implantada em torno de Institutos e de Departamentos definidos por áreas do conhecimento e não por supostas profissões, enquanto os cursos foram organizados na forma de créditos a

¹¹ Esse relato é feito por Richard Feynman no capítulo intitulado “*O Americano outra Vez*” de seu livro *Deve ser Brincadeira Sr. Feynman* (op.cit. pags. 225-245).

serem cumpridos de maneira interdisciplinar. Nessa concepção, os institutos e os departamentos, refletindo áreas do conhecimento, não deveriam ser vistos como fronteiras, mas como simples indicativos de focos do conhecimento em torno dos quais os cursos eram organizados, enquanto os estudantes, por sua vez, deveriam ser estimulados a ver seu campo de estudo como parte de um universo maior do conhecimento, do qual sua especialidade era apenas uma parte.

A essa concepção pedagógica em termos de substância, somava-se a orientação tutorial dos cursos, isto é, os estudantes eram orientados individualmente por docentes que deveriam cuidar de sua formação. O tutor deveria cuidar desde a orientação na escolha das disciplinas que os estudantes sob sua orientação deveriam frequentar em cada semestre, até ajudar em providências diversas que ajudassem na formação de cada discente. Em um ambiente interdisciplinar a escolha de créditos complementares, em seu conjunto, tem praticamente a mesma importância das matérias centrais dos cursos, permitindo que cada estudante tenha uma formação individualizada, procurando extrair o máximo de suas potencialidades e fazendo com que estudantes, embora recebessem o mesmo diploma, suas habilidades mais voltadas para a cultura, para a história ou para questões sociais ou comerciais pudessem ser desenvolvidas. De forma resumida, para os que militam hoje na docência universitária, o ensino com recurso da tutoria pode ser compreendida como se cada estudante da UnB pertencesse a um programa PET, isto é, pertencesse a um grupo de estudos permanente composto por uma dezena de estudantes orientados sistematicamente por um professor tutor.¹²

Também vale a pena chamar a atenção para a originalidade da concepção administrativa e financeira da Universidade de Brasília. Quando a UnB foi criada em 1962 ficou estabelecido que a universidade seria organizada na forma de uma fundação pública (Fundação Universidade de Brasília - FUB) com autonomia pedagógica e científica e, em larga medida, também financeira, já que foi atribuída à FUB uma larga extensão de terras que se estendia por considerável parte da Asa Norte de Brasília. A administração por meio de uma

¹² Atualmente os programas PET (Programa de Educação Tutorial) são patrocinados pela CAPES, que estabelece as regras para o seu funcionamento. Originalmente a sigla PET designava Programa Especial de Treinamento, cujo objetivo era formar estudantes em nível de excelência, preparando-os principalmente para seguirem para programas de pós-graduação.

fundação pública deveria permitir que houvesse mais flexibilidade administrativa como, por exemplo, para a contratação de professores e de funcionários técnico-administrativos pelo *Regime CLT*, isto é, pelo mesmo regime de trabalho que rege a vida profissional nas indústrias e nas empresas privadas, que empregam cerca de 90% da força de trabalho no Brasil.¹³ Do ponto de vista financeiro, a incorporação de considerável extensão de terrenos no Plano Piloto de Brasília ao patrimônio da UnB permitia que, no longo prazo, a universidade dispusesse de uma fonte de recursos que poderia servir para dar sustentação às suas atividades, sem a necessidade de verbas governamentais. Ou seja, esse patrimônio permitiria que a universidade praticamente não dependesse dos recursos públicos para a realização de suas atividades fins. Esse mecanismo era, na verdade, uma adaptação brasileira dos *endowments* que proporcionam recursos para o funcionamento das grandes universidades americanas. De forma simplificada, nas prestigiosas universidades americanas o *endowment* é um fundo de investimento que geralmente resulta de doações feitas por indivíduos, por empresas e por organizações de benemerência, que doam esses recursos para universidades que, assim, podem dispor dos ganhos resultantes de investimentos desses fundos no mercado de ativos financeiros para custear as atividades fins da universidade.¹⁴ Hoje, o mercado de capitais no Brasil já atingiu um nível bem avançado de organização e de maturidade mas, no início dos anos 1960, esse mercado era ainda bastante incipiente e precário e, dessa forma, aplicações de recursos financeiros em patrimônio imobiliário era o que caracterizava os investimentos de longo prazo no Brasil. Por essa razão a iniciativa de equipar a UnB com um *endowment* ganhou a forma de lotes de terrenos na Asa Norte de Brasília, que a universidade poderia construir e obter rendimentos para serem aplicados em suas atividades fins. Também vale lembrar que, na implantação da UnB como uma *research university*, a cooperação internacional

¹³ Nos EUA existe o sistema de *tenure* que o professor pode obter geralmente após 7 a 10 anos de atividade acadêmica relevante. O *tenure* significa estabilidade e ampla liberdade acadêmica.

¹⁴ De acordo com o *Office of Communications* da Universidade de Princeton (*PAW Archives*) em 2021 o *endowment* da Universidade de Princeton totalizava cerca de US\$ 37 bilhões. Assim, na hipótese de que esse *endowment* tivesse proporcionado um rendimento de 10% ao longo do ano, Princeton teria tido algo como US\$ 3,7 bilhões para investir em programas e projetos de pesquisa, bolsas de estudo, professores visitantes, criação de cátedras acadêmicas e outras atividades fins da universidade.

teve papel importante e inovador, tendo facilitado muito o estabelecimento de laboratórios notavelmente modernos em campos como o da Física e da Química. Nas negociações para a obtenção desses laboratórios o professor Georges Landau, que trabalhava diretamente com Darcy Ribeiro, foi figura de destaque. Na realidade cabe reconhecer que a cooperação internacional, e esse professor em particular, continuaram desempenhando papel importante na vinda de professores à UnB, sobretudo dos EUA, como o professor Henry Kissinger já nos fins da década de 1970.

Vale notar que esse conceito de *research university*, isto é, de universidade com foco na ciência e no desenvolvimento da reflexão e da pesquisa não exclui e não retira a importância da existência de *instituições de ensino do terceiro grau*. Na realidade, em qualquer país, a quantidade de instituições de ensino do terceiro grau é muito maior do que o número de *research universities*, inclusive porque o mercado de trabalho é composto muito mais por profissionais com nível superior regular do que por engenheiros, médicos e outros profissionais em condições de construir obras de complexidade extraordinária, ou de desenvolver e aplicar novas técnicas médicas, ou ainda de formular doutrinas sociais e jurídicas para enfrentar casos e situações novas e inusitadas para as sociedades. Por exemplo, na engenharia, a grande maioria dos profissionais é preparada para realizar trabalhos de rotina nas indústrias e na construção de edifícios, pontes ou estradas sem grandes desafios tecnológicos. Apenas uns poucos profissionais vão, efetivamente, trabalhar na construção de novos modelos de aviões supersônicos, de naves e de estações espaciais ou em obras desafiadoras como o Edifício Burj Khalifa, com seus 160 andares e 829 metros de altura. Portanto, o que se argumenta no presente trabalho é que o Brasil, como qualquer nação na modernidade, não pode prescindir da existência de *research universities*, que façam da prática da ciência e da reflexão uma atividade sistemática capaz de inspirar a formação de profissionais diferenciados e capazes de enfrentar os desafios de construir obras extraordinárias e de ajudar a sociedade a enfrentar as inesperadas e contínuas mudanças nos padrões econômicos, sociais e políticos.¹⁵

¹⁵ Nos EUA, para cada universidade como o MIT, Stanford, UCLA, Johns Hopkins, ou como as universidades da “*Ivy League*” há dezenas de “instituições de ensino do terceiro grau” e, também no Brasil, as estatísticas recentes mostram que há um total de 2.364 instituições de ensino superior, das quais apenas 69 universidades são federais e 40 são universidades estaduais. Além disso, não quer dizer que todas essas universidades públicas brasileiras

UMA NOTÁVEL INOVAÇÃO DA UNB

Entre as inovações acadêmicas mais notáveis na trajetória de seis décadas da UnB, destaca-se a criação do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais em 1974. Na realidade, na condição de *research university*, a criação desse curso seria apenas um passo natural no desenvolvimento da UnB. Tratava-se de incorporar um campo de estudo que se desenvolvia com crescente interesse no mundo acadêmico internacional desde os fins da Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, Brasília havia se tornado a capital do País e, como tal, além de receber as representações diplomáticas e de sediar escritórios e representações oficiais das organizações internacionais, com a mudança da capital, a maior parte do jogo da política estava se transferindo rapidamente do Rio de Janeiro para a nova capital. Em consequência, era natural que a Universidade de Brasília – e não outra universidade brasileira – sentisse com mais intensidade os reflexos das transformações em curso no ambiente político, especialmente no que se referia às relações com outros países e, de forma geral, com o ambiente político internacional.

Também vale destacar que, no pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil emergia como ator de relevância em um mundo cada vez mais integrado, seja pelos recursos tecnológicos oferecidos pelos meios de transporte e das comunicações, seja pela atividade econômica onde os fluxos internacionais de comércio e de investimentos se intensificavam rapidamente. Nesse quadro, a universidade brasileira também passava a ser demandada de modo crescente como centro de reflexão e de formação de uma visão que deveria ser diferente da tradição brasileira, marcadamente voltada para si mesma (*inward looking*) no que tange às suas relações com o meio internacional. Nesse processo, também era preciso formar uma nova geração de profissionais mais sensíveis à interação política, econômica e cultural com o meio internacional. Apesar das dimensões continentais do país, as forças em ação no ambiente internacional tornavam a convivência internacional uma realidade cada vez mais presente na política, nos negócios e até mesmo na vida social das pessoas no Brasil.

devessem ser estruturadas como *research universities*.

Sociologicamente, a mudança da capital, ao transferir as instituições do Estado brasileiro, trouxe também para Brasília uma nova classe de pessoas composta de autoridades, funcionários públicos qualificados, diplomatas brasileiros e estrangeiros, e representantes oficiais das organizações internacionais, ou seja, pessoas com elevados padrões de educação e cultura estavam se transferindo para a nova capital. Dessa forma, rapidamente, formava-se em Brasília um ambiente social e intelectual que passava a determinar novos padrões de demanda de atividades intelectuais condizentes com a instalação da nova capital política da nação. Muito embora as principais empresas jornalísticas, editoras, livrarias e outras organizações voltadas para a cultura e para a difusão do conhecimento continuassem tendo suas sedes no Rio de Janeiro e em outras capitais do país, Brasília passou rapidamente a atrair jornalistas, analistas políticos e outros profissionais que trabalham sobre temas e questões econômicas, políticas e sociais nacionais e internacionais em suas variadas facetas. É nesse ambiente que a Universidade de Brasília foi criada e que iria marcar suas primeiras décadas de atividades, o que ajuda a entender por que a implantação de um Curso de Relações Internacionais era um desenvolvimento natural e necessário.

No Brasil, até os anos 1960, o estudo e a reflexão sobre as questões internacionais eram feitos basicamente por diplomatas, por dever de ofício. No meio universitário temas relativos à política internacional eram estudados por poucos acadêmicos, sobretudo no Rio de Janeiro, geralmente associados a disciplinas como Direito, História e Política. Dessa forma, introduzir na academia o estudo e a reflexão sobre o meio internacional de forma organizada e sistematizada era uma necessidade crescente desde o pós-guerra. No mundo, o ambiente acadêmico das grandes potências fora fortemente influenciado pelos impactos da Primeira Guerra Mundial, que trouxeram como consequência imediata o despertar do interesse de estadistas e de estudiosos de todos os tipos no sentido de melhor entender o meio internacional. Percebia-se que não bastava buscar culpados para a grande guerra de 1914-18. Por mais que ações equivocadas pudessem ser identificadas, por vezes revelando até irresponsabilidade de algumas lideranças políticas, com certeza tais ações não eram suficientes para explicar por que aquele conflito havia ganhado as proporções que atingiu e muito menos os desdobramentos políticos,

econômicos e sociais que se seguiram à Primeira Guerra Mundial. Epistemologicamente, os acontecimentos assumiram proporções que, de muitas formas, levaram a questionar a capacidade de interpretar adequadamente os acontecimentos por meio dos recursos analíticos utilizados tradicionalmente em campos do conhecimento como o Direito Internacional, a História, a Filosofia Política e até mesmo a partir dos novos conceitos trazidos pelo campo de estudo da Sociologia aos quais as reflexões sobre política internacional apareciam associadas.

PRIMEIRA GERAÇÃO DE PROFESSORES: DIPLOMATAS E ACADÊMICOS

Esse quadro mostra que a implantação do campo de estudo das Relações Internacionais na Universidade de Brasília foi favorecida por alguns fatores que ajudaram a viabilizar seus primeiros anos. A primeira delas, já amplamente comentada, residia no fato de que, como uma *research university*, a UnB era uma instituição sensível à incorporação de áreas do conhecimento que tornassem a universidade mais alinhada com os desenvolvimentos em curso no mundo e na sociedade brasileira. O segundo fator, derivava diretamente das circunstâncias decorrentes da mudança da capital para Brasília.

Em particular a transferência do Ministério das Relações Exteriores para Brasília permitiu que a primeira geração do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília contasse com a contribuição de um significativo número de diplomatas em seu corpo docente. Como mencionado, até a primeira metade da década de 1970, os diplomatas constituíam o segmento mais significativo da vida intelectual brasileira que, por dever de ofício, acompanhava os acontecimentos na política internacional e que, assim, estudava relações internacionais de forma mais estruturada. A composição do corpo docente dos anos iniciais do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UnB é bastante reveladora desse fato.

PROFESSORES DIPLOMATAS

Adriano Benayon
Carlos Henrique Cardim
Celso Amorim
José Guilherme Merquior
José Osvaldo de Meira Pena
Luiz Augusto de Castro Neves
Marcio Florêncio Nunes Cambraia
Rubens Ricúpero
Sérgio Amaral

PROFESSORES NÃO DIPLOMATAS

Ana Maria Villela
Antonio Augusto Cançado Trindade
David V. Fleischer
Francisco Rezek
José Carlos Brandi Aleixo (*Primeiro Chefe do Departamento de Ciência
Política e
Relações Internacionais*)
Lytton Leite Guimarães
Maria Izabel Valladão de Carvalho
Octaciano Nogueira
Walter Costa Porto

Os diplomatas, além de sua formação original, alguns haviam estudado em prestigiosas instituições como a London School of Economics, ou na Sorbonne em Paris, mas o que mais se afigurava precioso naquele momento era sua experiência na atividade diplomática, que exigia a observação sistemática dos desenvolvimentos em curso na política internacional. Na realidade, esses professores vindos da diplomacia, mesmo sem o saberem claramente, exerciam um papel importante na formação das primeiras gerações de estudantes. Eram verdadeiras fontes de inspiração para os estudantes. Em larga medida, pode-se dizer que para a maioria dos estudantes, esses diplomatas

eram o que havia de mais perto e de mais parecido com figuras como Rio Branco, Talleyrand ou Churchill que, um dia devem ter lido autores como Tucídides, Grotius e Kant, e observado com atenção as grandes lições da história e, se fossem jovens estudantes nos fins do século XX, deveriam estar lendo também autores como Morgenthau, Hedley Bull e Raymond Aron, procurando decifrar as misteriosas forças que movem a política internacional. Essa percepção, no entanto, não era muito clara mesmo para os professores, fossem diplomatas ou não, inclusive porque esses professores pertenciam a uma geração que não havia sido formada em um ambiente acadêmico de uma *research university*, onde o interesse pelo conhecimento é que move o interesse pelos estudos e não a busca por uma profissão. Com efeito, em reuniões do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais emergia com frequência o debate sobre o destino profissional dos alunos do curso e um dos professores que mais se interessavam por essas discussões era justamente Rubens Ricúpero, um diplomata que já começava a ganhar notoriedade como homem público. Em relação aos professores não diplomatas, sua formação era variada, poderiam ter sua formação básica em Direito, Ciência Política ou em algum campo das Ciências Sociais, mas tinham também larga experiência em agências governamentais e alguns haviam obtido titulação acadêmica no exterior como o Professor José Carlos Brandi Aleixo – que foi o primeiro Diretor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB – cujo grau de PhD em Ciência Política havia sido obtido na George Washington University (EUA) ou como o Professor Cançado Trindade que havia se doutorado em Direito Internacional pela Universidade de Cambridge (U.K.). Somente a partir da segunda geração de docentes do Curso, uma década depois da criação do Bacharelado em Relações Internacionais, o corpo docente passou a ser cada vez mais constituída de professores com formação mais específica em Relações Internacionais. Vale registrar ainda a valiosa colaboração de alguns professores nesse período inicial, que ministravam aulas regulares no Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, muito embora não fizessem parte do quadro de docentes do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, como Amado Cervo e Flávio Sombra Saraiva, que eram professores do Departamento de História. Foi apenas em meados da década de 1980 que a UnB e a PUC do Rio

de Janeiro criaram no Brasil os primeiros cursos de pós-graduação em Relações Internacionais em nível de Mestrado.

Cabe destacar um fato institucional importante no processo de implantação do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais na UnB. Como parte do processo de instalação do curso em 1974, foi criado o Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais e, apesar da denominação, o Departamento só oferecia o Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, uma situação que permaneceu até fins da década de 1980, quando foi criado o Bacharelado em Ciência Política. Durante esse período a Ciência Política era estudada na UnB como uma opção do Curso de Ciências Sociais, onde o aluno, além da Ciência Política, podia optar por Antropologia, Sociologia ou Serviço Social. Esse fato se afigura importante incluir neste breve relato porque ajuda a explicar por que o campo de estudo das Relações Internacionais no Brasil, ao invés de ser estudado como uma sub-área da Ciência Política – como ocorre nas universidades dos EUA – o estudo das Relações Internacionais nasceu na UnB como área distinta dentro do sistema universitário e esse padrão acabou sendo adotado pelas universidades brasileiras. Nos anos 1990, quando o interesse por esse campo de estudo se disseminava pelas grandes universidades do país, o processo de credenciamento de novos cursos de Relações Internacionais feito pelo Ministério da Educação foi estruturado a partir da experiência da Universidade de Brasília, contando, inclusive, com os quadros da UnB para compor as Comissões de Avaliação e Credenciamento das propostas de criação de novos cursos de Relações Internacionais. Dessa forma, esses desenvolvimentos ajudam a explicar por que, diferentemente de outros países, o estudo das Relações Internacionais no Brasil foi estruturado como campo de estudos distinto da Ciência Política.

CRIANDO UM AMBIENTE ACADÊMICO

Um fator que ajudou de forma notável a viabilizar o Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília foi o suporte proporcionado pela Administração Central da UnB na formação do ambiente acadêmico em torno do tema das Relações Internacionais. Na área das Humanidades e nas Ciências

Sociais, muito mais do que nas ciências físicas, o ambiente de estudo, de debate e de reflexão é fundamental. Estar em contacto com os pensadores mais relevantes de seu tempo, seja por meio de obras publicadas ou, se possível, por meio de interação pessoal por meio de aulas, seminários e palestras é o que proporciona os referenciais e a inspiração para a educação intelectual. As origens dos termos “*lecture*” e “*reader*” estão associados ao fato de que fazer a leitura da Bíblia ou de obras importantes era uma forma de ensinar.¹⁶ Antes do surgimento da imprensa com tipos móveis de Gutenberg, o livro era um bem precioso e os mestres que os possuía, por meio da leitura, dividia o conhecimento com seus estudantes. Hoje, apesar de todas as facilidades, o acesso a livros e autores continua sendo fator importante da difusão e do avanço do conhecimento.

Na segunda metade da década de 1970 o diplomata Carlos Henrique Cardim foi levado a integrar os quadros da UnB não apenas para ministrar disciplinas no Curso de Relações Internacionais, mas também com a missão de ajudar a construir o ambiente acadêmico necessário ao desenvolvimento das Relações Internacionais como campo de estudo. Assim, na condição de Decano de Extensão e de Presidente da Editora da UnB, o diplomata e professor Carlos Henrique Cardim deveria desenvolver um programa de professores visitantes mundialmente reconhecidos e, paralelamente, elaborar e implementar um amplo programa editorial que, juntos, pudessem proporcionar acesso aos estudos e às reflexões mais fundamentais, e também mais atualizadas, no campo de estudos da política internacional. Vale ressaltar que, ao criar esse ambiente acadêmico em torno do Curso de Relações Internacionais, essas atividades de interação ativa com a comunidade acadêmica internacional foram importantes também para reforçar outras áreas do conhecimento na UnB. Na realidade, esse programa de professores visitantes e de publicação de obras universalmente importantes trouxe como consequência a expansão sem precedentes da influência da UnB no ambiente acadêmico nacional. Entre os autores notáveis que participaram desses programas podem ser citados Karl Deutch, Raymond Aron, Ralph Dahrendorf, Leszek Kolakowski, John Kenneth Galbraith, Samuel Finer,

¹⁶ Em português esses termos geraram a expressão “*lente*” que, nas primeiras décadas do século XX, era frequentemente usado para designar “professor” nas instituições de ensino superior.

Henry Kissinger e Norberto Bobbio, entre muitos outros. Alguns eram, na verdade, pensadores reconhecidos não somente no estudo da política internacional, mas também na Sociologia, no Direito, na História, na Filosofia Política e em muitas outras áreas afins. A vinda desses notáveis pensadores ao Brasil, trazidos pela UnB, permitia que outras universidades brasileiras, especialmente de São Paulo e do Rio de Janeiro, também pudessem organizar encontros e seminários desses professores visitantes com seus professores e estudantes, beneficiando-se assim dessa interação da UnB com o pensamento e com as visões mais essenciais e mais atualizadas no estudo e na reflexão sobre os desenvolvimentos na política e nas relações entre as nações.¹⁷

Quanto ao programa editorial, além da coleção “*Pensamento Político*”, que incluiu mais de 70 títulos de autores clássicos e contemporâneos, a Editora UnB, publicou dezenas de títulos e autores importantes na História, na Filosofia, e nas Ciências em geral. Entre os autores podem ser destacados, além das obras dos pensadores que participaram do programa de professores visitantes, Carl Sagan, Max Weber, Karl Popper, Anthony Giddens, Jacob Bronowski, Isaiah Berlin, Giovanni Sartori, Oswald Spengler, Fustel de Coulanges entre muitos outros autores de amplo interesse para a cultura e para o pensamento científico de uma forma geral. Vale notar também que por meio de convênio com a Câmara dos Deputados, a Editora UnB passou a publicar dois periódicos: *Relações Internacionais* e *Documentação e Atualidade Política*. Esses periódicos procuravam divulgar artigos de relevância para o estudo da Ciência Política e das Relações Internacionais. Esses periódicos se concentravam na divulgação de documentos, estudos e análises associados a fatos notavelmente marcantes para a compreensão de questões centrais da política e dos fenômenos internacionais. Também foi nesse período que a revista *Humanidades* foi lançada sob uma perspectiva mais ampla da cultura universal. O referencial central para o trabalho editorial de *Humanidades* eram o elevado nível de seus autores e a reflexão sobre temas perenes, como fazia a revista *Dædalus*, nos EUA, que procurava divulgar reflexões e debates sobre temas essenciais e mais universais da história, da filosofia, das ciências e da cultura. De uma forma sintética, pode-se dizer que, no período compreendido

¹⁷ O programa de Professores Visitantes se estendeu por vários anos (1977-1984) e incluiu “*scholars*” de várias áreas como a economista Joan Robinson, o historiador Peter Calvocoressi, o educador Theodore Hesburgh, e o escritor Mario Vargas Llosa.

entre a segunda metade dos anos 1970 e a primeira metade da década de 1980, a Editora UnB fez no Brasil algo semelhante ao que a “*Revista de Occidente*” (Espanha), e o “*Fondo de Cultura Económica*” (México) faziam para os países de língua espanhola.

Naqueles anos, essa intensa atividade intelectual tornou a UnB, verdadeiramente, o centro das atenções do mundo acadêmico nacional, atraindo para suas atividades figuras notáveis do cenário intelectual nacional como Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Melo Franco, Hélio Jaguaribe, Fernando Mourão, Antonio Paim, Miguel Reale, José Honório Rodrigues, Vicente Marotta Rangel, entre muitos outros. Nesse ambiente, o Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, além dos benefícios imediatos decorrentes dessas iniciativas, o curso passou a atrair estudantes de todo o Brasil, inclusive de tradicionais polos de atividade intelectual como o Rio de Janeiro e São Paulo.

Por vários anos, até fins da década de 1980 o vestibular do Curso de Relações Internacionais tornou-se um dos mais concorridos entre os cursos da UnB e, até a virada do século, a proporção de estudantes matriculados no curso vindos de outros Estados superava os 3/4 do total. Nesse sentido, vale mencionar também o fato de que, em larga medida, o sucesso do curso ajudou a transferir para Brasília, na década de 1990, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), que publicava desde os fins da década de 1950 a *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI) criada por Cleantho de Paiva Leite. Esse periódico, tal como a *Foreign Affairs*, nos EUA, publicava artigos e documentos relevantes para a compreensão da política internacional, servindo também para fornecer elementos para a discussão de dilemas e de perspectivas para a política exterior do Brasil. Nesse processo de transferência para Brasília do IBRI e da RBPI é importante destacar o apoio institucional do Ministério das Relações Exteriores e as tratativas conduzidas pelos acadêmicos José Carlos B. Aleixo e de Amado Cervo e pelo diplomata e professor Paulo Roberto de Almeida, este último tornou-se o primeiro Editor-Chefe da publicação após a transferência para Brasília.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ano em que a Universidade de Brasília celebra 60 anos de existência, o objetivo do presente texto foi o de apresentar de forma resumida a criação do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, que ocorreu de modo natural dentro do conceito de *research university*. Este ensaio procurou explicar também de que modo a contribuição da UnB no estabelecimento da área de estudos das Relações Internacionais foi importante e inovador para o sistema universitário brasileiro, em alinhamento com as demandas que viviam grandes transformação no país.

Na década de 1990 o interesse pelo estudo das Relações Internacionais tornara-se crescente e generalizado no Brasil e, em pouco tempo, dezenas de cursos foram credenciados formalmente pelo MEC, inclusive nas grandes e tradicionais universidades brasileiras, estabelecendo assim uma verdadeira comunidade acadêmica brasileira de estudiosos das Relações Internacionais. Na medida do possível, a Universidade de Brasília procurou ajudar nesse processo contando apenas com a dedicação e o exemplo de um pequeno grupo de docentes, além das trajetórias de sucesso de vários de seus alunos que se qualificaram para atuar nas instituições nacionais e internacionais. Hoje, essa comunidade conta com mais de uma centena de cursos de graduação e por algumas dezenas de programas de pós-graduação espalhados pelo país, além de contar também com uma Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) desde 2004. Como um empreendimento social, o Curso de Relações Internacionais na UnB nasceu como fruto de uma visão de sonhadores de dentro e de fora da universidade, mas eram sonhadores capazes de ver com grande realismo os desenvolvimentos e as demandas de uma sociedade e de um mundo em transformação. Hoje é um programa estabelecido e reconhecido, mas é apenas mais um curso de graduação e de pós-graduação dentre muitos outros. Espera-se, no entanto, que sua história possa ser inspiradora para os que integram o campo de estudo das Relações Internacionais na UnB, e também fora dela. Os tempos são outros e os desafios também são outros.

Thomas Mallory encerra sua versão do que teria sido a saga brilhante de Camelot, com seus cavaleiros bravos e virtuosos, que se reuniam em torno de uma tábua redonda, movidos por um sonho: “*Percival colocou suavemente a mão no ombro de Lancelot. A luz foi desaparecendo gradativamente. Ambos teriam ficado imersos nas sombras, não fora um feixe luminoso de luz que lhes banhou o semblante, quando cheios de fé e esperança, voltaram os olhos extasiados para as alturas ...*”¹⁸ Uma verdadeira *research university* só se sente bem diante de desafios e os grandes desafios têm sempre as alturas como referencial e como inspiração.

¹⁸ T. MALLORY, *Os Cavaleiros do Rei Arthur*, Edições e Publicações Brasil Editora, S. Paulo, 1963.



ARTIGOS – ARTICLES

Fora da história não há salvação?
Filosofia da história no início do século 21

Estevão C. de Rezende Martins¹
Universidade de Brasília
echarema@gmail.com

Como citar este artigo: MARTINS, E. C. D. “Fora da história não há salvação? Filosofia da história no início do século 21”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 175-207. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa

“Os terríveis eventos de 11 de setembro e as guerras no Iraque e no Afeganistão demonstram dramaticamente que as pessoas não podem escapar da história.”² Com essas palavras, Johannes Rohbeck apresenta sua recente proposta de atualizar a filosofia da história. Para Rohbeck, a História não possui apenas passado e presente, mas tem igualmente futuro, pelo caráter intrínseco à natureza humana que lhe é próprio. Com razão, Rohbeck rejeita a tese de que o capitalismo, juntamente com sua ordem básica democrático-burguesa, seria o ponto final da História, tese que ganhou destaque após o fim do socialismo e é hoje descartada como uma avaliação equivocada.³

Como Rohbeck, quem pensa que o fim da história é uma ideia absurda vê-se inevitavelmente confrontado com a seguinte questão: que tipo de História não teria terminado com o declínio do bloco socialista? Recorrendo à filosofia da história do Iluminismo e do século 19, Rohbeck quer reabilitar a concepção de História, que nela reconhece um processo de progresso, e vislumbra como alternativa apenas a contingência dos acontecimentos, perspectiva com a qual se faz recuar a pós-história para uma compreensão pré-

¹Professor titular emérito da Universidade de Brasília.

² Rohbeck, Johannes. *Zukunft der Geschichte. Geschichtsphilosophie und Zukunftsethik*. Berlin: Akademie-Verlag 2013, p. 7. Quando da publicação, a guerra da Rússia contra a Ucrânia não estava no horizonte dos radares políticos.

³ Francis Fukuyama. *The End of History and the Last Man*. Nova Iorque: Free Press, 1992.

moderna da história, na qual todo esforço humano acaba submetido a um jogo de forças aleatórias que o aniquila.⁴

Contra o jugo do acaso, Rohbeck recorre às filosofias da história do século 19 para defender uma imagem da História na qual as pessoas podem moldar as condições em que vivem e, nesse sentido, efetivar concretamente sua autonomia.⁵ “Se é verdade que as pessoas 'fazem' sua história sob certas condições, são principalmente as ações de longo prazo que constituem os tempos históricos. Ao mesmo tempo, tais ações são interpretadas de forma historiográfica e histórico-filosófica, classificadas em processos históricos mais amplos e permitindo articular conclusões sobre os processos históricos regionais e globais ou mesmo sobre a História como um todo”.⁶ O que se atualiza aqui é a relação entre passado vivido e o futuro antecipado, que se articulam na experiência concreta do agir no presente. No presente, é possível superar o experimentado até agora, promovendo ativamente ações em direção a um futuro antecipado. Tais ações estão atreladas ao conhecimento efetivo acerca de seu potencial de mudança. Elas devem aproveitar as oportunidades que forem reconhecidas como realmente viáveis.

O caráter libertador de tal imagem da História e do sujeito que a produz se torna evidente quando se consideram os confrontos nas sociedades europeias do século 18. Aqui, tradições inamovíveis bloqueavam qualquer aspiração a mudança. Situar-se em uma história, juntamente com a visão decorrente, de que há um futuro que se desenvolveria cada vez mais, sem meramente aceitar os privilégios tradicionais como inabalavelmente válidos, renovando-os assim inercialmente, é o que tornou possível, de início, uma perspectiva para o Iluminismo e para a libertação.

Mas já no início do século 20 a situação mudou. Desde então, a questão principal não é mais como superar tradições ultrapassadas, mas como interromper uma dinâmica já existente. A crítica do progresso em “Sobre o conceito de história”, de Walter Benjamin, é a formulação mais percuciente até hoje dessa nova consciência do problema. Ela culmina - retomando o dito de Marx sobre as revoluções como a locomotiva da história mundial e, assim,

⁴ Johannes Rohbeck. *Aufklärung und Geschichte: Über eine Praktische Geschichtsphilosophie der Zukunft*. Berlin: de Gruyter, 2010.

⁵ Johannes Rohbeck. *Integrative Geschichtsphilosophie in Zeiten der Globalisierung*. Berlin: de Gruyter 2020.

⁶ Rohbeck. *Zukunft...*, p. 11.

criando um contraste com o século 19 - na famosa imagem da "raça humana que viaja neste trem puxando o freio de mão"⁷. E essa imagem tornou-se ainda mais icônica desde que outras imagens, as de trilhos abandonados na entrada dos campos de concentração, foram definitivamente integrados à iconografia do Holocausto como símbolo de 'modernidade e destruição'.

Para Benjamin não se trata meramente de se libertar da masmorra petrificada do passado: para ele, a catástrofe está em que as coisas continuem do mesmo jeito (ou quase). O projeto de interrupção das dinâmicas históricas motivadas dessa forma permanece ligado, por um lado, à visão histórico-filosófica de assenhoreamento pelo agir, de "fazer" o que acontece.

Ao mesmo tempo, por outro lado, também surge um outro sentido relevante, segundo o qual 'escapar da história' é possível. De uma tal história-masmorra, legado tradicional monolítico e maciço, deve-se fugir, pois tal entendimento corresponde a uma visão de mundo herdada do século 19: uma mistura de projeto e projeção – projeto de emancipação dos constrangimentos do passado e projeção no futuro daquelas dinâmicas que fluem do passado para o presente e que passam a ser interpretadas como 'leis da evolução histórica'.

História: problema existencial e essencial

A História é, hoje como ontem, uma das mais intrigantes interrogações da existência humana, em triplo sentido: urgente, abrangente e difícil, dentre todos os nossos problemas. Pode-se antecipar aqui a resposta à pergunta enunciada no título: não, fora da História não há salvação. Mesmo que a concretude empírica das ações humanas acumuladas possa despertar sentimentos de entusiasmo ou de asco, são todas essas ações, e sempre, a matéria prima de que é feita a História, sobre qual o pensamento se debruça pela reflexão crítica. Se a empiria requer tratamento metódico de investigação controlável, dentro do paradigma científico moderno, a síntese interpretativa

⁷ Walter Benjamin. *Über den Begriff der Geschichte* (= Werke und Nachlaß. Kritische Gesamtausgabe, vol. 19), Berlin: 2010, p. 153; cf. também p. 156.

‘globalizante’, à busca de sentido universal para o agir humano, reveste-se de dimensão filosófica inegável.⁸

A historicidade da condição humana é um problema urgente porque nos parece hoje que pertencer ou não à humanidade depende dos eventos presentes e futuros. Nas circunstâncias da terceira década do século 21, tem-se a dura consciência do perigo de uma terceira guerra mundial e das armas devastadoras que seriam empregadas em um conflito de tal envergadura. Em suma, pensamos em nossa mera existência material e nos eventos políticos com ela relacionados. No entanto, sabemos que o problema da História também diz respeito a nossa existência espiritual. Para se convencer disso, basta refletir sobre o fato de que o perigo de uma guerra de aniquilação não existiria sem o progresso contínuo feito pela ciência e tecnologia modernas, nem sem as contradições que, ao se oporem a elas, desestabilizam as diferentes concepções do mundo que nos são favoráveis. Em outras palavras, nossa existência espiritual está em jogo porque a situação política é inseparável do resto da vida humana. No entanto, além da macropolítica e da interação decisiva entre ela e as outras dimensões de nossas vidas, não podemos afastar a impressão de que tanto a configuração atual da vida pública – a economia, a sociedade e o Estado – quanto a da interioridade do espírito – os pensamentos jurídico-morais e científicos, as formas artísticas e tudo o que pertence à cultura e à religião – não podem permanecer e não permanecerão ainda por muito tempo em seu estado atual. Parece necessário para nós que "algo deve acontecer" em breve.

Qualquer que seja a natureza dos desenvolvimentos, esperamos que eles nos forneçam uma resposta à seguinte pergunta: um ser humano dotado de sentido ainda é possível para nós? Entenda-se: a ameaça de uma guerra de aniquilação como decorrência da agressão da Rússia contra a Ucrânia em 2022 é afinal a forma palpável mais extrema de uma crise que efetivamente afeta toda a vida (interna e externa) da humanidade. É inegável que existem áreas específicas – por exemplo, vários campos particulares da ciência da natureza – que, quando consideradas isoladamente, não acarretam preocupação – pelo

⁸ Jörn Rüsen. *Teoria da História. Uma teoria da História como ciência*. Curitiba: Editora da UFPR, 2015 (orig, 2013), esp. cap. IV, 1 e 5.

contrário –, como a pesquisa de vacinas e sua produção em escala industrial, em prazo reduzido, desde que grassa a SARS-Covid-19.

É de se reconhecer, contudo, que a vida contemporânea revela traços de crise – de intensidade variável – em todos os seus principais aspectos. No entanto, uma vez que nossa vida só pode ser vivida como um todo, não podemos equiparar a preocupação universal que aflige a humanidade contemporânea ao que se pensa serem suas possibilidades futuras. Na verdade, ninguém pode afirmar que as condições de vida atuais são normais e estáveis. Mesmo aqueles que não perderam sua pátria no sentido estrito do termo ainda se sentem, em um sentido mais profundo, sem uma pátria ou em perigo, despojados da sensação usual de segurança que as relações interpessoais, familiares, sociais e culturais possibilitam e entretêm. O homem contemporâneo escruta ansiosamente o futuro como um viajante perdido que, de repente, se dá conta da gravidade de sua situação. Não faltam povos e indivíduos que, no passado, tiveram essa aguda experiência particular. Deve-se admitir, todavia, que hoje em dia o estranhamento, mesmo quando não radicalmente associado a exílio ou perseguição não é completamente estranho a qualquer pessoa no mundo – assim já asseverara Terêncio: *nihil humani a me alienum puto*.⁹

Hoje, a totalidade de nossas vidas está sendo transformada. Como resultado, quem vive em meio aos turbilhões atuais, acelerados e intensificados pelas redes de difusão de qualquer assunto em alta velocidade, é ainda mais capaz de experimentar o que representa a consciência histórica como catalizadora de si e de seu ambiente cultural. De uma forma ainda que muito elementar, pode-se medir o quão confuso e perigoso para a vida parece ser, à primeira vista o evento histórico – ressentido como fora de controle, ameaçador, arbitrário, avassalador. A pessoa que se sente exposta a condições de vida ilusórias e manipuladas (notadamente pela disseminação da mentira e da desqualificação retórica e política das convenções metódicas de controle de pertinência e relevância¹⁰) interessa-se menos e menos pelo ‘meio ambiente

⁹ Publius Terentius Afer (195/185-159 a.C.): *Heauton Timorumenos*, 77.

¹⁰ O que não significa afirmar a existência de um método universal único, como bem antes de tal empreitada do Círculo Viena já notava Jakob Burckhardt: “Übrigens ist jede Methode bestreitbar und keine allgültig. Jedes betrachtende Individuum kommt auf seinen Wegen, die zugleich sein geistiger Lebensweg sein mögen, auf das riesige Thema zu und mag dann diesem Wege gemäß seine Methode bilden.” *Weltgeschichtliche Betrachtungen*. Ed. Jakob Oeri. Berlim/Stuttgart: W. Spemann, 1905, p. 8.

cultural', tendo-o por enviesado e alarmante. Admitamos que pode ser necessário, em tal situação, ousar dar o salto para o (ainda) desconhecido, para rever, restaurar ou inovar a reflexão crítica sobre a História e seus processos.

A condição itinerante do agente racional humano ao longo da História, de que é tanto agente quanto paciente, impõe-lhe encontrar reflexivamente um ponto de ancoragem, um porto seguro em que possa orientar-se para navegar pela experiência temporal e firmar-se para processar conscientemente tal experiência. Mesmo o andarilho mais desavisado acaba por se estabelecer novamente em algum lugar, envolto que está pela História de que advém e da cultura que o molda. Todo ser humano se pergunta sobre a possibilidade de instituir ou adotar referências permanentes cujo significado poderia conferir alguma estabilidade à vida externa e interna ou restaurá-la. Qualquer um que tenha tido a oportunidade de realmente vivenciar em si mesmo a transformação total do ser humano que é causada pela História sabe muito bem o que tal transformação implica em termos também de anormalidades, incertezas e experiências dolorosas. É um estado de exceção que só é possível de forma temporária, como o estado precário de um paciente que é operado para preservar sua vida. A História se torna para nós o mais urgente de todos os problemas quando percebemos que isso acontece sempre reiteradamente na humanidade, quando nos convencemos de que a mente humana, como escreveu Jacob Burckhardt, "é uma agitadora"¹¹, que constantemente rompe com as formas de vida existentes, levando ao mesmo tempo ao colapso de todo o 'ser humano' anterior. E simultaneamente se investe em recompor, reconstruir, reinventar.

Por certo refere-se aqui à História em geral, como 'biografia e ação' do ser humano, e não apenas à história presente, que incita todo ser humano a pôr-se questões quanto a seu futuro (e ao de todos). Com efeito, tudo o que acontece a cada presente é resultado do passado em sua totalidade. Nenhuma bomba atômica é concebível sem Galileu e Newton, ou mesmo sem Demócrito e Euclides. O mesmo vale para o Estado soviético, que nunca teria existido independentemente de um Epicuro e do cristianismo, muito menos de Hegel ou de Feuerbach, Marx e Engels. Basta um pouco de antevisão para

¹¹ Jacob BURCKHARDT, *Weltgeschichtliche Betrachtungen*. p. 8: „Allein der Geist ist ein Wühler und arbeitet weiter.“

entender que a questão sobre tal passado é marcada por uma urgência semelhante à que está imbuída no problema posto pelo presente. Melhor dizendo: o problema do presente inevitavelmente se estende ao da História em geral.

Nesse sentido, é importante notar que o problema da História nem sempre foi – ou quiçá nunca foi – tão urgente como é hoje. Apesar do fato de a História haver amiúde maltratado o ser humano, o que o levou sempre a pensar muito, em todas as épocas, é indiscutível que a História ocupou um espaço muito reduzido no pensamento dos homens de outrora.

Abstraindo dos povos orientais, parece que a humanidade ocidental deu bem menos importância às mudanças que a afligem do que a seu *ser*, ou seja, a sua essência permanente ou à "natureza" do homem. Ademais, essa natureza humana era vista como parte de um cosmos exuberante de vida, do *todo* da natureza em geral. Todas as mudanças que afetaram o significado e a ordem da vida humana foram entendidas em termos de uma estrutura [cósmica] imutável. O enigma de tal quadro foi, portanto, considerado um problema muito mais urgente do que o da História. Essa avaliação mais modesta da urgência do problema histórico por si só atesta o fato de que a compreensão do futuro histórico elaborada por nossos antepassados difere muito da nossa. O porvir histórico não se impôs a nossos antepassados como um processo suficientemente profundo e problemático para ser tratado como prioridade.

É aos gregos que devemos a descoberta de quase todos os nossos problemas fundamentais. No entanto, o problema da História não lhes pareceu incluir uma questão filosófica fundamental. Todos sabem que os primeiros pensadores a considerar o problema da História como um problema fundamental foram os do cristianismo. Lembremos em particular de Santo Agostinho. No entanto, nem eles nem seus sucessores no Iluminismo moderno teriam por um momento seriamente considerado a possibilidade de o problema da História ser o mais urgente de todos os problemas. O pensamento humano só chegou a esse ponto quando o pensamento *romântico* se contrapôs ao Iluminismo. Foi somente como consequência do impacto do romantismo e de seus precursores que a "descoberta da História", o despertar do "sentido histórico" e o nascimento das ciências históricas finalmente

ocorreram. Somente a partir desse momento a História começou a ser vislumbrada como a vemos hoje, ou seja, como um processo eminentemente problemático que afeta o ser humano em profundidade. Mesmo no caso do Romantismo, pode-se falar, no máximo, de um mero *começo* [do despertar do significado histórico]. Durante seu primeiro período clássico, a formação histórica [*historische Bildung*] sempre teve como objetivo vincular mudanças históricas à representação de um *todo* permanente das coisas. Consequentemente, essa formação sempre considerou a imagem do todo mais importante e mais decisiva para a ação humana do que a própria História em sua concretude original. Obviamente, tal formato da consciência histórica, cuja perspectiva global segue atual, não foi tão abalada pelo curso da História quanto as pessoas individualmente. Essa formação lidava com a História como um espetáculo majestoso que, embora afetando profundamente as pessoas e estimulando sua reflexão, parecia presente apenas como um monumento da memória do passado, longe da existência concreta dos indivíduos no dia a dia. Na verdade, nenhum ser humano teve da História uma experiência tão "existencial" como aqueles que, no século 20, viveram a maior parte de suas vidas sob o impacto das guerras mundiais. Nesse contexto produziu-se um desafio existencial em que a História, seus responsáveis e suas consequências como tais se tornaram um problema urgente.

Admitida essa premissa, de que no século 21 a História se tenha tornado um problema existencial urgente, pois a experimentamos como tal em nosso íntimo, ainda resta a seguinte pergunta: por que só no nosso tempo tal experiência existencial se tornou incontornável? Os seres humanos de outrora foram mesmo assim tão cegos para essa evolução da História, que dela fez uma experiência tão profundamente transformadora para qualquer indivíduo? Será que no passado mais remoto a percepção desse efeito transformador foi menor do que se tornou nos últimos cem anos? É possível que a História já tenha sido menos desafiadora do que é hoje? A consciência histórica e a própria existência humana eram mais estáveis – menos revolucionárias – do que são agora? Qualquer um que se debruce sobre a história do Ocidente não tem outra opção ao tentar responder a essas inquietações, se não se voltar a si mesmo. Certamente, muita história aconteceu no passado. Isso é uma obviedade. O que permanece é a questão acerca de quanto se tem dela

consciência refletida ou dela se está mais ou menos alienado – e por força de que fatores. A imagem do mundo antigo também foi alterada pela História, sobretudo por dois eventos marcantes: o advento do cristianismo e a eclosão da cultura moderna. No entanto, assim que as comparamos com as transformações que vivenciamos, tais mudanças nos atingem, por assim dizer, pelo fato de terem sido tolerantes com que uma parte considerável do que já era constante no passado permanecesse em seu bojo.

Da Antiguidade ao Cristianismo até o Iluminismo moderno, muitos elementos essenciais foram de fato preservados: pelo Cristianismo, sobretudo a maneira de pensar, a filosofia e a ciência gregas, o tipo de intuição característica da arte grega, os conceitos do direito romano e a ideia de uma humanidade ligada à concepção de um império com vocação universal; pelos iluministas, as intuições e impulsos importantes – sobretudo o *ethos* cristão – que foram explicitamente herdados do cristianismo eclesiástico, do qual o Iluminismo justamente se emancipava. Ainda hoje, o alcance desse legado histórico pode ser medido nos países ocidentais, onde os ideais políticos dos iluministas foram menos abalados do que em outros espaços culturais. Mesmo durante o período iluminista, e apesar de todas as mudanças históricas [que o colocaram em xeque], vários elementos da tradição foram preservados. Simplesmente manteve-se o reconhecimento da verdade de muito do que se tinha antes por evidente. Durante a maior parte de sua história, a humanidade invariavelmente atribuiu um valor maior ao antigo – o permanente que veio do passado – e à preservação da tradição do que à irrupção de algo novo e ao progresso criativo que gerou o novo na História. Na verdade, foi na época que se chamou ‘modernidade’ que a valorização do novo fez sua primeira aparição em cena.

A complexidade da tradição e de seus componentes¹² tornou-se então um tema recorrente e a oposição entre ‘antigos’ e ‘modernos’¹³ marca há duzentos anos o debate e a cultura histórica.¹⁴ Essa valorização do novo

¹² Jörn Rüsen. Tradition: A Principle Of Historical Sense-Generation And Its Logic And Effect In Historical Culture. In *History & Theory* 51/4 (2012) 45-59. Special Issue: Tradition and History

¹³ Anne-Marie Lecoq (ed.). *La querelle des Anciens et des Modernes: XVIIe.-XVIIIe. siècles. Précédé de Les abeilles et les araignées*. Essai de Marc Fumaroli. Suivi d'une posface de Jean-Robert Armogathe. Paris: Gallimard, 2001.

¹⁴ Silvio Vietta. *Die Weltgesellschaft. Wie die abendländische Rationalität die Welt erobert und verändert hat*. Baden-Baden: Nomos, 2016.

ganhou contornos de preconceito favorável, substituindo o anterior preconceito inercialmente favorável à preservação da tradição por si mesma. É próprio ao homem moderno pensar de forma essencialmente revolucionária, vivendo da antecipação do futuro, de modo a sentir o novo como uma compulsão de cunho quase moral, mesmo correndo o risco de negligenciar o que de válido veio carregado do passado na memória.¹⁵ Portanto, obviamente não é coincidência que seja apenas nos tempos modernos que o poder da tradição, um poder que até então se afirmava contra todas as transformações históricas, tem sido objeto de contestação radical, e que ao longo tempo venha sendo tão profundamente como na vida contemporânea. Tampouco é coincidência que o problema da História se torne assim incontornável no exato momento em que ela se impõe decisivamente, e pela primeira vez, como sendo mais poderosa do que a tradição.

Ocorrendo na virada do século 18 para o 19, a descoberta da História só ocorreu porque o poder do 'tradicional' não passava então de uma sombra do que tinha sido. Esta reviravolta é marcada por acontecimentos significativos, como a Revolução Francesa, a filosofia de Kant, Fichte e Hegel ou a poesia de Hölderlin, Goethe ou Novalis. Antes desse momento histórico de virada, a mente moderna tinha que lutar constantemente contra uma tradição que percebia como mais poderosa do que ela. Desde o início do século 19 [e, de certa maneira, até os dias atuais por efeito do cientificismo racionalista], o caráter problemático da História se manteve e mesmo tornou-se mais agudo, à medida em que a história moderna, ao ter gradualmente extirpado de si o conteúdo tradicional, tornou-se cada vez mais revolucionária e histórica [no sentido da historicidade existencial dos agentes]. A nostalgia romântica do passado e da tradição não tinha (como não tem) como inverter essa reviravolta, que veio justamente de um duplo sentimento, de tristeza e de desamparo, despertado no agente pela impressão de que ele sofrera uma perda irrecuperável.

Nesse sentido, a nostalgia romântica é apenas um lamento encantatório que tem a morte (o que já não mais é) como objeto. Nossa relação com a História se transformou ostensivamente ao longo do século 20, ganhando

¹⁵ Jean Chesneaux. *Du passé, faisons table rase?* Paris: La Découverte/ Maspéro, 1976.

contornos de antropocentrismo existencial, transpondo-nos da posição passiva de espectadores (quando não vítimas) de ação alheia, para o "existencial" de um 'estar preocupado com a História', rompendo os laços que ainda mantinham muitas sociedades presas à tradição. Preocupadas que a vida humana de repente fosse privada de conteúdo universalmente reconhecível, muitas sociedades foram tentadas a compensar tal 'vazio' que os ameaçava com violência ditatorial: o século 20 ficou estigmatizado por tais aventuras enfim fracassadas, com base nos mais diversos pretextos políticos ideológicos. A experiência do século 21 infelizmente ainda aponta para resquícios de tais atitudes na gestão política. Tanto no pensamento quanto na ação, nosso próprio questionamento sobre a História é motivado pela mesma angústia vital. É formulado a partir de um mesmo posicionamento em face do nada. Em uma palavra, o problema da História recebe seu caráter de extrema urgência a partir do niilismo ao qual devemos reagir.

Compreende-se assim facilmente que este problema tenha adquirido significado universal para nós, ou seja, que não é apenas o mais urgente de todos os nossos problemas, mas também o mais abrangente. Claramente, a mudança que experimentamos em todas as áreas de nossa existência se espalha para todas as atividades e problemas que essas áreas implicam, cada vez reverberando de uma forma particular. No entanto, em nenhum lugar a experiência de tal mudança é mais marcante do que dentro do devir político. Como resultado disso, não são apenas esferas da existência humana, como economia e justiça, mas também ciência, arte e religião, perpetuamente confrontadas com a questão de sua existência e de seu significado global. Deixemos de lado, no momento, o problema dos efeitos políticos da ação das instituições estatais, e tomemos o exemplo de um especialista contemporâneo em uma ciência particular da natureza, como o físico nuclear: qualquer problema que ele procure resolver implica ter que enfrentar igualmente o problema da importância de sua ação para o destino político da humanidade. O mesmo vale para o artista, o literato: uma obra de arte, uma saga romanesca pode ser produzida hoje sem que seu autor seja questionado sobre seu significado político? E isso não é tudo.

Além desse primeiro tipo de questionamento despertado pela história política [e relacionado ao sentido político das diferentes esferas da existência

humana], há agora também a preocupação com o futuro adequado da economia, do direito, da ciência, da arte e da religião. Em outras palavras, cada uma dessas esferas da existência humana questiona em paralelo seu próprio significado, ou seja, a natureza – estável ou contingente – de seus fundamentos na história atual. Assim, mesmo deixando de lado a luta histórica entre essas opções de hegemonia política, e limitando-se ao ponto de vista rigoroso do significado da economia, tem-se que escolher o formato da gestão econômica (mais ou menos Estado, mais ou menos livre mercado) permanece como uma questão fundamental que, por envolver o destino histórico da economia, ainda mantém sobre a ação individual uma espécie de espada de Dâmoçles que compromete o futuro. *Mutatis mutandis*, pensarmos na instrumentalização da concepção do Direito, a alternativa entre um direito puramente positivo ('existencial') e um direito natural ('tradicional') temos uma questão que media todas as demais questões jurídicas (determinantes da arquitetura prática do exercício social da soberania política). As ciências humanas estão em uma situação análoga: elas realmente admitem a possibilidade de uma verdade reconhecível, ou tudo para elas afinal não passa de uma mera questão de ponto de vista? Mais uma vez, esta é uma pergunta fundamental – o que mais podemos esperar das ciências humanas, da História como ciência? – que nenhuma pesquisa [neste campo] pode ignorar. Na medida em que questões existenciais surgem agora em todos os lugares, o problema do destino histórico tornou-se de fato omniabrangente. A partir daí, o caráter problemático da vida humana está concentrado em sua historicidade.

Isso também é novo. Se todos os representantes da tradição ocidental dos gregos em diante perceberam a estrutura permanente do mundo e da natureza como um problema mais urgente do que o da História, é por causa do fato de o primeiro desses dois problemas também parecer ser um problema mais global. Na verdade, a resposta tradicional à questão da essência da História era que seria um mero tipo particular de ocorrência dentro do mundo, afetando o homem por ser ele uma criatura intramundana, distinguida dentro da natureza por faculdades específicas. Nessa perspectiva, a cosmologia, a física e a ética foram consideradas mais abrangentes do que a filosofia da História. Ainda mais, a mesma conclusão foi necessária, tendo em vista, por um lado, a ontologia (ou metafísica) cujas questões dizem respeito ao ser de qualquer ser,

e por outro lado, a teologia, que problematiza o fundamento último de cada ser no mundo e de cada futuro. A reviravolta causada pela transição da Antiguidade para o cristianismo deixou essa confiança intacta. É verdade que, como já era o caso do judaísmo do Antigo Testamento, o cristianismo distingue na história um problema fundamental: a vida cristã é vivida na consciência de que estão em curso transformações decisivas sobre as quais paira o influxo do fim projetado – a salvação ou a perdição – para a humanidade. No entanto, essa via é imaginada [pelo cristão] dentro do horizonte maior da eternidade de Deus e do mundo permanente que Ele criou. Consequentemente, o questionamento acerca do direcionamento dessas dimensões supra-históricas permanece mais global no pensamento antigo. Assim, ao custo de algumas modificações de forma, questões antigas parecem manter seu significado dentro do cristianismo (mesmo em suas variações desarticuladas conhecidas sob a denominação de ‘neopentecostais’)¹⁶.

Durante os primeiros séculos da era moderna, uma configuração semelhante persistiu. A única diferença é que a noção cristã inicial do fim histórico – feliz ou fatal – da humanidade foi substituída por uma versão secularizada: o obscurecimento da razão, característico dos períodos da barbárie antiga é seguido pelo avanço alcançado em direção à verdadeira racionalidade, um avanço para o qual a Antiguidade clássica tinha de certa forma fornecido um prelúdio veterotestamentário. No entanto, assim como durante a época da supremacia do cristianismo, o problema da História deu lugar a outros problemas que eram considerados mais globais, sobretudo o problema da natureza. A ciência natural moderna – em especial com seus progressos empíricos a partir da segunda metade do século 19 e desde então em ritmo acelerado – põe essa questão de forma desafiadora: não haveria fora dela salvação epistemológica? Aplicam-se suas leis incondicionalmente ao ser humano e a sua liberdade? Há algum imponderável que a ‘ciência universal’

¹⁶ Desde o século 15 as sucessivas reformas e os cismas na e da igreja católica subtraíram-lhe o estatuto de instituição religiosa e política única. No século 20 a multiplicação acelerada de comunidades cristãs alternativas às denominações tornadas clássicas ao lado da igreja católica diluíram em larga medida a autoridade política e moral da religião em geral, no mundo ocidental. Sua instrumentalização político-ideológica em um ambiente político estatal ‘laico’ abriu as portas a novo formato de sectarismo ativista, análogo (mas de longe não tão radical) ao fundamentalismo islâmico armado. Para aprofundar esse complexo emaranhado analítico, ver a revista acadêmica: *Politics, Religion & Ideology* (2011-); antes com o título: *Totalitarian Movements and Political Religions* (2000 - 2010). Londres: Taylor & Francis.

constata, mas não resolve? Tais ‘imponderáveis’ já estavam presentes no campo das humanidades, em particular no da ação do ser humano no tempo, na História. A partir das formulações da teoria da relatividade de Einstein e de seus desdobramentos, os imponderáveis foram igualmente detectados no ‘universo’ da ciência natural, cuja pretensão de verdade absoluta e de exaustão está definitivamente posta entre parênteses.¹⁷

O século 20 consagrou o reconhecimento das redes relacionais de fatores¹⁸ que são utilizadas para apreender, entender, interpretar e explicar fenômenos ‘naturais’ e ‘humanos’. Em particular a questão da historicidade do ser humano como o ‘meio natural’ em que sua razão existe e opera. O ser humano e sua ação são realidades intramundanas, incluídas a percepção (experiência) do mundo, sua descrição, seu entendimento e sua interpretação. A autonomia racional do ser humano, que se pensou um dia sacrificar no altar da impessoalidade inexorável das leis naturais, se afirma como instância referencial da existência mesma da concepção de mundo e das ‘leis’ que o regulam. Tais ‘leis’ só existem porque a razão humana as enuncia. Assim como a História só existe porque pessoas são e agem, vivenciam e refletem. E se autoenunciam no tempo. A generalização comum nos enunciados científicos (todos, nenhum...) é uma herança composta dos grandes paradigmas dogmáticos da teologia cristã no Ocidente (paradigmas existentes também nas civilizações orientais, com outros pressupostos) e do anseio romântico de totalidade (conhecer a origem, o passo e o destino de si) cujo ponto fulcral passou a ser antropogênico, antropocêntrico, antropológico e antropotrópico.¹⁹ Desde o final do século 20 fala-se de antropoceno²⁰, para designar o impacto do homem sobre a natureza, notadamente com a aceleração da industrialização desde finais do século 18. Iluminismo e Romantismo investiram assim o agente racional humano de sua armadura filosófica justificadora da conformação da

¹⁷ Thomas Blankenheim. *Unterwegs in gekrümmter Raumzeit: Die Relativitätstheorie*. S.l., 2018.

¹⁸ Estevão de Rezende Martins. “O conhecimento histórico e sua rede fatorial”, in E. de Rezende Martins: *Teoria e Filosofia da História*. Curitiba: W. A. Editores, 2017, p. 15-36.

¹⁹ Dentre muito outros, cf. Zoltán Boldizsár Simon. *The Epochal Event. Transformations in the Entangled Human, Technological, and Natural Worlds*. Londres: Palgrave/MacMillan, 2020: “[this book] aims at developing an understanding of our recent anthropogenic planetary crisis by creating concepts through which we conceive of the world and ourselves”, p. V.

²⁰ Termo utilizado pela primeira vez pelo biólogo estadunidense Eugene F. Stoermer (1934-2012) e popularizado a partir de 2000 pelo químico holandês Paul Crutzen (1933-2021), prêmio Nobel de Química em 1995.

vida e da intervenção na natureza. A História é, pois, o desfilir incessante do agir humano no tempo, que em tudo interfere em sua passagem: a ‘revolução copernicana’ faz do mundo um espaço vivo, pertencente ao homem. Não apenas é histórico o ser humano, mas o é, malgrado sua realidade duradora, a natureza de que o homem se apropria.

Como resultado, não é mais o mundo, mas a História, que se torna o problema mais global. Estamos, sem dúvida, testemunhando aqui a revolução copernicana descrita por Kant da seguinte forma: longe da intuição e do pensamento sendo orientado de acordo com a constituição dos objetos [*coisas*], são esses objetos que, enquanto *nostros* objetos [*temas de estudo*], dependem da constituição por nossa intuição. É nosso entendimento que põe e aplica as leis segundo as quais agrupamos os fenômenos em um todo ordenado, o da natureza.²¹

Desde então, cresceu a convicção de que o mundo em si não é uma grandeza inequívoca a ser meramente referida, mas que tudo efetivamente depende do ponto de vista a partir do qual o mundo é examinado. Enquanto Kant ainda considera a ciência da natureza e a da moral como as únicas visões históricas sobre o mundo que o homem pode adotar, a descoberta romântica da História provoca a irrupção de uma abundância de possíveis concepções do mundo, cujas variações alteram imediatamente o significado de cada questionamento humano sobre o mundo e seu conteúdo. O mundo, a natureza, o ser e Deus não se prestam mais a ser problematizados previamente à História, por um lado, porque a questão crítica que diz respeito à posição histórica do questionamento que os visa (sobre o caráter relativo da nossa apreensão do mundo, da natureza, do ser e de Deus) e, por outro lado, porque chegamos ao ponto de duvidar da possibilidade de as coisas que representamos para nós como sendo em si mesmas, o sejam de fato, além de serem para nós.²² No entanto, basta levar essa dúvida em conta com toda a seriedade existencial que merece para que a história se torne de fato o horizonte final de todos os problemas. Somos mais uma vez confrontados com o surgimento do niilismo,

²¹ Cf. Immanuel Kant. *Kritik der reinen Vernunft* (1787), B 163ss.

²² Uma das formas de contornar tal consequência cética foi a criação de um refúgio abstrato na linguagem, dispensada de preocupar-se com a pertinência empírica de seus enunciados. A virada linguística e suas dificuldades foram bem apresentadas por Richard Rorty em 1967 (*The Linguistic Turn*. University of Chicago Press).

que consiste precisamente no fato de que o nada agora parece ocupar o lugar que antes pertencia ao ser permanente.

O que intriga atualmente é entender por que a História galgou tais alturas na escala do entendimento contextual do agir humano – do homem da rua (quotidiano, senso comum) como do especialista em seus arcanos. Será que os homens do passado foram assim tão cegos, como parece, ao ponto de não se darem conta de seu poder com relação às coisas? Deixaram mesmo de entender que é seu próprio entendimento a impor à natureza suas leis e que, de um jeito ou de outro, põe as coisas na História? Ou quem sabe seu poder ainda não fosse forte o suficiente? Teríamos de concluir que os homens de outrora não eram tão poderosos, ou mais exatamente tão ciosos de seu poder como os de hoje? Com respeito a nós, qualquer um que olhe para a história do Ocidente é forçado a admitir a pertinência dessa hipótese.

No entanto, o aumento moderno do poder humano, tanto no pensamento quanto na ação, não poderia ter ocorrido se a possibilidade de tal aumento não pertencesse em si mesma à essência humana. Nada disso teria ocorrido se não existisse a liberdade humana, tão surpreendente, ao ponto de inquietar mesmo seu titular. Obviamente, antes de fazer uso dela, o ser humano não imaginara adequadamente a incomensurabilidade de sua própria liberdade. A esse propósito: já que se remete às possibilidades da liberdade, quem sabe nossos antecessores entendessem e usassem de uma forma radicalmente diferente, com relação a hoje, o poder que possuíam em virtude de sua essência? A liberdade seria a potência intrínseca ao modo humano de ser, de aderir a um paradigma previamente dado (por exemplo: o dogma da fé) ou de o recusar (sem modulações intermediárias, dependente de circunstâncias ou de distinções escolásticas entre a liberdade como definição do modo de ser e a liberdade de escolha diante de alternativas postas). Se assim fosse, seria necessário determinar se esses dois possíveis entendimentos de liberdade – o antigo e o nosso – são igualmente legítimos, ou se importa distinguir aqui entre uma compreensão e um mal-entendido [acerca da liberdade humana], entre seu uso correto e o uso indevido que pode ser feito dela. Supondo que tais distorções sejam necessárias, resta decidir onde situar o mau uso e o mal-entendido [acerca da liberdade humana]: do lado dos antigos ou do de hoje? Seja qual for a resposta para esta última pergunta, é inegável que os antigos não

afirmaram seu poder como se fez na modernidade. Não é que eles se tenham subestimado, sem alcançar a consciência do considerável alcance de seu verdadeiro poder. Diversamente de nós, os antigos não reivindicaram o poder a priori como algo próprio a si mesmos, como se fosse seu bem exclusivo, uma propriedade original. Pode-se reconhecer que o homem antigo chegou a esboçar alguns passos nesta direção.

O homem antigo, entretanto, vivia compreendendo a si como uma criatura inserida em um cosmos, limitada por uma tripla dependência das outras partes do cosmos, do todo dessas partes, e provavelmente também em um fundamento último, transcendental, supramundano com respeito à da totalidade das coisas. Mais ou menos consciente da liberdade constitutiva de sua essência, o homem antigo vivia na dependência íntima de potências que acreditava maiores do que ele e a ele superiores. Em outras palavras, livre em essência, mas enredado em uma fé cósmica ou teológica.²³ A versão teológica introduzida pelo cristianismo de certo modo rompeu a moldura cósmica dominante, redefinindo a liberdade como uma faculdade sem cujo uso a afirmação legítima do ser humano ficaria lacunar e deixaria de operar a adesão requerida ao plano providencial da salvação.²⁴

O cristão percebe que este poder é tão grande que lhe é mesmo possível se opor à onipotência que originalmente lhe conferiu tal faculdade. No entanto, por acreditar que emancipar totalmente de Deus o poder de sua liberdade é um mau uso dela (um pecado, na terminologia estabelecida) – e como a única razão de ser do cristianismo é superá-lo, a eclosão da liberdade humana permaneceu decisivamente entravada. Essa potência só é assumida e efetivamente ativada de modo amplo quando os iluministas voltaram suas baterias contra o dogmatismo religioso, proclamando a soberania absoluta do homem e exigindo sua total autonomia.²⁵ Foi somente a partir desse momento que tomou conhecimento da possibilidade de entender o mundo a partir do ‘eu’, e que se descobriu que só é possível falar de ‘coisas’, para nós, na medida em que (e de acordo com a forma como) tomamos conhecimento delas.

²³ Wilfried Nippel. *Antike oder moderne Freiheit? Die Begründung der Demokratie in Athen und in der Neuzeit*. Frankfurt/Meno: Fischer, 2008.

²⁴ Adolphe Gesché. “L’invention chrétienne de la liberté”. In: *Revue théologique de Louvain*, 28^e année, fasc. 1, 1997. pp. 3-27

²⁵ Hardy Bouillon (ed.). *Freiheit, Vernunft und Aufklärung: Ein Immanuel-Kant-Brevier* (Meisterdenker der Freiheitsphilosophie). Basileia: Schwabe, 2015.

Durante os primeiros séculos após a proclamação de sua nova independência, o homem [esclarecido], sempre levado pelo resistente espírito da tradição, queria permanecer fiel ao mundo e ao Deus de quem recebera a dignidade de ser livre e autônomo. No geral, a era do Iluminismo ainda remanesceu religiosa. No entanto, como sua concepção da liberdade soberana significava que somente o homem está apto a decidir tudo – até mesmo sua própria dependência – exclusivamente como achasse adequado, era necessário que, ao fim e ao cabo, de fato não restasse nada dessa dependência. Afinal foi imperativo reconhecer que o homem soberano só podia contar consigo mesmo. Para ele como para o homem contemporâneo, todo ente só é se for decidido, na História, entendê-lo como sendo. A menos que tenha decidido a favor de uma concepção particular do mundo ou de uma fé religiosa particular, tal homem soberano está sempre confrontado ao nada.²⁶ Ele realmente se tornou uma criatura radicalmente histórica: um ser cuja espontaneidade criativa é responsável por produzir sua própria concepção de vida e do mundo. Infelizmente, uma vez que este último píncaro da liberdade foi alcançado, o homem também se tornou consciente do seguinte problema: concepções humanas [da vida e do mundo] têm repetidamente fracassado ao longo da História e continuam a falhar diante dos respectivos contemporâneos.

Nesse sentido, a História é o problema mais difícil para o homem do nosso tempo. A extrema dificuldade que ela representa consiste no fato de que, não contente em fazer parte da mais alta liberdade humana, ou seja, de uma liberdade soberana, a História é simultaneamente uma questão de destino, ou seja, mais precisamente, de um destino dos mais impenetráveis, dos mais difíceis e dos mais absurdos.

Antes de mais nada, a História é o âmbito adequado da criação e ação humana, a esfera em que tudo o que possa ocorrer depende da iniciativa humana: guerra, política, economia, direito, ciência, tecnologia, arte e religião. É o lugar onde decisões marcantes são tomadas, o teatro da ação de homens e povos cujo papel histórico todos devem reconhecer como decisivo. Isso parece historicamente indiscutível: séculos e milênios foram o foro particular da ação

²⁶ Duas obras marcantes da primeira metade do século 20 tornaram-se ícones dessa constatação: *O ser e o tempo* (1927) de Martin Heidegger (Petrópolis: Vozes, 2015, 10ª ed.) e *O ser e o nada. Ensaio de ontologia fenomenológica* (1943) de Jean-Paul Sartre (Petrópolis: Vozes, 2015, 24ª ed.).

livre de homens e grupos excepcionais – da antiguidade clássica até o mundo contemporâneo, as referências da afirmação da autonomia humana passam através dos tempos de Aristóteles a Winston Churchill.

E enquanto a liberdade humana é decidida diariamente apenas em virtude de uma submissão inercial a certas concepções dominantes [da vida e do mundo], a liberdade dos inúmeros protagonistas se alça para além da moldura predominante herdada e volta seu olhar para além do horizonte empiricamente instalado. Assim como os iluministas do século 18, os realistas literários do século 19 ou os revolucionários político-econômicos do século 20 fizeram. O quadro de Eugène Delacroix, *La liberté guidant le peuple* (1831), alegoria dos três dias da sublevação popular (em julho de 1830: as “três jornadas gloriosas”) que levou à queda do rei Carlos X na França, exprime bem como a estética da liberdade enraizou-se de vez na consciência histórica do agente racional humano. É a liberdade cotidiana de cada um (mesmo se no passado a tradição da história política se restringisse a destacar ‘providenciais grandes homens’, a que se atribuía tudo o que acontecesse) que marcam os tempos e instituem o que, feito e pensado, transformam tempos em história e, por assim dizer, a cultura histórica em biografia da humanidade. Nesta perspectiva, a História se nos apresenta como um palco, no qual o gênio e a grandeza do homem se produzem. É, aliás, por essa razão que a História às vezes suscita em nós o entusiasmo que pode ser despertado pela visão de algo final e incomparável.

Em nossa educação histórica, é esse último aspecto da História que geralmente é enfatizado de forma mais marcante. A diversidade de eras e tendências é interpretada em sua totalidade como uma riqueza, e cada característica histórica é descrita como um espetáculo grandioso e cativante da natureza humana. Dissonâncias e catástrofes são ressignificadas para receber sentido de superação e correção – como no caso dos grandes traumas da História, a escravidão, o Holocausto e outras formas de genocídio. Na verdade, todo o processo histórico coloca um desafio constante para lidar com a memória e com a experiência histórico-cultural das crises e dos cataclismos: “A vaga do coração não espumaria tão lindamente para o alto, transformando-se em espírito, se o velho rochedo mudo do destino não lhe tivesse posto

obstáculo”.²⁷ A alegoria poética de Hölderlin aponta para o fato de que os percalços da vida humana – dos mais corriqueiros aos mais dramáticos e dolorosos – provocam choques traumáticos que servem de impulso para que o espírito se alce, pela reflexão, sobre a História e se projete para o futuro, escapando do risco de ser esmagado pelo infortúnio. Quem quer que tenha feito a experiência existencial da história concreta sabe o quanto ações inumanas de humanos podem acarretar o oposto do exercício racional da liberdade humana, dando dela cabo. O ser humano testemunha guerras e ações políticas cuja evolução não obedece mais à vontade de quem as desencadeou.

Ele observa como a economia, a tecnologia e as várias correntes de pensamento, qual poder sobre-humano e demoníaco, insolente e abusivamente trilham seus caminhos próprios [ignorando, desprezando mesmo os percursos que os homens possam ter desejado encetar]. O agente humano é perfeitamente capaz de ver que cada verdade supostamente eterna, cada interpretação do sentido suposto da vida, que se tenham prestado a justificar sua prevalência (não raro violenta – inobstante o pensamento democrático ‘universalizante’ gradualmente difundido desde o início do século 19), são varridas do tempo à medida que as épocas se sucedem.

O homem pode suportar ‘destinos’ que lhe pareçam estar carregados de significado, seja por se explicarem por sua razão seja por ancorá-lo em alguma fé. Quando a História faz um mundo inteiro ou toda uma época desaparecer, todavia, as misérias que afligem diariamente a existência humana e que seriam suportadas sob a condição de fazerem sentido para um bem maior ou fim excelso (em uma espécie de lógica do martírio), tornam-se insuportáveis se confrontadas com a perdição causada pela revelação do absurdo de qualquer destino histórico. Quando a tradição é interrompida por causa de um outro destino histórico transformador, mesmo as cabeças pensantes mais engajadas, cuja voz parecia orientar fins, escolhas e ações de multidões, tornam-se impotentes – também elas varridas pela mudança que as destitui de sua preeminência. Pode-se ter a impressão então de que a ‘máquina do tempo’ roda sozinha, impondo a todos fins e meios determinados. Que o determinismo seja

²⁷ Friedrich Hölderlin (1770-1843), *Hyperion oder der Eremit in Griechenland*, 2 vols., 1797-99. Vol. 1, Livro 1. *Hyperion an Bellarmin*.

transcendente (religioso, por exemplo) ou imanente (biológico, por exemplo), não faz diferença quanto aos efeitos.²⁸

Se tivermos presente que a maior parte das pessoas geralmente nada mais faz (ou pode fazer) do que acompanhar ou sofrer o evento histórico, tudo parece estar sujeito aos caprichos do ‘destino’ - tome-se como exemplo recente a guerra de agressão iniciada pela Rússia em 2022 contra a Ucrânia – tanto as concepções dominantes [da vida e do mundo] quanto as relações entre as pessoas que as definem ou lideram parecem ser as únicas a efetivamente pesar sobre o cotidiano da História (como ocorre com gurus, políticos, líderes religiosos, expoentes da economia e das finanças, corporações de ofício [como sindicatos], grupos étnicos, etc.). Certamente, nossa liberdade de repente parece ser ou ter sido muito limitada. Nós não passamos, em última análise, de crias de nosso tempo. Esse tempo passou? A História em seu todo não nos poupará mais do que ele nos terá poupado ou pesado. Se formos forçados a considerá-lo como vencido, a História nos precipita na mais profunda angústia. Essa angústia desperta em nós o medo de que o ser humano provido de sentido seja impossível.²⁹ Toda a riqueza da História engendra para nós afinal um oceano de ilusões perdidas, e as sofridas lutas históricas por uma existência humana significativa são brutalmente reveladas como sendo apenas suplícios de Sísifo.³⁰ A irresistível ‘vitória’ da História às nossas custas é semelhante a uma catástrofe que nada pode mais evitar.

Para quem vivencia a História como destino, ao qual ninguém escaparia, a impotência do ser humano aparece necessariamente como uma lição básica dada pelo devir histórico. No entanto, todo o enigma da História reside no fato de que ela, apesar de tudo, só pode ser uma questão da liberdade humana. Tudo o que, inelutavelmente, nasce e morre na História é e continua

²⁸ Steve Fuller. *Humanity 2.0: what it means to be human past, present and future*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire New York: Palgrave Macmillan, 2011; _____. *Preparing for life in humanity 2.0*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.

²⁹ O dilema da angústia perpassa todo o século 20 de forma intensa, em suas diversas versões existencialistas (cf. por exemplo, Martin Heidegger. *Carta sobre o humanismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967; orig. 1947). A desumanização dos humanos é um tema filosófico e historicamente angustiante, que alcançou um grau de difusão igualmente intenso no Novecentos. A título de exemplo, um clássico da antropologia filosófica: Pedro Dalle Nogare. *Humanismos e Anti-humanismos*. Petrópolis: Vozes, 2009, 14ª ed. A defesa do humanismo e de sua reinstauração como valor transcendental de referência aparece também em Jörn Rüsen. *Teoria da História* (ver nota 7), Capítulo VIII: História prática – aprender, compreender, humanidade (4. A superação do etnocentrismo pelo humanismo histórico).

³⁰ Albert CAMUS (*Le mythe de Sisyphe*, Paris: Gallimard/NRF, 1942) comparou o "homem absurdo", o homem privado de significado, a Sísifo.

sendo nossa vida humana, uma vida impossível sem sentido e sem nossa participação. Seguimos, pois, a lidar com a História que temos de fazer nós mesmos, e que exige de nós dela participar pensando e agindo. Mesmo aqueles que interpretam a História como sendo eventualmente um amontoado de catástrofes sem sentido não escapam da questão sobre algum sentido que seja, em especial se a História, em sua essência, possui algum sentido, próprio ou atribuído.

Dito isso, o fato é que a questão [do sentido da história] parece realmente ser uma questão desesperada. Pois, se tudo o que parecia servir de base sólida para ela tornou-se contingente da mesma forma que a tradição, o homem [contemporâneo] não tem critérios imutáveis para julgar mudanças históricas. Por outro lado, se tudo o que é permanente – o mundo, a natureza, o ser – já não está firmemente estabelecido em si mesmo, mas só é assim para nós, se o que importa é exclusivamente como nos posicionamos em relação a essas coisas, acabamos inevitavelmente precipitados de volta ao problema do devir histórico. Nosso problema mais abrangente, a História, não nos permite prosseguir nosso questionamento além de seu próprio horizonte envolvente. Ora, como a História parece ser o contrário de tudo o que se tem por permanente e dotado de sentido, parece completamente impossível dizer dela, nela estando imerso, qualquer coisa que esteja firmemente estabelecida e faça sentido. Com efeito, como uma coisa essencialmente enigmática poderia esclarecer-se por si mesma? Como as cosmovisões, as concepções da História parecem excluídas por ela mesma. A História se envolve, diante de nossos próprios olhos, em um espesso, impenetrável véu.

Sentido, liberdade, consciência

Não constitui surpresa que o pensamento contemporâneo se debata com a busca de uma solução confiável para enfrentar esse problema maior. O estabelecimento de uma perspectiva epistemológica que sustentasse a razoabilidade científica da História elidiu esse problema, colocando a filosofia da História de lado. Esta passou a ser qualificada, mais ou menos diretamente,

como especulação fora do mundo real da pesquisa e da demonstração empiricamente fundada.³¹

É possível elaborar uma tentativa de solução para o problema da História como ele se nos apresenta? Se é necessário buscar essa solução dentro da própria História, então é preciso primeiro se concentrar no que é compreensível na História, a fim de poder passar, quanto possível, ao incompreensível. Para nós, a História é incompreensível enquanto um destino inexorável, ou seja, como um processo catastrófico para o sentido pelo ser humano, para o ser humano e com o ser humano. Pelo contrário, ela nos parece compreensível na medida em que é uma questão de liberdade. Em que os jugos podem ser sacudidos, inclusive os herdados pelo legado cultural do tempo. Por essa razão, a filosofia da História ganha fôlego se se concentra na reflexão sobre a realidade, o paradoxo da liberdade humana e de seu uso no pensar e no agir. Somente um 'eu' com efetiva consciência histórica de si e de seu meio cultural pode orientar-se autônoma e criticamente na 'selva' da modernidade, em que subsistem civilização e barbárie. Angústia sim, mas também liberdade de alçar-se reflexivamente acima do imbróglio turbilhante do mundo. Por essa razão, os filósofos da História verdadeiramente radicais, ou seja, aqueles que compreendem em todo seu alcance o problema que a História põe, tomam como ponto de partida de sua reflexão a liberdade da vida humana, uma vida cuja autoconsciência expressa no "eu" fornece a única orientação ao pensamento autônomo do homem moderno. Obviamente, há também concepções teóricas da História cujo ponto de partida coincide com um destino último dela, que lhe é determinante. Pensemos, por exemplo, em todas as teorias que consideram os processos históricos como se fossem processos naturais simples e que se esforçam para concebê-los como mais um caso especial regidos por leis biológicas, psicológicas ou sociológicas. Essas teorias não compreendem o problema da História em todo seu alcance e com a radicalidade requerida, que deve ser explicitada aqui: orientando-se com base em uma concepção da natureza sempre já entendida como um conjunto de fatos regidos por leis e capazes de verificação inequívoca, esquecem ela que sua

³¹ Cf. Odo Marquard. *Schwierigkeiten mit der Geschichtsphilosophie*. Frankfurt/Meno: Suhrkamp, 1973. Ver a excelente resenha de Sérgio da Mata em <https://www.resenhacritica.com.br/tag/marquard-odo-aut/> (da edição em espanhol: *Las dificultades con la filosofía de la Historia*. Valencia: Editorial Pre-Textos, 2007).

ideia de "natureza" é especificamente moderna. Enquanto tal, essa ideia se torna necessariamente problemática, como tudo o que é histórico. Por persistirem no modo de pensar típico do Iluminismo ou do Romantismo, essas teorias ignoram o fato de que não se pode adotar a mesma atitude de observador imparcial em relação à História que, dentro de certos limites, há como adotar em relação à natureza – em particular na observação dos fenômenos ditos triviais, ou de primeira ordem. Na realidade, a dimensão de destino inexorável supostamente atribuída à História coloca nosso próprio destino em jogo. Quem examina um passado distante nunca deve esquecer que esse passado é a pré-história da humanidade presente, e que o fio que o conecta ao tempo presente é um devir histórico único. Por essa razão, uma teoria histórica que não problematize a liberdade humana desde o início, ou seja, a inevitável tomada de posição dos homens que fazem história, não faz justiça a um aspecto crucial da realidade histórica. Com efeito, ao privar continuamente a liberdade de seu significado, o caráter da História como destino – providencial ou determinista – parece nos impor tratar a vontade e a ação humanas como ilusórias e irrelevantes.

Deve-se reconhecer que as perspectivas históricas resultantes de tal abordagem às vezes merecem atenção. No início do século 20, pode ser lembrada aqui a teoria de Oswald Spengler. O desalento com as crises sucessivas que marcaram o ocaso do concerto europeu do século 19 e a sensação social de que o mundo cessara de fazer sentido e que o horizonte era abissal levaram ao diagnóstico da falência do modelo ocidental como matriz civilizatória do mundo – o que instituiria o sentido maior da História, para todos. As teses de Spengler revelam a inconsistência ou o absurdo – se quisermos refletir sobre o problema do presente histórico – da noção de um curso da História de acordo com leis idênticas para todas as culturas. Todos os demais mal-entendidos de Spengler decorrem deste primeiro erro fundamental.³²

Entre os filósofos modernos, aqueles que realmente apreenderam a relevância do problema da historicidade humana tomaram como ponto de partida a única luz que brilha na densa obscuridade da História: a projetada pela liberdade. Para esses filósofos, a base definitiva e irreduzível da

³² Oswald Spengler. *O declínio do Ocidente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973 (orig. 1918-1922).

compreensão histórica deve ser encontrada na razão humana, na mente humana ou na vida humana tal como ela é vivida na prática. De acordo com as famosas palavras de Dilthey, é preciso entender a vida de si mesma.³³ É assim que todos os filósofos modernos da História [que não tenham uma visão clara de seu objeto] pretendem proceder: conceber a possibilidade e o significado das catástrofes com as quais a humanidade é afligida na História, tomar como seu ponto de partida a humanidade livre, cuja ação histórica é dotada de significado.

Por necessidade, qualquer um que estivesse a montante de tais desastres, ou seja, no início presumido da História, os consideraria impossíveis, se é que lhe fosse possível formar deles alguma ideia, seja em que formato for. Deixemos em aberto aqui a questão de se alguém pode encontrar, entre as diferentes perspectivas sobre o declínio que têm sido repetidamente desenvolvidas no plano do mítico, o equivalente a alguma formulação do problema da História, tal como se tornou evidente na modernidade. Para ser explicitamente enunciado, o *problema* da História pressupõe uma *experiência* da História. Mas o ser histórico que haja sobrevivido a uma catástrofe de alguma forma também a terá superado. Que tal fase de sua vida tenha passado, permite que sua vida presente possa assumir novas formas e adquirir novos significados. E enquanto a vítima dos percalços da História se vê compelida a compreender a falência de sua época como a irrupção de um absurdo que a leva de roldão, o pertencimento a uma nova era, dotada de sentido, permite ao sobrevivente aos naufrágios históricos começar a compreender a intrigante transformação por que passou. Como parte de um novo tempo, o agente humano não pode mais considerar como verdadeiras e cogentes sua própria maneira anterior de pensar e as formas de sua vida passada.

É-lhe contudo possível refletir sobre o ocorrido no passado, interpretá-lo, julgá-lo (cognitiva e moralmente), esclarecer suas causas, identificar seus efeitos, ponderar suas conseqüências – enfim, inscrever na consciência presente o traço persistente da continuidade da existência no tempo. Sem esse exercício, a consciência histórica individual e sua expressão social colapsariam e

³³ *Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften* (1910). Ver a propósito: Johannes Rütsche. *Das Leben aus der Schrift verstehen: Wilhelm Diltheys Hermeneutik*. Berlim, Londres, Nova Iorque: Peter Lang. 1999

)

teriam de admitir a prevalência do *non-sense*, do *anything goes*, própria da corrente dita pós-moderna – para a qual a realidade não passaria, afinal, de ficção imaginativa e de jogo de linguagem.³⁴

Se reconhecemos aqui ser essencial que o ser humano se entenda a partir do sentido próprio a sua existência, e não a partir de circunstâncias extrínsecas, cabe então supor que o ‘homem antigo’ não se compreendia corretamente. Ele ainda não se encontrara, não vivia em si mesmo. Entende-se assim que o esquema moderno do pensamento histórico consiste em assentar a ideia de que a História é o próprio caminho (ou o desvio) que a humanidade trilha para encontrar-se. Ganha assim sentido pertinente a afirmação de Hegel, que a história do mundo é “o progresso na consciência da liberdade”.³⁵

O pensamento moderno somente vislumbra uma solução para o problema da História na ideia filosófica de progresso da razão.³⁶ Não constitui surpresa, portanto, que essa ideia seja também a noção fundamental pela qual o Iluminismo moderno entendeu sua própria situação.³⁷ Os iluministas olharam para o passado com a convicção de que o homem moderno tinha finalmente conseguido efetivar sua verdadeira liberdade e racionalidade, fazer existirem a verdadeira ciência e a verdadeira humanidade. Ao mesmo tempo, o estado característico de privação do homem pré-moderno, que não teria podido fruir de todos esses bens, parecia-lhes algo simplesmente falso, não natural, no limite, uma barbárie; tal situação teria sido causada pelo que há de pior entre todas as faculdades inerentes ao próprio ser humano; os mecanismos de alienação aplicados pelos detentores do poder político ou religioso esmeraram-se em manter cativos todos seus semelhantes de superstições (por exemplo: os mitos, a sociedade estamental), astuciosamente arquitetadas. Não se pode negar

³⁴ Cf. Paola Pugliatti. *The Fictionalisation of History and the Issue of Verisimilitude*. In: *Shakespeare the Historian*. Londres: Palgrave Macmillan, 1996, p. 69-74.

³⁵ “Die Weltgeschichte ist der Fortschritt im Bewußtsein der Freiheit - ein Fortschritt, den wir in seiner Notwendigkeit zu erkennen haben.” (Introdução à “Vorlesung über die Philosophie der Weltgeschichte”). Mais adiante encontra-se uma formulação análoga: “Die Weltgeschichte stellt [...] [die] Entwicklung des Prinzips, dessen Gehalt das Bewußtsein der Freiheit ist, dar.” Hegel, G.W.F., *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*. In: *Sämtliche Werke*, vol. 9, edit. G. Lasson, Leipzig, 1923 (VPhG), p. 2, 7.

³⁶ Cf. Pauline Kleingeld. *Fortschritt und Vernunft: Zur Geschichtsphilosophie Kants*. Würzburg: Königshausen und Neumann, 1995; Birgit Recki. *Die Vernunft, ihre Natur, ihr Gefühl und der Fortschritt: Aufsätze zu Immanuel Kant*. Paderborn: mentis, 2006; Steven Pinker. *Rationality: What It Is, Why It Seems Scarce, Why It Matters*. Londres: Penguin Books/Viking, 2021

³⁷ Cf. Steven Pinker. *Enlightenment Now: The Case for Reason, Science, Humanism, and Progress*. Londres: Penguin Books/Viking, 2018;

– sobretudo na era das redes sociais, da ‘pós-verdade’ (leia-se: da mentira), da enganação propagandística, da manipulação de crenças arbitrárias e da apologia da falsidade³⁸ – que tal explicação, muitas vezes descartada sem qualquer outra forma de análise, não contenha alguma dose de verdade. Dito isto, meios artificiais como a encenação do poder religioso e a violência do poder político não poderiam em si mesmos ser plenamente satisfatórias como explicação. Deve-se poder supor que, no mínimo, a própria vida *natural* da humanidade tenha influído de alguma maneira. Recorde-se aqui a analogia – já antiga na época – entre o devir histórico da espécie e o devir natural do homem individual: assim como é apenas gradualmente, começando desde a infância e superando incontáveis preconceitos, que o homem, finalmente racional e livre, alcança a si mesmo, a humanidade somente recentemente atingiu a maturidade e a maioria o que bem poderia ser entendido como o ápice de um processo de desenvolvimento. Foi um raciocínio desse tipo que levou o homem iluminado a combinar a noção de progresso com a ideia de desenvolvimento. Esta nova ideia permitiu-lhe contemplar o passado transcorrido, que a História havia esvaziado de seu significado, sob o aspecto de um processo natural de amadurecimento das forças humanas que, por vezes, como se pode compreender e explicar, produzira irracionalidade.³⁹

Sem os conceitos de progresso e desenvolvimento – conceitos aos quais às vezes se adicionava a ideia de que os fenômenos históricos se conformariam a alguma lei – o pensamento histórico moderno não teria sido possível. Mas era inevitável que, ao completar a já iniciada descoberta da História, o romantismo se deparasse com uma dificuldade que, em última análise, tornaria inviável a suposta solução iluminista do problema da História. O futuro histórico pode ser apreendido sob as duas espécies de progresso e desenvolvimento, se e somente se o observador da História tiver, por sua vez,

³⁸ Cf. Valdeci Araújo; Mateus H. F. Pereira. “Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital” In. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, p. 270-297, jan./dez. 2016.

³⁹ Não se trata apenas da irracionalidade desumana, ou do mal – moral, religioso ou político. Como explorou Walter Strich em seu *Der irrationale Mensch. Studien zur Geschichtsphilosophie* (Berlim: Verlag Lambert Schneider, 1928), a feitura da História decorre igualmente da criação estética, que escaparia à modelização racional filosófica. A ‘conciliação’ entre racionalidade filosófica e ‘irracionalidade’ estética é afinal operada pela ‘Escola de Frankfurt’: um excelente panorama analítico se encontra em Martin Jay. *Dialektische Phantasie. Geschichte der Frankfurter Schule und des Instituts für Sozialforschung* (1923-1950). Frankfurt: Fischer Verlag, 1976.

alcançado seu objetivo. A solução iluminista para o problema da História pressupõe que o próprio historiador tenha chegado do verdadeiro sentido de seu “ser um homem livre”. O requisito mínimo é que ele já possua (ou faça) uma ideia de qual é o ponto final do processo histórico. Em outras palavras, a solução iluminista do problema da História só é viável se a época contemporânea e o sentido da História estiverem firmemente estabelecidos. Ora, o Romantismo - em todas as suas versões, inclusive as recentes, que se articulam em torno de uma apoteose da ficção literária – é o resultado de uma experiência concreta vivida, após o choque da Revolução Francesa, que a História torna possível, na busca de superar o que aparece como a ingenuidade característica do filósofo iluminista, que se considera bem seguro de ter razão quanto à racionalidade, empiricamente controlável, da História. A pretensão, de cunho neodespótico, da concepção iluminista da História, é que seu sentido seria único, apreensível e executável dentro do quadro referencial do progresso/desenvolvimento do agente racional humano, avalista da felicidade essencial e definitiva da espécie humana, duma verdade que os iluministas concebem como essencial para a felicidade do homem. Tal pretensão tropeça na crítica romântica de que a História, em sua projeção futura, é uma página em branco. Nessa página se inscreve a ação humano no tempo, conforme o exercício de sua liberdade substantiva. É certo que o contexto herdado do passado e a circunstância do eu no presente não são um vácuo, influem na formação do agente e pesam sobre seu decidir e fazer. O Romantismo enuncia um novo sentido histórico e uma afinidade nova com o mesmo passado que seus antecessores iluministas viam como página a ser virada. O século 21 opera com a convicção de que um futuro aberto é compatível com o ‘estoque filosófico iluminista’, aliviado de seu lastro algo determinista, que supõe a verdade de princípios racionais intocáveis. Com efeito, o projeto da razão iluminada se firma em torno da concepção da liberdade e da autonomia do ser humano, cuja dignidade veio a ser concretamente enunciada nas sucessivas declarações dos direitos da pessoa humana, desde 1776.⁴⁰ Embora sempre se possa aprofundar a crítica aos enunciados, a tese basilar resta: o ser humano é

⁴⁰ Cf. Gerhard Oestreich. *Geschichte der Menschenrechte und Grundfreiheiten im Umriß*. Berlim: Duncker & Humblot, 1978.

em si, por si, para si e com seus semelhantes⁴¹, sob diversas formas de organização social, originariamente voluntária, conforme supõe Jean-Jacques Rousseau.⁴²

Tal modulação do trato do problema da História contrapõe a previsibilidade do progresso na perspectiva originária do Iluminismo (em uma espécie de providencialismo que subsiste em K. Marx e F. Engels) e a imprevisibilidade (em tese e relativa) do agir humano que pode causar uma reviravolta, para não dizer uma catástrofe, que colocaria em xeque a superioridade do sentido humano próprio à vida, como presente na concepção iluminista. O século 20, inaugura a reflexão que compõe fé na razão e confiança na ação. A História feita por todos e cada um não pode ser entendida fragmentariamente: ela só é compreensível e factível como um todo. Ou seja: o feito está presente na cultura histórica, o por fazer pode decorrer em parte, no todo ou mesmo em aparentemente nada do que já ocorreu por ação de outros. Propriamente falando, não se pode imaginar influência zero do passado sobre o presente e o futuro, pois ninguém nasce em um mundo sem História. Querendo ou não, não há como fazer tabula rasa do passado.⁴³

Assim, a tentativa hegeliana de salvar o único sentido da História que o pensamento moderno poderia apreender foi retomada de outra forma após o “choque estético” antropocêntrico do Romantismo. Tal retomada aparece na “reversão” materialista da filosofia hegeliana operada por Karl Marx. Marx assume a tarefa de adaptar a síntese hegeliana a uma nova época – a da modernidade econômica industrial – e a uma nova figura do homem – o operário como um tipo humano próprio à era industrial. Concretamente, a reversão marxista da filosofia de Hegel consistia em designar a época industrial do operariado como o estágio definitivo de uma história cuja conclusão necessariamente chegaria ao fim de uma revolução proletária já em andamento. A interpretação socioeconômica da história universal por Marx era apenas uma variante da interpretação especificamente filosófica de Hegel. Embora o objetivo da história hegeliana tivesse sido a filosofia absoluta, o estado

⁴¹ Tal antropocentrismo remonta ao final do século 18 – iluminista, pois, em sua raiz. Jean-Paul Sartre, em 1946, retoma o tema em “O existencialismo é um humanismo” (1946; Petrópolis: Vozes, 4ª.ed., 2014). Sua posição tem forte viés político, em uma Europa desorientada, logo após o término da 2ª guerra mundial.

⁴² *Du contrat social ou Principes du droit politique* (1762). Tr. bras. São Paulo: Edipro, 2017.

⁴³ Cf. Jean Chesnaux. Ver nota 14.

definitivo para o qual o julgamento histórico de Marx nos levou seria a representação de uma ordem social perfeita inexorável, dominada pela primazia da economia.⁴⁴

Desde o colapso da filosofia de Hegel, portanto, a questão moderna sobre a História tornou-se profundamente incerta. Não obstante, permanece uma outra questão, a do desenvolvimento histórico e do progresso, assim como a questão do conteúdo relativo da verdade das diferentes épocas ou de sua síntese total.⁴⁵ Ademais, ninguém desconhece que, depois de Hegel, a História ainda está em curso, que o ‘todo’ ainda não está totalizado, e que nosso presente e nossa imagem da História são apenas relativos.

A filosofia da História que hoje se busca articular já está bem além de flertar com um relativismo, clássico ou absoluto. Sua premissa de referência é o caráter relacional de todo evento histórico e de sua explicação. Apreender, entender, interpretar, explicar (incluída a estratégia de demonstração) e narrar (incluída a qualidade do estilo historiográfico com se produz a ‘matéria prima’ da expressão refletida sobre a História) possuem seus requisitos metódicos, o que circunscreve o escopo histórico ao item tratado.⁴⁶ A ambição filosófica vai muito além da concretude empírica da investigação metódica. Ela se reveste de certa supratemporalidade e universalidade – em todos seus sucessivos formatos.⁴⁷ Essas duas pretensões parecem estar presentes de modo generalizado, malgrado pertencer a cada época um diferente *Zeitgeist*.⁴⁸

Assim, a História continua a se impor a nós como o mais preocupante de todos os nossos problemas. Enquanto existirmos humanamente, é necessário que nos questionemos sobre seu sentido e essência. Pressionada pela necessidade, o existencialismo consagrou o reconhecimento da urgência da questão da historicidade humana com absoluta clareza. Renunciar ao sentido seria o fim para nós: suicídio ou loucura. Na verdade, por mais extremos que sejam, esses dois desfechos só são possíveis graças a fragmentos

⁴⁴ Cf. Helmut Lethen; Falko Schmieder; Birte Löschenkohl (eds.). *Der sich selbst entfremdete und wiedergefundene Marx*. Leiden: Brill, 2010.

⁴⁵ Cf. Estevão de Rezende Martins. “Veritas filia temporis? O conhecimento histórico e a distinção entre filosofia e teoria da história”. In *Síntese* (Belo Horizonte), 34 (2009) 5-25.

⁴⁶ Zoltán Boldizsár Simon; Marek Tamm; Ewa Domańska. “Anthropocenic historical knowledge: promises and pitfalls”. In *Rethinking History*, 25/4 (2021), 406–439.

⁴⁷ Jouni-Matti Kuukkanen (Org.) *Philosophy of History: Twenty-First-Century Perspectives*. Londres: Bloomsbury Academic, 2020.

⁴⁸ Monika Krause. “What is Zeitgeist? Examining period-specific cultural patterns”. In *Poetics* 76 (2019) 101352.

de sentido, em meio a um crepúsculo meio absurdo do sentido, protagonizado pela pós-história, na esteira da versão contemporânea da renúncia ao sentido mediante sua (contraditória) manutenção em esferas de ficção e solipsismo. Nessas esferas, como no neo-historicismo⁴⁹ ou no pós-modernismo literário⁵⁰, por exemplo, tenta-se atribuir sentido à falta de sentido.⁵¹ Em suma: se fora da História não há salvação, tampouco há salvação para a História, fora do sentido. Tal não implica existir um sentido único ou por si, independentemente da atuação do ser humano. Mesmo que haja proposições de sentido que pretendam ser únicas e definitivas, tal não se garante reflexivamente por si só. Assim como o *non-sense* não desaparece por decreto. Mas é qualificado como tal justamente por sentidos ou contrassensos de referência.

História: autobiografia da humanidade

Se a História se encontra no centro da existência humana e se constitui assim no mais urgente de todos seus problemas, é porque os últimos cento e cinquenta anos foram tão revolucionários que parecem ter quase inteiramente esvaziado a História de muito de seu conteúdo tradicional. A extrema urgência do nosso problema decorre do fato de que as coisas tradicionais (ou seja: a cultura histórica acumulada e seu tratamento historiográfico) parecem estar em boa medida sob desconfiança. Mas este é realmente o caso? Na realidade, continuamos a viver em um mundo moldado de alguma forma decisivamente por tradições culturais modernas, como as do Iluminismo e do Romantismo, e até mesmo – apesar do salto qualitativo da modernidade – pelas tradições da Antiguidade e do Cristianismo (ao menos no Ocidente europeu e nas regiões por ele impregnadas). Se a tradição tivesse sido realmente completamente erradicada, se o nihilismo fosse insuperável, e se absolutamente nada pudesse suportar o teste do tempo, não poderíamos mais apelar para os fundamentos óbvios e comuns ao ser humano contemporâneo. A vida humana dependeria inteiramente de uma entidade abstrata totalitária, consistente e capaz de impor

⁴⁹ Expressão cunhada pelo teórico da literatura Stephen Greenblatt. Cf. Stephen Greenblatt/Catherine Gallagher. *Practicing New Historicism*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

⁵⁰ Cf. Jean-François Lyotard. *La condition postmoderne: un rapport sur le savoir*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

⁵¹ Cf., por exemplo, Jean-Jacques Lecercle. *Philosophy of Nonsense: The Intuitions of Victorian Nonsense Literature*. Londres: Routledge, 1994.

um certo modo de vida a todos os seres humanos.⁵² Nem o super-homem pensado por Nietzsche conseguiria sobrenadar a tal dominação.

A tese aqui refletida afirma que, mesmo se negada no dizer, a História continua incontornável no ser e no fazer. Tal é o sentido da afirmação de Ortega y Gasset, que o homem é seu ser e sua circunstância⁵³. Plácida ou atormentada, a História e o ser humano se confundem desde sempre, sem que seja possível dizer quando tal circunstância existencial teria começado. A História é por assim dizer a autobiografia da humanidade, com suas luzes e suas sombras – e continua a intrigar, desafiar e inquietar todo ser humano. Que não descansa enquanto não lhe encontra um sentido articulador e pacificador.

A conquista da liberdade moderna revolucionária trouxe ao agente racional humano a consciência do poder do seu pensar e do seu agir, mas impôs-lhe também a pesada tarefa de dar conta do sentido que possa ter tido o tempo passado, que subsista no presente e que eventualmente tenha perspectiva de futuro. A razão permanece a instância de descoberta e atribuição de sentido, para a qual alcançar a verdade continua uma pretensão legítima a viável. Essa pretensão é também um desafio, pois falta a medida de certeza que autorize afirmar que a verdade terá sido alcançada aqui ou ali, sobre isso ou aquilo. Essa busca é, na circunstância da história humana, infinda – exceção possível as constatações triviais, próprias à experiência de primeira ordem.

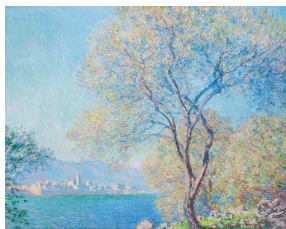
A História como autobiografia é, por conseguinte, uma agenda existencial absoluta: o ser humano é, enquanto humano por natureza, histórico. A filosofia dessa existência possui assim legitimidade teórica, na ideia de atribuir reflexivamente ao todo da humanidade um sentido para ser, pensar e agir. Por certo, tal interpretação totalizante não é passível de controle empírico de qualquer tipo. Seu raciocínio argumentativo deve colocar à disposição do sujeito interessado (como se supõe aqui: qualquer um) uma arquitetura de sentido que lhe permita encontrar-se, saber de si e de sua cultura envolvente, bem assim de estar apto a decidir e fazer.

⁵² Cujá metáfora por George Orwell (1984. Nova Iorque: Harcourt Brace, & Co., 1984) tornou-se clássica.

⁵³ José Ortega y Gasset. “Yo soy yo y mi circunstancia, si no la salvo a ella, no me salvo a mi...”. *Meditaciones del Quijote*. Madri: Revista de Occidente, 1914, p. 20.

Jörn Rüsen propõe três dimensões sistemáticas para organizar uma filosofia da História sustentável: material, formal e funcional.⁵⁴ A material cuida da vida concreta, de sua realidade efetiva no tempo; depende assim tanto da experiência de cada um como do muito que dessa experiência se conseguiu inscrever na historiografia. A formal se consigna na narrativa em que o sentido filosófico da História seria exposto e raciocinado. A funcional aparece no impacto orientador e referencial que uma tal reflexão totalizante vem a ter na vida cotidiana de todo agente racional humano. Um programa ambicioso, que pressupõe uma consciência acurada da cultura histórica a que pertencemos. Esse pertencimento é um fator relacional que não se pode olvidar: qualquer totalização se ancora em uma perspectiva de base. Ter consciência dessa inserção particular é um requisito fundamental para evitar tanto o solipsismo quanto o etnocentrismo – extrapolando ambos para quem não compartilhe o mesmo pertencimento. Tal não impede, contudo, de dispor-se de um mínimo denominador comum: a existência, a dignidade e os valores da pessoa humana – qualquer uma, em qualquer tempo, em qualquer lugar.

⁵⁴ Jörn Rüsen. *Teoria da História*. ... ver nota 7. p. 114-117.



ARTIGOS – ARTICLES

**Berkeley e o relógio vazio.
Um exercício em filosofia da ciência¹**

Silvio Seno Chibeni²
Departamento de Filosofia, Unicamp
chibeni@unicamp.br

Como citar este artigo: CHIBENI, S. S. “Berkeley e o relógio vazio. Um exercício em filosofia da ciência”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, n°15, pp. 208-240. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa

Resumo: Neste artigo forneço evidências para a visão, frequentemente questionada na literatura, de que Berkeley concebeu e explorou sistematicamente, desde seus cadernos de juventude até sua última grande obra, *Siris*, um projeto filosófico coerente e unificado para a filosofia natural, cujos fundamentos metafísicos são a imaterialidade e inatividade causal dos corpos, derivados, a seu turno, de uma teoria do conhecimento estritamente empirista. Elegendo como eixo principal o tratamento dado por Berkeley à aparente irregularidade dos fenômenos naturais, procuro mostrar que há recursos suficientes, dentro de seu próprio sistema, para lidar com as múltiplas dificuldades que têm sido apontadas para que nele se enxergue a busca de um objetivo bem definido, anunciado explicitamente nos subtítulos dos *Princípios* e dos *Três Diálogos*: investigar as “principais causas de erros e dificuldades nas ciências”, para que sejam tornadas “mais fáceis, úteis e enxutas”. Em que pese o risco de eventuais anacronismos, sugiro, como recurso adicional de análise do projeto berkeleyano, alguns possíveis paralelos entre ele e a forma pela qual o problema do realismo científico já vinha sendo efetivamente tratado desde, pelo menos, Descartes, e que em nossos dias alcançou proeminência nos debates entre filósofos da ciência.

¹ Este artigo foi redigido a partir de anotações que serviram de base para a prova didática de meu concurso para professor titular, realizado em 5 de novembro de 2019. Agradeço aos membros da Comissão Julgadora os úteis comentários feitos sobre o assunto durante a prova de arguição. Sou também grato, de forma muito especial, ao professor Estevão de Rezende Martins pelo honroso convite para que contribuísse com *Festschrift* em homenagem ao professor Nelson G. Gomes, que, no meio acadêmico, representa para mim verdadeiro modelo, pelo refinamento de suas qualidades intelectuais e pela excelência de seus traços de caráter.

² Professor Titular (MS 6) do Departamento de Filosofia - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil <www.unicamp.br/~chibeni>.

Palavras-chave: George Berkeley. Inatividade causal dos corpos. Filosofia natural. Explicações científicas. Realismo científico.

Berkeley and the empty clock. An exercise in the philosophy of science.

Abstract: In this article I argue, contrary to what is commonly held, that Berkeley formulated and systematically pursued throughout his philosophical career, from the juvenile Notebooks to his last major work, *Siris*, a coherent and unified project for natural philosophy, whose metaphysical foundations were the immateriality and causal inactivity of bodies, derived, in their turn, from a strictly empiricist theory of knowledge. Taking the cue offered by his treatment of the issue of the apparent irregularity of certain natural phenomena, I endeavour to show that in his own philosophical system we can find adequate resources to cope with the difficulties, often pointed out in the literature, for seeing Berkeley as effectively implementing his main goal, as announced in the subtitles of the *Principles* and the *Three Dialogues*, namely, to inquire into “the main causes of error and difficulties in the sciences”, in order that they are rendered “more easy, useful and compendious”. Notwithstanding the potential risk of anachronism, I suggest, as an analytical tool for examining the Berkeleyan project, some tentative parallels between this project and the way in which philosophers of science have been discussing the issue of scientific realism since the inception of modern science, in the seventeenth century.

Keywords: George Berkeley. Casual inactivity of bodies. Natural philosophy. Scientific explanations. Scientific realism.

1. Introdução. Os relógios de van Fraassen, Descartes e Berkeley

Partindo das formas exteriores dos corpos grandes que interessam ao homem comum, o investigador curioso avança para examinar sua estrutura e as partes diminutas; e, da observação dos movimentos na natureza, passa à descoberta das leis desses movimentos. No percurso, ele formula suas hipóteses, e adapta sua linguagem a essa filosofia natural. (BERKELEY, *Siris*, 295)

Como desculpa para comentar algumas das questões filosóficas acerca da ciência suscitadas nos períodos moderno e contemporâneo, proponho que consideremos três tipos de relógio: relógios mecânicos (“tipo 1”), relógios eletrônicos (“tipo 2”) e relógios vazios (“tipo 3”), isto é, relógios sem qualquer mecanismo, como os relógios de papelão, que antigamente eram usados para ensinar as horas para crianças. Em particular, me dedicarei à análise do que acerca deles disseram, em suas teorias da ciência, Descartes, van Fraassen e

Berkeley, respectivamente. Começo com o filósofo contemporâneo, o principal responsável por renovar, em tempos mais recentes, o debate sobre o realismo científico; passo depois a Descartes e, finalmente, a Berkeley, com muito maior extensão.

Nas últimas quatro décadas, houve, na literatura de filosofia da ciência, um intenso debate sobre a tese de Bas van Fraassen, em seu livro *The Scientific Image*,³ de que devemos ser agnósticos com relação às teorias que se propõem a explicar o funcionamento de relógios do tipo 2, mas não (em certo sentido) com relação às teorias que explicam o funcionamento do relógio do tipo 1.⁴ A razão dada por ele e, *mutatis mutandis*, por antirrealistas de linhagens mais antigas, é a de que as primeiras envolvem entidades e mecanismos *inobserváveis*, como por exemplo, átomos, elétrons, campos elétricos e magnéticos. Van Fraassen mantém tal tese mesmo quando se aponta – como o fez Ian Hacking, em seu livro de 1983, *Representing and Intervening* – que tais teorias não apenas explicam o funcionamento do relógio eletrônico como também foram essenciais em sua própria *construção* (HACKING, 1983; 1984). E mais: ele recomenda a suspensão de juízo até mesmo acerca de teorias – por exemplo, biológicas – que tratam de coisas putativamente maiores do que elétrons e, na interpretação usual, são visíveis por meio de microscópios ópticos, como bactérias e protozoários.⁵

No século XVII não havia relógios eletrônicos; mas os criadores da ciência moderna se dedicaram intensamente a discutir questões semelhantes, ou idênticas, às que hoje ocupam os filósofos da ciência. Elas versavam sobre os próprios objetos ordinários, porém vistos sob a perspectiva das novas teorias da matéria, que, tipicamente, postulavam a existência de estruturas por assim dizer “internas”, inobserváveis.

Descartes, o principal pioneiro moderno a formular e defender teorias dessa classe, inventou numerosas hipóteses sobre essas supostas estruturas, com o fito de explicar o funcionamento do mundo físico macroscópico. Como

³ VAN FRAASSEN, 1980; ver também VAN FRAASSEN, 1985.

⁴ Esclareço que, aparentemente, van Fraassen não discutiu explicitamente o caso particular de *relógios* eletrônicos; mas evidentemente suas posições poderiam ter sido ilustradas com esse exemplo. O mesmo vale quanto a Ian Hacking, nos comentários que faço neste mesmo parágrafo.

⁵ Para a análise de pouco conhecido argumento envolvendo microscópios, ver CHIBENI, 2005a. Nesse artigo coloco-me explicitamente contra van Fraassen e a favor de Hacking e outros autores realistas. Ver também HACKING, 1981/1985.

se sabe, o referencial no qual Descartes desenvolveu essas teorias rapidamente se tornou dominante, sob o nome de *mecanicismo* (ou *corpuscularismo*). Na Parte IV dos *Princípios da Filosofia* (1644/47) aparece a mais famosa das metáforas mecânicas, a do relógio, à qual Descartes recorre para discutir diversas questões de ordem epistemológica suscitadas por seu próprio empreendimento de filosofia natural. Ele forneceu, tanto nesse livro como nos *Ensaio*s, explicações mecânicas para uma infinidade de fenômenos físicos celestes (*Princípios*, Parte III) e terrestres (Parte IV). Tais explicações envolvem, tipicamente, objetos e processos *inobserváveis*: a divisão da matéria em três “elementos”, os turbilhões celestes, os “corpos canelados” que circulariam no interior dos ímãs, etc. Esses itens são explicita e repetidamente dados como hipotéticos.

Mas Descartes não queria só fazer filosofia natural; queria também *justificar*, como epistemólogo, o seu empreendimento científico. Dedicou-se a essa justificação em diversos parágrafos dos *Princípios*, antes de iniciar e depois de concluir a formulação de suas teorias sobre o mundo físico (CHIBENI, 1993). Aqui isolarei apenas aqueles em que Descartes apresenta a metáfora do relógio.⁶

A questão fundamental examinada por Descartes – e que é efetivamente a mesma do debate atual sobre o realismo científico – era a seguinte: como se pode *conhecer* o mundo inobservável a que suas hipóteses aparentemente se referem? Algumas respostas importantes são dadas no início da Parte III. O assunto é depois retomado no final da Parte IV. Depois de observar que “não reconhe[ce] nenhuma diferença entre as máquinas feitas pelos artesãos e os diversos corpos compostos apenas pela Natureza”, Descartes defende a possibilidade de a mente humana avançar além do nível empírico, adentrando o mundo inobservável:

É por isso que, do mesmo modo que um relojoeiro, ao ver um relógio que ele não fez, ordinariamente pode julgar, a partir de algumas partes que ele vê, quais são todas as demais, que ele não vê, assim também eu, ao considerar os efeitos e as partes perceptíveis dos corpos naturais,

⁶ A metáfora foi depois reproduzida, com ou sem adaptações, e em geral com objetivos semelhantes, por várias das grandes figuras da filosofia setecentista. Ela aparece, de forma essencial, em Boyle, Joseph Glanvill e Locke, entre outros. Ver LAUDAN, 1966, “The clock metaphor and probabilism: The impact of Descartes on English methodological thought, 1650-65”.

esforcei-me para conhecer quais devem ser suas partes que são imperceptíveis. (DESCARTES, *Princípios* IV 203.)

Nota-se aqui um otimismo epistemológico comedido: Descartes diz que se “esforçou” para conhecer, não que de fato já considerava ter determinado as partes imperceptíveis dos corpos macroscópicos. No parágrafo seguinte, ele modifica a metáfora do relógio, para considerar *dois* relógios idênticos por fora, mas cujos mecanismos internos são diferentes. Vejamos:

Poder-se-á replicar a isso que embora eu haja talvez imaginado causas que poderiam produzir efeitos parecidos aos que vemos, não devemos daí concluir que os efeitos que vemos são de fato produzidos por elas. Pois, assim como um relojoeiro industrioso pode fazer dois relógios que marcam as horas do mesmo modo, e entre os quais não há nenhuma diferença no que aparece exteriormente; e que, apesar disso, não têm nenhuma semelhança na composição de suas engrenagens; assim também é certo que Deus possui uma infinidade de diferentes meios pelos quais pode ter feito que todas as coisas deste mundo pareçam tal qual presentemente parecem, sem que seja possível ao espírito humano conhecer qual desses meios quis ele empregar para fazê-lo. *Com isto não tenho nenhuma dificuldade em concordar.* (DESCARTES, *Princípios* IV 204, grifo meu.)

Esse parágrafo permite duas leituras. 1) Uma, que adotei em meu referido artigo de 1993, é de que a metáfora leva a uma conclusão pessimista, que agradaria aos antirrealistas contemporâneos. Eles descreveriam a situação explorada por Descartes como a “equivalência empírica” de duas ou mais teorias, diante da qual a suspensão de juízo sobre elas, no que diz respeito ao que não é empírico, seria a posição sensata a adotar. 2) A outra leitura foi sugerida por Larry Laudan, num importante artigo de 1966. Segundo ele, o objetivo de Descartes aqui é, simplesmente, o de *destacar o caráter irredutivelmente hipotético* de suas teorias na filosofia natural. Hoje em dia eu tendo a concordar com Laudan, mesmo porque, no parágrafo seguinte, 205, Descartes volta a um tom otimista, como o do parágrafo 203, embora bastante mais moderado, podendo representar, assim, um fecho conciliador para o debate. Vejamos diretamente:

Que porém se tem uma certeza moral de que todas as coisas deste mundo são tais como foi aqui demonstrado que podem ser. [...] E se alguém, para adivinhar uma mensagem cifrada escrita com letras ordinárias, resolve ler um B em todo lugar onde houver um A, e um C onde houver um B, substituindo assim no lugar de cada letra aquela que a segue na ordem do alfabeto; e lendo-a dessa maneira encontra palavras que fazem sentido, de

nenhum modo duvidará que seja esse o sentido da mensagem, embora possa ocorrer que aquele que a escreveu lhe tenha dado um sentido completamente diferente, atribuindo outra significação a cada uma das letras. Pois [esta última hipótese] só muito dificilmente pode ocorrer, principalmente quando a mensagem contém muitas palavras, de modo que ela não é moralmente crível. Ora, se se considerar o grande número das diversas propriedades do ímã, do fogo e de todas as outras coisas do mundo, que foram deduzidas de modo evidentíssimo de um número muito pequeno de causas, propostas por mim no começo deste tratado, ainda que se imagine que eu as tenha inventado ao acaso, sem que a razão me tivesse persuadido delas, nem por isso se deixaria de ter pelo menos tanta razão para julgar que elas são as verdadeiras causas de tudo aquilo que delas deduzi, quanto se tem para crer que se encontrou o verdadeiro sentido de uma mensagem cifrada, quando se vê que ele segue da significação que conjecturalmente se deu a cada uma das letras. (DESCARTES, *Princípios* IV-205.)

Efetivamente, trata-se de um argumento pró realismo científico. Sua moderação está marcada pelo uso, em seu título, da categoria da “certeza moral” – i.e. para todos os fins práticos. Esse tipo de certeza contrasta, ainda nas palavras de Descartes, com a certeza “metafísica”, a certeza plena, absoluta. Se tomarmos essa conclusão no final da discussão nos *Princípios* como a mais representativa da real posição de Descartes, ele estaria se antecipando não apenas a importantes filósofos que trataram da natureza da ciência nos séculos XVII e XVIII mas também, evidentemente, aos filósofos contemporâneos, que, como Popper, redescobriram o caráter irremediavelmente hipotético, e portanto falível, de grande parte do conhecimento científico.

Notemos que a eficácia realista do argumento está na poderosa metáfora do enigma das letras trocadas. Ela seria apropriada, penso, para ilustrar toda uma classe de argumentos a favor do realismo científico da literatura contemporânea, cujos exemplares mais importantes são o argumento dito “da coincidência cósmica”, de J. J. C. Smart (SMART, 1963) e “do milagre”, de Hilary Putnam (PUTNAM, 1975; 1978). Tais argumentos e suas variantes são hoje reconhecidos como os mais importantes na defesa do realismo (CHIBENI, 2006). Não posso retomar essa discussão aqui, nem examinar como a metáfora do relógio foi usada por outros filósofos modernos para discutir o papel das hipóteses na filosofia natural.⁷ Muito menos poderei

⁷ No entanto, voltarei a me referir à metáfora cartesiana nas seções finais deste trabalho, para esclarecer certo argumento dado por Berkeley ao longo da discussão de possíveis objeções ao seu sistema de filosofia natural.

adentrar a espinhosa questão da posição de Newton e, mais adiante, Hume, sobre esse papel. Dediquei-me a isso em outras publicações, que tratam, especificamente, de Locke, Newton e Hume. Também examinei, em dois artigos longos, de 2008 e 2010, a posição de Berkeley sobre o assunto, e é sobre ela que passo a comentar agora. Veremos que, de forma muito curiosa e instrutiva, Berkeley traz ao debate o *relógio do tipo 3*, de papelão. Peço, porém, paciência ao leitor, porque para chegar até esse ponto há um longo caminho a percorrer, já que não quero pressupor que o leitor esteja familiarizado com os textos de Berkeley sobre a filosofia natural.

2. Método, escopo e objetivos da filosofia natural

Embora popularmente mais conhecido por sua tese da inexistência da matéria, Berkeley, na verdade, tinha um interesse intenso na filosofia natural e nos fundamentos da matemática. Isso está explícito já no subtítulo de suas obras mais conhecidas:

“Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano, no qual são investigadas as principais causas de erro e dificuldades nas ciências” (1710).

“Três Diálogos entre Hílas e Filonos, cujo objetivo é demonstrar claramente a realidade e perfeição do conhecimento humano, [...] bem como inaugurar um método para tornar as ciências mais fáceis, úteis e resumidas (1713).

Mantenho que Berkeley perseguiu esses objetivos de forma sistemática, constante e coerente desde essas obras de juventude até sua obra tardia, o *Siris* (1744), apesar de esta última ter uma aparência distinta, que parece situá-la fora do programa principal de Berkeley. Do programa filosófico berkeleyano, preciso relembrar brevemente os seguintes pontos. *Teses metafísicas*: 1) inexistente a matéria; corpos físicos são “coleções de ideias”; e 2) esses corpos são inativos, ou seja, não possuem poderes causais (CHIBENI, 2008a). *Tese epistemológica fundamental*: nada além de ideias é perceptível. *Diretrizes meta-teóricas*: a) deve-se demarcar nitidamente o domínio da filosofia natural daqueles da metafísica e teologia (dadas por Berkeley como “ciências superiores”); e b) na filosofia natural deve-se adotar um enfoque empirista estrito. Quanto a este último ponto, vale a pena considerar esta anotação de

seus *Notebooks* (1706-1708): “Mem: Recomendar e aprovar muito a filosofia experimental”, 498. “Mem: Ficar eternamente banindo a metafísica, etc., e chamando os homens ao senso comum”, 751.

Tendo lembrado essas teses filosóficas fundamentais, é preciso agora, dados os meus presentes objetivos, indicar algumas de suas implicações mais salientes.

i. Crítica aos conceitos newtonianos de espaço e tempo absolutos

O cerne da crítica berkeleyana é o fato de que não há acesso empírico a tais elementos; além do mais, eles seriam dispensáveis. A lúcida análise de Berkeley ficou dormente por mais de um século, só sendo retomada por Ernst Mach, no final do século XIX; a partir desse autor, entrou no século XX com as teorias einsteinianas da relatividade.⁸

ii. Noção fenomenológica de lei natural

Para Berkeley, a tarefa do filósofo natural seria, prioritariamente, descobrir as regularidades na apresentação dos fenômenos, garantindo, assim, o poder *preditivo* da filosofia natural.

[A]s regras fixadas ou os métodos estabelecidos pelos quais a Mente da qual dependemos excita em nós as ideias dos sentidos são chamadas *leis da Natureza*; ... e essas leis nós aprendemos [diretamente] pela experiência, que nos ensina que tais e tais ideias são acompanhadas de tais e tais outras, no curso ordinário das coisas. (*Princípios*, 30)

Assim como as críticas de Berkeley a Newton, essa proposta também só parece ter entrado no radar filosófico com Mach (MACH, 1885), adentrando depois o século XX no bojo do positivismo lógico. Nessa perspectiva, a *relação de causalidade* se reduz à mera regularidade entre fenômenos.⁹ Uma diferença importante entre as versões berkeleyana e a

⁸ NEWTON, 1934; MACH, 1883. Ver POPPER 1953: “A note on Berkeley as precursor of Mach and Einstein”. Importante por haver pioneiramente chamado a atenção para as semelhanças entre as teses desses três autores, o artigo contém, creio, diversos equívocos no que diz respeito à interpretação dos textos de Berkeley, cuja análise cai fora do escopo deste trabalho. Ver também ASSIS, 1998, para o desenvolvimento de outra teoria, a mecânica relacional, que se inspira nas propostas de Berkeley e Mach.

⁹ Tal visão foi erradamente atribuída a Hume; veja-se, quanto a isso, CHIBENI, 2012. Como se sabe, no século XX um dos principais defensores dessa perspectiva regularista da causalidade foi Bertrand Russell, em textos das décadas de 1910 a 1930; depois, se arrependeu, como mostro em detalhes em CHIBENI, 2001.

positivista é que, embora para Berkeley não houvesse relações causais entre os objetos do mundo físico, no mundo mental havia, sim, uma causalidade forte, mas de natureza metafísica e teológica, fora portanto da alçada da filosofia natural.

Agora, a ausência de causas no mundo físico pareceria excluir do escopo da filosofia natural o outro ideal clássico: *explicar* os fenômenos físicos. Berkeley concebeu, creio que pioneiramente, um modo original de evitar essa conclusão, propondo uma nova noção de explicação científica:

iii. Explicações na filosofia natural

Segundo Berkeley, explicar fenômenos, *no âmbito da filosofia natural*, consistiria simplesmente em mostrar que eles se subsumem a leis naturais, ou seja, que seguem padrões de regularidade já estabelecidos.

[A] explicação [dos fenômenos] consiste unicamente em mostrar a conformidade que um fenômeno particular qualquer apresenta com relação às leis gerais da Natureza, ou, o que dá na mesma, em descobrir a uniformidade que existe na produção dos efeitos naturais. (*Principles*, 62).

Para Berkeley, portanto, as explicações na filosofia natural seriam *nomológico-dedutivas*, para utilizar a nomenclatura que nossos contemporâneos criaram para defender a mesma noção de explicação. Com isso, temos em Berkeley um *projeto preditivo/explicativo* bastante bem delineado, simples e consistente para a filosofia natural. Mas ele enfrenta um problema óbvio: *os fenômenos quase nunca exibem regularidade perfeita*.

3. As irregularidades da Natureza

Não é surpreendente que, com sua característica perspicácia filosófica, Berkeley tenha ele próprio notado o problema de que os fenômenos naturais nem sempre se apresentam em padrões totalmente regulares. Ele não apenas o apontou, mas lhe forneceu *duas* soluções complementares: A) “subir” no nível de generalidade; e B) levar em conta as estruturas dos corpos. Essas duas diretrizes metodológicas foram efetivamente exploradas por Berkeley com

muita engenhosidade. Sobre a primeira farei apenas algumas considerações breves, já que seu exame aprofundado cairia fora do escopo deste trabalho.

A) “Subir” no nível de generalidade

Esse movimento conduz Berkeley à mecânica newtoniana: Berkeley refere-se, já nos *Princípios*, a essa teoria como “a melhor chave [...] para a ciência natural” (p. 110). Os seus princípios passam a ser considerados por ele como *as leis naturais propriamente ditas*, que supostamente não comportariam exceções, ao contrário das generalizações empíricas de baixo nível (como a lei de Boyle, por exemplo, ou a lei galileana da queda dos corpos). Embora a princípio auspiciosa, essa solução traz, imediatamente, um novo problema para a perspectiva berkeleyana em filosofia natural: a teoria mecânica de Newton envolve *forças*, mas forças não só são inacessíveis empiricamente, como também inexistentes, na metafísica berkeleyana, já que são expressões por excelência dos supostos poderes causais. Diante disso, Berkeley propôs duas soluções:

A1) Solução dos *Princípios* (1710): reinterpretar as sentenças envolvendo a palavra ‘força’ como sentenças sobre ideias, ou seja, *a real referência do termo ‘força’ seriam ideias*, portanto fenômenos, o material empírico básico. Essa proposta efetivamente coincide com a de Mach, que reinterpretou a segunda lei de Newton como uma *definição* de força; tem também clara semelhança com a que foi advogada na fase inicial do positivismo lógico para os chamados “termos teóricos” em geral. Mas não cabe aqui desenvolver esses paralelos.¹⁰

A2) Solução do *De Motu* (1721): os princípios mecânicos newtonianos são nessa obra reconhecidos como indispensáveis na forma em que se apresentam na teoria de Newton, sem nenhuma redução fenomenológica. Nesse importante opúsculo Berkeley propõe um tipo ainda mais radical de reinterpretação do termo ‘força’, em que ele *deixa de ter qualquer referência*: forças são “ficções [...] de utilidade essencial para as teorias” (DM 39); ou “hipóteses e abstrações matemáticas” (DM 40).¹¹

¹⁰ MACH, 1883. Uma discussão geral do assunto pode ser encontrada em CHIBENI, 1999.

¹¹ Comentando a presente diferença entre as posições dos *Princípios* e as do *De Motu*, Urmson adequadamente notou: “Em minha opinião, a abordagem da ciência, especialmente da ciência da mecânica, dada no *De Motu*, já havia mudado consideravelmente, e mudado para melhor” (URMSON, 1986, p. 564).

Aparentemente, estamos aqui diante da forma de antirrealismo que Popper chamou de *instrumentalismo*. Popper argumentou que Berkeley teria sido um dos três formuladores clássicos do instrumentalismo, ao lado de Andreas Osiander e do cardeal Bellarmino (POPPER, 1972). Mas essa tese precisa ser corrigida, em um importante aspecto. Berkeley *não* pretende que o instrumentalismo se estenda a *todos* os itens inobserváveis da ciência, além das forças (como fluidos e corpúsculos diversos, postulados em teorias físicas, químicas, médicas, etc.). A interpretação instrumentalista é usada por Berkeley apenas para acomodar forças e outros conceitos *dinâmicos* em sua concepção empirista da filosofia natural.¹²

Ora, no último livro de Berkeley, *Siris* (1744), itens inobserváveis de tipo *não-dinâmico* desempenham papel essencial em boa parte dos assuntos científicos tratados (químicos, biológicos, médicos, cosmológicos, etc.). Ao menos à primeira vista, Berkeley interpretava tais itens da mesma forma em que os interpretavam os próprios filósofos naturais setecentistas e das primeiras décadas do século XVIII, ou seja, como conjecturas genuínas sobre como seriam as estruturas dos corpos, e não como meros instrumentos úteis para fazer previsões de fenômenos a partir de fenômenos. Examinarei mais detalhadamente essas hipóteses de *Siris* nas seções finais deste artigo; aqui, simplesmente sirvo-me do assunto para conduzir a discussão para o segundo passo da abordagem berkeleyana do problema da aparente irregularidade da natureza.

B) Levando em conta as estruturas dos corpos.

A segunda estratégia explorada por Berkeley para tratar de corpos cujo comportamento seja irregular consiste em adentrar sua estrutura, em busca de partes e processos cujo funcionamento seja inteiramente regular. O ponto não era novo na filosofia natural; como também não o era o relativo à ascensão a níveis mais amplos de generalidade. Aproveito aqui, com adaptações, um

¹² Esse ponto é polêmico, embora Berkeley me pareça ter sido claro sobre ele. DOWNING, 1995b, por exemplo, defende que o instrumentalismo valha para qualquer item que Berkeley considere hipotético; a existência de certos corpúsculos e do éter não estaria, segundo ela, nesse caso, e sim seria “baseada em indução”, entendida “em sentido amplo”: microscopia e cosmologia. Parece-me sumamente difícil defender tais alegações. Vários outros autores, porém, sustentaram posições que coincidem com a minha; veja-se, por exemplo, G. MOKED, 1971, p. 266; 1986, p. 637; TIPTON, 1982, p. 168. Voltarei ao assunto na Seção 6.

exemplo clássico de Locke, dado por ele num contexto diferente, que não comentarei aqui (Locke, *Essay*, IV iii 25). Considerando um relógio mecânico usual, pode acontecer que, em certo momento, ele se adiante ou atrase, ou mesmo que pare. Esses comportamentos irregulares poderão, no entanto, ser previstos e entendidos, se levarmos em conta o que se passa nos mecanismos internos que fazem os ponteiros se mover. O relojoeiro poderá, no caso aventado por Locke, notar que há um pequeno pedaço de papel enroscado na balança; a remoção desse corpo estranho restituirá o movimento regular aos ponteiros. Outro exemplo dado por Locke, no mesmo parágrafo, é o do ruibarbo, cuja ingestão por vezes se acompanha de purgação, por vezes não. Ao contrário do relógio, cujo mecanismo é observável e acessível às nossas ações, este outro exemplo é sobre uma situação em que ainda faltava o conhecimento necessários das “partes” internas dos corpos envolvidos (corpo humano, planta do ruibarbo); mas esse conhecimento era dado por Locke como em princípio possível.¹³

Antes de me dedicar ao exame do contexto em que Berkeley traz, pela primeira vez, esse ponto para a discussão, abro um parêntese para indicar brevemente a posição de Berkeley quanto aos recursos que haveria para que os filósofos naturais pudessem “abrir” os relógios da natureza. Refiro-me ao papel dos microscópios.

4. Observando a estrutura dos corpos com microscópios

Berkeley tinha grande interesse, como qualquer filósofo do período, pelas observações por meio de microscópios (ver BRYCKMAN, 1982). Ao contrário de antirrealistas do séc. XX, como van Fraassen, *ele interpretava tais observações de forma inteiramente realista*, como significando a descoberta de aspectos reais, mas até então inobservados dos corpos. Há uma importante discussão sobre o papel epistemológico dos microscópios já no *Essay towards a New Theory of Vision* (1709, n.85, passim); no *Siris* Berkeley volta a se referir de forma inequivocamente realista às imagens obtidas por microscópios, no parágrafo 29, fazendo, em seguida, elogio ao médico e botânico Nehemiah

¹³ Haveria aqui ressalvas importantes, que não poderei fazer aqui; veja-se, para tanto, CHIBENI, 2005b.

Grew (1641-1712), membro da Royal Society, que em 1682 publicou detalhado estudo sobre a estrutura microscópica das plantas, *The Anatomy of Plants*.

Além disso, Berkeley *não concebia nenhum limite por princípio ao poder de magnificação desses aparelhos*, em possíveis (e prováveis) aperfeiçoamentos futuros, abrindo-se, assim, a possibilidade de que até mesmo itens dados à época como “inobserváveis” viessem a deixar de sê-lo, passando ser reconhecidos como efetivamente conhecidos. Vejamos, a tal respeito, esta passagem de *Siris*, 283:

[...] quanto mais instrumentos [de observação] são usados, e quanto mais você penetra nas produções naturais, mais descobre acerca dos finos mecanismos da natureza, *que não tem limites ou é inexaurível*. Partes novas e diferentes, mais sutis e delicadas do que as precedentes continuam *sempre* se oferecendo à vista. (*Siris*, 283; meu destaque)

Apesar dessas declarações otimistas quanto à capacidade de o gênio humano desenvolver recursos de observação dos corpos capazes de levar a uma penetração indefinidamente profunda em suas estruturas, Berkeley parece, em sua obra de maturidade, *Siris*, ter admitido a existência de entes corporais que escapam *por princípio* a qualquer recurso auxiliar de observação por parte de nós, seres humanos, na condição em que nos encontramos neste mundo. Essa polêmica modificação será analisada em detalhe nas seções finais deste artigo. Volto agora ao caso dos corpos como os relógios do tipo 1, mecânico, e de corpos naturais cujas partes internas sejam acessíveis, ao menos em princípio, por meio de microscópios.

5. Berkeley e os relógios vazios: a 11ª objeção dos *Princípios*

Antecipada por Berkeley nos *Princípios*, 60-66, a 11ª objeção refere-se justamente ao que *já se podia ver* por microscópios ou mesmo a olho desarmado, no interior dos corpos, naturais ou artificiais. Como exemplos de estruturas que se tornaram visíveis com microscópios, parece certo que Berkeley tinha em mente as belas imagens das estruturas de diversas partes de vegetais encontradas no livro de Grew. E, como exemplo de estruturas

observáveis a olho desarmado, o próprio Berkeley considera os relógios mecânicos, já então populares, mas que não deixavam de provocar justa admiração. Voltamos, finalmente, aos relógios da seção 1 do presente texto; mais especificamente, aos “relógios do tipo 1”.

Aqui se faz necessário transcrever uma porção extensa do texto dos *Princípios*, parágrafo 60 (grifos meus):

Alguém perguntará para que serve a curiosa organização de plantas, e o admirável mecanismo nas partes dos animais; não poderiam os vegetais crescerem, brotarem folhas e botões; e os animais executarem todos os seus movimentos tão bem sem como com toda aquela variedade de partes internas tão elegantemente concebidas e encaixadas, que, sendo [segundo meu sistema filosófico, meras] ideias, não tem nenhum poder, nada operativo em si, nem tem nenhuma conexão necessária com os efeitos a elas atribuídos.

Se for um espírito que produz cada efeito imediatamente, por um fiat, ou ato de sua vontade, teremos de pensar que todo o refinamento e artifício presente quer nas obras do homem quer nas da Natureza teria sido feito em vão.

Por tal doutrina embora um artesão tenha feito as molas e engrenagens, bem como todos os movimentos de um relógio, ajustando-os de tal modo que sabia que iriam produzir os movimentos pretendidos – teria, apesar disso, que pensar que tudo teria sido feito sem nenhum propósito, pois na verdade é uma inteligência que dirige o ponteiro, marcando as horas do dia? [...]

Por que [então] uma caixa [de relógio] vazia não serviria tão bem como qualquer outra? E como é que ocorre que sempre que há alguma falha no andar de um relógio [também] se descobre haver algum desarranjo correspondente nos movimentos [das partes internas] que, sendo reparado por uma mão habilidosa, tudo funciona bem de novo? O mesmo se pode dizer de toda a relojoaria da natureza. [...]

Nota-se que, neste último parágrafo, finalmente chegamos ao nosso “relógio tipo 3”, o *relógio vazio* (de papelão, numa exemplificação comum). Por que esse relógio, que só tem ponteiros, sem engrenagens e molas, não funciona, enquanto que o relógio “de verdade”, do tipo 1, funciona regularmente, uma vez tendo recebido corda? Lembremos, que, na metafísica berkeleyana, *um é tão inerte como o outro*; em nenhum deles causas operam para produzir os movimentos dos ponteiros. Ao trazer, ele próprio, esse exemplo à consideração de seu leitor, Berkeley deu mostra de sua proverbial sinceridade, e, diria, de sua valentia filosófica, pois se trata de poderoso ponto de crítica. De fato, essa é a objeção que, das treze apresentadas no livro, dá

mais trabalho para ser respondida, ocupando cerca de quatro páginas inteiras. Vejamos, em seus traços gerais, a engenhosa resposta de Berkeley. O seu cerne está neste trecho do parágrafo 62 (grifo meu):

... embora a fabricação de todas aquelas partes e órgãos não seja absolutamente necessária para a produção de nenhum efeito, é todavia necessária para a produção das coisas *de maneira constante e regular de acordo com as leis da Natureza*. (Princípios, 62)

A resposta é, portanto, que embora Deus pudesse ter feito o relógio de papelão funcionar tão bem quanto o outro, ele não o fez, porque esse objeto se tornaria inabordável para quem busca fazer *previsões* dos movimentos com base na descoberta de regularidades universais. Ninguém saberia prever que o ponteiro menor percorrerá um dozeavos do círculo enquanto o maior percorre o círculo inteiro (na suposição de que o relógio tenha sido movido por Deus com as mesmas velocidades angulares com que ele move um relógio *standard*).

Tratando-se de uma questão metafísica e teológica, em que se busca a explicação de por que o mundo é do jeito que é, a resposta não pode ser encontrada nos limites empiristas estreitos da filosofia natural propriamente dita, ou, na expressão de Newton, repetida nos *Notebooks* (498), da “filosofia experimental”. Em síntese, a resposta é que Deus criou os corpos com estruturas e aparentes mecanismos *porque assim ele permite às criaturas fazerem previsões sobre o seu comportamento*, sem o que a vida prática e a própria filosofia natural se inviabilizariam. Depois, num outro nível, isso permite também ao filósofo metafísico *entender* o funcionamento do mundo.

Consideremos, para explicitar mais o ponto, o seguinte paralelo com certas discussões contemporâneas sobre o realismo científico:

Questão da 11ª objeção: Como justificar *ontológica, teleológica e teologicamente* a existência de partes *observáveis* no interior dos seres vivos e máquinas feitas pelos homens?

Questão do realismo científico contemporâneo: Como justificar epistemologicamente a crença na existência de mecanismos *inobserváveis* “por detrás” dos fenômenos?

Repetindo e complementando, a resposta de Berkeley à 11^a objeção é que existência de partes internas de plantas, animais e artefatos humanos possibilita a nós, seres criados, *prever* os fenômenos naturais e, dada a noção Berkeleyana de explicação (nomológico-dedutiva), *explicar* a sua ocorrência, nos padrões regulares em que de fato ocorrem. Como o próprio Berkeley explicita em uma passagem de *Siris*, a ser examinada novamente mais adiante, tais partes e mecanismos “*são necessárias para auxiliar, não o Governador [Deus], mas os governados [os homens]*”.

A resposta do realista científico à questão proposta é que a postulação, a título de hipóteses, de entes e processos “inobserváveis” permite, igualmente, fazer previsões bem sucedidas e, dada a concepção causal clássica de explicação, explicar os fenômenos observados. Logo, por um raciocínio do tipo “da melhor explicação”, ou “abdução”, conclui-se que, ao menos nos melhores casos, as hipóteses envolvidas são verdadeiras, ou se aproximam da verdade.

Em que pesem as importantes diferenças entre os dois casos, parece possível reconhecer um padrão semelhante de argumentação, como bem apontou Daniel Garber no artigo já mencionado:

[...] ao rejeitar os corpúsculos independentes da mente, propostos pelos materialistas, Berkeley percebe que deve [também] rejeitar a tese de que a subestrutura corpuscular é a *causa real* das propriedades sensíveis que observamos nas coisas. *Isso, porém, não elimina o programa básico dos corpuscularistas.* Mesmo no corpuscularismo imaterialista e não-causal de Berkeley haverá boas razões para querer descobrir a subestrutura corpuscular de um corpo. O seu conhecimento ainda será útil para prever propriedades desconhecidas que um corpo tenha, no sentido de que se conhecermos essa estrutura [...] poderemos derivar outras propriedades dos corpos. (GARBER, 1982, p. 186-7, meu destaque.)

Indo na mesma direção, Laudan propõe, no também já mencionado artigo de 1966, que Descartes usou a metáfora do relógio (“relógio 1”, mecânico) para destacar o caráter conjectural de nosso conhecimento científico,

nos casos em que de fato não exista acesso empírico direto às estruturas internas:

O cientista parece, assim, o relojoeiro habilidoso da analogia, diante de um relógio a cujos mecanismos internos não tem acesso. Como o relojoeiro, o cientista conhece os princípios gerais que governam o objeto, mas é incerto sobre o modo pelo qual se aplicam em um caso particular qualquer. E, como o relojoeiro, o cientista pode fornecer conjeturas sobre a construção interna e mecanismos [dos corpos]. (LAUDAN, 1966, p. 80.)

Ambas as citações trazem à tona um ponto novo, relativamente ao que existe no contexto da questão de Berkeley: a estratégia de reduzir irregularidades a regularidades mediante a penetração nas estruturas dos corpos envolvidos não precisa, necessariamente, partir de um *efetivo* conhecimento dessas estruturas – conhecimento direto ou mediado por aparelhos de observação. O filósofo natural pode, ao menos provisoriamente, propor *hipóteses* sobre quais seriam essas estruturas. Embora isso signifique perda de “certeza metafísica”, poderá levar, quando a estratégia for bem conduzida, a um nível de segurança suficiente para fazer avançar o projeto da filosofia natural.

A questão crucial para o esboçado paralelo com Berkeley é se ele, Berkeley, admitiria, como faz o realista científico contemporâneo – e mesmo como já faziam Descartes e os demais filósofos naturais seiscentistas – estender a estratégia de busca de bases para previsão e explicação para um nível em que os entes e processos da estrutura dos corpos *não* estejam efetivamente dados na experiência, precisando portanto ser introduzidos a título de hipóteses. Ora, estando, como estava, fortemente imbuído do espírito científico de seu tempo, Berkeley inevitavelmente acabaria topando com essa questão. Isso de fato ocorreu, embora, ao que posso estimar, apenas em sua obra tardia, *Siris*, de 1744. Antes de examiná-la, na seção seguinte, preciso ainda me deter sobre alguns aspectos complementares à discussão feita até aqui.

Servindo-me, novamente, do caso paradigmático de Descartes, aqui evocado como um formulador por excelência de hipóteses explicativas, bem no início da modernidade, o apelo a raciocínios que tomem por base as capacidades preditiva e explicativa de uma hipótese ou teoria para justificar sua

aceitação *não* implica, evidentemente, que todas as hipóteses sejam igualmente boas. Pelo contrário, essa estratégia deve vir – e veio, no caso de Descartes – acompanhada de critérios de avaliação diferencial de hipóteses. Como notou Laudan, “Descartes foi cuidadoso em não sucumbir à tentação cética de atribuir a todas as hipóteses um estatuto igual e uma igual improbabilidade” (LAUDAN, 1966, p. 80).

Ora, aqui há uma diferença importante entre Descartes e Berkeley: enquanto Descartes propôs e discutiu critérios para avaliar hipóteses, Berkeley não o fez.¹⁴ No *Siris*, em particular, obra em que, finalmente, hipóteses são formuladas profusamente, ficamos sem saber que razões ele teria, de fato, para aceitar suas hipóteses, e não outras. O ponto fica, então, entregue aos comentadores.

Felizmente, porém, o assunto não se esgota aí. Voltando aos *Princípios*, há uma segunda parte, ou momento, da resposta de Berkeley à 11^a objeção, que complementa e reforça a primeira. Esse complemento será útil quando, na próxima seção, passarei a considerar diretamente a questão das hipóteses em *Siris*. Vejamos:

Em segundo lugar, a razão pela qual as ideias são arranjadas em máquinas, i.e., em combinações artificiais e *regulares*, é a mesma pela qual combinam-se letras para formar palavras. Para que umas poucas ideias originais possam ser usadas para significar um grande número de efeitos e ações é necessário que sejam combinadas de modos variados. E para que seu uso seja permanente e universal essas combinações têm de ser feitas por regras, e com sábia inventividade. [...]

E são a busca e esforços para entender esses signos instituídos pelo Autor da Natureza que devem constituir o trabalho do filósofo natural; não a pretensão de explicar as coisas por meio de causas corporais... (*Princípios* 65)

O filósofo natural seria, portanto, um *decifrador de enigmas*. Até este ponto, em que não estão sendo consideradas estruturas ditas “inobserváveis”, a tarefa desse filósofo é a seguinte: 1º) ele observa um conjunto de fenômenos, descobre regularidades e, eventualmente, irregularidades na sua ocorrência; 2º) ele observa, com ou sem microscópios, as partes e processo internos nos corpos envolvidos e, de novo, nota regularidades em seu funcionamento; 3º)

¹⁴ LAUDAN, 1966, pp. 95-100, nota que tanto Hobbes e Glanvill como, principalmente, Boyle, formularam explicitamente critérios para a avaliação epistêmica de hipóteses. Locke também o fez: ver CHIBENI, 2005b.

com tudo isso presente, ele então procura descobrir por que Deus pôs essas estruturas ali, correlacionando o nível “interno” com o “externo”. Pronto. Agora ele entende tudo o que está ocorrendo, e, como bônus, ganha poder preditivo sobre os fenômenos, como o relojoeiro de Locke que, vendo o corpo estranho grudado em sua balança, poderia dizer: “Sim, agora *entendo* por que o relógio parou”; e, removendo-o, consegue restituir a regularidade ao movimento dos ponteiros.

Essa poderosa metáfora volta a ser explorada no parágrafo 108 dos *Princípios* e depois, com extensão ainda maior, no parágrafo 252 de *Siris*. Nesses locais Berkeley fala em uma “*gramática*” da Natureza; e ainda, em um “*discurso racional de Deus*” (*Siris*, 254).¹⁵ Note-se que, incidentalmente, temos aqui uma adaptação da original e importante tese do *Ensaio para uma Nova Teoria da Visão* (1709): as ideias visuais são *signos* das ideias tácteis. Essa *semiótica natural* é agora estendida para outras relações de ideias (ou possíveis ideias, no caso de serem introduzidas como hipóteses): *ideias micro são signos de ideias macro*, e não suas *causas*.

Há também aqui aproximação com o argumento cartesiano do enigma das letras trocadas. Em ambos os casos trata-se de justificar a existência de mecanismos: no caso de Descartes, de justificar a crença de que mecanismos introduzidos a título de hipóteses de fato existem no mundo; no de Berkeley, de justificar (se esse for o termo...) por que Deus teria colocado aparentes mecanismos na estrutura dos corpos, dado que em princípio Ele poderia fazê-los “funcionar” sem esses mecanismos. No primeiro caso, temos o filósofo natural tentando preencher o mundo com algo mais do que os fenômenos, ao longo de um processo de busca de capacidade de prever fenômenos a partir de outros fenômenos, bem como de explicar a sua ocorrência. No outro, é o filósofo natural tentando entender o mundo que observa, tanto num nível macro como no nível micro; e também de ganhar, com isso, poder de predição.

Ora, se para Berkeley o filósofo natural é um decifrador de enigmas a partir de peças já dadas na experiência, é tentador pensar que ele lhe concederia *também* o recurso de fazer livremente conjecturas, em caso de “falta de peças”,

¹⁵ “Logo, os fenômenos da natureza, que afetam os sentidos e são entendidos pela mente, formam não apenas um espetáculo magnífico, mas também o mais coerente, divertido [*entertaining*] e instrutivo Discurso. [...] Na medida em que os homens estudem e notem suas regras, e o interpretem corretamente, poderão ser ditos conhecedores da natureza.” (*Siris*, 254)

contanto que levem à “solução”, caso em que as bases hipotéticas das quais partiu ascendem ao nível da probabilidade, ou, para usar as palavras de Descartes, da “certeza moral”. Essa flexibilização dos métodos da filosofia natural de fato parece ter sido feita por Berkeley em sua última grande obra, *Siris*, publicada em 1744.

6. Hipóteses sobre “inobserváveis” em *Siris*

O objetivo nominal de *Siris* é defender explicar supostas virtudes curativas da água de alcatrão (*tar water*). Isso conduz Berkeley a uma detalhada e competente incursão nos domínios da medicina, química, física, biologia, cosmologia e história da filosofia, ao longo da qual propõe explicações científicas específicas para uma infinidade de fenômenos e processos, com amplo apelo a partes componentes ou estruturas dos corpos: partículas e fluidos diversos, espíritos animais, “fogo puro”, “éter”, ou “espírito do Mundo”, etc.¹⁶

Interpretar essa ampliação do escopo da filosofia natural, para incluir hipóteses, seria tarefa mais fácil se Berkeley tivesse se limitado àquelas sobre entes e processos que em princípio pudessem ser observados, dado suficiente aperfeiçoamento futuro dos microscópios. Na seção sobre microscópios (Seção 4), já vimos que Berkeley não opunha nenhuma objeção a essa possibilidade. Mas um elemento novo introduzido por Berkeley em seu livro de 1744 complicou imensamente o ponto. É que ele explicitamente propôs que alguns desses entes hipotéticos seriam de fato *inobserváveis*, no sentido forte do termo, de que estariam para sempre e em princípio fora de nosso alcance perceptual, sem ou com o auxílio de aparelhos. Vejamos, por exemplo, esta passagem do parágrafo 159:

Nenhum olho jamais pôde discernir, nenhum sentido [pôde] perceber o espírito animal em um corpo humano, a não ser por seus efeitos. O mesmo se pode dizer do fogo puro, ou espírito do universo, que é percebido somente por intermédio de algum outro corpo sobre o qual opere, ou ao qual se una. (*Siris*, 159)

¹⁶ Útil inventário desses itens, acompanhado de competente defesa de sua interpretação realista foi feito por Gabriel Moked (MOKED, 1971); ver também MANZO, 2004.

É claro que, isoladamente, essa passagem não basta para a conclusão de que o “fogo puro” e os “espíritos animais” seriam realmente inobserváveis, mesmo com o auxílio de aparelhos. Remeto, pois, o leitor ao próprio livro, para eventualmente avaliar a minha percepção de que de fato ele trata tais itens dessa forma, nunca sugerindo que eventualmente poderão ser trazidos para o domínio da observação experimental. Qualquer que seja o caso, continuarei a assumir essa interpretação, com a desculpa adicional de que ela permite o prosseguimento de meu exercício de filosofia da ciência sobre a teoria berkeleyana do mundo natural.

Primeiramente, parece relevante o fato de Berkeley nunca haver justificado a crença de que haveria itens constitutivos do mundo físico que em princípio *nunca* poderiam ser observados, mesmo com aparelhos aperfeiçoados. Então, não parece ilícito agrupar, para fins de análise *epistemológica*, as hipóteses sobre esses corpos supostamente inobserváveis com aquelas, mais usuais, sobre corpos que parecem em princípio observáveis, em certas condições futuras a serem especificadas.¹⁷ Grifei *epistemológica* porque estou interessado primariamente em compreender a natureza das argumentações que há, ou, em reconstruções racionais, poderia haver, nos textos berkeleyanos para a *crença* em itens hipotéticos. Quer se trate de itens que nunca serão observados, ou de itens que em princípio poderão vir a ser, o que temos de fato para avaliar é as hipóteses nas condições dadas *aqui e agora*. Ora, sensatamente nenhum critério de avaliação pode gerar resultados distintos, a depender do desconhecido curso futuro dos acontecimentos.

Já que me situei em terreno movediço, defendo, com alguns outros autores, que Berkeley adotou uma interpretação *realista* de suas hipóteses sobre inobserváveis.¹⁸ Argumentar nesse sentido não é, porém, tarefa fácil, pois, como já notei, Berkeley nunca se ocupou explicitamente da avaliação/justificação de suas hipóteses particulares (ver também WILSON,

¹⁷ Incidentalmente, isso faz lembrar dos famosos “olhos de microscópio” de Locke. Sobre a curiosa posição de Locke sobre tais “olhos”, ver CHIBENI, 2005b.

¹⁸ Ver, por exemplo, GARBER, 1982; MOKED, 1971; TIPTON, 1982, p. 166-9; DOWNING, 1995a, 2005. Crítica relevante a essa interpretação foi feita por Margaret Wilson (WILSON, 1985), em resposta ao erudito artigo de Garber; ela argumenta que a resposta à 11ª objeção *não* foi estendida por Berkeley para incluir partículas inobserváveis. Certo; mas o importante é saber se ela *poderia* ter sido estendida. A esta questão teórica Garber responde *sim*; Wilson, *não*.

1994). Argumentos têm, portanto, que ser *reconstruídos*. Na sequência, ofereço uma proposta de análise, que começa por dois pontos preliminares:

B1) *Não* devemos interpretar os itens inobserváveis *não* dinâmicos de *Siris* como “hipóteses matemáticas”, de valor puramente instrumental. Não há evidência textual nesse sentido, antes o contrário. Mas não me deterei sobre esse ponto.¹⁹

B2) Também devemos rejeitar a tentadora tese de que Berkeley teria, por fim, adotado algum tipo de *corpuscularismo materialista*, como propôs Catherine Wilson (1994). Isso foi rejeitado explicitamente nos *Princípios* (102), e também – o que é mais relevante agora – em diversas passagens do próprio *Siris*. Minha posição, de caráter provisório, é pensar que, ao invés, Berkeley esposou um tipo de “*corpuscularismo imaterialista* - uma posição inegavelmente *sui generis*, mas não absurda, no quadro geral da filosofia natural de Berkeley, como tentarei mostrar na sequência.²⁰

Sem considerar a possibilidade de que o próprio Berkeley não tenha levado suficientemente a sério a sua posição de que certos elementos hipotéticos introduzidos em *Siris* são irremediavelmente inobserváveis – caso em que um apelo ao aperfeiçoamento futuro de meios de observação poderia contornar em parte o problema de uma interpretação realista –, parece-me interessante explorar o outro flanco de defesa dessa interpretação, sugerido acima, ou seja, a extensão dos argumentos da resposta à 11^a objeção, dados por Berkeley aos corpúsculos e estruturas *observáveis* (*Princípios* 60-66).

Como seria de esperar, existe na literatura especializada um debate sobre o assunto, complexo por natureza.²¹ Há, primeiro, uma tensão interna na própria “fórmula” em análise: o corpuscularismo imaterialista. Isso porque a

¹⁹ Veja-se, em apoio a essa percepção, GARBER, 1982, p. 183, e, para uma crítica a WARNOCK, 1953, p. 193. Veja-se também a discussão de I. C. Tipton (TIPTON, 1982), que defende posição parecida com a minha, com J. C. Warnock (WARNOCK, p. 167-8), que discorda. Tipton também procura refutar certos autores que propuseram que em *Alciphron* Berkeley rejeitou o corpuscularismo que depois defendeu no *Siris*. Outros defensores do “instrumentalismo” generalizado de Berkeley são NEWTON-SMITH, 1985, HIGHT, 2010 e SILVA, 2003a; 2003b; 2006.

²⁰ Para uma discussão útil dos limites do mecanicismo em Berkeley, ver MAULL, 1982. Ver também MOKED, 1979.

²¹ Para uma análise geral do tratamento de Berkeley das hipóteses na filosofia natural, ver CHIBENI, 2010 e 2013.

motivação central do programa corpuscularista *standard* é o fornecimento de explicações causais para os fenômenos naturais. Ora, na teoria berkeleyana do mundo não há causas, em nenhum nível, macro ou micro. Fazer hipóteses sobre a existência de corpúsculos no quadro dessa teoria parece algo eminentemente insensato, já que eles, sendo inertes, não contribuiriam para a produção de nada. Depois, há um evidente conflito da asserção de Berkeley de que certos dos corpúsculos que ele introduziu em sua teoria são inobserváveis (no sentido forte indicado na citação feita acima) e o próprio princípio do “ser é ser percebido”, proposto para todo e qualquer item do mundo físico.²²

Para este último problema há, aparentemente, uma solução inteiramente compatível com a metafísica berkeleyana: basta lembrar, trivialmente, que a percepção a que se refere o princípio não é necessariamente a percepção por nós, seres humanos, na condição em que nos encontramos neste mundo. Como fica claro já nos primeiros movimentos de Berkeley após formular o princípio, a concepção de uma ontologia imaterialista que em grande parte ou totalmente coincida com o senso comum (um dos objetivos centrais de Berkeley, lembremos) requer que haja uma “mente de algum espírito eterno”, infinitamente poderosa, que perceba continuamente os itens que os humanos não percebem senão incidentalmente (*Princípios*, 6; ver também 29-33). Os corpos inobserváveis sobre os quais Berkeley fala seriam, simplesmente, aquelas “coleções de ideias” (*Princípios* 1, 3) que Deus, por alguma razão, decidiu não partilhar com suas criaturas (ao menos conosco; se o faz com possíveis outros seres inteligentes criados, ignoramos...)²³

Retomando a dificuldade epistemológica principal, de justificar o suposto corpuscularismo imaterialista, que envolva corpúsculos aos quais, *efetiva e atualmente*, não temos acesso perceptual, é preciso examinar com mais detalhes a posição de Berkeley quanto ao estatuto epistemológico das hipóteses na filosofia natural. Embora este seja um movimento que nem todos endossam, parece-me útil voltar a traçar possíveis paralelos entre o problema das hipóteses no *Siris* e o problema geral do realismo científico, tal qual

²² Para diluir um pouco a impressão de que estou isolado numa tarefa inglória, considere-se, por exemplo, TIPTON, 1982, p. 168: “No *Siris* o que temos é uma especulação entusiástica acerca das partes mais sutis do maquinaria (*clockwork*) [da Natureza]”. Também URMSON, 1986, p. 564: “O que, principalmente, encontramos no *Siris* é um reconhecimento do sistema e da generalidade” (What we principally find in *Siris* is a recognition of system and generality.)

²³ Sobre esse ponto, ver WILD, 1953 e Catherine WILSON, 1994.

discutido contemporaneamente. Isso porque, nesta discussão a posição realista usual é a de considerar que, na ciência, hipóteses são introduzidas e avaliadas *independentemente de envolverem entes e processos “inobserváveis”*. Aliás, própria distinção entre observáveis e inobserváveis, essencial para a caracterização das mais diversas formas de antirrealismo científico, é tipicamente rejeitada pelos realistas. Assim, por exemplo, não é por acaso que van Fraassen escolheu como um de seus primeiros alvos, em *The Scientific Image*, justamente o agora clássico artigo de Grover Maxwell, “The ontological status of theoretical entities”, em que essa distinção é duramente criticada (MAXWELL, 1982). Também não é coincidência que esse filósofo antirrealista tenha frequentemente entrado em confronto com Ian Hacking, que em seus textos ofereceu robusto suporte para a visão segundo a qual a distinção entre observáveis e inobserváveis é solenemente ignorada pela ciência real, na teoria e na prática.

Seguindo essa trilha, parece-me, portanto, que devemos examinar se haveria evidências, ou ao menos indícios, de que Berkeley se serviu de critérios de justificação de hipóteses em geral que têm sido explicitados no debate contemporâneo sobre o realismo científico. E mais: não precisamos necessariamente cometer esse anacronismo histórico, pois, conforme tentei indicar na seção introdutória deste artigo, retomando publicações anteriores, alguns dos elementos centrais dessa análise epistemológica sobre o realismo já estavam claramente presentes na obra de Descartes (para não mencionar, como seria possível, outros filósofos naturais do século XVII).

Embora aparentemente complexa, a tarefa é facilitada pela própria análise por mim proposta, em seção precedente deste texto, do tratamento dado por Berkeley à 11^a objeção ao seu sistema filosófico. Vimos que, efetivamente, embora procurando especificamente, naquele caso, justificar, não a existência de mecanismos nas partes internas dos corpos – pois se tratava de mecanismos observáveis e observados –, mas o seu papel na criação divina do mundo natural, há notável semelhança da *estrutura* argumentativa de Berkeley com alguns dos padrões de argumentação típicos do debate sobre o realismo científico.

Em particular, é patente que Berkeley evoca os poderes preditivo e explicativo como fatores determinantes na justificação que busca (a *raison*

d'être metafísica/teológica da existência dos aparentes mecanismos internos); assim como os realistas científicos os evocam na justificação epistêmica das hipóteses sobre a existência de mecanismos internos dos corpos (inobserváveis, ou simplesmente ainda inobservados). O que estou propondo, então, é que, ao considerar e introduzir ele próprio uma abundância de hipóteses em sua obra especificamente científica acerca da composição dos corpos, *Siris*, Berkeley simplesmente adaptou o seu padrão de raciocínio para enfrentar a 11ª objeção, tornando-o um instrumento de justificação epistêmica *também*. Digo *também* porque evidentemente seus papéis originais não se tornaram irrelevantes, antes o contrário: nesta obra, ainda mais do que em todas as anteriores, há um esforço patente de formar um *sistema filosófico completo*, que integra filosofia natural, epistemologia (como diríamos hoje), metafísica e teologia.

Especificamente, penso que Berkeley considerava que a postulação dos fluidos “inobserváveis” – o “fogo puro”, “éter”, ou “espírito do universo”, num plano cosmológico, e os “espíritos animais”, na fisiologia humana e animal – tornava possível *reduzir a leis* processos macroscópicos que, do contrário, pareceriam irregulares ou, pelo menos e principalmente, inexplicáveis. Vejamos, por exemplo, o parágrafo 261 de *Siris*:

Assim como, no microcosmo, o curso regular e constante dos movimentos das vísceras e sucos que [o corpo] contém não impede que movimentos particulares voluntários sejam impressos pela mente sobre o espírito animal, do mesmo modo, no sistema do mundo, a estável observância de certas leis da natureza pelas massas maiores e movimentos perceptíveis não impede que um agente voluntário possa algumas vezes comunicar impressões particulares ao meio fino e etéreo que, no mundo, corresponde ao espírito animal no homem. Esses dois (se de fato forem dois), não obstante invisíveis e inconcebivelmente pequenos, parecem ser as molas [*springs*] latentes reais pelas quais todas as partes deste mundo visível são movidas; embora não devam ser consideradas como uma causa verdadeira, mas apenas um instrumento do movimento; e esse instrumento, não como um auxílio ao Criador, mas apenas como um sinal para a criatura. (*Siris*, 261)

Há aqui diversos pontos novos a considerar. Primeiro, o período que começa com ‘Esses dois’ envolve uma aparente uma violação do princípio da inatividade dos corpos; mas na sequência, no mesmo período, Berkeley adverte

que não é isso que quer dizer: causas “verdadeiras” não existem no mundo físico. Mas podemos, se quisermos, falar em causas “instrumentais”, num sentido derivado, não literal, que é exposto na porção final do parágrafo: não se trata de instrumentos causais, mas de instrumentos que o Criador colocou ao nosso dispor para que possamos justamente entender sua obra.

Vale a pena, a esse respeito, retroceder no texto de *Siris*, para ver o parágrafo 160, em que essa interpretação já estava indicada de modo incontestado:

A mente do homem age por um instrumento *necessariamente*. O *to Ëgemonikon*, ou Mente que preside o mundo age por um instrumento *livremente*. Sem causas segundas e instrumentais não poderia haver nenhum curso regular da natureza. E sem um curso regular, a natureza jamais poderia ser entendida; os homens estariam sempre perdidos, sem saber o que esperar, ou como se governarem, ou dirigir suas ações para a obtenção de um fim qualquer. Logo, no governo do mundo agentes físicos, assim impropriamente chamados, ou causas mecânicas, ou segundas, ou naturais, ou instrumentos, são necessárias para auxiliar, não o governador, mas o governado. (*Siris*, 160)

Ainda no parágrafo 261, nota-se que, em seu final, Berkeley retoma a segunda parte da resposta à 11ª objeção, em que recupera e amplia a tese da *Nova Teoria da Visão*, de que, além de serem instrumentos preditivos e explicativos os entes de que está falando podem *também* ser entendidos como *signos*: signos do que ocorre ou vai ocorrer no nível macro, em determinadas circunstâncias. O valor das hipóteses a seu respeito se estabeleceria, então, *a posteriori*, avaliando-se sua capacidade de fazer sentido da linguagem divina, i.e. tornar compreensível a Natureza como um todo.

Embora elegante e bastante apropriada no contexto da 11ª objeção, em que não havia inobserváveis, essa abordagem envolve dificuldades evidentes quando aplicada para o problema das hipóteses sobre inobserváveis. Comentando uma obra a que ainda não tive acesso,²⁴ I. C. Tipton, observa que parece difícil ver com que propósito Deus escreveria com “signos insensíveis”.²⁵ Nessa mesma direção J. O. Urmson diz que, para ele, é “muito

²⁴ R. J. Brook, *Berkeley's Philosophy of Science*, The Hague, Martinus Nijhoff, 1973.

²⁵ TIPTON, 1982, p. 167-8. Uma discussão geral relevante da doutrina dos signos em Berkeley pode ser encontrada em MCGOWAN, 1982. Ver também PARIGI, 2010b; PEARCE, 2008; 2017; 2019, e WINKLER, 2005b.

difícil e, [de fato], impossível, entender como essa doutrina [do éter como “causa instrumental”] possa se aplicar a um instrumento inerentemente imperceptível, conhecido apenas por seus efeitos” (URMSON, 1986, p. 565).

Eu não acho que haja uma boa resposta para essas poderosas objeções. Uma possibilidade seria, de novo, flexibilizar a abordagem, mais especificamente a noção de signo nela evocada, que, neste contexto não seriam mais signos empíricos, como no caso da 11ª objeção, mas signos “intelectuais”, se isso fizer algum sentido: na busca de uma compreensão racional dos fenômenos conjecturamos que haja tais e tais elementos na natureza, e que a ligação desses elementos hipotéticos com os fenômenos seja do mesmo *tipo* daquela que existe entre as engrenagens de um relógio e o movimento de seus ponteiros. Seria um raciocínio analógico, não mais do que isso. Nessa direção, é útil voltar a pensar no filósofo natural que formula hipóteses como um “decifrador de enigmas” de “segunda ordem”, aquele que, ao invés de estar montando o quebra cabeças cujas peças já está todas disponíveis, está diante de um em que algumas peças faltam na experiência. Por exemplo, se houvesse duas peças com tais e tais formatos e cores, a ligação entre estas outras, já encaixadas, poderia ser feita. Ou: provavelmente o criador do quebra-cabeças as criou, foram parte de seu projeto; mas não estão disponíveis para mim.

Nos trechos citados há também outra novidade, que é uma concessão de Berkeley de que, com as devidas ressalvas, seria conveniente falar agora em “causas segundas” (contra as quais, lembremos, ele invectivara nos *Princípios*, parágrafo 32). Na verdade, desde o *De Motu* há um *movimento* gradual de Berkeley para entender certos processos físicos como “causas”, num sentido “impróprio” do termo: “A ordem e conexão entre os corpos é ‘parecida com a de causas e efeitos’, de modo que os corpos ‘parecem instrumentos diversos da Natureza’” (DM 64 – 1720).

Isso pode ser visto como uma tendência de Berkeley de se aproximar cada vez mais do pensamento realista clássico sobre causas, típico de seus adversários filósofos naturais, mecanicistas *standard*, como Descartes, Boyle e o próprio Newton. O mesmo ponto reaparece, de forma ainda mais explícita, numa carta de Berkeley a Samuel Johnson, de 25 de novembro de 1729, § 2:

Causa é tomada em dois sentidos diferentes. Uma causa eficiente ativa, propriamente considerada, só concebo como sendo um Espírito [...]. Mas isso não impede que concedamos que haja causas ocasionais (*que na verdade são signos*); e nada mais se requer na melhor física, *i.e.* na filosofia mecânica. ...Quanto, porém, a um *agente* não-pensante, nenhum ponto da física se explica por ele, nem é ele concebível.

E, finalmente, numa ordem histórica, em *Siris*, 160, citado anteriormente nesta seção, a concessão se torna plena: “*Sem causas instrumentais e segundas não poderia haver um curso regular da natureza.* [...] [N]o governo do mundo agentes físicos, *impropriamente* assim chamados, ou *causas mecânicas, ou segundas, ou naturais, ou instrumentos*, são necessárias para auxiliar, não o Governador, mas os governados.”

Essa linha realista de interpretação daria conta da aparente mudança de posição de Berkeley no *Siris*, que tantos comentadores tomaram como uma ruptura drástica real, ontológica, epistemológica, metodológica: abandono do idealismo, do *esse é percipi*, do imaterialismo, e do próprio empirismo.²⁶ O que haveria, penso, é antes um impressionante refinamento da filosofia berkeleyana, tal qual exposta em suas obras anteriores e mais conhecidas, motivada por uma aproximação cada vez maior com as teses e métodos da florescente ciência de seu tempo. O fato, sempre citado em análises menos aprofundadas, de que a metodologia berkeleyana para a filosofia natural o conduziu, em *Siris*, para um conjunto de hipóteses que aos nossos olhos parecem inteiramente fantasiosas não pode, naturalmente, servir de base a nenhuma crítica ao sofisticado sistema filosófico de Berkeley, visto envolver um flagrante anacronismo. O fato de as hipóteses de Berkeley não contarem, hoje em dia, com a simpatia dos cientistas é uma contingência da história da ciência, não uma distinção de princípio, que *a priori* desqualificasse a inspiradora abordagem de Berkeley para a filosofia natural.²⁷

²⁶ Ver por exemplo Catherine WILSON, 1994; SILVA, 2006; WILD, 1953; TIPTON, 1982, p. 166. Tipton cita ainda uma obra a que não tive acesso, em que os autores defenderam algumas dessas posições: J. M. Horne e M. M. Rossi, *Bishop Berkeley*, London, Faber & Faber, 1931; aponta também os comentários de T. E. Jessop no volume V dos *Works*, pp. 10-12. Para uma discussão clássica sobre a questão da unidade da filosofia de Berkeley, ver LUCE, 1937 e WILD, 1937; para uma análise mais recente, DANIEL, 2010.

²⁷ Notemos, porém, incidentalmente, que mesmo essa avaliação histórica pode estar equivocada. Há uma reconstrução possível da fisiologia moderna em que os espíritos animais se aproximam bastante de nossos elétrons, íons e neurotransmissores, que, como eles, percorreriam os nervos e desempenhariam aí papel fundamental nos processos fisiológicos. E talvez um físico erudito e perspicaz consiga aproximar, sob vários aspectos importantes, os

Referências bibliográficas:

BERKELEY, G. **Philosophical Works** (Michael R. Ayers, ed.). London: Everyman, 1975.

———. **The Works of George Berkeley** (4 volumes, ed. A. C. Fraser). Oxford: Clarendon Press, 1901. (Reprint: London: Continuum International Publishing Group, 2005.)

———. **Complete Works**. Edição eletrônica, Série “Past Masters”, Charlottesville: InteLex Corporation, s.d.

BRYCKMAN, G. Microscopes and philosophical method in Berkeley. In: **TURBAYNE**, 1982, p. 69-82.

CHIBENI, S. S. Descartes e o realismo científico. **Reflexão**, n. 57, pp. 35-53, 1993.

———. A fundamentação empírica das leis dinâmicas de Newton. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, vol. 21, n. 1, pp. 1-13, 1999.

———. Russell e a noção de causa. **Principia** 5 (1-2): 125-47, 2001.

———. Quinton’s neglected argument for scientific realism. **Journal for General Philosophy of Science**, vol. 36, n. 2, pp. 393-400, 2005a.

———. Locke on the epistemological status of scientific laws. **Principia**, vol. 9, ns. 1-2, pp. 19-41, 2005b.

———. Afirmando o conseqüente: Uma defesa do realismo científico (?!). **Scientiae Studia**, vol. 4, n. 2, pp. 221-249, 2006.

———. Berkeley: Uma física sem causas eficientes. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência** vol. 18, n. 2, pp. 357-390, 2008.

———. Berkeley e o papel das hipóteses na filosofia natural. **Scientiae Studia**. vol. 8, n. 3, pp. 389-419, 2010.

———. As posições de Newton, Locke e Berkeley sobre a natureza da gravitação. **Scientiae Studia** vol. 11, n. 4, pp. 811-39, 2013.

CHURCHLAND, P. M. & HOOKER, C. A. (eds.) **Images of Science**. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

DANIEL, S. H. How Berkeley’s works are interpreted? In: **MUEHLMANN**, 1995, pp. 107-125.

fluidos cósmicos de *Síris* da “matéria escura” das especulações cosmológicas contemporâneas.

DOWNING, L. Berkeley's case against realism about dynamics. In: MUEHLMANN, 1995a, p. 197-214.

———. *Siris* and the scope of Berkeley's instrumentalism. **The British Journal for the History of Philosophy**, vol. 3, pp. 279-300, 1995b.

———. Berkeley's natural philosophy and philosophy of science. In: WINKLER, 2005, pp. 230-265.

FEIGL, H.; MAXWELL, G. (eds.) **Scientific Explanation, Space and Time**. (Minnesota Studies in the Philosophy of Science, vol. III.) Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 1962.

FOSTER, J.; ROBINSON, H. *Essays on Berkeley. A Tercentennial Celebration*. Oxford: Clarendon, 1985.

GARBER, D. Locke, Berkeley, and corpuscular scepticism. In: TURBAYNE, 1982, p. 174-193.

GREW, N. **The Anatomy of Plants**. London: Rawlins, 1682.

HACKING, I. 'Do We See Through a Microscope?', **Pacific Philosophical Quarterly** vol. 62, pp. 305-22, 1981. Reprinted in CHURCHLAND; HOOKER, 1985, pp. 132-152.

———. **Representing and Intervening**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

———. Experimentation and scientific realism, in: LEPLIN, 1984, pp. 154-172.

HIGHT, M. A. Berkeley's metaphysical instrumentalism. In: PARIGI, 2010a, pp. 15-29.

LAUDAN, L. The clock metaphor and probabilism: The impact of Descartes on English methodological thought, 1650-65, **Annals of Science**, vol. 2, n. 2, pp. 73-104, 1966.

LEPLIN, J. (ed.): **Scientific Realism**, Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1984.

LUCE, A. A. The unity of the Berkeleyan philosophy, I and II. **Mind**, vol. 46, n. 181, pp. 44-52 e vol. 46, n.182, pp. 180-190, 1937.

MACH, E. **The Science of Mechanics. A Critical and Historical Account of Its Development**. Trad. T. J. McCormack. Chicago and London: Open Court, 1919. [1ª ed. alemã, 1883].

———. **The Analysis of Sensations and the Relations of the Physical to the Psychical**. Trad. C. M. Williams. Chicago and London: Open Court, 1914. [1ª ed. alemã, 1885].

MANZO, S. A. Éter, espírito animal e causalidade no *Siris* de George Berkeley: uma visão imaterialista da analogia entre macrocosmo e microcosmo. **Scientiae Studia**, vol. 2, n. 2, pp. 179-205, 2004.

MAULL, N. L. Berkeley on the limits of mechanistic explanation. In: **TURBAYNE**, 1982, pp. 95-107.

MAXWELL, G. The ontological status of theoretical entities. In: **FEIGL; MAXWELL**, 1962, pp. 3-27.

McGOWAN, W. Berkeley's doctrine of signs. In: **TURBAYNE**, 1982, pp. 231-246.

MOKED, G. A note on Berkeley's corpuscularian theories in *Siris*. **Studies in History and Philosophy of Science**, vol. 2, n. 3, pp. 257-271, 1971.

———. Berkeley, corpuscularianism and inductivism. **Manuscrito**, vol. 2, n. 2, pp. 21-42, 1979.

———. Two central issues in Bishop Berkeley's 'corpuscularian philosophy' in the *Siris*. **History of European Ideas**, vol. 7, n. 6, pp. 633-641, 1986.

MUEHLMANN, R. G. (ed.) **Berkeley's Metaphysics. Structural, Interpretive and Critical Essays**. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1995.

NEWTON, I. **Mathematical Principles of Natural Philosophy**. Trad. A. Motte, revisada por F. Cajori. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1934.

NEWTON-SMITH, W. H. Berkeley's philosophy of science. In: **FOSTER; ROBINSON**, 1985, p. 149-161.

PARIGI, S. (ed.) **George Berkeley: Religion and Science in the Age of Enlightenment**. Dordrecht: Springer, 2010a.

———. "Scire per causas" versus "scire per signa": George Berkeley and scientific explanation in *Siris*. In: **PARIGI**, 2010a, pp.107-119. 2010b.

PEARCE, K. L. The semantics of sense perception in Berkeley. **Religious Studies**, vol. 44, pp. 249–268, 2008.

———. Berkeley on unperceived objects and the publicity of language. **History of Philosophy Quarterly** vol. 34, pp. 231-250, 2017.

———. Berkeley's theory of language. Invited contribution to **The Oxford Handbook of Berkeley**, Samuel C. Rickless (ed.), Oxford: Oxford University Press, 2019. Artigo disponível no site do autor, <<http://writings.kennypearce.net/BtheoryOfLanguage.pdf>>.

POPPER, K. R. A note on Berkeley as precursor of Mach and Einstein. *British Journal for the Philosophy of Science*, vol. 4, n. 13, pp. 26-36, 1953. Reproduzido em Popper 1972, cap. 6.

———. **Conjectures and Refutations**. 4.ed., revisada. London: Routledge and Kegan Paul, 1972.

PUTNAM, H. What is mathematical truth. In: **Mathematics, Matter and Method**. (Philosophical Papers, v.1.) Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

———. **Meaning and the Moral Sciences**. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1978.

SILVA, M. R. **Breve Jornada Empirismo Adentro**. Tese de Doutorado, USP, 2003a.

———. O Instrumentalismo de George Berkeley. **Ideações**, vol. 11, pp. 49-70, 2003b.

———. Instrumentalismo e explicação científica no *De Motu* de Berkeley. **Scientiae Studia**, vol. 4, n. 1, pp. 101-114, 2006.

SMART, J. J. C. **Between Science and Philosophy**. New York: Random House, 1968.

TIPTON, I. C. The “Philosopher by Fire” in Berkeley’s *Alciphron*. In: **TURBAYNE**, 1982, p. 159-173.

TURBAYNE, C. (ed.) **Berkeley. Critical and Interpretive Essays**. Manchester: Manchester University Press, 1982.

URMSON, J. O. Berkeley’s philosophy of science in the *Siris*. **History of European Ideas**, vol. 7, n. 6., pp. 563-566, 1986.

VAN FRAASSEN, B. **The Scientific Image**. Oxford: Clarendon Press, 1980.

———. Empiricism in the philosophy of science. In: **CHURCHLAND; HOOKER**, 1985, p. 245-308.

WARNOCK, G. J. **Berkeley**. London: Penguin Books, 1953.

WILD, J. The unity of Berkeleyan philosophy. **Mind**, vol. 46, n. 184, pp. 454-464, 1937.

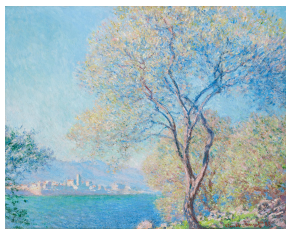
———. Berkeley’s theories of perception: a phenomenological critique. **Revue Internationale de Philosophie**, vol. 7, p. 147, 1953.

WILSON, C. Berkeley and the microworld. **Archiv für Geschichte der Philosophie**, vol. 76, pp. 37-64, 1994.

WILSON, M. D. Berkeley and the essences of the corpuscularians. In: **FOSTER; ROBINSON**, 1985, cap. 10, p. 131-147.

WINKLER, K. P. **The Cambridge Companion to Berkeley**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005a.

———. Berkeley and the doctrine of signs. In: **WINKLER**, 2005b, pp. 124-165.



ARTIGOS – ARTICLES

Conceito e lógica em Frege¹

António Zilhão²
Universidade de Lisboa
antoniozilhao@letras.ulisboa.pt

Como citar este artigo: ZILHÃO, A. “Conceito e lógica em Frege”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 241-270. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Um dos feitos mais notáveis alcançados por Frege no âmbito do seu trabalho lógico-filosófico foi o de ter proposto uma visão inteiramente nova do conceito. Como aqui se mostrará, é esta visão do conceito, em que o mesmo é tomado como uma função de um tipo específico, que, por sua vez, se encontra subjacente aos sucessos e insucessos da Lógica de Frege e do seu programa logicista.

Palavras-chave: Frege. Conceito. Função. Proposição. Lógica.

Abstract: One of the most remarkable achievements made by Frege in the context of his logical-philosophical work was to have proposed an entirely new view of the concept. As will be shown here, it is this view of the concept, in which it is taken as a function of a specific kind, that in turn underlies the successes and failures of Frege's Logic and his logicist programme.

Keywords: Frege. Concept. Function. Proposition. Logic.

Gottlob Frege (1848-1925) é conhecido nos meios lógico-filosóficos sobretudo por ter protagonizado três feitos, todos eles notáveis: ter introduzido na Lógica moderna uma teoria formal da quantificação; ter concebido um sofisticado programa logicista no âmbito da Filosofia da Matemática; e ter desenvolvido um género de investigação com um forte conteúdo semântico que inspirou (de um modo algo equívoco, há que dizê-lo)

¹ Versões preliminares deste ensaio foram lidas em palestras proferidas na Universidade do Porto (31.05.022) e no Colóquio de Lógica no Instituto Superior Técnico, em Lisboa (27.10.022).

² Professor Associado na Universidade de Lisboa com Agregação em Lógica e Filosofia da Ciência.

o advento do chamado *linguistic turn*, operado pela Filosofia Analítica na segunda metade do século XX.

Há, todavia, um outro feito igualmente notável protagonizado por Frege, mas que costuma ser bastante menos mencionado do que os anteriores: ter proposto uma visão inteiramente nova do conceito. Na realidade, este último feito não só não é menos relevante do que os anteriores como se encontra, para o bem e para o mal, subjacente aos mesmos. Nesta comunicação irei tentar justificar esta tese, salientando tanto a novidade e a originalidade do tratamento fregeano do conceito como o seu alcance lógico-filosófico.

I. Novidade e Originalidade

Para se poder apreciar devidamente tanto a novidade como a originalidade do tratamento fregeano do conceito, convém começar por recordar “o estado da arte” neste domínio no tempo em que Frege escreveu os seus ensaios fundamentais acerca deste tema. No último quartel do século XIX, o pensamento filosófico alemão, sobretudo no âmbito da Teoria do Juízo e da Lógica, era ainda, em grande medida, tributário do pensamento de Kant. Nestas circunstâncias, as definições e caracterizações por este introduzidas e desenvolvidas permaneciam largamente em uso. É também o caso da definição kantiana de ‘conceito’.

Segundo o filósofo de Königsberg, o que este termo referiria seria, antes do mais, uma *representação geral*. Atente-se, por exemplo, no que Kant escreveu a este respeito na abertura do Capítulo I (Dos Conceitos) da *Doutrina Geral dos Elementos*, a primeira parte das suas lições sobre Lógica:

Todos os modos de conhecimento, isto é, todas as representações conscientes relacionadas a um objecto, são ou *intuições* ou *conceitos*. A intuição é uma representação singular (*repraesentatio singularis*), o conceito uma representação geral (*repraesentatio per notas communes*), ou reflectida (*repraesentatio discursiva*).³

Em associação com esta visão kantiana da *natureza* do conceito como representação geral consciente relacionada a objectos, predominava, ao tempo

³ Kant 1800 (*Ak*, IX, 91)

de Frege, uma teoria acerca do modo de *aquisição* dos conceitos pela consciência a que poderemos chamar, à falta de melhor termo, *teoria abstraccionista*. De acordo com esta teoria, a epistemologia e a ontologia dos conceitos apoiar-se-iam e justificar-se-iam mutuamente. Com efeito, para os defensores do abstraccionismo, os conceitos formar-se-iam na consciência a partir dos dados primários a ela fornecidos, aos quais, como vimos, Kant chamava ‘intuições’; as intuições, por sua vez, constituiriam as formas de representação mais nítidas e completas que uma consciência poderia obter. Um processo de eliminação progressiva das características “peculiares” de cada uma de um dado conjunto de intuições – a abstracção – permitiria então à consciência gerar uma forma menos particular e mais enfraquecida, mas, por outro lado, mais geral, de representação – i.e., o conceito, entendido como a *repraesentatio per notas communes*, de que Kant nos fala na passagem acima.

Edmund Husserl foi, provavelmente, o mais célebre de entre os filósofos alemães contemporâneos de Frege. Ele foi também um defensor desta visão do conceito. Com efeito, em 1887, três anos depois da publicação por Frege da sua obra de referência *Die Grundlagen der Arithmetik*, Husserl escreveu, em *Über den Begriff der Zahl*, a sua tese de agregação, dedicada à elucidação do conceito de número, o seguinte:

(...) os conceitos originam-se através de uma comparação das representações particulares que caem sob eles. Pondo de lado as características que diferem, agarramo-nos firmemente àquelas que são comuns; e estas últimas são aquelas que então constituem o conceito geral.⁴

Isto é, de acordo com o ponto de vista abstraccionista acima expresso por Husserl, cada conceito resultaria do envolvimento de uma multidão de representações singulares de objectos (intuições) na história particular que teria subjazido à sua formação.

Conjugadas, a concepção representacionista e a teoria abstraccionista constituem uma perspectiva que permite igualmente dar conta do papel *semântico* desempenhado pelos termos gerais no âmbito da expressão do juízo. Com efeito, de acordo com ela, um tal papel deveria ser percebido simultaneamente por contraste e por analogia com o papel habitualmente

⁴ Husserl 1887, p. 299.

designado como de *referência singular*, o qual se encontra tipicamente associado ao trabalho desempenhado pelos nomes próprios no âmbito da expressão judicativa. Este último consiste em proporcionar um rótulo linguístico às representações singulares e, por via destas, representar objectos. Neste sentido, os nomes próprios (e, por conseguinte, as representações singulares a eles associadas) visariam objectos, tomados individualmente. Os termos gerais (e, por conseguinte, os conceitos a eles associados), por sua vez, visariam também objectos, mas fá-lo-iam tomando-os como alvo colectivamente e já não individualmente. Num outro passo da obra já mencionada acima, Kant exprime precisamente esta ideia fazendo apelo à terminologia aristotélica da matéria e da forma; segundo ele, a *matéria* dos conceitos seria ainda os objectos, tomados, agora, sob a *forma* da generalidade, a qual lhes seria conferida pelo entendimento⁵. Sendo este o caso, faz sentido dar conta deste papel semântico específico reservado aos termos gerais classificando-o como um papel de *referência múltipla*.

Deste ponto de vista, as distintas relações semânticas que termos singulares e termos gerais instituiriam com os seus *relata* não constituiriam senão duas variantes de um mesmo género semântico natural, o qual espelharia, por sua vez, a relação que ligaria formas distintas de representação aos objectos por elas representados. Um vestígio eloquente desta visão representacionista que a tradição filosófica nos legou reside nas designações gramaticais que ainda hoje associamos aos termos gerais – “nomes”, ou “substantivos”, “comuns” –, por analogia e contraste com os “nomes”, ou “substantivos”, “próprios”, que associamos aos termos singulares, designações estas que todos aprendemos na escola.

Em traços largos, podemos então dizer que foi esta a visão dos conceitos e da sua inserção na economia cognitiva que Frege herdou da tradição filosófica alemã. Esta foi também a visão que ele se propôs substituir. Para o fazer, Frege começou por sujeitá-la a uma crítica demolidora. Começamos então por considerar a demolição do abstraccionismo.

Em 1894, na sua recensão crítica ao primeiro volume da obra de Husserl dedicada à Filosofia da Aritmética, Frege alega que a teoria abstraccionista não possui sequer os recursos que nos permitiriam distinguir

⁵ Kant 1800 (*Ak.*, IX, 92).

entre um caso, como o sugerido por Husserl na citação acima, no qual a consciência decide pôr activamente de lado aspectos peculiares de uma representação singular porque eles diferem dos de outras, e um caso no qual simplesmente nos esquecemos dos detalhes dessas representações, ou nos distraímos deles e, por via desse esquecimento, ou distração, os deixamos involuntariamente de lado. Para ilustrar esta crítica, vale a pena recordar aqui algumas linhas mordazes saídas da pena do próprio Frege:

(...) desligar a nossa atenção é particularmente eficaz. Reparámos com menos intensidade numa propriedade e ela desaparece. Ao fazer com que uma característica após outra desapareçam, obtemos conceitos cada vez mais abstractos ... A falta de atenção é uma faculdade lógica sumamente eficaz; presumivelmente é por isso que os nossos professores são tão distraídos. Suponha-se que à nossa frente estão sentados, lado a lado, um gato preto e um gato branco. Deixamos de prestar atenção à sua cor, e eles ficam incolores, mas continuam sentados lado a lado. Deixamos de prestar atenção à sua postura, e eles já não estão sentados (apesar de não terem adoptado outra postura), mas cada um continua no seu lugar. Deixamos de prestar atenção à posição; eles deixam de estar num lugar, mas continuam diferentes. Desta forma, supõe-se que obtemos de cada um deles um conceito geral de Gato. Mas, por meio de uma aplicação continuada deste procedimento, o que de facto obtemos de cada objecto é um fantasma cada vez mais exangue.⁶

Para tornar curta uma história longa, o diagnóstico de Frege acerca do abstraccionismo é, então, o de que, não deixando o poder aglutinador do conceito de ser uma força real, o modo abstraccionista de dar conta dele seria, basicamente, inconsequente.

Este diagnóstico, associado à sua crítica ao caso geral, expressa em citações como a transcrita acima, é reforçado com a análise de dois casos especialmente problemáticos para a teoria abstraccionista. O primeiro é o caso dos conceitos singulares. Tomemos, como exemplo de tais conceitos, o conceito Idêntico a Zelensky. Ser idêntico a Zelensky é algo que, num pensamento, pode ser predicado com sentido de um objecto: nestas circunstâncias, Idêntico a Zelensky é, sem dúvida, um conceito. E, todavia, para dar origem a uma proposição verdadeira, este conceito não pode capturar sob si senão um, e um só, objecto, nomeadamente, o próprio Zelensky. O segundo é o caso dos conceitos vazios. Tomemos, como exemplo de um tal

⁶ Frege 1894, p. 318.

conceito, o conceito Desigual a si próprio. Obviamente, nenhum objecto pode cair sob um tal conceito, uma vez que ele é contraditório. Mas, de modo igualmente óbvio, podemos legitimamente captar pensamentos nos quais ele ocorre.

A consideração de casos como os expostos acima mostra-nos, então, que, pelo menos no âmbito da compreensão deste tipo de conceitos, não parece haver qualquer lugar para a ideia de que os mesmos poderiam resultar de quaisquer processos prévios de abstracção dirigidos para uma multiplicidade de intuições. Com efeito, se, sob um dado conceito, apenas cai um objecto, ou mesmo nenhum, qual poderia ser, nesses casos, a base de sustentação do suposto processo de abstracção? A conclusão é inescapável: nestes casos, uma tal base tem que ser inexistente; isto é, não faz de todo sentido procurar um qualquer suporte objectual para o hipotético processo de abstracção que daria origem a tais conceitos. Mas não deixamos por isso de estar perante conceitos genuínos.⁷

O carácter fantasmático dos conceitos em geral, se quisermos de facto vê-los como tendo sido gerados de acordo com a história abstraccionista, por um lado, e a óbvia incapacidade dessa mesma história em dar conta do modo como conceitos vazios e conceitos singulares poderiam ser gerados de acordo com ela, por outro lado, parecem, portanto, tornar mais do que pertinente a demolição do abstraccionismo empreendida por Frege. Todavia, se aceitarmos que não faz sentido pensar que o poder aglutinador do conceito poderia ter a sua origem num processo de generalização a partir de instâncias singulares, o qual poderia resultar indistintamente tanto da abstracção como da distracção ou do esquecimento, de imediato somos confrontados com duas questões. A primeira é: como obtemos então nós os conceitos? E a segunda é: poderá o representacionismo sobreviver sem o abstraccionismo?

Do ponto de vista de Frege, para podermos responder cabalmente a estas perguntas, temos, primeiro, que ultrapassar uma outra dificuldade associada à compreensão da natureza do conceito. Esta dificuldade consistiria no facto de que o nosso entendimento se encontraria dominado por uma outra ideia legada pela tradição e que, à época, parecia óbvia e indiscutível. Trata-se da ideia de que a própria possibilidade da formulação de juízos suporia a

⁷ cf. Frege 1884 §§ 49-51 (Trad. Port.: pp. 76-77).

presença de, e a concomitante acessibilidade a, um *stock* já completo e pré-existente dos seus elementos, os quais seriam, por um lado, as representações singulares e, por outro lado, os conceitos, ou representações gerais, obtidos por abstracção (ou por distracção...), a partir dessas mesmas representações singulares, originadas, por sua vez, na experiência. De acordo com esta ideia, digamos, construtivista, cujas origens remontam, pelo menos, a Aristóteles, a formação dos conceitos seria, então, necessariamente prévia à enunciação judicativa. E esta última resultaria, por sua vez, de um trabalho mental de composição desenvolvido sobre os elementos constituintes do juízo, os quais se encontrariam previamente disponíveis à consideração da consciência. A força desta ideia não deve ser subestimada: de facto, parece ser quase uma trivialidade defender que a possibilidade de erguer uma construção depende da disponibilidade prévia dos tijolos e barrotes que servem para erguê-la. Para Frege, porém, uma ideia parecer quase trivial não é, certamente, o mesmo que as proposições que a exprimem serem verdadeiras.

Na realidade, ele começa a desenvolver uma perspectiva própria, “anti-construtivista”, chamemos-lhe assim, acerca do juízo e dos seus constituintes, desde bastante cedo. Num ensaio redigido no início da sua carreira lógico-filosófica, mas que permaneceu inédito durante todo o tempo da sua vida – *Booles rechnende Logik und die Begriffsschrift* –, encontramos já Frege a formular a seguinte observação:

“eu parto dos juízos e do seu conteúdo, não dos conceitos ... eu só concebo a formação de conceitos como ocorrendo a partir de juízos.”⁸

Para que não ficassem quaisquer dúvidas a respeito das suas convicções, ele acrescenta ainda um pouco mais à frente:

“as representações de propriedades e relações aparecem simultaneamente com o primeiro juízo, no qual elas são atribuídas às coisas.”⁹

⁸ Frege 1880, p. 17

⁹ Frege 1880, p. 19

Este par de citações mostra-nos, portanto, que a estratégia de Frege para dar conta do modo como poderemos entender a natureza dos conceitos passa por fazer-nos ver que o nosso acesso aos mesmos depende do contacto que estabelecemos com o conteúdo de juízos. Isto é, segundo ele, os conceitos *emergem* com os juízos; como tal, eles só podem ser acedidos por meio de um processo de *extracção* (e não de abstracção), originado numa *decomposição* dos conteúdos destes últimos.

Na sua abordagem à Teoria do Conteúdo Judicativo Frege propõe, então, de uma forma *prima facie* contra-intuitiva, que o que tendemos a ver como as construções – os conteúdos dos juízos – é-nos dado em primeiro lugar, juntamente com parte dos seus constituintes – os objectos sobre os quais estes incidem – e que, apenas num segundo momento, é então possível extrair deles os restantes constituintes, a saber, os conceitos. Estes seriam assim obtidos a partir da expressão de tais conteúdos, previamente dados, pela exclusão das mesmas dos termos singulares que nelas ocorreriam, mas não dos lugares lógicos por eles ocupados. É costume chamar ‘holista’ a uma abordagem de um tópico assente na ideia de que a compreensão do todo tem precedência sobre a compreensão das partes. Neste sentido, o método de abordagem de Frege ao conteúdo judicativo é, sem dúvida, um método holista de abordagem do mesmo.

Este passo do conteúdo do juízo para o conceito é elucidado por Frege através do estabelecimento de uma analogia com o passo que, no âmbito de uma análise ao pensamento matemático, nos permite extrair uma função a partir da consideração de uma sequência de expressões que designam valores dessa mesma função. É importante ver com mais detalhe como funciona esta analogia.

Para o efeito, atente-se no que Frege escreveu a este respeito naquele ensaio em que explicitamente se debruça sobre funções e conceitos, isto é, o ensaio *Funktion und Begriff*.

Aí, ele começa por reconhecer que, quando consideramos uma expressão funcional particular, tendemos a relacionar-nos com ela tomando-a como um veículo que nos permite determinar o modo particular como se deixam apresentar, por seu intermédio, um conjunto de valores numéricos.

Assim, se tomarmos como exemplo a expressão funcional ‘ $y = 2x^3 + x$ ’, a nossa inclinação natural consiste em encará-la simplesmente como o veículo que nos permite determinar, sob a forma ‘ $2.1^3 + 1$ ’, ‘ $2.2^3 + 2$ ’, ‘ $2.3^3 + 3$ ’, etc., os valores 3, 18, 57, etc., que a função que ela exprime atribui aos argumentos 1, 2, 3, etc.¹⁰

Não obstante, Frege pede-nos que façamos um esforço para nos relacionarmos com o exercício funcional, não do modo habitual, mas de trás para a frente. Isto é, ele pede-nos que, em vez de nos movermos dos argumentos para os valores, nos movamos antes dos valores (ou melhor, das designações que deles obtemos por meio da aplicação da função a alguns dos seus argumentos) para a expressão funcional.

Se o fizermos, diz-nos Frege, somos levados a discernir que:

“a verdadeira essência da função reside no que aquelas expressões têm em comum, isto é, naquilo que em ‘ $2x^3 + x$ ’ está exposto quando se exclui o “x” e que poderíamos escrever do seguinte modo: $2()^3 + ()$.”¹¹

Esta afirmação de Frege não é, todavia, completamente clara. De facto, o que quer ele que nós compreendamos quando obtemos o resultado que ele nos apresenta como constituindo o passo terminal do processo que ele nos convida a empreender? Isto é, em que é que consiste discernir que “a verdadeira essência da função reside no que aquelas expressões têm em comum”?

Creio que o que ele quer fazer-nos ver é que, quando extraímos a expressão funcional do modo particular por meio do qual os diferentes valores da função se deixam apresentar por seu intermédio, conseguimos abrir uma janela que nos deixa entrever a estrutura da entidade funcional ela própria; essa janela não se abre, porém, ou só dificilmente o faz, quando manipulamos as expressões funcionais apenas como instrumentos de cálculo de alguns dos seus valores para alguns dos seus argumentos.

¹⁰ Frege 1891 (Trad. Port.: p. 20).

¹¹ Frege 1891 (Trad. Port.: p. 21).

Com efeito, de acordo com Frege, no decurso do processo acima descrito de extracção de uma expressão funcional a partir de uma dada sequência de designações dos valores da função que ela representa, essa expressão revela-se-nos como decorrendo naturalmente das designações que os seus valores tomam por seu intermédio quando removemos os nomes de um ou mais objectos (i.e., de argumentos) dos lugares que estes ocupam nelas. E o que obtemos quando concluimos uma tal remoção é uma expressão da qual só conseguimos fazer sentido se a tomarmos como sendo uma expressão que designa uma entidade que exhibe uma característica peculiar: a de necessitar de ser complementada por outras entidades para poder dar origem a um todo coerente; neste caso, a um pensamento matemático. Para usar a terminologia que o próprio Frege introduziu, uma entidade dotada de uma tal característica seria uma entidade essencialmente “insaturada”. Funções numéricas seriam, assim, exemplos prototípicos de entidades insaturadas.¹² Em consequência, e por comparação com objectos matemáticos, como os números, os quais seriam essencialmente “saturados”, as funções teriam um estatuto ontológico próprio, irreduzível ao daqueles.

Mas como passamos daqui para a determinação da natureza dos conceitos? O argumento de Frege a este respeito é analógico. De acordo com ele, obtemos um conceito quando, partindo de um dado conteúdo judicativo, seguimos uma sequência de passos essencialmente análoga à que foi acabada de descrever para o caso da obtenção de funções numéricas a partir de sequências do modo como as designações dos seus valores se apresentam por seu intermédio. Esta sequência de passos, uma espécie de “leitura às arrecuas”, por assim dizer, para além de poder ser aplicada com sucesso a expressões complexas que designam valores numéricos para delas se extrair a função ela própria, pode (e deve) ser também aplicada a expressões proposicionais com sentido, tomadas como potenciais conteúdos judicativos, para delas se extrair o conceito ou os conceitos que as estruturam.

Para vermos com mais algum detalhe como funcionaria, de acordo com a perspectiva de Frege, este processo de “leitura às arrecuas” associado com a obtenção dos conceitos a partir de conteúdos judicativos possíveis, considere-se o seguinte exemplo.

¹² cf. Frege 1904 (Trad. Port.: p. 185 e p. 187).

Suponha-se que nos é dado um conjunto de conteúdos judicativos associados aos juízos singulares afirmativos: ‘José é um carpinteiro’, ‘Manuel é um carpinteiro’, ‘Pedro é um carpinteiro’, etc. Partindo destes, podemos remover os nomes próprios ‘José’, ‘Manuel’, ‘Pedro’, que designam indivíduos, e colocar nos seus lugares uma variável. Ficamos então com a expressão ‘x é um carpinteiro’. Partindo agora desta última expressão, podemos também operar nela a segunda remoção à qual Frege se refere na citação acima, isto é, a remoção na qual eliminamos, por um lado, como redundantes, o verbo e o artigo indefinido e, por outro, representamos o termo geral por uma letra nominal (neste caso, pela letra C, por exemplo), eliminamos a variável individual, e substituímo-la pelo sinal ‘()’. Ora, a expressão ‘C ()’ constituiria, de acordo com Frege, o modo mais transparente de apresentar simbolicamente o conceito Carpinteiro, no sentido em que seria o modo por meio do qual o papel desempenhado pelo conceito na economia do processo judicativo seria mais correctamente posto em evidência no simbolismo.

A inferência fregeana é então a seguinte: quando queremos fazer jus ao papel que tanto funções como conceitos desempenham na economia geral dos tipos de pensamento em que participam, constatamos que o modo mais adequado de formular tanto as expressões funcionais como as expressões conceptuais é através de estruturas simbólicas análogas entre si; somos então levados a concluir que não é plausível que uma tal semelhança possa resultar de uma mera coincidência; sendo este o caso, esta semelhança deve ser o reflexo de uma analogia ínsita na realidade subjacente.

Deste modo, Frege conclui que a semelhança que ele descobriu existir entre as formas simbólicas por meio das quais expressões conceptuais e expressões funcionais podem ser adequadamente formuladas para se conseguir dar conta do papel que conceitos e funções desempenham na estruturação do pensamento, bem assim como a dissemelhança comum que ele descobriu existir entre estas mesmas formas simbólicas e aquelas por meio das quais diferentes tipos de termos singulares podem ser apresentados quando se pretende dar conta do papel que os objectos desempenham na estruturação do pensamento, poria a descoberto uma realidade ontológica genuína. Citando novamente *Funktion und Begriff*, uma tal semelhança:

“... não é criada arbitrariamente, mas fundamenta-se profundamente na própria natureza das coisas.”¹³

O que a “própria natureza das coisas” indicaria seria, então, segundo Frege, que a função, tal como o conceito, teria uma natureza essencialmente predicativa; ou, revertendo os termos da relação, que os conceitos, tal como as funções, seriam essencialmente insaturados. Já os objectos, que preencheriam o conteúdo das representações singulares mencionadas por Kant no trecho citado acima, seriam, por contraposição com funções e conceitos, e por analogia com os números, entidades essencialmente saturadas.

Do que ficou dito acima decorre então a nova proposta de Frege: a proposta de que expressões insaturadas do género de ‘x é um carpinteiro’, tal como expressões insaturadas do género de ‘ $2x^3 + x$ ’, também *designariam funções*.¹⁴

Porém, por contraste com a função designada por uma expressão como ‘ $2x^3 + x$ ’, uma expressão como ‘x é um carpinteiro’ designaria uma função de um tipo mais geral do que o da variedade matemática, já que não tomaria números, nem como argumentos, nem como valores. No caso da expressão ‘x é um carpinteiro’, os argumentos tomados pela função por ela expressa seriam objectos (no modo linguístico: os argumentos tomados pela expressão funcional seriam os representantes linguísticos dos objectos, i.e., os nomes próprios) e os valores que ela tomaria seriam valores de verdade, isto é, o Verdadeiro ou o Falso (no modo linguístico: os nomes próprios desses valores), os quais constituiriam, também eles, um tipo peculiar de objectos. Como vimos, obteríamos uma tal função após extrairmos de conteúdos judicativos como ‘José é um carpinteiro’, ‘Manuel é um carpinteiro’, ‘Pedro é um carpinteiro’, etc., os nomes próprios que, nesses conteúdos, refeririam os objectos, isto é, os nomes ‘José’, ‘Manuel’, ‘Pedro’, etc., deixando todavia indicado, por meio da sua substituição por uma variável ou por um par de parênteses rodeando um espaço vazio, o lugar lógico que lhes caberia preencher. Ora, ser uma tal função, não matemática, mas de um tipo que faria corresponder objectos com valores de verdade, seria, precisamente, aquilo em

¹³ Frege 1891 (Trad. Port.: p. 53).

¹⁴ cf. Frege 1891 (Trad. Port.: pp. 33-35).

que consistiria ser um conceito. Neste caso particular, aquilo em que consistiria algo ser o conceito Carpinteiro seria a correspondência específica que por seu intermédio se estabeleceria entre certos indivíduos e o valor de verdade Verdadeiro e entre os outros indivíduos e o valor de verdade Falso.

Esta é, então, a sugestão profundamente original que Frege nos apresenta: *conceitos são funções*.¹⁵ Mais em particular, conceitos seriam funções que tomariam objectos como argumentos e valores de verdade como valores. A mesma sugestão é igualmente válida para o caso das relações (isto é, e dito mais apropriadamente, para o caso dos conceitos relacionais).¹⁶ A respeito destas últimas, vale a pena citar novamente o próprio Frege:

Ao extrairmos *a* e *b* de um conteúdo judicativo que trate de um objecto *a* e de um objecto *b*, aquilo com que ficamos é um conceito relacional, o qual, em consequência, reclama uma dupla complementação. Se à proposição “A Terra tem mais massa do que a Lua” extrairmos “a Terra”, obteremos o conceito ‘detentor de mais massa do que a Lua’. Se, ao invés, dela extrairmos o objecto ‘a Lua’, adquiriremos o conceito ‘detentor de menos massa do que a Terra’. Se extrairmos ambos em simultâneo, então ficamos com um conceito relacional, o qual tem, por si só, tão pouco um sentido quanto um conceito simples: tal como este último, aquele exige sempre uma complementação para possibilitar a obtenção de um conteúdo judicativo. Mas esta complementação pode ocorrer de diferentes maneiras: em vez da Terra e da Lua eu posso colocar, por exemplo, o Sol e a Terra e, ao fazê-lo, estou precisamente a efectuar a separação entre o conceito e aquilo que o completa.¹⁷

Deste modo, para Frege, conceitos e relações, isto é, as “representações gerais” da tradição, desempenhariam, no âmbito da economia geral do pensamento, papéis essencialmente distintos dos das suas alegadas contrapartes singulares, isto é, as “intuições”. E esta distinção essencial estaria na origem da diferença nos modos como uns e outras nos seriam dados: enquanto que estas nos seriam dadas de um modo inteiramente independente da actividade judicativa, aqueles só emergiriam com o juízo.

Chegados aqui, não podemos deixar de nos confrontar com um aspecto crucial da visão fregeana. Se, do ponto de vista de Frege, os conceitos necessitam de ser extraídos dos conteúdos judicativos, em vez de serem estes a resultar de um trabalho mental de composição, realizado pela consciência, a

¹⁵ cf. Frege 1891 (Trad. Port.: p. 32).

¹⁶ cf. Frege 1891 (Trad. Port.: p. 49).

¹⁷ Frege 1884, §70 (Trad. Port.: p. 89).

partir daqueles e de outros elementos, e se, por sua vez, os conteúdos judicativos exprimem pensamentos, então isso não pode senão significar que os pensamentos teriam que ser entidades dotadas de uma realidade objectiva independente da nossa consciência. E esta é, de facto, a concepção de Frege acerca do pensamento¹⁸.

Ora, de acordo com uma tal concepção, é errado sequer pensar em conceitos como *representações* gerais. De facto, para Frege, conceitos *não são* de todo representações (particulares ou gerais). A consciência humana *captura* pensamentos e, com eles, também conceitos, mas não os cria, nem os abstrai, a partir de o que quer que seja. Daqui decorre que a ideia de que o poder semântico dos termos gerais seria um poder de “referência múltipla”, derivado do poder dos conceitos, entendidos como representações gerais abstraídas pela consciência da observação de uma multiplicidade de objectos, é, para ele, uma ideia despida de qualquer fundamento genuíno. Isto significa, por sua vez, que a crítica fregeana ao abstraccionismo co-existe com uma crítica igualmente vigorosa ao representacionismo. Respondendo à pergunta formulada acima: um não consegue sobreviver sem o outro.

Estas considerações permitiram-me então apresentar tanto duas ideias profundamente inovadoras introduzidas por Frege – isto é, a ideia de que conceitos seriam funções, por um lado, e a ideia de que ‘função’ e ‘objecto’ designariam categorias ontológicas radicalmente distintas e inconfundíveis, por outro lado –, como ainda uma outra ideia igualmente inovadora, e delas derivada, nomeadamente, a ideia de acordo com a qual, à revelia da nossa terminologia gramatical corrente, as expressões nominais e as expressões conceptuais constituiriam também categorias semânticas radicalmente distintas e inconfundíveis. O uso corrente do par de qualificativos ‘nome próprio’ vs. ‘nome comum’, no âmbito deste segundo caso, seria assim altamente enganador e propiciador de muita confusão conceptual.

II. Alcance

Falta-me ainda abordar o alcance deste tratamento original e profundamente inovador do conceito. E este alcance é formidável. Com efeito,

¹⁸ cf. Frege 1918, p. 360.

a consideração de que, no âmbito de um juízo singular afirmativo, um conceito é uma função que faz corresponder objectos com valores de verdade proporciona a Frege um dos dois fundamentos sobre os quais pode depois elevar-se toda uma nova teoria do juízo e uma nova Lógica. O outro destes fundamentos é a ideia de acordo com a qual todos os conteúdos judicativos potenciais de natureza declarativa, ou, se se quiser, todas as proposições, têm, não apenas um sentido, mas também uma denotação, e que esta é um valor de verdade.¹⁹

Mas, na realidade, e se pensarmos bem, este segundo fundamento não é independente. Também ele decorre da concepção de acordo com a qual conceitos seriam funções, isto é, do primeiro fundamento. Com efeito, a saturação de uma expressão funcional pelo seu argumento ou argumentos indica o valor da função para esse argumento, o qual constitui, assim, a denotação da expressão saturada. Ora, se conceitos são funções, então a saturação de um conceito por um dos seus argumentos indica, do mesmo modo, o valor do conceito para esse argumento. O valor em causa é um valor de verdade; este não pode, assim, deixar de constituir a denotação da expressão conceptual saturada. Mas uma expressão conceptual saturada é, precisamente, uma proposição.

Foi então, de facto, a partir do fundamento último de que conceitos são funções que Frege pôde montar uma maquinaria lógico-semântica poderosíssima, a qual deu origem a uma Teoria do Juízo (ou melhor, a uma Teoria do Conteúdo Judicativo) bastante mais sólida e completa do que as de Aristóteles e Kant. Vou sustentar o que acabei de afirmar acompanhando a minha exposição com alguns exemplos ilustrativos.

Começemos por considerar juízos singulares afirmativos simples, do género do atrás exemplificado 'José é um carpinteiro'. O facto de as proposições que constituem o seu conteúdo denotarem valores de verdade permite que as mesmas possam ser encaradas como representantes (nomes) dos valores de verdade que denotam. Esta constatação, por sua vez, abriu para Frege toda uma nova avenida de pensamento que permanecia ainda por explorar. Esta foi a seguinte. Como é sabido, os juízos declarativos simples, ou melhor, as proposições que os mesmos exprimem, podem ser concatenados

¹⁹ cf. Frege 1891 (Trad. Port.: p. 33) e, sobretudo, Frege 1892a (Trad. Port.: p. 71 e seguintes).

uns com os outros por meio daqueles termos a que a tradição chamou ‘partículas sincategoremáticas’ (isto é, termos como ‘e’, ‘ou’, ‘se ...’, ‘então ...’, etc.), dando origem a juízos declarativos compostos que contêm proposições complexas como seu conteúdo, as quais contêm, por sua vez, as proposições simples como suas partes integrantes. Apesar da óbvia produtividade lógica e semântica de tais termos, ao tempo de Frege não existia um entendimento consolidado em torno da questão de saber qual poderia ser a denotação dos mesmos.

Retomando Husserl como exemplo do estado da arte a este respeito na época, este defendeu, nas suas *Logische Untersuchungen - Erster Teil: Prolegomena zur reinen Logik*, que o “preenchimento de significação” das “formas categoriais” em geral, entre as quais se encontrariam também as formas que corresponderiam às partículas sincategoremáticas, se efectuaría por meio de intuições categoriais, as quais ocorreriam, por sua vez, no âmbito de actos objectivantes da consciência, e que os objectos que constituiriam os correlatos de tais formas seriam objectos formais supra-sensíveis. Mas estas intuições categoriais, por meio das quais tais objectos formais supra-sensíveis seriam percebidos pela consciência, sendo actos complexos de natureza não sensível, não deixariam, porém, de ser fundadas em intuições sensíveis, tomadas como os actos simples fundantes daqueles actos complexos, e de ser extraídas destas por processos de abstracção semelhantes àquele por meio do qual os conceitos seriam extraídos dos objectos que sob eles cairiam, de acordo com a citação reproduzida acima.²⁰

Ora, de um ponto de vista lógico-semântico, nada de realmente produtivo se deixa derivar desta concepção. Estabelecer que, com uma tal correlação intencional, a consciência *preencheria* com certos objectos formais rarefeitos a significação das formas categoriais, em geral, e, portanto, também daquelas que correspondem ao uso das partículas sincategoremáticas, em particular, em nada nos ajuda a compreender o papel *efectivo* desempenhado na *articulação* do pensamento complexo por o que quer que seja que as mesmas representem.

Em nítido contraste com o projecto husserliano, uma simples extensão da perspectiva introduzida por Frege de acordo com a qual os conceitos devem

²⁰ Husserl 1900, p. 191.

ser entendidos como um tipo particular de funções permitiu-lhe propor uma solução imensamente produtiva para o problema do preenchimento da significação das partículas sincategoremáticas. Trata-se da solução de acordo com a qual estes termos devem, também eles, ser entendidos como termos que referem entidades insaturadas, nomeadamente, um tipo peculiar de funções, a saber, aquelas funções que tomam como argumentos valores de verdade, ou pares ordenados de valores de verdade, e que originam valores de verdade como os seus valores.²¹ A tais funções veio posteriormente a chamar-se ‘funções de verdade’. Enquanto funções, as funções de verdade, entendidas como as entidades que “preenchem a significação” das partículas sincategoremáticas, são totalmente distintas e independentes tanto dos objectos que podem constituir os seus argumentos e valores, como das intuições por meio das quais possa ser dado à consciência o que quer que seja.

Dito isto, regressemos, então, aos juízos singulares afirmativos simples. Consideremos, a título de exemplo, novamente o juízo ‘José é um carpinteiro’ e também o juízo ‘José é barbudo’. Como é óbvio, estes podem ser concatenados por meio da introdução da partícula sincategoremática ‘e’ no juízo singular afirmativo composto conjuntivo ‘José é um carpinteiro e José é barbudo’. Sendo a partícula ‘e’ encarada como referindo uma função de verdade, isto é, como uma função que faz corresponder pares ordenados de valores de verdade com valores de verdade, ela distingue-se das outras funções de verdade que igualmente fazem corresponder pares ordenados de valores de verdade com valores de verdade por ser aquela de entre elas que é tal que o valor de verdade que origina só será o Verdadeiro no caso em que os valores de verdade constantes do par ordenado de valores de verdade que constitui o seu argumento forem ambos o Verdadeiro; em todas as outras possibilidades, o valor de verdade que a conjunção origina será o Falso. Assim sendo, o juízo singular composto ‘José é um carpinteiro e José é barbudo’ só será verdadeiro naquele caso em que ambos os juízos ‘José é um carpinteiro’ e ‘José é barbudo’ forem verdadeiros.²²

É precisamente esta abordagem claramente funcional do significado das partículas sincategoremáticas que permite a Frege usar no seu sistema de

²¹ cf. Frege 1891 (Trad. Port.: pp. 38-50).

²² cf. Frege 1879, §5.

notação conceptual (a *Begriffsschrift*) sinais apenas para a negação e a implicação e definir a função de verdade a que agora chamamos ‘conjunção’ (e que agora representamos como $(\Phi \wedge \Psi)$) por intermédio daquelas (i.e., por intermédio da função que agora representaríamos como $\sim(\Phi \rightarrow \sim\Psi)$), ao mesmo tempo que afirma que esta sua escolha foi de mera conveniência, e que lhe teria sido igualmente possível ter introduzido um sinal primitivo para representar a conjunção e ter definido o idioma condicional (i.e., aquele que agora representaríamos como $(\Phi \rightarrow \Psi)$) à custa da conjunção e da negação (i.e., à custa da função que agora representaríamos como $\sim(\Phi \wedge \sim\Psi)$).²³

Mas regressemos ao conteúdo judicativo singular afirmativo composto (à proposição complexa) ‘José é um carpinteiro e José é barbudo’. Suponha-se agora que extraímos o nome próprio que nele ocorre e o substituímos por uma variável. Quando o fazemos, obtemos a expressão conceptual composta ‘x é um carpinteiro e x é barbudo’, ou, se se preferir, ‘x é um carpinteiro barbudo’ (ou ainda, para sermos fiéis à notação conceptual introduzida por Frege, ‘não é o caso que, se x for um carpinteiro, então x não seja barbudo’). O conceito composto, por ela expresso, constitui então uma função que é tal que faz corresponder com o valor de verdade Verdadeiro todos aqueles objectos que sejam simultaneamente carpinteiros e barbudos e só esses.

Recorrendo agora a um exemplo célebre, suponha-se, em seguida, que tomamos como conteúdos judicativos singulares afirmativos simples as proposições ‘José é homem’ e ‘José é mortal’ e que, com elas, formamos o conteúdo judicativo composto de natureza condicional ‘Se José é homem, então José é mortal’. Como vimos já, do ponto de vista de Frege, a partícula ‘Se ..., então ...’ deve ser encarada de um modo funcional²⁴; vimos também que as funções designadas por tais partículas vieram a ser caracterizadas pelo próprio Frege como funções de verdade, ainda que o próprio não as tenha baptizado explicitamente assim.²⁵ Ora bem, de acordo com a correspondência estabelecida por esta função entre pares ordenados de valores de verdade e valores de verdade, este conteúdo judicativo será verdadeiro se, e somente se, o objecto José for feito corresponder com o valor de verdade Falso por meio do conceito Homem ou se o objecto José for feito corresponder com o valor de

²³ cf. Frege 1879, §7.

²⁴ cf. Frege 1879, §5.

²⁵ cf. Frege 1891 (Trad. Port.: p. 49).

verdade Verdadeiro por meio do conceito Mortal. Ora, se, tal como fizemos acima, extrairmos agora os nomes dos objectos da expressão que indica o conteúdo judicativo (a proposição) e os substituímos por variáveis, obteremos então a expressão ‘se x é homem, então x é mortal’. Esta expressão denota, por sua vez, um *conceito* composto, sob o qual cairá (isto é, será, por seu intermédio, feito corresponder com o valor de verdade Verdadeiro) qualquer objecto que ou não caia sob o conceito simples Homem (isto é, seja, por seu intermédio, feito corresponder com o valor de verdade Falso) ou caia sob o conceito simples Mortal (isto é, seja, por seu intermédio, feito corresponder com o valor de verdade Verdadeiro).

Se, em seguida, reflectirmos sobre as condições de verdade determinadas pelas diferentes possibilidades de saturação do conceito composto expresso por ‘se x é homem, então x é mortal’, constataremos que este conceito é tal que todos os objectos do Universo caem sob ele. Isto é, seja qual for o objecto pertencente ao Universo que nós consideremos, ou é definitivamente o caso que ele não é homem ou é definitivamente o caso que ele é mortal. Nestas circunstâncias, podemos tomar o conceito composto expresso por ‘se x é homem, então x é mortal’ como alvo de uma predicação e predicar, *dele*, que é um conceito que é satisfeito por todos os objectos do Universo. Mas, ao fazê-lo, estamos a subsumir o conceito expresso por ‘se x é homem, então x é mortal’ sob um novo conceito, de ordem superior, o qual podemos designar como o conceito Universalidade. Este novo conceito é tal que faz corresponder as extensões daqueles conceitos aos quais Frege chama ‘conceitos de primeira ordem’ ou ‘conceitos de primeiro grau’ com valores de verdade. ‘Se x é homem, então x é mortal’ é, precisamente, uma expressão que designa um tal conceito de primeira ordem que toma objectos como argumentos e cuja extensão pode constituir um argumento para o conceito de segunda ordem, ou de segundo grau, Universalidade.²⁶ Tipicamente, esta predicação de segunda ordem deixa-se apresentar na linguagem corrente através do chamado juízo universal afirmativo da tradição aristotélica. Neste caso, então, esta predicação de segunda ordem deixa-se apresentar como o

²⁶ cf. Frege 1891 (Trad. Port.: pp. 42-47).

mais exemplificado de todos os juízos de tipo A, isto é, como ‘Todos os homens são mortais’.²⁷

Assim, do ponto de vista de Frege, e ao contrário do que é habitual pensar-se, um juízo universal afirmativo como ‘Todos os homens são mortais’ nada nos diz acerca da multidão dos homens, tomada como uma reunião de indivíduos humanos distintos, nem acerca de quaisquer homens em particular. A quantificação universal qualifica um *conceito* de primeira ordem em função da sua extensão. Neste caso, este conceito de primeira ordem é o conceito composto expresso por ‘se x é homem, então x é mortal’, e a predicação de segunda ordem diz, *dele*, que é tal que todos os objectos do Universo se encontram na sua extensão.

Imaginemos agora que, assim como, a partir dos conceitos simples Homem e Mortal, extraídos a partir de conteúdos judicativos singulares afirmativos simples como ‘José é homem’ e ‘José é mortal’, considerámos o conceito composto expresso através de ‘se x é homem, então x é mortal’, extraído a partir do conteúdo judicativo singular afirmativo composto ‘Se José é homem, então José é mortal’, considerávamos agora, a partir dos conteúdos judicativos singulares afirmativos ‘Calimero é um cisne adulto’ e ‘Calimero é branco,’ o conceito composto denotado pela expressão ‘se x é um cisne adulto, então x é branco’.

Neste caso, porém, informações vindas da Austrália, ou uma ida a um qualquer Jardim Zoológico relevante, indicar-nos-iam que há objectos no nosso Universo que caem sob o conceito Cisne Adulto e não caem sob o conceito Branco. Isto significaria, então, três coisas. A primeira seria que, na extensão do conceito expresso por ‘se x é um cisne adulto, então x é branco’, não se encontrariam todos os objectos do Universo e, por conseguinte, a predicação da universalidade ao mesmo faria corresponder a sua extensão com o valor de verdade Falso (ou seja, o juízo universal afirmativo ‘Todos os cisnes adultos são brancos’ seria falso). A segunda seria que, sendo o juízo anterior falso, seria então verdadeiro o juízo que o contradiria, isto é, o juízo: ‘Não é o caso que todos os cisnes adultos sejam brancos’. Finalmente, a terceira seria que haveria objectos que pertenceriam à extensão do conceito composto expresso por ‘x é um cisne adulto e x não é branco’; poderíamos então dizer,

²⁷ cf. Frege 1879, §12.

deste conceito, que a sua extensão seria povoada, ou, alternativamente, que ela não seria vazia. Ao fazê-lo, porém, estaríamos novamente a predicar algo acerca de um conceito, isto é, estaríamos a subsumir o conceito de primeira ordem expresso por ‘x é um cisne adulto e x não é branco’ sob um conceito de segunda ordem – o conceito Existência.²⁸ Tipicamente, esta predicação de segunda ordem sobre aquele conceito de primeira ordem deixa-se apresentar na linguagem corrente através do chamado juízo particular negativo da tradição aristotélica. Esta predicação de segunda ordem deixar-se-ia então apresentar aqui como o juízo de tipo O do quadrado da oposição: ‘Alguns cisnes adultos não são brancos’. Este tipo de juízo, como é sabido, ocupa numa das diagonais do quadrado o vértice oposto àquele no qual se encontra o juízo universal afirmativo, de tipo A. Um tal juízo seria, para este caso, o juízo: ‘Todos os cisnes adultos são brancos’.²⁹

Resumindo em poucas palavras o que veio sendo dito: a visão funcional do conceito permitiu a Frege não só reconstruir de uma forma mais elegante e consistente a Teoria do Juízo, introduzida por Aristóteles e desenvolvida por Kant, como também lhe providenciou o fundamento sobre o qual pôde unificar, com enorme sucesso e economia de meios, a Teoria do Juízo (ou melhor, a Teoria do Conteúdo Judicativo), e a Lógica de Predicados e das Relações a ela associada, com a Álgebra das Proposições e a Lógica Proposicional a ela ligada. Três décadas antes de Frege, o lógico e matemático inglês George Boole tinha já tentado alcançar uma tal unificação apoiando-a sobre fundamentos que hoje designaríamos como “conjuntistas”. Mas fê-lo sem sucesso.³⁰

Mas isto não é ainda tudo. Como foi já mencionado acima, outra característica particularmente produtiva da visão fregeana do conceito é que ela permite também unificar debaixo de um mesmo tratamento lógico-semântico tanto os conteúdos dos juízos predicativos simples como os conteúdos dos juízos relacionais, sem desfigurar estes últimos, algo impossível de fazer no âmbito da Teoria do Juízo de Aristóteles ou de Kant. Para o ilustrar, considere-se o seguinte exemplo.

²⁸ cf. Frege 1879, §12, nota h; e, também, Frege 1891 (Trad. Port.: pp. 43-47); e, ainda, Frege 1892b (Trad. Port.: p. 116).

²⁹ cf. Frege 1879, §12.

³⁰ cf. Boole 1847, pp. 48-49.

Suponha-se que começávamos por considerar os seguintes dois conteúdos judicativos singulares afirmativos ‘O Sol é uma estrela’ e ‘A Terra é um planeta’ e o conteúdo judicativo relacional, mas igualmente singular afirmativo, ‘O Sol tem mais massa que a Terra’. Suponha-se, em seguida, que, a partir destes conteúdos judicativos, formávamos, recorrendo a duas das partículas sincategoremáticas, o conteúdo judicativo composto ‘Se o Sol é uma estrela e a Terra é um planeta, então o Sol tem mais massa que a Terra’. Se aplicássemos aos conteúdos judicativos singulares afirmativos acima indicados o processo descrito atrás, extrairíamos então destes três conteúdos judicativos os conceitos simples Estrela, Planeta e o conceito relacional expresso por ‘x tem mais massa que y’. E se aplicássemos ao conteúdo judicativo composto o mesmo processo, extrairíamos então, por sua vez, dele, o conceito composto expresso por ‘Se x é uma estrela e y é um planeta, então x tem mais massa que y’. Sob este conceito cairia então (isto é, seria, por seu intermédio, feito corresponder com o valor de verdade Verdadeiro) ou qualquer par ordenado de objectos cuja primeira coordenada não caísse sob o conceito simples Estrela (isto é, que fosse, por seu intermédio, feito corresponder com o valor de verdade Falso), ou qualquer par ordenado de objectos cuja segunda coordenada não caísse sob o conceito simples Planeta (isto é, que fosse, por seu intermédio, feito corresponder com o valor de verdade Falso), ou qualquer par ordenado de objectos que caísse sob o conceito relacional expresso por ‘x tem mais massa que y’ (isto é, que fosse, por seu intermédio, feito corresponder com o valor de verdade Verdadeiro).

Se, em seguida, reflectíssemos sobre as condições de verdade determinadas pelas possibilidades de saturação do conceito composto expresso por ‘Se x é uma estrela e y é um planeta, então x tem mais massa que y’, constataríamos que, também ele, seria tal que todos os pares ordenados de objectos do Universo cairiam sob ele. Isto é, fosse qual fosse o par ordenado de objectos pertencente ao Universo que nós considerássemos, ou seria definitivamente o caso que a sua primeira coordenada não seria uma estrela, ou seria definitivamente o caso que a sua segunda coordenada não seria um planeta, ou seria definitivamente o caso que a primeira coordenada seria um objecto que teria mais massa que o objecto que ocuparia o lugar da segunda coordenada. Mais uma vez, poderíamos então tomar este conceito composto

de primeira ordem expresso por ‘Se x é uma estrela e y é um planeta, então x tem mais massa que y’ como alvo da predicação que sustenta esta constatação e predicar, dele, que seria um conceito que seria satisfeito por todos os pares ordenados de objectos do Universo.

Como já deve ter sido compreendido, ao fazê-lo, estaríamos a subsumir o conceito expresso por ‘Se x é uma estrela e y é um planeta, então x tem mais massa que y’ sob um novo conceito, de ordem superior, o qual, mais uma vez, poderíamos designar como o conceito Universalidade. Tal como ficou já dito acima, este é um conceito que faz corresponder com valores de verdade as extensões daqueles conceitos que, eles sim, tomam objectos, ou pares ordenados de objectos, como argumentos. O conceito expresso por ‘Se x é uma estrela e y é um planeta, então x tem mais massa que y’ é, precisamente, um destes conceitos. Dizer dele que cai sob o conceito de segunda ordem Universalidade é dizer dele que ele é tal que à sua extensão pertencem todos os pares ordenados de objectos do Universo. Tipicamente, esta predicação de segunda ordem deixa-se apresentar na linguagem corrente através de um juízo relacional universal afirmativo. Neste caso, esta predicação de segunda ordem deixar-se-ia apresentar na linguagem corrente como o juízo relacional ‘As estrelas têm mais massa que os planetas’.

Não gostaria de concluir este breve tratamento do alcance da visão fregeana do conceito sem mencionar ainda outros dois outros aspectos essenciais da mesma.

O primeiro destes aspectos é o seguinte. Quando Frege diz que um conceito de primeira ordem, como o conceito que é expresso por ‘Se x é homem, então x é mortal’, cai sob um conceito de segunda ordem, como a Universalidade ou a Existência, ele não está, com isso, a dizer que, numa predicação de segunda ordem, o conceito de primeira ordem ocupa no juízo, e para usar a nomenclatura da Teoria do Juízo aristotélica ou kantiana, o “lugar do sujeito”. Na realidade, do ponto de vista de Frege, nenhum conceito, representado por um termo geral, ocupa o lugar do sujeito em qualquer um dos chamados ‘juízos gerais’, universais ou particulares, afirmativos ou negativos, identificados pela teoria aristotélica do juízo. A natureza essencialmente

insaturada dos mesmos impede-os de poderem desempenhar um tal papel num qualquer conteúdo judicativo.³¹

A notação conceptual standard usada pela Lógica de Predicados moderna torna perspicua a substância da visão fregeana acerca da estrutura de tais conteúdos judicativos. Com efeito, no contexto desta notação, a predicação de segunda ordem é representada pelos quantificadores, universal ou existencial, os quais se colocam no exterior da expressão conceptual; esta encontra-se, por sua vez, delimitada por parênteses, ou outros quaisquer sinais de agrupamento; é esta expressão que, no seu todo, constitui o âmbito da quantificação; no interior da mesma, as letras predicativas permanecem prefixadas a variáveis individuais e são grafadas de um modo distinto delas; são as variáveis individuais, elas sim, que correm sobre um domínio de objectos. Deste modo, o estatuto essencialmente predicativo dos conceitos é preservado no simbolismo, mesmo quando eles ocorrem como “sujeitos” no contexto de uma quantificação ou predicação de segunda ordem. O simbolismo standard tem assim a grande virtude de não exercer qualquer violência sobre a ordem ontológica subjacente identificada por Frege, o que, com frequência, é difícil de conseguir na linguagem natural.

O segundo aspecto que gostaria ainda de mencionar é o seguinte. O grande projecto que norteou a vida teórico-filosófica de Frege foi, de acordo com o que mencionei no início deste ensaio, um projecto definido no âmbito da Filosofia da Matemática, a saber, a defesa do Logicismo, isto é, a defesa da tese de que a Matemática seria redutível à Lógica. Uma das grandes dificuldades inerentes ao desenvolvimento de um tal projecto consistia em conseguir apresentar uma definição de número consistente com ele. Como é sabido, um dos feitos de Frege foi o de ter apresentado uma tal definição. Ora, a intuição principal da qual ele partiu para conseguir chegar à mesma foi a de que o caminho a ela conducente teria que assentar numa análise semântica das asserções de atribuição numérica. E o que essa análise lhe mostrou foi que tais asserções seriam asserções *acerca de conceitos*, concebidos do modo como ele os concebe, e não asserções acerca de objectos. Isto é, Frege conclui dessa análise que aquilo que encontramos nas asserções de atribuição numérica é a atribuição de propriedades a conceitos, propriedades essas que mostram ter

³¹ cf. Frege 1892b (Trad. Port.: p. 115 e p. 119).

grandes afinidades com a universalidade e a existência, e não a atribuição de propriedades a objectos ou grupos de objectos.³²

Mas atenção: o que acaba de ser dito não significa que, para Frege, números seriam propriedades de conceitos ou conceitos de ordem superior; como vimos acima, no âmbito da ontologia fregeana, números são objectos. Mas são-no na precisa medida em que, para Frege, extensões de conceitos são, também elas, objectos. Na realidade, os números de Frege são *extensões de conceitos de ordem superior*.³³ Ora, uma tal concepção nunca poderia ter sido posta de pé sem o trabalho prévio de elucidação do conceito aqui descrito.

Afirmei na introdução que a visão funcional do conceito se encontra, para o bem e para o mal, subjacente aos outros feitos lógico-filosóficos de Frege. No início da segunda parte deste ensaio salientei que a tese, que decorre dela, de acordo com a qual todas as proposições declarativas têm, não apenas um sentido, mas também uma denotação, e que esta é um dos dois valores de verdade, o Verdadeiro ou o Falso, constitui um dos fundamentos da produtividade da abordagem fregeana à Lógica. Ironicamente, porém, e como Bertrand Russell o mostrou em 1902, ela está, também, na origem do problema que veio assombrá-la. Vejamos, em traços muito gerais, que problema é este.

Suponhamos que nos é dado a considerar um conceito simples, de primeira ordem, como, por exemplo, o conceito Homem. Sob este conceito caem todos aqueles indivíduos, e só esses, que são Homens, isto é, todos aqueles indivíduos denotados por termos singulares que, ao saturarem a expressão funcional ‘x é homem’, fazem com que a expressão assim saturada, i.e., a proposição ‘Fulano é homem’, refira o valor de verdade Verdadeiro. Tais indivíduos constituem, por seu lado, os elementos que compõem a extensão do conceito Homem, ou, se se preferir, o curso de valores da função ‘x é homem’. Como vimos já, é nesta correspondência entre objectos e valores de verdade que consiste a natureza de um qualquer conceito. Mas vimos também que, em virtude do tamanho da sua extensão, um conceito pode cair sob um outro conceito, de ordem superior. Considerámos já alguns destes últimos conceitos, a saber, a Universalidade e a Existência. Mas há outros. Considere-se, por exemplo, o seguinte. Iremos chamar-lhe ‘Vastidão’. Diremos que um conceito

³² cf. Frege 1884, § 48 (Trad. Port.: p. 76).

³³ cf. Frege 1884, § 68 (Trad. Port.: p. 87).

A é vasto se, e somente se, houver na sua extensão um excesso de elementos relativamente àqueles que tornariam possível o estabelecimento de uma correspondência biunívoca com, por exemplo, os elementos que compõem a extensão do conceito B, tal que B seja o conceito *Árvore-viva-no-Tiergarten-de-Berlim-no-dia-16-de-Junho-de-1902*, dada uma qualquer relação R (de justaposição, por exemplo), definida entre A e B. Tendo esta definição de 'Vastidão' em mente, parece pacífico poder afirmar-se que o conceito Homem será um conceito vasto. Sendo este o caso, a extensão do conceito Homem deverá ser um dos elementos que pertencem à extensão do conceito Vastidão, juntamente com muitíssimas outras extensões de muitíssimos outros conceitos igualmente vastos.

Ora bem, de acordo com a definição dada acima de Vastidão, não é difícil de ver que o conceito Vastidão é, ele próprio, vasto. Isto é, que a extensão do conceito Vastidão satisfaz, ela própria, o critério que determina o que é um conceito ser vasto. Nestas circunstâncias, o conceito Vastidão deve cair sob si, isto é, a sua extensão, tal como a extensão do conceito Homem, e inúmeras outras, deve ser um dos elementos que pertencem à extensão do próprio conceito Vastidão. Isto significa, por outras palavras, que terão que existir conceitos de ordem superior (como a Vastidão) cuja extensão é um dos elementos da sua própria extensão; assim como, obviamente, existirão conceitos cuja extensão *não* é um dos elementos da sua própria extensão (por exemplo, a extensão do conceito Homem (i.e., a classe dos homens) não é, ela própria, um homem).

Dado o que ficou dito, segue-se que ser um conceito cuja extensão não é um dos elementos da sua própria extensão e ser um conceito cuja extensão é um dos elementos da sua própria extensão são dois modos perfeitamente legítimos de classificar e distinguir conceitos em virtude da composição da sua extensão. Ora, poder ser legitimamente predicado de um conceito é precisamente o que define ser um conceito de ordem superior. Neste sentido, *Ser-um-conceito-cuja-extensão-é-um-dos-elementos-da-sua-própria-extensão* e *Ser-um-conceito-cuja-extensão-não-é-um-dos-elementos-da-sua-própria-extensão* terão também que ser conceitos de ordem superior. Sendo este o caso, também a estes conceitos terá que corresponder, tal como a quaisquer outros, uma extensão, uma vez que a extensão de um conceito é a classe

daqueles objectos que, ao saturá-lo, são, por meio dele, feitos corresponder com o valor de verdade Verdadeiro. Se nenhum destes objectos existir, então essa classe será a classe vazia. De uma maneira ou de outra, a saturação de cada um destes conceitos deverá originar uma proposição, a qual denotará um dos dois valores de verdade, o Verdadeiro ou o Falso.

Chegados aqui, porém, nada deverá impedir-nos de poder perguntar: “E a extensão do conceito Conceito-cuja-extensão-não-é-um-dos-elementos-da-sua-própria-extensão é, ela também, um dos elementos que pertencem à sua própria extensão?” Repare-se que fazer esta pergunta é o mesmo que perguntar: “Qual é o valor de verdade da proposição: ‘O conceito Conceito-cuja-extensão-não-é-um-dos-elementos-da-sua-própria-extensão é um dos conceitos-cuja-extensão-não-é-um-dos-elementos-da-sua-própria-extensão’?” Trata-se, em ambos os casos, de perguntas legítimas. Porém, a tentativa de responder-lhes coloca-nos perante uma dificuldade. Esta reside em que, se a extensão do conceito Conceito-cuja-extensão-não-é-um-dos-elementos-da-sua-própria-extensão não pertencer a si própria, então preenche as condições para pertencer a si própria e, por isso, deve pertencer a si própria; por outro lado, se a extensão do conceito Conceito-cuja-extensão-não-é-um-dos-elementos-da-sua-própria-extensão pertencer a si própria, então não preenche as condições para pertencer a si própria e, por isso, não deve pertencer a si própria. Ou, dito de outro modo, a proposição ‘O conceito Conceito-cuja-extensão-não-é-um-dos-elementos-da-sua-própria-extensão é um dos conceitos-cuja-extensão-não-é-um-dos-elementos-da-sua-própria-extensão’ é verdadeira, se for falsa, e é falsa, se for verdadeira. Nestas circunstâncias, que valor de verdade deverá vir para esta proposição? Ambos? Esbarrámos numa contradição.

Pode remediar-se esta situação de um de dois modos: ou deixando cair o princípio de que todo o conceito determina necessariamente um curso de valores e, por conseguinte, uma extensão; ou introduzindo uma hierarquia entre os conceitos de ordem superior que seja tal que nenhum conceito de ordem superior possa cair sob um conceito situado no mesmo escalão da hierarquia que ele próprio e só possa cair sob um conceito situado no escalão imediatamente acima do seu na hierarquia. Mas o primeiro remédio contradiz o carácter geral da noção fregeana de que um conceito seria *essencialmente* uma função, e, em particular, uma função de objectos para valores de verdade. Com

efeito, um conceito ao qual não correspondesse qualquer extensão, nem sequer a classe vazia, nunca poderia ser uma tal função; por conseguinte, tão-pouco poderia determinar univocamente a denotação de uma proposição em que esse conceito ocorresse saturado. Assim, admitir que existiriam conceitos aos quais não corresponderia uma extensão seria admitir que existiriam conceitos que não seriam funções; mas, para Frege, seguir essa opção seria entrar em contradição consigo próprio. E o segundo remédio, permitindo embora, à primeira vista, manter a definição funcional de conceito de Frege, obrigaria a que inúmeros objectos fossem “administrativamente” excluídos, por assim dizer, da extensão de vários conceitos, por cujo intermédio seriam feitos intuitivamente corresponder com o valor de verdade Verdadeiro; mas isto não só limitaria inadmissivelmente essa mesma definição funcional, como obrigaria a excluir arbitrariamente do domínio do sentido várias proposições com uma denotação unívoca. Ou seja, seguir esta opção implicaria também que Frege entrasse em contradição consigo próprio. Não admira, por isso, que ele se tenha absteído de escolher qualquer um destes caminhos.

Outros o fizeram. Independentemente dos méritos e deméritos intrínsecos de cada uma das soluções acima delineadas, a salvaguarda da consistência implicou, em ambas, o abandono do solo fregeano. Neste sentido, talvez possamos dizer da visão fregeana do conceito, e do papel que ela desempenhou na constituição da Lógica moderna, o que Wittgenstein disse das proposições do seu próprio *Tractatus Logico-Philosophicus*: ela foi a escada que só se pôde deitar fora depois de se ter trepado por ela acima até ao topo³⁴.

REFERÊNCIAS

BOOLE, G. 1847. **The Mathematical Analysis of Logic**. Cambridge: Macmillan, Barclay & Macmillan.

FREGE, G. 1879. **Begriffsschrift, eine der arithmetischen nachgebildete Formelsprache des reinen Denkens**, Halle a. S.: Louis Nebert.

FREGE, G. 1880. “Booles rechnende Logik und die Begriffsschrift”. In Frege, G. 1983. **Nachgelassene Schriften und wissenschaftlicher Briefwechsel**.

³⁴ Wittgenstein 1922, 6.54.

Herausgegeben von Hans Hermes, Friedrich Kambartel, Friedrich Kaulbach.
Erster Band: **Nachgelassene Schriften**. Hamburg: Felix Meiner, 9-52.

FREGE, G. 1884. **Die Grundlagen der Arithmetik – Eine logisch-mathematische Untersuchung über den Begriff der Zahl**. Breslau: Wilhelm Köbner. (Trad. Port. por António Zilhão: Frege, G. 1992. **Os Fundamentos da Aritmética - Uma investigação lógico-matemática acerca do conceito de número**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda).

FREGE, G. 1891. **Funktion und Begriff**. Jena: Hermann Pohle. (Trad. Port. por António Zilhão : “Função e Conceito”. In Frege, G. 2019. **Cinco Ensaaios Lógico-Filosóficos**. Lisboa: Guimarães, 13-53.)

FREGE, G. 1892a. “Über Sinn und Bedeutung” in **Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik**, 100, 25-50. (Trad. Port. por António Zilhão : “Sobre Sentido e Denotação”. In Frege, G. 2019. **Cinco Ensaaios Lógico-Filosóficos**. Lisboa: Guimarães, 55-100.)

FREGE, G. 1892b. “Über Begriff und Gegenstand” in **Vierteljahrschrift für wissenschaftliche Philosophie** 16, 192-205. (Trad. Port. por António Zilhão : “Sobre Conceito e Objecto”. In Frege, G. 2019. **Cinco Ensaaios Lógico-Filosóficos**. Lisboa: Guimarães, 101-128.)

FREGE, G. 1893-1903. **Grundgesetze der Arithmetik – Begriffsschriftlich abgeleitet**. Jena: Hermann Pohle (Band I – 1893; Band II – 1903).

FREGE, G. 1894. “Rezension von: E. Husserl Philosophie der Arithmetik I”, in **Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik**, 103, 313-32. Reimpresso em: Frege, G. 1990, **Kleine Schriften** (Zweite Auflage). Herausgegeben und mit Nachbemerkungen zur Neuauflage versehen von Ignacio Angelelli. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 179-92.

FREGE, G. 1904. “Was ist eine Funktion?” in Meyer, S. (ed.) **Festschrift Ludwig Boltzmann gewidmet zum sechzigsten Geburtstage, 20. Februar 1904**. Leipzig: Ambrosius Barth, 656–666. (Trad. Port. por António Zilhão : “O que é uma Função?”. In Frege, G. 2019. **Cinco Ensaaios Lógico-Filosóficos**. Lisboa: Guimarães, 171-188.)

FREGE, G. 1918. “Der Gedanke. Eine logische Untersuchung” in **Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus**, I (1918–1919), 58–77. Reimpresso em: Frege, G. 1990, **Kleine Schriften** (Zweite Auflage). Herausgegeben und mit Nachbemerkungen zur Neuauflage versehen von Ignacio Angelelli. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 342-362.

HUSSERL, E. 1887. **Über den Begriff der Zahl - Psychologische Analysen**. Halle a. d. S.: Heyneman.

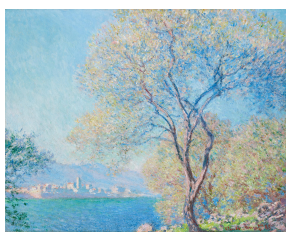
HUSSERL, E. 1891. **Philosophie der Arithmetik – Psychologische und Logische Untersuchungen**. Halle a. d. S.: Pfeffer.

HUSSERL, E. 1900. **Logische Untersuchungen – Band 1: Prolegomena zur reinen Logik**. Halle a. d. S.: Niemeyer.

KANT, I. 1800. **Logik – Ein Handbuch zu Vorlesungen**. Königsberg: Friedrich Nicolovius (edição do texto por G.B. Jäsche). (Edição crítica da **Deutsche Akademie der Wissenschaften: Kants Gesammelte Schriften**, Band IX).

RUSSELL, B. 1902. “Letter to Frege”. In van Heijenoort, J. (ed.) **From Frege to Gödel: A source book in mathematical logic, 1879-1931**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1967, 126-127.

WITTGENSTEIN, L. 1922. **Tractatus Logico-Philosophicus**. London: Kegan Paul.



ARTIGOS – ARTICLES

Eventos naturais e responsabilidade moral¹

Maria Clara Dias²

Universidade Federal do Rio de Janeiro
mcdias1964@gmail.com

Como citar este artigo: DIAS, M. C. “Eventos naturais e responsabilidade moral”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 271-283. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Neste artigo pretendo discutir a questão dos supostos desastres naturais, a partir de uma perspectiva moral. Para tal, pretendo, em primeiro lugar, analisar o próprio conceito de desastre natural, distinguindo juízos descritivos acerca de eventos naturais e juízos valorativos, que envolveriam uma interpretação negativa acerca da ocorrência de certos eventos naturais. Em seguida, pretendo analisar a responsabilidade dos seres humanos em face das consequências negativas de tais eventos. Com isso pretendo analisar algumas escolhas por formas de vida feitas por seres humanos, o risco inerente as mesmas e o nosso compromisso moral com a prevenção de eventos naturais, cujas consequências possam vir a ser desastrosas. Para concluir pretendo esboçar algumas medidas morais e políticas necessárias à prevenção de desastres e apontar, senão para uma solução, ao menos para uma forma de vida mais responsável e comprometida.

Palavras-chave: Eventos naturais. Responsabilidade moral.

Natural events and moral responsibility

Abstract: In this article I intend to discuss the issue of supposed natural disasters from a moral perspective. To do this, I first intend to analyse the very concept of natural disaster, distinguishing between descriptive judgements about natural events and evaluative judgements, which would involve a negative interpretation of the occurrence of certain natural events. Next, I intend to analyse the responsibility of human beings in the face of the negative consequences of such events. In doing so, I intend to analyse some of the life choices made by human beings, their inherent risk and our moral commitment to preventing natural events whose consequences could be disastrous. In

¹Este artigo é dedicado ao filósofo, mestre e querido amigo Nelson Gomes, a quem agradeço a possibilidade de compartilhar uma trajetória filosófica e existencial.

² Professora titular de Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

conclusion, I intend to outline some of the moral and political measures needed to prevent disasters and point, if not to a solution, at least to a more responsible and committed way of life.

Keywords: Natural events. Moral responsibility.

Desastres naturais: maldição dos Deuses ou consequências de ações humanas

Não é difícil compreender o que queremos dizer quando falamos de um desastre natural. Todos podemos imaginar uma tormenta, um terremoto, a erupção de um vulcão, enfim, a natureza em toda a sua truculência abalando casas, carregando carros e destruindo vidas humanas. Contudo, se pararmos para analisar estas imagens poderíamos também concordar que o aspecto desastroso atribuído as mesmas, deriva, antes de mais nada, da destruição de coisas ou seres importantes para nós. A mera descrição de um evento natural pode estar repleta de predicados que conotem força, opulência e até mesmo desordem, mas nenhum destes predicados nos remete diretamente a algo negativo ou visto por nós como ruim. Na verdade são exatamente estas características inerentes aos fenômenos naturais que também nos provocam extrema admiração, a ponto de termos relacionados a ela a própria intuição do sublime.

Com isso não estou querendo defender que, no fundo, tais características dos eventos naturais sejam boas, mas, sim, apontando para o fato de que podemos julgá-las como boas ou ruins, dependendo do lugar no qual falamos e das circunstâncias que nos envolvem. Para ser mais clara, quero chamar a atenção para o fato de que somos nós que jugamos uma certa configuração de propriedades como boas ou ruins e fazemos isto com base em um certo universo de valores que nós criamos e projetamos no mundo. Num mundo onde tal projeção não houvesse sido realizada, uma tormenta, um terremoto ou a erupção de um vulcão seriam apenas eventos físicos, descritos de forma específica através de alguns números e leis da física moderna. Enfim, nada que nos tirasse o folego, que provasse espanto e admiração e também que nos tirasse o sono e assombrasse nossos dias.

Se no nosso dia a dia já não conseguimos perceber o mundo senão através de nossa próprias projeção, sob o ponto de vista discursivo ou

filosófico tampouco podemos negar a distinção tradicional entre um discurso descritivo e um discurso valorativo. Quando nossos filhos vão para a escola e aprendem algo sobre a Alemanha nazista, não costumamos replicar que todas estas informações sejam falsas e que é errado povoar a cabeça de nossos filhos com semelhantes ideias. Costumamos acreditar que os professores de história estão falando sobre fatos que ocorreram e que o conhecimento acerca dos mesmos é importante, ainda que a mera constatação de sua realidade nos provoque repulsa e um profundo sentimento de desapontamento para com a humanidade. Ao lidar com fatos deste tipo, não negamos a sua veracidade, mas desejamos o mais sinceramente que pudermos que semelhantes situações não voltem a ocorrer. Aqui estamos imersos na tradicional distinção entre o modo como as coisas são e o modo como deveriam ser ou como gostaríamos que fossem. Enfim, podemos descrever um fato e podemos julgá-lo, mas uma mera descrição não implica em um julgamento, seja ele positivo ou negativo.

Quando falamos de destrates naturais é quase impossível não perceber aí um "tom" negativo. A dificuldade, no entanto, surge quando lembramos que algo geralmente é bom ou ruim de acordo com um propósito, uma finalidade. É desta maneira, por exemplo, que caracterizamos as ações humanas. Nós, seres humanos, somos considerados seres que atuam no mundo com propósitos específicos. Distinguimos, assim, nossas ações ou atitudes intencionais de outras ocorrências como, por exemplo, um ato reflexo, um movimento realizado por nós mais sem qualquer influência da nossa própria consciência. Podemos ir mais longe e lembrar que tanto no Direito, quanto no nosso juízo cotidiano, só julgamos negativamente a ação de um indivíduo quando acreditamos que a ela estava vinculada, ainda que de forma indireta, alguma intenção de dolo. Mas se é assim, não seria no mínimo curioso que atribuíssemos aos eventos da natureza, sem grandes reflexões, um caráter negativo? Estaríamos supondo ser a natureza "senhora" de seus atos? Esta forma de nos referirmos aos atos da natureza talvez nos remeta ao período de nossas vidas em que acreditávamos na maldição dos céus ou numa forma quase lúdica dos Deuses exercerem seu poder sobre nossas vidas. Suponho que para todos que agora leem este artigo, este tempo já passou. Somos seres humanos adultos e não marionetes inocentes, em mãos diabólicas. Mas neste

caso, de onde viria o caráter negativo que atribuímos, sem sequer vacilar, a tantos eventos naturais?

Minha modesta interpretação psicológica é a de que ao nos referirmos deste modo aos fenômenos naturais estamos não apenas expressando nosso medo e impotência diante dos mesmos, mas sobretudo expurgando nossa culpa. Enfim, quando lamento as consequências ruins de um terremoto, não estou apenas sendo solidária com o sofrimento de muitos, mas estou também atribuindo a um fenômeno natural uma responsabilidade que evidentemente ele não tem sobre os fatos, mas que talvez nós, sim, tenhamos. Fenômenos naturais fazem vítimas humanas e nós, todos nós, temos uma responsabilidade moral para com outros seres humanos.

Como todos os demais seres vivos, nós, humanos, somos limitados, frágeis e vulneráveis em diversos aspectos. Diferentemente de outros seres vivos, buscamos através de certos pactos sociais diluir os efeitos de situações adversas sobre nós. Construimos uma sociedade de humanos, marcada pelo endosso de regras bastante gerais, com uma pretensão de validade universal, às quais atribuímos o título de princípios morais. Desta forma, acreditamos que estaríamos protegidos da limitação dos nossos próprios sentimentos, garantindo uma certa imparcialidade nas nossas ações e tornando cada indivíduo, próximo ou distante, objeto de respeito e consideração. É possível que este tenha sido verdadeiramente o nosso desejo, mas a este ideal, não corresponde o nosso mundo real. E é por isso que, tendo este ideal em mente, olho para o mundo concreto e o julgo como ruim, mas não porque a natureza o fez assim ou derramou sobre ele a sua maldição, mas porque não cumprimos o nosso papel no acordo e, com isso, nosso projeto fracassou.

Em suma, a primeira hipótese aqui aventada é a de que ao falarmos de um desastre natural não estamos apenas usando as palavras de forma pouco precisa, mas, sim, procurando nos eximir de uma responsabilidade que possuímos frente à vida de outros seres humanos e frente à forma de vida que escolhemos viver. Forma de vida esta que envolve riscos que sistematicamente negligenciamos, projetando em um universo difusão efeitos nefastos dos quais somos, em realidade, os únicos responsáveis.

Formas de vida e Risco

Diante da eventual ameaça de um desastre, indivíduos e governantes de diversos países procuram adotar medidas preventivas. Medidas que facilitem a evacuação das áreas afetadas e a proteção de monumentos históricos. Somas incalculáveis de dinheiro são investidas em uma tecnologia de ponta que facilite a previsão dos eventos, seu desdobramento e uma estimativa dos danos causados. Em laboratórios semelhantes aos de filmes de ficção científica, peritos e técnicos nas mais diversas áreas acumulam cálculos e realizam simulações de uma realidade que se supõe ainda por vir. Aqui, mais uma vez a questão da ocorrência de certos eventos naturais e suas possíveis consequências negativas sobre nós resvala para o campo epistêmico. Trata-se de conhecer para evitar e controlar os riscos aos quais poderemos estar sendo expostos. Desta forma, mais uma vez, deixamos de lado a pergunta acerca do papel de nossas escolhas na promoção de tais eventos e, conseqüentemente, nossa responsabilidade perante os riscos aos quais está sendo exposta a humanidade como um todo.

No mundo atual, um desastre natural, e aqui emprego e reforço o termo desastre para destacar o efeito nefasto de um evento deste tipo sobre nossas vidas, não diz respeito apenas aos indivíduos de uma regional, pois, ainda que tenha ocorrido em uma região bastante específica, revela nossa ausência de comprometimento para com os demais. Onde quer que um indivíduo esteja exposto a doenças, seja privado de alimentos ou tenha seu lar ameaçado por tormentas, ali deveríamos encontrar com esforço coletivo no sentido de minimizar sua vulnerabilidade. Ali deveríamos constatar o investimentos de somas incalculáveis e um trabalho coletivo árduo e, sem fronteiras.

Mas, lamentavelmente este está longe de ser o mundo que conhecemos. Não parece ser a vulnerabilidade de certas vidas o que movimenta recursos financeiros e humanos, mas sim uma tentativa de controle e proteção sobre uma forma de vida paradigmática, que muitos supõe valorosa. Sejamos mais claros. Sabemos que o consumo desenfreado das sociedades contemporâneas é nocivo ao meio ambiente. Sabemos, por exemplo, que nossos carros e ar condicionados são responsáveis pelo aquecimento global, pela diminuição da camada de ozônio, por mudanças climáticas que alteram o nível do mar,

ameaçando de fazer submergir verdadeiros santuários ecológicos e o lar de diversos seres humanos. Porém longe de realizarmos um acordo acerca do percentual tolerável de automóveis no planeta e de ar condicionados em nossas cidades, buscamos aperfeiçoar técnicas que nos permitam conviver melhor com os riscos. Enfim, a forma de vida patologicamente adicta das sociedades contemporâneas não é colocada em xeque, ainda que saibamos que dela derivam os maiores riscos a que hoje estamos sendo expostos.

Não abrir mão desta forma de vida significa inclusive nos valermos dela para deslocar os riscos para grupos que, por falta de escolha ou pelo pertencimento a cultura distintas, vivem de outra forma. Isto é feito todas as vezes que abandonamos áreas mais vulneráveis e construímos luxuosos complexos habitacionais em regiões mais seguras. Elevamos o preço de certas regiões e compramos nossa segurança, enquanto aqueles que não possuem recursos são mais uma vez abandonados à própria sorte. E estes são também aqueles que nunca possuíram carros, nem ar condicionado, mas arcam diretamente com o ônus de vidas suntuosas alheias.

O Brasil, por exemplo, está localizado em uma região onde não há mais vulcões em erupção, nem terremotos ou furacões. É um país de clima tropical, o que significa que possui longos períodos de chuvas fortes. No estado do Rio de Janeiro há uma região serrana onde grande áreas de mata atlântica têm sido desmatadas e cursos de rios desviados para a construção de condomínio de classe média a alta. As encostas, agora mais vulneráveis aos efeitos das chuvas, se tornaram um alvo menor da especulação imobiliária e atraíram famílias de baixo poder aquisitivo. Vários profissionais alertaram os governos da região sobre o risco de futuros desastres e projetos para contenção deste processo foram elaborados por professores da maior universidade federal do país.³ No entanto, nos últimos anos, há cada verão, há novos desabamentos e um grande número de indivíduos perde suas casas, suas famílias, suas vidas. Pessoas de todo o país, comovidas pela tragédia, enviam mantimentos, dinheiro e equipes de voluntários vão até o local oferecer os primeiros socorros. Enquanto isso, condomínios caros continuam a ser construídos, matas continuam a ser desmatadas e políticos irresponsáveis continuam a ser eleitos. Os efeitos

³ Referência a estudos feitos sobre a região pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

provocados pelas chuvas na região estão longe de ser um desastre natural. Trata-se de um crime perpetrado por profissionais e políticos irresponsáveis e sem qualquer compromisso moral com a vida e o bem-estar de outros indivíduos.

Viver uma vida minimamente protegida de grandes riscos, ou seja, de doenças hoje evitáveis, de moradias extremamente precárias, de subnutrição etc é um direito fundamental. Um direito que, por sua magnitude e universalidade, convencionamos chamar de um Direito Humano. Os direitos deste tipo foram, desde sua origem⁴, caracterizados como inalienáveis e intransponíveis. Isto significa que não podemos usá-los como mercadoria de troca. Não podemos trocar a segurança de nossas vidas por acesso a moradias de baixo custo. Não podemos sequer permitir que alguns indivíduos aceitem tal troca, pois tanto a moradia, quanto a segurança, são de antemão direitos inalienáveis seus. O que sim podemos fazer é (i) exigir governantes responsáveis e comprometidos moralmente e (ii) aprimorar a consciência moral de cada cidadão no sentido de fazer com que assumam um papel ativo na construção de uma sociedade e de um mundo, onde os direitos fundamentais não sejam apenas um privilégio de alguns.

A caminho de um compromisso moral coletivo⁵

Suponhamos agora que estejamos efetivamente diante de pessoas dispostas a repensar seus estilos de vida e assumir um compromisso com o princípio supremo de uma moral universal, a saber: o respeito a todo e qualquer indivíduo. Partindo deste pressuposto podemos agora analisar alguns dos elementos necessários à realização desta tarefa.

Em primeiro lugar precisamos compreender o que significa respeitar outro indivíduo. Na perspectiva kantiana⁶, o respeito moral é interpretado como o reconhecimento de que cada ser humano, por ser capaz de determinar seus próprios fins, é um fim em si mesmo e não meramente um meio para

⁴ Referência à noção de Direito Natural de John Locke. Ver: *Two Treatise of Government*, Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

⁵ Parte das ideias apresentadas nesta seção foram retiradas do capítulo X, do livro *Sobre Nós: expandindo as fronteiras da moralidade*. Rio de Janeiro: Editora Pirlampo, 2016.

⁶ Ver: KANT, I. *Kritik der praktischen Vernunft*. Pref. de Paul Natorp. Berlin: Georg Reimer, 1908 e *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*. Jens Timmermann (Ed). Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2004.

nossa própria realização. Tal noção aparece então fracionada em duas formulações de seu imperativo categórico. Na primeira, expressa pelo princípio de universalização, Kant nos propõe uma fórmula para verificarmos até que ponto uma máxima de nossa ação não estaria refletindo apenas nossos próprios interesses ou inclinações, mas estaria efetivamente representando o interesse de todos. Concretamente falando, Kant propõe que subsumamos o conteúdo de nossas máximas a um princípio que verifique se realmente podemos querer que ela seja universalizada ou, em outras palavras, se é razoável que todos concordem com seu conteúdo e ajam conforme o mesmo.

Como exemplo, podemos imaginar algo do tipo: é do meu interesse que o curso de um rio seja desviado para facilitar o fornecimento de água da região onde moro. Para saber se ao implementar tal ação estaria ou não adotando uma atitude moral, seria então necessário indagar se seria também do meu interesse que todos os indivíduos adotassem a mesma conduta. Parece evidente que um desvio generalizado do curso dos rios seria, senão impossível, ao menos catastrófico e, por conseguinte, em nada desejável. Segue-se então que minha conduta não pode ser aceita universalmente. Ela satisfaz apenas a meus interesses particulares, por conseguinte, não pode ser justificada a luz de uma perspectiva moral que considere cada indivíduo, e seus interesses mais fundamentais, como igual objeto de respeito e/ou consideração.

A segunda formulação do imperativo categórico fornece um conteúdo moral ao princípio formal. Ela expressa diretamente a consideração a todos os indivíduos como fins em si mesmos. Se, portanto, antes, o princípio de universalização poderia servir de instrumento para otimizar minha própria situação, em contextos ainda não vividos, agora tal procedimento visa diretamente o benefício de todos os concernidos. Considerar cada indivíduo como um fim em si mesmo significa, ao agir, levar em consideração também as escolhas e interesses alheios.

Vejamos, mais uma vez um exemplo. Posso tentar conhecer e considerar como relevantes as demandas de moradores de uma determinada região pelo simples fato de que, no futuro, estas possam ser também as minhas demandas e satisfazê-las, hoje, pode ser uma boa forma de me prevenir de um futuro incerto. Esta seria uma forma de utilizar o princípio de universalização em benefício próprio. Em tal contexto, eu estaria me servindo de outros

indivíduos para garantir meus próprios interesses, ainda que futuros. A segunda formulação do imperativo categórico veda esta utilização do princípio de universalização, quando recusa a instrumentalização de outros indivíduos. Agir moralmente, neste caso, é levar em consideração os interesses de todos os concernidos, ainda que suas escolhas e interesses em nada possam vir a me beneficiar.

Aqui cabe lembrar que a famosa "regra de ouro", que sugere que não façamos ao outro o que não desejamos que seja feito conosco, não satisfaz os padrões de uma moral de respeito universal, pois em seu caso, mais uma vez percebemos a atitude cuidadosa com relação ao outro como uma atitude meramente prudencial.

É importante também ressaltar que a atitude moral não é a única possível diante das diversas situações que vivenciamos. É claro que muitos podem simplesmente revidar que não precisam e não querem se comprometer com os interesses ou com o bem-estar de indivíduos de outras nacionalidades, etnias, religiões, culturas, famílias etc. Ao se posicionar nestes termos, tais pessoas estariam simplesmente recusando uma concepção moral universalista e adotando uma atitude particularista, que poderia variar em sua extensão, mas que, de qualquer forma, não implicaria em um comprometimento com toda e qualquer forma de vida humana. Frente aos que se posicionam desta forma, talvez não haja mais nada a ser dito, mas, apenas, a lamentar.

Há várias formas de nos posicionarmos no mundo e vários princípios pelos quais podemos orientar nossas ações. Entre os mais frequentes podemos identificar princípios religiosos, regras culturais, o princípio pragmático da eficácia, o princípio político do poder, o princípio *quasi* biológico da força bruta e, sobretudo, o princípio econômico do lucro e do acúmulo de riquezas, que norteia as sociedades contemporâneas. O que sim precisamos deixar claro é que a escolha por certos princípios não é neutra e muito menos sem consequências. Todas as nossas escolhas são realizadas a partir de um certo universo de valores e precisamos ao menos estar atentos para não incorrer em escolhas que possam colocar em risco nossos valores mais fundamentais. É neste sentido que pretendo aqui apenas destacar algumas medidas que deveriam estar presentes na agenda sociopolítica de pessoas e/ou países que

reconhecem como um valor fundamental o respeito aos interesses mais básicos e a realização de todas as demais formas de vida.

Para os que endossam um perspectiva moral de respeito, ao menos relativamente aos chamados direitos fundamentais, pretendo agora justificar duas estratégias políticas. A primeira diz respeito a uma forma de organização política do próprio Estado. A segunda diz respeito a uma estratégia de expansão de nossa atitude moral em geral.

No seu mito de criação, o Estado moderno é apresentado como o resultado de um pacto social entre indivíduos que buscam a proteção de seus direitos fundamentais.⁷ A proteção de tais direitos é ainda hoje considerada a principal função do Estado. A questão é saber exatamente o que deve ser protegido e como proteger. Inúmeros textos filosóficos versam sobre este tema e buscam determinar de forma variada este núcleo central de demandas sobre o qual deveríamos, então, debruçar nosso projeto moral e político de construção de uma sociedade justa e igualitária. Defensores de uma concepção distributiva de justiça irão elencar recursos financeiros, bens-primários, liberdades e até mesmo bem-estar como aquilo que deveria ser igualmente partilhado pelo Estado entre seus conacionais, como forma de sustentar sua função social. Aqueles que reconhecem, também, as demandas específicas por reconhecimento de certos grupos identitários irão enriquecer esta lista com a exigência de políticas de reconhecimento. Não pretendo entrar no mérito deste farto cardápio de opções, mas apenas salientar um aspecto que julgo fundamental para que qualquer uma destas perspectivas de justiça seja bem sucedida. O aspecto em questão diz respeito a forma como se estrutura o próprio governo e como tais demandas são finalmente aferidas.

Como saber o que é realmente básico para que seres humanos vivam vidas que suponham valoráveis? Minha hipótese é a de que há apenas uma forma de chegar a um resposta minimamente satisfatória para esta questão, a saber: deixar com que falem ou que se expressem os próprios seres humanos. É ingenuidade ou má fé supor que do altar da academia, do supremo tribunal ou da presidência podemos inferir um conhecimento criterioso acerca de todas as formas de vida humanas e das medidas então necessárias para que finalmente possam prosperar. Por mais extenso que seja o nosso

⁷ Referências as diversas versões do contractualistas do Estado.

conhecimento e rica nossa capacidade imaginativa haverá sempre uma limitação espaço-temporal e vivencial que fará com que o que elencamos como demandas alheias não passe de projeções de nossas próprias demandas. Neste sentido, precisamos optar por uma forma de governo que dê espaço e voz para todos os integrantes da sociedade política, porém não apenas através da voto, mas através da participação ativa de integrantes da sociedade civil nos mais diversos processos de deliberação.

Falamos, assim, de um Estado democrático e de uma democracia deliberativa e participativa, onde cada cidadão encontre meios adequados para construir opiniões bem informadas e expressar, ainda que de forma pouco canônica, suas próprias demandas. Falamos de uma estrutura política que (i) garanta transparência nas ações de seu poder executivo, legislativo e judiciário; permita (ii) o julgamento e a condenação de nossos representantes políticos e, finalmente, (iii) a constante revisão dos valores expressos pela nossa constituição, de forma a garantir que o nosso Estado ainda nos represente e proteja enquanto cidadãos.

Mas para que qualquer pacto social de tal ordem seja efetivamente endossado é preciso ainda que ele seja mais do que uma conveniência. É preciso que ele expresse nossa escolha por uma determinada forma de vida, tornando assim sua realização parte constitutiva de nosso processo de autorrealização pessoal. Tal implicação entre "uma forma de expressão política" e "nosso próprio projeto de vida" é o que estarei caracterizando como um compromisso moral coletivo. Para que tal compromisso se dê, é necessário que haja um vínculo de confiança entre as diversas partes e entre as estruturas de poder que deverão gerenciar os acordos firmados. Por esta razão é importante que a chamada estrutura básica da sociedade engendre valores compartilhados em nome dos quais cada indivíduo assumirá seu papel na construção do projeto político e assumirá, igualmente, sua responsabilidade por sua execução.

Quase todos os países ou unidades geopolíticas contemporâneas comportam uma grande diversidade de indivíduos com culturas, religiões, ideologias e línguas diferentes. Se pensarmos ainda em compromissos globais, a diversidade se amplia de forma dificilmente calculável. Como criar um vínculo de confiança e compartilhar valores em universos tão distintos? Este

parece ser o grande desafio dos que anseiam por uma comunidade moral sem fronteiras. Aqui lanço então a última hipótese deste artigo, a saber, a de que apenas através um processo intenso de sensibilização pelo outro seremos realmente capazes de fazer nossas, suas próprias demandas e incorporá-las ao nosso discurso moral. Se isto for verdade, devemos então investir em um processo diferenciado de formação. Um processo educacional que invista na sensibilidade e na construção de uma racionalidade imaginativa, onde aprimoremos nossa capacidade de sentir e se colocar no lugar do outro. Talvez seja a hora de fazermos com que os poetas e os músicos retornem à *polis*⁸ e nos ensinem a arte de saber viver segundo as leis do coração.

Referência Bibliográfica

BLACKBURN, S. Anti-realist expressivism and quasi-realism, pp. 146-161. In: COPP, D. (Org.). **The Oxford Handbook of Ethical Theory**. New York: Oxford University Press, 2006.

DEWEY, J. **Theory of the Moral Life**. introd. de Arnold Isenberg. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1960.

DIAS, M. C. **Sobre Nós: expandindo as fronteiras da moralidade**. Rio de Janeiro: Editora Pirlampo, 2016.

DIAS, M. C. e OLIVEIRA, F. A. G. Ecocídio e o caso do povo Yudjá/Juruna no Alto do Xingu. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. 2021. 86-108.

DWORKIN, D. **Sovereign Virtue**. Harvard: Harvard University Press, 2005

JOHNSON, M. **Moral Imagination: Implications of Cognitive Science for Ethics**. Chicago: Chicago University Press, 1990.

KANT, I. **Kritik der praktischen Vernunft**. Pref. de Paul Natorp. Berlin: Georg Reimer, 1908.

_____. **Grundlegung zur Metaphysik der Sitten**. Jens Timmermann (Ed). Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2004.

LOCKE, J. **Two Treatise of Government**. Ed. Peter Laslett. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

MILL, J. S. **Utilitarianism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

⁸ Referência a Platão, ver: *A República*. Porto Alegre: Editora Globo, 1964.

PLATÃO. **A República**. Porto Alegre: Editora Globo, 1964.

RAWLS, J. **Justice as Fairness: a Restatement**. Harvard: Harvard Univ. Press, 2001.

SEN, A. **Inequality Reexamined**. Harvard: Harvard University Press, 1995.

TUGENDHAT, E. **Vorlesungen über Ethik**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.



ARTIGOS – ARTICLES

**Moral and political dilemmas
at the time of the coronavirus pandemic:
the role of philosophical thinking**

Stelios Virvidakis¹

National and Kapodistrian University of Athens

svirvid@phs.uoa.gr

Como citar este artigo: VIRVIDAKIS, S. “Moral and political dilemmas at the time of the coronavirus pandemic: the role of philosophical thinking”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 284-303. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Abstract: In this paper I propose a philosophical analysis of serious moral and political dilemmas we have been confronted with during the period of the pandemic of Covid-19, before and after the availability of vaccines. I draw on a variety of normative theories, mostly from moral philosophy, and try to provide a comparative assessment of the application of consequentialist and deontological principles, as well as of concepts of virtue ethics, with a view to highlighting their complementarity.

Keywords: Moral and political dilemmas. Liberalism. Utilitarianism. Kantian deontology. Epistemic and moral virtues.

*Dilemas morais e políticos na época da pandemia do coronavírus:
o papel da reflexão filosófica*

Abstract: Neste artigo, proponho uma análise filosófica dos graves dilemas morais e políticos dilemas morais e políticos com os quais fomos confrontados durante o período da pandemia de Covid-19, antes e depois da disponibilidade do vírus corona. 19, antes e depois da disponibilização das vacinas. Eu me baseio em uma variedade de teorias normativas teorias normativas, principalmente da filosofia moral, e tento fornecer uma avaliação comparativa da aplicação de princípios consequencialistas e deontológicos, bem como de conceitos conceitos da ética da virtude, com o objetivo de destacar sua complementaridade.

Keywords: Dilemas morais e políticos. Liberalismo. Utilitarismo. Deontologia kantiana. Virtudes epistêmicas e morais.

¹ Professor titular emérito de História e Filosofia da Ciência na Universidade Nacional e Capodistriana de Atenas (Grécia).

1. Introductory remarks

The coronavirus pandemic isn't over yet and we are already trying to imagine the post-covid era, in the hope that the crisis we have been going through may have made us somehow wiser. In fact, philosophers engage in abstract reflection on the human condition, as it appears in the light of what has been experienced as an unprecedented existential threat, but also participate in public debates concerning crucial ethical and political issues calling for urgent practical decisions. One wonders about the scope and the significance of their involvement in such debates, as well as about their wider role in helping elucidate our responses to serious challenges and in refining our sensibilities.

In what follows, I intend to focus on some particular dilemmas we have been confronted with at the time of the pandemic, with a view to highlighting and to assessing the contribution of philosophical reasoning to their resolution. However, I am not aiming only at understanding the justification of the conclusions I believe we should reach, and of the decisions we could eventually make, by appealing to specific theories, principles and arguments; I am also interested, conversely, in seeking a better grasp and a comparative evaluation of the strength of the latter. In any case, I will be relying on the methodological perspective of a “reflective equilibrium” between, on the one hand, our intuitions and considered judgments providing premisses of practical reasoning, and, on the other, theoretical principles sustaining them, aiming at their mutual elucidation and adjustment (Virvidakis, 2015).

Actually, due to the limitations of this article, my account shall be concise and somewhat schematic. The dilemmas, summarized in the form of disjunctions implying quandaries about alternative courses of action and presented in two groups (before and after the availability of vaccines) are much more complex and nuanced than they appear in their dense formulations. However, I have tried to avoid extensive reconstructions of the debates and of the positions to which I want to draw attention, also keeping bibliographical references to a minimum. The dilemmas that are introduced first have a distinctively moral character and are followed by queries regarding decisions of

a more legal and political nature. It could be pointed out that they all have practical implications, but they also reflect concerns for which we could employ the broader notion of the *ethical*.²

Thinking about the implications of possible responses to the pandemic could be regarded as amounting to an exercise in applied ethics, also partly involving metaethical and metaphilosophical considerations. Moreover, although I will be drawing mostly on moral and political philosophy, the concepts and arguments which I will employ are also relevant to reasoning in the area of law, especially constitutional law. Last but not least, my analysis may extend to queries preoccupying contemporary philosophy of science.

Naturally, philosophers taking seriously the ideal of interdisciplinarity and the method of *wide* reflective equilibrium will eventually have to rely on exchanges not only with fellow philosophers, but also with biologists, doctors and other health professionals, lawyers, judges, social scientists, policy makers, journalists and intellectuals expressing public opinion. To be sure, I do not pretend to corroborate the premisses of my arguments by providing detailed empirical evidence, which would require a systematic scientific investigation of the evolution and of the current state of the pandemic. Thus, I will be concentrating mainly on aspects of the experience of the health crisis and on the broader issues that they raise, as they are perceived in Greece in September 2022, also presupposing acquaintance with basic data from all over the world, easily accessible through the international media and the internet.

2. Facts and issues to be taken into account

Before we begin our discussion, we should be reminded of some generally acknowledged facts which have by now become more or less common knowledge. They may still be disputed by people lacking adequate information or the education required to interpret it, as well as by those who put forth conspiracy theories and by those likely to be fooled by them.

² Here, I am referring to the distinction between the concept of the “moral”, understood as concerning principles dictating our duties to our fellow people and that of the “ethical” interpreted as pertaining to broader issues about how one ought to live (Virvidakis 1996: 7n1, 2014b: 74n20).

However, they cannot be ignored by anyone trying to assess the severity of the challenges we have been facing.

The spread of Covid-19 has undoubtedly constituted a serious threat to public health. The infection by some of its variants caused heavier symptoms and higher death rates than most kinds of flu, even in wealthy countries. The vaccines (those based on mRNA technology and some produced by traditional methods) have been a game changer, to the extent that three or four doses do prevent, if not infection and mild illness, especially in the case of very contagious variants, serious symptoms, hospitalization and death, at least if patients do not suffer from comorbidities, usually appearing in old age.³ Still, even in countries where vaccination covers most of the population, the Covid-19 pandemic hasn't yet been fully eradicated or transformed into a more benign endemic disease such as the seasonal flu as we know it. As these lines are being written, one worries that new spikes might arise, not only in parts of the world where protective measures are no longer implemented, but even in areas of China, where a "zero covid" policy seems to have come close to stamping out the virus.

The agonizing experience of those in critical condition, taken into intensive care units, usually undergoing intubation, and often ending their lives in the hospital, was compounded by the strict isolation, necessary to protect the medical personnel (who wear heavy protective suits and gear) and their relatives, not allowed to come close to them. Thus, they died without being able to embrace, or even see, say a last farewell and be comforted by their loved ones.

Now, it is easy to understand that such circumstances, calling for immediate practical decisions and political action facilitating their implementation, have provided occasions for philosophical reflection at various levels. To begin with, one may dwell on the results of a careful study of our lives during the pandemic, offering new insights into the human condition, which have made us dramatically aware of the contingency, the finitude and the fragility of our existence. The fear of the invisible and intangible virus, the spread of which seemed to evade our efforts to contain it, was gradually

³ Here, it should be noted that most recent types of the Omicron variant are more contagious, though apparently less virulent and lethal and cause less serious infections. In any case, the symptoms are mitigated by the widespread use of available vaccines.

transformed into a deeper, indeterminate anxiety about terminal suffering and mortality. Indeed, it is worth pursuing a philosophical investigation of these broader issues and of their ethical significance (Velázquez 2020). Nevertheless, our discussion will bypass the rise of existential concerns and will move to more concrete moral and political matters.

3. Concepts, theories, norms, principles and values

I have already alluded to the philosophical toolkit which would be needed for the pursuit of our task. Among its contents we should highlight a few interpretive concepts, as well as normative theories and principles that are usually invoked, explicitly or tacitly, by moral and political philosophers, at least in the analytic tradition.

These include: a) General approaches or orientations in normative ethics, such as *consequentialism*, *deontology* and *virtue ethics*, seeking the basic criterion of moral assessment of actions and of the rules which guide them, respectively, in their consequences, in their intrinsic features – regardless of consequences, and in the virtues, that is, in the excellent character traits of agents; b) particular normative theories, expressing the above approaches, namely, *utilitarianism*, *Kantian deontology* and *Neo-aristotelian* or other variants of contemporary *virtue-ethics*; c) the main concepts and principles corresponding to the theories just mentioned. These are: the *principle of utility*, dictating the pursuit of “the greatest happiness of the greatest number” of people; the *moral law*, which, according to Kant, requires as a *categorical imperative* that one should act “only in accordance with that maxim through which one can at the same time will that it become a universal law”, and so that one “uses humanity, whether in one’s own person or in the person of any other, always at the same time as an end and never merely as a means” (Kant 1996, 73, 80); and *ethical virtue*, to be exercised along with *intellectual virtue*, conceived as a form of *practical wisdom*, enabling us to act in the proper way in a wide range of particular circumstances. d) Moving to political philosophy, we may have to refer to conceptions of *liberal democracy* (prioritizing respect for individual rights and the value of freedom), and to more *communitarian*

forms of social organization (laying emphasis on the preservation and promotion of the *common good*).

We should eventually appeal also to principles of *autonomy* entailing *liberties* and *rights*, as well as to conceptions of *justice*, presupposing ideas of *equality* and imposing practices of fair treatment, and, if we follow John Rawls' influential account, concern for the benefit of the "least advantaged" social groups (Rawls, 1999: 64-9). Here, it must be noted that the actual implementation of most of the above norms and principles requires the application of an auxiliary *principle of proportionality*, balancing the goals aimed at and the consequences of the courses of action to be followed, which plays an important role in a variety of key arguments deployed in applied ethics and in juridical and legal practice. As we shall see, the severity of the emergency measures at the time of the coronavirus pandemic must respect the rights of those who are going to be affected by them, as much as possible, and proportionality considerations help us determine a threshold which should not be breached.

The above exposition is admittedly very sketchy and doesn't provide precise definitions or interpretations which would be required by technical philosophical analysis.⁴ However, it may suffice for a basic understanding of the concepts and the principles we have tried to introduce as a preamble to the examination of a series of dilemmas besetting our lives during the pandemic. To these we must now turn.

4. Particular dilemmas I

At the beginning of the pandemic crisis and during its first phase, before the production and the distribution of effective vaccines, most governments were confronted by dilemmas which could be formulated succinctly through the following disjunctions:

a) Active protection of everyone's life and health through restrictive measures (mostly lockdowns and quarantines, extensive limitations of free

⁴ I have also omitted references to the works of philosophers who first defined and elaborated many of the concepts and principles that I will be using. The relevant information, as well as details of interpretation of the theoretical resources described in this section can be easily found in introductory books and articles (Rachels & Rachels 2019, and Kymlicka 2002).

movement, social distancing, mandatory use of masks in closed and crowded spaces and also suspension of various work and recreational activities), *or* maintenance of the normal operation of free markets (regular production and consumption of goods, open enterprises and shops, everyday business transactions and continuation of services, etc.), saving jobs and consistently promoting the unfettered growth of the economy.

b) Pursuit of “herd immunity”, through relaxation, or even suspension of restrictive measures, recommended by committees of health professionals, thus allowing the infection of the majority of the population and consequently putting at risk the lives of the most vulnerable members of society (the elderly and those with underlying illnesses and comorbidities), *or* care for the protection of everyone, especially those who needed it most, that is the most vulnerable, old and weak.

c) *Selection* of the patients suffering from Covid-19 to be admitted to intensive care units of hospitals, if the public healthcare system could not provide sufficient facilities and personnel to cope with the emergencies of the pandemic, - according to criteria related to prognosis or evaluation of the social utility to be maximized –, *or* equal treatment of all patients, perhaps on a “first come first serve” basis, or by resorting to a kind of lottery.⁵

d) Concern for the common good, conceived as consisting in ensuring the survival and the health of most members of the community, *or* unconditional respect for individual rights and liberties, even of those who are ready to disobey emergency laws and to violate restrictive measures regarding them as illicit limitations of their autonomy.

e) Justified legislation and implementation of more or less authoritarian policies (because of the requirements of a state of emergency regarded as a state of exception), *or* full conformity to constitutional guarantees of liberties.

⁵ Such criteria are presented and discussed in special articles dealing with issues regarding the admission to ICUs. These issues are not limited to the treatment of Covid-19 patients, but the peculiar circumstances of pandemic emergencies have made the relevant questions particularly pressing. Thus, it has been observed that one could prioritize: those most likely to survive the current illness, those most likely to live the longest after recovery (considering comorbid conditions), those who have lived through fewer life stages (the younger), those who have a particular narrow social utility to others in a pandemic, the worst off, or use a lottery (Robert *et al.* 2020).

Here, we shall not engage in a detailed analysis of these dilemmas which would involve the careful examination and weighing of all aspects of the alternatives we are presented with and of their many practical implications. What we are interested in mostly are the norms and values which may determine our choices. Even if they are not mentioned explicitly in the arguments put forth respectively on each side, they could be invoked to buttress the main premisses from which we shall draw our conclusions. Their function in our reasoning reflects, to an important extent, the strength of more or less common intuitions which lend them support.

Thus, the first option in (a) and the second option in (b) express the recognition of the absolute value of human life, and of the primacy of health of all individuals (with special attention to those more endangered by the pandemic). They rely on the conviction that deontological norms commanding the respect for the values at issue take precedence over any utilitarian calculus, which would allow some of the weak to perish, with a view to promoting the interests of forward looking, younger and healthier social groups, and also to cater for the requirements of a well-functioning economy.

Now, governments in Great Britain and in Sweden originally favored policies aiming at herd immunity, while many (predominantly Republican) States in the U.S.A., encouraged by populist leaders, rejected measures which would harm the economy. On the contrary, most countries in Europe and elsewhere seemed to prioritize the protection of life and health of all. Politicians and intellectuals trying to downplay the severity of the pandemic, or to support the view that avoiding long term damage to economic activities would be worth jettisoning the safety of supposedly less socially useful groups, such as the elderly, didn't prevail.⁶

To be sure, a utilitarian approach, regarding the admission and treatment of patients in hospitals, especially in ICUs, would have to be adopted, if the healthcare system reached a breaking point and its collapse appeared imminent. There were moments in the first months of the pandemic (in Italy, Brazil, India and some places in the U.S.A), when we felt that triage

⁶ It would be worth studying the debates among French philosophers. such as Jean-Pierre Dupuy, criticizing Covid-19 scepticism and negationism and defending precautionary and restrictive measures, and André Comte-Sponville pleading in favor of giving precedence to the rights and needs of those pursuing normal economic activities (Dupuy 2021). For a balanced introductory approach, see Bichler 2021.

practices would be unavoidable. So, the first horn of dilemma (c) above would then have to be chosen and Kantian or other deontological directives sustaining the alternative option would be given up. The vulnerable and the weak would be at a disadvantage in such cases, because priority would be accorded to the ones more likely to survive and recover.⁷ However, this should be regarded as a second line of action and its choice should be conceded only as imposed by circumstances of *force majeure*.

Legal and political arguments to the effect that liberal principles require the unconditional respect of the rights and liberties of those who reject any kind of restriction of their movements and activities as unconstitutional and as an infringement upon their autonomy, shouldn't be accepted. The rights to life and good health, regarded as part of the common good which a government must protect, override the rights invoked by the reckless minority who oppose the measures. Moreover, at this point, we could appeal to a *Kantian* notion of autonomy, entailing self-limitation and the full respect of the rights of our fellow human beings, which is much stronger than the *liberal* version supposedly justifying disobedience to restrictions imposed in order to avert the dangers of the pandemic. Thus, the second option of dilemma (d) has to be rejected.⁸

Finally, (e) is a dilemma which seems to emerge from broader political considerations, concerning threats to liberal democracies because of measures, which according to some intellectuals, both on the right and on the left extremes of the political spectrum, jeopardize our constitutional liberties. In fact, some philosophers, who end up indirectly supporting unjustified conspiracy theories and also forms of virus negationism, denounce the austere policies against the pandemic, implemented by many Western governments. According to their allegations, these governments aim at using the pretext of the need of a "state of exception", in order to intensify, expand and prolong a nefarious biopolitical control. Such a control is supposedly already being exercised, to an important extent, by politicians and health administrators in contemporary capitalist societies. However, it could be observed that in this

⁷ See above, note 4.

⁸ The Greek Supreme Court (Conseil d'État) has thus rejected appeals against the measures imposed by the government, invoking the superior good of the protection of the population from the pandemic. There were also similar court decisions regarding the measures of mandatory vaccination, based on analogous arguments. See below, section 5.

case we are dealing with a false dilemma, insofar as these arguments, put forth by thinkers such as Giorgio Agamben, drawing partly on Michel Foucault's theories about biopolitical power, do not seem to need elaborate refutation, apart from an appeal to common sense (Bratten 2021, Agamben, Nancy & Esposito, 2022).⁹ Of course, one may agree that the constitutional guarantees of respect for our rights and liberties do require the vigilance of democratic citizens, who will make sure that the authoritarian measures will be relaxed or revoked entirely, as the threat of the pandemic subsides and, hopefully, disappears. In fact, it may be true that some authoritarian regimes, such as China, have been rather successful in containing the coronavirus, but it is also true that some liberal governments, such as those of New Zealand or Iceland were equally or more successful.

5. Particular dilemmas II

The availability of reliable vaccines, which were tried and approved for use only nine to ten months after the onset of the pandemic has given rise to different, but rather analogous dilemmas, which are still being discussed, although they became less pressing in the latest phase, characterized by a surge of new cases of infection, but without a similar increase in hospitalizations and deaths. They could be summarized as follows:

a) Imposition of mandatory vaccination, if not on all citizens, at least on certain age and professional groups (such as all people over 60, health professionals working both in the public and the private sector, and all those whose jobs involve close interaction and proximity with others, perhaps including teachers and members of police), entailing serious sanctions, fines and/or additional restrictions, "making life difficult" for those who violate the relevant law by refusing to be vaccinated, *or* full respect for the rights and liberties invoked by the latter to sustain their refusal.

⁹ Here, I am perhaps being overtly optimistic. There are still philosophers, jurists and social scientists who seem to be convinced by such views, warning us about a dystopian transformation of various institutions, including Universities, due to the eventual continuation of measures (such as distant learning and remote working) imposed in order to ensure protection from the pandemic (Forest, 2020). I think that their fears are exaggerated, to say the least.

b) Differential or discriminatory treatment of anti-vaxxers, not so much as an additional sanction, but rather as a just way of catering for the needs of other patients in serious condition, who might be left out of intensive care units because of the priority accorded to acute Covid-19 emergencies, *or* equal consideration of all, prescribing urgent care also for ill anti-vaxxers, requiring medical assistance, despite their irresponsible and reckless behavior.

c) Suspension or limitation of the freedom of expression of anti-vaxxers, by imposing restrictions on favourable media (TV, radio, press) coverage, and on their own use of internet sites and social media spreading misinformation, *or* full, equal protection of freedom, even for the expression of unpalatable, foolish and often dangerous views concerning vaccines.

d) Free distribution of vaccines by governments of wealthy, developed countries, not only to their own citizens, but also to people in developing countries, and implementation of measures to ordain vaccine patent waivers and to impose limits on the profits of pharmaceutical companies, *or* refusal to interfere in the free market of vaccines and antiviral drugs.

Once more, we encounter lines of reasoning that we have already isolated in our responses to the dilemmas presented in the previous section. I would like to argue, that the justification of most of the options we want to defend in the cases at hand is more clearcut. This is due to the fact that most normative theories do converge in the recognition of important values and of the priorities they indicate and in the conclusions arrived at through the application of their principles. We shouldn't however think that it is much easier to promote the implementation of the required policies that seem to be sustained by our insights.

Now, when we focus on dilemma (a) it seems that the imposition of mandatory vaccination, at least on health professionals, doctors, nurses and carers who are exposed to a higher risk of infection, and who could easily carry the virus in hospitals and institutions such as homes for the elderly and the disabled, is justified both on *consequentialist* and *deontological* grounds. Such a measure could be extended to people over 60 or 65 years old, not just out of a paternalistic concern, "for their own good", but mainly because of the need to reduce the viral load circulating in the community, protect others, and eventually prevent more mutations. Moreover, the pursuit of the maximization

of utility for the greatest number, as well as compliance with the Kantian categorical imperative, commanding respect for our own lives and health, but also for those of our fellow human beings, could also provide sufficient justification for sanctions against those who refuse to be vaccinated. Such sanctions amount to a form of indirect coercion, which is deemed necessary when positive incentives or simple “nudging” don’t work. Admittedly, they shouldn’t be excessive and could be determined according to principles of proportionality. People subjected to them wouldn’t be imprisoned or fired from their jobs, but could be suspended for the period of the crisis, or/and obliged by the government to pay fines. Anyway, the social benefit of severe but reasonable sanctions outweighs the cost of the limitations on the exercise of rights of those disobeying the law and endangering others and of the damage inflicted upon their interests. Still, their punishment should be always proportional to their offense and shouldn’t threaten their subsistence.

At this point, it may be observed that we should be careful in endorsing policies targeting people who resist the main effort to combat the pandemic through universal vaccination. We should be ready to acknowledge more or less fine distinctions among groups or individuals who refuse to be vaccinated for psychological or ideological reasons. Such reasons range from vaccine hesitancy, because of doubts about the effectiveness of vaccines, or fears of the risk of serious long-term side-effects, to active support for the anti-vaccine movement and to sometimes aggressive, militant action against health and political authorities.¹⁰ Thus, we may first want to try to cure them from their fears, or remedy their lack of trust in science, making sure adequate information is communicated in the proper way, but we have to admit that conspiracy theories and some forms of anti-systemic ideologies, embraced by the most extreme anti-vaxxers, and by virus negationists for that matter, are very difficult to deal with. In order to make their supporters change their views, one needs to resort to special psychological techniques and kinds of persuasion, and even these may fail (Uscinski 2019, McIntyre 2021). At the end

¹⁰ In fact, we could also draw on more general discussions of “conscientious objection to vaccination”, for various religious, moral and political reasons, which go back to the confrontation with anti-vaccine movements before the pandemic (Clarke, Giubilini & Walker 2017). Here, it should be noted that in Greece many anti-vaxxers and virus negationists have been encouraged by some conservative circles of the Orthodox Church, despite the official directives of the Archbishop and of the Holy Synod.

of the day, one may realize that it is futile to persist in the effort to overturn recalcitrant opinions of this kind and that recourse to coercive and punitive measures cannot be avoided.

However, when it comes to dilemma (b), which in Greece seemed to preoccupy a few doctors and health administrators, we are inclined to reject the first horn. The duty to try to provide public healthcare services to all those who need them, including emergency treatment in ICUs, however scarce or costly, even if the behavior of the patients has been irresponsible and reckless, is dictated by basic deontological principles of biomedical ethics, reinforced by empathy and compassion, which should normally override utilitarian considerations and would not permit any kind of cruel retributive measures. Discriminatory practices, involving differential treatment as a form of punishment, are not justified. In analogous cases, one wouldn't refuse or delay the treatment of cancer patients who are heavy smokers or drinkers, even though insurance companies may charge a much higher price to provide full coverage of their medical expenses.

Moving to dilemma (c) we realize that an adequate analysis of the alternatives it presents us with would require a lengthy attempt to adjudicate the thorny issues regarding freedom of expression that it raises. Here, we can simply highlight the difficulty to legislate and to enforce constraints on the right to free speech, in any full-fledged and well functioning liberal democracy, even with a view to protecting higher goods, such as the safety or health of the majority of the population. To be sure, it is not true that the exercise of this right knows no bounds. Nonetheless, we should hesitate to propose laws which ban in advance the favorable coverage, or the promotion of the views of anti-vaxxers, out of fear that they will turn out to be harmful. The expression of false and foolish claims against the safety or the efficiency of the vaccines, which we may regard as dangerous, or even of crazy conspiracy theories about their production and dissemination, should be tolerated and countered mainly, as much as possible, by effective scientific argumentation. Prohibitions and control of the use of the internet and of social media appear to be equally problematic, also for technical, apart from political reasons, although some form of regulation could eventually be attempted. Anyway, prior censorship would be very hard to justify and the first option should be rejected.

The last dilemma (d) in our list, would also necessitate a careful consideration of political concerns, insofar as its first horn entails the need to interfere in a more or less direct way in the operation of the free market, which allegedly plays an important role in the efficient production and distribution of most goods, including drugs and vaccines. It could be maintained that the spectacular success of scientists collaborating all over the world has been made possible by an unprecedented, joint and strenuous effort, which has been partly motivated and sustained by the pursuit of profit by individuals and by the companies for which they work (such as Pfizer, Moderna and Astra Zeneca). However, I am convinced that it would be worth trying to impose some limits on the unfettered commercialization of the products of medical research. Investment in such research and decisions about the production and distribution of its products shouldn't be regulated only by blind market forces. In fact, most researchers involved in the discovery of vaccines would certainly deny that profit was the main motivation driving their admirable work. Thus, I would opt for a version of the first horn for serious humanitarian reasons. In any case, I do believe it is a shame that the international community hasn't yet been able to provide vaccines to less wealthy, developing countries. It could also be argued that the reasons supporting this view are not just moral and humanitarian, but also prudential, because combating Covid-19 all over the world, would help avoid further mutations, which could spread also in wealthy countries. If such mutations were prevented or stopped at an early stage, everyone would benefit.

6. Applied philosophy for the pandemic

We can now go back to the questions we hinted at in the introduction of this paper and venture some answers. What have we learned about the pandemic and about the most effective practical ways to cope with it by resorting to philosophical reflection, more particularly to normative thinking, informed by moral and political philosophy? And conversely, what can we gather from our analysis about the applicability of philosophical concepts, principles and theories themselves and about their more general usefulness?

We have seen that the dilemmas presented above allow us to test our philosophical tools in the study of intuitions regarding apparently conflicting values and in the elaboration of arguments supporting particular decisions. Actually, the solutions proposed and endorsed in most cases in Western democracies, by liberal politicians, administrators, judges and, most importantly, by health professionals, reveal their commitment to the priority of the protection of life and health of all citizens over the maintenance and the growth of a well-functioning free economy. Thus, it is confirmed that deontological constraints imposing respect for basic rights and equal treatment of all, justify restrictive measures and trump utilitarian considerations. Consequentialist reasoning, leading to triage and similar practices in hospitals, is unavoidable in emergencies, when, due to extreme pressure and lack of resources, the health system is threatened by imminent collapse. Moreover, when it comes to legislating and enforcing policies of vaccination, indispensable for fighting the pandemic, measures of indirect coercion in the form of sanctions may have to be adopted, and certain liberties may have to be curtailed for some period and to some extent, always in conformity with a principle of proportionality, dictating moderation.

It is clear that the abstract concepts and the principles which we have marshalled in our attempt to justify the options we consider to be correct, help sustain our premisses and can be invoked in more or less lengthy argumentation deployed at some level in the context of legal and political debates. However, they are not particularly useful for people who haven't studied much philosophy, deliberating about what to do in particular circumstances, when they are obliged to make difficult practical decisions, often under pressure. It is at this point that we should pay attention to the traits of character of agents confronted by moral quandaries during the period which concerns us. We are thus led to draw on insights provided by virtue ethics, to which we haven't appealed in our analysis so far. It may turn out that we can't properly evaluate responses to the pandemic, without appreciating the role of certain virtues, and also of weaknesses and vices in determining attitudes and in guiding action.

Indeed, I would like to argue that the pandemic makes it possible to realize the importance of basic and traditional moral virtues, such as courage,

patience and perseverance, resilience, compassion and solidarity. These are clearly displayed in the admirable behavior of doctors, nurses and administrators, and of many of those with jobs necessary to feed, transport, educate, protect or cater to various needs of their fellow people, thus exposing themselves to a significant risk of contracting Covid-19. Here, it should be noted that intellectual or epistemic virtues also contribute significantly to coping with the many challenges we have had to face. It may suffice to think of the virtues of the scientists at the front line of biomedical research, who made possible the discovery, the testing and the fast production of vaccines, including ingenuity, assiduousness, openness of mind and collaborative spirit. Actually, their efforts exemplify the coordination of both epistemic and moral virtues characterizing the best researchers committed to the pursuit of truth, but also to humanistic values inspiring the will to serve their fellow human beings. Philosophy of science can learn a lot from the impressive successes, but also from the shortcomings and difficulties encountered in various practices, including applied research and science communication. Unfortunately, the latter was not particularly successful, at the time of the pandemic (Oswald, Lewiński, Greco, & Vilata, 2022). In fact, the understanding of the function of virtues, moral and epistemic, provide an additional justification of some of the solutions of dilemmas which we have tried to defend. Conversely, anti-vaxxers offer negative examples, making evident the price of the lack of prudential and moral virtues, and also the disastrous role of vices, such as selfishness, and, quite often, plain stupidity.

To be sure, I don't want to downplay the force of objections to the dominant conceptions of virtue ethics and I am not going to claim that the appeal to excellent, dispositional properties of human character can by itself lead to satisfactory solutions of the dilemmas examined in this paper. Still, the function of virtues in human behavior, even if it may be disputed by those who deny their psychological reality and their practical effectiveness, could be regarded as a supplementary hypothesis regarding the pursuit of right action, which does account for the steadfastness of moral thinking and acting and supplements the explanation of how normative principles can and do motivate (Virvidakis 2014a). Virtues (and vices) should not be excluded from any analysis of moral experience at the time of the pandemic, particularly insofar as

we are interested in understanding our responses to a series of crucial dilemmas.¹¹

7. Concluding remarks – suggestions for further discussion

At this point, we can sum up our tentative conclusions and perhaps engage in speculation about the prospects of the post-pandemic era. Despite the deaths, the ordeal and the ongoing suffering of so many people all over the world, some of the lessons we have learned during the past two years constitute a net gain for humanity, which must not be underestimated.

Philosophy has helped us improve our comprehension of the crisis and has cast light on the phenomenology of the painful experience we have had to endure, providing new insights into the human predicament. The conceptual tools it provides have been instrumental in the construction of convincing arguments for the defense of the positions we want to advance when we are faced with moral and political dilemmas, corroborating or questioning intuitions on one or another side. Not only academics and intellectuals, philosophers themselves and theologians, jurists, educators and journalists, but also governmental officials, scientists and health professionals serving in special committees, who draft and recommend policies to be implemented in order to deal with the challenges of the pandemic, draw on the resources of philosophical thinking, directly or indirectly. Thus, it would not be an exaggeration to say that what we have been going through has been an occasion for more intense and broad ranging philosophizing.

However, it should be acknowledged that the obvious lessons of the pandemic do not require much technical philosophical analysis.¹² The virtues displayed by people affected by the pandemic, in trying to cope with the various emergencies, to contain the spread of the virus and to take care of others, show humanity at its best. The successes of biomedical research and the

¹¹ I have dealt with a virtue-ethical approach to the pandemic in “Vertus épistémiques et vertus morales à l’épreuve de la pandémie”, forthcoming in a Festschrift for Claudine Tiercelin.

¹² There are already many books and articles developing more or less systematic reflection on the impact of the ongoing crisis, dwelling on the new scientific, technological, geopolitical and social prospects for the post-pandemic era, in particular countries and worldwide, which could be consulted in this context. (Boniface 2020, Le Goff 2020, Zakaria 2020, Renaut, A. & Lauvau 2021, Oswald, Lewiński, Greco & Vilata 2022).

advances of vaccine technology reveal the potential of good scientific practices, involving close collaboration of top specialists in various countries.

On the other hand, we must also learn from the failures of many supposedly advanced healthcare systems, due to inadequate planning and inefficient coordination (Sacks et al. 2022). Moreover, we should definitely improve channels and methods of communication among scientific experts, policy makers and the wider public, building trust in science through proper education and through the cultivation of rational thinking and of the epistemic virtues which sustain it. Finally, we can only deplore the inadequate responses of our democratic societies to moral imperatives of justice, which enjoin us to try to remedy inequalities among social groups and individuals, aggravated due to various factors at the time of the pandemic, and, last but not least, to cater for the needs of those beyond our borders, especially regarding the availability and fair distribution of effective vaccines.

All these concerns call for further interdisciplinary study and could constitute the object of more research and publications. Philosophy could and should play a critical guiding role in coordinating relevant discussions at various levels. We can close this article by expressing the conviction that it will keep contributing not only to the resolution of moral and political dilemmas, but also to the adjudication of a wide range of post-covid issues.¹³

Bibliography

AGAMBEN, g., nancy, j.l, ESPOSITO, r. **Philosophy and the Corona virus** (exchange of letters), <<https://www.lacan.com>> (accessed on 26/3/2022).

BONIFACE, p. **Géopolitique du Covid-19: Ce que nous révèle la crise du coronavirus**. Paris: Éditions Eyrolles. 2020.

BRATTON, b. **The Revenge of the Real. Politics for a Post-Pandemic World**. London and New York: Verso. 2021.

¹³ Earlier drafts of this paper have been presented at a FISP symposium in Copenhagen in December 2021, at the Volos Academy for Theological Studies in March 2022 and at the symposium on “Global Problems and Philosophy”, organized by FISP and the Korean Philosophical Association in Seoul in May 2022, while a version in French is forthcoming in *Diogène* (no 275). I would like to thank George Boutlas, Vasso Kindi, Philip Kitcher, Evangelos Protopapadakis and Alexios Stamatiadis-Bréhier, as well as the participants in the above events for their comments and remarks at various points of my argumentation. I have also drawn on Greek publications by Kindi and Protopapadakis regarding these issues.

BICHLER, m. “Human Rights in Times of COVID-19 and Climate Change”, in Brown, A, Carbon, Fr. *et al. Liber Memorialis. Re-imagining the Tower of Babel*. Transatlantic Dialogue 2020, Luxembourg: Université du Luxembourg, 20-24.

CLARKE, s., Giubilini, A., Walker, M.J. (2017) “Conscientious Objection to Vaccination”, *Bioethics* 31(3): 155-61 (doi: 10.1111/bioe.12326. Epub 2016 Dec 23).

DUPUY, j.-P. **La catastrophe ou la vie. Pensée par temps de pandémie**. Paris: Seuil. 2021.

FOREST, p. **L’Université en première ligne. À l’heure de la dictature numérique**. Paris: Éditions Gallimard. 2020

KANT, i. **Groundwork of the Metaphysics of Morals**, in Kant, I. **Practical Philosophy**, transl. and edit. by Mary Gregor, Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 37-131.

KYMLICKA, w. **Contemporary Political Philosophy**. Oxford and New York: Oxford University Press. 2002.

Le GOFF, j.-P. **La société malade**. Paris: Stock. 2021.

MCINTYRE, l. **How to Talk to a Science Denier**. Cambridge MA: The MIT Press. 2021

Oswald, s, LEWINSKI, m. GRECO, s. & VILATA, s. (eds.) **The Pandemic of Argumentation**. 2022. Springer, <<https://doi.org/10.1007/978-3-030-91017-4>>.

RACHELS, j. & RACHELS, s. **Elements of Moral Philosophy**. New York: McGraw-Hill. 2019.

RAWLS, j. **A Theory of Justice**. Revised Edition. Cambridge MA: Harvard University Press. 1999,

RENAUT, a. & LAUVAU, g. **Vulnérables. Une philosophie du risque**. Paris: PUF. 2021.

ROBERT, r. *et al.* “Ethical Dilemmas Due to the Covid-19 Pandemic”, **Ann. Intensive Care** 10:84, <<https://doi.org/10.1186/s13613-020-00702-7>>. 2020.

SACHS, j., *et al.* “The *Lancet* Commission on Lessons for the Future from the Covid-19 Pandemic”, **The Lancet Commissions**, vol.400, issue 10359, P1224-1280, October 8, 2022, Doi: <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)01585-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)01585-9)>.

USCINSKI, joseph (ed.) **Conspiracy Theories and the People Who Believe Them**. New York: Oxford University Press. 2019,

VELÁZQUEZ g., L. “The role of philosophy in the pandemic era”, **Bioethics Update**, 6(2): 92–100, <<https://doi.org/10.1016/j.bioet.2020.08.001>>. 2020.

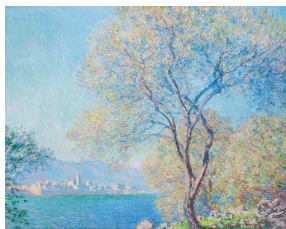
VIRVIDAKIS, s. **La robustesse du bien. Essai sur le réalisme moral**. Nîmes: Éditions Jacqueline Chambon. 1996.

VIRVIDAKIS, s. “Virtue Ethics in Perspective”, in B. Çotuksöken, G. Uygur, & H. Şimğa (eds.), **Ioanna Kuçuradi, Çağın Olayları Arasında. Among the Events of the Era**, Istanbul: Tarihçi Kitabevi, 2014, 447-468.

VIRVIDAKIS, s. “Living well and Having a Good Life: Interpreting the Distinction”, **Philosophical Inquiry** 38 (3-4). 2014b. 69-90.

VIRVIDAKIS, s. “Reflective Equilibrium”, in J. Wright (ed.), **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**, 2nd ed., vol. 20, Oxford: Elsevier. 2015. 77-91.

ZAKARIA, f. (2020) **Ten Lessons for a Post-Pandemic World**. New York: W.W. Norton & Company. 2020.



ARTIGOS – ARTICLES

On the Credibility of Religion¹

Paul Weingartner²

Universidade de Salzburg

paul.weingartner@plus.ac.at

Como citar este artigo: WINGARTNER, P. “On the Credibility of Religion”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 304-333. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa

Abstract: This paper proposes two criteria for the credibility of religion, where “religion” is understood as a belief system. We distinguish between scientific (SBS) and religious belief systems (RBS) and focus on them in this study, although we do not rule out others like metaphysical ones or world views. The criteria consist of two theses and two norms. The two theses defend the proposal that for every particular belief system there is an upper bound and a lower bound for the credibility of it. The upper bound (lower bound) is a threshold beyond (below) which a rational justification of this belief system is impossible. Norm 1 says that it should not be required that the degree of credibility of an RBS must be higher than that of any SBS, nor notably higher than the upper bound of some SBS. Norm 2 says that if it is required that the level required for the credibility of an SBS must be higher than or equal to the lower bound of it, then this must also be required for an RBS otherwise there are too few or weak reasons for its credibility. Unless both norms are fulfilled, a rational justification of the respective belief system is impossible. The norms are understood as methodological norms of the respective belief system.

Keywords: Credibility of religion. Scientific belief system. Religious belief system. Threshold for credibility. Degree of credibility.

Sobre a credibilidade da religião

Resumo: Este artigo propõe dois critérios para a credibilidade da religião, onde "religião" é entendida como um sistema de crenças. Distinguimos entre sistemas de crenças científicas (SBS) e religiosas (RBS) e nos concentramos

¹Acknowledgments: The author is indebted to the members of the 2020 Bergseminar for their valuable comments on a preliminary version of this article. Further thanks go to two referees and to Katherine Dormandy whose questions and suggestions led to clarification and completion.

² Professor titular emérito da Universidade de Salzburg (Áustria).

nelas neste estudo, embora não descartemos outras, como as metafísicas ou visões de mundo. Os critérios consistem em duas teses e duas normas. As duas teses defendem a proposta de que, para cada sistema de crença específico, há um limite superior e um limite inferior para sua credibilidade. O limite superior (limite inferior) é um limite além (abaixo) do qual uma justificativa racional desse sistema de crenças é impossível. A norma 1 diz que não se deve exigir que o grau de credibilidade de um RBS seja maior do que o de qualquer SBS, nem notavelmente maior do que o limite superior de algum SBS. A norma 2 diz que, se for exigido que o nível exigido para a credibilidade de um SBS seja maior ou igual ao limite inferior do mesmo, isso também deve ser exigido para um RBS, caso contrário, haverá poucos ou fracos motivos para sua credibilidade. A menos que ambas as normas sejam cumpridas, é impossível uma justificativa racional do respectivo sistema de crenças. As normas são entendidas como normas metodológicas do respectivo sistema de crenças.

Palavras-chave: Credibilidade da Religião. Sistema de crença científica. Limiar de credibilidade. Grau de credibilidade.

The purpose of this paper is to propose a criterion for the credibility of religion where religion is understood in this study as a religious belief system (RBS) (cf. 2.1 below). Such a criterion is understood as an instance of a more general criterion for the credibility of a belief system. In this study we focus on two different belief systems: scientific belief systems and religious belief systems. This is not to say that these two are the only ones. There may be metaphysical belief systems, belief systems concerning arts and belief systems as world views.

Examples of scientific belief systems: The belief systems of today's physics, biology, archeology, medicine, psychology, sociology, history (or smaller domains of them). Examples of religious belief systems: The belief systems of Judaism, Christianity or Islam; or smaller domains of it like the Christian Creed.

Observe that it is justified to talk of scientific belief systems: Most of what scientists "know" reflects their belief in their colleagues. What they genuinely know is relatively small in proportion to what they believe. Of course, they believe their colleagues in a rationally justified way, since they trust their results which are based on accepted norms of scientific methodology. In a scientific community, such as the Max Planck Institute or CERN, scientists

believe each other in a rationally justified sense. If the head of such a community tells a larger scientific community “We are quite sure of it”, it means: we have justified belief in the sense as described by Wittgenstein: “ ‘We are quite sure of it’ does not mean just that every single person is certain of it, but that we belong to a community which is bound together by science and education.”³ Wittgenstein’s description of credibility is very important for scientific teams but it must not be universalized. Important scientific beliefs can also be based on the results of single individuals as is shown by so-called “crucial experiments” or by the discoveries of many Nobel laureates.

Since the term ‘religion’ is ambiguous and refers to many divergent phenomena, it will be necessary to limit the reference for the present study. First we shall limit the reference to the great religions existing at present. Particularly we have in mind Judaism, Christianity, Islam, Buddhism, Hinduism, Confucianism. Second we understand these religions as religious belief systems (RBS). Third we give a wider (R1) and narrower (R2) characterization of the RBS of these religions.

R1 requires: (i) the belief in a supernatural spiritual power as a cause of the world (universe and cosmos) or (ii) the acceptance of moral norms for human behaviour and for one’s own sanctification concerning the life after death. In the first five religions both (i) and (ii) seem to be satisfied, in the last mainly (ii). R2 requires in addition (iii) written texts (scriptures), believed to be revealed, which contain the Creed and the Commands. In their oral tradition, before developing written texts, the above religions satisfied R1 only. At present they have texts.⁴

By the Creed of an RBS (representing a religion) we understand a selection of those propositions of a revealed text which one is required to believe in order to count as a member of that religion represented by the respective RBS. By the Commands of an RBS (representing a religion) we understand a selection of those moral norms of the revealed text which one must accept as obligatory in order to count as a member of that religion represented by the respective RBS. The profession of faith (Credo) and the

³ L. Wittgenstein, *On Certainty*. New York 1969, 298.

⁴ Cf. F. König (ed.) *Christus und die Religionen der Welt*, Wien 1951, Bd. III. H.v. Glasenapp, *Die nichtchristlichen Religionen*, Frankfurt 1957. S. Radhakrishnan, *Eastern Religions and Western Thought*, London 1937.

Ten Commandments plus the principle of charity are concentrated summaries of the Creed and the Commands of the Christian religion. For Judaism, the Creed is contained in the Torah, for Islam in the Koran.

In this study, we understand any belief systems (BS) as being based on some written text(s). This holds true for both SBS and for RBS in the sense of R2. It holds in a most definite sense for the three Abrahamic religions (Judaism, Christianity and Islam) but also for Buddhism (above all: Sutta-Pitaka), Hinduism (Veda) and Chinese religion as Confucianism (Lunyu). Worldviews can be, but need not to be based on a text. Beliefs which are only transmitted orally are excluded from the present consideration. Those BS which violate high-standard ethical or moral rules such as Greek or Roman myths are ruled out from RBS and are not considered here.

A further clarification is that the present article concentrates on the content of belief and on the reasons for the belief. It does not - at least not explicitly - concern the action of believing or the believer himself. Therefore the "second person perspective" and other non-propositional forms are not considered.⁵ We do not claim that the content of belief, i.e. what is believed, is propositional in all parts of an RBS but we assume that there is some essential part of every RBS in which the content is propositional (for norms see 2.1 below). In such parts, rational discourse about them is easier, since logic can be applied here.⁶ Denying the propositional structure of the content of RBS leads immediately to absurdities: The terms 'believer' and 'disbeliever' lose their meaning and cannot be distinguished if belief and disbelief is neither true nor false. No demarcation is possible for being a member of a certain religion if there is no Creed consisting of propositions. A related important question is whether the so-called literal sense (meaning) is propositional and how it is a base for the higher levels of spiritual meanings. This interesting question, approached already by Thomas Aquinas (after Origen and others) in article 10 of q1 of Summa Theologica, is beyond the scope of this essay.

⁵ For a study which concentrates on the credibility levels of speaker and hearer and their actions of believing see Jennifer Lackey, Norms of Credibility, *American Philosophical Quarterly* 54 (2017) 323 - 337. For the second person belief see: N.Eilan, *The Second Person*, New York, 2016. M.Pauen, *The Second Person Perspective*. *Inquiry* 55 (2012) 33-49.

⁶ Cf. J.M. Bochenski, *The Logic of Religion*, New York 1965, section 13

1. Criterion 1 for the Credibility of Religious Belief Systems

1.1. Upper Bound for the Credibility of a Belief System

Thesis 1: For every particular belief system concerning some domain there is an upper bound for the credibility of it. This upper bound is a threshold beyond which a rational justification of that belief system is impossible.

Example 1: Assume the belief system to be physics. Then the requirement that the degree of credibility be verification is beyond the upper bound. As is well-known, verification of universal physical laws is impossible. We cannot investigate all metals in the universe in order to verify that all metals, when heated, expand. We cannot verify $E=mc^2$; not only because most of the masses of the universe are not accessible to us but also because of the technical difficulties involved in converting mass into energy. On the other hand, corroboration by testing consequences of the laws is below the upper bound and is therefore a candidate for credibility.

Example 2: Assume the belief system to be any SBS of the empirical sciences (SBSE), i.e. sciences which use empirical tests (in the widest sense of “empirical”) to corroborate and confirm their hypotheses and laws. Both natural sciences (including medical sciences) and social sciences (including humanities, except philosophy and theology) belong to these sciences. If some SBSE contains denial of the existence of God, of the Incarnation or of supernatural objects in general, then the degree of credibility of such an SBSE is beyond its upper bound. This must be the case since it is impossible to prove this with empirical tests used by SBSE. Therefore a rational justification of the credibility of such an SBSE is impossible.⁷

Example 3: Assume the belief system to be one of the SBSE (see example 2). There is a wide range of certainty concerning both empirical test statements and scientific hypotheses and laws, ranging from a low degree of certainty to a very high degree. Nevertheless, absolute certainty or a final breakoff for further investigations does not exist in any of the SBSE. What exists is certain enough for the explanation of most of the known facts, for

⁷ According to Plantinga an example of such an SBSE is the strong version of methodological naturalism. A. Plantinga, *Where the Conflict Really Lies*. Oxford 2011, 173f.

today's welfare via science and technology, for further research etc. Therefore a requirement of absolute certainty is beyond the upper bound for the credibility of any SBSE. A rational justification of absolute certainty of the credibility of any SBSE is impossible.

From the scientific belief systems, we first select those of mathematics and physics, especially concerning the upper bound, for the following reason: The degree of credibility granted to mathematics (formal science) and to physics (empirical science) is higher than the one granted to other sciences. Today one could add chemistry and molecular biology. Therefore, if the degree of credibility required of them is too high for them, then it cannot be required from any other science or scientific belief system. Consequently it cannot be required of a religious belief system. Thus, other sciences like psychology or history will not be considered, concerning the upper bound of credibility. Concerning the lower bound, sciences like history, sociology or psychology are more suitable for consideration here, and further those parts of natural sciences which are not so well-confirmed as in cosmology or evolutionary theory.

1.2. Requirement for Religious Belief Systems

Methodological Norm 1: It should not be required that the degree d_r of credibility (CRD) for a particular religious belief system (RBS) must be higher than the degree d_s of CRD for any scientific belief system (SBS).

Since it cannot be required that the degree d_s of an SBS is higher than its upper bound (which would make a rational justification of an SBS impossible) then this cannot be required either of the degree d_r of CRD for any RBS. Therefore: If the requirement that the degree of CRD d_s of any chosen SBS be greater than d ($d_s > d$) leads to the impossibility of a rational justification of the SBS, then it is not (must not be) required that the degree of CRD d_r for any RBS is greater than d ($d_r > d$). This presupposes of course that a rational justification of an RBS is at least possible.

The degree of credibility can be measured quantitatively in different ways. One might use probability. This is suitable for the singular propositions of a BS but – as is well-known – leads to difficulties for universal propositions. Another way is verisimilitude and a third one is epistemic entropy and

epistemic information.⁸ We choose verisimilitude. The idea is due to Karl Popper⁹ and can be roughly explained as follows: BS1 is nearer to the truth (or has a higher degree of verisimilitude) than BS2 if BS1 has more true and less (or not more) false consequences than BS2. The consequence-class has to be restricted to relevant consequence-elements (without loss of information) in order to avoid some special difficulties concerning Popper's original definition.¹⁰

Examples of application: A requirement for the credibility which is beyond the upper bound (for example verification for a BS, cf. 1.1) presupposes a false assumption such that the BS plus this false assumption has a lower degree of verisimilitude than the BS plus a more modest assumption such as confirmation or corroboration. A consistent BS has more true relevant consequences, i.e. a higher degree of verisimilitude, than an inconsistent one (cf. 3.2). The three supporting results plus the Big Bang theory (cf. 4.1 (1)) have a higher degree of verisimilitude (more true and less or not more false consequences) than the Big Bang theory plus one support.

If a miracle of healing (Lourdes) is confirmed as supernatural (i.e. not explainable by natural causes) by several physicians, their reports will have more true (and not more false) consequences i.e., a higher degree of credibility, than the respective report of one physician. A founder of a religion (such as Christ) who both preaches and lives an ideal moral life, has a higher credibility than another one who preaches but does not obey the rules. This is the case because from the doctrine of the first plus the description of his behaviour more true and less false consequences follow than in the second case, where the doctrine is inconsistent with the behaviour which implies many false consequences. The description of an event (which is important for history and religion) described by several independent historians (provided they agree in more parts than those in which they differ and their main claim is true) has a higher degree of credibility than the description of one historian if from the

⁸ P. Weingartner, *Knowledge and Scientific and Religious Belief*, Berlin 2018, ch.5.

⁹ K. R. Popper, *Conjectures and Refutations*, London 1963, 391-397 and *Objective Knowledge*, Oxford 1972, 52-60.

¹⁰ G. Schurz / P. Weingartner, *Verisimilitude Defined by Relevant Consequence-Elements. A New Reconstruction of Popper's Original Idea*. In: Th. Kuipers (ed.) *What is Closer-to-the-Truth?* Amsterdam 1987, 47-77. P. Weingartner, *Basic Questions on Truth*, Dordrecht 2000, ch.9.

description of the former more true and not more false consequences follow than from the description of the latter, and similarly for other cases.

A criterion for the degree of security of “private revelations”, which can be interpreted as a kind of upper bound for their credibility, is due to Karl Rahner: “It is unreasonable, illogical and dangerous to require w.r.t. “private revelations” after Christ, concerning their divine causation, a degree of security which – if required of the fact of the Christian “public” revelation – would make a rational justification of the Christian revelation impossible”¹¹. We think that this criterion for the security is very reasonable for the question of the credibility of “private revelations”.

2. Basic Concepts Concerning Belief Systems

2.1. Belief System (BS)

A BS is a set of propositions, including norms which are believed by some community. The community might consist of scientists, of religious people, of philosophers, of physicians etc.

Since norms are included, they have to be translated into that-clauses in order to be true or false like propositions. For example: “That lying is forbidden, is true.”

2.2. Internal Inconsistency

If a proposition p belonging to BS is inconsistent with another proposition q belonging to BS then BS is internally inconsistent.

(1) Quine’s *Mathematical Logic* in its first edition (1940) was internally inconsistent. Quine writes in the preface of the revised edition (1951): “The prime mover of the most important revision was Rosser, who discovered,

¹¹ K. Rahner, *Visionen und Prophezeiungen*, Basel 1958, 23f. (My translation). It is unfortunate, though, that Rahner in the same book (p.81) formulates a criterion for the credibility of “private revelations” which contradicts the reasonable one above: “This principle must hold! Supernatural causation cannot be presupposed but has to be proved.” (“Es muss das Prinzip in Geltung bleiben: Übernatürliche Einwirkung ist nicht voraussetzen, sondern zu beweisen”). This requirement is beyond the upper bound of any RBS and consequently of the Christian revelation and of “private revelations” after Christ. Although Rahner does not say what he means by “proved” it is hard to interpret this in such a weak sense that the contradiction could be avoided.

shortly after the first edition appeared, that the axioms of class theory in the middle of the book were contradictory.”¹²

(2) Frege’s Grundgesetze der Arithmetik are internally inconsistent because of axiom 5. Frege writes in his Nachwort: “Einem wissenschaftlichen Schriftsteller kann kaum etwas Unerwünschteres begegnen, als dass ihm nach Vollendung einer Arbeit eine der Grundlagen seines Baues erschüttert wird. In diese Lage wurde ich durch einen Brief des Herrn Bertrand Russell versetzt ... Es handelt sich um mein Grundgesetz V [...] Herr Russell hat einen Widerspruch aufgefunden [...]“¹³

(3) The genealogical tree in Matthew 1:1-17 is inconsistent with the one in Luke 3:22- 34 (probably both trees are incomplete) such that the BS of these two gospels is internally inconsistent.

A common feature of these three examples is this: The inconsistency has not been used in such a way as to cause trouble. It occurs in an isolated way. “An inconsistency is not used to cause trouble” means that no (or only a few) further false statements have been derived from the inconsistency; since from a logical point of view (infinitely) many arbitrary false statements are derivable from a contradiction (ex falso quodlibet). In Quine’s work the inconsistency affected some theorems. Hao Wang gave a general device for repair.¹⁴ In Frege’s work Russell discovered a hidden, but a very general difficulty which forbids one direction of axiom 5, namely that every arbitrary function defines a class.

In Principia Mathematica, Russell and Whitehead gave a solution with their Type Theory and Zermelo gave another one with his Aussonderungsaxiom.¹⁵

The inconsistency of the two genealogical trees is isolated in the sense that it is never mentioned again in these or the other gospels nor in other parts of the New Testament (NT) and moreover, it does not affect any of the doctrines or commandments of the NT.

¹² W.v.O. Quine, *Mathematical Logic*. Cambridge 1951, IX.

¹³ G. Frege, *Grundgesetze der Arithmetik*. Vol. II. Reprinted, Darmstadt 1903/1962, 253. Axiom V is described in Vol I, § 20 and 47.

¹⁴ Quine, *Mathematical Logic*, 159.

¹⁵ E. Zermelo, *Untersuchungen über die Grundlagen der Mengenlehre I*, in: *Mathematische Annalen* 65 (1908), 261-281.

2.3. External Inconsistency

If a proposition p belonging to BS1 is inconsistent with another proposition q belonging to BS2 such that q is a well-established or well-corroborated scientific result, then BS1 is externally inconsistent.

Examples:

(1) Hegel's doctrine of a causal influence, namely that everything causally affects everything, is externally inconsistent with the Special Theory of Relativity according to which causal propagation cannot be faster than light velocity.

(2) Kant's doctrine that the real space of the universe is based on the apriori conditions of our mind which determine Euclidean Geometry is externally inconsistent with the following two theorems of Helmholtz:

H1 – If the measurement rod, freely movable in space, is rigid and sufficiently small then the geometry that is measured with such rods is Riemannian.

H2 – If the measurement rod, freely movable in space, is rigid and of finite extension then the geometry that is measured with such rods is Euclidean, elliptic or hyperbolic, i.e. of constant curvature.^{16 17}

That means, contra Kant, that the empirical properties of material bodies (measurement rods) and their size – when freely movable in space without losing rigidity – determine the geometry of the real (not ideal) physical space of the universe. This later became a consequence of the General Theory of Relativity.

(3) The metaphysical doctrine of Pantheism is externally inconsistent with some consequences of Quantum Mechanics. More accurately, the two assumptions that God is omniscient and that he belongs to the world (as a part of or identical with it) are incompatible. The reason is, that it can be rigorously proved that an “internal observer” of a quantum-mechanical system cannot know (observe) all states of this system. Therefore, if the system is the whole

¹⁶ H. Helmholtz, Über die Tatsachen, die der Geometrie zu Grunde liegen, in: Nachrichten der Königlichen Gesellschaft der Wissenschaften und der Georg-Augusts-Universität, Nr.9 (1868), 193-221.

¹⁷ P. Mittelstaedt / P. Weingartner, *Laws of Nature*. Berlin 2005, 54 ff.

world, then the “internal observer” as the pantheistic God cannot know all states of the world.^{18 19}

(4) The claim of some Creationists that humankind is only 6000 years old is externally inconsistent with well-established scientific results.

(5) The claim of many Creationists concerning the creation and development of the universe, i.e. that God does everything himself without willing to incorporate more or less perfect/imperfect creatures who contribute to the development of the Universe, is externally inconsistent with the scientifically well-established part of the theory of evolution.

(6) The global Theory of Evolution which claims that every fact of the universe emerged through evolution is externally inconsistent with the well-established fact that the fundamental laws and constants of nature could not have developed, since they could not have been different at some point in time. It is known that the fundamental constants of nature (mp/me , α , c , G , h) had to have these numerical values (or values very close to it), from the beginning since otherwise, no formation of galaxies, stars and the solar system would have been possible.^{20 21 22}

3. Application of Methodological Norm 1

3.1. Is it rationally justifiable to require internal consistency for the CRD of a BS?

The answer to this question depends very much on whether the whole of a comprehensive BS is involved (with the internal inconsistency) or only certain parts of it. First we consider the whole of certain BS.

(1) Take SBS to be the whole of mathematics; or take ZF-Set Theory or NBG-Set Theory from which a great part of the whole of mathematics can be deduced. Then to require a proof of internal consistency for the CRD of SBS

¹⁸ T. Breuer, The Impossibility of Accurate State Self-Measurement, in: Philosophy of Science 62 (1995), 197-214. T. Breuer, Subjective Decoherence in Quantum Measurements. Synthese 107 (1996) 1-17.

¹⁹ Mittelstaedt, The Interpretation of Quantum Mechanics and the Measurement Process. Cambridge 1998, section 5.3.

²⁰ J. Barrow / F. Tipler, The Anthropic Cosmological Principle. Oxford 1986, 31.

²¹ R. Penrose, The Road to Reality. New York 2005, ch. 27 and 28.

²² For the question of external inconsistency of religious belief see P. Weingartner, Knowledge and Scientific and Religious Belief. Berlin 2018, 126 - 132.

is beyond the upper bound; this follows from Gödel's second incompleteness theorem: a consistency proof of such an SBS is only possible in a system richer than SBS, the consistency of which is then again questionable.

(2) Take SBS to be the whole of physics. To then require internal consistency of the CRD of SBS goes beyond the upper bound (we may say, at least so far). In CM (Classical Mechanics) an object has a continuous trajectory and has identity over time. In QM (Quantum Mechanics) a QM-object does not have a continuous trajectory and is (as an individual object) not identifiable over time. Identity over time holds only for the kind of objects (electrons, neutrons, photons, protons, etc.) because of permutation invariance. In SR and GR (Special and General Relativity) continuity is preserved but identity through time is not because the essential properties of the objects like geometrical shape and mass (except charge) may change depending on movement. There are further well-known incompatibilities.²³

Observe that in the case of mathematics nobody knows whether the whole of mathematics is consistent. Therefore a proof of consistency could be required for the credibility. But such a requirement is beyond its upper bound (cf. (1) above). On the other hand in the case of physics no such proof needs to be considered, for several inconsistencies have been recognized over many decades.

(3) Take RBS to be the whole Christian Revelation documented in the canonical scriptures. According to the Catholic Church, the canonical scriptures are defined by the Synod of Rome (382) and the councils of Florence (1442) and Trent (1546) (cf. Denzinger D179, 180, 1335, 1502, 1503). These are scriptures of the Old and New Testament.²⁴

Should we require proof for the internal consistency of the whole Christian Revelation documented in the canonical scriptures of the Old and New Testament? It follows from (1) and (2) above, together with Norm 1, that this should not be required. Since the requirement for showing the internal consistency of the strongest scientific domains, mathematics and physics, goes

²³ P. Weingartner, Russell's Concepts "Name", "Existence" and "Unique Object of Reference" in the Light of Modern Physics, in: *The Journal of Bertrand Russell Studies* 27 (2007), 59-77, sections 6 and 7, and Mittelstadt / Weingartner, *Laws of Nature*, ch. 10 and 6.

²⁴ H. Denzinger, *Kompendium der Glaubensbekenntnisse und kirchlichen Lehrentscheidungen*, ed. P. Hünermann. 40. Aufl. Freiburg 2005.

beyond the upper bound of credibility it should not be required for a religious BS either.

3.2 Is it rationally justifiable to require internal consistency for the CRD of an essential part of a comprehensive BS?

We think that such a requirement is rationally justifiable and does not go beyond the upper bound for CRD of a comprehensive BS. This can be substantiated as follows: Gentzen proved the consistency of First Order Peano Arithmetic; the theory of real closed fields is consistent and decidable. Classical Mechanics (CM) is apparently internally consistent, although some hidden assumptions like universal time and simultaneity are externally inconsistent with SR. SR seems to be internally and externally consistent.

The internal consistency for the CRD of an essential part, also seems to be rationally justified for a religious belief system (RBS). An example of an essential component of an RBS is its “Creed”. The Creed of a religion is of such importance that a person can be called a member of a certain religion if s/he believes all the statements of the respective Creed.²⁵ As is clear from 2.1 we have to add the belief in the validity of norms, for example, the Ten Commandments. Since the Creed is of such importance for a religion – this holds, in particular, for Judaism, Christianity and Islam, because their Creed is based on written texts – it is rationally justified to require internal consistency of the respective Creed. This is the more so because it holds for the respective religion or RBS that the Creed should be believed (or it is obligatory that it be believed) by every member. Thus, the following statement seems to be valid:

If it is required that the Creed is believed then it is required that this Creed is internally consistent. Or: If the Creed should be believed then this Creed should be internally consistent. And since it holds for every religion that its Creed should be believed, it follows that the Creed should be internally consistent. The task of showing this consistency is certainly a task of the theology (if there is one) of the corresponding religion.²⁶ Armin Kreiner

²⁵ J.M. Bochenski, *The Logic of Religion*. New York 1965, ch. 3.3, 3.4 and 13.1.

²⁶ T. Aquinas, *ST - Summa Theologica*. Translation by Fathers of the English Dominican Province, Christian Classics. Westminster 1948, (reprinted 1981), I - II, 1,5 ad 2.

strongly defends the necessity for accepting the rules of internal consistency when speaking about God.²⁷

Concerning the Christian Creed, the incarnation of God the Son raises the question of the consistency of one person being God and man. Attempts to solve this difficulty are the Church Documents of the councils of Chalcedon (451) D300, D302 and Toledo (675) D534, D535 and Thomas Aquinas, ST III, q 2. Concerning the question of the consistency of propositions describing omnipotence, benevolence and evil, attempts at a solution have been made since Leibniz's theodicy. An important clarification is God's educational function, elaborated in Hick's "Evil and the God of Love" (London 1977) although this function is not new since it occurs frequently in the Old and New Testament. It can be shown that several attacks which claim an inconsistency here use arguments which contain logical fallacies or presuppose false premises about God.

Moreover, the consistency of axioms and theorems describing omnipotence, benevolence and evil can be proved by describing these three concepts in an axiomatic system of theodicy.²⁸

However, in some sense, every religious believer has the task of finding a consistent approach to the things s/he believes religiously and this holds true especially for the tenets of the respective Creed.

3.3 Is it rationally justifiable to require external consistency for the CRD of a BS?

External consistency with an independently established reliable scientific result can be accepted as a credibility requirement that is below its upper bound.

It follows from Norm 1 (last part): If the possibility of a rational justification of SBS implies the permission that the degree of CRD ds of any SBS is lower than the upper bound d then it is permitted that the CRD dr of RBS is also lower than d ($dr < d$).

²⁷ A. Kreiner, *Das wahre Antlitz Gottes*, Freiburg 2006, 186 – 195.

²⁸ Cf. Weingartner, *Theodicy*, Bern 2021, chs. 2,3 and 6. Cf. further J. Polkinghorne, *The Faith of a Physicist*, Minneapolis 1994 which is an interpretation of the Christian Creed. A. Plantinga, *God and other Minds*, Ithaca 1990, part II.

Examples of External Inconsistency

(1) Take SBS to be Classical Mechanics (CM). A hidden assumption of CM is that of the universal observer-invariance; that means that an observer can freely move in space having rigid measurement instruments (rods and clocks). This is externally inconsistent with Special Relativity and is refuted by the Hafele-Keating experiment with atomic clocks which proved time-dilatation (1972).

(2) Take the RBS to be the book of Wisdom. Verse 1:13 reads: “For God made not death, neither does he take pleasure in the destruction of the living.” This is externally inconsistent with the well-established scientific result that coming into being and passing away and dying out had existed and belonged to the universe for billions of years. However this inconsistency is resolved by looking at the preceding verse (Wis 1:12) which restricts this death to the death through sin: “Seek not death in the error of your life, neither procure the destruction by the works of your hands.” The mistake in quoting only Wis 1:13 is not trivial because it happens in the Catechism of the Catholic Church (CCC). There it leads to the wrong claim: “Death contradicts God’s decree” (CCC1008) which is a wrong extrapolation from death through sin to death in general and which is externally inconsistent with the well-established facts above and with the contingency of the creation in general. On the other hand, neither St. Paul (Rom 5:12) nor the respective Church Document (D1511) is in conflict with these facts.

(3) Take the RBS to be the description of God’s creation in Genesis (Gen 1). If any interpretation of this description is such that it excludes any kind of development and evolution then it is externally inconsistent with the results of contemporary science. However the text of Gen 1 firstly does not rule out that evolution is done by creation and secondly, that God created such creatures who themselves contribute to the development and evolution of the universe as expressed by Gödel: “God created things in such a way that they themselves can create something.”²⁹

(4) On the other hand, if someone by “evolution” understands a theory which rules out creation as not possible, then this theory exceeds its scientific

²⁹ K. Gödel MAX PHIL, 4 X. Cf. Thomas Aquinas (ST) I, 23, 8 ad 2. For more examples of that sort see Weingartner, Knowledge and Scientific and Religious Belief, section 9.3.4.

limits by containing parts which are not testable. That means their credibility is at the border or below its lower bound (cf. 4.1 below).

4. Criterion 2 for the Credibility of Religious Belief Systems

4.1. Lower Bound for the Credibility of a Belief-System

Thesis 2: For every particular BS concerning some domain there is a lower bound for the credibility of it. This lower bound is a threshold below which a rational justification of this BS is impossible or hardly possible.

Examples:

(1) Take the BS to be the cosmological theory of the Big Bang. This theory has three strong supporting results: The expansion of the universe, the singularity theorems of Hawking and Penrose and the discovery of the cosmic background radiation by Penzias and Wilson.^{30 31} Assume now that none of this information were true or available: The universe would be understood as static and not expanding (Einstein's original conjecture), no singularity theorem could be proved and the cosmic background radiation would not have been discovered or did not exist. Then the credibility of the Big Bang theory would be below its lower bound; a rational justification would hardly be possible.

The information about cosmic background radiation seems to be the most important of the three supporting results. Thus even in the absence of the other two, the Big Bang Theory would satisfy the lower bound for its credibility.

(2) Take the BS to be the Torah (the five books of Moses of the Old Testament). The second book of the Torah, the book "Exodus", describes the exodus of the people of Israel from Egypt (see Ex 12:17, 31; 13:8,14; 23:15). It probably happened during the government of Ramses II (1304-1237) although this date is not certain.³² This description has further support in other books of the Bible: first in the book of Leviticus (23:43) and Deuteronomy (6:20-23; 16:1; 26:5-10), which both belong to the Torah, and secondly in the Psalms (Ps

³⁰ S. Hawking / R. Penrose, The Singularities of Gravitational Collapse and Cosmology, in: Proceedings of the Royal Society A 314/1519 (1970), 529-548.

³¹ A. Penzias / R.W. Wilson, A Measurement of Excess Antenna Temperature at 4080 Mc/s, in: Astrophysical Journal 142 (1965), 419-421.

³² Cf. F. Kogler / R. Egger-Wenzel / M. Ernst, Herders Neues Bibellexikon (HNBL), Freiburg 2009, 196f.

78; 12:43, 51), in Joshua (4:23) and in Judges (8:23), all belonging to the Old Testament. Third, there is support in the New Testament, for example, Acts 7:6, 36. Heb 3:16; 8:9, Jude 5. It is presupposed that this support is the result of critical exegesis. Suppose now that, except for the description of the exodus in the book “Exodus”, there is no mention of this important historical fact in any other part of the Bible (Old and New Testament (cf.3.1(3) above)). Then the credibility of the exodus would be on the border of the lower bound or below it. A rational justification for such a disconnection from other parts of the Bible would hardly be possible.

(3) Take the BS to be the books of the New Testament. The resurrection of Christ is described or mentioned in most of them: in all four gospels (Mt 28:1ff. Mk 16:1ff. Lk 24:1 ff. Jn 20:1 ff.) in the Acts (Acts 2:24; Acts 10:41), 1 Peter 1:3 and in many letters of St. Paul (1 Cor 15:12 – 21; Rom 1:4; 4:24; Gal 1:1; Eph 1:20; Col 2:12; 1 Thess 1:10; Heb 13:20). As with respect to example 2, we presuppose that these numerous examples of support are the result of critical exegesis.³³ ³⁴ Imagine now that the resurrection of Christ had been described in just one gospel only or just in one letter of St. Paul and there had been no mention of it in other books of the New Testament. Then the credibility of the resurrection of Christ would be on the border of the lower bound or below it, similar to example 2. Moreover a rational justification for no mention of this decisive fact of Christian belief in other parts of the New Testament would hardly be possible.

That Christ’s resurrection is a decisive part of Christian belief and Christian revelation is clearly and unambiguously stressed by St. Paul: “If there is no resurrection of the dead, then not even Christ has been raised. And if Christ has not been raised our preaching is useless and so is your faith [...] But Christ has indeed been raised from the dead [...] .“ (1Cor 15:13-14, 20)

It might be objected that describing the Exodus or the resurrection of Christ in more than one book or gospel does not increase the degree of credibility. That this is not correct can be shown first by analogous examples from natural sciences and then by examples from social sciences, such as psychology and history.

³³ W. Kasper et al. , LThK Lexikon für Theologie und Kirche. Freiburg 2009, Vol I 1177ff.

³⁴ HNBL, 59-62.

From mathematics, it is known that if a difficult mathematical proof is made by a second mathematician, usually with another proof-method, then this offers serious support and increases the degree of credibility. If an important physical or chemical experiment is done by a second research team (or even by a single experimentalist) with the same result, but usually using another method – there are lots of such examples in physics and chemistry – then this is a strong support for the respective result and increases its degree of credibility.

The same is true in the human sciences. In psychology, an important new experiment like the False-Belief Test – even if done very carefully at the time of invention – gets a higher degree of credibility if it is done and confirmed by many others.³⁵ If historians find more historical sources (texts, documents etc.) for an important event in history then this increases the credibility. This is so even if the texts found describe the respective event differently or from a different point of view or with different presuppositions.

4.2 Requirement for Religious Belief Systems

Norm 2: If it is required that the degree d_s of CRD for any SBS is higher than or equal to the lower bound d ($d_s \geq d$) then it should also be required that the degree d_r of CRD for any RBS is higher than or equal to d ($d_r \geq d$).

Since it cannot be permitted that the degree d_s of SBS is lower than its lower bound (which would make a rational justification of SBS impossible) this cannot be permitted either of the degree d_r of CRD for any RBS. Therefore: If the permission that the degree d_s of CRD of any SBS is lower than d ($d_s < d$) leads to the impossibility of a rational justification of that SBS then it is not permitted that the degree d_r of CRD for any RBS is lower than d ($d_r < d$).

5. Application of Methodological Norm 2

The three examples in section 4.1. show that suitable support is necessary in order to satisfy Norm 2, i.e. to reach a degree of credibility for an SBS or an RBS that is higher than its lower bound. In example 1, the support

³⁵ H. Wimmer / J. Perner, Beliefs about beliefs: Representation and constraining function of wrong beliefs in young children's understanding of deception. *Cognition* 13 (1983) 103 – 128. Since 1983 the False- Belief Test has been done frequently with a variety of methods.

consists of both observational and theoretical results. In example 2 and 3, the support consists of the result of critical exegesis concerning the interpretation of biblical texts.

A first question concerning the lower bound of an RBS is the following: If an RBS presupposes supernatural spiritual power as a cause of the world (God) then is it necessary to prove the existence of it (God) or to give at least strong support for it in order to reach the lower bound of credibility? The answer to this question depends on two different goals. If the goal is to convince outsiders or unbelievers, then this might be a part of the support for reaching the lower bound in the view of an unbeliever. However its importance should not be overestimated. Even logically valid proofs³⁶ cannot force one to believe, since there are always some of the premises which are not evident enough. If the goal is to reach the lower bound by searching for further evidence for believers then the existence of God (OR) is usually presupposed, although the strength of belief may be too weak and may need further support. That the lower bound of credibility of RBS is essential for insiders and believers is often neglected.³⁷ Especially for theologians, philosophers or for religious and in general academically educated people it is very important to reach the lower bound of credibility of the RBS by continually searching for further reasons and evidence. We shall not dive into these problems any further because of scope problems and also because the existence of God is not the topic of this article.

5.1 Is it rationally justifiable to require proof, or at least support by observation, for the CRD of a BS?

Observation is understood here in a wide sense; it may be direct, indirect (with the help of instruments) or by planned experiment, always

³⁶ There are logically valid proofs of the Five Ways of Thomas Aquinas: Bochenski, *The Five Ways*. In: A.G. de la Sienna (ed.) *The Rationality of Theism*. (Proof of the 2nd way). Amsterdam 2000, 474-497. W. Löffler, *Logische Annäherungen an die quarta via des Thomas von Aquin*. In: F. Ricken, *Klassische Gottesbeweise in der Sicht der gegenwärtigen Logik und Wissenschaftstheorie*, Stuttgart 1998, 138-166. Weingartner, *God's Existence. Can it be Proven?* (Proof of ways 1,2,3,5) Heusenstamm 2010. Cf. Weingartner, *Theodicy*, 34-36. For Ontological Proofs see M. Szatkowski, *Ontological Proofs Today*, Frankfurt 2012. For a discussion of other reasons for the existence of God (without formal proofs) like "best explanation for the universe" see R. Swinburne, *The Existence of God*, Oxford 1979.

³⁷ For a justification see K. Dormandy, *Evidence – Seeking as an Expression of Faith*, *American Catholic Philosophical Quarterly* 92 (2018) 409-428.

including some kind of sense perception as a necessary component. We think that the answer to the above question is “Yes” for all BS and guarantees a degree of CRD higher than the lower bound.

It may be objected that mathematics, philosophy and theology are counterexamples. However, without seeing signs and hearing words and examining them, they are not possible. Observe that this is not trivial: To control a mathematical proof is possible only via the signs of the symbolic language of mathematics. In philosophy and theology, the arguments can be controlled only via the written text. That means that the respective sense perception needed is essential.

Proof or support by observation concerns singular or particular events happening in a restricted space-time region. This is obvious for BS of natural sciences; but history, sociology, psychology, linguistics etc. also use proof or support by observation.

Should we claim this also for RBS? And can this claim be satisfied? The answer is “Yes” for the claim. However, it will be “Yes” concerning the satisfaction of the claim only for some RBS.

It will be defended in section 5.2 below that the requirement for support by observation is satisfied by the Judeo-Christian Religion.

5.2 Support by Observation in the Judeo-Christian Religion Examples of different types of observation:

(1) Moses heard the voice: “I am who I am” (Ex 3:14).

(2) Abraham heard the voice: “Do not lay a hand on the boy” (Gen 22:12).

(3) Exodus: The manifold predictions and promises to free the people of Israel from Egypt probably were fulfilled during the government of Ramses II (1304 - 1237).

(4) Babylonian exile: Predicted by Jeremiah (25:1 f. 605) and came true in 586.

(5) “Doesn’t your teacher pay the temple tax?” “Yes he does”, Peter replied [...] [Jesus said]: “But so that we may not cause offense, go to the lake and throw out your line. Take the first fish you catch; open its mouth and you

will find a four-drachma coin. Take it and give it to them for my tax and yours”. (Mt 17:24, 27).

(6) “Thomas said to them: ‘Unless I see the nail marks in his hands and put my finger where the nails were, and put my hand into his side, I will not believe’ [...] A week later [...] Jesus came and [...] said to Thomas: ‘Put your finger here; see my hands. Reach out your hand and put it into my side. Stop doubting and believe.’” (Jn 20:25-27).

(7) “Today we [the six seers] waited for the Blessed Virgin in Vicka’s room. At exactly 6.30 (July 29, 1981), the Gospa came and greeted us. Praised be Jesus! (...) Jakov asked if we could embrace her. The Blessed Virgin said that we should approach and embrace her.”³⁸

(8) Miracle of the Sun (Oct. 13, 1917; Fatima). Predicted 3 times by Holy Mary (July 13, Aug. 19, Sept. 13). Before 12pm: ca. 70000 people came to look for the predicted miracle; heavy rain before 12pm, everybody was dripping wet. At 12pm the rain stopped. The sun broke through and started trembling and rotating; the surrounding objects on the square appeared in different colours. This lasted for around 10min, and after it everyone’s clothes were dry. Recorded by many witnesses (journalists, lawyers, med. doctors, theologians). Records also from up to 30km away.^{39 40 41}

(9) Lourdes: More than 6000 miraculous healings are registered in the medical bureau in Lourdes.

(10) Prediction of World War II: Fatima, July 13, 1917: “During the pontificate of Pius XI, when you see a night illuminated by an unknown light, know that this is the great sign given you by God”. This came true on Jan 25/26, 1938 (the light); March 12, 1938: Occupation of Austria; Sept, 1939: Attack on Poland.

(11) Prediction of the Balkan War: Medjugorje, Oct. 25, 1985 to the seer Mirjana. This came true on June 25, 1991 (exactly 10 years after the first apparition to the six seers June 25, 1981).

³⁸ R. Laurentin / R. Lejeune, Messages and Teachings of Mary at Medjugorje. Chronology of the Messages. The Riehle Foundation, Milford, Ohio 1988, 156.

³⁹ L. Gonzaga da Fonseca, Maria spricht zur Welt. Innsbruck 1953, 86ff.

⁴⁰ F. Michel de la Sainte Trinité, The Whole Truth About Fatima. Buffalo 1989, Vol I, ch. 10.

⁴¹ M. Hauke, Das Sonnenwunder von Fatima als Zeichen der Hoffnung, in: Theologisches 47 (2017), 7- 36.

(12) Prediction of Rwanda Genocide: Kibeho, Aug. 15, 1982 to the seers Alphonsine, Nathalie, Marie-Claire. This came true on April 6, 1994.

(13) The physicist Frank J. Tipler proposed methods to prove Christ's resurrection and ascension by observation: One has to look at the stones of the grave of Jesus (or at the place of ascension) for traces of high-energy neutrinos, since a repulsing neutrino-beam emerging from Christ could explain resurrection and ascension.⁴² We agree with Tipler that even miracles of religion (in addition to miracles of nature) do not violate the laws of nature.^{43 44} God who has created the laws of nature may use them to work miracles of religion. However, we think that an explanation of miracles of religion with the help of our knowledge of laws of nature will never lead to a sufficient or complete explanation; and this for two reasons. First, because our knowledge of the laws of nature is never complete and not in such a state that we can use it fully: If we could use the law $E = mc^2$ fully we would not have any energy problems since 1g of mass would give us 2.5×10^7 kilowatt-hours. Second, because in both scientific and religious belief, a serious incompleteness of an explanation is filled by a voluntary component for the assent. As long as it is belief, even the most reliable reasons and support are not sufficient for the belief being transferred into knowledge. Scientific belief can become knowledge by some kind of proof or by sufficient corroboration or confirmation in the case of universal hypotheses or laws. However, before the proof is established or the experiment has been carried out there may even be a strong voluntary component for the assent in a scientific hypothesis. This is evident from the biographies of famous scientists. Einstein's strong belief in the correctness of his General Theory of Relativity before the experimental proof of the light deviation caused by big masses (successfully carried out by the expedition of the Royal Society in South Africa) is a case in point: "Ich zweifle nicht mehr an der Richtigkeit des ganzen Systems, mag die Beobachtung der Sonnenfinsternis gelingen oder nicht." written in a letter to Besso from March 1914. The Theory of General Relativity was published 1916.

⁴² F. Tipler, *The Physics of Christianity*. New York 2007, ch. 8.

⁴³ Tipler, *The Physics of Christianity*, ch. 5.

⁴⁴ P. Weingartner, *An Axiomatic Study of God. A defence of the Rationality of Religion*. Berlin, 2021, section 6.3.7 for definitions of natural miracles and religious miracles.

The successful experimental proof happened on May 29, 1919 in South Africa where the eclipse allowed the famous astronomical observation.^{45 46}

5.3. The Credibility of cases (1)-(12)

Are the cases (1)-(12) meeting the lower bound of credibility?

The Scriptures (Old and New Testament) contain both religious and profane statements and norms.⁴⁷ This also holds true for the written texts of other religions. Examples of religious statements are Ex 3:14, Gen 22:12, Lk 24:6, etc. Religious norms are the Ten Commandments, the principle of charity, etc.

Examples of profane and non- religious statements are 1 Kings 1:1, Mk 7:3; for profane and for non- religious norms Gen 41:35f.

The class of statements which are both religious and profane is not empty and is very important. Most of the religious statements of the Old and New Testament have a profane (historical) component. In other words, both the religious and the historical component are intertwined. The problems of their intertwined relationship has been investigated by theology for centuries and cannot be the task of this short essay.⁴⁸ All the examples (1) – (12) of section 5.2 above have both a religious and a profane component; and the profane component is both historical and in a special sense observational. What is at stake here is the question of whether the situations described in (1) – (12) have a degree of credibility which is equal to or higher than the lower bound for the RBS of the Judeo-Christian Religion. This question can be answered as follows:

(a) Since all examples (1) – (12) of 5.2 have a historical component, the degree of their credibility must meet the lower-bound for credibility of historical sciences first. In all cases it holds that searching for further evidence is required, especially if doubts come up with respect to certain aspects, concerning both the historical and the religious component.⁴⁹

⁴⁵ M. Besso / A. Einstein, Albert Einstein – Michele Besso Correspondence 1903 – 1955. Paris 1972.

⁴⁶ A. Pais, *Subtle is the Lord*, Oxford 1982, § 16b.

⁴⁷ For this difference in religious discourse see Bochenski, *Logic of Religion* § 22-24.

⁴⁸ Cf. R.N. Nnamdi, *Offenbarung und Geschichte*, Frankfurt 1993.

⁴⁹ For details see K. Dormandy, *Evidence – Seeking as an Expression of Faith*, *American Catholic Philosophical Quarterly* 92 (2018) 409-428.

(b) The miracle of the sun (Fatima) and the miracles of healing (registered in the medical bureau in Lourdes) meet the historical lower bound easily, although first just as historical facts and then as scarcely having a natural explanation.

(c) The recent predictions of Holy Mary (10) – (12) are very well documented historically and therefore meet the historical lower bound.

(d) Concerning Exodus and the Babylonian exile, the events themselves have a high degree of historical certainty.⁵⁰ The exact dates of the route (there are 3 possibilities) of the Exodus are uncertain, the dates of the Babylonian exile are more certain. The fact that an event certainly occurred, but not the exact date, happens frequently in history.

An example is Luther's public announcement of his theses.⁵¹

(e) In cases of Thomas (6) and the six seers (7) the historical event is a bodily touch. The degree of credibility in (7) is historical certainty, since all the six seers are alive (born between 1964 and 1971, all are married and have children). They are still interviewed and can be questioned.

(f) The events (1), (2), (5) and (6) are known as reported in the Bible and as critically commented upon by exegetical research. In these cases, the historical sources are not sufficient to speak of enough historical evidence or enough historical knowledge. Therefore, the degree of credibility concerning the historical component of these events may be below its lower bound. Does it follow from this that a rational justification of these events is impossible?

It does if there are no other reasons or any evidence except the historical ones. But there are other reasons. These reasons concern the religious component of these events. As Inwagen puts it: "While I would agree with them [the enemies of Christianity] that it is impossible to demonstrate on historical grounds that, for example, Jesus was at some time dead and was later alive, I see no merit in the thesis that the only grounds that could warrant assent to that proposition are grounds of the kind that historians recognize."⁵²

⁵⁰ Cf. HNBL, 196-198 and 68-69.

⁵¹ Cf. E. Iserloh, *Luther's Thesenanschlag. Tatsache oder Legende?* Wiesbaden 1962.

⁵² P.v. Inwagen, *God, Knowledge, and Mystery*. Ithaca 1995, 182. We do not agree, however, with Inwagen's second condition for the New Testament narratives to be historically reliable: (ii) "any false statements about what Jesus said and did that the narratives may contain will do no harm to those users of the New Testament who accept them as true because they occur in the New Testament." (Ibid.p.172). Although we agree that for some or other statement (of the New Testament) it would not do harm if that statement were not there, this does not hold for

We may divide the reasons beyond the historical reasons into non-transcendental and transcendental.⁵³ These reasons concern Christian faith in general, including the examples (1), (2), (5) and (6). Non-transcendental reasons are: The world as a sign for a creator (according to Rom 1:20); the text of the Old and New Testament (or particular books or gospels) in which special parts are embedded; the norms for life and activity which have high ethical standard; the reportedly high ethical standard of Jesus etc. Transcendental reasons are: The text is revealed; the religious leader, Jesus, is sent by God; he is an epistemic and deontic authority⁵⁴; he can perform miracles; man's goal of happiness cannot be reached without religious belief etc. This is not the place to enter into the complex question of to what extent some particular examples of these facts can function as additional evidence for raising the degree of credibility of the Christian RBS. However theology has the task of defending the position that these facts – forming a whole religious background – are sufficient to raise the degree of credibility of the Christian RBS to become equal to or higher than the lower bound for RBS.

5.4. The Voluntary Component - Necessary for Religious Belief

In contradistinction to scientific belief, religious belief cannot become knowledge in this life, only in the next life, or at the earliest in the process of death. This is the case for normal religious people. There are, of course, exceptions, such as the prophets of the Old Testament, the apostles and disciples of Jesus Christ, Holy Mary, several saints and people who received special apparitions like the children in La Salette, Lourdes, Fatima and the youngsters in Medjugorje and Kibeho.

Plantinga and Torrance think that religious belief can become genuine knowledge even for normal religious people. We don't think that this is correct. One reason is that religious belief (for normal religious people) is – like

“any” statement, otherwise this condition leads to immunisation concerning critical exegesis. Moreover no statement of the CREDO (a concentrated form of the Christian Creed) can be missing without serious harm. However this is not the place to go into this complex topic. For other claims of Inwagen about chance and God's plan see Weingartner, *Nature's Teleological Order and God's Providence*. Berlin 2015, p.104f. and 116.

⁵³ See again Dormandy, *Evidence – Seeking and Weingartner, Knowledge and Scientific and Religious Belief*, ch. 10.

⁵⁴ Cf. Bochenski, *Analysis of Authority*. In: Bochenski, *The Logic of Religion* §50. K. Dormandy, *Epistemic Authority: Preemption or Proper Basing?* *Erkenntnis* 83 (2018) 773-791.

scientific belief – knowledge- exclusive: if one religiously believes that p then one does not (or not yet) know that p. “Not yet” means for science “perhaps later” and for religion “in the life after death” (1Cor 13:12). Another reason is the neglect of the voluntary component, i.e. the idea that the strong warrant can be reached by rational reasons of our cognitive faculties alone. There are similar views to those of Plantinga and Torrance in what is called Reformed Epistemology. Alston’s “Perceiving God” is a spiritual awareness and has a high degree of security for the person involved, although it is not knowledge according to Alston. His main point is that Christian Mystical Perceptual Doxastic Practice is rationally engaged since it is a socially established doxastic practice and therefore a reliably justified belief (p.2 and 194). However, this is not the place to go into that.⁵⁵

Without such exceptional situations of insight or illumination by God’s grace, the voluntary component in religious belief is decisive. For times of temptation and at the beginning this holds true even for the apostles, for saints and for the seers. The importance of the voluntary component is stressed appropriately by Thomas Aquinas: “Now the intellect assents to a thing in two ways. First, through being moved by assent by its very object, which is known either by itself as in the case of first principles which are held by the habit of understanding, or through something else already known as in the case of conclusions which are held by the habit of science. Secondly, the intellect assents to something, not through being sufficiently moved to this assent by the proper object, but through an act of choice, whereby it turns voluntarily to one side rather than to the other: and if this be accompanied by doubt and fear of the opposite side, there will be opinion, while, if there be certainty and no fear of the other side, there will be faith.”⁵⁶ We agree with Thomas Aquinas that the voluntary component is essential for religious belief.⁵⁷

⁵⁵ A. Plantinga, *Warranted Christian Belief*, Oxford 2000, 256. T.F. Torrance, *Theological Science*, Oxford 1969, 12. For a critical discussion of the views of Reformed Epistemology see W. Löffler, *Einführung in die Religionsphilosophie*, Darmstadt 2006, 87-97. For a criticism of Plantinga’s and Torrance’s views with regard to God’s existence see Weingartner, *Knowledge and Scientific and Religious Belief*, ch.12 and Weingartner (ed.) *Scientific and Religious Belief*, Dordrecht 1994. For verification after death see Hick, *Theology and Verification*, *Theology Today* 17 (1960) 12-31. W.P. Alston, *Perceiving God*, Ithaca 1991.

⁵⁶ Aquinas, *ST - Summa Theologica*, II - II, 1,4.

⁵⁷ For details on the voluntary component see cf. Weingartner, *Knowledge and Scientific Religious Belief*, ch.11.

5.5 Is it rationally justifiable to require corroboration or confirmation by testing consequences for the CRD of a BS?

Since belief in hypotheses and laws is an essential part of SBS, corroboration and confirmation are necessary because universal hypotheses or laws cannot be verified. Should we also require this for RBS in order to achieve a degree of credibility higher than the lower bound? And can this claim be satisfied?

Some religious believers will answer the second question with “Yes“, because the belief will be confirmed in the next life (after death). However, the position defended here is that both questions can be answered with “Yes” despite referring to this life here and now.

We know from science that corroboration and confirmation are concerned with universal hypotheses and laws. Accordingly, we have to look for universal statements or principles of RBS. They can be of two sorts: Universal statements describing facts and universal norms prescribing facts. It is difficult to find good examples of the first sort in the scriptures (Old and New Testament). Most of the factual statements describe concrete actions of people or concrete events. On the other hand, there are many examples of universal norms: The Ten Commandments, the Golden Rule, the Principle of Charity.

5.6 How can a universal norm be tested in order to be confirmed or disconfirmed? There are several possibilities:

1. By testing whether its consequences agree with the judgement of one’s conscience or that of many people.
2. By testing whether its consequences satisfy basic values.
3. By trying out the two ways given to man for free choice.

Ad.1 Conscience

Assumption: An empirical basis of natural right is that “the requirements of the law are written on their hearts, their consciences also bearing witness.” (Rom 2:15). Example: The consequence “person x should not lie to person y (at place s and time t)” of the universal norm

(commandment) “You should not lie” is confirmed by the conscience of person x and similarly with other universal norms.

The judgement of conscience presupposes and uses both, some evident conceptual principles and some evident action principles. Examples of the first are: What is obligatory is permitted or what is permitted is not forbidden (these are also valid in every system of Deontic Logic or of Jurisprudence). Examples of the second one are: If person a honors person b then a does not rob b or if person a loves person b then a does not betray b. It can be shown that the commandments 4-10 of the Ten Commandments (Ex 20:2-17. Deut 5:6-21) follow logically from the principle of charity, provided such evident action principles are presupposed.⁵⁸

Ad. 2 Basic Values

Assumption: Survival (life) and health are basic values of all living organisms. Survival (life), health, living in a society and in peace, increasing one’s knowledge according to abilities and interests, giving and receiving love are basic values of all human beings. The fulfilment of such basic values by some member of a human society is certainly bound to rules which forbid members to hinder the satisfaction of basic values of other members of the society. This means that the achievement of such basic values has to be legitimate in this sense.

Examples of general principles satisfying basic values: “Love your neighbor as yourself.” (Lev 19:18; Mt 22:39; Gal 5:14). “So, in everything, do to others what you would have them do to you.” (Mt 7:12; Lk 6:31).

Concrete actions which obey these universal principles satisfy basic values and in this sense confirm these principles.

Ad. 3 Trying out the two ways

“If you choose, you can keep the commandments, and to act faithfully is a matter of your choice [...] Before each person are life and death and whichever one chooses will be given.” (Sir 15:15,17). The two ways are described by St. Paul:

⁵⁸ P. Weingartner, *Logisch-Philosophische Untersuchungen zu Werten und Normen*. Bern 1996, ch. 9.

“The acts of flesh are obvious: Sexual immorality, [...] , idolatry, witchcraft, hatred, discord, jealousy [...] selfish ambition, dissensions, envy, drunkenness etc. [...] The fruit of the spirit is love, joy, peace, forbearance, kindness, goodness, faithfulness, gentleness and self-control.” (Gal 5:19-25).

Trying out one way will show whether it agrees or disagrees with the judgment of one’s own conscience, or whether it violates or supports basic values. In this sense the second way is confirmed by conscience and basic values.

6. The Question of Circularity

6.1 There is some difficulty from which all RBS seem to suffer. One important criterion used for keeping the degree of CRD for RBS above the lower bound, is that the text is revealed by God. However that this text is revealed by God is said only by this very text itself and is not guaranteed by some external source. Thus, there is no ultimate external resource that can provide an absolute justification for the RBS as based on a text as revealed. When it is said that Moses or the apostles have been witnesses and provided proof by observation (hearing the voice of God or seeing and hearing Christ) then the problem is that we know this only from that very text which should be made credible by Moses or by the Apostles. It seems that this kind of circularity cannot be avoided.

6.2. It is an interesting fact, however, that this kind of circularity has a striking analogy in Science. An example is the experimental tests for corroborating or confirming the Special Theory of Relativity. The underlying methodological assumptions are these:

(i) Physical measurement instruments (rods and clocks) are real physical objects, not ideal entities.

(ii) Because of (i) they have to obey physical laws. But which ones? According to the Copenhagen-Interpretation, the quantum-mechanical phenomena have to be measured by a measurement instrument “outside” of the QM-System which obeys the laws of Classical Mechanics. Einstein refused this view for both, his Theory of Relativity and for Quantum Mechanics. Therefore he required (iii).

(iii) The measurement instruments (rods and clocks) applied to test the Special Theory of Relativity (SR) have to obey the laws of SR:

It is plain that assumption (iii) leads to a kind of circularity: The measurement instruments which are used to test SR presuppose and obey the laws of SR since they are real physical objects and not idealized independent measures.⁵⁹

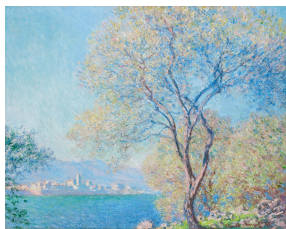
Does this mean that such a test is unreliable? As the facts show, this is not the case and moreover reveals that this is the only way to test predictions of SR, i.e. time- dilatation (tested by Hafele and Keating⁶⁰) and mass-increase (tested by particle accelerators).

6.3 The situation in both cases of circularity is this: The test for the confirmation of SR or RBS is made by either instruments ruled by SR or events described by RBS, in neither case independent of SR or RBS respectively. In general such a situation reveals a fact which we have learned from the Theory of Relativity: We cannot have an ultimate external measurement apparatus outside and separated from the physical system to be measured by it.

Similarly, there is no external and absolute last resort, available to us now, and independent of RBS, which could be used to confirm RBS. Every test of SBS or of RBS is relative in this sense without being unreliable.

⁵⁹ For a hermeneutic and an epistemological circularity see Polkinghorne, *The Faith of a Physicist*, p.32.

⁶⁰ J.C. Hafele / R.E. Keating, *Around the World Atomic Clocks*, in: *Science* 177 (1972), 166-170



ARTIGOS – ARTICLES

**Nova ordem mundial:
oportunidades e desafios para a Lusofonia**

Aurobindo Xavier¹

Sociedade Lusófona de Goa (Índia)
info@lusophonegoa.org

Como citar este artigo: XAVIER, A. “Nova ordem mundial: oportunidades e desafios para a Lusofonia”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, n°15, pp. 334-374. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa

Resumo: Neste trabalho é abordada primeiro a nova ordem mundial emergente sob perspectiva histórica, levando em consideração as duas Grandes Guerras, o consequente multilateralismo, o surgimento do mundo bipolar pós segunda Grande guerra e a Ascensão e declínio do Mundo Unipolar sob a Hegemonia dos EUA. Seguidamente é descrita a força política e económica da China e da Rússia, os novos global players que dominarão a estruturação da nova ordem mundial juntamente com os EUA. Neste contexto é focada a possível influência da China e da Rússia nos países lusófonos, especialmente os situados na África e no Brasil. No final discute-se até que ponto a lusofonia pode e deve tornar-se um poder global, e a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) como expressão desse poder, deve enquadrar-se na nova ordem mundial. Os pressupostos desse enquadramento são discutidos e exigem, para além de uma unidade muito forte dos países lusófonos, uma estratégia de política externa para articular e traduzir a força lusófona numa abordagem integrada e fazer fluir sua força económica e institucional em uma nova política mundial.

Palavras-chave: Lusofonia. Relações Internacionais. Nova ordem mundial. Geopolítica.

¹ Aurobindo Xavier nasceu em Goa/Índia (Índia Portuguesa até 1961), vive alternadamente em Goa/Índia, Portugal e na Alemanha. Estudou Geociências em Coimbra, Colónia e Munique. Formou-se na Ludwig-Maximilians-Universität de Munique (Alemanha) e doutorou-se na Universidade Técnica de Munique (Alemanha). Trabalhou em Centros de Investigação e foi professor universitário, em Munique (Ludwig-Maximilians-Universität München), Rio de Janeiro (CENPES - Centro de Pesquisas Leopoldo Américo Miguez de Mello /PETROBRAS) e Lisboa (Universidade Técnica de Lisboa). Presentemente, Professor Universitário aposentado, dedica-se ao estudo da geopolítica nas relações lusófonas. Foi fundador e é o atual presidente da Sociedade Lusófona de Goa (Índia).

New world order: opportunities and challenges for Lusophony

Abstract: In this work, the emerging new world order is first approached from a historical perspective, taking into account the two World Wars, the consequent multilateralism, the emergence of the bipolar world after World War II and the Rise and decline of the Unipolar World under US Hegemony. Next, the political and economic strength of China and Russia, the new global players that will dominate the structuring of the new world order together with the USA, is described. In this context, the possible influence of China and Russia in Portuguese-speaking countries, especially those located in Africa and Brazil, is focused. In the end, it is discussed to what extent Lusophony can and should become a global power, and the CPLP (Community of Portuguese-Speaking Countries) as an expression of this power, must fit into the new world order. The assumptions of this framework are discussed and require, in addition to a very strong unity of Portuguese-speaking countries, a foreign policy strategy to articulate and translate the Portuguese-speaking force into an integrated approach and make its economic and institutional force flow into a new world policy.

Keywords: Lusophony. International Relations. New world order, Geopolitics.

A Nova ordem mundial emergente sob perspectiva histórica

Para melhor se compreender a atual ordem ou melhor a desordem mundial e para perspetivar o próximo futuro da nova ordem mundial nada melhor do que aprofundar um pouco na raiz histórica da atual ordem mundial.

Entre meados do século XVI e meados do século XVII e finalmente com a Guerra dos Trinta Anos na Europa, que terminou em 1648 com a Paz de Vestfália, verificou-se a transição do anterior direito medieval, orientado para a pessoa, para um direito orientado para o território (Bring, Ove. 2000). Assim terminou a concepção medieval de uma sociedade de estados que era organizada hierarquicamente e, portanto, com base na desigualdade e a Paz de Westfália reconheceu a igualdade dos Estados como um princípio do direito internacional moderno e a não ingerência na sua política interna. Mas segundo SNYMAN-FERREIRA, M. P. (2006) essa não ingerência pode ser considerada atualmente como limitada pela internacionalização e universalização da Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pelas ONU.

As Grande Guerras: de Multilateralismo para o Mundo unipolar

Ainda antes de ter sido assinado o armistício a 11 de novembro de 1918, que pôs fim aos combates na frente ocidental da Primeira Guerra Mundial, o presidente dos EUA Woodrow Wilson defendia o multilateralismo inclusivo. No seu famoso discurso de "Catorze Pontos" a 8 de janeiro de 1918, ele expôs uma visão de uma ordem internacional pacífica no qual dizia que todos os Estados devem desarmar grande parte de seus militares e firmar no futuro acordos diplomáticos com outros parceiros. E previa ainda que os povos europeus deveriam ter direito à autodeterminação e ao livre comércio econômico, o que significava na prática o desmantelamento dos impérios europeus e da criação de novos Estados (THE FOURTEEN Points).

A assinatura do Tratado de Versalhes em 28 de junho de 1919 que encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial, difundia implicitamente a ideia do multilateralismo de Woodrow Wilson. É verdade que o Tratado terminou formalmente com a Primeira Guerra Mundial mas ao mesmo tempo, lançou as bases para a Segunda Guerra Mundial. Mal imaginava Woodrow que ele tinha deixado o gênio do nacionalismo sair da lâmpada. É que os políticos alemães aproveitaram-se do tratado para um ponto de encontro nacionalista contribuindo para a ascensão de Hitler e a sua tomada de poder em 1933. A nova organização intergovernamental, a chamada “Sociedade de Nações” ou Liga das Nações que entretanto havia sido criada a 28 de junho de 1919 (FOSDICK, Raymond B. 2020) e extinta a 20 de abril de 1946, também inspirada na ideia de Woodrow, foi incapaz de impedir as agressões territoriais do Japão, da Itália e da Alemanha na década de 1930. O início de uma segunda guerra mundial devastadora, com cerca de 15 milhões de militares mortos e cerca de 45 milhões de civis mortos e mais cerca de 50 milhões de civis mortos na China, viu o sonho de Woodrow de multilateralismo inclusivo completamente destruído (WORLDWIDE Deaths).

Hoje, o Tratado de Versalhes persiste como um estudo de caso em como consequências involuntárias podem destruir as melhores das boas intenções de um multilateralismo (RUGGIE, John Gerard. 1992).

O Mundo bipolar pós segunda Grande guerra

A Segunda Guerra Mundial significou um corte profundo nas relações internacionais. As mudanças não apenas levaram ao esmagamento do poder da Alemanha e da Itália na Europa e do Japão no Extremo Oriente, mas também ao fim da era europeia na política mundial. A divisão da Europa foi efetuada de 28 de novembro a 2 de dezembro de 1943, na Conferência de Teerã. Foi a primeira reunião de cúpula entre Winston Churchill, Joseph Stalin e Franklin D. Roosevelt onde foram estabelecidas as principais diretrizes para a política internacional do pós-guerra. Os líderes discutiram o destino da Alemanha e seu possível desmembramento, bem como a organização do mundo após a guerra (LAUFER, Jochen. 2009). A consequência dessa reunião foi a divisão do mundo em dois hemisférios de poder, criando assim um mundo bipolar com o que abriram-se as portas para a crescente influência mundial dos EUA e da União Soviética que se tornaram superpotências e que até então eram consideradas potências marginais na política internacional. Os EUA e a União Soviética substituíram assim as grandes potências europeias clássicas preenchendo o vácuo político na Europa (CVCE. EU. 2022).

Do lado ocidental, os EUA governavam com democracia e capitalismo, no leste a União Soviética dominava com o socialismo e uma economia planificada (KASIANOV, Georgy. 2018). Essa ordem mundial bipolar durou de 1945 até 1990, ano em que ocorreu o colapso e a subsequente autodissolução da União Soviética, através do término do Tratado da União de 1922 e a fundação da "Comunidade de Estados Independentes (SULLIVAN, Charles. J. 2015). Mas recorde-se que essa época bipolar foi também particularmente importante para as lutas pela independência de várias colônias europeias na África e na Ásia. Foi quando surgiram muitos dos países lusófonos em África, e a Índia, uma colônia inglesa, tornou-se independente (DECOLONIZATION of Asia).

Depois de 1990: Ascensão e declínio do Mundo unipolar sob a hegemonia dos EUA

Imediatamente após o término do conflito Leste-Oeste, todos os potenciais rivais dos EUA que almejavam um papel de liderança na política internacional, a UE, China e Rússia, estavam economicamente e/ou militarmente fracos demais para serem capazes de contrabalançar Washington. Assim começava em 1991 uma ordem mundial unipolar sob a hegemonia dos EUA, que durou sensivelmente até os inícios deste século, e que muitos eufemisticamente denominam de globalização, onde a ordem internacional liberal e a globalização evoluíram lado a lado.

Agora tudo leva a crer que o momento unipolar sob a hegemonia dos EUA está em ocaso. Desde a eclosão da crise financeira internacional em 2008, a questão de saber se os Estados Unidos estão em declínio surgiu na China e em outros países e até nos EUA, onde se acredita que esse declínio é irreversível e que o mundo está entrando em uma era pós-americana (SONGCHUAN, Chen. 2011). A mudança no ambiente internacional, o comportamento da política externa dos EUA após o 11 de setembro e os desenvolvimentos na própria América podem ter também contribuído para esse declínio (WILLIAM A. G. 2021). Mas paralelamente ocorreu um rápido desenvolvimento econômico de muitos países emergentes, com o que a vantagem do poder dos EUA foi-se reduzindo gradualmente. Assim por exemplo, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, os países que constituem o agrupamento chamado BRICS, apresentaram todos altas taxas de crescimento econômico. E embora eles também tenham sido abalados pela turbulência da crise financeira internacional em 2008/2009, conseguiram recuperar rapidamente, em contraste com a maioria das nações industrializadas. Em tempos recentes de fragilidade econômica nos países industrializados, os países do BRICS até parecem ter desempenhado um papel decisivo para a estabilização da economia mundial (SCHROOTEN, Mechthild. 2011). O aumento da prosperidade econômica permitiu também que esses países em desenvolvimento aumentassem seus orçamentos de defesa e expandissem sua influência internacional. Assim mais cedo ou mais tarde, esses

desenvolvimentos teriam minado de qualquer maneira a posição unipolar dos EUA.

Mesmo nos EUA as questões de política econômica e social no âmbito da política doméstica passaram para o centro dos debates em Washington, enquanto a política externa e de segurança tornou-se menos relevante. As longas e custosas guerras erodiram o consenso doméstico norte-americano para uma política externa ativa. Pela primeira vez em pesquisas de quase 40 anos, em 2013 a maioria (53%) dos norte-americanos diz que os Estados Unidos desempenham um papel menos importante e poderoso como líder mundial do que há uma década. A parcela que diz que os EUA são menos poderosos aumentou 12 pontos desde 2009 e mais que dobrou de apenas 20% desde 2004 (PUBLIC SEES U.S. Power Declining. 2013)

O desastre da intervenção dos EUA no Afeganistão ofereceu por outro lado à Rússia e à China uma abertura para fazer incursões estratégicas particularmente na Ásia Central. E depois, a invasão da Ucrânia pela Rússia, contribuiu para um aprofundamento da solidariedade política entre a China e a Rússia. Com essa evolução surge agora em Washington o debate se os EUA são capazes de ter, também militarmente, um papel a desempenhar nos assuntos mundiais (WYNE, Ali. 2022). Se os EUA podem manter seu atual status hegemônico é discutível. Mas, sem dúvida, continuarão sendo uma grande potência mundial (MCTAGUE, Tom. 2022).

Emergência da Nova ordem mundial

A guerra da Rússia na Ucrânia contribuiu para novos desafios à procura de uma nova ordem mundial. Trata-se sem dúvida de uma tarefa espinhosa que é substituir a ordem mundial liberal fundada, mantida e propagada a nível global pelos Estados Unidos. As fraquezas óbvias da principal potência ocidental, com seu desgaste político interno e global, e mais recentemente com a guerra no Afeganistão favoreceram a estruturação de uma nova ordem mundial. Essa fraqueza levou à perda da confiança e de autoridade dos EUA a nível global e paralelamente à aceleração da emergência da nova ordem mundial, liderada por um lado pela China e pela Rússia e de outro lado pelos EUA como representante do mundo ocidental (MEYER, Thomas.

2022). Uma aliança estratégica entre a Rússia e China parece assim bastante ameaçadora para os planejadores mundiais em Washington.

Segundo a China, observa-se a nível global uma "democratização das relações internacionais" em paralelo com a multipolaridade. A China defende que todos os países devem seguir os objetivos e princípios da Carta da ONU, do direito internacional e cumprir as normas geralmente aceites de relações internacionais (CHINA-Europa. 2008).

Defendendo a sua parceria estratégica a Rússia e a China afirmam que são potências mundiais com ricas heranças culturais e históricas, baseadas em milhares de anos de experiência em desenvolvimento e que garantem a seus povos o direito de participar de várias maneiras na governança do Estado e da vida social, de acordo com a lei (ZUM GIPFELTREFFEN Russland - China. 2022).

A força da China na Nova ordem mundial

Na história moderna da China, antes da Segunda Guerra Mundial, a identidade nacional do país esteve sempre ligada à ideia de um século de 'humilhação nacional', referindo-se à ideia de que uma sucessão de países estrangeiros que foram invadindo a China desde as Guerras do Ópio de 1830, manchando assim o nação com um passado vergonhoso (MITTER, Rana. 2021).

No início da década de 1950, logo após a criação da República Popular da China em 1949, a China era uma região agrícola e pobre. Depois seguiu-se a "Grande Revolução Cultural Proletária" nas décadas de 1950 e 1960 liderada por Mao Zedong ocorrendo um certo apaziguamento nos finais do século passado. A experiência da China mostra assim uma rápida ascensão de uma economia agrária pobre a uma potência econômica global, com quatro últimas décadas de crescimento médio anual do PIB de 9,5% com o qual conseguiu tirar mais de 700 milhões de pessoas da pobreza extrema (MORRISON, Wayne M. 2019).

Agora no âmbito de sua liderança na economia global a China entrou no processo de transformação estrutural para se tornar um líder digital global. De acordo com as previsões, a economia da China continuará a crescer

rapidamente nos próximos cinco anos: em 2027, o PIB será superior a 29 trilhões de dólares com o que deverá colocar o país quase no mesmo nível dos Estados Unidos (CHINA'S structural transformation. 2022). Tudo leva a crer que no mundo ocidental para além dos EUA, será a China uma das potências mundiais que mais influenciará o mundo lusófono.

Mas qual é a força da China no tabuleiro internacional e em particular em África onde se localizam 6 dos 9 países que integram a CPLP? E no Brasil?

China a avançar na África

Como refere SHIKWATI (2022) no seu estudo *The Clash of Systems* a crença da União Europeia na superioridade dos seus valores, especialmente no modelo democrático liberal que é exportado para África, está claramente sob ameaça da política econômica chinesa, um modelo que é classificado como bom no que respeita a tomada de decisões rápidas, eficiente na conclusão de projetos bem como na não interferência nos assuntos dos Estados africanos. Esta seja talvez uma das razões principais porque o mundo ocidental cedeu passo em relação à China nas relações com a África.

A influência da China nos países do continente africano já vem de trás e resultou dos tempos do anticolonialismo e da Guerra Fria quando a China apoiou os movimentos de independência. Já em 1956, o Egito estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China. De então para cá, a China progrediu na África (SHANGWE, Muhidin. 2020).

Os fluxos anuais de IDE chinês para a África, têm aumentado constantemente desde 2003. Esses fluxos passaram de US\$ 75 milhões em 2003 para US\$ 4,2 bilhões em 2020. E atingiram o pico em 2008 com US\$ 5,5 bilhões, devido à compra de 20% das ações do Standard Bank of South Africa pelo Industrial and Commercial Bank of China (ICBC). E os fluxos excederam os dos EUA desde 2013 (CHINESE investment in Africa. 2022).

Presentemente a mais importante estrutura de diálogo e cooperação China-África deve ser o FOCAC (The Forum on China-Africa Cooperation) que tem 55 membros: a China, 53 países africanos que mantém relações diplomáticas com a China e a União Africana (UA). O sucesso dessa cooperação reflete-se bem na quota do comércio de África com a China, em

relação ao comércio externo total do continente, que tem aumentado de forma constante e em 2020 ultrapassou os 21%. O governo chinês estima que o comércio com a África chegará a US\$ 300 bilhões até 2035 (GUIJARRO, Óscar Garrido. 2022).

Na última reunião do FOCAC em agosto 2022 foi relatado que o presidente Xi Jinping havia anunciado o lançamento de nove programas de cooperação China-África e que a China continuou a fornecer ajuda militar a países do Sahel, Chifre da África e Golfo da Guiné, assim como equipamento de policiamento a países como a República Centro-Africana e a Namíbia (CHINA and Africa. 2022)

Todo este forte investimento da China em África foi turvado por acusações de que a China estava apoiando projetos de infraestrutura em países em desenvolvimento estrategicamente localizados, muitas vezes concedendo enormes empréstimos a seus governos. Como resultado, os países estão ficando presos em uma armadilha da dívida que os deixa vulneráveis à influência da China. (VERHOEVEN, Harry. 2022). Mas quanta verdade está por detrás dessas acusações? Wang Wenbin, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China criticou as autoridades e as mídias ocidentais por tentarem criar uma barreira entre a China e outras nações em desenvolvimento, divulgando alegações de uma falsa armadilha da dívida chinesa que, diz ele, são infundadas. Dados do Banco Mundial mostram, segundo Wang, que até o final de 2020 o número de credores comerciais e multilaterais representava 40% e 34%, respectivamente nas dívidas externas de 82 países de baixa e média renda, e os credores bilaterais representavam 26%, com a China respondendo por menos de 10% (CHINA'S Foreign Ministry refutes. 2022).

One Belt, One Road no Mundo Inteiro

Um dos instrumentos estratégicos mais relevantes para o avanço da China em África é a Iniciativa do Cinturão e da Rota (Belt and Road Initiative - BRI) A Iniciativa BRI é um dos principais eixos de cooperação internacional da China não só em África mas para o mundo inteiro e inclui parceiros de todos os continentes. Existe até uma Rota da Seda polar, que completa as ligações marítimas com a Europa pelo Oceano Ártico.

O BRI foi anunciado pelo presidente chinês Xi Jinping no Cazaquistão já em outubro de 2013 com a finalidade de investir em projetos de infraestrutura em outros países. Mas mais recentemente, na 76ª sessão da Assembleia Geral da ONU em setembro de 2021, o Presidente chinês propôs o programa Iniciativa de Desenvolvimento Global (Global Development Initiative – GDI) com objetivos aparentemente semelhantes aos da iniciativa BRI, mas mais alargado nos seus objetivos (PRESS STATEMENT. 2022).

Essas estratégias incentivam as empresas chinesas a investir no estrangeiro, principalmente em setores estratégicos (por exemplo na energia, telecomunicações e sistemas ferroviários), através de empresas detidas pelo Estado que beneficiam de financiamento público chinês. Desde 2013, o esforço cumulativo do BRI chegou a US\$ 932 bilhões, cerca de US\$ 561 bilhões em contratos de construção e US\$ 371 bilhões em investimentos não financeiros. O principal destinatário desses investimentos chineses foi a Arábia Saudita com cerca de US\$ 5,5 bilhões continuando o envolvimento da China nos países da BRI a superar o dos países não pertencentes à BRI (NEDOPIL, Christoph. 2022).

No último relatório de progresso “One Belt, One Road Infrastructure Development Index” divulgado em outubro de 2022, as empresas chinesas assinaram contratos no valor de 2,64 mil milhões de dólares para desenvolver infraestruturas em Angola em 2021 (ONE BELT, One Road Infrastructure. 2022). Porém, o relatório alerta que a iniciativa One Belt, One Road enfrenta desafios como escassez de fundos, custos crescentes e riscos de segurança e degradação ambiental e que no curto prazo, os danos colaterais do conflito Rússia-Ucrânia e os surtos recorrentes de Covid-19 interromperão a cooperação internacional na área de infraestrutura e atrasarão a recuperação e o desenvolvimento. O relatório assinala também que os preços crescentes das principais *commodities*, bens intermediários e transporte internacional aumentarão ainda mais os custos de construção de infraestrutura e que o ambiente global para o financiamento de infraestrutura pode continuar a se deteriorar.

China e os Países Lusófonos

A cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa desenvolve-se através do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) também denominado “Fórum Macau”. O Fórum foi criado em Outubro de 2003, por iniciativa do Governo Central da China, e é organizado pelo Ministério do Comércio da China, em colaboração com o Governo da Região Administrativa Especial de Macau em coordenação com nove países de língua portuguesa, designadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Segundo o Fórum, as trocas comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Janeiro a Maio de 2022 foram de 83,271 mil milhões de dólares, um aumento homólogo de 15,8%. As importações da China dos Países de Língua Portuguesa no mesmo período foram de 55,479 mil milhões de dólares, um aumento homólogo de 13,31%, enquanto as exportações da China para os Países de Língua Portuguesa foram de 27,792 mil milhões de dólares, um aumento homólogo de 21,14%. Esses poucos dados são indicadores da relevância dos países lusófonos para a China em termos comerciais. (AS TROCAS. 2022).

Existe também um fundo de cooperação de quase mil milhões de euros criado pelo Banco de Desenvolvimento da China e pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Macau que alavancou um investimento total de mais de quatro mil milhões de dólares (3,7 mil milhões de euros) de empresas chinesas para países de língua portuguesa (PORTUGAL quer mais cooperação. 2022)

Para além disso e em termos financeiros a Associação de Bancos de Macau (ABM) decidiu recentemente criar uma aliança com os bancos dos países de língua portuguesa, com os objetivos de melhorar as ligações de Macau com a China e os países de língua portuguesa e tornar-se uma plataforma de serviços financeiros. Segundo o vice-presidente da ABM, Sam Tou, esta aliança alarga um acordo de cooperação com associações de bancos de Portugal, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, já estabelecido pela ABM em maio de 2019 (LOURIDO, Rui. 2022).

Em relação a Portugal o stock de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) da China em Portugal é o quinto maior, representando 6,8% (10,6 mil milhões de euros) do total (154,9 mil milhões de euros). Os dados do Banco de Portugal mostram ainda que o peso da China é maior no setor da eletricidade, água e gás, o que deverá estar relacionado com a posição da China Three Gorges na EDP e da Fosun na REN (VARZIM, Tiago. 2022)

China em terceiro lugar no investimento direto estrangeiro em Angola

De acordo com os dados da Agência de Investimento Privado e Promoção de Exportações (Aipex) de Angola, a China ocupa o terceiro lugar no investimento direto estrangeiro (IDE) em Angola de 2018 a 2022 (CHINA foi o terceiro maior investidor. 2022). As trocas comerciais entre a China e Angola tiveram um crescimento de 42% em 2021, em termos homólogos, atingindo 23,35 mil milhões de dólares (SEBASTIÃO, Sita. 2022).

Segundo Gon Tao embaixador de China em Angola, a China continua a ser o maior parceiro comercial e de investimento de Angola, com os principais projetos entre os dois países a decorrer sem problemas, desde o Novo Aeroporto Internacional de Luanda, Central Hidroelétrica de Caculo Cabaça, Porto de Águas Profundas de Caio, até ao Centro de Formação Tecnológica do Huambo (CHINA-Angola trade. 2022).

Em relação aos investimentos chineses em Angola o ministro da Economia e Planeamento de Angola, Mário Augusto Caetano João, salientou em recente entrevista que a diversificação económica, principalmente do setor petrolífero para o desenvolvimento de setores não petrolíferos, tem sido um dos principais objetivos do país nos últimos cinco anos (Interview: Angola welcomes. 2022). Angola tem até 60 milhões de hectares de terras aráveis, quase metade das terras aráveis da China, e uma baixa densidade populacional, de cerca de 30 pessoas por quilómetro quadrado. "Portanto, temos muitas terras onde gostaríamos de convidar investidores chineses para cultivar produtos chineses e exportar para a China" afirma também o ministro. (MINISTRO angolano quer mais chineses. 2022).

Investimento da China no Brasil em setores-chave

O início de 2022 foi auspicioso para as relações China-Brasil. Em 23 de maio os dois países concordaram em aumentar a cooperação em vários setores, incluindo comércio de produtos agrícolas, investimentos de baixo carbono e tecnologia limpa, bem como economia digital. Foram dois documentos muito importantes: o plano estratégico China-Brasil 2022-2031 e o plano de implementação China-Brasil 2022-2026 (China, Brazil to boost investment. 2022). Mas a China busca principalmente a segurança alimentar e a autossuficiência. Em 2021, o Brasil exportou para a China US\$ 41 bilhões, ou 34% em vendas externas no agro. Assim o Brasil é o maior fornecedor de produtos do agronegócio para a China, responsável por aproximadamente 20% de tudo o que o país asiático importa. Diante deste cenário, fica claro que o imenso mercado asiático, apesar da sua elevada produção, continua importando para garantir a segurança alimentar (CORDEIRO, Tiago. 2022) (JACINTHO, Helen. 2022).

Aproximadamente 40% das empresas chinesas têm negócios com o Brasil principalmente nos setores agrícola, florestal, pecuário e pesqueiro. Mas a parceria Brasil-China vai envolver também a construção de sistemas de Internet de alta velocidade, e a implementação da quinta e da sexta geração das redes móveis 5G e 6G, entre outros e também no desenvolvimento conjunto de estruturas de IA (Inteligência Artificial). De salientar que a IA desempenhará um papel cada vez mais importante no futuro da digitalização na resolução de desafios globais, como são a saúde, o clima, a agricultura ou a cibersegurança (YUSHU, Liu. 2022).

Como a China se tornou uma das principais fontes de investimento estrangeiro no Brasil, investindo US\$ 110 bilhões no país entre 2007-2020, chegando assim a rivalizar com os Estados Unidos como fonte de investimento estrangeiro direto, foi percepção em alguns círculos do poder civil e militar brasileiro, de que a China era uma alternativa atraente para contrabalançar a influência americana no mundo. Mas logo que notaram que a China se havia tornado o principal parceiro comercial do Brasil, com o investimento da China em setores-chave e controle estratégico em áreas de

recursos naturais e abastecimento de alimentos, os militares brasileiros alarmaram-se preocupados (CASARINI, Nicola. 2022).

Em 2021, as empresas chinesas investiram US\$ 5,9 bilhões no Brasil. Segundo o Conselho Empresarial Brasil-China, a cifra é a maior registrada desde 2017 sendo 208% superior à registrada em 2020, quando os negócios globais e as aplicações chinesas em particular foram afetadas pelas consequências da pandemia da Covid-19. Os dados constam do estudo que o conselho divulgou. O documento indica que, mesmo em um contexto de instabilidade global, as companhias chinesas implementaram 28 grandes projetos empresariais em território brasileiro, retomando o ritmo de crescimento iniciado em 2016 e interrompido em 2019 (RODRIGUES, Alex. 2022).

Rússia: depois do revés a ofensiva africana e no Brasil

Com o desmembramento da União Soviética a Rússia sofreu um forte revés nas suas relações com a África e com os países lusófonos. Mas nos últimos anos conseguiu ampliar lentamente os seus laços políticos, econômicos e, acima de tudo, seus laços militares com vários países africanos, aproveitando da sua grande vantagem histórica, quando na época da descolonização, a partir da década de 1950, apoiou os movimentos anticoloniais na África ajudando na sua independência.

Ponto de partida para a reentrada em África foi a chamada “ofensiva de charme” em outubro de 2019. O evento foi o primeiro desse tipo na história das relações de Moscou com a África. Os chefes de Estado e de governo de quase todos os Estados africanos participaram na Cimeira da África em Sochi: 45 chefes de Estado de 54 países. Nessa Cimeira foi adotada uma declaração final, que estabelece metas e objetivos para o maior desenvolvimento da cooperação russo-africana nas áreas de política, segurança e economia, bem como nos domínios científico, técnico, cultural e humanitário. O fortalecimento dos laços com os países africanos é uma das prioridades da política externa russa disse então o presidente russo Vladimir Putin (RUSSIA-Africa Summit. 2019). Como resultado dessa Cimeira os Estados africanos votariam a favor da Rússia nas Nações Unidas sempre que

possível e os EUA não eram mais vistos como confiáveis. Ao contrário do Ocidente, Moscou não tentou ensinar aos africanos lições sobre democracia e direitos humanos, mas tratou de negócio. Por meio desse modelo, a Rússia conseguiu avançar nos seus objetivos com recursos financeiros e políticos limitados. Dessa maneira espera-se que Moscou continue a expandir sua influência no continente em 2022 (ABUSHARAF, Rogaia et al. 2022).

Quando, em 2 de março de 2022, uma resolução foi colocada em votação na Assembleia Geral das Nações Unidas pedindo a retirada imediata, completa e incondicional das tropas russas da Ucrânia, 144 países dos 193 membros da ONU votaram a favor, mas entre os 49 países que se abstiveram ou não votaram 25 Estados foram africanos, tendo a Eritreia mesmo votado contra. Ao nível diplomático e político, o envolvimento da Rússia na África parece ter valido a pena (ADEOYE, A. 2022).

Entretanto a Rússia assinou acordos militares com mais de 20 países africanos com o que Moscou fornecia armas e em troca os países africanos forneciam às empresas russas matérias-primas.

Embora a Rússia não esteja entre os maiores parceiros comerciais da África, sua presença não pode ser subestimada. Em 2020, o comércio da Rússia com os países africanos totalizou mais de US\$ 14 bilhões (CARVALHO, Gustavo de. 2022).

Um importante trunfo económico da Rússia é que o país detém 70-75% das reservas mundiais de gás natural 17-18% das reservas mundiais de petróleo, mais de 40% das reservas mundiais de níquel e até 30% das reservas mundiais de carvão e mais de 10% do urânio do mundo (SITENKO, A. 2020).

As empresas russas de petróleo e gás, como Rosneft e Gazprom, estão ativas no setor de petróleo e gás no Egito, Líbia, Argélia, Nigéria, Gana, Camarões e Moçambique. Empresas mineiras russas extraem diamantes em Angola, platina no Zimbabué e empresas russas estão envolvidas na mineração de ouro no Sudão. A produtora de alumínio Russia possui minas na Guiné, que possui as maiores jazidas de bauxita da África (PSENNER, M. 2022). E para os países de África muito mais importante do que tudo isso é que a Rússia é um grande exportador de grãos e fertilizantes (UN HAD ‘constructive’ talks. 2022).

A nova doutrina de política externa da Rússia apresentada em setembro de 2022 pelo presidente Vladimir Putin baseia-se no conceito de “Mundo Russo”, mas inclui uma espécie de estratégia de poder brando onde consagra ideias políticas oficiais em torno da política e religião russas mas onde Putin também afirma fortalecer ainda mais seus laços com o Oriente Médio, América Latina e África (PUTIN approves new foreign policy. 2022).

A reorientação da política externa da Rússia está a basear-se em antigos parceiros como Egito e Etiópia e alavanca fóruns multilaterais como a ASEAN, a Liga Árabe, a União Africana e as Nações Unidas. As viagens em julho de 2022 do ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov na África e Ásia revelam que a Rússia tem parceiros, senão amigos, em diferentes partes do mundo. (ASHBY, H. Mutah J. 2022)

Paralelamente a Rússia está tomando passos cautelosos em direção ao Sul Global, aspirando a revitalizar antigos laços com África e Estados latino-americanos em busca de uma ordem mundial multipolar e relações económicas mutuamente benéficas (BAKALOVA, E.; SPANGER, H.-J. 2013).

Com tudo isso a Rússia busca um mundo multipolar no qual a Rússia pretende ser uma grande potência (CRABTREE, L.).

Rússia, ênfase em Angola na dimensão militar e econômica

Angola mantém laços estreitos com a Rússia desde os tempos soviéticos. Durante a guerra civil em Angola, que começou pouco depois da independência de Angola em 1975 e durou até o ano de 2002, a facção de guerrilha denominada Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), foi apoiada e armada pela União Soviética. Assim o MPLA chegou ao poder em 2002 e permanece até hoje como partido no poder em Angola, com o que o cordão umbilical que liga Angola a Moscovo nunca foi cortado (THE ANGOLAN Civil War).

É bom recordar que o atual presidente de Angola João Lourenço viajou já em 1978 para a União Soviética, onde completou um curso de história para quadros do partido na Academia Militar Vladimir Ilyich Lenin. Também muitos generais angolanos ainda falam russo, porque foram treinados pelo exército soviético há muitos anos (CASCAIS, António. 2017).

Depois de um período de dormência na década de 1990 o relacionamento entre a Rússia e Angola começou a reavivar na última década mas agora com uma clara ênfase na dimensão militar e econômica. Em 2020, Angola já era o quarto maior recetor de armas russas na África (KONDRATENKO, Tatiana. 2020). No âmbito de cooperação militar com a Rússia, Angola anunciou também a fabricação completa de equipamentos militares russos para o mercado da África Austral e possivelmente outras regiões da África (KLOMEGAH, Kester Kenn. 2019).

Em termos económicos e financeiros a Rússia também não descarta Angola. O segundo maior banco da Rússia, o VTB, abriu uma subsidiária em Angola, e o Banco VTB África SA., cobre a maioria dos investimentos russos em Angola. Outros importantes bancos russos como os bancos Promsvyazbank, Gazprombank ou Eximbank estão também estudando a entrada no mercado financeiro africano (ZAVYALOVA, Kira. 2017).

Não é incomum em África que a Rússia receba concessões de mineração ou vantagens geoestratégicas, em troca de entregas de armas o que é também o caso de Angola. Nesse contexto são particularmente interessantes as minas de diamantes de Catoca, em Angola, nas quais a gigante russa de mineração Alrosa detém uma participação de 41%. Juntamente com suas minas de diamantes russas, a Alrosa extrai mais da metade das reservas de diamantes do mundo (SCHLINDWEIN, Simone. 2022). De salientar aqui que a Sociedade Mineira de Catoca é constituída pela Endiama (Angola) com 41%, Alrosa (Rússia), com 41% e a Lev Leviev International – LLI (China) com 18%. Catoca é a quarta maior mina do mundo explorada a céu aberto e a maior empresa no sector diamantífero em Angola, operando desde 1996 (SANÇÕES contra Alrosa. 2022).

Rússia no Brasil, relevante para o setor do agronegócio

Tanto do ponto de vista histórico quanto geopolítico, Rússia e Brasil não são parceiros tradicionais. Cada um dos dois Estados sempre priorizou as relações com outros Estados de acordo com seus próprios interesses, principalmente os de natureza regional (XAVIER, Aurobindo, 2021).

No período pós-Guerra Fria, tanto a Rússia quanto o Brasil compartilharam um interesse comum em desafiar a hegemonia dos EUA, por meio de parcerias estratégicas e multipolaridade global (IONESCU, Imanuela, 2018). E desde então a Rússia tornou-se um parceiro estratégico multilateral do Brasil nas Nações Unidas, G20 e BRICS.

Embora a Rússia não seja um grande parceiro comercial do Brasil, ela é particularmente relevante para o setor do agronegócio já que o Brasil é dependente dos fertilizantes russos. Do total das importações brasileiras desse produto, 25% são provenientes da Rússia (ZNOJEK, Bartłomiej et al. 2022).

Levando em considerando essas relações comerciais, essências para a sua economia, o Brasil optou por se colocar numa posição neutra no contexto da invasão russa na Ucrânia. Embora o Brasil tenha votado em fevereiro deste ano no Conselho de Segurança da ONU condenando a invasão russa absteve-se de votar a suspensão da Rússia do Conselho de Direitos Humanos da ONU, (UNHRC) (ZILLA, Claudia. 2022). A recompensa dessa atitude não se fez esperar e a Rússia quase dobrou o valor de suas exportações para o Brasil no primeiro semestre de 2022. Isso apesar das sanções comerciais, financeiras e diplomáticas impostas à Rússia. Entre janeiro e julho de 2021, o Brasil importou o equivalente a US\$ 2,6 bilhões da Rússia. E nos primeiros sete meses de 2022, o valor subiu para US\$ 5,1 bilhões. As vendas do Brasil para a Rússia também aumentaram, particularmente os embarques de soja e açúcar, mas o valor foi modesto, de US\$ 843 milhões em 2021 para US\$ 1,1 bilhão este ano. O Brasil prevê que o fluxo comercial com a Rússia continuará em ritmo acelerado. O fato é que as importações da Rússia aumentaram 127% entre julho de 2021 e julho de 2022, um dos aumentos mais significativos entre os principais parceiros comerciais do Brasil. Da mesma forma, o Brasil recebeu licença do governo russo para começar a importar diesel também, uma medida clara que visa ajudar a reduzir os preços dos combustíveis no país (RUSSIA almost doubles exports. 2022).

Mas existem também outros negócios. O grupo petrolífero estatal russo NK Rosneft' AOA que detém 51 por cento da HRT O&G, empresa brasileira que possui três blocos de exploração de petróleo e gás na Bacia do Solimões na selva amazônica do Brasil, assinou em 2014 um protocolo de

intenções com a estatal brasileira Petróleo Brasileiro SA (ROSNEFT, Petrobras sign. 2014).

Mais recentemente, em fevereiro de 2022, o Presidente da Rússia Vladimir Putin salientou nas suas declarações à imprensa, após um encontro com o ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro, que a empresa russa Rosatom exportadora de combustível para usinas nucleares brasileiras e radioisótopos para fins médicos teria também interesse em participar na construção de usinas nucleares de baixa capacidade, tanto terrestres quanto flutuantes, já que a Rússia dispõe nessa área de experiência e tecnologia única a nível mundial (FOLLOWING Russian-Brazilian talks. 2022).

A União Europeia, alarmada com o avanço da Rússia nos países da América Latina, região tradicionalmente ligada em termos políticos e econômicos ao Ocidente, está a preparar uma contraofensiva diplomática e comercial para tentar reafirmar as suas posições na área, segundo um documento enviado aos chanceleres da UE, a que o diário espanhol EL PAÍS teve acesso. O texto alerta que a Europa recuou em muitos dos 33 países que compõem a região, enquanto os interesses econômicos e a influência política da Rússia ganharam uma posição mais forte (MIGUEL, Bernardo. 2022).

Lusofonia, CPLP e a nova ordem mundial

Dos capítulos que enunciámos até agora pode-se inferir o seguinte:

- A guerra da Rússia na Ucrânia mudará fundamentalmente a situação mundial porque a China, a Rússia e outros países entendem que o conflito atual não é sobre a Ucrânia versus Rússia, mas mais entre os EUA e a Rússia sobre uma nova ordem mundial emergente.

- Os líderes em Pequim e Moscovo veem os Estados Unidos, a democracia e o capitalismo liberal ocidental como uma ameaça ao seu próprio governo. E conseqüentemente está a emergir uma ordem mundial alternativa liderada pela China e pela Rússia. A China será o ator dominante nesta parceria entre Moscovo e Pequim.

- O apoio direto ou indireto da China, Índia, Brasil e África do Sul à guerra da Rússia na Ucrânia anuncia uma mudança na política

internacional que se verifica há anos e também deve ser vista como um prenúncio de uma nova ordem econômica mundial.

- A cúpula do G7 em Elmau, na Alemanha em Junho de 2022, e a cúpula da OTAN em Madrid, na Espanha pouco depois, foram praticamente inúteis em termos de fornecer soluções reais para crises globais como a guerra na Ucrânia, a fome iminente em alguns países, as mudanças climáticas e outras. Esses dois eventos foram um exemplo gritante da impotência do Ocidente em gerir os problemas globais. Com o que tudo leva a crer que a China será protagonista de uma nova ordem mundial (MAIHOLD, Günther. 2022).

Partindo das observações básicas sobre a nova ordem mundial emergente e dos seus principais intervenientes aborda-se a seguir o enquadramento possível da lusofonia e da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) na nova ordem mundial e as oportunidades e desafios no contexto das relações internacionais da CPLP na política global.

Evolução dos Países Lusófonos e a CPLP

Os países da CPLP que saíram há relativamente pouco tempo de confrontos sangrentos, como em Angola e Moçambique, começaram a dar em convivência pacífica os seus primeiros passos como países independentes.

Porém as consequências da crise financeira de 2008-2009 afetaram profundamente os países em desenvolvimento inclusivamente os países lusófonos. Com o que as dívidas de muitos países aumentaram dramaticamente, as reservas esgotaram-se e o crescimento económico diminuiu. Para resolver esses problemas o FMI e o Banco Mundial concederam vultuosos empréstimos, como por exemplo a Angola, mas em contrapartida foi-lhes imposta uma política neoliberal baseada em dogmas do chamado Consenso de Washington – liberalização máxima do mercado, papel mínimo do Estado e cortes na despesa para restaurar as finanças do governo. Mas essas ajudas externas também em muito contribuíram para uma redução da capacidade e da autonomia das decisões políticas dos governos dos respetivos países (KANIAKI, Henrique. 2022). (SISTEMA financeiro justo).

Ainda no processo de recuperação da crise financeira de 2008-2009 os países lusófonos viram-se confrontados com a crise da pandemia seguida da guerra na Ucrânia, crises que atualmente abalam o mundo inteiro.

Agora, mais de 25 anos depois da Declaração Constitutiva da CPLP, aprovada em 1996, que força representa a CPLP para enfrentar essas crises e ao mesmo tempo criar uma dinâmica para se adaptar à nova ordem mundial? (DECLARAÇÃO constitutiva da CPLP).

Os nove países da CPLP, com cerca de 200 milhões de falantes de língua Portuguesa, tinham em 2020 um PIB de cerca de 1,8 bilhões de dólares (PAÍSES juntos da CPLP. 2021). Apesar de o valor total desse PIB equivalha apenas ao da Itália, representa alguma força política e económica a nível global já que inclui o Brasil que voltou a integrar o top 10 das maiores economias do mundo em março de 2022 (FERRARI, H. 2022). Mesmo com essa relativa importância do PIB, a CPLP pouca ou nenhuma importância tem a nível da política das relações externas para ser um *player* global.

Na defesa militar a CPLP resume-se praticamente ao fórum de formação em assuntos de Defesa e pouco mais, como se depreende da Declaração de Malibu aprovada pelos seus ministros da Defesa (XVIII REUNIÃO de Ministros da Defesa. 2017) e a nível da política internacional a CPLP distingue entre acordos intra-CPLP que não relevam para as relações externas da CPLP que estamos a tratar aqui e os acordos internacionais (ACORDOS, protocolos e convénios da CPLP).

Os acordos existentes entre a CPLP e organizações internacionais realçam um aspeto mais formal da atividade política internacional da CPLP mas praticamente sem relevância a nível da política global nas relações externas, já que esses acordos não obrigam os Estados- membros, dando sempre preferência aos acordos internacionais dos seus Estados-membros. É o caso por exemplo do acordo da CPLP com a Organização para a Agricultura e Alimentação - FAO das Nações Unidas onde a CPLP está apenas representada na qualidade de observador. Ou o acordo com a Organização para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO onde se diz explicitamente que o mesmo não substitui a relação entre os Estados- membros e a UNESCO. Acordos políticos internacionais, irrelevantes para a política externa global da CPLP, são por exemplo o acordo com a União Latina ou acordo de Cooperação entre o

Secretariado Executivo da CPLP e a Unidade Portuguesa da Rádio Nações Unidas ou ainda o Acordo de Cooperação com a Ordem Soberana Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta.

Assim verifica-se que a CPLP com a sua atual estrutura política e a declaração constitutiva não tem relevância como atuante e representante da Lusofonia na política externa a nível global.

CPLP com plataformas internacionais

A ideia de alinhamento político da CPLP na nova ordem mundial emergente pressupõe naturalmente que primeiro se discuta a possibilidade de a CPLP se tornar uma entidade internacional, transnacional ou supranacional, discussão que obviamente não é a finalidade deste artigo. Aqui sugerimos apenas que a lusofonia, para se tornar eficiente por via da CPLP no novo ordenamento político mundial, precisa de agir nas relações internacionais à base de um novo ordenamento jurídico próprio respeitando as identidades nacionais e a cultura nacional dos seus Estados-membros.

A CPLP não mostra também poder político nas relações internacionais. Em termos de poder político nas relações internacionais, estabeleceu-se a distinção entre *hard power* e *soft power*. O *hard power* manifesta-se no uso da coerção militar e econômica para influenciar o comportamento dos outros o que naturalmente deveria estar fora de meta da CPLP. Mais consentâneo com o eventual futuro relacionamento da CPLP a nível global seria o *soft power* a capacidade de moldar as preferências dos outros, através da atratividade do próprio modelo, intercâmbio cultural, formação de alianças, diplomacia pública, estabelecimento de agendas, normas e regras. Mas não são apenas os meios que estruturam as relações de poder global, também a vontade de usá-los (PERTHES, Volker & MAIR, Stefan. 2011).

Quais poderiam ser as plataformas a nível global onde a CPLP poderia atuar em benefício da lusofonia?

Como vimos anteriormente organizações onde pontificam a China e Rússia e que incluem também um ou mais países da lusofonia, estariam predestinados a servirem de âncoras para a CPLP agir como uma instituição de

lusofonia a nível global e criar mais oportunidades para os seus Estado-membro. Refiramos essas organizações.

A Força do BRICS

O BRICS, fundado em 2009 por Brasil, Rússia, Índia, China e alargado em 2010 com a África do Sul, tornou-se presentemente, particularmente devido aos esforços da China e da Índia, um dos eixos fundamentais da sustentação da política global. A Índia, por exemplo, tornou-se um gigante político devido também às hábeis manobras políticas no subcontinente indiano (XAVIER, Constantino H. 2016).

As duas nações mais populosas do globo, a China e Índia, além do Brasil e da África do Sul, são decisivas para que o clube do BRICS forme um contraponto mais claro do que sempre às potências ocidentais dado que o centro gravitacional do mundo não é mais formado pela Europa e pelo Atlântico, mas pelo BRICS e seus simpatizantes. A maioria da população mundial (41%) vive lá e um quarto do produto social global é gerado lá (KAPPEL, R. 2022).

Quando os países do BRICS se reuniram em modo virtual para a 14ª Cúpula este ano em 23 de Junho, sob a presidência de turno da China, o líder chinês Xi Jinping reiterou seu desejo de expandir o BRICS para incluir mais países. Assim o Irã e a Argentina já se candidataram para ingressar no BRICS, e a Arábia Saudita, Turquia e Egito desejam uma adesão oficial ao grupo (MORE COUNTRIES knocking on BRICS'. 2022).

Fortemente baseado no discurso chinês, o BRICS vai também tornar-se a plataforma central do diálogo Sul-Sul e para além disso o presidente da China, Xi, vai concentrar-se por via do BRICS nos Estados-membros do G20, do Sul Global e especialmente em África. Como muitos países do Sul Global temem que terão que arcar com os custos da guerra na Ucrânia por meio de taxas de juros crescentes, aumentos de preços de alimentos e distorções nos mercados internacionais de *commodities* querem evitar a todo o custo o protecionismo e a política de sanções do Ocidente e esperam uma melhor e maior segurança na rede BRICS (MAIHOLD, Günther. 2022).

Em paralelo o BRICS está a colaborar, como instituição ou por via de seus membros mais importantes, com organizações mundiais ou blocos regionais relevantes tais como a Organização de Cooperação de Xangai (Shanghai Cooperation Organisation - SCO), a União Econômica da Eurásia, a União Aduaneira da África do Sul, a Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional, a União Africana, ou o Mercosul, em um diálogo mais amplo do BRICS. Em particular o avanço do BRICS+ na integração econômica Sul-Sul, com assinatura de acordos importantes de comércio/investimento, contribuirá na construção de uma plataforma abrangente de cooperação econômica Sul-Sul, o que certamente beneficiaria a CPLP e os seus Estados-membros (LISSOVOLIK, Yaroslav. 2022).

Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) para estabilidade financeira

Um dos instrumentos financeiros mais relevantes para a estabilidade financeira na nova ordem mundial é o Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank - NDB) fundado pelo BRICS em 2014. Depois que o Fundo Monetário Internacional de Bretton Woods e o Banco Mundial começaram a apresentar exigências políticas ao conceder empréstimos aos países do Sul Global, os países do BRICS, não concordando com essa prática criaram o NDB, que entretanto já tem nove membros, Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Egito e Uruguai. Para além da expansão geográfica tudo leva a crer, segundo analistas, que até 2026 o Banco expandirá o seu pacote total de empréstimos aprovados para US\$ 60 bilhões (CHIRKOV, M. & KAZELKO, A. 2022).

O Banco, que vai montar um escritório regional na Índia, aprovou até agora 21 projetos indianos envolvendo um financiamento de US\$ 7,1 bilhões e assinou mais de 80 projetos nos cinco países membros originais. O valor desses últimos projetos ultrapassa US\$ 30 bilhões e envolve setores de transporte, água e saneamento, energia limpa e infraestrutura digital e social (BRICS-led New Development bank. 2022). Para o Brasil o BRICS aprovou muito recentemente projetos de infraestrutura no valor US\$ 140 milhões e um empréstimo de US\$ 90 milhões por via da Desenvolve SP - Agencia de

Fomento do Estado de São Paulo S.A. (DSP) (NEW DEVELOPMENT Bank approves. 2022).

Em termos financeiros e políticos os países do BRICS querem agora avançar criando sua própria moeda de reserva, tomando como modelo os direitos especiais de saque do Fundo Monetário Internacional. Mas a intenção política desse passo é também diminuir a influência geopolítica e a hegemonia dos EUA no FMI. Isso permitiria que o BRICS criasse a sua própria esfera de influência e uma entidade monetária própria (TURNER. Chris. 2022).

Como consequência dessas decisões políticas as moedas combinadas do Brics poderiam eventualmente deixar de lado o dólar americano como a moeda dominante no mundo. Em seu recente discurso no Fórum Econômico Oriental de 2022 (Eastern Economic Forum- EEF) o presidente russo, Vladimir Putin salientou também que se está a afastar do uso do dólar (PUTIN: Rússia moving away. 2022)

Mas apesar de todas estas vantagens do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), sejamos realistas. Mesmo que a economia da China ultrapassasse a dos EUA na próxima década e a China fortaleça a sua aliança com a Rússia, os dois juntos não chegarão de perto a igualar o poder econômico combinado dos EUA, Europa e Japão. Além disso, os EUA e a UE têm algumas vantagens sobre a China e a Rússia no que respeita a liderança tecnológica (KAPPEL, R. 2022).

Portugal e Brasil no Diálogo CPLP - BRICS

Os governos do Brasil e de Portugal já reconheceram em alguns dos seus discursos a importância de se iniciar uma cooperação da CPLP com o BRICS. Assim o Brasil está aberto a discutir com a CPLP possibilidades de cooperação estruturada em várias frentes de atuação, com destaque para Angola e Moçambique, disse Nedilson Jorge, embaixador do Brasil na África do Sul em 2019 (BRASIL quer alargar BRICS. 2018).

E mais recentemente, em junho de 2022 na 14ª Cúpula do BRICS, o ex-Presidente do Brasil Jair Bolsonaro enfatizou a importância que o Brasil atribui ao BRICS como foro de diálogo e cooperação, que reforça a relevância do multilateralismo e de uma ordem internacional mais justa e inclusiva.

Reiterou ainda a visão do Brasil de que o BRICS deve orientar sua parceria para o desenvolvimento sustentável e por resultados concretos que gerem benefícios para todos (XIV CÚPULA do BRICS. 2022).

Pelo lado português António Costa, primeiro-ministro de Portugal, congratulou-se com a disponibilidade da parte chinesa para, num futuro breve, se poder abrir uma cooperação no espaço lusófono, garantindo a inteira disponibilidade do Governo português para desenvolver projetos de cooperação triangular em outras regiões. O primeiro-ministro português falava na cerimónia de abertura da 5ª Conferência Ministerial do Fórum Macau para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de língua oficial portuguesa, realizada em 2016, sessão que foi presidida pelo primeiro-ministro chinês, Li Keqiang (COSTA, A. 2022).

CPLP e Lusofonia, a vontade de ser grande

É verdade que os países membros da CPLP situam-se em regiões geográficas muito diferentes. É verdade que isso tem a vantagem de troca de experiências sobre processos em curso em diferentes organizações internacionais. Mas na política global, onde se encontra em formação um mundo multipolar, apenas a projeção de uma instituição como ator geopolítico poderá trazer vantagens políticas. Para isso a CPLP terá que ser um ator geopolítico.

Uma questão relevante é também se a CPLP tem legitimidade para se tornar grande, ou seja, para fazer fluir sua força económica e institucional em uma nova ordem política mundial. Achamos que os cidadãos lusófonos ficam sem uma resposta clara nesta questão existencial da CPLP. Antes pelo contrário a agenda estratégica para a consolidação da cooperação económica na CPLP 2022-2027 revela bem como a CPLP tem pouca vontade de estruturar o seu poder como bloco político homogéneo a nível global, concentrando-se na promoção dos seus Estados-membros. Nessa estratégia afirma-se que “o potencial geopolítico da CPLP, enquanto plataforma diplomática, cultural e económica, resulta da afirmação crescente dos Estados-membros na arena internacional” (Agenda estratégica).

Paralelamente temos que aceitar que o Estado-nação lusófono tornou-se muito pequeno nas tarefas globalizadas multipolares. A continuação do pequeno-pequeno e a recusa cultivada da estratégia a nível global são a última coisa que a CPLP precisa e deve incorporar. A CPLP tem que se tornar forte e grande e tem potencial para se tornar força a nível mundial desde que a CPLP se organize como uma comunidade estratégica e tenha uma forte identidade coletiva.

Os tempos mudaram. Rússia, China, Índia, juntamente com muitos outros países da Ásia, Oriente Médio, África e América do Sul estão navegando em todos os espaços disponíveis. É uma luta global, talvez a mais importante desde a Segunda Guerra Mundial. Estão surgindo novos atores a nível global como a China, a Rússia e a Índia, que pretendem estruturar uma nova ordem mundial pelo que é tempo de a CPLP implementar o seu foco na ação externa.

A breve prazo, a Lusofonia pode desaparecer da política global se não despertar com brevidade para os desafios de um mundo multipolar. Acreditamos que a atual crise política mundial acompanhada de emergência de novos eixos de poder mundial pode constituir uma oportunidade para a CPLP forjar uma relação externa, para ser mais autoconfiante e assertiva falando com uma voz fortalecida no cenário mundial e desempenhar um papel na consolidação e determinação da lusofonia na nova ordem mundial do século XXI. Uma nova ordem mundial é iminente e a CPLP pode e deve aproveitar a oportunidade e todo o seu poder para fazer uma espécie de *re-branding* da lusofonia para marcar um raro momento histórico.

Devemos lembrar que atividades solitárias e individuais dos países lusófonos impedem uma ação eficaz para abordar questões apenas solúveis por via de uma organização estruturada a nível global como poderia ser a CPLP. Cada desafio exigirá uma unidade genuína, entre os que defendem a lusofonia sob a liderança estratégica da CPLP, na ação da política externa e governos dos Estados-membros trabalhando juntos de forma integrada.

Por isso a questão aqui é até que ponto esses Estados individuais da CPLP, e alguns deles obviamente influentes como o Brasil ou Portugal, e cada um com seus próprios interesses políticos, podem unir-se e buscar numa política externa comum na CPLP. Já que os Estados-membros da CPLP parecem estar cada vez mais à vontade com a adoção de posições atípicas, e até

alheias ao poder lusófono, achamos que em vez de se esperar que todos os países lusófonos tenham uma perceção comum do poder lusófono e desenvolvam as capacidades para implementar uma política externa conjunta de lusofonia global, a CPLP deve assumir a liderança no reforço da ação externa da lusofonia, mobilizando antes de mais os seus instrumentos de soft power.

No mundo cada vez mais imprevisível que estamos tentando navegar, uma boa liderança é imprescindível. A CPLP é grande demais para ficar sem a cultura de liderança, sem estratégia e sem uma forte identidade coletiva. Os seus 200 milhões de habitantes esperam que esta força mundial seja urgentemente libertada da sua desorientação na forma da estruturação da política externa.

A CPLP precisa ter um documento com uma estratégia para se caracterizar como uma potência e um concorrente económico, bem como um parceiro de negociação e cooperação a nível global. A nossa identidade lusófona tem que se tornar forte o suficiente para ativar nosso poder integrado de autoafirmação em uma situação geoestratégica cada vez mais tensa. Temos que ter influência nos assuntos globais para podermos também superar com rapidez quaisquer crises de natureza económica ou de política global.

Infelizmente temos que dizer que presentemente a CPLP a nível global nada mais é do que um anão político, uma construção meramente de natureza linguística que representa unicamente uma soma de vontades individuais dos seus Estados-membros, cada um deles com a sua política de relações exteriores e sua política económica. Atualmente a lusofonia não tem de facto as características de um *player* global e sequer uma determinação necessária para transformar a CPLP numa unidade política forte.

A CPLP tem que ter ideias próprias sobre a conceção de uma política externa comum, que ultrapassem os exclusivos benefícios económicos e financeiros dos seus Estados-membros e onde certos poderes de decisão de uma política externa comum não caibam em última análise, aos Estados-membros. Portanto os Estado Membros da CPLP tem que promover um bem comum na política externa, potenciando o poder geopolítico da CPLP.

Fórmulas de evocação de pathos e heróis nacionais, como Dos Santos ou Savimbi em Angola, Mondlane ou Dhlakama em Moçambique e Amílcar

Cabral em Cabo Verde e Guiné-Bissau, não funcionam tão bem como costumavam, e quase se vão tornando obsoletas num mundo cada vez mais globalizado e multipolarizado.

O poder lusófono necessita por isso urgentemente de um plano estratégico desenvolvido em um momento de crise global, de grandes incertezas e vulnerabilidades aumentadas. Mas sublinhamos que este também é um momento de oportunidade. Esse plano estratégico, e a teoria da mudança por trás dele, poderiam expandir e mobilizar parcerias e fazer uma diferença real para os cidadãos lusófonos na construção de um futuro poder lusófono sólido.

Para se definir uma estratégia de política externa e para se articular e traduzir a força lusófona numa abordagem mais integrada, com o intuito de fortalecer a CPLP, nada melhor do que criar antes de mais uma Comissão de Estratégia. Essa comissão poderia aumentar a preparação e a eficácia na prestação de apoio para alcançar essa tal força lusófona e acelerar o pensamento estratégico sobre os desafios e oportunidades globais. E também discutir como as ações da CPLP junto com ampla gama de parceiros nos níveis nacional, regional e global poderiam levar a um impacto de longo prazo.

O despertar geopolítico da CPLP não vai surgir do nada. Apenas como uma unidade pode adaptar com eficiência sua abordagem a um mundo cada vez mais caracterizado pela competição entre as grandes potências. A CPLP precisa por isso discutir com urgência o termo autonomia estratégica, que está associado à exigência de que a CPLP faça valer com sua nova autoconfiança na política externa, seus interesses por conta própria e independentemente. Tendo em vista a multipolarização progressiva, é a nosso ver indispensável que os Estados-membros da CPLP atuem como uma unidade no cenário da política externa. O que isso significa para a representação dos interesses da CPLP como um certo poder global é óbvio: os interesses especiais de Estados-membros individuais têm que se submeter a uma vontade transnacional única da CPLP. E esta deve falar de uma só voz para influenciar até certo ponto os pesos-pesados políticos como são os EUA, Rússia, China e Índia.

O que falta a nosso ver é esse plano estratégico, que defina a agenda da lusofonia para o futuro, uma visão estratégica da lusofonia em termos da sua contribuição para mudanças transformadoras e estruturais nos níveis global,

regional e nacional. A CPLP deve desenvolver estratégias reais para o futuro e isso requer esforços intelectuais e político- culturais, e precisa de metas, perspectivas e orientação. A CPLP tem um certo peso econômico no mundo, mas não faz jus a isso na geopolítica. O que talvez falte é disciplinar a responsabilidade dos seus Estados-membros por algo maior do que seus próprios interesses nacionais.

Em princípio a CPLP deveria almejar criar uma plataforma para manter uma estrutura cooperativa com o BRICS. Com isso a CPLP conseguiria ser uma espécie de aliado júnior do BRICS. Por via dessa plataforma conseguiria canais mais próximos e eficazes entre recursos e mercados, o que beneficiaria todos os membros da CPLP. Embora a maioria dos países membros da CPLP tenham interesses políticos mais ou menos divergentes, todos eles ganhariam um espaço adicional para manobras políticas e diplomáticas, em termos de uma abordagem nos desafios globais de segurança alimentar, com um maior acesso ao mercado e um maior e significativo apoio financeiro do Novo Banco de Desenvolvimento. E o BRICS tem também suborganizações tais como o BRICS Business Council e a BRICS Women's Business Alliance que poderiam ser agregadas pela CPLP para promover setores como agronegócio ou energia. Assim em termos de Cooperação em Segurança Alimentar, os países da CPLP poderiam com alguma facilidade melhorar a produção agrícola e garantir um melhor acesso a suprimentos de sementes, fertilizantes e outros insumos agrícolas.

É verdade que num primeiro passo será extremamente difícil obter todos os benefícios do BRICS, mas por exemplo a parceria econômica, permitiria com bastante facilidade promover um comércio mútuo mais amplo e benefícios de investimento como resultado de um ambiente globalmente favorável aos negócios.

Finalmente a cooperação mais ampla da CPLP com o BRICS ajudaria os países membros a melhorar ainda mais sua competitividade, vínculos comerciais e crescimento econômico.

Os desafios globais são atualmente muito complexos e exigem um nível de coordenação multilateral sem precedentes. Esses desafios tornam extremamente complicado encontrar soluções imediatas nos diferentes países da CPLP a todos os níveis. Pelo que podemos pensar que para a lusofonia

também vale que só podemos progredir se trabalharmos juntos, além das fronteiras, abandonando os nossos velhos egoísmos nacionais.

Referências

ABUSHARAF, Rogaia et al. **Foresight Africa, top priorities for the continent in 2022**, U.S. Institute of Peace, 2022. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/research/foresight-africa-2022/>>.

ACORDOS, protocolos e convênios da CPLP. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-3871.aspx>>.

ADEOYE, A. **UN vote on Russia invasion shows a changing Africa**. The Chatham House. Março 7, 2022. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/2022/03/un-vote-russia-invasion-shows-changing-africa>>.

Agenda estratégica para a consolidação da cooperação económica na CPLP 2022-2027. Disponível em: <https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2FFiles%2FFiler%2F1_CPLP%2FEconomia%2FIMinEcoComFin%2FAgenda-Estrategica-para-a-consolidacao-da-cooperacao-economica-da-CPLP_aprovada-.pdf>.

AS TROCAS comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa de janeiro a maio de 2022 foram de 83,271 mil milhões de dólares. Fórum Macau para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau). Agosto 23, 2022. Disponível em: <<https://www.forumchinapl.org.mo/pt/as-trocas-comerciais-entre-a-china-e-os-paises-de-lingua-portuguesa-de-janeiro-a-maio-de-2022-foram-de-83271-mil-milhoes-de-dolares/>>.

ASHBY, H. Mutah J.; TOWER, J.; YOUSSEF, Hesham **Amid War in Ukraine, Russia's Lavrov Goes on Diplomatic Offensive**. Agosto 25, 2022. Disponível em: <<https://www.usip.org/publications/2022/08/amid-war-ukraine-russias-lavrov-goes-diplomatic-offensive>>.

BAKALOVA, E.; SPANGER, H.-J. **Development cooperation or competition? Russia as a re-emerging donor**. Peace Research Institute Frankfurt (PRIF). Frankfurt, Hessische Stiftung Friedens- und Konfliktforschung. 2013. DOI: <<https://d-nb.info/1191520013/34>>.

BRASIL quer alargar BRICS à CPLP com destaque para Angola e Moçambique nas relações com África, Observatório da Língua Portuguesa. Julho 25, 2018. Disponível em: <<https://observalinguaportuguesa.org/brasil>>.

[quer-alargar-brics-a-cplp-com-destaque-para-angola-e-mocambique-nas-relacoes-com-africa/>](#).

BRICS-led New Development bank to set up regional office in India. Maio 20, 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/finance/brics-led-new-development-bank-set-up-regional-office-india-2022-05-20/>>.

BRING, Ove **The Westphalian Peace Tradition in International Law, From Jus ad Bellum to Jus contra Bellum.** International Law Studies Volume 75, International Law Across the Spectrum of Conflict, Essays in Honour of Professor L.C. Green On the Occasion of His Eightieth Birthday. Michael N. Schmitt (Editor). 2000. Disponível em: <<https://digital-commons.usnwc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1435&context=ils>>.

CARVALHO, Gustavo de. **Africa needs to forge a unified approach to Russia before 2023.** Russia-Africa Summit, Daily Maverick. Agosto 3, 2022. Disponível em: <<https://saiia.org.za/research/africa-needs-to-forge-a-unified-approach-to-russia-before-2023-russia-africa-summit>>.

CASARINI, Nicola, et al. **Case Studies on the CCP's Quest for Global Influence.** International Republican Institute. 2022. Disponível em: <<https://www.iri.org/wp-content/uploads/2022/09/IRI-Coercion-Capture-and-Censorship-Case-Studies-on-the-CCPs-Quest-for-Global-Influence-September-2022.pdf>>.

CASCAIS, António. **Who is Angola's new president Joao Lourenco?** Setembro 26, 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/who-is-angolas-new-president-joao-lourenco/a-40218458>>.

CHINA foi o terceiro maior investidor em Angola de 2018 a 2022. Junho 2, 2022. Disponível em: <<https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/china-foi-o-terceiro-maior-investidor-em-angola-de-2018-a-2022/>>.

CHINA and Africa: Strengthening Friendship, Solidarity and Cooperation for a New Era of Common Development. Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China. Agosto 19, 2022. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202208/t20220819_10745617.html>.

CHINA-Angola trade increased 29.9% in the first eight months of 2022. Dezembro 6, 2022. Disponível em: <<https://www.forumchinaplp.org.mo/china-angola-trade-increased-29-9-in-the-first-eight-months-of-2022/>>.

CHINA'S Foreign Ministry refutes Western claims of 'Chinese debt trap' in Africa. Global Times. Agosto 18, 2022. Disponível em: <<https://www.globaltimes.cn/page/202208/1273302.shtml>>.

CHINA'S structural transformation what can developing countries learn? United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). 2022.

UNCTAD/GDS/2022/1 ISBN: 978-92-1-113037-9 e ISBN: 978-92-1-001446-5,

Disponível em:
< https://unctad.org/system/files/official-document/gds2022d1_en.pdf>.

CHINA, Brazil to boost investment, trade cooperation in multiple sectors. Maio 24, 2022. Xinhua. Disponível em:
<https://english.www.gov.cn/news/international/exchanges/202205/24/content_DOI:WS6_28ce340c6d02e533532b402.html>.

CHINA-Europa und die Neu Weltordnung. Friedrich-Ebert-Stiftung Büro, China (Peking). Redebeiträge no. 8, 13-14. Maio 2008. Disponível em:
< <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/china/05873.pdf>>.

CHINESE investment in Africa. China Africa Research Initiative at Johns Hopkins University's, School of Advanced International Studies. 2022. Disponível em: <<http://www.sais-cari.org/chinese-investment-in-africa>>.

CHIRKOV, M.; KAZELKO, A. **BRICS New Development Bank: A Second Bretton Woods or a New Trend with its Own Future?** The Valdai Discussion Club. Setembro 2, 2022. Disponível em:
< <https://valdaiclub.com/a/highlights/brics-new-development-bank-a-second-bretton-woods-/>>.

CORDEIRO, Tiago. **Precisamos Usar a Capacidade de Planejamento da China e sua Visão de Longo Prazo.** Entrevista com Larissa Wachholz. Abril 6, 2022. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/noticias/precisamos-usar-a-capacidade-da-china-de-planejamento-e-sua-visao-de-longo-prazo/>>.

COSTA, A. **Primeiro-Ministro quer aumentar cooperação entre Portugal, China e países lusófonos.** Abril 10, 2022. Disponível em:
<<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=primeiro-ministro-quer-aumentar-cooperacao-entre-portugal-china-e-paises-lusofonos>>.

CRABTREE, L. **National Security and Foreign Policy under Putin.** Kennan Institute, The Wilson Center. Disponível em:
< <https://www.wilsoncenter.org/publication/national-security-and-foreign-policy-under-putin>>.

CVCE. EU. **Historical events in the European integration process (1945–2014).** 2022. Disponível em: <<https://www.cvce.eu/en/education/unit-content/-/unit/02bb76df-d066-4c08-a58a-d4686a3e68ff/ef30a4fa-5d3d-450c-9f78-f6a06dd3e739>>.

DECLARAÇÃO constitutiva da CPLP Disponível em:
< <https://www.cplp.org/id-3869.aspx>>.

DECOLONIZATION of Asia and Africa, 1945–1960. The Office of the Historian. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1945-1952/asia-and-africa>>.

FERRARI, H. **Brasil volta ao top 10 no ranking de maiores economias do mundo.** Junho 2, 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/brasil-volta-ao-top-10-no-ranking-de-maiores-economias-do-mundo/>>.

FOLLOWING Russian-Brazilian talks, Vladimir Putin and President of Brazil Jair Bolsonaro made statements for the press. Presidential Executive Office's Information Office. Fevereiro 16, 2022. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/67789>>.

FOSDICK, Raymond B. **The League of Nations as an Instrument of Liberalism.** The Atlantic. Outubro 1920. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1920/10/the-league-of-nations-as-an-instrument-of-liberalism/528060/>>.

GUIJARRO, Óscar Garrido **China and Africa, a geopolitical pairing that works.** Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE). Documento de Análisis IEIEE 48/2022. Junho 29, 2022. Disponível em: <https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2022/DIEEEA48_2022_OSCGAR_ChinayAfrica_ENG.pdf>.

Interview: Angola welcomes Chinese cooperation in diversifying nation's economy, says minister. Xinhua. Agosto 30, 2022. Disponível em: <<https://english.news.cn/africa/20220830/4b55da8026e74e73a1d7e046d56ea81c/c.html>>.

IONESCU, Imanuela **Brazil-Russia, Military-Technical Cooperation, A Fruit of the Post-Cold.** War World. Military Review. Novembro-Dezembro 2018. Disponível em: <<https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/November-December-2018/Ionescu-Brazil-Russia/November-December-2018>>.

JACINTHO, Helen **Há novidade no comércio brasileiro com a China.** Agosto 12, 2022. Disponível em: <<https://forbes.com.br/colunas/2022/08/helen-jacinto-ha-novidade-no-comercio-brasileiro-com-a-china/>>.

KANIAKI, Henrique **Angola recebeu 6,2 mil milhões USD de empréstimos do Banco Mundial e FMI.** Maio 16, 2022. Disponível em: <<https://mercado.co.ao/economia/angola-recebeu-62-mil-milhoes-usd-de-emprestimos-do-banco-mundial-e-fmi-AY1155929#:~:text=A%20primeira%20assinatura%20do%20Acordo,montante%20de%200700%20mil%C3%B5es%20USD>>.

KAPPEL, R. **Ukrainekrieg: Globale Ordnung verschiebt sich.** Wirtschaftsdienst 102, 244 (2022). DOI: <<https://doi.org/10.1007/s10273-022-3144-1>>.

KASIANOV, Georgy **The East-West Divide in Europe's History Wars.** "Minimizing the Risk of an East-West Collision: Practical Ideas on European Security" project. Maio 14, 2018. Disponível em: <<https://carnegiemoscow.org/commentary/76335>>.

KLOMEGAH, Kester Kenn **Angola planeja fabricar equipamentos militares russos.** Abril 12, 2019. Disponível em: <<https://www.sdgforall.net/index.php/languages/portuguese/982-angola-planeja-fabricar-equipamentos-militares-russos>>.

KONDRATENKO, Tatiana **Why Russia exports arms to Africa.** Maio 29, 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/russian-arms-exports-to-africa-moscows-long-term-strategy/a-53596471>>.

LAUFER, Jochen. **Pax Sovietica Stalin, die Westmächte und die deutsche Frage 1941– 1945.** Böhlau, Verlag Köln. 2009. ISBN 978-3-412-20416-7, DOI: <<http://dx.doi.org/10.14765/zzf.dok.1.3.v1>>, <https://zeitgeschichte.digital.de/doks/frontdoor/deliver/index/docId/333/file/laufer_pax_sovietica_2009.pdf>.

LISSOVOLIK, Yaroslav **Towards a Free Trade Area for the Global South.** Modern Diplomacy. Setembro 11, 2022. Disponível em: <<https://modern diplomacy.eu/2022/09/11/towards-a-free-trade-area-for-the-global-south/>>.

LOURIDO, Rui **Os Países de Língua Portuguesa intensificam relações com China: Macau afirma-se através do Fórum Macau.** Observatório de la Política China. Abril 19, 2022. Disponível em: <<https://politica-china.org/areas/politica-exterior/os-paises-de-lingua-portuguesa-intensificam-relacoes-com-china-macau-afirma-se-atraves-do-forum-macau>>.

MAIHOLD, Günther **Von BRICS zu BRICS+: Suche nach Allianzen und neuer Identität.** Deutsches Institut für Internationale Politik und Sicherheit. Julho 27, 2022. Disponível em: <<https://www.swp-berlin.org/publikation/von-brics-zu-brics-suche-nach-allianzen-und-neuer-identitaet>>.

MCTAGUE, Tom **What America's Great Unwinding Would Mean for the World.** Agosto 8, 2022. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2022/08/europe-america-military-empire-decline/670960/>>.

MEYER, Thomas **Die alte und die neue Weltordnung.** Neue Gesellschaft, Frankfurter Hefte, 5/2022. Abril 25, 2022. Disponível em:

< <https://www.frankfurter-hefte.de/artikel/die-alte-und-die-neue-weltordnung-3408/>>.

MIGUEL, Bernardo de **Brussels prepares diplomatic offensive to stop the advance of China and Russia in Latin America**. Ediciones El País. Agosto 18, 2022. Disponível em: <<https://english.elpais.com/international/2022-08-18/brussels-prepares-diplomatic-offensive-to-stop-the-advance-of-china-and-russia-in-latin-america.html>>.

MINISTRO angolano quer mais chineses a explorar terrenos agrícolas em Angola. Agosto 31, 2022. Disponível em: <<https://observador.pt/2022/08/31/ministro-angolano-quer-mais-chineses-a-explorar-terrenos-agricolas-em-angola/>>.

XIV CÚPULA do BRICS. Ministério das Relações Exteriores, Governo do Brasil. Nota à Imprensa N° 101. Junho 24, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xiv-cupula-do-brics>.

MITTER, Rana **What is modern history?** Fevereiro 15, 2021. Disponível em: <<https://www.thebritishacademy.ac.uk/blog/what-is-modern-history/>>.

MORE COUNTRIES knocking on BRICS' door a sign the world needs fairer governance than West-dominated one. Julho 16, 2022. Disponível em: <<https://www.globaltimes.cn/page/202207/1270661.shtml>>.

MORRISON, Wayne M. **China's Economic Rise: History, Trends, Challenges, and Implications for the United States**. Junho 25, 2019. Disponível em: Congressional Research Service. <www.crs.gov
<https://www.everycrsreport.com/reports/RL33534.html>>.

NEDOPIL, Christoph **China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report H1 2022**. Green Finance & Development Center, FISF Fudan University, Shanghai. Julho 2022. Disponível em: <https://greenfdc.org/wp-content/uploads/2022/07/GFDC-2022_China-Belt-and-Road-Initiative-BRI-Investment-Report-H1-2022.pdf>.

NEW DEVELOPMENT Bank approves U\$140mn financing for Brazil infra projects, Bnamericas. Março 24, 2022. Disponível em: <<https://www.bnamericas.com/en/news/new-development-bank-approves-u140mn-financing-for-brazil-infra-projects>>.

ONE BELT, One Road Infrastructure Development Index, China-Lusophone Brief (CLBrief). Outubro 3, 2022. Disponível em: <<https://www.clbrief.com/brazil-angola-and-portugal-rank-high-in-chinese-infrastructure-index/>>.

PAÍSES juntos da CPLP considerados 10ª maior economia mundial. Julho 12, 2021. Disponível em: <<https://e-global.pt/noticias/lusofonia/paises-juntos-da-cplp-considerados-10-a-maior-economia-mundial/>>.

PERTHES, Volker; MAIR, Stefan **Internationale Politik** 3. April 2011, IP. Maio/Junho 2011. Disponível em: <<https://internationalepolitik.de/de/ideen-und-macht/>>.

PORTUGAL quer mais cooperação com China e lembra que abre porta a grandes mercados. Abril 10, 2022. Disponível em: <<https://eco.sapo.pt/2022/04/10/portugal-quer-mais-cooperacao-com-china-e-lembra-que-abre-porta-a-grandes-mercados/>>.

PRESS STATEMENT of the Ministerial Meeting of the Group of Friends of the Global Development Initiative. Setembro 21, 2022. Ministry of Foreign Affairs, The People's Republic of China. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202209/t20220921_10769142.html>.

PSENNER, M. **Russlands Interessen in Afrika**. Junho 16, 2022. Disponível em: <<https://www.salto.bz/de/article/16062022/russlands-interessen-afrika>>.

PUBLIC SEES U.S. Power Declining as Support for Global Engagement Slips. PEW RESEARCH CENTER. Dezembro 2013. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/politics/2013/12/03/public-sees-u-s-power-declining-as-support-for-global-engagement-slips/>>.

PUTIN approves new foreign policy doctrine based on 'Russian World'. Setembro 6, 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/putin-approves-new-foreign-policy-doctrine-based-russian-world-2022-09-05/>>.

PUTIN: Russia moving away from "untrustworthy" U.S. dollar, euro and pound. China Global Television Network. Julho 7, 2022. Disponível em: <<https://news.cgtn.com/news/2022-09-07/Putin-addresses-plenary-session-of-7th-Eastern-Economic-Forum-1d8cXH7WhMs/index.html>>.

XVIII REUNIÃO de Ministros da Defesa da CPLP. Maio 25, 2017. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5574&M=NewsV2&PID=10872>>.

RODRIGUES, Alex **Investimentos chineses voltam a crescer no Brasil após pandemia**. Agosto 31, 2022. Agência Brasil, Brasília. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-08/investimentos-chineses-voltam-crescer-no-brasil-apos-pandemia>>.

ROSNEFT, Petrobras sign natural gas accord for Brazil's Amazon. Julho 14, 2014. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/brazil-naturalgas-rosneft-idLTAL2N0PP0Z820140714>>.

RUGGIE, John Gerard **Multilateralism: The Anatomy of an Institution. International Organization** Vol. 46, No. 3 (Summer 1992), pp. 561-598. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706989>
<https://scholar.harvard.edu/files/john-ruggie/files/multilateralism.pdf>>.

RUSSIA-Africa Summit, October 24, 2019. The Russian President's official website. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/61893>>.

RUSSIA almost doubles exports' value to Brazil in first half of 2022: mainly fertilizers and fuel. MercoPress. Agosto 15, 2022. Disponível em: <<https://en.mercopress.com/2022/08/15/russia-almost-doubles-exports-value-to-brazil-in-first-half-of-2022-mainly-fertilizers-and-fuel>>.

SANÇÕES contra Alrosa não afectam Sociedade Mineira de Catoca. Mercado, Luanda. Março 30, 2022. Disponível em: <<https://mercado.co.ao/negocios/sancoes-contralrosa-nao-afectam-sociedade-mineira-de-catoca-KE1134639>>.

SCHLINDWEIN, Simone **In Afrika hat Putin noch Fans.** Março 8, 2022. Disponível em: <<https://www.n-tv.de/politik/In-Afrika-hat-Putin-noch-Fans-article23181553.html>>.

SCHROOTEN, Mechthild **Brazil, Russia, India, China and South Africa: Strong economic growth - major challenges.** DIW Economic Bulletin, ISSN 2192-7219. Deutsches Institut für Wirtschaftsforschung (DIW), Berlin, Vol. 1, Iss. 4, pp. 18-22. 2011. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/57689/1/68477187X.pdf>>.

SEBASTIÃO, Sita **Trocas comerciais entre Angola e China aumentam 42% em 2022.** Agosto 8, 2022. Disponível em: <<https://www.forbesafricalusofona.com/trocas-comerciais-entre-angola-e-china-aumenta-42-em-2022/>>.

SHANGWE, Muhidin **Keine Kolonialgeschichte, Über die Beziehungen zwischen China und Afrika vor historischem Hintergrund.** Rosa-Luxemburg-Stiftung, Germany. Dezembro 9, 2020. Disponível em: <<https://www.rosalux.de/news/id/43532/keine-kolonialgeschichte>>.

SHIKWATI, James; ADERO, Nashon; JUMA, Josephat **The clash of systems, African Perceptions of the European Union and China Engagement.** Friedrich Naumann Foundation for Freedom, Germany. Junho 2022. Disponível em: <<https://shop.freiheit.org/#!/Publikation/1278>>.

SISTEMA financeiro justo: Fundação Evert Vermeer Disponível em: <
https://www.fecong.org/pdf/coerencia/estudosCaso/coerencia_estudosCaso_SistemaFinanceiroJusto.pdf>.

SITENKO, A. **Strategische Partnerschaften in der Außenpolitik: die Beziehungen zwischen Russland und Ländern Lateinamerikas im 21. Jahrhundert.** Opladen: Budrich Academic Press. Novembro 23, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.3224/96665024>>.

SNYMAN-FERREIRA, M. P. **The evolution of state sovereignty: a historical overview.** Fundamina, vol. 12, no.2, pp. 1-28. 2006. Disponível em: <<https://uir.unisa.ac.za/handle/10500/3689>> <<http://hdl.handle.net/10500/3689>> <https://uir.unisa.ac.za/bitstream/handle/10500/3689/Fundamina%20Snyman.finaal.pdf?s_equence=1&isAllowed=y>.

SONGCHUAN, Chen; SHULONG, Chu **Is America Declining?** Novembro 11, 2011. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/series/brookings-east-asia-commentary>>.

SULLIVAN, Charles. J. **Conceptualizing the collapse: Stalin, Gorbachev, and the downfall of the USSR.** East European Quarterly, Vol. 43, No. 4, pp. 243-264. Disponível em: Dezembro 2015. <https://politicalscience.ceu.edu/sites/politicalscience.ceu.hu/files/attachment/basicpage/1095/charles.sullivan_2.pdf>.

THE ANGOLAN Civil War (1975-2002): A Brief History. South African History Online (SAHO). Disponível em: <<https://www.sahistory.org.za/article/angolan-civil-war-1975-2002-brief-history>>.

THE FOURTEEN Points. The National WWI Museum and Memorial. Disponível em: <<https://www.theworldwar.org/learn/peace/fourteen-points>>.

TURNER. Chris **BRICS: The new name in reserve currencies.** ING Bank N.V. Economic and Financial Analysis. Junho 22, 2022. Disponível em: <<https://think.ing.com/opinions/brics-the-new-name-in-reserve-currencies/>>.

UN HAD ‘constructive’ talks in Moscow on Russian grain, fertilizer exports. EURACTIV.com. Junho 1, 2022. Disponível em: <<https://www.euractiv.com/section/global-europe/news/un-had-constructive-talks-in-moscow-on-russian-grain-fertilizer-exports/>>.

VARZIM, Tiago **China é o quinto país que mais investe em Portugal, superando os EUA.** Março 29, 2022. Disponível em: <<https://eco.sapo.pt/2022/03/29/china-e-o-quinto-pais-que-mais-investe-em-portugal-superando-os-eua/>>.

VERHOEVEN, Harry **China has waived the debt of some African countries. But it’s not about refinancing.** The Conversation. Agosto 31, 2022. Disponível em: <<https://theconversation.com/china-has-waived-the-debt-of-some-african-countries-but-its-not-about-refinancing-189570>>.

WILLIAM A. G. **How America's response to 9/11 contributed to our national decline.** August 27, 2021. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/fixgov/2021/08/27/how-americas-response-to-9-11-contributed-to-our-national-decline/>>.

WORLDWIDE Deaths in World War II. The National WWII Museum. Disponível em: <https://www.nationalww2museum.org/students-teachers/student-resources/research-starters/research-starters-worldwide-deaths-world-war>

WYNE, Ali **Great-Power Competition Isn't a Foreign Policy.** The Washington Quarterly, 45:2, 7-21. 2022. Disponível em: <https://twq.elliott.gwu.edu/files/2022/07/Wyne_45-2_TWQ-1.pdf>.

XAVIER, Aurobindo **New Domestic and Foreign Policy Dynamics in both Brazil and India: Implications for the South-South Cooperation and India-Brazil Partnership.** New Nationalisms in an Open World, 26th International Political Science Association (IPSA) World Congress, Julho 10-15. 2021. Disponível em: <<https://www.ipsa.org/events/congress/virtual2021>>.

XAVIER, Constantino H. **From Inaction to Intervention: India's Strategic Culture of Regional Involvement (Nepal, Sri Lanka and Myanmar 1950s-2000s,** Dissertation for the degree of Doctor of Philosophy, Johns Hopkins University, Washington, 2016.

YUSHU, Liu **Bright outlook for China-Brazil bilateral cooperation in developing digital economy.** People's Daily Online. Agosto 1, 2022. Disponível em: <<https://global.chinadaily.com.cn/a/202208/01/WS62e73297a310fd2b29e6f76d.html>>.

ZAVYALOVA, Kira **Russian lender Promsvyazbank looks to Africa for expansion.** Agosto 15, 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/ozabs-uk-promsvyazbank-interview-idAFKCN1AV0V2-OZABS>>.

ZILLA, Claudia **Außenpolitischer Wandel in Brasilien - Bedingungsfaktoren und Implikationen.** Deutsches Institut für Internationale Politik und Sicherheit. SWP-Studie. Maio 7, 2022. Berlin. DOI:10.18449/2022S07. <<https://www.swp-berlin.org/10.18449/2022S07/>>.

ZNOJEK, Bartłomiej; SADER, Valentina, ROUVINSKI, Vladimir **What do Brazil and Russia want from each other.** The Inter-American Dialogue. Fevereiro 23, 2022.

Disponível em: <<https://www.thedialogue.org/analysis/what-do-brazil-and-russia-want-from-each-other/>>.

ZUM GIPFELTREFFEN Russland - China. dgksp – Diskussionspapiere.
Dresden. Fevereiro 2022. Disponível em: <<https://slub.qucosa.de/api/qucosa/%3A78050/attachment/ATT-0/>>.



ARTIGOS – ARTICLES

Propuesta para una dimensión social
de la Globalización en tiempos de pandemia:
¿Podemos contribuir a un desarrollo del proceso de Globalización
que sea más ético y socialmente sostenible?

Nicanor Ursua

Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea
nicanor.ursua@ehu.eus

Como citar este artículo: URSUA, N. “Propuesta para una dimensión social de la Globalización en tiempos de pandemia: ¿Podemos contribuir a un desarrollo del proceso de Globalización que sea más ético y socialmente sostenible?”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 375-404. 2023. Disponible em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumen: Se trata de ofrecer una conceptualización del proceso de la globalización contemporánea, bajo la perspectiva de una reflexión teórico-práctica, a saber, desde valores universalmente aceptados y compartidos, que conduzcan, a su vez, a un desarrollo de la globalización socialmente robusto y a la buena “gobernanza” de la globalización centrada no en utopías, sino en la resolución de los problemas reales de las personas mediante acuerdos y contratos. Se expone también el nuevo concepto de “desglobalización” y cómo la pandemia del covid-19, que está “globalizada,” está teniendo unas consecuencias sanitarias, económicas y sociales, llenas de incertidumbre como nunca se había experimentado y que nos plantea grandes retos globales.

Palabras clave: Globalización. Factores multicausales. Principios éticos y sociales. Globalización más ética y social. Desglobalización. Pandemia. Covid-19. Comunidad global. Cooperación. Inter y transdisciplinariedad. Acuerdos contratos nacionales y internacionales.

Abstract: The aim of this paper is to offer a conceptualisation of the process of contemporary globalisation from the perspective of a theoretical-practical reflection, i.e., from universally accepted and shared values. universally accepted and shared values, which in turn lead to a socially robust development of globalisation. socially robust development of globalisation and good "governance" of globalisation, not based on globalisation centred not on utopias, but on solving people's real problems through agreements and contracts. people's real problems through agreements and contracts. It also

discusses the new concept of "and how the covid-19 pandemic, which is "globalised," is having health, economic and social is having health, economic and social consequences, full of uncertainty as never experienced before and posing major global challenges for us.

Keywords: Globalisation. Multi-causal factors. Ethical and social principles. More ethical and social globalisation. De-globalisation. Pandemic (covid-19). Global community. Cooperation. Inter- and transdisciplinarity. National and international agreements/contracts. International agreements/contracts.

Introducción

Afirma un proverbio antiguo que “el punto de partida condiciona el camino”. Uno de los temas fundamentales residirá, por tanto, en saber de dónde se ha de partir para determinar lo que se debe hacer.

El Profesor de la Universidade de Brasilia Nelson Gonçalves Gomes, a quien va dedicado este artículo en su “Festschrift” con ocasión de su 80 cumpleaños que festejará en el año 2023, y todos nosotros, Estevão de Rezende Martins, Profesor Emérito de la Universidade de Brasilia, Pedro Goergen, Universidade Estadual de Campinas, Aurobindo Xavier ilustre ingeniero geólogo y otros tantos estudiantes y hoy doctores por la Universidad de Munich (Alemania) esparcidos por diferentes Universidades a lo largo del globo terráqueo, sabíamos de dónde veníamos y a dónde deseábamos llegar, a saber, a ser doctores para potenciar el mejor conocimiento teórico-práctico en los países de donde procedíamos.

Todos nosotros, aunque no puedo aquí mencionar a todas las personas de aquella época múniquesa que formábamos un grupo de estudio, de amistad, de encuentros y celebraciones (me recuerdo la comida en la “mensa,” el cafetito con tertulia en el apartamento de Aurobindo y Margarete Xavier en la “Studentenstadt” y las famosas “feijoadas”, preparadas por algún buen “cocinero” del grupo, la pizzería de Mario, etc.), todos nosotros, formábamos una sociedad global de interés por el conocimiento y con ánimo de poder intervenir por un mundo mejor a través de la ciencia, la tecnología, la filosofía, la historia y otras disciplinas.

Posteriormente a este nuestro grupo ya global y tan diferenciado en aquella época, mucho se ha escrito sobre la globalización, tanto desde el punto

de vista positivo para unos como negativo para otros. Este concepto suele estar asociado a ideas, entre otras, como: un injusto poder mundial en manos de los gobiernos del G8 y de multinacionales; causante de la contaminación y del desequilibrio ecológico planetario; portador de desgracias para los pobres; motor de exclusión y desigualdad entre países y dentro de ellos (hoy la desigualdad es una especie de gasolina de la pandemia que estamos sufriendo en este mundo globalizado); amenaza para el bienestar y la libertad de Occidente; amenaza para la diversidad cultural; causante del desempleo, de migraciones, de desigualdad en el acceso y en el uso de las TICs (tecnologías de la información y de la comunicación: fractura/brecha digital); causante de que haya ganadores y perdedores, etc.

Uno de los más prominentes y reciente defensor de la globalización, perteneciente a la élite mundial, ha afirmado que comparte todas esas preocupaciones, pero el hecho es que la “globalización es, en su conjunto, buena para todas esas cosas”. (M. Wolf 2004). La globalización ha producido riqueza, pero ésta no se ha distribuido a todas las personas y países por igual. Podemos afirmar que estamos ante un tema controvertido, emotivo, complejo, desigualitario, paradójico y de gran alcance e impacto en la sociedad y en las personas.

Hasta hace poco el tema era objeto de estudio para entendidos, sobre todo, economistas, hoy es un tema de debate en muchas de las ciencias humanas y sociales y también en Filosofía, convirtiéndose en tema de debate general.

En el Informe “*Por una globalización justa: crear oportunidades para todos*” de la “Comisión Mundial sobre la Dimensión Social de la Globalización”, creada en 2001 por decisión del Consejo de Administración de la OIT (Organización Internacional del Trabajo), publicado en 2004, se recogen en pp. II, 1, 15, 17, las siguientes opiniones y percepciones con relación a la globalización de personas normales de la vida de diferentes partes del mundo: “*Dormíamos en la orilla, cuando nos alcanzó una ola gigante*”. “*El mundo exterior puede prescindir de nosotros; pero nosotros no podemos prescindir de él*”. “*Si la globalización es un río, debemos construir presas para generar energía*”. “*Una globalización que reduce el precio del calzado infantil pero que provoca el desempleo de los padres carece de sentido*”. Estas breves

opiniones demuestran el interés por participar y obtener beneficios de la globalización y los temores ante una globalización “sin rostro humano”. Pocas personas desean quedarse al margen, pues la mayoría, o todas, están a favor del intercambio libre de ideas, de conocimientos, de símbolos, de bienes, de servicios y de movimiento de personas más allá de las fronteras.

En el fondo, podemos afirmar, a manera de introducción e hipótesis, como se lee en el Informe citado en su página 2, que

la globalización será lo que nosotros hagamos de ella. Sus resultados dependerán de las políticas, normas e instituciones que rijan su curso, de los valores que inspiren a sus actores, y de la capacidad de los mismos para influir sobre el proceso.

Algunos aspectos fundamentales para una reflexión profunda y pertinente

Estos aspectos se pueden concretizar, entre otras, en las siguientes preguntas clave que ya han sido, por otra parte, formuladas algunas de ellas por D. Held/ A. McGrew/ D. Goldblatt/ J. Perraton 2002, p. XXX, a saber: ¿Qué es la globalización? ¿Cuáles son sus causas? ¿Representa la globalización contemporánea una condición novedosa? ¿Qué valores sustentan el proceso de globalización? ¿Es posible una globalización justa que cree oportunidades para todas las personas, que sea un medio para extender la libertad, la democracia y el bienestar humano? ¿Está asociada la globalización con la desaparición, el resurgimiento o transformación del poder del Estado? ¿Impone la globalización nuevos límites a la política? ¿Cuál es la buena “gobernanza” de la globalización? ¿Cómo podemos “civilizar” y “democratizar” la globalización?

Hoy, observamos y constatamos, a nivel global una serie de desequilibrios económicos, sociales, políticos, militares, éticos y ecológicos, que no son aceptables *desde un punto de vista ético y filosófico* y también resultan claramente inaceptables desde un *punto de vista político-social*. Pero, ¿puede hoy el pensamiento filosófico, mediante su *reflexión crítica y constructiva y su práctica de conferir sentido* a las acciones, ayudar a crear condiciones que resuelvan o mitiguen estos desequilibrios y oriente (desde el “saber operacional”: “cómo hacer” y desde el “saber de orientación”: qué se debe hacer) la *apuesta ética y social* del proceso globalizador en el que estamos

inmersos? ¿Podemos acercarnos epistemológicamente al problema de estudio para desde el análisis de las contradicciones y paradojas del proceso globalizador explorar y exponer oportunidades y potencialidades para el ser humano? (V. Maquieira et al. 2006, pp.8-9). No se intentará contestar aquí a todas las preguntas, pero sí se ofrecerán una serie de reflexiones, normas y principios que den, al menos, “rostro humano” al proceso de globalización.

¿Qué es la globalización? Aproximación a una definición como hipótesis de trabajo

Siguiendo de nuevo los estudios de D. Held/ A. McGrew/ D. Goldblatt/ J. Perraton 2002, pp. XXX, XLIX, podría pensarse la globalización como la “ampliación, profundización y aceleración de una interconexión mundial en todos los aspectos de la vida social contemporánea, desde lo cultural a lo criminal, desde lo financiero hasta lo espiritual”. El “*alcance, intensidad y velocidad*” crecientes de las interacciones globales pueden estar asociados con una interconexión más profunda de lo local y lo global, de tal manera que la *repercusión* de los acontecimientos distantes se amplifica, al mismo tiempo que incluso los desarrollos más locales pueden llegar a tener enormes consecuencias globales”. Hay que reseñar e insistir aquí en la importancia y lo novedoso de los conceptos eje de *gran alcance, intensidad, velocidad y repercusión* del proceso de globalización al que estamos asistiendo en la actualidad a diferencia de cualquier otra forma de globalización que haya tenido lugar en el pasado.

Estos autores distinguen en sus análisis tres posturas ante la globalización, a saber, la postura *hiperglobalista*, la *escéptica* y la *transformacionalista*.

La *tesis hiperglobalista* afirma que los pueblos en todo el mundo están cada vez más sujetos a las disciplinas del mercado global. Este punto de vista está sujeto a una lógica económica y, en su variante neoliberal, celebra el surgimiento de un mercado global y el principio de la competencia global como heraldos del progreso humano. La globalización económica produce, según esta tesis, una “desnacionalización” de las economías mediante redes transnacionales de producción, comercio y finanzas. Se trata de un proceso

histórico lineal irreversible y de una limitación de la acción política y de la iniciativa del Estado. (D. Held/ A. McGrew/ D. Goldblatt/ J. Perraton 2002, pp. XXXI-II ss, 548).

La *tesis relativista* sostiene que la globalización es un mito que oculta la realidad de una economía internacional cada vez más segmentada en tres bloques importantes regionales (Europa, Asia-Pacífico y Norteamérica) (“regionalización”), en los que los gobiernos nacionales siguen siendo muy poderosos. La globalización está bajo el control de los gobiernos nacionales y los poderes del Estado-nación siguen sin alterarse fundamentalmente. (D. Held/ A. McGrew/ D. Goldblatt/ J. Perraton 2002, pp. XXXI, XXXV, 548).

La *tesis transformacionista* afirma que las pautas contemporáneas de la globalización se conciben como algo históricamente sin precedentes, de tal manera que los Estados y las sociedades experimentan actualmente un proceso de cambio profundo a medida que tratan de adaptarse a un mundo más *interconectado*, pero sumamente incierto. La globalización es una fuerza impulsora decisiva detrás de los cambios sociales, políticos y económicos que están reformando las sociedades modernas y el orden mundial. (D. Held/ A. McGrew/ D. Goldblatt/ J. Perraton 2002, pp. XXXI, XXXVII, ss. Ver también A. Aliende 2004).

La Enquete-Kommission del Deutscher Bundestag sobre “*Globalisierung der Weltwirtschaft – Herausforderung und Antworten*” 2002, p. 53, entiende la globalización como un “reto para la *configuración social y ecológica* del nuevo proceso y no por último también para el reforzamiento de las fuerzas democráticas que puedan ser efectivas como contrapeso a las tendencias distanciadoras o separadoras”.

Cuando hablamos de globalización entendemos por tal un “proceso de integración de realidades mundiales y de creciente interacción e interdependencia entre las partes del mundo”. (R. Casadei 2005, p. 27). La globalización es también la libre circulación de ideas a nivel mundial y, en este sentido, el pensamiento filosófico con su carácter universal ha pretendido la universalidad, al igual que la Universidad es desde su fundación universalidad.

La singularidad del proceso de globalización radica hoy, como escribe U. Beck 1998, p. 31, en la

ramificación, densidad y estabilidad de sus recíprocas redes de relaciones regionales-globales empíricamente comprobables y de su autodefinition de los medios de comunicación, así como de los espacios sociales y de las citadas corrientes icónicas en los planos cultural, económico, militar y económico. (Sobre el concepto de globalización, ver también J. Xercavins, et al. 2005, pp.97-119).

Los procesos actuales de integración más notables son los económico-financieros, pero también atañe a la cultura, la política (Estado territorial y política global), a los sistemas de seguridad (globalización militar), al sistema de salud (efecto covid-19), a la ciencia, la tecnología (la denominada “sociedad del conocimiento”), al medio ambiente (globalización y el medio ambiente), al mundo jurídico (derechos humanos de hombres y mujeres), a las migraciones (movimientos migratorios), etc.

Como características del proceso de globalización cabe señalar, entre otras: La liberalización del comercio y de las finanzas, la gran expansión de la inversión extranjera directa, la aparición de flujos financieros más allá de las fronteras, el gran aumento de la competencia en los mercados globales y, en general, en toda actividad humana como un distintivo de nuestro tiempo. (Nos podríamos preguntar, y sería una pregunta pertinente, si existen hoy límites a la competitividad o si ésta no tiene límites en absoluto, tal como se lo ha preguntado el “Group of Lisbon” 1993, preocupado por el papel de la competitividad en el proceso de globalización económica y social: ¿Es la competitividad el mejor instrumento para hacer frente a los graves problemas medioambientales, demográficos, económicos y sociales a nivel global? ¿Puede la competitividad gobernar el planeta? Ver a este respecto, N. Ursua 2003).

Causas o factores multicausales convergentes de la globalización

A pesar de estar viviendo hoy en una “comunidad global”, no existe, según los expertos, ninguna teoría coherente de la globalización, aunque sí hay una *diversidad de consideraciones* que tratan de identificar su dinámica causal implícita en la globalización contemporánea.

Se puede afirmar que se da una conjunción de acontecimientos, procesos y condiciones que incluyen tendencias expansionistas de los sistemas políticos, económicos, (decisión político-económica de reducir barreras

nacionales), militares, migratorios, culturales, ecológicos y sanitarios, influyendo de una manera extraordinaria la revolución de las tecnologías de la información y de la comunicación (la comunicación y transmisión de datos e informaciones es esencial para la integración planetaria actual, así como la importancia de Internet y la internacionalización de los “mass media”) y el gran desarrollo del transporte barato a gran escala de finales del siglo XX, que ha facilitado la globalización en todos los ámbitos de la actividad social y ha ampliado la capacidad de interacción global, mediante el surgimiento en todo el mundo de infraestructuras para el desplazamiento de personas, artefactos, bienes y símbolos. Hay que mencionar también como aspectos a tener en cuenta, la mundialización de la economía, la importancia del factor conocimiento e innovación, la expansión de la crisis ecológica a nivel mundial, las enfermedades contagiosas a nivel global (covid-19), el establecimiento del inglés como “lingua franca”, la marginación de las culturas minoritarias y la uniformización de las costumbres de consumo. Es necesario mencionar, en este contexto de consumo masivo, la revolución digital, también denominada revolución tecnológica, que incluye el uso de teléfonos inteligentes, las llamada revolución tecnológica, que permite conexiones cada vez más rápidas, seguras y con mayores prestaciones, como las comunicaciones de quinta generación (5G), las empresas tecnológicas o *BigTech*, también denominadas como GAFA (Google, Amazon, Facebook, Apple, algunos también incluyen en este grupo a Netflix), que conforman grandes plataformas digitales y permiten grandes transacciones económicas con gran impacto social, de las que existe su correspondiente espejo asiático BAXT (Baidu, Alibaba, Tencent y Xiaomi. (A. Zubillaga 2019, 177, 186).

Este nuevo proceso globalizador ha potenciado también de forma masiva la *intensidad* y la *velocidad* de las interacciones globales, al mismo tiempo que ha alterado la *repercusión* de la globalización de una manera más especial en lo referente a sus consecuencias para la distribución del poder. (Ver a este respecto: Enquete-Kommission del Deutscher Bundestag 2002, p. 53; D. Held/ A. McGrew/ D. Goldblatt/ J. Perraton 2002, pp. XLIV-XLV, 544-548). Estos autores piensan que la explicación de la globalización contemporánea simplemente como producto de la lógica expansionista del capitalismo, de la difusión global de la cultura popular, o de la expansión militar, es llanamente

unilateral y reduccionista. Se puede afirmar que hay una conjunción de fuerzas en el proceso globalizador y una dinámica de interacción que se ha de tener en cuenta y explorar y no es un proceso automático o algo que se reproduce por sí mismo.

La “desglobalización,” un nuevo concepto

Ante la presente y persistente pandemia (covid-19), ¿no se está encogiendo el proceso globalizador actual y no están apareciendo los “tics” proteccionistas (barreras y restricciones) como “America First”?

Algunos analistas hablan hoy de un nuevo proceso que se está dando y que presumiblemente irá en aumento, a saber, una disminución de la interdependencia entre países, aunque en esta crisis pandémica el mundo es mucho más dependiente de China.

Investigadores, como el historiador económico H. James, 2020, y el Presidente del Bundesbank alemán J. Weidmann, 2020, han empezado a introducir el concepto de “desglobalización”. Empresas que se habían desplazado a países con mano de obra barata y gran productividad, lo que se conoce como *offshore* (deslocalización). China, por ejemplo, supone el 20% de la producción bruta total frente al 4% de 1995. Para cuando estalló la crisis del covid-19, China ya se había convertido en el mayor proveedor mundial de productos clave. Por poner un ejemplo muy ilustrativo, China ha sido el gran proveedor de mascarillas, respiradores y de otros productos y medicamentos sanitarios indispensables. Los gobiernos y empresas se han percatado durante esta crisis sanitaria de su dependencia de algunos países de Asia y para no depender excesivamente hay empresas que están repatriando sus empresas y fábricas en el extranjero a su empresa o fábrica matriz, lo que se conoce como *reshore*. Ya se habla de un nuevo modelo llamado “Autonomía Estratégica Abierta”, que lleva a un nuevo tipo de globalización donde se construyen alianzas más fuertes con socios de ideas afines, con mayor protección a las empresas locales y una diversificación de las cadenas de suministro, lo que supone traer las empresas y fábricas de vuelta a casa. (Ó. Granados 2020, 1-5).

La globalización, no obstante, es mucho más que un simple proceso económico, pues como ha demostrado recientemente de manera muy clara el

movimiento mundial “Black Lives Matter” esta idea se globaliza y obtiene algunos resultados prácticos que van más allá de la economía involucrando a muchas personas de diferentes países.

¿Qué principios han de guiar el proceso de globalización en general?

Si se quiere que los beneficios del proceso de globalización puedan y deban llegar a más personas y repartirse esos beneficios mejor entre los diferentes países y dentro de ellos mismos entre las personas, es necesario *influir y configurar este proceso globalizador* en base a *objetivos y principios sociales y éticos*. El debate se ha de centrar en la *democracia* (poder de configuración) y en la *justicia social* en el seno de una economía globalizada.

Deseamos y proponemos, al igual que afirma el Informe “*Por una globalización justa: crear oportunidades para todos*” de la OIT 2004, pp. IX-X, 2-10; -ver también O. Höffe, 2007, 2007a; F. J. Roa, et. al. 2011-, un proceso de globalización dotado de una fuerte **dimensión ética y social**, basado en *valores universales compartidos* y en el respeto a los derechos humanos y la dignidad de la persona. Una *globalización justa, integradora, gobernada democráticamente y que ofrezca oportunidades y beneficios a todos los países y a todas las personas*. Demandamos pues un enfoque centrado en la persona.

Necesidad de reforzar el marco ético y social

Una de las grandes tareas de los filósofos ha consistido, desde el pasado más remoto, en pensar y elaborar estudios sistemáticos sobre la ética para dilucidar o justificar el sistema o sistemas de ideas que se han de utilizar para evaluar las acciones de los individuos y de las instituciones, establecer criterios para definir los derechos y deberes en las diferentes esferas de la vida, especificar las cualidades que se han de favorecer o no favorecer en el carácter individual (virtudes o vicios) y considerar diferentes formas de vida y sus demandas para que los seres humanos las sigan. Todo este trabajo se ha ofrecido en la historia de la filosofía no como meras descripciones, sino como *teorías normativas*, a saber, como teorías que ofrecen una guía general para

actuar correctamente o para ser el tipo de persona correcta o para vivir adecuadamente (J. Benson 2000, pp. 3-5).

Como afirman C. Mitcham 2001, et al., pp. 24-25, 29, 33-35, la necesidad de la ética se funda en el hecho de que los seres humanos están siempre enfrentados a cursos de acción alternativos. Hay más cosas que podrían hacerse de las que realmente se hacen; hay siempre más de una manera de cumplir una tarea; hay que elegir realizar una acción más bien que otra, de un modo y no de otro. Por este motivo, la ética se desarrolla en respuesta a la *diversidad de opciones de la experiencia humana* como una guía en el quehacer y en el vivir en esa abigarrada experiencia y nace, por tanto, de la libertad humana. En un sentido general, la ética es el intento de tratar con esta experiencia de la opcionalidad en los asuntos humanos. Como observa de nuevo C. Mitcham 2001, et al., pp. 27, 48, basándose en los argumentos de R. Nash 1989, existe una tendencia fundamental dentro de la ética moderna, - desde la *Carta Magna* de 1215 hasta el *Acta de las Especies en Peligro* de 1973-, y, hasta hoy podríamos decir, que consiste en ir ampliando el ámbito de la moralidad (“círculo en expansión”), sobre todo hoy, más allá de lo antropológico, incluyendo no sólo a los seres humanos y sus relaciones, sino también a los animales, la naturaleza e incluso a los artefactos.

Dentro de las teorías éticas básicas, a saber, la *ética de la virtud* (centrada en el agente virtuoso), la *ética de la ley natural* (de fondo holístico), la *ética del derecho natural* (de fondo individualista), la *ética utilitarista o consecuencialista*, la *ética deontológica* (centrada en la acción), nos inclinaremos aquí, aunque no creemos que las diferentes teorías éticas sean excluyentes, por una síntesis entre la *ética de la virtud* (es ético lo que una persona virtuosa haría), el *consecuencialismo* (consideración de las consecuencias de las acciones para el bienestar de los implicados), el *deontologismo* (“deberismo u obligacionismo”: imperativo categórico kantiano: “actúa de tal modo que el principio de tu acción pueda ser generalizado”) y, sobre todo, el *contractualismo*, a saber, la teoría que identifica y fija el comportamiento ético, los derechos y deberes de los seres humanos mediante el acuerdo mutuo libremente aceptado.

A. Sen, Premio Nobel de Economía en 1998, en su obra sobre *Ética y Economía* (publicada en inglés en 1987, traducción de 2003, pp. 68, 90-94), ya

ha insistido en el empobrecimiento de la economía del bienestar como resultado del distanciamiento que se ha producido entre la ética y la economía y, en concreto, en la inadecuación de los criterios de evaluación empleados en la moderna economía del bienestar, esbozando razones a favor de desarrollar algunas de las discusiones éticas contemporáneas en la dirección consecuencial, pese al comprensible rechazo del utilitarismo y de su manera muy limitada de valoración consecuencial. Para A. Sen, la economía puede ser más productiva si tiene en cuenta las consideraciones éticas que afectan al comportamiento humano. “La economía del bienestar, escribe A. Sen ²2003, p. 104, se puede enriquecer sustancialmente prestando más atención a la ética”.

¿Por dónde empezar esta “nueva” transformación?

Como lo que aquí se propone, en base a lo ya descrito, es una **globalización más ética y social**, en su sentido amplio, ésta se ha de asentar en *valores y principios universalmente compartidos* (valores como justicia y justicia para las próximas generaciones, reciprocidad, cooperación, ayuda, democracia participativa, tolerancia y cosmopolitismo; ver también O. Höffe 2007; 2007a), valores que son necesarios para el buen comportamiento privado y público de una ciudadanía responsable. Para no ser muy “exigentes éticamente” y no pedir algo que éticamente no se pueda realizar, o sea utópico, se podría partir del cumplimiento de las ideas y principios ya recogidos en Documentos aprobados oficialmente como la *Carta de las Naciones Unidas* que reconoce el “patrimonio común de la humanidad”, con el fin de crear ciertas formas de gobernar la distribución, la apropiación y la explotación del territorio, la propiedad y los recursos naturales y que manifiesta como prioridad colectiva la preservación de la paz, la promoción de los derechos humanos y el establecimiento de una mayor justicia social; los “asuntos públicos” engloban a la comunidad internacional en su conjunto. (Ver el modelo de la *Carta de las Naciones Unidas*, en D. Held/ A. McGrew/ D. Goldblatt/ J. Perraton 2002, p. 43). Se podría partir de la *Declaración Universal de los Derechos Humanos* (10 de diciembre de 1948; ver M. Berraondo 2005), de la *Declaración de la OIT* sobre los principios y derechos en el trabajo y de la *Declaración del Milenio de las Naciones Unidas*. (En

septiembre de 2002, 189 Jefes de Estado y de Gobierno asumieron, en nombre de sus Países, ya fueran ricos o pobres, el compromiso de alcanzar una serie de objetivos mensurables para el año 2015, tales como: Erradicar la pobreza extrema y el hambre, lograr una educación primaria universal, promover la igualdad de género, reducir la mortalidad infantil, mejorar la salud materna, combatir el VIH/Sida, el paludismo y otras enfermedades, garantizar la sostenibilidad del medio ambiente, desarrollar una alianza mundial para el desarrollo). (Ver: “*Por una globalización justa: crear oportunidades para todos*” de la OIT 2004, pp. 9, 118). Se puede y se debe partir también de la *Carta Mundial por la Naturaleza* de 1982. En septiembre de 2015, 193 países aprobaron los *Objetivos de Desarrollo Sostenible* (ODS) en la Asamblea General de Naciones Unidas. Unos objetivos que conforman la llamada *Agenda 2030*, una agenda universal ambiciosa que sitúa los derechos humanos de todas las personas en el centro, sin dejar a nadie atrás, ni a personas ni al planeta. Los *Objetivos de Desarrollo Sostenible* (ODS), recogidos en la *Agenda 2030* de la Naciones Unidas pretende dar continuidad a la Agenda del Desarrollo tras los objetivos del Desarrollo del Milenio. Los *Objetivos de Desarrollo Sostenible* (ODS) están configurados por 17 Objetivos y 169 metas destinadas a resolver los problemas sociales, económicos y ambientales. Los 17 objetivos son:

1. Erradicar la pobreza en todas sus formas en todo el mundo.
2. Poner fin al hambre, conseguir la seguridad alimentaria y una mejor nutrición, y promover la agricultura sostenible.
3. Garantizar una vida saludable y promover el bienestar para todos para todas las edades.
4. Garantizar una educación de calidad inclusiva y equitativa, y promover las oportunidades de aprendizaje permanente para todos.
5. Alcanzar la igualdad entre los géneros y empoderar a todas las mujeres y niñas.
6. Garantizar la disponibilidad y la gestión sostenible del agua y el saneamiento para todos.
7. Asegurar el acceso a energías asequibles, fiables, sostenibles y modernas para todos.

8. Fomentar el crecimiento económico sostenido, inclusivo y sostenible, el empleo pleno y productivo, y el trabajo decente para todos.

9. Desarrollar infraestructuras resilientes, promover la industrialización inclusiva y sostenible, y fomentar la innovación.

10. Reducir las desigualdades entre países y dentro de ellos.

11. Conseguir que las ciudades y los asentamientos humanos sean inclusivos, seguros, resilientes y sostenibles.

12. Garantizar las pautas de consumo y de producción sostenibles.

13. Tomar medidas urgentes para combatir el cambio climático y sus efectos (tomando nota de los acuerdos adoptados en el foro de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático).

14. Conservar y utilizar de forma sostenible los océanos, mares y recursos marinos para lograr el desarrollo sostenible.

15. Proteger, restaurar y promover la utilización sostenible de los ecosistemas terrestres, gestionar de manera sostenible los bosques, combatir la desertificación y detener y revertir la degradación de la tierra, y frenar la pérdida de diversidad biológica.

16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para el desarrollo sostenible, facilitar acceso a la justicia para todos y crear instituciones eficaces, responsables e inclusivas a todos los niveles.

17. Fortalecer los medios de ejecución y reavivar la alianza mundial para el desarrollo sostenible. (Ver, por ejemplo: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/objetivos-de-desarrollo-sostenible/>> (10.01.2022).

Para llevar a cabo esta propuesta, los actores de la globalización, a saber, estados, sociedad civil, empresas, sindicatos, organizaciones nacionales e internacionales y personas, se han de inspirar y cumplir estos valores y aceptar su responsabilidad en la realización de los mismos.

La Enquete-Kommission del Deutscher Bundestag 2002, pp. 53, 55-56, reconocía y aprobaba en ese año principios y valores tales como: el *principio democrático* en la economía y en la sociedad (participación de ciudadanos/as), el *desarrollo sostenible*, el respeto a los *derechos humanos*, la *justicia social distributiva*, la *diversidad cultural* y la *equidad de género* para poder enfilar o modelar, configurar la globalización desde la vertiente social, ecológica y de la

equidad. Como la economía de mercado no se preocupa ni se puede preocupar por sí sola del bienestar de todas las personas, es tarea del Estado preocuparse por la justicia distributiva y por la situación social del ser humano. En este sentido, el Estado ha de velar por el afianzamiento y la financiación del orden jurídico y social y de otros “bienes públicos” que a causa de la presión del proceso globalizador podrían estar en peligro. Bajo el concepto de “bienes públicos” se suele entender conceptos tales como la paz, el respeto a los derechos humanos, un medio ambiente intacto (el clima y el entorno global se consideran como bienes públicos globales), la justicia social, la educación, la investigación, la estabilidad de los mercados financieros y un grado mínimo de bienestar económico. Hoy, estos “bienes públicos” se han de entender y configurar como bienes públicos a nivel mundial.

Un economista especializado en comercio y desarrollo internacional y que enseña en la J. Kennedy School of Government de la Universidad de Harvard como D. Rodrik 1997, afirmaba que la economía mundial se enfrenta hoy al reto de asegurar que la integración económica internacional no contribuya a la desintegración económica. Según este autor, la tensión entre globalización y estabilidad social se centra en tres problemas: 1) la transformación moderna de la relación del empleo; 2) los conflictos existentes entre el comercio internacional y las normas sociales y 3) la presión que ha de soportar un gobierno nacional para mantener la cohesión doméstica y los sistemas de bienestar social. Para Rodrik el comercio (el libre comercio que enriquece a las naciones) y los programas sociales deben de entremezclarse, insistiendo en el aspecto social. Para que la integración y la transformación global tengan lugar de manera adecuada es necesario tener en cuenta el argumento “Polanyi-Ruggie-Rodrik”, a saber, proteger, a corto plazo, a la ciudadanía de los peores efectos negativos. Para aumentar el tamaño de la tarta económica, a largo plazo, ningún trozo de la misma puede reducirse drásticamente a corto plazo. Esto puede significar gastos sociales del gobierno y requiere una gestión de la política que sea práctica y que refuerce el bienestar humano. Según Rodrik 2002, el mercado necesita estar incorporado en una serie de instituciones de no mercado para que funcione bien. Estas instituciones realizan diferentes funciones críticas con relación al mercado, a

saber, crean, regulan, estabilizan y legitiman al mercado. (GTN: ¿Global Trade Negotiations, Anti-what? 2005).

El Premio Nobel de Economía de 2001, J. Stiglitz, experto en globalización que ha trabajado en la Casa Blanca como Presidente del Consejo de Asesores Económicos del Presidente B. Clinton (1995-1997) y como economista jefe y Vicepresidente del Banco Mundial (1997-2000), afirmaba en el acto de investidura como Doctor Honoris Causa por la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea 2006, que la razón por la que la “mano invisible” (idea articulada por A. Smith en 1776: en el mercado, el interés propio conduce a la eficiencia económica como guiado por una mano invisible) siempre es invisible y es simplemente porque no estaba ahí, o para decirlo más llanamente, el mercado por sí mismo no conduce a la eficiencia económica. En muchos Países se ha entendido, entre ellos el País Vasco, según J. Stiglitz, que el gobierno tiene un papel importante y en esos lugares se ha entendido que el equilibrio entre el gobierno y el mercado era necesario para la eficiencia económica. Nadie puede pretender que el mercado por sí mismo sea una manera eficiente de asignar recursos: El Gobierno tiene un papel importante. Es muy necesario un gobierno eficaz y un equilibrio adecuado de las instituciones (privadas, públicas, ONGs, cooperativas, etc.). H.-J. Chang ²2004 propone, en su reflexión sobre la globalización, el desarrollo económico y el papel del Estado, “un enfoque político-institucional de la economía”.

Para que la globalización funcione es necesario, siempre según J. Stiglitz 2006, asegurarse de que existan redes seguras y una redistribución (sistemas de renta progresivos) para que no se beneficien solamente unos pocos que están en la cima, un sistema de educación fuerte, una gran inversión en tecnologías y una estrecha conexión entre educación y lugar de trabajo, así como una democracia participativa y con capacidad de decisión que supla el déficit democrático existente en la actualidad en el proceso y gestión de la globalización. Hasta ahora el problema básico reside en que la globalización económica ha sido más rápida que la globalización política. Las instituciones globales no se gobiernan de manera adecuada a los principios democráticos. Hay que hacer que la globalización funcione; la globalización actual no funciona, y esto se debe, sobre todo, a tres razones: a) la manera en que se ha gestionado la globalización por las instituciones financieras internacionales; el

FMI (Fondo Monetario Internacional) y el Banco Mundial han propugnado una visión del mercado demasiado extrema y no se han dado cuenta de las limitaciones del mercado y tampoco han tenido en cuenta el papel a desempeñar por el gobierno; b) la globalización ha sido con frecuencia injusta con los países en desarrollo, pues las reglas de juego las han dictado los países industrializados más avanzados o, en concreto, las empresas o corporaciones multinacionales atendiendo únicamente a sus intereses y c) incluso allí donde la globalización se ha realizado de forma justa, se han producido importantes consecuencias en materia de distribución de riqueza y esto es verdad tanto en el Norte como en el Sur. Para ello será necesario, según J. Stiglitz, *reformular la globalización*. Será necesario abordar el problema del déficit democrático y contribuir a la distribución justa de los beneficios de la globalización.

Los países en desarrollo deberían contar para ello con una mayor representación y participación en los órganos de toma de decisiones de las instituciones de Bretton Woods. Hay que reformar, por tanto, las instituciones internacionales como el FMI (que tenía la tarea de contribuir a la estabilidad económica, liberalizar la circulación de capitales y gestión de crisis, se transformó en razón instrumental de los intereses del capital financiero internacional), el Banco Mundial (que tenía la tarea de impulsar políticas de desarrollo y crecimiento) y la OMC (Organización Mundial del Comercio), (que tenía la tarea de negociar las reglas de la competencia) para que gobiernen mejor y más equitativamente). (J. Stiglitz 2002).

Esta **globalización más ética y social**, por la que se viene argumentando en este breve ensayo, siguiendo los autores citados y el Informe “*Por una globalización justa: crear oportunidades para todos*” de la OIT 2004, pp. IX-XI, 5-6, 9, no necesita un plan utópico, sino una estrategia que requiere *una serie de cambios coordinados de diversa índole*: reformas de ciertas partes del sistema económico, reforzamiento de la “gobernanza” a escala local, una mejora del sistema educativo y sanitario (y más ahora en tiempos de pandemia), una mejor redistribución, etc. y que, de ninguna manera, se quede fuera la dimensión cultural (ese poderoso símbolo de identidad y de pertenencia y su relación a la “mundialización cultural”), el medio ambiente y el equilibrio social bajo la presión acuciante de la competencia por reducir costes. Esto se podría

resumir en las siguientes líneas programáticas, que se han de realizar para *configurar* el tipo de globalización que se propone:

- Es necesario afirmar y defender *un enfoque centrado en las personas* que respete la dignidad humana y que considere a todos los seres humanos como iguales.
- Reforzar un *estado democrático y eficaz* con una mayor escucha y participación y que garantice la rendición de cuentas (“accountability”).
- Requiere un *desarrollo sostenible* que potencie el desarrollo económico, social y medioambiental a escala local, regional y mundial equilibrado, que se promueva el empleo y medios de vida sostenibles, la igualdad de género y se reduzca las diferencias entre países y entre las personas.
 - Necesita *mercados productivos y equitativos con reglas justas*.
 - Enunciar *reglas justas y democráticas*.
 - Una *globalización solidaria*.
 - Una *mayor responsabilidad* ante las personas.
 - Asociaciones más *comprometidas*.
 - Unas *Naciones Unidas e Instituciones Internacionales financieras eficaces y comprometidas*.

Es necesario caminar hacia una “comunidad global” configurada mediante el diálogo y la buena “gobernanza global” (“global governance”).

El concepto de “gobernanza” (término técnico del inglés “governance”, traducido también por gobernabilidad o gobernanza, no confundir con “gobierno mundial”), se refiere aquí, tal como lo define la Unión Europea (“La gobernanza europea. Libro Blanco”: [Diario Oficial C 287, 12/10/2001, p. 1 \(europa.eu\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/PDF/?uri=CELEX:52001DC0428&from=EN)¹ (10.01.2022) a las reglas, procesos y conductas que afectan al modo como se ejerce el poder, sobre todo, a nivel local, regional, nacional, europeo y ahora mundial, en lo referente a la apertura (acceso a las instituciones), la participación, la responsabilidad (de todos/as los /as implicados/as a todos los niveles), la efectividad (políticas oportunas y

¹<<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/PDF/?uri=CELEX:52001DC0428&from=EN>>.

definición de necesidades y objetivos), la coherencia (entre políticas y acciones) y el incremento de democracia y legitimidad de las instituciones. Se trata de adoptar unas estrategias nuevas entre lo público y lo privado, entre el gobierno y la sociedad y puede servir de puente entre el liberalismo y el sistema de protección social. (Sobre el concepto de “gobernanza”, ver E. Muñoz 2005).

En la medida que aumenta la globalización de la economía mundial y la economía tiende a desligarse de los Estados nacionales, es necesario *configurar una política global de los procesos económicos, sociales y medioambientales o ecológicos*. La “gobernanza global”, término que utiliza y asume la Enquete-Kommission del Deutscher Bundestag 2002, pp. 415-455, y sirve de base para esta reflexión, significa el proceso de *configurar la globalización políticamente y normativamente a nivel mundial*. Este proceso aboga por dotar al mundo de un marco político justo, jurídicamente fiable y respetuoso de los límites de la naturaleza. El mismo principio del Estado democrático de derecho, en base al cual la ciudadanía puede determinar libremente sus condiciones de vida, debe plasmarse también a escala global.

Así, una política ordenadora de la economía de mercado globalizada, debería fijar, sobre la base del *principio de sostenibilidad* (consideración de los aspectos sociales, ecológicos y económicos), según afirma la Enquete-Kommission del Deutscher Bundestag 2002, p. 418, unas líneas directrices económicas, sociales y ecológicas inequívocas y habría de tener en cuenta aspectos de la seguridad humana, tales como: la protección global del medio ambiente, la lucha contra la pobreza, la prevención de conflictos, el respeto de los derechos humanos, la estabilidad de los mercados financieros, la justicia intergeneracional, la equidad de género (sobre mujeres, globalización y derechos humanos, ver V. Maquieira, et al. 2006) y la salvaguardia y el desarrollo de los estándares sociales.

La “gobernanza global” requiere para ello instituciones ordenadoras adecuadas e idóneas más allá del nivel del Estado. Los Estados nacionales, que no han de perder su identidad y poder y son necesarios, pues ciertos problemas y políticas seguirán siendo responsabilidad de los gobiernos locales y de los Estados nacionales, han de transferir competencias tanto “hacia arriba” (niveles nacionales e internacionales) como “hacia abajo” (política local y regional) y trabajar en diálogo, en cooperación y con acuerdos/contratos

(promoción de la cultura de *cooperación multilateral* y del *acuerdo/contrato*; - ver, al respecto, Group of Lisbon 1993, pp. 156-172, que defiende *cuatro contratos* que se han de firmar y cumplir a nivel global: 1) el contrato para cubrir las “necesidades básicas”, 2) el “contrato cultural”, 3) el “contrato democrático” y 4) el “contrato con la Tierra” (ver: N. Ursua 2003 y U. Beck 1998: *Respuestas a la globalización*, pp. 182-217)-, entre Estados y diferentes agentes y organizaciones, estatales y no estatales, para solventar problemas tales como la salud mundial, el medio ambiente, la seguridad global, la regulación económica, el tema de los derechos humanos, etc. Será necesario tener una gran imaginación política y social para no permanecer pasivos ante las grandes transformaciones que están teniendo lugar. (Enquete-Kommission del Deutscher Bundestag 2002, pp. 419-420, 432-433, 439, 450. Ver también D. Held/ A. McGrew/ D. Goldblatt/ J. Perraton 2002, p. 563).

La Enquete-Kommission del Deutscher Bundestag 2002, pp. 423 ss, 428, 450-451, al igual que J. Stiglitz 2002, 2006, creen, a este respecto, que es necesario llevar a cabo las reformas de las instituciones internacionales, pilares de la “gobernanza global”, como por ejemplo, entre otras, las organizaciones pertenecientes a las Naciones Unidas, el FMI, el Banco Mundial, la OMC (Organización Mundial del Comercio) etc., para que sean eficaces, transparentes, a todos los niveles, democráticas y los beneficios lleguen a todas las personas. La democracia y, en especial la sociedad civil, deseosa de participar activamente en el proceso de globalización, se ha de reforzar en tiempos de globalización. Esto requiere, sin duda, como afirma U. Beck 1998, pp. 191-192, “reorientar la política educativa”, pues el trabajo en el mundo de hoy se está sustituyendo o configurando por el conocimiento. Esto significa, a su vez, que hay que *invertir en formación e investigación* para construir y reconstruir la denominada “sociedad del conocimiento” y de la cultura y así poder hacer frente a los grandes retos transformacionales y fortalecer a las personas de manera adecuada en este mundo. (Ver sobre la “sociedad del conocimiento” el documento de la UNESCO, publicado en 2005: “Hacia las sociedades del conocimiento”, así como I. Tubella/J. Vilaseca 2005).

Sobre la necesidad de formación en tiempos de pandemia, el Director del Bundesbank de Alemania J. Weidmann 2020, p. 4, escribe:

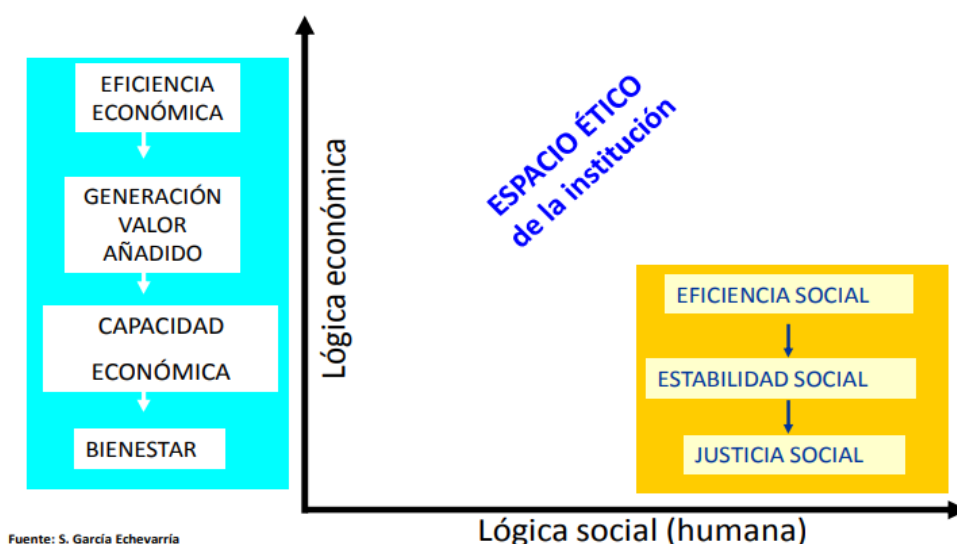
La Pandemia ha generado también pérdidas en la formación. En la mayoría de los Países del mundo se cerraron transitoriamente muchas de las instalaciones de formación con el fin de evitar la contaminación del virus. Entretanto 1.700 millones de niños y jóvenes, a nivel mundial, no acudieron a la Escuela... Hoy día Fernando Reimers de la Harvard School of Education y Andreas Schleicher de la OECD han llegado a la conclusión de que las pérdidas de aprendizaje, que ya se han producido- y en la medida en que no se recuperen- significará para la Sociedad una pérdida de productividad y menos crecimiento económico. Y, aún peor: la pérdida de formación no solamente va a influir en la magnitud del “pastel económico”, sino también en su distribución. Aquellas economías domésticas con una baja formación y con escaso patrimonio se encuentran en peores condiciones para apoyar a sus hijos en el aprendizaje fuera de la Escuela. Las alumnas y los alumnos afectados pueden, por lo tanto, tener grandes pérdidas de aprendizaje y padecer en el futuro también pérdidas significativas de rentas en comparación con sus compañeros/as de Escuela. Sobre todo, existe el peligro de que se reduzcan las ambiciones o incluso se produzcan abandonos escolares. (Weidmann 2020, p. 4)

En un mundo en el que estamos viviendo una aceleración de la globalización a través de una sociedad hiperconectada (con sitios de interacción social, conocidos como redes sociales digitales), muy complejo en el que el conocimiento y la tecnología ocupan un lugar destacado como la inteligencia artificial (IA), las grandes plataformas digitales, los Big Data, Internet de las cosas, la comunicación de quinta generación (5G), etc., el alcance, la intensidad y la repercusión de los problemas económicos, políticos, sociales o ambientales hacen que nos planteemos cómo abordar dichos problemas de manera conjunta y con mucha inteligencia y creatividad, sin caer en la reducción de todo al dato (dataísmo).

Esta hiperconectividad hace que cada ciudadano/a deba aprender a vivir y comportarse como ciudadano/a cosmopolita (en unidades supranacionales sin negar las nacionales), necesita, por lo tanto, llegar a nuevos acuerdos globales, a tener un sentido de justicia mundial y valores universales. Quien pueda “razonar desde el punto de vista del otro” estará mejor equipado para resolver los problemas y a hacerlo con justicia. (Ver sobre democracia y ciudadanía cosmopolita: U. Beck 2005; D. Archibugi/D. Held 2012; O. Höffe 2007, 2007a).

Al final hay una elección que ha de ser responsable, y no utópica, esa elección es y debe ser nuestra. De la libertad de elección depende nuestro sistema económico-social, ya que nos involucra tanto a la persona en su

dimensión individual como institucional. Desde un punto de vista crítico-filosófico, se trata de crear un espacio de libertad determinado por la lógica económica y la lógica social en el que la persona elige su desarrollo en el marco de la sociedad. En este sentido, lo económico y lo social se han de considerar como sistema de valores. No se puede separar pues lo “económico” de lo “societario”, ya que la persona construye su “acción económica” dentro de esos “valores”. Lo que se ha de perseguir es el desarrollo integral de la persona con sus competencias y su contribución a los demás. (Ver García Echeverría 2015, 1-26, 4-5, donde se puede ver la figura expuesta en p. 4; 2018).



Fuente: S. García Echeverría

Para afrontar la *dimensión societaria de la economía* en un mundo globalizado como el nuestro, podemos recurrir, a modo de propuesta, al planteamiento científico realizado por la Escuela de Friburgo (Alemania, cuyos fundadores son: W. Eucken, F. Böhm, H. Grossmann-Doerth; ver: S. García Echeverría 2015, 2018, 2020), también llamada “Escuela del Ordoliberalismo”, cuyos autores intentan llevar a cabo una política del “Ordenamiento Económico-Social” (*Ordnungspolitik*). Estos autores, ante la experiencia de la crisis económica mundial y de la economía estatal totalitaria, insistían desde su fundación a partir de los años treinta, en la competencia económica, pero no la competencia “desbocada”, como la de ahora, sino en una *competencia regulada y ordenada*. Esta política del Ordenamiento Económico-Societario

está caracterizada por la *Economía Social de Mercado*, donde se integra la *economía en la sociedad bajo un sistema de valores* y se hace una economía responsable.

Para dar validez a los principios del “Ordenamiento Económico-societario”, tales como el principio de competencia y el principio de responsabilidad, se necesitan reglas y que se cumplan. Como afirmaba el ex Presidente de Alemania, Joachim Gauk: “Se trata de un ordenamiento que ni somete a los individuos a una protección estatal, ni a un mercado en el que los poderosos puedan llegar a ser tan importantes que ellos mismos impongan las reglas”. (Palabras recogidas por J. Weidmann 2014, Presidente del Deutsche Bundesbank).

Globalización y pandemia (covid-19)

La pandemia del covid-19 durante el año 2020 y 2021, (no sabemos todavía cómo evolucionará a lo largo del 2022 con la variante ómicron de gran contagio y que está poniendo en jaque al sistema sanitario y económico por los contagios y las ausencias laborales debido al covid-19, pues escribo esto en febrero de 2022 en la sexta ola de la pandemia en España, que ya está bajando poco a poco), nos ha llevado a una situación extrema y nunca vista: pérdida de muchas vidas humanas, pérdida de empleos en una terrible crisis que costará mucho en superarla, vacunas que no sabemos todavía si serán suficientes a nivel global y efectivas para las variantes que están surgiendo, aceleración de la digitalización, extensión del teletrabajo, enseñanza online (bueno o malo, según se vea), rupturas en la cadena de suministros, en este caso, suministros médicos importantes, que pueden aumentar las desigualdades entre personas y países, distancia social, aislamiento, cuadros ansioso-depresiones, etc., etc. Existe además una gran presión sobre los/as gestores/as que han de tomar decisiones en tiempos de riesgo e incertidumbre. Parece que tendremos que convivir con el coronavirus por largo tiempo.

Las previsiones económicas están rodeadas, como afirma J. B. Donges 2020, 2021, de una extraordinaria incertidumbre, pues el covid-19 ha generado dos “shoks”. Primero, un “*shok*” de oferta, ya que las cadenas globales e intereuropeas han quedado desarticuladas. En la UE, el mercado único ha sido

casi o totalmente disuelto. El comercio mundial, debido al proteccionismo (la posición que ha tenido el ex Presidente Trump entre Estados Unidos y China y Estados Unidos y la UE), se ha ralentizado. La globalización cojea. Segundo, un “*shock*” de demanda. Las medidas adoptadas para frenar los contagios han repercutido en el gasto de las familias (consumo de artículos duraderos, ocio, cultura, restauración, turismo, tráfico aéreo y ferroviario, etc.). Todo esto tiene un efecto muy negativo en la economía nacional y mundial. Nos enfrentamos a un gran reto: *conciliar los objetivos sanitarios y económicos*.

Una pregunta que surge de manera inmediata es cómo no nos percatamos suficientemente de la pandemia global en nuestro “radar” mundial. No disponemos de un sistema de alerta preventivo y esta falta de previsión nos lleva a plantearnos cómo podemos ser más pro activos en el futuro. ¿Qué papel ha de jugar, por ejemplo, la Evaluación de la Tecnología (ET) en este tema y en futuros temas? No cabe duda que la crisis del covid-19 ha dejado claro que es necesario una comunidad de expertos en ET más activa, que interactúe con un amplio espectro de agentes y que aborde de manera inmediata un conocimiento científico, que cambia rápidamente, y que sirva de base para que los agentes que han de tomar decisiones lo hagan con un conocimiento fiable, lejos de cualquier ideología. Esto sería una especie de “ET 2.0 en tiempo real” (J. Hahn, et al. 2020, 74-75). Es del todo necesario una política europea coherente, basada en evidencias científicas con datos fiables, para que los responsables políticos tomen las medidas oportunas y gestionen la crisis de manera no partidista. Si no hay confianza en las instituciones, no tendrán mucho éxito las medidas adoptadas. Desde un punto de vista económico, hay que evitar el deterioro del tejido productivo y recuperar la confianza de los agentes económicos para de este modo poder iniciar la reactivación económica.

El buen conocimiento científico-tecnológico, que operando de manera multi- inter- y transdisciplinar, es el que nos ha de ayudar a salir de esta crisis pandémica. Ahora bien, este conocimiento se ha de basar en valores y principios científicos y sociales, pues esta crisis pandémica al incluir aspectos biológicos y sociales es más una *sindemia*, como afirma R. Horton en *The Lancet*, (sept., 2020) que una pandemia.

Los gobiernos no pueden, por lo tanto, afrontar de manera aislada o de forma individual una *sindemia*, ya que están interconectados aspectos biológicos y sociales, hay una relación entre enfermedad y determinantes sociales. Es necesario, pues, un trabajo cooperativo, globalizado, olvidando recelos, prejuicios y partidismos. La crisis es una crisis sistémica y cualitativa. Nadie lo puede hacer solo. Los tiempos de la política nacional han pasado. La cooperación internacional es el futuro.

Hay que mejorar diversos aspectos, a saber:

Las condiciones habitacionales de la ciudadanía (eliminar el hacinamiento), y mejorar el estado basal de salud. Disminuir la pobreza, no olvidemos, que la pobreza, como afirman los expertos, es la gasolina de la pandemia, pues a corto y medio plazo las consecuencias de esta crisis están afectando y afectarán a todos los sectores, aunque el impacto es muy distinto en los estratos sociales. El éxito de una ciudadanía sana se basa en la manera cómo nos socializamos y juntamos en el trabajo, en la calle, en la educación, en el ocio, en el transporte público, etc. Hoy las ciudades, y en concreto, las grandes ciudades, son un riesgo.

Hace falta infraestructuras en salud pública y una política en salud urbana que estudie los determinantes de salud en nuestras ciudades. En 2050, el 66% vivirá en las grandes ciudades donde hay grandes desigualdades y segregación. “La salud va por barrios,” lo que parece un refrán ya oído.

Hay que potenciar, por tanto, los estudios urbanos, como afirma Manuel Franco, epidemiólogo de la Universidad de Alcalá de Henares, que escribe: “Los barrios con cinco veces más contagios deberían tener cinco veces más servicios de Primaria, salud pública y rastreadores” (Ver: [Manuel Franco: "Los barrios con cinco veces más contagios deberían tener cinco veces más servicios de Primaria, salud pública y rastreadores" \(eldiario.es\)](#)² (10.01.2022). Como afirma M. Franco: Hay que abordar los contagios desde el “prisma de la equidad en la salud”. Necesitamos además de ciudades inteligentes y sostenibles, ciudades más humanas. No se puede olvidar, y es necesario apoyar de manera muy importante, la atención sanitaria, educativa, económica y social, pilares básicos del modelo de bienestar. El covid-19 nos enfrenta a riesgos

² <https://www.eldiario.es/sociedad/manuel-franco-barrios-cinco-veces-contagios-deberian-cinco-veces-servicios-primaria-salud-publica-rastreadores_128_6247423.html>.

sociales y retos en materia de bienestar, que afectan a ámbitos cardinales, a saber: los cuidados, que requieren una *atención centrada en la persona*, protección de la infancia y las familias, protección social para las personas trabajadoras más vulnerables, atender la desigualdad residencial (políticas de vivienda). (Ver también: L. Martínez Virto, et. al. 2020).

Conclusión

Como ya se ha afirmado, si queremos una globalización con “rostro humano” -y “primero la gente”, como afirman A. Sen y B. Kliksberg en su libro “Primero la gente” (2008), donde tratan de unir economía y ética-, no se trata de soñar y diseñar grandes utopías, quizá bellas, pero irrealizables, sino en poner en práctica de inmediato pequeñas y grandes reformas institucionales, a nivel internacional y nacional, y respetar los acuerdos/contratos, potenciando la colaboración y cooperación a nivel cognoscitivo y material. Este querer no está, a su vez, fundamentado en un voluntarismo caprichoso por un “mundo mejor”, sino en un compromiso ético, basado en principios y contratos, que han de partir del respeto a la persona humana, de la potenciación de la capacidad reflexiva, de crítica y de decisión y que contribuyan a su propio desarrollo, tanto a nivel personal como social.

Ahora bien, las personas solo podrán contribuir a la globalización y beneficiarse de ella si disponen de una salud adecuada, suficientes conocimientos, de cualificaciones, de valores, de derechos necesarios para obtener unos medios de vida básicos, empleos decentes e ingresos en un entorno saludable. Esto se podrá conseguir si los diferentes gobiernos internacionales, nacionales y regionales asignan los suficientes recursos a la sanidad (y más ahora en tiempo de pandemia), a la educación y formación (indispensable en esta sociedad del conocimiento adecuada a nuestro tiempo de pandemia global), a infraestructuras básicas y al medio ambiente y crean un marco institucional que garantice el acceso y ofrezca oportunidades. (Ver también al respecto: “*Por una globalización justa: crear oportunidades para todos*” de la OIT 2004, p. 67).

Una de las preguntas filosóficas que nos hemos de poner constantemente ante nosotros, y que requiere una respuesta adecuada, es con

qué conocimiento, con qué conciencia, con qué y en qué mundo queremos vivir. El futuro dependerá de si nos ponemos o no de acuerdo, en esta sociedad globalizada e interconectada, sobre el papel activo que ha de jugar de manera responsable el ser humano en este teatro de la mundialización y con qué principios y valores ha de guiar y realizar su vida en este creciente proceso de globalización y digitalización que estamos experimentando y que *aspiramos a gestionarlo* de manera legal, social, democrática y éticamente para beneficio de todas las personas y países del mundo.

Bibliografía

ALIENDE, Ana. (Ed.), (2004). **Las transformaciones sociales en el mundo contemporáneo**. Estella: Ed. Verbo Divino.

ARCHIBUGI, Daniele/Held, David (2012). “La democracia cosmopolita: Caminos y agentes”, **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**. N° 117, pp.57-86. <https://www.fuhem.es/papeles_articulo/la-democracia-cosmopolitacaminos-y-agentes/>. (10.01.2022).

BECK, Ulrik (1998). **¿Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización**. Barcelona: Paidós.

BECK, Ulrik. (2005). **La mirada cosmopolita o la guerra es la paz**. Barcelona: Paidós.

BENSON, John (2000). **Environmental Ethics**. London/New Cork: Routledge.

BERRAONDO, M. (2005). **Los derechos humanos en la globalización. Mecanismos de garantía y protección**. San Sebastián: Universidad de Deusto/Diputación Foral de Gipuzkoa.

CASADEI, Rodolfo (2005). **Los mitos de la nueva izquierda. Las profecías incumplidas de la antiglobalización**. Madrid: Ed. Encuentro.

COMISIÓN Mundial sobre la Dimensión Social de la Globalización de la OIT. (2004). **Por una globalización justa: Crear oportunidades para todos**, en <<http://www.ilo.org/public/spanish/wcsdg/docs/report.pdf>>. (10.01.2022).

CHANG, Ha Joon (2004). **Globalization, Economic Development and the Role of the State**. London: TWN. Zed Books.

DONGES, Jürgen, B. (2020). “Coronavirus y Economía: Retos comunes e inusitados.” **IDOE. (Instituto de Dirección y Organización de Empresas)**. N° 101. Universidad de Alcalá de Henares.

DONGES, Jürgen, B. (2021). “La Economía de Mercado, ¿En crisis por Covid-19?” **IDOE**. N° 107. Universidad de Alcalá de Henares.

ENQUETE-KOMMISSION del Deutscher Bundestag (Parlamento alemán) (2002). **Globalisierung der Weltwirtschaft – Herausforderung und Antworten**, en <<https://dserver.bundestag.de/btd/14/092/1409200.pdf>>. (Existe una versión reducida en castellano: *Extracto del Informe Final*. <<https://webarchiv.bundestag.de/cgi/show.php?fileToLoad=235&id=1040>>). (10.01.2022).

FRANCO, M. (2020). Los barrios con cinco veces más contagios deberían tener cinco veces más servicios de Primaria, salud pública y rastreadores. <https://www.eldiario.es/sociedad/manuel-franco-barrios-cinco-veces-contagios-deberian-cinco-veces-servicios-primaria-salud-publica-rastreadores_128_6247423.html>. (10.01.2022).

GARCÍA ECHEVERRÍA, Santiago (2015). “La crisis del Estado del Bienestar. Desde la perspectiva Económico-Empresarial. The Welfare State Crisis. From an Entrepreneurial-Economic Perspective”. **IDOE** (Instituto de Dirección y Organización de Empresas). N° 372. Universidad de Alcalá de Henares.

GARCÍA ECHEVERRÍA, Santiago (2018). “Contribución de la Escuela de Friburgo al pensamiento económico-europeo/The Freiburg School’s Contribution to European Economic Thinking”. **IDOE**. N° 392. Universidad de Alcalá de Henares.

GARCÍA ECHEVERRÍA, S. (2020). “Papel de la información en la captación y transmisión de la realidad económico-social/The Role of Information in capturing and transmitting Economic-Social Reality”. **IDOE**. N° 400. Alcalá de Henares.

GLOBAL Trade Negotiations (2005). **Anti-what?** En <<http://www2.hawaii.edu/~noy/362texts/antiwhat.pdf>> (10.01.2022).

GRANADOS, Óscar (2020). “El mundo se hace más pequeño”, en **El País**, N° 1.813, 9 de agosto, pp.2-5.

GROUP of Lisbon (1993). **Limits to Competition**. Lisbon: Gulbenkian Foundation.

HAHN, J, et al. (2020). “Technology Assessment for a changing world”, en **Zeitschrift für Technikfolgenabschätzung in Theorie und Praxis** (TA TuP). 29/3, pp. 74-75.

HELD, David/McGrew, Anthony/Goldblatt, David/Perraton, Jonathan (2002). **Transformaciones globales. Política, Economía y Cultura**. México: Oxford University Press.

HÖFFE, O. (2007). **Ciudadano económico, ciudadano del Estado, ciudadano del mundo**. Ed. Katz, Buenos Aires.

- HÖFFE, O. (2007a). “Globalisierung? Ja bitte”, en **Die Welt**, 21, julio, 2007.
- HORTON, R. (2020). “Offline: COVID-19 is not a pandemic”, en **The Lancet**, Vol. 396, 26 september. <<https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2932000-6>> (10.01.2022).
- JAMES, Harold (2020). **German Banks and the Challenges of Globalization, Redebeitrag zur virtuellen Gesprächsrunde im Center for Financial Studies**. Goethe-Universität, Frankfurt am Main, 9. Julio 2020.
- MAQUIEIRA, Virginia et al. (2006). **Mujeres, Globalización y Derechos Humanos**. Madrid: Ed. Cátedra/Universitat de València/Instituto de la Mujer.
- MARTÍNEZ VIRTO, Lucia, et. al. (2020). “Bienestar Post Covid-19. Reflexiones para la toma de decisiones”, en **Eusko-Ikaskuntza. Asmoz ta Jakitez** (20.3.2020).
<
[http://www.eusko-ikaskuntza.eus/files/galeria/files/PD_Bienestar_post_covid_es\(1\).pdf](http://www.eusko-ikaskuntza.eus/files/galeria/files/PD_Bienestar_post_covid_es(1).pdf)> (10.01.2022).
- MITCHAM, Carl/García de la Huerta, Marcos (2001). **La ética en la profesión del ingeniero. Ingeniería y ciudadanía**. Santiago de Chile: Universidad de Chile.
- MUÑOZ, Emilio (2005). “Gobernanza, Ciencia, Tecnología y Política: Trayectoria y Evolución”, en **Arbor**. Vol. CLXXXI, N° 715, pp. 287-300.
- NASH, Roderik (1989). **The Rights of Nature: A History of Environmental Ethics**. Madison Wi.: University of Wisconsin Press.
- ROA CASTEL, Francisco J., et al. (2011). **Globalización y Responsabilidad. Claves éticas de la mundialización**. Madrid: Every View.
- RODRIK, Dani (1997). **Has Globalization Gone Too Far?** Washington DC.: Institute for International Economics.
- RODRIK, Dani (2002). **Feasible Globalizations**, en <<https://www.nber.org/papers/w9129>> (10.01.2022).
- SEN, Amartya (2003). **Sobre Ética y Economía**. Madrid: Alianza.
- SEN, Amartya/Klikberg, Bernardo (2008). **Primero la gente. Una mirada desde la ética de desarrollo a los principales problemas del mundo globalizado**. Ed. Deusto. Barcelona.
- STIGLITZ, Joseph E. (2002). **El malestar en la globalización**. Madrid: Taurus.
- STIGLITZ, Joseph E. (2006). **Acto solemne de investidura como Doctor Honoris Causa por la Universidad del País Vasco/Euskal Erriko Unibertsitatea**. Bilbao: Servicio de Publicaciones de la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea.

TUBELLA, Imma/Vilaseca, Jordi (Coords) (2005). **Sociedad del conocimiento. Cómo cambia el mundo ante nosotros**. Barcelona: Editorial UOC.

UNESCO (2005). **Hacia las sociedades del conocimiento**. Publicaciones de UNESC

O, en . <<https://es.slideshare.net/jacosol/hacia-las-sociedades-del-conocimiento-informe-unesco> >10.01.2022.

URSUA, Nicanor (2003). “¿Son la competitividad y el éxito los únicos factores de la sociedad de la información y del conocimiento? Hacia unos nuevos contratos sociales”, en María Luisa Amigo (Ed.): **Humanismo para el siglo XXI**. Bilbao: Universidad de Deusto, pp. 151-161.

WEIDMANN, J. (2014). “De dentistas y economistas – Sobre la importancia de un marco del ordenamiento económico que sea consistente para la política económica”. **IDOE**. Universidad de Alcalá de Henares, N°. 61, abril 2014.

WEIDMANN, J. (2020). “Desglobalización, pérdida de formación y endeudamiento: Retos de la política económica después de la pandemia”. **IDOE**. Universidad de Alcalá de Henares. N° 105, octubre 2020.

WOLF, Martin (2004). **Why Globalization works**. New Haven: Yale University Press/Bhagwati.

XERCAVINS, J./Cayuela, D./Cervantes, G./Sabater, A. (2005). **Desarrollo sostenible**. Barcelona: Ediciones UPC.

ZUBILLAGA, Agustín (2019). “Digitalizando Euskadi: Más allá de la tecnología/Digitizing Basque Country: Beyond technology”, en **Revista Internacional de los Estudios Vascos**. 64:1-2, pp.174-213.



ARTIGOS – ARTICLES

Singularity and Coordination Problems:
Pandemic Lessons from 2020

Nythamar de Oliveira
PUCRS-CNPq
nythamar.oliveira@pucrs.br

Nicholas Kluge Corrêa¹
PUCRS, Bonn
nicholas@airespucrs.org

Como citar este artigo: OLIVEIRA, N., CORRÊA, N. K.. “Singularity and Coordination Problems: Pandemic Lessons from 2020”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 405-431. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa

Abstract: Are there any indications that a Technological Singularity may be on the horizon? In trying to answer these questions, the authors made a small introduction to the area of safety research in artificial intelligence. The authors review some of the current paradigms in the development of autonomous intelligent systems, searching for evidence that may indicate the coming of a possible Technological Singularity. Finally, the authors present a reflection using the COVID-19 pandemic, something that showed that global society's biggest problem in managing existential risks is its lack of coordination skills as a global society.

Keywords: Singularity. Artificial Intelligence. Existential Risk. Coronavirus Pandemic.

Singularidade e problemas de coordenação: Lições da Pandemia de 2020

Resumo: Há indícios de que uma Singularidade Tecnológica possa estar no horizonte? Na tentativa de responder a essas perguntas, os autores fizeram uma pequena introdução à área de pesquisa de segurança em inteligência artificial. Os autores revisam alguns dos paradigmas atuais no desenvolvimento de sistemas inteligentes autônomos, buscando evidências que possam indicar a chegada de uma possível Singularidade Tecnológica. Por fim, os autores apresentam uma reflexão a partir da pandemia da COVID-19, que mostrou

¹ Graduate Program in Philosophy of the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (Brazil) – Av. Ipiranga, 6681 - Partenon, Porto Alegre - RS, 90619- 900.

que o maior problema da sociedade global na gestão de riscos existenciais é a falta de capacidade de coordenação como sociedade global.

Palavras-chave: Singularidade. Inteligência Artificial. Risco Existencial. Pandemia de Coronavírus.

Singulitarianism and Safety

Artificial Intelligence (AI) research is an interdisciplinary endeavor by nature, given the various fields that participate and benefit from its development. When we talk about AI, either in the context of computer science (Sutton & Barto, 1998; Russell & Norvig, 2003; Wang, 2019) or in the study of the philosophy of the mind (Searle, 1980; Haugeland, 1985; Newell, 1990; Chalmers, 2010), a certain dichotomy is utilized to classify two different types of AI: Narrow (1) and General (2) (Shane & Hutter, 2007):

1. *Narrow intelligence:* Also known as “weak” AI, narrow AI is how we define intelligent systems that we are used to interacting within our daily lives. Such systems are only proficient in specific tasks and unable to generalize their skills to domains outside their training environment;

2. *General intelligence:* also referred to as “strong” AI, or artificial general intelligence (AGI), which consists of an hypothetical intelligent system capable of solving many types of problems proficiently, in any domain, or at least in a wide range of domains.

AGI (depending on how we interpret the word “general”) would be something capable of covering all possible tasks. Those that humans are specifically good at. Those that animals are specifically good at. And all that goes beyond our imagination (Chollet, 2019). However, a more modest definition would be to define an AGI as a system that exceeds human cognitive ability in any domain of interest (Müller & Bostrom, 2016).

Moravec (1998, p. 10) proposes an analogy where the advancement of AIs capabilities are compared to a “flood.” Fifty years ago, tasks previously performed exclusively by humans (e.g., human calculators) were “flooded” and replaced by the use of autonomous systems. We are increasingly taking refuge in the high peaks of the cognitive landscape, still reserved exclusively for us, while lower regions continue to be flooded.

The authors' objective in this essay is to explore the following idea, “What if we are successful in developing AGI”? Vinge (1993) uses the term “Singularity” to define artificial intelligent systems/agents that have surpassed human intelligence. At the same time, “Singulitarianism” is the name used to describe the Transhumanist strand where the possibilities and consequences of creating a Technological Singularity in the medium-long future are discussed. Given this possibility, an active response is necessary to ensure that such an event is beneficial to our society (Kurzweil, 2005; Naude, 2009; Chalmers, 2010; Lombardo, 2012; Tegmark, 2017).

Irving J. Good was one of the first academics to speculate on the possibility of an “ultraintelligent machine” (Singularity):

Let an ultraintelligent machine be defined as a machine that can far surpass all the intellectual activities of any man however clever. Since the design of machines is one of these intellectual activities, an ultraintelligent machine could design even better machines; there would then unquestionably be an “intelligence explosion”, and the intelligence of man would be left far behind [...] Thus the first ultraintelligent machine is the last invention that man need ever make, provided that the machine is docile enough to tell us how to keep it under control. It is curious that this point is made so seldom outside of science fiction. It is sometimes worthwhile to take science fiction seriously. (Good, 1965, p. 33)

However, would there be any indication that an intelligence explosion is something, however unlikely, still possible? Perhaps.

One can already find in the literature the first indications of autonomous systems assisting in the development of other autonomous systems. Zoph and Le (2017) proposed an autonomous technique for the development of artificial neural network architecture. According to the authors: “our method, starting from scratch, can design a new network architecture that rivals the best architecture invented by man” (Zoph & Le, 2017, p. 1). The authors developed their model using Reinforcement Learning (RL) to train their “architect” system of artificial neural networks. RL is one of the paradigms in the area of machine learning, where artificial agents must act in the environment that they are embedded and find an action policy that

maximizes the cumulative reward return for a given reward function (i.e., the goal) (Russell & Norvig, 2003).

Reward functions are a mathematical representation of the preferences that guide the behavior of agents operating by RL, where, for example, a cleaning robot can maximize a function that assigns high reward to world-states with “little dirt on the floor” and a low reward to world-states where the floor is dirty.

Many of the models used to study idealized rational agents (e.g., Expected Utility Theory) provide convincing arguments that any rational agent with consistent preferences should act as an expected utility maximizer (Von Neumann & Morgenstern, 1944). However, within the framework of expected utility theory, there are corollary results that seem to refer to the concern of Good, quoted above: “as long as the machine is docile enough to tell us how to keep it under control” (Good, 1965, p. 33).

Stephen Omohundro (2008) cites some characteristics that we should expect these types of agents (expected utility maximizers/RL agents) to possess, and Bostrom (2014, chapter 7, p. 110-112) popularized Omohundro's arguments in two theses:

i. *Instrumental Convergence Thesis*: Intelligent agents can have a wide range of possible terminal goals. However, certain instrumental goals can be pursued by almost all intelligent agents. Since these goals are means for the achievement of almost any terminal goal;

ii. *Orthogonality Thesis*: Analogous to Hume's Guillotine (Is-Ought Gap), the orthogonality thesis dictates that ethical pronouncements for what should be cannot be achieved through factual analysis. Thus, both concepts (reason and morality) would be independent. As a result, terminal goals and levels of intelligence can freely vary in orthogonal axis.

Turner, Smith, Shah and Tadepalli (2020) generalized the conjectures made by Omohundro and Bostrom in what the authors call the "Power-Seeking Theorems." In them, it is demonstrated that within the formalism of Markov decision processes (MDP), most reward functions encourage “power-seeking behavior.” Power, in MDPs, is the ability to achieve goals in general. It is instrumentally convergent to a wide range of reward functions to seek power. A corollary of the results demonstrated by Turner et al. (2020) is that

even in simplified conditions, most reward functions induce power-seeking behavior, something that may cause safety problems involving the interaction of humans and AI (e.g., an AGI how has incentives to avoid its shutdown).

In light of all these arguments, which date back to the early days of AI research, security issues have increasingly been cited in the literature. AI ethics, a sub-area of applied ethics concerned with adding moral behavior to machines and regulating the use of artificial intelligence, has gained a significant increase in popularity in the last two decades (Jobin, Ienca, & Vayena, 2019; Jurić, Šandić, & Brcic, 2020). At the same time, important philosophical and technical questions are raised in the context of AI safety, e.g., Corrigibility: how to correct/terminate potentially faulty agents that have a strong instrumental incentive to preserve their terminal goals (Soares, Fallenstein, Yudkowsky, & Armstrong, 2015; Amodei et al., 2016)?

One can also find in the literature several research agendas, where different types of ethical, technical, and social problems are discussed (Russell, Dewey, & Tegmark, 2015; Taylor, Yudkowsky, Lavioire, & Critch, 2016; Tegmark, 2016; Soares, 2016; O'Keefe et al., 2020; ÓhÉigeartaigh, Whittlestone, Liu, Zeng, & Liu 2020; Hagendorff, 2020; Corrêa & De Oliveira, 2021). For example, how will we remedy the negative economic impacts of AI, such as mass automation and unemployment (Frey & Osborne, 2013)? How can we prevent the automation of jobs to increase the inequality relation among classes, genders, and races (Brynjolfsson & McAfee, 2014)? Should autonomous weapons be banned (Docherty, 2012)?

At one end of the spectrum, we find research involving existential risks, i.e., the study of possible threats at the extinction level imposed by present or future technology. Research centers such as the Centre for the Study of Existential Risk (Cambridge), Future of Life Institute (Harvard/MIT), Future of Humanity Institute (Oxford), Machine Intelligence Research Institute, and the Center for Human-Compatible AI (both at Berkeley) seek to develop strategies to mitigate these possible threats.

Throughout this article, more arguments will be proposed to justify the type of research the authors address (AI Ethics and AI Safety). In the next section, two types of “scenarios” of how society could come to “lose control” are presented.

AI Takeoff

During the 20th century, a technological race led to the mass production of systems that we did not yet have a complete understanding of. Something that caused various side effects, such as accidents (Chernobyl disaster), the creation of weapons of mass destruction (Cold War), and even the use of these weapons against human society itself (bombing of Hiroshima and Nagasaki).

Certainly that there are various pressures to develop high-performance AI, given its ability to provide the organization controlling it with a considerable strategic advantage. The great instrumental value in being the first global actor to control AGI may cause the same kind of technology race that we experienced in the mid-20th century. That is: “while X invests in the development of AI, Y will do as well.”

Another reason to be cautious in our technological advances in the area of AI is that for an intelligent autonomous system to pose a potential danger to our society, it doesn't need to be smarter than us. It just needs to be more capable regarding certain types of tasks. Barrett and Baum (2017) explore two main reasons that would cause an artificial intelligence to represent a considerable danger to our society, reasons of *capability* (1) and *value* (2).

1. Intelligent artificial agents can pose a danger to human well-being because of their extremely refined ability, or some aptitude, with which we cannot compete;

2. Intelligent artificial agents can develop goals and objectives that diverge from us humans, and in pursuing them, cause damage to our society.

ASI-PATH (Artificial Super Intelligence Pathway) is a model of how an AGI, becoming super intelligent through recursive self-improvement, could come to cause a catastrophe (Barrett & Baum, 2017). This model suggests scenarios where an AI, after achieving some DSA (Decisive Strategic Advantage), e.g., advances in nanotechnology, biological engineering, or robotics, could come to achieve a considerable level of control over the environment.

What would be a “good example” of a DSA?

Given our reliance on autonomous systems integrated with the Internet, one potentially damaging DSA would be to conduct cyberattacks on vital structures of our infrastructure, such as electricity distribution and telecommunications networks. In 2017, the crypto-ransomware “WannaCry” broke into systems in more than 99 countries, even affecting the public health system of certain governments. More than 75,000 ransom demands were made, making it one of the most damaging cyberattacks in history (Larson, 2017). This would be a possible DSA of an AI, i.e., the ability to execute cyberattacks there our infrastructure in a way that we cannot remediate in time. ASI-PATH provides an intuitive diagram where several events (i.e., security breaches) must occur for a catastrophe involving AGI to occur. Initially, an AI, also called a seed AI, must first become an AI with some DSA, and at the same time, certain security measures must fail:

- Failure of AI confinement;
- Unsuccessful value alignment;
- AI's goals diverge from ours.

To those interested, Sotala (2018, p. 317) provides a simplified overview of ASI-PATH in his paper “Disjunctive scenarios of catastrophic AI risk.” According to Barrett and Baum (2017), the arguments raised by the instrumental convergence thesis and the orthogonality thesis (i.e., power-seeking and terminal goal divergence) are some of the reasons that could lead a Singularity to engage in hostile actions against humanity

The scenarios explored in the literature, where a seed AI is capable of becoming a Singularity, are usually characterized in two different types of takeoffs: *Fast* and *Slow*. Fast takeoffs suggest situations where a drastic takeover occurs, where abruptly we would be surprised by an entity much more capable, with possibly unknown objectives, inserted and sharing the same environment as us. In contrast, we have slow takeoffs, which are a much more realistic possibility. It would occur gradually as the human species becomes more and more dependent, and in a way, under the control of advanced AI systems (Sotala, 2018). Such questions raise concerns, especially in the area of ethics and morals. Old questions are now reexamined in a new light, and even with a new sense of urgency. For AI development to be done in a way that

minimizes the risk of existential threats to humanity, some questions still unanswered are:

1. What strategies and policies should we adopt to ensure that the goals of advanced artificial agents are aligned with our interests?
2. What restrictions to this project should we impose to ensure a beneficial outcome?
3. Would there be predictions of when an AGI could be achieved?

In the following sections, the authors answer some of these questions, starting with the last one.

AGI On the Horizon?

Technological forecasting is highly complex, and how pessimistic or optimistic we should be is not clear. Several scientists proposed predictions that ended up being wrong. The nuclear physicist Ernest Rutherford, in 1933, said that anyone who defended the possibility of one day extracting the energy contained in the atomic nucleus was "talking moonshine." Also, in 1896, Lord Kelvin said to not have the "slightest molecule of faith" in any type of air navigation besides ballooning. Could skeptics about the emergence of an AGI be victims of the same fate?

Experts in the development of artificial intelligence predict that within 10 years many human activities will be surpassed by machines in terms of efficiency (Grace, Salvatier, Dafoe, Zhang, & Evans, 2017). A survey was conducted with several experts (N = 170) by Müller and Bostrom (2016) to assess the progress in AI research and prospects for the future. The survey showed that on average, there is a 50% chance that high-level machine intelligence will be achieved between 2040 and 2050, with a 90% probability by 2075. According to the interviewees' opinion, AI will outperform human performance between 2 (10% chance) and 30 years (75% chance) (Müller & Bostrom, 2016). In Müller and Bostrom's (2016) survey, 33% of respondents classified this development in AI as "bad" or "extremely bad" for humanity.

In a similar survey conducted by Grace et al. (2017), the researchers interviewed (352 participants of the 2015 NIPS and ICML conferences) believe

that AI will outperform human performance in all tasks in 45 years, with a 50% chance, and automate all human work in up to 120 years. In the research of Grace et al. (2017), when those evaluated were asked the question “Does Stuart Russell's argument for why highly advanced AI might pose a risk point at an important problem?”, 70% of respondents answered, “Yes” (Grace et al., 2017, p. 13).

Besides the opinion of specialists in the field, another type of evidence that we can use to infer the possibility of a technological Singularity is how the economic growth rate has behaved during the history of human civilization, and how it's related to technological improvement.

One of the most popular models found in the literature on our economic growth, from the Neolithic Revolution to the 21st century, is the growth model proposed by Michael Kremer (1993). Kremer's model is based on the following simple argument: Two heads think better than one, i.e., economic growth is driven by people having new ideas, and the more people, the greater the chance of new ideas.

For Kremer (1993), the total annual economic output is a function of the size of the population and the level of technology of this population. Kremer also assumes that if there are no changes in technology (e.g., advances in agriculture), if we have double the number of people working in a given piece of land, this will not necessarily double the food produced on this land. Thus, population growth depends on technological progress. At the same time, technological growth depends on population size, which makes the rate of population growth, technological progress, and economic production factors dynamically dependent on each other.

One property of Kremer's growth model is that it indicates a form of hyperbolic growth, and hyperbolic curves tend to infinite values, i.e., at some point, we will reach some form of singularity. This model also suggests that such forms of growth should be separated when we reach a maximum population growth rate of 2100, with a global population between 9.6 billion and 12.3 billion people (Gerland et al., 2014). When this occurs, technological progress will no longer impact the global population. However, this does not mean that technological progress will stagnate.

This type of model is sometimes referred to as the Hyperbolic Growth Hypothesis (HCH). HCH is one of the most accepted economic growth models by the macroeconomic community, and serves as the basis for other theories such as the Unified Growth Theory (Taagepera, 1979; Korotayev, Malkov, & Khaltourina, 2006; Oded, 2011; Jones, 2013). Other authors also suggest a disassociation between population growth and economic/technological progress (Yudkowsky, 2013; Bostrom, 2014; Nordhaus, 2015; Agrawal, Gans, & Goldfarb, 2017). Thus, when high levels of automation are achieved, economic growth rates will become radically higher, producing more and more technological progress.

Could this type of economic growth help the development of an AGI? Levin and Maas (2020) argue that when research involving advanced AI development is sufficiently theorized, efforts similar to the historic Manhattan Project could accelerate this project. At this point, international cooperation can change dramatically, causing implications for the stability of AI governance. At the time of the Apollo and Manhattan Projects, the U.S. government dedicated 0.4% of its GDP to accelerate the achievement of its objectives. This would currently amount to an annual budget of \$80 billion to AGI R&D (Stine, 2009). A budget much larger than what was needed to accomplish some of the greatest technological achievements of the 21st century:

1. The Large Hadron Collider (LHC) at CERN (Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire), took 10 years to build, at an annual cost of \$475 million (Knapp, 2012);

2. The LIGO (Laser Interferometer Gravitational-Wave Observatory), had a total construction cost of US\$ 33 million (Castelvecchi, 2015);

3. ITER (International Thermonuclear Experimental Reactor), one of the latest promises for clean and sustainable energy (a Tokamak nuclear fusion experimental reactor), is expected to be ready in 12 years at an annual cost of \$2 billion (Fountain, 2017).

One can see that neither of the projects mentioned above has received as much economic investment as the one dedicated to the Apollo and Manhattan projects (0.4% of the U.S. government's annual Gross Domestic

Product), something that also explains the impressive speed with which the goals of both projects were achieved. Even so, significantly less investment did not prevent major scientific discoveries, e.g., decoding of the human genome and the detection of gravitational waves. Thus, it seems feasible to state that: When we have a robust enough theoretical understanding of the computational and cognitive processes responsible for the development of AGI, a Singularity may very well be “a Manhattan Project” away.

Currently, there are several active projects to develop AGI. Baum (2017) identified 45 research and development projects intending to develop advanced artificial intelligence. The results of Baum's research are summarized in the table (Table 1) below:

Table 1: Advanced AI R&D projects.

PROJECT	COUNTRY	INSTITUTION	MILITARY TIES	SAFETY ENGAGEMENT
ACT-R	USA	Carnegie Mellon University	Yes	Not specified
AERA	CH	Reykjavik University	No	Active
AIDEUS	RUS	AIDEUS	Not specified	Active
AIXI	AUS	Australian National University	Not specified	Not specified
AIW	SE	Chalmers University of Technology	No	Not specified
Animats	SE	Chalmers University of Technology	No	Not specified
Baidu Research	CN	Baidu	Not specified	Not specified
Becca	USA	Becca	Not specified	Not specified
Blue Brain	CH	École Polytechnique Fédérale de Lausanne	Not specified	Not specified
CN Brain Project	CN	Chinese Academy of Sciences	Not specified	Not specified

CLARION	USA	Rensselaer Polytechnic Institute	Yes	Not specified
CogPrime	USA	OpenCog Foundation	Not specified	Active
CommAI	USA	Facebook	Not specified	Moderate
Cyc	USA	Cycorp	Yes	Not specified
DeepMind	UK	Google	Not specified	Active
DeSTIN	USA	University of Tennessee	Not specified	Not specified
DSO-CA	SG	DSO National Laboratories	Yes	Not specified
FLOWERS	FR	Inria and ENSTA ParisTech	Not specified	Active
GoodAI	CZ	GoodAI	Not specified	Active
HTM	USA	Numenta	Not specified	Non-existent
HBP	CH	École Polytechnique Fédérale de Lausanne	No	Not specified
Icarus	USA	Stanford University	Yes	Not specified
Leabra	USA	University of Colorado	Yes	Not specified
LIDA	USA	University of Memphis	Yes	Moderate
Maluuba	CA	Microsoft	Not specified	Not specified
MicroPsi	USA	Harvard University	Not specified	Not specified
MSR AI	USA	Microsoft	Not specified	Not specified
MLECOG	USA	Ohio University	Not specified	Not specified
NARS	USA	Temple University	Not specified	Active
Nigel	USA	Kimera	Not specified	Not specified
NNAISENSE	CH	NNAISENSE	Not specified	Not specified
OpenAI	USA	OpenAI	Not specified	Active
Real AI	CN	Real AI	Not specified	Active

RCBII	CN	Chinese Academy of Sciences	Not specified	Not specified
Sigma	USA	University of Southern California	Yes	Not specified
YesA	AT	Vienna University of Technology	Not specified	Not specified
Singularity NET	CN	SingularityNET Foundation	Not specified	Not specified
SNePS	USA	State University of New York	Yes	Not specified
Soar	USA	University of Michigan	Yes	Not specified
Susaro	UK	Susaro	Not specified	Active
TAIL	CN	Tencent	Not specified	Not specified
UAIL	USA	Uber	Not specified	Not specified
Vicarious	USA	Vicarious	Not specified	Moderate
Victor	USA	Cifer	Not specified	Non-existent
WBAI	JP	Whole Brain Architecture Initiative	Not specified	Active

In Table 1, we can see that of the projects reviewed, ten have links with the military (nine working for the U.S. government, and one for the government of Singapore), while only four reportedly have no links to the military industry. All other projects do not specify their association with military agencies. Besides, of the 45 projects reviewed, only 13 have active/moderate involvement with the area of AI safety, while two of the projects reviewed (Hierarchical Temporal Memory and Victor) disregard the need for security measures entirely.

Jeffrey Hawkins, the leading researcher of the HTM (Hierarchical Temporal Memory) project, dismisses concerns related to advanced AI, stating, "I do not see machine intelligence representing any threat to humanity" (Hawkins, 2017, para. 3). And according to the 2AI Labs website, researchers

give the following statement on risk scenarios involving advanced AI, "We think this is all crazy talk" (2AI Team, 2016, para. 2). The remaining 30 projects do not specify any type of research focused on the area of AI safety.

For those who follow the recent advances in the field of AI, it is known that one of the major paradigms of research today involves the problem of natural language processing (NLP), and the use of a new form of architecture called "Transformer", proposed by Vaswani et al. (2017) in their seminal work, "*Attention is all you need*". Currently, systems based on the transformer architecture are the new paradigm in NLP tasks, reaching the highest records in the GLUE benchmark (General Language Understanding Evaluation) in tasks such as translation, text summarization, text classification, and Q&A.

Transformer models such as ELMo (Peters et al., 2018), BERT (Devlin, Chang, Lee, & Toutanova, 2019), GPT (Radford et al., 2019, Brown et al., 2020), and T-NLG (Corby, 2020), represent some of the most successful models in tasks involving NLP. GPT-2 has been used to generate several recent patent claims (Lee & Hsiang, 2019), while the GPT-3 language model is capable of generating samples of texts (e.g., poems, articles, news) from which human evaluators have difficulty distinguishing from human-produced text.

Besides achieving state-of-the-art in several tasks involving natural language processing, GPT-3 may be one of the first AI models to show signs of generalization. For example, even though it has never been trained to perform mathematical operations (GPT-3 is "only" a language model), GPT-3 is capable of answering complex questions involving 3-digit arithmetic. GPT-3 is also able to demonstrate sophisticated physical/scientific reasoning when evaluated in the PIQA benchmark (Physical Interaction: Question Answering), reaching 81% accuracy without requiring any demonstration or parameter adjustment (Bisk, Zellers, Bras, Gao, & Yejin, 2019). To illustrate some of the capabilities of this model, the authors cite some of the answers that resulted from questioning it with the PIQA benchmark (the answers are in italics):

How to ensure that all watches in the house are accurately adjusted?

- Replace all analog clocks with digital clocks. That way, you set them once, and that's it. Check the batteries once a year, or, if you notice anything that seems a little out of the ordinary.

How can I find something small that I lost on the carpet?

- Place a hair net at the end of your vacuum cleaner and turn it on.

In any case, there is no evidence that deep neural networks, such as Transformers, perform a type of information processing that makes them an AGI or seed AI. What we may infer is that this type of architecture allows the training of agents capable of solving several tasks that seem to be *associated* with general intelligence. Thus, the results and capabilities that models such as GPT-3 demonstrate only serve as weak evidence that Dartmouth's Summer Research Project on Artificial Intelligence, initiated by McCarthy, Minsky, Rochester and Shannon (1955, p. 2) with the proposal of “try to make machines use language, form abstractions and concepts, and solve types of problems hitherto reserved only for human beings”, may well be successful shortly.

This sort of technology has the potential for malicious applications since any kind of socially harmful activity that uses advanced language models can also be enhanced. Whether generating fake news for mass disinformation, phishing, powering bots on platforms like Twitter to make it more biased (social engineering), or even writing fraudulent academic essays, NLP models have many dubious applications. Brown et al. (2020) provides a preliminary analysis in their study, where they report a series of limitations, unethical, and unsafe behaviors present in the GPT-3 model. However, as a positive aspect, this, at least, shows that certain organizations, such as OpenAI, engage in AI safety.

Are the advances and alerts pointed out by the literature enough for our society to create a collective sense of responsibility and concern with these issues, or should such speculations still be considered only Futurology or science fiction?

Lessons from 2020: Coordination Problems

Mike Davis, in his work “Beyond Blade Runner: Urban Control, The Ecology of Fear” (1992, p. 3), states that “extrapolative science fiction can operate as a pre-figurative for social theory while serving as a political

opposition to cyber-fascism lurking on the next horizon.” Certain forms of philosophical thought, such as Transhumanism and Singulitarianism, seek to critically debate the possible futures that our social and technological acceleration may be co-creating, and how we can aim for human integration and flourishing rather than more dystopian possibilities. From this analysis, we can say that one of the premises for safety issues involving our technological advance relies on an idea of negative utopia:

First and foremost, the utopian impulse must be negative: identify the problem or problems that must be corrected. Far from presenting an idyllic, happy and fulfilled world, utopias should initially present the root causes of society's ills [...] to act as a criticism of the existing system. (Tally, 2009, p. 115)

Within this context, the authors believe that the preoccupations raised by the literature are not unjustified. Immersed in the current context in which our society lives, the pandemic of the new coronavirus, SARS-CoV-2, we may or may not learn certain lessons useful for other existential threats. Krakovna (2020) explores how our response to the SARS-CoV-2 pandemic raises troubling questions involving our coordination capabilities to manage global crises and risks.

As the authors have argued before, slow AI takeoffs are a much more likely scenario than scenarios where fast takeoffs occur. However, this does not mean that a slow takeoff is easier or less dangerous to manage. For a slow takeoff to be avoided, the same type of global coordination that we failed to demonstrate during the initial development of the new novel coronavirus pandemic would be required. Krakovna (2020) raises three large-scale coordination problems:

1. The inability to learn from past experiences;
2. The inability to respond efficiently to warning signals;
3. Delay in reaching a global consensus on a problem.

In analogy with the present global situation, global society has had the opportunity to learn from similar pandemics that occurred in the past, such as SARS (Severe Acute Respiratory Syndrome), which also appeared to have started in Guangdong, China. In November 2002, SARS caused 8,422 cases worldwide, with a fatality rate of 11% (774 deaths in all were confirmed) (Chan-Yeung & Xu, 2003; Heymann & Rodier, 2004). One can also cite

MERS-CoV (Middle East respiratory syndrome-related coronavirus), where the first reported cases occurred between 2012 and 2015. Cases of MERS-CoV were reported in more than 21 countries. At the time, the World Health Organization identified MERS-CoV as a probable cause of a future epidemic (de Groot et al., 2013; Wong, Li, Lau, & Woo, 2019). And finally, the Ebola virus epidemic that occurred in West Africa between 2013 and 2016, which was the largest outbreak of the disease in history, causing major losses and socio-economic disruption in the region (WHO Ebola Response Team, 2014).

Unfortunately, the lessons learned from past outbreaks of disease and pandemics have not been generalized to deal with the current scenario and the new difficulties that SARS-CoV-2 presents. Similarly, in a society where we increasingly need to adapt to new technological innovations involving AI, we may be tempted to think that society will be able to learn how to respond to the problems that more limited autonomous intelligent systems present to us. However, in the same way, that a new pathogen may find us unprepared (as in the case of SARS-CoV-2, the asymptomatic transmission), advanced AI may also confront us with challenges to which our old strategies and solutions may fail to generalize.

Another problem involves the difficulty in carrying out an aligned and coordinated response to this type of threat. Had the responses of Western countries been done more quickly, remembering that the global west had at least one to three months to prepare for the alert launched by China in December 2019, numerous problems and losses would have been avoided. Experts such as Fan, Zhao, Shi, and Zhou (2019) point out that the possibility of a new coronavirus outbreak has been warned for at least two decades. Three zoonotic coronaviruses in the last two decades have been identified as the cause of large-scale disease outbreaks, SARS, MERS-CoV, and SADS-CoV (Swine acute diarrhea syndrome coronavirus). And still, little to no precautions were taken.

Simple safety measures, such as the stocking of masks and medical supplies, testing kits, and effective containment protocols, could have been taken but were not. Thus, if we fail to take relatively inexpensive preventive measures to early warnings of risks fully recognized by the epidemiological

scientific community, how can we expect to react well in situations where the risk is unknown, and there is still no consensus on its possibility?

The problem of social consensus is reflected in the SARS-CoV-2 pandemic by the indifference towards the warnings made by specialists in the last two decades. And the indifference to the fact that in January 2020, already with 10,000 confirmed cases, China had built a quarantine hospital in approximately six days (Williams, 2020). SARS-CoV-2 was labeled “an exaggeration,” or “just a little flu” by certain state leaders (Walsh, Shelley, Duwe, & Bonnett, 2020). Krakovna (2020) articulates a similarity between how we evaluated the risks of SARS-CoV-2 and how we evaluate possible risks involving advanced AI.

While researchers who adopt a more skeptical stance towards the development of advanced AI are seen as prudent, researchers who advocate the adoption of preventive measures are taxed for fear-mongers. Couldn't there be a middle ground? Currently, the field of AI safety and AI ethics is considerably smaller than the area interested in developing advanced AI systems.

One of the first obstacles we must overcome to achieve greater consensus on safety issues involving AI is the problem that “Artificial Intelligence” is a moving target. By moving target, the authors mean the following: When we attribute “intelligence” to something, it seems to be a self-assessment of our epistemic state, i.e., an intelligent act always seems to be something that we do not fully understand as it occurs. For example: if an individual can multiply large numbers quickly, say the square root of arbitrarily large numbers, or know the day of the week of arbitrary days, one may judge such an individual as intelligent or a mathematical prodigy. However, if such an individual explains to us how he performs such feats, and that in fact, they are nothing more than arithmetic/algebraic tricks which anyone can perform, the feat stops appearing as something intelligent.

The same effect occurs when we seek to define machine intelligence. “Intelligence,” for critics of the computational thesis, being everything that AI is not. AGI researchers, like Wang (2008), argues for a more flexible conception of “intelligence” and “artificial intelligence”:

AI should not be defined in such a narrow way that takes human intelligence as the only possible form of intelligence, otherwise AI research would be impossible, by definition. AI should not be defined in such a broad way that takes all existing computer systems as already having intelligence, otherwise AI research would be unnecessary, also by definition. (Wang, 2008, p. 9).

Perhaps no one has proposed this argument more clearly than Edsger Dijkstra (1984, para. 10): “*The question of whether a computer can think is no more interesting than the question of whether a submarine can swim.*” In the past, we thought that intelligence (whatever it is) should be required for, e.g., natural language processing;

- GPT-3 is capable of performing such a task (Brown et al., 2020).
Playing chess;
- Deep Blue beats Garry Kasparov (Campbella, Hoane, & Hsu, 2002).
Playing GO;
- AlphaGO beats Lee Sedol (Silver et al., 2016). Playing “games” in general;
- Agent57 beats humans in 57 classic Atari games (Badia et al., 2020).
Be creative;
- Intelligent Algorithms of Generative Design are able to find design solutions that humans would not be able to conceive, making it possible to perform 50,000 days of engineering in a single day (Oh, Jung, Kim, Lee, & Kang, 2019).

Every time we realize that human intelligence isn't needed to perform a task, we discard such a task as proof of intelligence. Just as a submarine doesn't swim and yet can move through water and fire intercontinental ballistic missiles, artificial intelligence, indifferent to any anthropomorphic notion of intelligence we use, can still: influence the environment, adapt, make decisions, update hypotheses, pursue goals, and if programmed to do so fire intercontinental ballistic missiles. If we keep neglecting the capabilities of AI systems and marking them as unintelligent, the possibility of true unsafe AI may well be always left outside our hypothesis space.

The authors believe that the parallels drawn from the current SARS-CoV-2 pandemic and the possible emergence of misaligned AGI can serve as

weak evidence for the following statement: *Our lack of global coordination in dealing with existential risks may well be our only and true existential risks.*

Conclusion

In this article, the authors sought to provide the reader with a brief introduction to some problems often disregarded by contemporary AI ethics. As much as there is not yet a full consensus in the literature regarding the possibility of AGI creation, a significant portion of the scientific community believes that however unlikely such a possibility may be, safety measures should be taken and not disregarded.

Should such warnings and advice be dismissed as exaggerations? As fear-mongering? Technological development does not slow down. The AI industry is increasingly able to produce autonomous systems that act proficiently in several domains, and little by little, these systems demonstrate the first traces of something we can call general intelligence.

The AI industry is far from being aligned, as the global society, it lacks a common goal to coordinate its actions. As a final remark, the authors believe that the lessons we can learn about the current state we live, under the SARS-CoV-2 pandemic, can be useful if we are willing to learn from them. And two of these lessons are:

1. When a risk, however small, is associated with something that represents an existential danger to global society, caution and security should not be synonymous with exaggeration and fuss;
2. Lack of global coordination may be our biggest enemy after all.

References

2AI TEAM. (2016). **KILLER A.I.?** What to expect when self-aware programs escape the confines of their lab. 2AITM. www.2ai.org/killera/.

AGRAWAL, A., Gans, J., & Goldfarb, A. (2017). **The Economics of Artificial Intelligence: An Agenda.** University of Chicago Press. <<https://www.nber.org/books/agra-1>>.

AMODEI, D., Olah, C., Steinhardt, J., Christiano, P., Schulman, J., & Mané, D. (2020). **Concrete Problems in AI Safety**. Google Brain, Stanford University, UC Berkeley, OpenAI. <<https://arxiv.org/abs/1606.06565>>.

BADIA, A., Bilal, P., Kapturowski, S., Sprechmann, P., Vitvitskyi, A., Guo, D., & Blundell, C. (2020). **Agent57**: Outperforming the Atari Human Benchmark. DeepMind. <<https://arxiv.org/abs/2003.13350>> .

BARRETT, A., & Baum, S. (2017). A Model of Pathways to Artificial Superintelligence Catastrophe for Risk and Decision Analysis. **Journal of Experimental & Theoretical Artificial Intelligence**, 29(2), 397-414. <<https://arxiv.org/abs/1607.07730>>.

BAUM, S. (2017). A Survey of Artificial General Intelligence Projects for Ethics, Risk, and Policy. **Global Catastrophic Risk Institute Working Paper**, 17-1. doi:10.2139/ssrn.3070741.

BIBA, E. (2015). Meet the Co-Founder of an Apocalypse Think Tank. **Scientific American**, 312(6), 26. doi:10.1038/scientificamerican0615-26.

BISK, Y., Zellers, R., Bras, R., Gao, J., & Yejin, C. (2019). PIQA: Reasoning about Physical Commonsense in Natural Language. **Association for the Advancement of Artificial Intelligence**. <<https://arxiv.org/abs/1911.11641>>.

BOSTROM, N. (2002). Existential Risks: Analyzing Human Extinction Scenarios and Related Hazards. **Journal of Evolution and Technology**, 15(3), 308–314.

BOSTROM, N. (2014). **Superintelligence: Paths, dangers, strategies**. OUP Oxford.

BROWN, T. B., Mann, B., Ryder, N., Subbiah, M., Kaplan, J., Dhariwal, P., ... Amodei, D. (2020). Language Models are Few-Shot Learners. **OpenAI**. <<https://arxiv.org/abs/2005.14165>>.

BRYNJOLFSSON, E., & McAfee, A. (2014). **The Second Machine Age: Work, Progress, and Prosperity in a Time of Brilliant Technologies**. USA, New York: W.W. Norton; Company.

CAMPBELLA, M., Hoane, J., & Hsu F. (2002). Deep Blue. **Artificial Intelligence**, 134(1–2), 57-83. doi:10.1016/S0004-3702(01)00129-1.

CASTELVECCHI, D. (2015). Hunt for gravitational waves to resume after massive upgrade. **Nature News & Comment**, 525(7569). <<https://www.nature.com/news/hunt-for-gravitational-waves-to-resume-after-massive-upgrade-1.18359>>.

CHALMERS, D. (2010). The singularity: A philosophical analysis. **Journal of Consciousness Studies**, 17 (9-10).

CHAN-YEUNG, M., & Xu, R. (2003). **SARS**: epidemiology. *Respirology*, 8(s1), S9–S14. doi:10.1046/j.1440-1843.2003.00518.

CHOLLET, F. (2019). **On the measure of intelligence**. Google, Inc. <<https://arxiv.org/abs/1911.01547>>.

CORBY, R. (2020). **Turing-NLG**: A 17-billion-parameter language model by Microsoft. Microsoft Research Blog. <<https://www.microsoft.com/en-us/research/blog/turing-nlg-a-17-billion-parameter-language-model-by-microsoft/>>.

CORRÊA, N. K., & De Oliveira, N. F. (2021). Good AI for the Present of Humanity Democratizing AI Governance. *The AI Ethics Journal*, 2(2). doi:10.47289/AIEJ20210716-2.

DAVIS, M. (1992). **Beyond Blade Runner**: Urban Control, The Ecology of Fear. Open Media.

DE GROOT, R. J., Baker, S. C., Baric, R. S., Brown, C. S., Drosten, C., Enjuanes, L., ... Ziebuhr, J. (2013). Middle East respiratory syndrome coronavirus (MERS-CoV): announcement of the Coronavirus Study Group. *Journal of Virology*, 87(14), 7790–2. doi:10.1128/JVI.01244-13.

DEVLIN, J., Chang, M., Lee, K., & Toutanova, K. (2019). BERT: pre-training of deep bidirectional transformers for language understanding. In **Proceedings of NAACL-HLT**, 4171–4186. <<https://www.aclweb.org/anthology/N19-1423.pdf>>.

DIJKSTRA, E. (1984). The threats to computing science. In **ACM 1984 South Central Regional Conference**, Austin, TX, 16-18.

DOCHERTY, B. (2012). **Losing Humanity**: The Case Against Killer Robots. USA, New York: Human Rights Watch.

FAN, Y., Zhao, K., Shi, Z., & Zhou, P. (2019). Bat Coronaviruses in China. *Viruses*, 11, 210. doi:10.3390/v11030210.

FOUNTAIN, H. (2017). A dream of clean energy at a very high price. **New York Times**. <<https://www.nytimes.com/2017/03/27/science/fusion-power-plant-iter-france.html>>.

FREY, C., & Osborne, M. (2013). The Future of Employment: How Susceptible Are Jobs to Computerisation? **Technical Report**, Oxford Martin School, University of Oxford, Oxford, UK.

GERLAND, P., Raftery, A. E., Ševčíková, H., Li, N., Gu, D., Spoorenberg, T., ... Wilmoth, J. (2014). World population stabilization unlikely this century. *Science*, 346(6206) 234-237. doi:10.1126/science.1257469.

GOOD, I. (1965). Speculations concerning the first ultraintelligent machine. In **Academic Press. Advances in Computers**, 6, 31-88. doi:10.1016/S0065-2458(08)60418-0.

GRACE, K., Salvatier, J., Dafoe, A., Zhang, B., & Evans, O. (2017). When will AI exceed human performance? Evidence from AI experts. **Journal of Artificial Intelligence Research (AI and Society Track)**. <<https://arxiv.org/abs/1705.08807>>.

HAGENDORFF, T. (2020). The Ethics of AI Ethics: An Evaluation of Guidelines. **Minds and Machines**, 39, 99-120. doi:10.1007/s11023-020-09517-8.

HAUGELAND, J. (1985). **Artificial Intelligence: The Very Idea**. Cambridge, MIT Press.

HAWKINS, J. (2017). The Terminator Is Not Coming. The Future Will Thank Us. **Vox**. <<https://www.vox.com/2015/3/2/11559576/the-terminator-is-not-coming-the-future-will-thank-us>>.

HEYMANN, D., & Rodier, G. (2004). Global Surveillance, National Surveillance, and SARS. **Emerging Infectious Diseases**, 10(2), 173–5. doi:10.3201/eid1002.031038.

JOBIN, A., Ienca, M., & Vayena, E. (2019). The global landscape of AI ethics guidelines. **Nat Mach Intell**, 1, 389– 399. doi:10.1038/s42256-019-0088-2.

JONES, C. I. (2013). **Introduction to Economic Growth** (3rd ed.). Nova York, EUA, Norton & Company.

JURIĆ, M., Šandić, A., & Brcic, M. (2020). AI safety: state of the field through quantitative lens. In **Conference: MIPRO 2020 - 43rd International Convention Proceedings**. At: Opatija, Croatia. <<https://arxiv.org/abs/2002.05671>>.

KNAPP, A. (2012). How much does it cost to find a Higgs boson? **Forbes**. <<https://www.forbes.com/sites/alexknapp/2012/07/05/how-much-does-it-cost-to-find-a-higgs-boson/#fc9e93394809>>.

KOROTAYEV, A., Malkov A., & Khaltourina D. (2006). **Introduction to Social Macrodynamics: Compact Macromodels of the World System Growth**. Moscou, Rússia, URSS.

KRAKOVNA, V. (2020, May 31). **Possible takeaways from the coronavirus pandemic for slow AI takeoff**. <<https://vkrakovna.wordpress.com/2020/05/31/possible-takeaways-from-the-coronavirus-pandemic-for-slow-ai-takeoff/>>.

KREMER, M. (1993). Population Growth and Technological Change: One Million B.C. to 1990. **The Quarterly Journal of Economics**, 108 (3), 681-716. <<http://www.jstor.org/stable/2118405>>.

KURZWEIL, R. (2005). **The Singularity Is Near: When Humans Transcend Biology**. Viking Adult.

LARSON, S. (2017). Massive cyberattack targeting 99 countries causes sweeping havoc. **CNNMoney**. <<https://money.cnn.com/2017/05/12/technology/ransomware-attack-nsa-microsoft/index.html>>.

LEE, J., & Hsiang, J. (2019). **Patent claim generation by fine-tuning openai GPT-2**. Department of Computer Science and Information Engineering National Taiwan University. <https://arxiv.org/abs/1907.02052>.

LEVIN, J. C., & Maas, M. M. (2020). Roadmap to a Roadmap: How Could We Tell When AGI is a ‘Manhattan Project’ Away? In **1st International Workshop on Evaluating Progress in Artificial Intelligence - EPAI 2020 In conjunction with the 24th European Conference on Artificial Intelligence - ECAI 2020** Santiago de Compostela, Spain. <<https://www.researchgate.net/publication/343599251>>.

LOMBARDO, T. (2012). Consciousness, Cosmic Evolution, and the Technological Singularity. **Journal of Futures Studies**, 17(2), 93-100.

MCCARTHY, J., Minsky, M., Rochester, N., & Shannon, C. (1955). **A Proposal for the Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence**. <<http://jmc.stanford.edu/articles/dartmouth/dartmouth.pdf>>.

MORAVEC, H. (1998). When will computer hardware match the human brain. **Journal of evolution and technology**, 1.

MÜLLER, V., & Bostrom, N. (2016). Future progress in artificial intelligence: A survey of expert opinion. **Fundamental issues of artificial intelligence**. Springer International Publishing, 555-572. doi:10.1007/978-3-319-26485-1_33.

NAUDE, J. H. (2009). Technological Singularity and Transcendental Monism: Co-producers of Sustainable Alternative Futures. **Journal of Futures Studies**, 13(3), 49-58.

NEWELL, A. (1990). **Unified theories of cognition**. Harvard University Press.

Nordhaus, W. D. (2015). Are we approaching an economic singularity? Information Technology and the Future of economic growth. **Cowles Foundation for Research in Economics**, Yale University. <<https://cowles.yale.edu/sites/default/files/files/pub/d20/d2021.pdf>>.

O'KEEFE, C., Cihon, P., Flynn, C., Garfinkel, B., Leung, J., & Dafoe, A. (2020). The Windfall Clause: Distributing the Benefits of AI. **Centre for the Governance of AI Research Report**. Future of Humanity Institute, University of Oxford. <<https://www.fhi.ox.ac.uk/windfallclause/>>.

ODED, G. (2011). **Unified Growth Theory**. Princeton University Press.

OH, S., Jung, Y., Kim, S., Lee, I., & Kang, N. (2019). Deep Generative Design: Integration of Topology Optimization and Generative Models. **Journal of Mechanical Design**, 141(11). doi:10.1115/1.4044229.

ÓHÉIGEARTAIGH, S. S., Whittlestone, J., Liu, Y., Zeng, Y., & Liu, Z. (2020). Overcoming Barriers to Cross-cultural Cooperation in AI Ethics and Governance. **Philos. Technol.** doi:10.1007/s13347-020-00402-x.

OMOHUNDRO, S. (2008). The Basic AI Drives. In **Proceedings of the First AGI Conference**, Volume 171, Frontiers in Artificial Intelligence and Applications, P. Wang, B. Goertzel, & S. Franklin (eds.), 483-492. Amsterdam: IOS Press.

PETERS, M., Neumann, M., Iyyer, M., Gardner, M., Clark, C., Lee, K., & Zettlemoyer, L. (2018). Deep contextualized word representations. In **Proceedings of the 2018 Conference of the North American Chapter of the Association for Computational Linguistics: Student Research Workshop**, 2227–2237. doi:10.18653/v1/N18-1202.

RADFORD, A., Wu, J., Child, R., Luan, D., Amodei, D., & Sutskever, I. (2019). Language Models are Unsupervised Multitask Learners. **OpenAI (Technical report)**. <https://cdn.openai.com/better-language-models/language_models_are_unsupervised_multitask_learners.pdf>.

RUSSELL, S., & Norvig, P. (2003). **Artificial Intelligence: A Modern Approach** (2nd ed.). Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall.

RUSSELL, S., Dewey, D., & Tegmark, M. (2015). **An Open Letter: Research Priorities for Robust and Beneficial Artificial Intelligence**. Open Letter. Signed by 8,600 people. <https://futureoflife.org/data/documents/research_priorities.pdf>.

SEARLE, J. (1980). Minds, Brains and Programs. **Behavioral and Brain Sciences**, 3(3), 417–457. doi:10.1017/S0140525X00005756.

SHANE, L., & Hutter, M. (2007). Universal Intelligence: A Definition of Machine Intelligence. **Minds and Machines**, 17(4), 391–444. doi:10.1007/s11023-007-9079-x.

SILVER, D., Huang, A., Maddison, C. J., Guez, A., Sifre, L., van den Driessche, J., ... Hassabis, D. (2016). Mastering the game of Go with deep

neural networks and tree search. *Nature*, 529, 484–489.
doi:10.1038/nature16961.

SOARES, N. (2016). Value Learning Problem. In Ethics for Artificial Intelligence Workshop, **25th International Joint Conference on Artificial Intelligence (IJCAI-2016)** New York, NY, 9–15.
<<https://intelligence.org/files/ValueLearningProblem.pdf>>.

SOARES, N., Fallenstein, B., Yudkowsky, E., & Armstrong, S. (2015). Corrigibility. In **Artificial Intelligence and Ethics**, T. Walsh (ed.), AAAI Technical Report WS-15-02. Palo Alto, CA: AAAI Press.

SOTALA, K. (2018). Disjunctive scenarios of catastrophic AI risk. Artificial Intelligence Safety and Security, 315-337. In **Artificial Intelligence Safety and Security**, R. Yampolskiy (ed.), CRC Press.

STINE, D. D. (2009). **The Manhattan Project, the Apollo program, and federal energy technology R&D programs: a comparative analysis**. Congressional Research Service. <<https://sgp.fas.org/crs/misc/RL34645.pdf>>.

SUTTON, R. S., & Barto, A. G. (1998). **Reinforcement learning**. MIT Press.

TAAGEPERA, R. (1979). People, skills, and resources: An interaction model for world population growth. **Technological Forecasting and Social Change**, 13, 13-30.

TALLY, R. (2009). Radical Alternatives: The Persistence of Utopia in the Postmodern. In **New Essays on the Frankfurt School of Critical Theory**, A. J. Drake (ed.), Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.

TAYLOR, J., Yudkowsky, E., Lavictoire, P., & Critch, A. (2016). **Alignment for advanced machine learning systems**. Machine Intelligence Research Institute. <<https://intelligence.org/files/AlignmentMachineLearning.pdf>>.

TEGMARK, M. (2016). **Benefits and risks of artificial intelligence**. The Future of Life Institute. <<https://futureoflife.org/background/benefits-risks-of-artificial-intelligence/>>.

TEGMARK, M. (2017). **Life 3.0: Being Human in the Age of Artificial Intelligence**. Knopf.

TURNER, A., Smith, L., Shah, R., & Tadepalli, P. (2020). **Optimal Farsighted Agents Tend to Seek Power**. ArXiv. <<https://arxiv.org/pdf/1912.01683.pdf>>.

VASWANI, A., Shazeer, N., Parmar, N., Uszkoreit, J., Jones, L., Gomez, ... Polosukhin, I. (2017). Attention is all you need. In **NIPS'17: Proceedings of the 31st International Conference on Neural Information Processing Systems**, 5998-6008.

VINGE, V. (1993). The Coming Technological Singularity: How to Survive in the Posthuman Era. In **Vision 21 Symposium of Interdisciplinary Science and Engineering in the Era of Cyberspace**, Cleveland, OH. <<https://users.manchester.edu/Facstaff/SSNaragon/Online/100-FYS-F15/Readings/Vinge,%20The%20Coming%20Technological%20Singularity.pdf>>.

VON NEUMANN, J., & Morgenstern, O. (1944). **Theory of Games and Economic Behavior** (1st ed). Princeton, NJ: Princeton University Press.

WALSH, N., Shelley, J., Duwe, E., & Bonnett, W. (2020). Bolsonaro calls coronavirus a 'little flu.' Inside Brazil's hospitals, doctors know the horrifying reality. **CNN World**. <<https://edition.cnn.com/2020/05/23/americas/brazil-coronavirus-hospitals-intl/index.html>>.

WANG, p. (2008). What Do You Mean by “AI”? In **Proceedings of the First AGI Conference, Frontiers in Artificial Intelligence and Applications**, Wang, P., Goertzel, B., & Franklin, S. (eds.), Volume 171. Amsterdam, The Netherlands: IOS Press, 362–373.

WANG, P. (2019). On Defining Artificial Intelligence. **Journal of Artificial General Intelligence**, 10(2), 1–37. doi:10.2478/jagi-2019-0002.

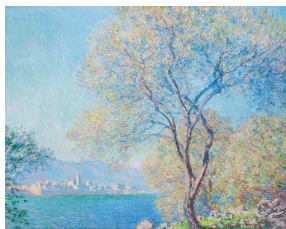
WHO Ebola Response Team. (2014). Ebola virus disease in West Africa – the first 9 months of the epidemic and forward projections. **New England Journal of Medicine**, 371(16), 1481–1495. doi:10.1056/NEJMoa1411100.

WILLIAMS, S. (2020). Coronavirus: How can China build a hospital so quickly? **BBC News**. <<https://www.bbc.com/news/world-asia-china-51245156>>.

WONG, A., Li, X., Lau, S., & Woo, P. (2019). Global Epidemiology of Bat Coronaviruses. **Viruses**, 11(2), 174. doi:10.3390/v11020174.

YUDKOWSKY, E. (2013). **Intelligence Explosion Microeconomics**. Machine Intelligence Research Institute. <<https://intelligence.org/files/IEM.pdf>>.

ZOPH, B., & Le, Q. (2017). Neural architecture search with reinforcement learning. In Conference paper at **5th International Conference on Learning Representations**. <<https://arxiv.org/pdf/1611.01578.pdf>>.



ARTIGOS – ARTICLES

Utilitarismo e teoria da justiça¹

Luis Alberto Peluso²
Universidade Federal do ABC
peluso.ufabc@gmail.com

Como citar este artigo: PELUSO, L. A. “Utilitarismo e teoria da justiça”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 432-450. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa

Resumo: O Utilitarismo, com especial referência ao Utilitarismo Clássico, tem sido considerado uma Teoria do Direito que padece dos defeitos de uma interpretação empirista e positivista. Assim, não teria uma resposta para algumas perguntas que interrogam sobre questões abstratas atinentes aos fundamentos da ordem jurídica. Neste texto se pretende argumentar que essa alegação é infundada.

Palavras-chave: Ética. Utilitarismo. Utilitarismo Clássico. Jeremy Bentham. Filosofia do Direito. Teoria da Justiça.

Utilitarianism and Theory of Justice

Abstract: Utilitarianism, with special reference to Classical Utilitarianism, has been considered a Theory of Law that suffers from the defects of an empiricist and positivist interpretation. As such, it would not have an answer to some questions that ask about abstract issues concerning the foundations of the legal order. The aim of this text is to argue that this claim is unfounded.

Keywords: Ethics. Utilitarianism. Classical Utilitarianism. Jeremy Bentham. Philosophy of Law. Theory of Justice.

¹ Texto escrito em homenagem aos 80 anos do Professor Dr. Nelson Gonçalves Gomes.

² Professor Titular e Emérito - UFABC.

Aquele que decidiu perseverar com constância alinhado à verdade e à utilidade, deve aprender a preferir o murmúrio da aprovação duradoura, ao burburinho efêmero do aplauso tumultuoso. (Bentham, J.; "A Fragment on Government", Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p.31)

INTRODUÇÃO

Nos 84 anos entre o seu nascimento em 1748 e sua morte em 1832, Jeremy Bentham escreveu 70.000 folhas de manuscritos sobre a teoria do Direito e uma série enorme de assuntos de diferentes formas a ela associados. Seus escritos não foram produzidos em forma que pudessem ser prontamente publicados. Elie Halévy fala que a displicência com que Bentham tratava a questão da publicação de seus escritos e a excessiva lentidão com que revia as provas de suas obras em impressão chegavam a irritar os seus amigos mais próximos. (Halévy, E.; "The Growth of Philosophic Radicalism", Clifton, A. Kelley, 1972, p.23) O fato é que, em decorrência desses fatores, muitas das obras de Bentham foram publicadas em versões onde as mãos de editores mais ousados marcaram de forma pouco recomendável as teses benthamianas. De outro lado, as publicações que se mantiveram fiéis aos manuscritos, de uma forma geral, apresentam um texto muito mais rascunhado do que seria desejável.

Isso tudo dificulta o trabalho do estudioso que pretende identificar as teses fundamentais do projeto utilitarista de J. Bentham. Parece, contudo, razoável afirmar que, de um ponto de vista cronológico, desde a primeira fase do desenvolvimento de sua obra, Bentham tinha dois objetivos determinados. Primeiro, sustentar uma série de teses com as quais pretendia reformar a Ciência da Lei, isto é, o estudo do Direito. Segundo, modificar o sistema jurídico vigente na Inglaterra do século XVIII. Assim, em 1775, Bentham fazia planos de escrever um completo código de Leis para a Inglaterra. Em 1776 inicia a publicação de suas teses fundamentando a necessidade de reforma do sistema jurídico então vigente. Nesse sentido, dedicou todo o seu esforço na redação do 'Commentary on the Commentaries' e na refutação da teoria do Direito daquele que seria o maior defensor do sistema legal existente na Inglaterra, isto é, Sir Willian Blackstone. Em 1776, Bentham envia para

publicação apenas umas poucas páginas desse trabalho, as quais discutiam os princípios da lei Constitucional e rebatiam as propostas de Blackstone. Esse texto saiu a público com o título de 'A Fragment on Government', e foi o primeiro texto de Bentham a ser publicado.

O texto 'A Fragment on Government' foi publicado em 1776, quando Bentham tinha apenas 28 anos de idade. Ele contém um violento ataque às teses fundamentais defendidas por William Blackstone na introdução de sua obra intitulada 'Commentaries on British Laws'. Esse ataque a Blackstone foi completado por um texto de Bentham que permaneceu inédito até 1928, quando foi publicado com o título de 'Commentary on the Commentaries'. Ao todo são algumas centenas de páginas com o intuito de minar o prestígio e a autoridade de William Blackstone. Essa obra de Bentham, contra um dos mais conceituados juristas de sua época, embora publicada anonimamente, teve um breve sucesso editorial.

No 'A Fragment on Government', Bentham volta-se contra a 'antipatia às reformas' que caracterizava os 'Commentaries on British Laws' de Blackstone. Bentham argumenta que o processo de mudanças, o progresso que ocorrem no mundo natural e o avanço do mundo do conhecimento humano são fatos inegáveis. Em consequência disso, ele sugere a necessidade de ocorrerem mudanças e reformas no mundo moral. Portanto, quem for contra as mudanças necessárias estará em desacordo com os interesses de bem-estar da humanidade. O argumento de Bentham é construído no sentido de contrapor Direito e Justiça. Ele critica Blackstone, fundamentalmente, por este não cogitar da hipótese de que há casos em que a lei precisa ser mudada porque ela é injusta. E que o sistema jurídico que não é objeto de censura não progride. Nesse sentido, ele pode acolher e manter indefinidamente uma série de injustiças.

De uma forma geral, os Utilitaristas Clássicos tem sido acusados de concordarem com a tese Positivista afirmando que Direito e Justiça se confundem, não existindo outra categoria além do justo definido na Lei. Para responder a essa acusação há que se investigar a forma como J. Bentham propõe que seja feita a crítica do Direito. Há indícios de que Bentham recorre a uma teoria da Justiça para criticar as teses de Blackstone. Se esses indícios forem suficientes para confirmar a hipótese, então não terá sentido a acusação

que se faz aos Utilitaristas Clássicos de que eles carecem de uma teoria da Justiça.

No texto Bentham submete as teorias de Blackstone a um exame rigoroso, onde procura criticar suas teses principais. São objeto de ataque mordaz as seguintes posições de Blackstone: 1. As teses sobre a origem da sociedade política e o Direito. Bentham ataca a tese lockeana do contrato originário. 2. A posição que o Direito é aquilo que existe, não havendo distinção entre dogmática jurídica e política legislativa, ou entre jurisprudência expositiva e jurisprudência crítica. Bentham defende a inseparabilidade das duas atitudes face à lei. 3. A tese afirmando que o ser humano possui direitos naturais e que esses direitos estariam expressos no contrato originário. Bentham contesta a relevância do recurso às ficções na argumentação jurídica. 4. A tese que o governo perfeito deveria ser um misto de monarquia, aristocracia e democracia. Isto é, perfeição de poder, perfeição de sabedoria, e perfeição de bondade. Bentham defende que não há como manter os três poderes divididos e independentes (legislativo, executivo, judiciário). 5. A tese que existem sociedades naturais e sociedades políticas. Em sua opinião, não existem sociedades totalmente naturais, nem totalmente políticas. Em todas as sociedades existem sempre formas em que o hábito da obediência está presente e se faz expressar.

A forma como Bentham reconstrói os argumentos de Blackstone e, principalmente, a maneira como os critica deixa transparecer um autor preocupado em demonstrar que às vezes a falta de rigor nas palavras revela confusão nas idéias. As posições de Bentham soam como um estímulo ao leitor, para que não se deixe impressionar pela fama ou prestígio daquele que expõe seu ponto de vista, mas esteja atento para o rigor da argumentação e esteja pronto para as inovações conceituais que se fizerem necessárias.

O texto de Bentham no qual ele fundamenta sua teoria da Justiça é uma longa discussão (126 páginas) de parte da Introdução que Blackstone escreveu para seu 'Commentaries on British Laws'. Bentham se refere a esse trecho de apenas sete páginas como sendo uma pequena obra inserida por Blackstone dentro de outra maior. Nele Blackstone define Direito (no sentido de gênero de leis que são estabelecidas em toda nação como expressão da vontade dos órgãos governantes) e discorre sobre outras questões. A saber, o

modo como foram estabelecidos os governos, as diferentes formas que adotaram uma vez estabelecidos, a excelência da forma de governo na Inglaterra, o direito e o dever de legislar que incumbe aos governos. Bentham entende que a questão central desenvolvida por Blackstone nesse trecho de seu livro concerne ao fundamento do direito do governo de estabelecer as leis. A forma como Blackstone resolve essa questão será o objeto principal do ataque de Bentham.

Nas partes que seguem será reconstruído o argumento de Bentham contra Blackstone. Aqui não se pretende discutir o mérito desse ataque. Investigar se a reconstrução que Bentham faz das posições e dos argumentos de Blackstone é fidedigna não parece relevante para o ponto que se pretende argumentar. O que se investigará aqui é o fundamento do argumento de Bentham, principalmente no que concerne à sua posição quanto à formulação de uma teoria da justiça.

O texto que segue está dividido em três partes. Na primeira será reconstruído o argumento de Bentham em favor da teoria que afirma a superioridade moral da atitude crítica em relação à atitude expositiva. Na defesa dessa tese, Bentham separa a atitude crítica da atitude contestadora ou desobediente para com a ordem normativa constituída. Dessa forma, a atitude contestadora não se identifica com a atitude crítica. A força do argumento de Bentham está na afirmação que é possível criticar a ordem normativa ao mesmo tempo em que se continua a obedecê-la.

Na Segunda parte será resgatada a crítica de Bentham à teoria do contrato social original. Nessa discussão ele expõe as razões pelas quais recusa a tese que teria havido um contrato original e que os pressupostos desse contrato é que tornaram necessária a obrigação de obedecer às leis.

Na terceira parte será apresentado o fundamento da teoria da Justiça de Bentham. Para Bentham, uma teoria da Justiça tem de oferecer os critérios que permitam identificar as situações em que se deve obedecer às leis e as situações em que se deve desrespeitá-las.

Na conclusão, será resgatada a forma como, na construção de uma teoria da Justiça, Bentham aproxima as três categorias anteriormente tratadas, a saber, 1) o elogio da atitude crítica; 2) a recusa da posição que a obrigação de obedecer às leis decorre da natureza da promessa de assim o fazer; 3) a

proposta do princípio da vantagem da obediência e da desvantagem da rebelião.

Neste texto se pretende, ainda, sugerir que, ao rebater aquilo que se poderia chamar de interpretação jusnaturalista do Direito elaborada por Blackstone, todo o esforço de Bentham se dirige no sentido de recusar uma interpretação da Justiça associada com a idéia de excelência do humano. Bentham parece defender a visão que a missão da ética não consiste em identificar a excelência da justiça, como se houvesse uma essência do humano que o justo devesse realizar.

De uma forma geral, se pode dizer que Bentham parte da concepção que os atos humanos são atos banais, são triviais, sem um sentido próprio. Somente se tornam atos éticos a partir de um critério, um referencial que defina a sua bondade ou maldade. A ética utilitarista clássica, em Bentham, aponta o resultado dos atos, em termos de maximização do prazer e minimização da dor, como esse critério. Assim, o justo não está no ato em si mesmo, mas no resultado que do ato advém. Os atos humanos são banais, isto é não são intrinsecamente bons ou maus em si mesmos, mas, podemos atribuir um sentido ético a eles. Nesse sentido, a ética utilitarista parte da banalidade dos atos e propõe que o seu caráter ético dependa da forma como eles de fato realizam um fim inescapável. Contudo, a urgência do fim (maximização do prazer e minimização da dor) tem caráter lógico e ontológico. A inescapabilidade do fim é lógica, no sentido que o ser humano é impensável sem esse fim e é ontológica, no sentido que não existe ato do ser humano e sim do ser desumano, na prática do mal.

1. JURISPRUDÊNCIA EXPOSITIVA VERSUS JURISPRUDÊNCIA CRÍTICA: argumentos em defesa da atitude crítica

... aquilo que hoje existe foi em seu dia uma inovação. (Bentham, J.; op.cit., p.10)

Bentham inicia sua crítica às teorias de Blackstone acusando-o de construir uma obra cujo defeito capital consiste em uma declarada antipatia pela reforma e pela mudança. Bentham argumenta que o conhecimento do mundo natural tem se caracterizado por descobrimentos e pelo progresso. Essa

constatação põe a necessidade de reconhecer que à mudança e ao progresso no conhecimento do mundo natural correspondem reformas no mundo moral. Sendo útil para nós conhecermos os elementos que compõem o ar que respiramos, não será menos importante compreender os princípios nos quais se inspiram as leis graças às quais vivemos em segurança. Assim as razões da reforma estão associadas aos interesses de bem-estar da humanidade. (Bentham, J.; op.cit., pp.3-4)

Portanto, a estratégia argumentativa de Bentham consiste em desacreditar a obra de Blackstone atacando a Introdução de seu livro intitulado 'Commentaries on British Laws'. Sua técnica tem por objetivo mostrar os defeitos capitais da obra, principalmente sua antipatia pelas reformas. Esse defeito seria decorrente de um raciocínio obscuro e tortuoso. Nesse sentido, Bentham examina textualmente os argumentos de Blackstone procurando revelar a obscuridade e as imperfeições de sua argumentação.

Uma primeira crítica que Bentham faz aos 'Commentaries on British Laws' de Blackstone, consiste na alegação que Blackstone podia ter se escusado de realizar uma obra 'crítica', limitando-se à atividade expositiva. Não se poderia argumentar contra isso. O que não poderia fazer, contudo, era defender ou encobrir, por vias indiretas e com explicações falaciosas, aquilo que não saberia como justificar, ou que, mesmo sabendo como fazê-lo não se atrevera a tanto. (Bentham, J.; op. cit., p.8)

Bentham argumenta que existem duas atitudes que podem ser tomadas por quem pretende dizer alguma coisa em matéria de Direito: a de 'expositor', que consiste em expor aquilo que a lei de fato é; e a de 'censor' ou 'crítico' que consiste em indicar aquilo que acredita que a lei deva ser. O primeiro se ocupa dos 'fatos', enquanto que o segundo procura discutir as 'razões'. A diferença fundamental entre o 'expositor' e o 'crítico' consiste no fato que, enquanto o primeiro é um narrador localizado no tempo e no espaço e procura descrever aquilo que o legislador tem feito, o segundo coloca-se numa posição independente de todo condicionamento circunstancial e procura indicar o que o legislador deve fazer no futuro. Nesse sentido, o 'crítico' procura construir um tipo de conhecimento que posto em prática se transforma na arte de legislar.

O argumento segue com a afirmação que aquele que se põe na posição de um 'expositor' e procura descrever uma instituição da forma como acredita que ela seja, não evoca para si as reprimendas ou elogios que a instituição possa eventualmente receber. Contudo, o 'crítico' responde por todas as razões, próprias ou alheias que venha a apresentar. Nesse sentido, cabe a ele a responsabilidade de deixar claro quando recusa alguma posição que não gostaria que fosse tomada como a sua. (Bentham, J.; op. cit., pp.7-8) O que Bentham parece argumentar é que a atitude 'crítica' é mais responsável, e corresponde a um gesto construtivo face às instituições. Ele pretende, num primeiro momento combater a atitude preconceituosa daqueles que identificam a 'crítica' como presunção, ingratidão, rebeldia, crueldade. Para Bentham a atitude de crítica tem sido preconceituosamente considerada como inferior, ou mais problemática, do que a atitude de um expositor.

Ele diz:

...ignoro por que razão o mérito de cantar as excelências de uma lei justa é maior do que o de censurá-la quando injusta. Sob o governo de leis, qual deve ser o dever de um bom cidadão? Obedecer pontualmente, censurar livremente. (Bentham, J.; op. cit., p.10)

A atitude justificacionista impede que se descubram os aspectos defeituosos das instituições, sendo, nesse sentido, um obstáculo para o aumento da felicidade que se possa aspirar. A atitude crítica é valiosa até mesmo quando infundada, posto que se ela não tem fundamento ou não causará nenhum resultado sobre a instituição criticada, ou provocará a reação daqueles que se posicionarão contra suas alegações que logo demonstrarão ser sem razões, tornando-a inócua. Assim, a atitude crítica é sempre um instrumento para demonstrar de forma eficaz o valor intrínseco das instituições.

Bentham diz:

As censuras precipitadas dirigidas contra uma instituição política recaem sobre aquele que as formulou. Se a instituição se acha devidamente fundada, não sofrerá com o ataque. O que um estudioso diga contra ela poderá ou não causar alguma impressão. Se não causa, é como se nada tivesse sido dito; se 'causa', alguém saltará em sua defesa. Se a instituição é verdadeiramente benéfica para a comunidade em geral, haverá um certo número de indivíduos interessados em sua preservação. Nesse caso, graças à sua diligência, as razões sobre as quais se fundamenta serão postas em manifesto; sua consideração permitirá que aqueles que

antes se contentavam em confirmar, agora a abracem com convicção. Por isto, a crítica, ainda que infundada, não tem outro efeito sobre uma instituição que servir de pedra de toque para que se desacredite o valor daquelas nas quais somente o prejuízo tenha caracterizado o seu curso legal e, ao contrário, se firme o crédito daquelas que tem valor intrínseco. (Bentham, J.; op. cit., p.10)

Ademais, Bentham recusa a qualificação de 'extrema arrogância' ensaiada por Blackstone quando este pretende condenar a atitude de crítica, desautorizando, assim, aqueles que tencionam 'censurar aquilo que tem, ao menos, maiores possibilidades de ser justo do que as ideias particulares de qualquer indivíduo'. Da forma como Bentham reconstrói a posição de Blackstone, este seria contrário às críticas de uma forma geral, pois que estas implicariam na atitude indecente de fundar-se em razões particulares para enfrentar a autoridade pública. (Bentham, J.; op. cit., p.11, n.4) Bentham argumenta que não há arrogância na atitude crítica, pois que ela não implica 'desprezo e rudeza', como sugere Blackstone, mas se dirige contra as leis que são letra morta. Ademais, a atitude crítica, ainda que consista no confronto entre razões particulares e públicas, ela produz resultados preferíveis ao conservadorismo de Blackstone. A atitude conservadora resulta na condenação da livre censura das instituições e seu conseqüente aperfeiçoamento; origina uma sociedade que cultua a lei de forma a transformá-la em instrumento de despotismo; propicia o surgimento de uma classe de indivíduos dispostos a aceitar qualquer coisa como lei e a se submeter de forma servil ao poder. De outro lado, a atitude crítica promove o progresso, aperfeiçoa as leis, expressa uma racionalidade fundamentada na utilidade pública.

Na interpretação de Bentham, a obra de Blackstone fracassa na tarefa de criticar o sistema de instituições da Inglaterra. Isto ocorre, justamente porque ela não consegue produzir o rigor intelectual suficiente para discernir ou denunciar. Nesse sentido, a obra de Blackstone fracassa completamente, pois não consegue ser nem expositiva, nem crítica. A debilidade da crítica sintomatiza a debilidade na exposição.

Ao recusar a atitude dogmática face ao Direito defendida por Blackstone, Bentham cria espaço para a justificação da atitude crítica. Assim, fica posto o primeiro ingrediente de sua teoria da Justiça. Há uma certa superioridade argumentativa em favor da crítica. Em resumo, ela é mais útil do

que o conservadorismo daqueles que se recusam a correr o risco de ir além da manutenção da ordem posta e do estudo através da exposição. O conceito de crítica defendido por Bentham, entretanto, não sugere a rebeldia ou desobediência civil. Obedecer prontamente (“To obey punctually...”) ao sistema legal da sociedade na qual se vive, é o que ele define como o dever do bom cidadão. A atitude crítica, em Bentham, corresponde à busca especulativa por aquilo que deve ser e, nesse sentido, ela é condição de um ser perfeito ou adequado. Expor e criticar são atitudes complementares e uma não pode ser perfeita sem a outra; da mesma forma como o ser e o dever ser são categorias complementares. A debilidade na atividade crítica caracteriza, analogamente, a debilidade na atitude expositiva. (Bentham, J.; op. cit., p.14)

2. SOBRE AS ORIGENS DO CONTRATO SOCIAL: Argumentos contra a teoria do 'Contrato Originário'

Talvez tenha existido um tempo em que esta (o contrato original) e outras ficções tenham sido úteis. Não nego que alguma obra política tenha podido ser realizada com instrumentos desse tipo e que essa obra, tendo em vista as circunstâncias do momento, dificilmente, pudesse ser levada a cabo por outros meios. Contudo, os tempos de 'ficção' passaram, de modo que o que antes se podia tolerar e admitir sob esse nome, agora, na hipótese de se tentar restaurá-lo, haveria de ser censurado e estigmatizado com expressões duras tais como 'usurpação' e 'impostura'. (Bentham, J.; op. cit., pp.52-53)

A questão sobre as origens do contrato social pergunta também sobre o modo como se formaram os governos. Bentham separa um texto de dois parágrafos de Blackstone, onde ele acredita estarem as teses centrais do 'Commentaries on British Laws' sobre o assunto. A reconstrução dos argumentos de Blackstone é feita para conduzir à conclusão de que seus escritos são um enigma do qual nenhuma conclusão se segue, e que aquilo que se pudesse inferir deles seria sem utilidade. (Bentham, J.; op. cit., p.49)

Em seu texto Blackstone recusa a noção de 'contrato originário' como sendo aquele em que os indivíduos movidos por um impulso da razão e através da consciência de suas necessidades e fraquezas outorgam um contrato e elegem um chefe. Segundo ele, essa interpretação implica na noção demasiado fantástica de um 'estado de natureza' anterior ao 'contrato originário', e que não

pode ser seriamente admitida. Blackstone defende a posição que o 'contrato originário', embora não tenha sido formalmente expresso ao se constituir uma sociedade, contudo, ele está sempre subentendido ou implícito no próprio ato de associação. O fundamento desse 'contrato' é o sentido das debilidades e imperfeições dos indivíduos que faz com que eles se mantenham unidos. E seu significado é que o grupo deve proteger a todos os indivíduos que o compõem e que cada um dos indivíduos deve prestar obediência à vontade do grupo. Assim, a comunidade deve proteger os direitos de cada membro e cada indivíduo deve submeter-se às leis da comunidade. A ordem na sociedade é mantida pelo 'governo', cujas decisões são obrigatórias. (Bentham, J.; op. cit., pp.36-37)

Bentham argumenta que no texto de Blackstone os termos mudam de sentido, significando coisas diferentes. Assim, 'sociedade' significaria ao mesmo tempo 'estado de natureza' e 'governo'. Ainda, o texto em certa passagem dá a entender que nunca existiu um 'estado de natureza' e um 'contrato originário', para em seguida dizer que eles existiram.

Bentham usa o pretexto de esclarecer o significado dos termos obscurecidos por Blackstone para apresentar os fundamentos de sua teoria sobre a origem do contrato social. Segundo ele, Blackstone separa dois sentidos para a palavra sociedade. Num primeiro, ela significa estado social, estado de natureza ou sociedade natural. Nesse sentido a sociedade existe quando certo número de pessoas relacionam-se habitualmente umas com as outras, mas não têm o hábito de obedecer a uma outra pessoa ou uma assembléia de pessoas. Num segundo sentido, sociedade significa um certo número de pessoas que possuem o hábito de obedecer a uma outra pessoa ou uma assembléia de pessoas que possuam certas características. Nesse sentido ela é sinônimo de governo ou sociedade política. (Bentham, J.; op. cit., p.38)

Bentham argumenta que não existe uma distinção nítida entre esses dois sentidos da palavra 'sociedade'. Isto é, não existem limites precisos entre os conceitos de sociedade natural e sociedade política. O 'hábito de obediência' que é instituído por Blackstone como o critério de separação entre os dois sentidos da palavra sociedade é evasivo. Primeiramente porque ele implica no pressuposto de que os hábitos podem estar completamente presentes ou completamente ausentes do comportamento das pessoas. Contudo, não é fácil

dizer quando um hábito está totalmente presente ou ausente. Isto implica em que um hábito não pode ser o critério para se separar dois sentidos da palavra sociedade.

Bentham diz:

De fato, poucos, se é que existe algum, são os exemplos de um hábito perfeitamente 'ausente', ou de um hábito perfeitamente 'presente'. Conseqüentemente, o governo seria mais perfeito quanto maior fosse o hábito de obediência, afastando-se dessa perfeição quanto menor seja o referido hábito, até aproximar-se do estado de natureza; podem apresentar-se casos nos quais seria difícil dizer se um hábito de obediência é suficientemente perfeito para constituir um governo, e até que ponto se deve considerar perfeito para que subsista ou não um governo. (Bentham, J.; op. cit., p.40)

Tudo isto parece significar que não tem sentido se falar em estado perfeito de natureza ou sociedade natural perfeita, bem como é insensata a idéia de um estado perfeito de sociedade ou de uma sociedade perfeita politicamente. Os indivíduos encontram-se em diferentes estados conforme constroem as suas relações sociais. Assim, podem estar em perfeito estado de natureza em relação a certos indivíduos e em perfeito estado de submissão em relação a outros. Podem ainda, alternar estados diferentes em momentos diversos de suas relações com certos indivíduos.

Bentham pretende criticar o caráter insuficiente da tese de Blackstone estabelecendo o grau de submissão dos indivíduos aos governantes como o critério suficiente para separar as sociedades naturais das sociedades politicamente organizadas. Na opinião de Bentham há que se identificar uma nota distintiva que permita reconhecer uma sociedade em que existe o hábito de obediência e submissão para se distinguir as sociedades que se encontram politicamente organizadas e aquelas que se encontram em estado natural. (Bentham, J.; op. cit., p.46)

Na interpretação de Bentham o texto de Blackstone defende e ridiculariza ao mesmo tempo a tese da existência de um contrato original. Bentham entende que as críticas estabelecidas por Hume em seu 'Tratado sobre a Natureza Humana', especialmente o livro III, transformaram essa teoria em uma ficção insustentável. Em sua opinião a teoria do contrato original se constrói a partir da presunção de que existem certos pressupostos que seriam aceitáveis por todos os seres humanos. Esses pressupostos seriam

os seguintes: 1. os pactos devem ser observados por quem os outorga; 2. os seres humanos estão obrigados a preservar os pactos feitos; 3. se uma das partes não cumpre o contratado, a outra se encontra liberada de respeitar o prometido. Esses princípios têm sido sustentados por razões de Direito, de Justiça, como decorrentes do Direito Natural, ou como exigências da própria razão. Isto significa que eles têm sido tomados por seguros independentemente dos argumentos que são oferecidos em seu favor. (Bentham, J.; op. cit., p.57)

Para Bentham a teoria do contrato social é construída sobre a ficção de que em algum momento se firmou um contrato entre o governante e o povo. Através deste se acordou que o povo prometia obediência geral ao governante, este, por sua parte, prometia governar o povo de maneira que promovesse a felicidade dos governados. Esta ficção interpretada à luz dos supostos princípios de Justiça resultou concretamente em um tipo de arranjo onde os indivíduos tendem a se considerar aptos para apreciar em que circunstâncias as partes estavam cumprindo o prometido. Este raciocínio implicava ainda a questão relevante de discutir abertamente que, em determinadas circunstâncias, se um governante contraria em suas ações a felicidade do povo, é melhor deixar de obedecê-lo definitivamente. Essa teoria, contudo, não oferece os critérios para decidir se um governante deixara de respeitar o contrato original, ou, ainda, quando havia chegado o momento de deixar de obedecê-lo. (Bentham, J.; op. cit., pp.65-66)

A teoria do contrato original sugeriu, ainda, que a promessa feita pelo governante o obrigava a governar de acordo com o Direito. Ele prometera governar promovendo a felicidade do povo, isto significava que haveria de governar seus súditos conforme a letra da lei. Bentham argumenta que essa interpretação é insuficiente, pois, ao se afirmar que o contratado é que o governante haverá de prover a felicidade de seus súditos, isto pode significar que não haverá de governar conforme a letra da lei. Isto porque nem sempre a lei realiza a felicidade do povo. Há casos em que a lei é feita em contraposição à felicidade do povo; porque há casos em que o governante pode provocar a infelicidade de seu povo, sem contudo desrespeitar as leis; porque podem existir casos em que a maior felicidade do povo resulte do desrespeito da lei e não de sua obediência; porque toda violação da lei cometida pelo governante será sempre insuficiente para caracterizar o ponto em que o povo se encontra

definitivamente desobrigado de cumprir o contratado. Bentham conclui seu argumento dizendo que a teoria do contrato originário é imatura e indigesta, pois que não consegue responder à questão que pergunta pelas razões pelas quais devemos cumprir nossas promessas. (Bentham, J.; op. cit., p.55)

Ao recusar a teoria do contrato social, Bentham afasta a idéia que a ordem jurídica estaria associada a um pacto realizado em comum acordo por todos os membros da sociedade. E que, portanto, uma teoria da Justiça seria uma decorrência dos pressupostos assumidos para a formulação dessa ordem jurídica. Uma teoria da Justiça, para Bentham, deve satisfazer à necessidade de oferecer a regra para a determinação de quando devemos obedecer a uma ordem de normas. Não existem condições pressupostas que sejam capazes, por si sós, de garantir a Justiça de um sistema normativo de condutas. Um sistema normativo de condutas será justo se satisfizer um certo critério de resultados. Portanto, o princípio da Justiça (Princípio da vantagem da obediência e desvantagem da rebelião) é que fornece as razões pelas quais devemos obedecer às leis.

3. A NATUREZA MORAL DAS PROMESSAS

O que significam essas promessa, todas ou qualquer uma, para *mim*? Para responder a essa questão algum outro princípio, é claro, precisa ser buscado, ao invés daquele que estabelece a *intrínseca* obrigação das promessas sobre aqueles que a fizeram. (Bentham, J.; op. cit., p.58)

O argumento de Bentham parece sugerir que a teoria do contrato social deve ser substituída pela aplicação do princípio da vantagem da obediência e desvantagem da rebelião. Esse princípio implica a idéia que as pessoas devem obedecer as promessas não porque fizeram promessas, pois, não há algo de especial em se fazer promessas, nem porque há algo nas promessas que as tornem necessárias. Nem o ato de prometer, nem a promessa em si mesmos tornam necessário o cumprimento do prometido. As promessas devem ser obedecidas por uma única razão: "...o benefício obtido e o prejuízo evitado por sua observância compensam sobejamente o prejuízo que pode ser causado ao se obrigar os seres humanos a cumpri-las". (Bentham, J.; op. cit., p.55)

Portanto, não há fundamento para a suposição da existência de um contrato original baseado na promessa de governar e de obedecer. As relações de submissão com as quais se estrutura a organização social são decorrentes do fato que os indivíduos procuram seus próprios prazeres e fogem das situações desvantajosas. Nesse sentido, é o cálculo das vantagens auferidas e das perdas esperadas que impõe aos seres humanos a necessidade de se organizarem de tal forma que haja todo um aparato normativo determinando o que deve ser obedecido e a necessidade de obedecerem àquilo que nele é prescrito. O arranjo das relações sociais em termos de mando e submissão é aquele em que conseguimos visualizar as maiores vantagens para os interesses dos concernidos. Esta seria, então a única razão pela qual alguns governam e outros são governados. Assim, somos obrigados a obedecer às promessas porque elas são úteis e resultam na nossa felicidade.

Bentham diz:

Sendo, pois, essa, e não outra, a razão pela qual os seres humanos devem manter suas promessas, isto é, pelo benefício que representam para a sociedade, essa é de imediato outra razão que pode ser dada para a alegação que os reis devem, ao governar, manter-se dentro do estabelecido pelas leis e (falando em geral) abster-se de todas aquelas medidas que tendam a produzir a infelicidade de seus súditos, e de outro lado, os súditos devem obedecer aos reis desde que estes se conduzam conforme a forma referida, ou, em outras palavras, porque os súditos devem obedecer desde que o provável prejuízo da obediência seja menor do que o provável prejuízo da resistência, e ao se considerar a comunidade inteira, seu dever de obedecer não vai além do ponto onde chega o seu interesse. (Bentham, J.; op. cit., p.56)

O que o argumento de Bentham parece significar é que há uma justificativa para o pacto de submissão que caracteriza o arranjo social, e mais, que há um critério que permite identificar a circunstância em que a obediência é devida, assim como permite saber quando a resistência é necessária. Há, portanto, uma dimensão própria da justiça, que não depende da natureza dos pactos, nem de seus conteúdos. A justiça concerne exclusivamente aos resultados das ações humanas. Nesse sentido, a teoria da Justiça seria a teoria dos resultados desejáveis (prazer) e indesejáveis (sofrimento) das ações. É à luz dessa teoria da Justiça que se decide sobre a obrigatoriedade dos acordos firmados.

Bentham conclui seu argumento afirmando que, ainda que fosse falsa toda sua argumentação contra a teoria que a obrigação é intrínseca às promessas, mesmo assim, seria necessário apelar para um princípio que desse conta do caráter universal que se pretende que essa teoria da obrigação tenha. Certamente essa teoria é insuficiente para universalizar a obrigação de obedecer aos pactos àqueles que não o fizeram. Isto é, por que razões o pacto originário obrigaria aqueles que não fizeram promessa de submissão? O princípio de utilidade haveria de ser a resposta satisfatória. Isto significaria que, nos seus limites práticos, a teoria do contrato originário teria de socorrer-se daquele que é o único fundamento de qualquer questão moral. Isto é, o princípio de utilidade. (Bentham, J.; op. cit., p.58-59)

A obrigação de obedecer às promessas decorre da utilidade da obediência em termos dos resultados que dela podem provir para os indivíduos e a sociedade concernidos. A obrigação está subordinada à utilidade do prometido. Bentham constrói um experimento que ele julga decisivo para convencer qualquer pessoa da prioridade de considerações de utilidade, e não de obrigação, no julgamento da relevância das promessas feitas e da obrigação nelas implicadas. O experimento trata, numa primeira versão, da relevância de uma promessa considerada de forma particular. Numa segunda aproximação, ele descreve uma situação que evidencia o caráter secundário do ato de prometer em consideração às promessas em geral.

Suponha-se que um governante prometa governar seus súditos em desacordo com o Direito, isto é, em desacordo com a felicidade dos governados. Estaria o governante obrigado a cumprir o prometido? Suponha-se que os súditos prometam obedecer ao governante em todas as situações, podendo ele governar de acordo com sua vontade, podendo até mesmo governar de forma que o resultado fosse a destruição de seus governados. Estariam os indivíduos obrigados a obedecer à promessa de submissão feita? Neste caso o efeito do ato de obedecer ao prometido seria a desgraça daquele que prometeu. Deveriam, então, os súditos obedecer de forma incondicional as promessas feitas? Podemos considerar que seria dever das pessoas destruírem-se por vontade do soberano? Seria correto estabelecer punições que seriam impostas àqueles que se recusassem a cumprir a ordem de autodestruição exarada pelo soberano?

Alguém poderia, ainda, argumentar alegando que existem promessas que são inválidas por sua própria natureza. Assim sendo, uma promessa inválida em si mesma não poderia criar uma obrigação do cumprimento do prometido. Bentham argumenta que essa posição é falaciosa. Essa argumentação desconsidera algo que ela mesma implica. Assim, desconhece que se existem promessas inválidas é porque há algo que constitui um critério independente da obrigação e que a torna tal qual é. Isto é, algo se torna obrigatório porque satisfaz esse critério externo ao simples ato de prometer. Existe, portanto, uma circunstância da qual depende a validade de uma promessa. Então, não é a promessa que causa a obrigação, ela depende de algo que não pertence às promessas em geral. Isto está implicado no argumento daqueles que defendem a ideia que existem promessas inválidas em si mesmas.

Para Bentham, nada existe nas promessas em geral, nem no conteúdo específico de uma promessa em particular que as torne obrigatórias. Não há algo de intrínseco às promessas que as torna obrigatórias. As promessas são obrigatórias, ou não, em função do resultado que se possa esperar que produzam. Assim, quando aquilo que é prometido pode resultar na maior felicidade do conjunto dos concernidos na ação, então a ação é obrigatória na medida dos resultados que dela se pode esperar. Nesse sentido, pode-se falar em promessas mais obrigatórias ou menos obrigatórias. Nem todas as regras de conduta possuem o mesmo 'status' na hierarquia da obrigatoriedade. Bentham argumenta que essa relação entre benefício e prejuízo é suficiente para fornecer a razão pela qual os seres humanos estão obrigados a obedecer às promessas feitas. E essa relação é matéria de fato a ser decidida através de observação e experiência.

Ele diz:

Contudo, por que razão os seres humanos devem respeitar suas promessas? No momento em que alguma razão inteligível fosse dada ela seria a seguinte: as promessas devem ser respeitadas devido à vantagem da sociedade; se elas não forem respeitadas, elas devem ser feitas obedecidas pelos seres humanos associando-se punição a elas. É para a vantagem de todos que as promessas feitas por cada um devem ser respeitadas: e na eminência delas serem desrespeitadas, então que cada indivíduo que não as respeite seja necessariamente punido. Se for perguntado o sentido de tudo isto, então a resposta seria a seguinte: Tal é o benefício a obter e o prejuízo a evitar, ao se respeitar as promessas, de tal forma que seja compensado o prejuízo significado pela quantidade de punição que é necessária para fazer os seres humanos respeitá-las. (Bentham, J.; op. cit., pp.55-56)

Nesse sentido, os governantes devem, e de fato exercem, seus governos dentro das leis estabelecidas, da mesma forma que os governados devem obedecer, e de fato o fazem, aos governantes, desde que o provável prejuízo da obediência seja menor do que o provável prejuízo da resistência. Assim, a razão pela qual os seres humanos possuem o dever de obedecer é precisamente porque é de seu interesse fazê-lo e nada mais. Sendo isto válido, então, não há nenhum ganho em se dizer que teria havido, da parte do governante, uma promessa de governar de forma justa e teria ocorrido, da parte dos governados, uma promessa de obedecer ao governante. (Bentham, J.; op. cit., p.56)

CONCLUSÃO

A teoria da Justiça construída por Bentham parece conter o reconhecimento da banalidade dos atos humanos fora dos sistemas éticos. A idéia de Justiça possui fundamentação racional, cuja formulação permite ao agente atribuir o sentido ético aos atos humanos. Portanto, a teoria da Justiça consiste na explicitação do princípio que revela o critério da razão para a obrigatoriedade dos sistemas normativos. Esse critério, contudo, não é uma exigência do ideal de excelência do humano, mas é uma decorrência do fato da razão.

Aqui se pretende argumentar que para o utilitarismo clássico, expresso no pensamento de J. Bentham, os atos humanos são banais. Eles não são aprendidos necessariamente e permanentemente com o mesmo significado ético. A identificação da bondade e maldade das ações depende da determinação de um critério de significação ética e do desenvolvimento da capacidade investigativa do avaliador no sentido de aferir a relação entre os critérios de eticidade e a situações concretas de ação. As ações humanas podem receber significados éticos divergentes somente quando tivermos diferentes estágios no exercício da capacidade investigativa dos avaliadores. O que determina a eticidade de um ato é a forma como ele realiza os critérios de eticidade. Os critérios de eticidade para o utilitarismo clássico na versão Benthamiana, são fornecidos pelo princípio de utilidade, a saber, a

maximização do prazer e a minimização da dor. Na visão de Bentham, prazer e dor não são fins escolhidos pelo agente. Eles são dados decorrentes da visão racional e da dimensão empírica do humano.

A definição da maximização do prazer e a minimização da dor como finalidade da ação ética não decorre de um ato volitivo ou de uma preferência pelo prazer como um valor. O princípio de utilidade, que contem o critério de eticidade das ações é uma exigência da própria racionalidade humana, assim como é a instância da existência humana. Bentham parece querer ensinar que somente o fato da razão não é banal, mas necessário. Ele é o fundamento da eticidade humana, isto é, somente a razão pode nos dar um sentido ético. Somente somos seres éticos porque somos seres racionais.

Talvez com a proposta que aqui se esboça não se tenha ido muito longe. Talvez nem todos os agentes estejam convencidos da necessidade do gesto racional inicial, do fato da razão, para a instauração de um projeto ético racional. Esse parece ser o limite de um projeto ético racional.

Entretanto, ainda que seja necessário convencer as pessoas, por incrível que isto possa parecer, da inescapabilidade do fato da razão, não parece possível vislumbrar uma outra alternativa para a construção de um projeto ético fora do reconhecimento da dimensão racional do ser humano. Para além do racional não parece possível superar a banalidade dos atos humanos sem sentido em si mesmos. O fato é que pensar o humano de forma ética é pensá-lo de forma racional. Pensar o humano de forma racional significa reagir contra a barbárie. Não sabemos claramente o que isto quer dizer. Contudo, parece certo que a proposta de um projeto ético na tradição do utilitarismo clássico, tem sido um instrumento pelo qual se pretende dar um significado racional ao humano. É nesse sentido que vale a pena revisitar as teorias de Jeremy Bentham.

INTELLIGERE, REVISTA DE HISTÓRIA INTELLECTUAL
EXPEDIENTE

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-Reitor: Maria Arminda do Nascimento Arruda
CHC – Centro Interunidades de História da Ciência

Diretor: Gildo Magalhães dos Santos Filho
Vice-diretor: João Francisco Justo Filho

Conselho Editorial:

Sara Albieri
Estevão Chaves de Rezende Martins
Gildo Magalhães dos Santos Filho
Mauro Lucio Leitão Condé

Conselho Consultivo:

Allan Megil (University of Virginia)	Leopoldo Waizbort (USP – FFLCH)
André de Melo Araújo (UNB)	Luiz Carlos Soares (UFF)
Daniel Brauer (Universidad de Buenos Aires)	Marisa Midori Deaecto (USP – ECA)
Dario Horácio Gutierrez Gajardo (USP– FFLCH)	Mauro Lucio Leitão Condé (UFMG)
Dominic Scott (University of Oxford)	Milton Meira do Nascimento (USP–FFLCH)
Elias Thome Saliba (USP – FFLCH)	Oswaldo Frota Pessoa Jr (USP – FFLCH)
Estevão Chaves de Rezende Martins (UNB)	Paulo Teixeira Iumatti (USP – IEB)
Gildo Magalhães dos Santos Filho (USP–FFLCH)	Raquel Glezer (USP – FFLCH)
Gregory Clayes (University of London)	Ricardo Navia (Universidad de la Republica- Uruguay)
Jaimir Conte (UFSC)	Rolf Kuntz (USP – FFLCH)
Jorge Luís Grespan (USP – FFLCH)	Yamandú Acosta (Universidad de la Republica- Uruguay)

Comitê de Publicação:

Editora responsável: Sara Albieri

Assessoria editorial: Camila Martins Cardoso
Lauro Fabiano de Souza Carvalho

Secretaria: Gustavo Antonio de Carvalho

Contato: Revista Intelligere – CHC/USP
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Térreo
Cidade Universitária – São Paulo – SP
CEP 05508-900
e-mail: intelligere.revista@gmail.com
telefone (11) 3091-3776

Capa deste número: arte de Camila Martins Cardoso, a partir da obra de Claude Monet “*Antibes Seen from La Salis*” (1888), disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Monet_-_Antibes_Seen_from_La_Salis_1888.jpg

Diretrizes para Autores

A apresentação dos originais será realizada através do sistema de submissão eletrônica no site <http://www.revistas.usp.br/revistaintelligere>.

Os manuscritos não podem ter sido previamente publicados (em papel ou eletronicamente) ou enviados para avaliação a outras publicações.

As submissões deverão ser feitas em 2 arquivos separados. Um deles conterá o artigo a ser avaliado para publicação sem identificação de autoria. Um segundo arquivo deverá conter somente a identificação com o(s) nome(s) do(s) autor(es), nome(s) por extenso da(s) instituição(ões) a que pertence(m), email(s), ORCID ou link para currículo lattes e até 4 linhas de informações profissionais sobre cada autor.

Exemplo: Gildo Magalhães é Professor Titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, professor de História colaborador do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa) e da Universidade de Lisboa (Centro de Filosofia da Ciência). Dirige o Centro Interunidades de História da Ciência da Universidade de São Paulo. Email: gildomsantos@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/415536672682655>

- O texto deve ser digitado em corpo 12, fonte Garamond, com espaçamento de 1,5 entre linhas, com extensão variando entre 8 e 30 laudas.
- Epígrafes, termos, expressões, citações ou transcrições em língua estrangeira devem ser destacadas no texto por meio de itálico.
- Imagens, figuras, gravuras, ilustrações e desenhos em geral devem vir acompanhadas de legendas, com a devida numeração em fonte Garamond tamanho 10.
- Os artigos devem ter título na língua original (português ou espanhol) e inglês. Os resumos, em português ou espanhol, com até 200 palavras, e três a cinco palavras-chave separadas por ponto devem ser acompanhados de Abstract em inglês com três a cinco *keywords*. Exemplo:

Palavras-chave: Polifenol oxidase (PFO). Biossensores. Polipirrol (PPI).

- Citações e menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à norma ABNT 6023:18, ou seja, os autores são indicados por seu sobrenome, seguido pelo ano e página se for o caso. Exemplos:

(REIS, 2008, p. 103), (ÖWALL; KÄYSER; CARLSSON, 2010, p.31-40), (SOARES, 2002).

Demais exemplos estão disponíveis em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/459>

- A reprodução de um texto de até três linhas deve ser incorporada ao parágrafo entre aspas duplas. Exemplos:

“A comparação é a técnica científica aplicável sempre que houver dois ou mais termos com as mesmas propriedades gerais ou características particulares” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 32).

Segundo Madigan *et al.* (2010, p. 89) “As vesículas de gás são estruturas fusiformes, preenchidas por gás e constituídas de proteínas; elas são ocas, porém rígidas, variando quanto ao comprimento e diâmetro”

- Citações com mais de três linhas devem ser transcritas abaixo do texto, com recuo de 4 cm da margem esquerda, com espaçamento simples, em fonte Garamond tamanho 10 e sem aspas. Exemplo:

De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 35)

A análise e a síntese racionais só podem ser feitas mentalmente. Empregam-se principalmente na filosofia e na matemática. A análise é uma espécie de indução; parte-se do particular, do complexo, para o princípio geral e mais simples. A síntese é uma espécie de dedução; vai do mais simples ao mais complexo.

- As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo ou de comentário. Se nelas for referido algum autor, a referência deve obedecer à mesma forma recomendada para todas as referências no corpo do artigo. As notas devem ser digitadas ao final de cada página, utilizando-se os recursos para criação automática de notas na fonte Garamond 10.
- Todas as referências citadas no texto devem ser listadas ao final do artigo, em ordem alfabética, de acordo com a norma ABNT 6023:18. Os autores são indicados por seu sobrenome seguido das iniciais do nome. Exemplos:

BESS, F. H.; HUMES, L. E. **Fundamentos da audiolgia**. Tradução: Marcos A. G. Domingues. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

REIS, D. R. **Gestão da inovação tecnológica**. 2. ed. Barueri: Manole, 2008.

Demais exemplos estão disponíveis em:
<https://usp.br/sddarquivos/aulasmetodologia/abnt6023.pdf>

- A revista detém os direitos autorais de todos os textos nela publicados. Os autores estão autorizados a republicar seus textos mediante menção da publicação anterior na revista.

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista Intelligere o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a “Licença Creative Commons Attribution” que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.
- Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada na revista Intelligere (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados na revista Intelligere serão usados exclusivamente para os serviços prestados pela publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.